

Informações contábeis

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	9
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	10
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	14
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	15
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	21
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	24
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	26
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	27
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	30
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	31
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	32
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	33
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	35
---	----

Notas Explicativas	275
--------------------	-----

Proposta de Orçamento de Capital	393
----------------------------------	-----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	394
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	399
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)	400
---	-----

Índice

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	420
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	421

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.288.842.596
Preferenciais	280.088.314
Total	1.568.930.910
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	130.477.399	132.477.627	132.252.840
1.01	Ativo Circulante	25.634.598	23.322.221	27.047.981
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.433.922	3.245.738	1.607.488
1.01.01.01	Caixa	21.630	18.202	47.400
1.01.01.02	Caixa Restrito	3.412.292	3.227.536	1.560.088
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.740.051	6.787.137	4.034.242
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7.740.051	6.787.137	4.034.242
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	7.740.051	6.787.137	4.034.242
1.01.03	Contas a Receber	481.109	468.429	379.649
1.01.03.01	Clientes	481.109	468.429	379.649
1.01.04	Estoques	305	272	274
1.01.04.01	Almoxarifado	305	272	274
1.01.06	Tributos a Recuperar	519.200	807.150	488.591
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	519.200	807.150	488.591
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.460.011	12.013.495	20.537.737
1.01.08.03	Outros	13.460.011	12.013.495	20.537.737
1.01.08.03.01	Financiamentos e Empréstimos	5.937.323	5.120.734	8.257.761
1.01.08.03.03	Remuneração de participações societárias	4.720.491	3.592.503	2.474.558
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições Sociais	829.569	309.033	817.417
1.01.08.03.07	Ativos Mantidos para Venda	289.331	1.546.250	5.282.624
1.01.08.03.08	Instrumentos Financeiros	0	138	2.195
1.01.08.03.09	Créditos com Controladas - CDD	0	0	2.406.622
1.01.08.03.10	Diversos	1.683.297	1.444.837	1.296.560
1.02	Ativo Não Circulante	104.842.801	109.155.406	105.204.859
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.016.460	33.461.851	33.465.362
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	322.884	374.601	293.509
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.781	0	0
1.02.01.07.01	Tributos a Recuperar	2.781	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	26.690.795	33.087.250	33.171.853

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.01.10.03	Ativo Financeiro - Concessões e Itaipu	1.103.034	1.905.607	2.603.118
1.02.01.10.04	Financiamentos e Empréstimos	11.197.073	18.282.460	20.518.018
1.02.01.10.05	Cauções e Depósitos Vinculados	4.676.895	4.168.575	3.307.301
1.02.01.10.06	Fundo de Descomissionamento	1.753.827	1.222.393	897.847
1.02.01.10.07	Adiantamentos para futuro aumento de Capital	1.223.108	774.468	1.140.732
1.02.01.10.08	Direito de Ressarcimento	5.583.447	5.382.834	3.234.542
1.02.01.10.09	Outros	1.153.411	1.350.913	1.470.295
1.02.02	Investimentos	77.538.694	75.418.090	71.527.400
1.02.02.01	Participações Societárias	77.538.694	75.418.090	71.527.400
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.516.842	5.887.886	6.261.621
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	66.640.812	65.138.507	61.522.974
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.369.129	2.421.218	2.354.345
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.011.911	1.970.479	1.388.460
1.02.03	Imobilizado	244.673	255.947	198.711
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	99.766	102.518	106.398
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	51.731	61.087	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	93.176	92.342	92.313
1.02.04	Intangível	42.974	19.518	13.386
1.02.04.01	Intangíveis	42.974	19.518	13.386
1.02.04.01.02	Outros	42.974	19.518	13.386

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	130.477.399	132.477.627	132.252.840
2.01	Passivo Circulante	15.314.809	13.450.971	27.472.035
2.01.02	Fornecedores	705.908	494.133	569.218
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	705.908	494.133	569.218
2.01.03	Obrigações Fiscais	335.432	201.516	1.084.257
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	335.432	201.516	1.084.257
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	917.734
2.01.03.01.02	Tributos a Recolher	335.432	201.516	166.523
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.991.789	5.799.897	7.031.515
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	7.963.365	5.759.164	7.031.515
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.223.020	5.258.223	2.646.202
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.740.345	500.941	4.385.313
2.01.04.02	Debêntures	20.829	33.159	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	7.595	7.574	0
2.01.05	Outras Obrigações	4.948.901	5.940.840	6.808.500
2.01.05.02	Outros	4.948.901	5.940.840	6.808.500
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.530.718	2.559.429	1.257.502
2.01.05.02.04	Empréstimo Compulsório	57.201	15.156	15.659
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	1.060.770	614.171	357.275
2.01.05.02.07	Obrigações de Ressarcimento	1.373.656	1.796.753	1.250.619
2.01.05.02.08	Benefício Pós- Emprego	0	14.875	29.336
2.01.05.02.09	Passivo financeiro - Concessão de serviços Públicos	647.214	703.114	799.401
2.01.05.02.10	Contas a Pagar com Controladas	0	0	2.866.810
2.01.05.02.11	Obrigações Estimadas	167.344	147.106	134.474
2.01.05.02.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	683	928
2.01.05.02.13	Diversos	111.998	89.553	96.496
2.01.06	Provisões	1.332.779	1.014.585	850.828
2.01.06.02	Outras Provisões	1.332.779	1.014.585	850.828
2.01.06.02.04	Provisões para Contingências	1.332.779	1.014.585	850.828

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	0	11.127.717
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	11.127.717
2.01.07.01.01	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	0	0	11.127.717
2.02	Passivo Não Circulante	41.684.283	48.324.612	49.605.299
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	20.062.414	27.582.106	20.603.333
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	14.973.256	22.515.109	20.603.333
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.024.050	14.775.200	12.761.564
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.949.206	7.739.909	7.841.769
2.02.01.02	Debêntures	5.040.825	5.011.069	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	48.333	55.928	0
2.02.02	Outras Obrigações	4.444.385	3.085.137	7.058.056
2.02.02.02	Outros	4.444.385	3.085.137	7.058.056
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	74.060	50.246	3.873.412
2.02.02.02.03	Empréstimo Compulsório	989.908	470.600	477.459
2.02.02.02.06	Benefício Pós-Emprego	1.131.997	822.512	1.196.286
2.02.02.02.10	Diversos	2.248.420	1.741.779	1.510.899
2.02.03	Tributos Diferidos	650.523	628.904	432.582
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	650.523	628.904	432.582
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	650.523	628.904	432.582
2.02.04	Provisões	16.526.961	17.028.465	21.511.328
2.02.04.02	Outras Provisões	16.526.961	17.028.465	21.511.328
2.02.04.02.04	Provisões para Contingências	16.526.961	16.924.171	17.604.730
2.02.04.02.05	Provisões para Passivo a Descoberto em Controladas	0	104.294	3.906.598
2.03	Patrimônio Líquido	73.478.307	70.702.044	55.175.506
2.03.01	Capital Social Realizado	39.057.271	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	13.867.170	21.619.110	13.867.170
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310	3.384.310
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	7.751.940	0
2.03.02.07	Doações e Subvenções	7.077.354	7.077.354	7.077.355

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.506	3.405.506	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	28.908.054	23.887.181	15.887.829
2.03.04.01	Reserva Legal	1.686.204	1.369.270	834.414
2.03.04.02	Reserva Estatutária	15.502.459	12.269.728	6.814.195
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	9.427.502	7.956.294	5.947.331
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	2.291.889	2.291.889	2.291.889
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	201.752	-296.156
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.354.188	-6.311.330	-5.588.668

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	297.036	366.525	668.828
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-175.124	-67.019	-226.879
3.02.01	Energia comprada para revenda	-175.124	-67.019	-226.879
3.03	Resultado Bruto	121.912	299.506	441.949
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	6.375.473	7.187.158	11.445.892
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.552.850	-1.759.370	3.042.038
3.04.02.01	Pessoal, material e serviços	-657.204	-802.460	-746.974
3.04.02.04	Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	-12.813	-13.386	-4.401
3.04.02.05	Provisões operacionais	-3.608.305	-714.233	4.073.549
3.04.02.06	Doações e contribuições	-105.174	-117.058	-114.169
3.04.02.08	Outras	-169.354	-112.233	-165.967
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.928.323	8.946.528	8.403.854
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.497.385	7.486.664	11.887.841
3.06	Resultado Financeiro	-158.697	423.397	2.143.578
3.06.01	Receitas Financeiras	8.568.713	6.821.297	9.411.087
3.06.01.01	Receitas de juros, comissões e taxas	1.367.694	2.121.894	3.672.441
3.06.01.02	Receitas de aplicações financeiras	695.384	434.807	437.178
3.06.01.03	Acréscimo moratório sobre energia elétrica	1.525	2.306	6.826
3.06.01.04	Atualizações monetárias ativas	1.073.322	1.310.401	867.818
3.06.01.05	Variações cambiais ativas	5.253.760	2.608.820	4.235.847
3.06.01.06	Outras receitas financeiras	177.028	343.069	190.977
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.727.410	-6.397.900	-7.267.509
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-1.700.741	-2.040.736	-1.532.979
3.06.02.02	Encargos sobre recursos de acionistas	-23.814	-230.850	-233.971
3.06.02.03	Atualizações monetárias passivas	-722.574	-604.613	-658.718
3.06.02.04	Variações cambiais passivas	-5.232.661	-2.506.625	-4.195.897
3.06.02.05	Encargos de arrendamento mercantil	-5.562	-6.230	0
3.06.02.06	Outras despesas financeiras	-1.042.058	-1.008.846	-645.944
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.338.688	7.910.061	14.031.419

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-787.996
3.08.01	Corrente	0	0	-787.996
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.338.688	7.910.061	13.243.423
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	3.284.975	18.955
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	3.284.975	18.955
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.338.688	11.195.036	13.262.378
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,06469	8,11585	9,62000
3.99.01.02	PNA	4,47116	8,92792	10,58000
3.99.01.03	PNB	4,47116	8,92792	10,58000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,00158	6,95772	9,60000
3.99.02.02	PNA	4,40177	7,65723	10,56000
3.99.02.03	PNB	4,40174	7,65467	10,56000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	6.338.688	11.195.036	13.262.378
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.042.857	-722.662	-1.340.012
4.02.01	Instrumentos financeiros ao valor Justo por meio de ORA	63.584	577.419	110.658
4.02.02	IR/CSSL diferidos	-21.619	-196.322	-37.624
4.02.03	Ajuste ganhos e perdas atuariais	-222.164	415.190	-616.468
4.02.04	Ajustes acumulados de conversão	58.302	7.795	28.340
4.02.05	Participação no result. abrangente das subsidiarias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	-1.915.719	-1.511.401	0
4.02.06	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	279	-1.439	3.153
4.02.10	Participação no resultad abrangente das subsidiarias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	-5.520	-13.904	-828.071
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.295.831	10.472.374	11.922.366

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	774.063	-2.858.939	133.090
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-722.497	-1.070.624	-1.225.513
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	6.338.688	7.910.061	14.031.419
6.01.01.02	Depreciação e amortização	12.812	13.386	4.401
6.01.01.03	Variação Monetária Líquidas	-371.847	-807.983	-209.100
6.01.01.04	Variação Cambial Líquidas	0	0	-39.950
6.01.01.05	Encargos financeiros	362.423	155.922	-2.472.986
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial	-10.928.323	-8.946.528	-8.403.854
6.01.01.07	Provisão para passivo a descoberto	-119.223	-257.306	-5.238.406
6.01.01.08	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	139.237	356.202	-81.388
6.01.01.09	Provisão para Contingências	2.642.394	609.124	931.834
6.01.01.10	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	0	0	-469
6.01.01.11	Provisão para perda com investimentos	513.817	-6.753	316.683
6.01.01.12	Provisão (reversão) Aneel - CCC	63.525	0	0
6.01.01.13	Encargos de reserva global de reversão	0	0	333.524
6.01.01.15	Encargos sobre recursos de acionistas	0	0	233.971
6.01.01.16	Provisões (reversões) operacionais	368.555	114.240	0
6.01.01.17	Outras	255.445	-210.989	-631.192
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	958.856	-2.969.409	-294.885
6.01.02.01	Direito de ressarcimento	0	0	-4.641.852
6.01.02.02	Títulos e valres mobiliários	-952.915	-2.752.895	1.025.716
6.01.02.03	Almoxarifado	-33	2	-62
6.01.02.04	Ativo financeiro - Itaipu	746.673	601.224	232.797
6.01.02.05	Fornecedores	186.075	-14.636	2.673
6.01.02.06	Obrigações estimadas	20.238	12.632	26.512
6.01.02.07	Adiantamentos	0	79.676	0
6.01.02.08	Passivos associados a ativos mantidos para venda	0	-2.860.610	6.321.771
6.01.02.09	Contas a receber	-1	0	-20.441
6.01.02.10	Ativos mantidos para venda	317.440	2.751.082	-3.799.717

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.11	Créditos com controladas - CCD	0	2.406.622	-2.406.622
6.01.02.12	Contas a pagar com controladas	0	-2.866.810	2.866.810
6.01.02.13	Outros ativos e passivos operacionais	635.817	-348.200	97.530
6.01.02.14	Arrendamento mercantil	5.562	22.504	0
6.01.03	Outros	537.704	1.181.094	1.653.488
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-923.272	-1.636.833	-1.100.319
6.01.03.02	Pagto.Enc.da Reserva Global de Reversão	0	0	-190.527
6.01.03.03	Recebimentos de encargos financeiros	1.114.743	1.753.617	1.440.339
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-203.217	-257.052	-189.274
6.01.03.05	Recebimento de remuneração de investimento em participações societárias	4.679.285	3.811.443	2.850.232
6.01.03.06	Pagamentos de previdência complementar	-13.057	-30.140	-24.084
6.01.03.07	Pagamentos de Contingências judiciais	-3.175.996	-1.702.671	-922.860
6.01.03.08	Depósitos judiciais	-940.782	-757.270	-210.019
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	5.859.031	5.142.187	3.019.217
6.02.01	Concessão de empréstimo e financiamento	0	-627.871	-655.535
6.02.02	Rec.de empréstimos e financiamentos concedidos	6.224.747	5.744.255	3.208.355
6.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	-1.529	-197	-3.732
6.02.04	Aquisição/aporte de capital em participação societária	0	-55.560	-154.234
6.02.05	Alienação de investimentos em participações societárias	939.479	985.292	635.515
6.02.06	Aquisição do ativo intangível	-23.466	-6.088	-11.152
6.02.07	Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	-1.280.200	-897.644	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.629.666	-2.312.446	-3.266.233
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos /debentures obtidas	5.193.319	5.000.000	0
6.03.02	Pagamento de emprestimo e financiamentos principal	-9.230.731	-9.712.469	-3.264.653
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-2.579.118	-1.219.194	-1.580
6.03.04	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	0	3.660.215	0
6.03.06	Pagamento de arrendamentos financeiros	-13.136	-40.998	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.428	-29.198	-113.926
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.202	47.400	161.326

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.630	18.202	47.400

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.751.940	-7.751.940	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	7.751.940	-7.751.940	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.322.216	-2.042.858	4.279.358
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.338.688	0	6.338.688
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.472	-2.042.858	-2.059.330
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	279	279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	58.302	58.302
5.05.02.06	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	-16.472	-1.921.240	-1.937.712
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Outros Resut. Abrangentes	0	0	0	0	-21.619	-21.619
5.05.02.08	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-222.164	-222.164
5.05.02.09	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	63.584	63.584
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.020.873	-6.523.968	0	-1.503.095
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.020.873	-5.020.873	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.507.139	0	-1.507.139
5.06.05	Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	0	0	0	4.044	0	4.044
5.07	Saldos Finais	39.057.271	13.867.170	28.908.054	0	-8.354.188	73.478.307

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.751.940	0	0	0	7.751.940
5.04.01	Aumentos de Capital	0	7.751.940	0	0	0	7.751.940
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.037.827	-722.662	10.315.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.195.036	0	11.195.036
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-157.209	-722.662	-879.871
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.439	-1.439
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	7.795	7.795
5.05.02.06	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	-157.209	-1.525.305	-1.682.514
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Outros Resut. Abrangentes	0	0	0	0	-196.322	-196.322
5.05.02.08	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	415.190	415.190
5.05.02.09	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	577.419	577.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.999.352	-10.539.919	0	-2.540.567
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.999.352	-7.999.352	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-2.540.567	0	-2.540.567
5.07	Saldos Finais	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	13.867.170	1.344.288	0	-4.177.412	42.339.377
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2.525.081	0	2.525.081
5.02.01	Ajuste de Adoção - CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 /IFRS 09	0	0	0	2.525.081	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	13.867.170	1.344.288	2.525.081	-4.177.412	44.864.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.250.000	0	-1.250.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.250.000	0	-1.250.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-22.434	13.290.532	-1.340.012	11.928.086
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.262.378	0	13.262.378
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-22.434	28.154	-1.340.012	-1.334.292
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.153	3.153
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	28.340	28.340
5.05.02.06	Ajuste Controladas /Coligadas	0	0	0	5.720	-828.071	-822.351
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Result. Abrangentes	0	0	0	0	-37.624	-37.624
5.05.02.08	Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	0	0	0	0	110.658	110.658
5.05.02.09	Ajuste de Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-616.468	-616.468
5.05.02.10	Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	-22.434	22.434	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.565.975	-14.565.613	0	362
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.565.975	-14.565.975	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo	0	0	0	362	0	362
5.07	Saldos Finais	31.305.331	13.867.170	15.887.829	0	-5.517.424	55.542.906

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	268.353	439.040	845.108
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	268.353	439.040	845.108
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.171.411	2.078.300	462.961
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-387.982	-425.423	-435.566
7.02.04	Outros	-3.783.429	2.503.723	898.527
7.02.04.01	Energia Comprada para revenda	-175.124	-67.019	-226.879
7.02.04.02	Provisões Operacionais	-3.608.305	2.570.742	1.125.406
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.903.058	2.517.340	1.308.069
7.04	Retenções	-12.813	-13.386	-4.401
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.813	-13.386	-4.401
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.915.871	2.503.954	1.303.668
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.520.702	15.767.825	20.782.039
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.928.323	8.946.528	11.370.952
7.06.02	Receitas Financeiras	2.592.379	6.821.297	9.411.087
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9.604.831	18.271.779	22.085.707
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9.604.831	18.271.779	22.085.707
7.08.01	Pessoal	417.369	468.882	444.636
7.08.01.04	Outros	417.369	468.882	444.636
7.08.01.04.01	Pessoal, encargos e honorários	417.369	446.081	432.516
7.08.01.04.02	Participação de empregados nos lucros	0	22.801	0
7.08.01.04.03	Plano de aposentadoria e pensão	0	0	12.120
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-28.683	72.515	964.276
7.08.02.01	Federais	-28.683	72.515	964.276
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.877.457	6.535.346	7.414.417
7.08.03.01	Juros	2.751.076	6.397.900	7.267.509
7.08.03.02	Aluguéis	21.207	20.388	32.739
7.08.03.03	Outras	105.174	117.058	114.169
7.08.03.03.01	Doações e contrtribuições	0	0	114.169
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.338.688	11.195.036	13.262.378

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04.02	Dividendos	0	2.540.567	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.338.688	8.654.469	13.262.378

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	178.966.449	178.622.483	181.710.095
1.01	Ativo Circulante	45.191.737	41.487.246	46.967.076
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.859.969	3.562.843	2.143.440
1.01.01.01	Caixa	286.607	335.307	583.352
1.01.01.02	Caixa Restrito	3.573.362	3.227.536	1.560.088
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.039.358	10.426.370	6.408.104
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	14.039.358	10.426.370	6.408.104
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	14.039.358	10.426.370	6.408.104
1.01.03	Contas a Receber	5.971.657	5.281.333	4.079.221
1.01.03.01	Clientes	5.971.657	5.281.333	4.079.221
1.01.04	Estoques	938.331	1.010.651	890.930
1.01.04.01	Almoxarifado	509.991	471.824	380.292
1.01.04.02	Estoque de combustível nuclear	428.340	538.827	510.638
1.01.06	Tributos a Recuperar	833.960	1.474.662	1.216.261
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	833.960	1.474.662	1.216.261
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	19.548.462	19.731.387	32.229.120
1.01.08.03	Outros	19.548.462	19.731.387	32.229.120
1.01.08.03.01	Financiamentos e Empréstimos	4.748.661	3.473.393	3.903.084
1.01.08.03.02	Ativo Contratual Transmissão	10.364.908	7.812.756	7.438.513
1.01.08.03.03	Remuneração de Participações Societárias	675.510	299.899	219.895
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	4.684	48.458	454.139
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	1.292.750	2.382.899	2.420.165
1.01.08.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	317.443	140.543	182.760
1.01.08.03.08	Risco Hidrológico	3.132	13.590	81.301
1.01.08.03.09	Ativos Mantidos para Venda	289.331	3.543.519	15.424.359
1.01.08.03.10	Diversos	1.852.043	2.016.330	2.104.904
1.02	Ativo Não Circulante	133.774.712	137.135.237	134.743.019
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	71.371.328	74.151.068	73.796.369
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	323.236	407.071	293.833

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.01.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	323.236	407.071	293.833
1.02.01.04	Contas a Receber	1.061.899	285.351	8.413
1.02.01.04.01	Clientes	1.061.899	285.351	8.413
1.02.01.05	Estoques	1.264.780	840.550	828.410
1.02.01.05.02	Estoque de Combustível Nuclear	1.264.780	840.550	828.410
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.498.939	1.068.273	1.143.965
1.02.01.07.01	Tributos a Recuperar	430.045	420.370	265.805
1.02.01.07.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.068.894	647.903	878.160
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	66.222.474	71.549.823	71.521.748
1.02.01.10.03	Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	3.199.751	3.983.519	4.636.195
1.02.01.10.04	Financiamentos e Empréstimos	6.176.238	10.803.423	9.971.857
1.02.01.10.05	Cauções e Depósitos Vinculados	6.752.865	6.891.416	5.788.905
1.02.01.10.06	Fundo de Descomissionamento	1.753.827	1.222.393	897.847
1.02.01.10.07	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.541	181.257	459.563
1.02.01.10.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	310.100	151.315	188.262
1.02.01.10.09	Direito de Ressarcimento	5.583.447	5.415.547	5.802.172
1.02.01.10.10	Ativo Contratual Transmissão	41.023.616	41.696.467	42.843.308
1.02.01.10.11	Risco Hidrológico	149.094	179.879	227.083
1.02.01.10.12	Outros	1.271.995	1.024.607	706.556
1.02.02	Investimentos	29.089.522	29.013.254	27.926.608
1.02.02.01	Participações Societárias	29.089.522	29.013.254	27.926.608
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.850.349	6.202.977	6.565.628
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	20.145.894	20.753.287	19.913.830
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	2.093.279	2.056.990	1.447.150
1.02.03	Imobilizado	32.662.912	33.315.874	32.370.392
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	19.108.873	20.978.723	22.199.651
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.107.704	1.255.295	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.446.335	11.081.856	10.170.741
1.02.04	Intangível	650.950	655.041	649.650

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.04.01	Intangíveis	650.950	655.041	649.650
1.02.04.01.02	Outros	650.950	655.041	649.650

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	178.966.449	178.622.483	181.710.095
2.01	Passivo Circulante	26.400.066	26.341.171	37.323.372
2.01.02	Fornecedores	3.904.051	3.095.469	3.360.550
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.904.051	3.095.469	2.921.521
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	0	439.029
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.513.477	4.108.390	4.230.123
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.513.477	4.108.390	4.230.123
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.194.042	1.575.658	1.277.051
2.01.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	319.435	2.532.732	2.953.072
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.628.072	7.934.644	12.255.107
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.312.341	7.636.633	12.066.912
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.492.286	7.104.794	7.651.781
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.820.055	531.839	4.415.131
2.01.04.02	Debêntures	98.410	78.527	36.073
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	217.321	219.484	152.122
2.01.05	Outras Obrigações	7.631.904	8.478.472	6.251.261
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.196	3.913	9.436
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	40.196	3.913	9.436
2.01.05.02	Outros	7.591.708	8.474.559	6.241.825
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.547.158	2.575.216	1.305.633
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	57.201	15.156	15.659
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	1.134.845	683.602	421.002
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	1.618.508	1.796.753	1.250.619
2.01.05.02.08	Previdência complementar	192.209	161.773	164.160
2.01.05.02.09	Encargos Setoriais	586.845	627.611	653.017
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	0	683	962
2.01.05.02.12	Passivo financeiro - Concessões de Serviços Públicos	647.214	703.114	799.401
2.01.05.02.14	Obrigações estimadas	1.454.148	1.331.257	1.395.985
2.01.05.02.15	Diversos	353.580	579.394	235.387

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.06	Provisões	1.722.562	1.031.488	931.364
2.01.06.02	Outras Provisões	1.722.562	1.031.488	931.364
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	1.722.562	1.031.488	931.364
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	1.692.708	10.294.967
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	0	1.692.708	10.294.967
2.01.07.01.01	Passivos associados a ativos mantidos para venda	0	1.692.708	10.294.967
2.02	Passivo Não Circulante	78.815.089	81.122.047	88.706.822
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	36.427.155	41.172.186	43.562.034
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.544.337	34.303.730	42.305.886
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.905.700	26.229.116	34.113.106
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.638.637	8.074.614	8.192.780
2.02.01.02	Debêntures	8.046.945	5.880.751	432.155
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	835.873	987.705	823.993
2.02.02	Outras Obrigações	14.388.431	11.301.357	13.439.410
2.02.02.02	Outros	14.388.431	11.301.357	13.439.410
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	74.060	50.246	3.873.412
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	989.908	470.600	477.459
2.02.02.02.06	Benefício Pós Emprego	6.824.632	4.826.088	2.979.367
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	290.870	369.262	448.881
2.02.02.02.08	Concessões a pagar - Uso do Bem Público	65.954	68.555	64.144
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	10.014	5.000	25.459
2.02.02.02.11	Fornecedor	16.556	18.143	16.555
2.02.02.02.12	Obrigações de ressarcimento	22.259	0	0
2.02.02.02.13	Encargos Setoriais	744.442	730.303	721.536
2.02.02.02.14	Contratos onerosos	414.705	361.934	715.942
2.02.02.02.15	Obrigações para desmobilização de ativos	3.040.011	3.129.379	2.620.128
2.02.02.02.17	Outros	1.895.020	1.271.847	1.496.527
2.02.03	Tributos Diferidos	3.887.234	4.433.566	8.509.083
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.887.234	4.433.566	8.509.083

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.03.01.01	Tributos a recolher	182.179	239.959	248.582
2.02.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	3.705.055	4.193.607	8.260.501
2.02.04	Provisões	24.112.269	24.214.938	23.196.295
2.02.04.02	Outras Provisões	24.112.269	24.214.938	23.196.295
2.02.04.02.04	Provisões contingências	24.108.078	24.214.938	23.196.295
2.02.04.02.06	Provisões para passivos a descoberto em controladas	4.191	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	73.751.294	71.159.265	55.679.901
2.03.01	Capital Social Realizado	39.057.271	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	13.867.170	21.619.110	13.867.170
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310	3.384.310
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	7.751.940	0
2.03.02.07	Doações e subvenções	7.077.354	7.077.355	7.077.355
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.506	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	28.908.054	23.887.181	15.887.829
2.03.04.01	Reserva Legal	1.686.204	1.369.270	834.414
2.03.04.02	Reserva Estatutária	15.502.459	12.269.728	6.814.195
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	9.427.502	7.956.294	5.947.331
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	2.291.889	2.291.889	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	2.291.889
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	201.752	-296.156
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-8.354.188	-6.311.330	-5.588.668
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	272.987	457.221	504.395

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	29.080.513	29.714.264	25.772.305
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.959.251	-7.449.954	-5.537.063
3.02.01	Energia comprada para revenda	-2.400.358	-2.162.318	-1.559.533
3.02.02	Encargos sobre uso da rede elétrica	-2.500.315	-2.265.358	-1.482.125
3.02.03	Combustível para produção de energia elétrica	-2.092.135	-2.107.161	-1.184.948
3.02.04	Construção	-966.443	-915.117	-1.310.457
3.03	Resultado Bruto	21.121.262	22.264.310	20.235.242
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.496.970	-12.597.738	-2.930.093
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.412.345	-13.663.524	-4.314.943
3.04.02.01	Pessoal, Material, Serviço	-6.979.388	-8.278.287	-7.804.361
3.04.02.07	Depreciação	-1.771.642	-1.707.138	-1.607.273
3.04.02.08	Amortização	-91.227	-100.291	-94.716
3.04.02.09	Provisões operacionais	-7.373.551	-2.005.808	6.495.463
3.04.02.10	Doações e contribuições	-167.408	-156.166	-137.802
3.04.02.13	Outros	-2.029.129	-1.415.834	-1.166.254
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.244.472	24.715	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.670.903	1.041.071	1.384.850
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.624.292	9.666.572	17.305.149
3.06	Resultado Financeiro	-1.671.646	-2.448.786	-1.374.631
3.06.01	Receitas Financeiras	9.130.523	6.291.594	9.071.819
3.06.01.01	Receitas de juros, comissões e taxas	863.828	876.212	2.642.607
3.06.01.02	Receitas de aplicações financeiras	972.602	763.016	686.179
3.06.01.03	Acréscimo moratório sobre energia elétrica	341.672	252.112	248.407
3.06.01.04	Atualizações monetárias ativas	1.161.004	1.205.941	699.871
3.06.01.05	Variações cambiais ativas	5.115.712	2.662.259	4.150.664
3.06.01.08	Ganhos com Derivativos	332.017	0	20.366
3.06.01.09	Outras receitas financeiras	343.688	532.054	623.725
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.802.169	-8.740.380	-10.446.450
3.06.02.01	Encargos de dívidas	-2.853.532	-3.247.747	-2.680.884

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.06.02.02	Encargos de arrendamento mercantil	-367.234	-340.819	-308.770
3.06.02.03	Encargos sobre recursos de acionistas	-81.766	-271.130	-270.533
3.06.02.04	Atualizações monetárias passivas	-877.628	-788.982	-800.789
3.06.02.05	Variações cambiais passivas	-5.659.849	-2.627.251	-4.364.256
3.06.02.06	Ajuste a valor justo	0	0	-921.212
3.06.02.07	Perdas com derivativos	0	-56.613	-63.378
3.06.02.08	Outras despesas financeiras	-962.160	-1.407.838	-1.036.628
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.952.646	7.217.786	15.930.518
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-565.333	630.659	-2.483.718
3.08.01	Corrente	-2.418.461	-2.664.975	-3.141.578
3.08.02	Diferido	1.853.128	3.295.634	657.860
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.387.313	7.848.445	13.446.800
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	3.284.975	-99.223
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	3.284.975	18.955
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	0	-118.178
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	6.387.313	11.133.420	13.347.577
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.338.688	11.195.037	13.262.378
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	48.625	-61.617	85.199
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,06469	8,11585	9,62000
3.99.01.02	PNA	4,47116	8,92792	10,58000
3.99.01.03	PNB	4,47116	8,92792	10,58000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,00158	6,95772	9,60000
3.99.02.02	PNA	4,40177	7,65723	10,56000
3.99.02.03	PNB	4,40174	7,65467	10,56000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	6.387.313	11.133.420	13.347.577
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.042.857	-722.663	-1.340.012
4.02.01	Instrumentos financeiros ao valor Justo por meio de ORA	67.593	597.222	56.754
4.02.02	IR/CSSL diferidos	-20.417	-201.704	-19.296
4.02.03	Ajustes ganhos e perdas atuariais	-2.304.304	-2.075.470	19.105
4.02.04	IR/CSSL diferidos	161.210	964.837	0
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão	90.061	12.824	208.656
4.02.07	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	279	-1.439	3.153
4.02.11	Participação no resultado abrangente das coligadas e entidades com controle compartilhado	-37.279	-18.933	-1.590.057
4.02.12	IR/CSSL diferidos	0	0	-18.327
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.344.456	10.410.757	12.007.565
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.295.831	10.472.374	11.922.366
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	48.625	-61.617	85.199

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.198.719	-86.327	4.356.871
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.267.168	10.410.932	4.424.394
6.01.01.01	Resultado antes do IR e daCSSL	6.952.646	7.217.786	15.930.518
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.862.869	1.807.429	1.701.989
6.01.01.03	Variações monetárias e cambiais líquidas	260.761	-451.967	314.510
6.01.01.04	Receita RBSE	0	0	-4.462.260
6.01.01.05	Encargos financeiros	2.438.704	2.983.484	347.047
6.01.01.06	Receita financeira - ativos de concessão	0	0	-643.208
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-1.670.903	-1.041.071	-1.384.850
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	944.102	624.141	78.728
6.01.01.09	Provisão para contingências	4.187.904	1.757.494	1.819.710
6.01.01.10	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	474.745	-121.581	-6.546.048
6.01.01.11	Provisão para contrato oneroso	89.053	-179.003	-1.353.849
6.01.01.12	Receita de construção	-816.002	-797.250	-712.711
6.01.01.13	Provisão para perda com investimentos	679.801	-334.100	213.246
6.01.01.14	Resultado na alienação de participações societárias	-16.134	-24.715	0
6.01.01.15	Provisão (reversão) Aneel - CCC	63.525	-53.063	0
6.01.01.16	Taxa de fiscalização sobre recursos hídricos - TFRH	0	0	-1.183.583
6.01.01.17	Participação de acionistas não controladores	-73.699	-70.772	-154.796
6.01.01.18	Encargos sobre recursos de acionistas	0	0	270.533
6.01.01.19	Instrumentos financeiros - derivativos	-332.017	56.613	43.012
6.01.01.20	Outras	221.813	-962.493	146.406
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.016.793	-4.456.384	-2.023.292
6.01.02.01	Contas a receber	-1.454.193	-1.390.270	350.086
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	-3.580.871	-4.050.412	578.652
6.01.02.03	Direito de Ressarcimento	76.487	792.306	-2.564.131
6.01.02.04	Almoxarifado	-38.167	-91.532	98.951
6.01.02.05	Estoque de combustível nuclear	-313.743	-40.329	-42.888
6.01.02.06	Ativo financeiro -Itaipu	746.673	601.224	232.797

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.07	Ativos mantidos para venda	2.314.709	10.863.548	367.604
6.01.02.08	Risco Hidrológico	41.243	114.915	121.278
6.01.02.09	Fornecedores	781.295	-203.044	-3.233.836
6.01.02.10	Adiantamento	-73.748	5.762	-85.675
6.01.02.11	Arrendamento mercantil	402.881	-316.152	-101.705
6.01.02.12	Obrigações estimadas	94.915	-193.728	304.408
6.01.02.13	Obrigações de ressarcimento	267.111	0	-1.108.515
6.01.02.14	Encargos setoriais	-26.627	-16.639	-52.050
6.01.02.15	Passivos associados a ativos mantidos para venda	-1.692.708	-8.602.259	3.497.047
6.01.02.16	Outros ativos e passivos operacionais	-562.050	-1.929.774	-385.315
6.01.03	Outros	-8.051.656	-6.040.875	1.955.769
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-1.701.076	-3.650.619	-2.992.595
6.01.03.02	Pagto.de encargos da Reserva Global de Reversão	0	0	-190.527
6.01.03.03	Recebimento de Receita Anual Permitida	9.153.453	7.369.192	1.190.956
6.01.03.04	Recebimento de indenizações do ativo financeiro - RBSE	0	0	6.655.402
6.01.03.05	Recebimento de encargos financeiros	662.713	1.114.465	736.601
6.01.03.06	Pagamento IR e CSSL	-3.537.980	-3.384.888	-2.236.737
6.01.03.07	Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuição - principal	0	0	-51.883
6.01.03.08	Recebto. de remuneração de investimento em part.societárias	1.195.566	1.007.575	1.469.894
6.01.03.09	Pagamento de previdência complementar	-305.292	-258.519	-282.966
6.01.03.10	Pagamento de contingências judiciais	-3.247.582	-1.792.631	-1.086.695
6.01.03.11	Depósitos judiciais	-951.327	-621.161	-709.106
6.01.03.12	Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais das operações descontinuadas	0	-379.997	-546.575
6.01.03.13	Receita contratual - Transmissão	-6.026.214	-5.857.486	0
6.01.03.14	Efeito da Revisão Tarifária Periódica	-4.228.338	0	0
6.01.03.15	Provisões (reversões) operacionais	934.421	413.194	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.441.552	3.270.027	421.308
6.02.01	Concessão de empréstimo e financiamentos	0	-40.040	-189.512
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financiamentos	4.138.002	4.904.413	2.403.651

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-2.254.786	-1.954.652	-1.132.006
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-142.003	-65.550	-129.039
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participações societárias	-68.169	-418.016	-1.065.501
6.02.08	Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	-6.780	-124.032	-151.005
6.02.09	Alienação de investimentos em participações societárias	941.779	1.017.292	714.841
6.02.11	Outros	-166.491	-55.725	25
6.02.12	Caixa Líquido proveniente das (usado nas) atividadesde investimento das operações descontinuadas	0	6.337	-30.146
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.688.971	-3.390.681	-5.014.754
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos / debentures obtidas	9.157.888	6.779.312	1.024.168
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-12.613.613	-12.463.148	-6.374.321
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-2.593.945	-1.183.146	-64.499
6.03.04	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	0	3.660.215	0
6.03.06	Pagamento de arrendamentos financeiros	-556.876	-547.226	0
6.03.07	Outros	-82.425	-51.412	-149.148
6.03.08	Caixa Líquido proveniente das (usado nas)atividadesde investimento das operações descontinuadas	0	414.724	549.046
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-48.700	-206.981	-236.575
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	335.307	583.352	792.252
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	286.607	376.371	555.677

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044	457.221	71.159.265
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044	457.221	71.159.265
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.751.940	-7.751.940	0	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	7.751.940	-7.751.940	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.322.216	-2.042.858	4.279.358	-184.234	4.095.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.338.688	0	6.338.688	48.625	6.387.313
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.472	-2.042.858	-2.059.330	-232.859	-2.292.189
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	279	279	0	279
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	58.302	58.302	0	58.302
5.05.02.06	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	-16.472	-1.921.240	-1.937.712	-232.859	-2.170.571
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Outros Resut. Abrangentes	0	0	0	0	-21.619	-21.619	0	-21.619
5.05.02.08	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-222.164	-222.164	0	-222.164
5.05.02.09	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	63.584	63.584	0	63.584
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.020.873	-6.523.968	0	-1.503.095	0	-1.503.095
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.020.873	-5.020.873	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-1.507.139	0	-1.507.139	0	-1.507.139
5.06.05	Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	0	0	0	4.044	0	4.044	0	4.044
5.07	Saldos Finais	39.057.271	13.867.170	28.908.054	0	-8.354.188	73.478.307	272.987	73.751.294

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506	504.395	55.679.901
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506	504.395	55.679.901
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.751.940	0	0	0	7.751.940	0	7.751.940
5.04.01	Aumentos de Capital	0	7.751.940	0	0	0	7.751.940	0	7.751.940
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.037.827	-722.662	10.315.165	-47.174	10.267.991
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.195.036	0	11.195.036	-61.617	11.133.419
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-157.209	-722.662	-879.871	14.443	-865.428
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.439	-1.439	0	-1.439
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	7.795	7.795	0	7.795
5.05.02.06	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	-157.209	-1.525.305	-1.682.514	14.443	-1.668.071
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Outros Resut. Abrangentes	0	0	0	0	-196.322	-196.322	0	-196.322
5.05.02.08	Ajuste Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	415.190	415.190	0	415.190
5.05.02.09	Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	0	0	0	0	577.419	577.419	0	577.419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.999.352	-10.539.919	0	-2.540.567	0	-2.540.567
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.999.352	-7.999.352	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	0	-2.540.567	0	-2.540.567	0	-2.540.567
5.07	Saldos Finais	31.305.331	21.619.110	23.887.181	201.752	-6.311.330	70.702.044	457.221	71.159.265

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	13.867.170	1.344.288	0	-4.177.412	42.339.377	413.155	42.752.532
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2.228.925	-71.244	2.157.681	40.941	2.198.622
5.02.01	Ajuste de Adoção - CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 09	0	0	0	2.228.925	-71.244	2.157.681	40.941	2.198.622
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	13.867.170	1.344.288	2.228.925	-4.248.656	44.497.058	454.096	44.951.154
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.250.000	0	-1.250.000	0	-1.250.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.250.000	0	-1.250.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-22.434	13.290.532	-1.340.012	11.928.086	50.299	11.978.385
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.262.378	0	13.262.378	85.199	13.347.577
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-22.434	28.154	-1.340.012	-1.334.292	-34.900	-1.369.192
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	3.153	3.153	0	3.153
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	28.340	28.340	0	28.340
5.05.02.06	Ajuste Controladas /Coligadas	0	0	0	5.720	-828.071	-822.351	-34.900	-857.251
5.05.02.07	IR/CS Diferido s/ Result. Abrangentes	0	0	0	0	-37.624	-37.624	0	-37.624
5.05.02.08	Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	0	0	0	0	110.658	110.658	0	110.658
5.05.02.09	Ajuste de Benefício Pós Emprego	0	0	0	0	-616.468	-616.468	0	-616.468
5.05.02.10	Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	-22.434	22.434	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.565.975	-14.565.613	0	362	0	362
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.565.975	-14.565.975	0	0	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo	0	0	0	362	0	362	0	362
5.07	Saldos Finais	31.305.331	13.867.170	15.887.829	-296.156	-5.588.668	55.175.506	504.395	55.679.901

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	38.651.704	38.099.923	46.544.128
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	38.640.567	37.035.997	45.341.032
7.01.02	Outras Receitas	11.137	1.063.926	1.203.096
7.01.02.01	Receita de Construção	816.002	795.988	1.358.495
7.01.02.02	PCLD - Consumidores e Revendedores	-804.865	267.938	-155.399
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.504.356	-13.617.559	-16.128.766
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.610.429	-7.807.914	-9.201.781
7.02.04	Outros	-12.893.927	-5.809.645	-6.926.985
7.02.04.01	Encargos setoriais	-1.832.748	-1.823.718	-2.171.707
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-2.400.358	-3.610.455	-7.150.402
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-2.092.135	-2.132.559	-1.627.334
7.02.04.04	Provisões Operacionais	-6.568.686	1.757.087	4.022.458
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.147.348	24.482.364	30.415.362
7.04	Retenções	-1.862.869	-1.807.429	-1.852.721
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.862.869	-1.807.429	-1.852.721
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.284.479	22.674.935	28.562.641
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.824.220	7.451.720	14.830.817
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.670.903	1.041.071	4.351.948
7.06.02	Receitas Financeiras	3.137.183	6.385.934	10.478.869
7.06.03	Outros	16.134	24.715	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.108.699	30.126.655	43.393.458
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	21.108.699	30.126.655	43.393.458
7.08.01	Pessoal	4.742.852	5.397.485	6.519.724
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	0	5.878.244
7.08.01.04	Outros	4.742.852	5.397.485	641.480
7.08.01.04.01	Pessoal, Encargos e honorários	4.520.641	4.840.977	0
7.08.01.04.03	Plano de aposentadoria e pensão	222.211	556.508	641.480
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.880.303	4.157.598	9.671.533
7.08.02.01	Federais	3.875.792	2.969.518	7.269.203

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02.02	Estaduais	995.304	1.178.644	2.285.625
7.08.02.03	Municipais	9.207	9.436	116.705
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.098.231	9.438.152	13.854.624
7.08.03.01	Juros	4.808.829	9.172.121	13.426.194
7.08.03.02	Aluguéis	121.994	109.780	290.048
7.08.03.03	Outras	167.408	156.251	138.382
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	0	0	138.382
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.387.313	11.133.420	13.347.577
7.08.04.02	Dividendos	0	2.540.567	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.338.688	8.654.469	13.262.378
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	48.625	-61.616	85.199



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



2020

Sumário

Mensagem da Administração.....	3
2. PANDEMIA COVID-19.....	6
3. Perfil da Eletrobras e Planejamento Estratégico.....	8
3.1 A Companhia.....	8
3.2 Estrutura Societária.....	9
3.3 Investimentos Realizados.....	11
3.4 Planejamento Estratégico.....	14
4 Panorama Econômico Setorial.....	19
4.1 Geração.....	20
4.2 Transmissão.....	29
4.3 Operações no Exterior.....	37
4.4 Aspectos Regulatórios no Setor Elétrico Brasileiro.....	38
5. Cepel e Investimentos em P&D+I.....	44
Gestão da Inovação e Melhoria de Processos.....	45
6. Principais Aspectos ESG.....	47
6.1 Gestão Ambiental (Environmental).....	47
6.2 Gestão Social (Social).....	51
6.3 Gestão da Governança (Governance).....	67
7. Programas de Governo.....	83
8. Mercado de Capitais.....	87
9. Empréstimo Compulsório.....	93
10. Serviços de Auditoria Externa.....	96
11. Desempenho Financeiro.....	98
12. Balanço Social.....	112
13. Pareceres.....	116
14. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativa.....	



Elvira Cavalcanti Presta
Presidente da Eletrobras interina

Mensagem da Administração

Em um ano tão atípico quanto 2020, a importância da energia, para dar suporte ao país no combate ao novo coronavírus, reforçou para a sociedade e para todos os nossos *stakeholders* o quão essenciais são os serviços prestados pela Eletrobras.

A Companhia foi submetida ao maior desafio operacional de sua história. Logo no início da crise, de forma inédita e imediata, colocou em regime de teletrabalho cerca de 75% de nossos colaboradores, enquanto os outros 25% operavam presencialmente nas usinas, subestações e centros de operações em todas as regiões do país, seguindo, com rigor, os protocolos de saúde e segurança.

Este êxito só foi possível porque, nos últimos anos, as Empresas Eletrobras passaram por um amplo processo de reestruturação, com a modernização da gestão, investimentos na automação das operações e implantação de um sistema integrado em todas as empresas — SAP instância única. A pandemia foi um teste de resiliência, que permitiu atestar o acerto das medidas adotadas. Graças a elas, pudemos operar remotamente, a partir de 183 pontos e respectivos *backups*, e de 399 instalações, entre usinas, subestações e centros de operação.

Os protocolos adotados garantiram a manutenção de todos os padrões de confiabilidade e disponibilidade dos ativos de Geração e Transmissão da Eletrobras em níveis iguais ou superiores ao período pré-pandemia. E, assim, a Companhia contribuiu com a sociedade nesse momento crítico, oferecendo aquilo que tem de melhor: a energia de que o Brasil necessita para se manter e se desenvolver. Nos meses críticos da pandemia, chegou a suprir 40% da geração brasileira.

Enquanto, nas linhas de frente, os operadores seguiam atuando para assegurar o fornecimento de energia, a Alta Administração das Empresas Eletrobras constituiu um Comitê de Crise que se reuniu diariamente, para avaliar cenários, estabelecer protocolos de segurança e adotar medidas necessárias para a continuidade das operações. Neste Comitê, também monitoramos as condições de saúde dos colaboradores e asseguramos suporte às suas famílias.

Além de fazer frente à severidade dos acontecimentos de 2020, a Eletrobras obteve conquistas valiosas em diferentes esferas de seu negócio. Iniciou o projeto de Transformação Cultural, um dos mais importantes dos últimos tempos para a Companhia, com objetivo de consolidar uma cultura corporativa focada em criatividade, colaboração, inovação e sustentabilidade; comprometida com a meritocracia e a alta performance, reconhecendo e premiando o talento e os feitos dos colaboradores. A partir de uma pesquisa que serviu para mapear o atual estado da cultura organizacional nas empresas, considerando as opiniões e as sugestões de todos os empregados, o processo vai sedimentar, nos próximos meses, as bases desta grande transformação, construindo a Eletrobras que todos queremos como brasileiros: moderna, dinâmica e meritocrática.

A racionalização dos investimentos continuou em 2020, com a venda das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Centroeste, MTE, Santa Vitória do Palmar e Complexo Campos Neutrais, reduzindo de 136 para 94 o número de SPEs nas quais a Eletrobras detinha participações. Além disso, aprovamos a compra da participação dos sócios minoritários e a incorporação de outras 12 SPEs pelas subsidiárias Furnas (Transenergia Goiás) e Chesf (11 empreendimentos do Complexo Eólico Pindaí I, II e III), o que permitiu reduzir para 82 o número de participações em SPEs já no início de 2021.

Também concluímos a incorporação de duas subsidiárias atuantes na região Sul: Eletrosul e CGTEE. O projeto foi iniciado em 2017 e incluído no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da Eletrobras, com foco na sinergia societária das controladas regionais. Com atuação única e integrada no Sul do Brasil, a nova empresa, CGT Eletrosul, ganha em eficiência operacional, melhoria de processos e otimização de resultados.

A reestruturação promoveu também, do ponto de vista organizacional, mudanças visando equalizar as estruturas administrativas da *Holding* e de suas subsidiárias. Ainda internamente, concluímos o processo de adequação das Empresas Eletrobras à Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD, e publicamos nova versão do Código de Conduta Ética e Integridade da Eletrobras, ambos com ampla divulgação e treinamento dos colaboradores.

No segmento de Transmissão, o ano marcou o retorno da participação da Eletrobras nos leilões, após seis anos de ausência. A *Holding* coordenou a participação de três controladas, pautada por rigorosa premissa de disciplina financeira. Mas, a conquista mais significativa foi a aprovação dos processos de revisão tarifária das concessões de transmissão, prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, e contemplada na Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário 2020-2021, com atualização e remuneração pelo Custo do Capital Próprio (Ke), real, do segmento de Transmissão definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Além disso, foi também incluída, no ciclo tarifário, a parcela retroativa prevista na Portaria MME 120/2016 relativa à remuneração pelo Ke, não incorporada desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, que havia sido excluída da tarifa, pela Aneel, em 2017, por força de liminares judiciais, que foram revogadas em 2020.

Em Geração destacam-se a decisão pela retomada das obras de Angra-3, com aprovação de dotação orçamentária de R\$ 3,5 bilhões para o Plano de Aceleração do Caminho Crítico, que assegura a conclusão das obras até 2026, e a edição da Lei 14.120/2021, que estabelece premissas do preço para um novo contrato de energia de reserva de 40 anos, preservando a sustentabilidade do projeto e a modicidade tarifária já foi aprovada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O projeto de reestruturação do modelo de negócios da Comercialização é outra ação que assegura ganhos importantes para os próximos anos. E, no âmbito da inovação, integramos o conjunto de membros fundadores do Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil). Fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. O C4IR Brasil é o primeiro desse tipo no país e terá como foco Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas, Transformação Urbana e Política de Dados. O objetivo é

estimular a adoção de tecnologias inovadoras com base na formulação de políticas públicas escaláveis e que contribuam para a ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade das empresas e da economia no país.

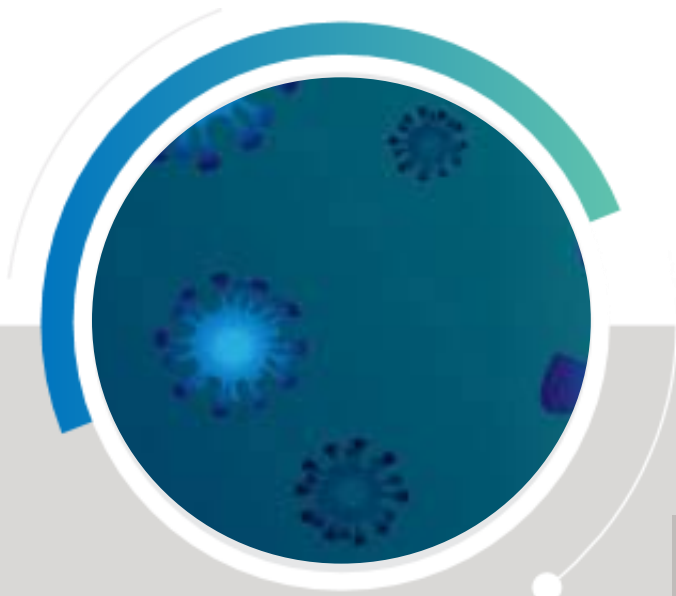
Signatária do Pacto Global, a Eletrobras se orgulha de ter seus constantes esforços reconhecidos pelo mercado, como atestam a melhoria das notas da Companhia no *Carbon Disclosure Project* (A-) e no *Dow Jones Sustainability Index* e a obtenção de credenciais para emissão de *green bonds*, conquistas que evidenciam nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável. Neste quesito, também merece destaque o lançamento da Jornada EESG, uma área no site da Eletrobras dedicada a reunir todos os nossos indicadores referentes aos temas sociais, ambientais e de governança, aumentando a visibilidade e evidenciando, assim, sua importância na estratégia de negócio da Companhia. Foi um ano sem igual! Por isso, em meio a tantos esforços e importantes conquistas, foi preciso fazer ainda mais. As Empresas Eletrobras contribuíram com R\$ 23,7 milhões para o combate à pandemia da covid-19, que chegaram a hospitais e santas casas do SUS em todo o país, em parceria com o BNDES, no programa “Salvando Vidas”. Foram realizadas campanhas de doação de equipamentos e EPIs, cestas básicas, kits de higiene, testes de covid, máscaras de proteção destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social nas comunidades no entorno dos empreendimentos da empresa, fruto de um levantamento que mapeou os ativos estratégicos e os públicos com os quais nos relacionamos. Já em 2021, foram doados 100 cilindros ou 1.000m³ de oxigênio para Manaus.

Agradecemos a dedicação de todos os colaboradores, que, com determinação e competência, fazem a Eletrobras ser a empresa que é. Queremos ainda nos solidarizar com as famílias de brasileiros que tiveram vidas perdidas e homenagear os colegas das Empresas Eletrobras que nos deixaram, vítimas da pandemia. Agradecemos ainda a confiança depositada por acionistas, parceiros e demais públicos de relacionamento, e o reconhecimento aos esforços e frutos de todo o trabalho que apresentamos neste relatório.

E por fim, não poderíamos deixar de registrar um especial agradecimento ao ex Presidente Wilson Ferreira Junior, que por quase cinco anos conduziu a Eletrobras em seu processo de reestruturação, focado em governança e conformidade, disciplina financeira e excelência operacional. Os avanços detalhados neste Relatório da Administração foram todos atingidos durante sua gestão, encerrada em 15 de março de 2021. A ele agradecemos não apenas pelos avanços aqui relatados, mas pela incansável dedicação às nossas empresas, pelo compromisso com o futuro sustentável da Companhia, pela liderança exemplar e por deixar um time preparado para consolidar todas as conquistas já alcançadas.



Ruy Flaks Schneider
Presidente do Conselho de
Administração



2. PANDEMIA COVID-19

Unidas diante da maior crise da atualidade, as Empresas Eletrobras vêm, desde o início da pandemia, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e dos governos dos estados e das cidades onde se encontram suas sedes e unidades operacionais. Além de garantir os serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica essenciais para o Brasil, as Empresas Eletrobras mobilizaram-se, por meio de doações, para contribuir com a sociedade brasileira no combate à covid-19. Em colaboração com o governo e comunidades locais aprovaram, em 2020, R\$ 23,7 milhões para doações de saúde e assistência em todo o país, com foco nos municípios e nos estados onde operam seus ativos estratégicos de Geração e Transmissão. As contribuições foram assim aplicadas:

- CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Furnas e a *Holding* destinaram R\$ 19,8 milhões à campanha “Salvando Vidas”, capitaneada pelo BNDES, em que o banco dobra o valor dos doadores, ampliando ainda mais o alcance da ação. As doações chegaram a 109 hospitais e santas casas do SUS, em 102 municípios de 24 estados e do Distrito Federal, na forma de *kits* de proteção para o profissional de saúde, com materiais como touca, óculos de proteção, máscara cirúrgica, avental de manga longa, luvas, oxímetro de pulso, estetoscópio e aparelho de pressão, bem como, em entregas de 100 cilindros ou 1.000m³ de oxigênio, em 2021, para a cidade de Manaus (AM).
- Eletronorte doou R\$ 2 milhões para aquisição de duas ambulâncias e um tomógrafo ao Hospital Regional de Tucuruí, no Pará. A Eletronorte também aprovou a doação de R\$ 875 mil para equipamentos de saúde nas comunidades indígenas e associações comunitárias na Amazônia.
- CGT Eletrosul, Chesf e Eletronuclear aprovaram a doação de R\$ 455 mil para mais de 8 mil cestas básicas a comunidades do entorno de suas instalações.
- Eletronuclear investiu R\$ 276,6 mil na doação de 2.600 testes de covid-19 para o SUS em Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro (RJ).
- Chesf aplicou mais R\$ 20 mil em ações sociais no entorno de suas operações.

- Furnas destinou R\$ 130 mil para *kits* de higiene e 16,6 mil máscaras de proteção a aproximadamente 4.150 famílias em situação de vulnerabilidade social das comunidades no entorno dos empreendimentos da empresa.
- A Holding doou ainda R\$ 100 mil à campanha “Máscaras + Renda”, promovida pela Vale, em que costureiras no entorno da sede da empresa, no Rio de Janeiro, receberam insumos e foram remuneradas para produzir 27 mil máscaras doadas a suas comunidades.

Devido à necessidade de preservar suas atividades essenciais, a Companhia, na medida do possível, antecipou férias; aprovou compensação de banco de horas; autorizou o teletrabalho; restringiu as viagens nacionais e reuniões com a participação de número elevado de pessoas; proibiu viagens internacionais; e colocou os colaboradores que apresentaram sintomas da covid-19 em quarentena. Solicitou ainda que seus prestadores de serviços observassem, igualmente, todas as orientações do Ministério da Saúde, além de adotar, monitorar e atualizar medidas preventivas à covid-19, com os seguintes protocolos instituídos nas Empresas Eletrobras:

- Protocolo de Contingência na Operação e Manutenção de Ativos de G&T.
- Protocolo Eletrobras para Suprimentos.
- Protocolo de Isolamento de Operadores.
- Protocolo de Retorno da Manutenção.
- Protocolo de Segurança em Implantação de Empreendimentos de Geração e Transmissão.

Os impactos da pandemia em nossos negócios e pessoas serão abordados em seus respectivos capítulos.



3. Perfil da Eletrobras e Planejamento Estratégico

3.1 A Companhia

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras” ou “Companhia”) é uma empresa de capital aberto, que tem como acionista majoritário o Governo Federal. Foi constituída pela Lei 3.890-A, de 11/06/1962 e o escritório central está instalado em um único local, na rua da Quitanda, nº 196, no Centro do Rio de Janeiro.

A Eletrobras é líder em Geração e Transmissão de energia elétrica no país e contribui para que a matriz energética brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Também atua nos segmentos de Comercialização e Eficiência Energética, além de programas como o Procel, o Programa Luz para Todos e o Proinfa.

Em Geração de energia elétrica brasileira, a capacidade instalada da Companhia equivalente a cerca de 29% do total da capacidade instalada do país, sendo que cerca de 97% vem de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa.

No segmento de Transmissão de energia elétrica no Brasil, a Eletrobras é responsável por cerca de 44% do total de linhas de transmissão do país em sua rede básica, em alta e extra-alta tensão.

A Eletrobras cumpre estratégias voltadas para governança e conformidade, excelência operacional, disciplina financeira, atuação sustentável e valorização das pessoas. Suas empresas e centro de pesquisas estão presentes em todas as regiões do Brasil.

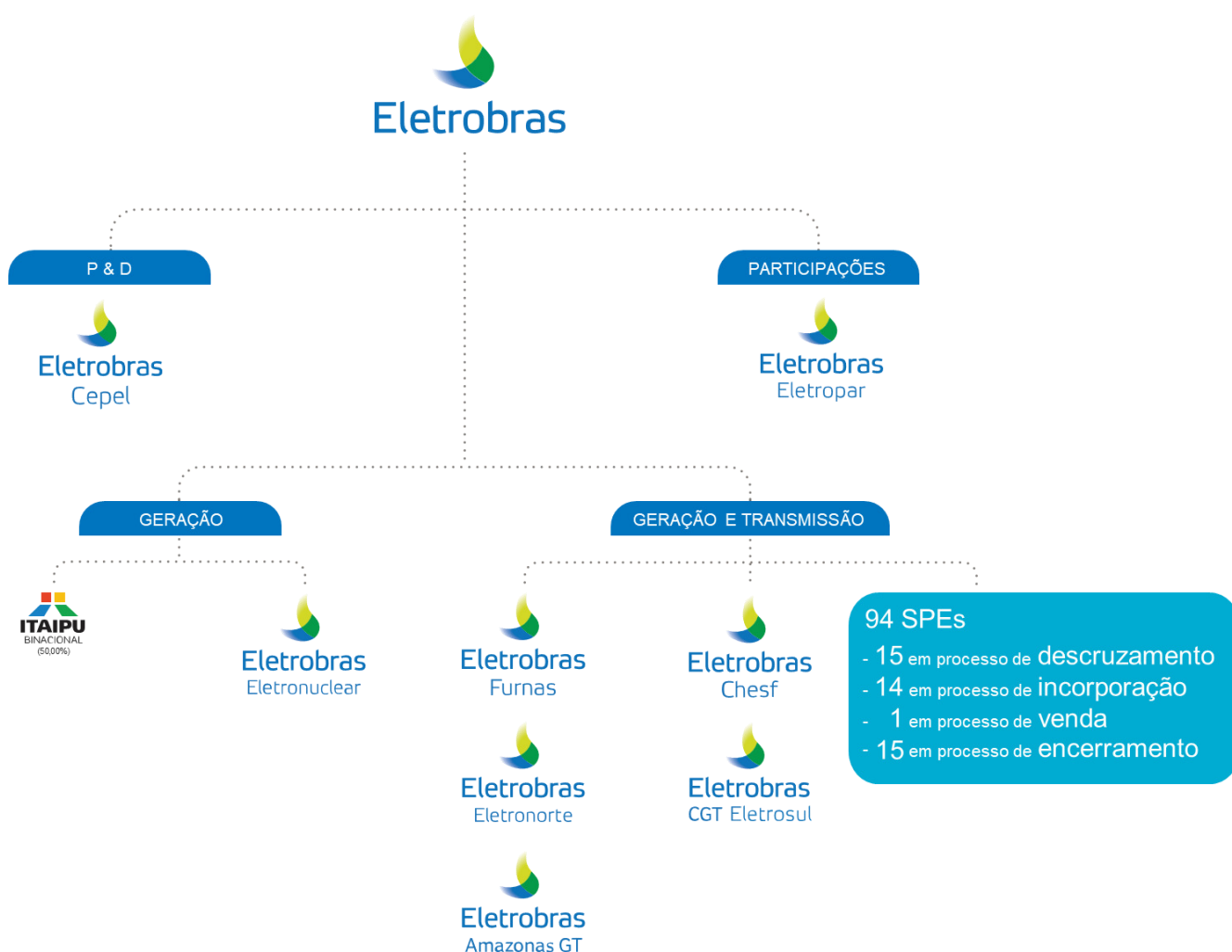
3.2 Estrutura Societária

O Sistema Eletrobras, em 31 de dezembro de 2020, era formado pela *Holding* e por sete controladas, sendo seis operacionais, 50% da participação de Itaipu Nacional, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e a empresa de Participações Eletropar. A Eletrobras possui, ainda, participação acionária em 94 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) no Brasil — sendo 69 de geração, 20 de transmissão e três de serviços —; em duas geradoras de energia no exterior — a Rouar e a Inambari —; e em 25 empresas coligadas.



Estrutura Societária

Figura 1



Alterações Societárias

De acordo com as diretrizes do seu planejamento estratégico, a Eletrobras buscou, nos últimos anos, a racionalização da carteira de participações societárias. Em dezembro de 2016, a empresa possuía participação em 178 SPEs. Desde então, houve o encerramento de 11 SPEs; a incorporação de 20; a redução de 02 (duas), através de permuta com sócio; e a venda de 51 SPEs, gerando mais de R\$ 2,2 bilhões para o caixa da Companhia. Destas operações, 42 ocorreram no ano de 2020. Com isto, a Eletrobras encerrou o exercício de 2020, com um total de 94 SPEs, ou seja, uma redução de 84 SPEs em relação a dezembro de 2016.

O Projeto de Racionalização das SPEs terá continuidade com o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2021-2025, por ser um projeto estratégico e prioritário. Das 94 SPEs, 15 estão em processo de descruzamento para posterior incorporação; 01 (uma) em processo de venda; 14 em processo de incorporação e 15 em processo de encerramento. Das 14 SPEs em processo de incorporação, a Eletrobras já possui 100% de participação em 12 — 11 dos Complexo Pindaí I, II e III e a TGO— e nas outras duas, o processo de aquisição depende de envio de propostas do sócio para avaliação da Eletrobras. Com tais operações, a Companhia prevê a redução de mais 45 sociedades em 2021, encerrando ano com 49 SPEs.

JANEIRO 2020

A incorporação da Eletrosul pela CGTEE, resultando na controlada Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul), foi concluída no dia 02/01/20.

A Eletrobras vendeu e transferiu 01(uma) ação ordinária da Amazonas Energia D, que era residual em decorrência do processo de privatização, para o Consórcio Juruá, não mais fazendo parte do quadro societário da referida distribuidora.

Alienada para Cemig a totalidade das ações que Eletrobras detinha na SPE Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A., correspondente a 49% do capital social total.

FEVEREIRO 2020

O aumento de capital social da Eletrobras, no montante de R\$ 7.751,9 milhões, foi homologado mediante a emissão de 201.792.299 novas ações ordinárias e 14.504.511 novas ações preferenciais classe B, que foram subscritas e integralizadas, nos termos Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em novembro de 2019. O capital social da Companhia passou a ser de R\$ 39.057.271.546,52. A operação foi executada através da integralização do AFAC da União de R\$ 4.054 milhões, além da captação de cerca de R\$ 3,7 bilhões do mercado de capitais.

MARÇO 2020

A Eletrobras transferiu para a Eletronorte 497.946.334 ações ordinárias representativas do capital social da Amazonas GT, conforme 176ª Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R\$ 3.130,2 milhões.

AGOSTO 2020

Aumento de capital da Eletrobras na SPE Chapada do Piauí I Holding, no valor de R\$17,1 milhões, mediante a emissão de 17.150.000 ações ordinárias.

SETEMBRO 2020

Venda da totalidade da participação societária da Eletrobras, de 49,5%, na SPE Manaus Transmissora de Energia (MTE) para a Evoltz Participações S/A., pelo valor de R\$232 milhões.

OUTUBRO 2020

Venda da totalidade da participação acionária da Eletrobras, de 49%, na SPE Eólica Mangue Seco 2 para o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus (FIP Pirineus), pelo valor de R\$ 33 milhões.

Aumento de capital da Eletronuclear, no valor de R\$ 1.885,7 milhões, mediante a emissão de 22.081.709.937 ações, sendo 17.256.190.449 ações ordinárias e 4.825.519.489 ações preferenciais, com a conversão de créditos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$850 milhões e a conversão de créditos financeiros de R\$1.035,7 milhões.

NOVEMBRO 2020

Venda e transferência da totalidade da participação societária da Eletrobras nas SPEs Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A. (78%), Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo III S.A. e Chuí IX S.A. (99,99%, respectivamente), pelo valor total de R\$ 618,1 milhões.

DEZEMBRO 2020

Venda e transferência de 4,77% da participação da Eletrobras na AES Tietê Energia, equivalentes a 1.509.602 Units ou 0,38% do Capital Social da AES Tietê, para a AES Holding Brasil II S.A., pelo montante de R\$25,8 milhões.

Além disso, a Eletrobras promoveu, ao longo dos meses fevereiro, março, abril, maio, agosto e dezembro de 2020, AFAC para a Eletronuclear, no montante total de R\$ 1.202 milhões, sendo R\$ 1.052 milhões para o Plano de Aceleração do Caminho Crítico da usina da Angra-3.

EVENTOS SOCIETÁRIO SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2021, a Chesf concluiu a compra da totalidade das ações pertencentes à Sequoia Capital Ltda, nas SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III, pelo valor de R\$ 20,6 milhões.

Em 19 de fevereiro de 2021, foi pago o valor de R\$ 2.291,8 milhões, a título de dividendos intermediários do ano de 2021, à conta da reversão da integralidade do saldo da reserva especial de dividendos retidos, nos termos dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

3.3 Investimentos Realizados

O total dos investimentos realizados pelo Sistema Eletrobras, em 2020, foi de R\$ 3.122 milhões, o que corresponde a 59,1% do orçamento do ano. Deste total, R\$ 3.008,4 milhões correspondem a gastos corporativos e R\$ 113,7 milhões em parcerias. Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R\$ 1.802 milhões em Geração, R\$ 1.051 milhões em Transmissão e R\$ 269 milhões em outros (Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Comparado a 2019, observa-se um acréscimo de 25,2 % no total

do investimento corporativo no segmento de Geração e um acréscimo de 11,3 % no segmento de Transmissão.

As realizações de 2020 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais, pela Portaria Ministério da Economia 407/2020 e pela Lei 13.978/2020.



Investimentos Realizados

Tabela 1

(Em R\$ milhões)

Investimento (Corporativo + Parcerias)	Orçado 2020	% 2020	Realizado 2020	Realizado 2019	Realizado 2018
Geração	2.869	63%	1.802	2.049	2.214
Implantação Corporativa	1.108	98%	1.082	703	593
Ampliação Corporativa	263	84%	222	190	84
Manutenção	822	52%	424	487	351
Expansão SPEs	676	11%	74	669	1.186
Transmissão	2.009	52%	1.051	1.068	1.430
Implantação Corporativa	7	200%	14	3	18
Ampliação e Reforços e Melhorias	1.212	52%	631	691	1.042
Manutenção	657	56%	366	203	293
Expansão SPEs	133	30%	40	171	77
Distribuição	-	-	-	-	756
Outros⁽¹⁾	408	66%	269	211	200
Total	5.286	59%	3.122	3.328	4.600

(1) Outros: Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental

Destaques em 2020

GERAÇÃO: INVESTIMENTOS DE R\$ 1.802 MILHÕES

- Usina Nuclear Angra-3, da Eletronuclear: R\$ 1.049 milhões, representando 99,7% do total orçado para 2020, referente à retomada das obras. Isso foi possível após a integralização de recursos pela Eletrobras por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).
- Usina Termelétrica Santa Cruz, de Furnas: R\$ 214 milhões, representando 93% do total orçado para 2020. Este valor foi destinado à aquisição de equipamentos, montagens eletromecânicas e instalação de novos componentes da usina. Também foi realizado o comissionamento a frio (testes e ajustes de malha e execução de testes funcionais em equipamentos e sistemas).
- Parque Eólico Casa Nova A, da Chesf: R\$ 19 milhões em 2020, com entrada em operação em dezembro de 2020.
- Manutenção da Geração: realização total ficou em 52% do total previsto, com destaque para R\$ 90 milhões de um orçamento de R\$ 104 milhões de Furnas.

GERAÇÃO: NÃO EXECUÇÃO DE R\$ 1.067 MILHÕES

Em manutenção de Geração houve grandes impactos atribuídos à covid-19, afetando o nível dos investimentos, como atrasos com entregas de equipamentos e atrasos em processos licitatórios.

- Usina de Candiota, da CGT Eletrosul: investimento total de R\$ 13 milhões de um orçamento de R\$ 50 milhões, pois os processos de aquisição ficaram prejudicados devido a dificuldades dos fornecedores em realizar as entregas e a grande variação do câmbio, dado que alguns equipamentos são importados. A usina ficou parada de junho a novembro devido ao problema crítico com o conjunto turbina/gerador elétrico.
- Usinas de Angra 1 e 2: investimento total de R\$ 215 milhões de um orçamento de R\$ 459 milhões, o que possibilitou que as atividades nas usinas se mantivessem em nível suficiente para assegurar a qualidade e a segurança da operação. Devido à pandemia, o desenvolvimento de projetos em curso e/ou a serem iniciados foram afetados pelo regime de revezamento ou de teletrabalho praticado pelas equipes. Também houve problemas com fornecedores e com contratos de prestações de serviços que utilizavam a mão de obra estrangeira.

SPEs – programas de *standstill* ofertados por instituições financeiras melhoraram a posição de caixa das SPEs, reduzindo necessidade de aportes no total de R\$ 650 milhões pelas Empresas Eletrobras. Furnas fez aportes na Holding Brasil Ventos num total de R\$ 22 milhões (23% do total orçado) para atender a custos e despesas da SPE e nas subsidiárias Baleia e Punaú, para cobrir o ressarcimento de estudos e, em Itaguaçu da Bahia, para pagamento de penalidade Aneel relacionada à desconstrução de energia. SINOP e ESBR – Jirau não demandaram aportes, anteriormente previstos em R\$ 202 milhões devido à adesão ao *standstill*. Teles Pires também aderiu ao *standstill* porém recebeu aportes num total de R\$ 29 milhões para cobertura de déficit (pagamento de debêntures). Com a venda do Complexo Eólico Campos Neutrais pela Holding, os aportes totais de R\$ 91 milhões previstos não foram necessários.

TRANSMISSÃO: INVESTIMENTOS DE R\$ 1.051 MILHÕES

Os investimentos em Ampliação, Reforços e Melhorias corresponderam 62% do Investimento Corporativo no segmento.

- Chesf: realizou total R\$ 113 milhões de um orçamento de R\$ 157 milhões para a Ampliação do Sistema de Transmissão da Chesf, cujas principais obras em andamento são os empreendimentos LT 230 kV Russas II; Banabuiú C2 e LT 230 kV Pau Ferro; Santa Rita II e SE Santa Rita II - 230/69 kV.
- SPEs de transmissão: investimento de R\$ 39 milhões em Mata de Santa Genebra, de Furnas. Com a pandemia, a SPE aderiu ao *standstill* que apenas adiou para o fim do ano a necessidade dos aportes.

TRANSMISSÃO: NÃO EXECUÇÃO DE R\$ 958 MILHÕES

Os desinvestimentos no segmento de Transmissão, incluindo na manutenção foram reflexos da covid-19, pelos atrasos de fornecedores, além de problemas com mão de obra, por medidas de prevenção, com licitações por causa de câmbio elevado e na obtenção de licenças ambientais. Também ocorreram atrasos e ausências de autorizações da Aneel, atrasos em licitações, otimização de custos gerando menor desembolso, comissionamento e outros.

- Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão, da Chesf: investimento total de R\$ 128 milhões de um orçamento de R\$ 419 milhões.
- Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, de Furnas: investimento total de R\$ 85 milhões de um orçamento de R\$ 328 milhões.
- Início das obras do empreendimento SE Cotegipe - 5 ° TR 230/69 kV - 100 MVA, da Chesf: sofreu impacto em virtude de problemas para a obtenção de alvará de construção.

- Redução no ritmo das obras: seccionamento de barra na SE Recife II até desmobilização da contratada no empreendimento Seccionamento da LT 230 KV Banabuiú/Fortaleza para SE Aquiraz C1 e C2.
- SPE Transmissora Delmiro Gouveia: previsão de aporte de R\$ 40 milhões não ocorreu, uma vez que foi incorporada pela Chesf em maio de 2020. A Eletronorte não aportou os R\$ 47 milhões programados para a Transnorte Transmissora de Energia, em função da falta de licenciamento ambiental. Adicionalmente, a Eletronorte aguarda decisão sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

Nossos investimentos em sociedades coligadas e controladas estão relacionados na nota explicativa 20 das Demonstrações financeiras consolidadas de 2020.

3.4 Planejamento Estratégico

Em 1^a de agosto de 2020, a Eletrobras divulgou ao mercado seu Planejamento Estratégico 2020-2035, onde a Sustentabilidade é a premissa que determina as diretrizes, estratégias, processos da Companhia e toda sua maneira de fazer negócios.

O posicionamento atual da Companhia, diferente do Plano Estratégico anterior, em função da agilidade com que vêm ocorrendo mudanças nas mais diversas esferas: sociais, ambientais, conjunturais, estruturais; com forte tendência de descarbonização; diversificação das fontes; aumento da geração distribuída; disrupção tecnológica; digitalização acelerada; a maneira como o Brasil irá evoluir socioeconomicamente; e, por consequência, a evolução da demanda por eletricidade. Estas e outras tendências do setor elétrico implicaram em ajustes na maneira como a empresa deve atuar, o que resultou neste novo posicionamento.

O novo Plano Estratégico 2020-2035, além de definir uma nova identidade empresarial — Propósito, Visão e Valores —, estabelece um conjunto de diretrizes e objetivos voltados para o crescimento e modernização da Eletrobras e alinhados às novas tendências do setor de energia.



Planejamento Estratégico 2020-2035

Figura 2

PROPÓSITO	VISÃO DE FUTURO	VALORES
Colocamos toda nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade.	Ser uma empresa inovadora, de energia limpa, reconhecida pela excelência e sustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> ● Respeito às pessoas e à vida; ● Ética e transparência; ● Excelência; ● Inovação; ● Colaboração e reconhecimento.

A figura abaixo apresenta o desafio de transformação estratégica a que a Eletrobras se propõe nesse período:



Diretrizes Estratégicas

Figura 3

DESEMPENHO EMPRESARIAL

VALOR E INVESTIMENTO >> Multiplicar a criação de valor e ampliar a capacidade de investimento da empresa

NEGÓCIOS

EFICIÊNCIA DE G&T >> Criar valor pelo aumento da eficiência dos ativos de G&T

EXPANSÃO DE G&T >> Consolidar a liderança em G&T, com foco em energia limpa

COMERCIALIZAÇÃO >> Alcançar a liderança na comercialização, com margens atrativas e eficiência na gestão dos riscos

NOVOS NEGÓCIOS >> Investir em novos negócios, com foco em energia, participando da consolidação do setor (M&A)

GOVERNANÇA, GESTÃO E CAPACIDADES CRÍTICAS

CULTURA E PESSOAS >> Desenvolver a cultura de alta performance e a excelência na gestão de pessoas, com meritocracia

GOVERNANÇA >> Atingir a excelência em Governança, Gestão de Riscos e Controles internos (GRC)

GESTÃO >> Focar a gestão da empresa em criação de valor e aumento de competitividade

INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL >> Ter protagonismo em inovação e promover a transformação digital dos processos de negócio e de gestão

O Plano Estratégico é desdobrado no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), atualizado anualmente, com horizonte de cinco anos. Em dezembro de 2020, foi aprovado, pelo Conselho de Administração, o PDNG 2021-2025, que é uma atualização natural do PDNG 2020-2024.

Os principais resultados disponíveis até o momento do PDNG 2020-2024, para cada uma das Diretrizes Estratégicas estão relacionados abaixo:

Dentre as principais iniciativas desenvolvidas para o alcance das metas estabelecidas no PDNG 2020-2024, destacamos as principais realizações:



Principais Realizações

Tabela 2

INICIATIVA	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2020
Implantação do OBZ	Ganhos de R\$ 281,6 milhões ao orçamento das Empresas Eletrobras
Implantação da Cultura de Alta Performance	A consultoria externa contratada concluiu o arcabouço metodológico e diagnóstico da cultura organizacional da Eletrobras e das suas controladas
Racionalização das Participações Societárias	Concluídas 5 operações de venda de SPes (Centroeste, MTE e Mangue Seco 2, Hermenegildo I, II e III, Santa Vitória do Palmar, Chuí IX) Encerradas 8 SPes (Energia Olímpica, Carnaúba I, II, III, V, Cervantes I e II e Punaú I) Incorporação das SPE TDG e TSBE pela CGT Eletrosul
Dimensionamento do Quadro Quali-Quantitativo – 2ª fase	Definida a reestruturação organizacional da Holding e das empresas a ser implantada em 2021
Programa de Saúde e Segurança do Trabalho	Contratação de consultoria especializada em Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional

INICIATIVA	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2020
Projeto Angra-3	<p>Aprovação pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) do relatório emitido pelo BNDES, com recomendação do modelo de negócio a ser adotado para conclusão da Usina Angra-3.</p> <p>Aumento do capital social da Eletronuclear no valor de R\$ 1.886 milhões mediante conversão de créditos de Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 850 milhões e de créditos de financiamento no valor de R\$ 1.036 milhões ambos pertencentes à Eletrobras</p> <p>Aprovação do plano de aceleração do caminho crítico, com aprovação de novos AFACs para a Eletronuclear nos valores de R\$ 1.052 milhões e R\$ 2.447 milhões para 2020 e 2021, respectivamente</p>

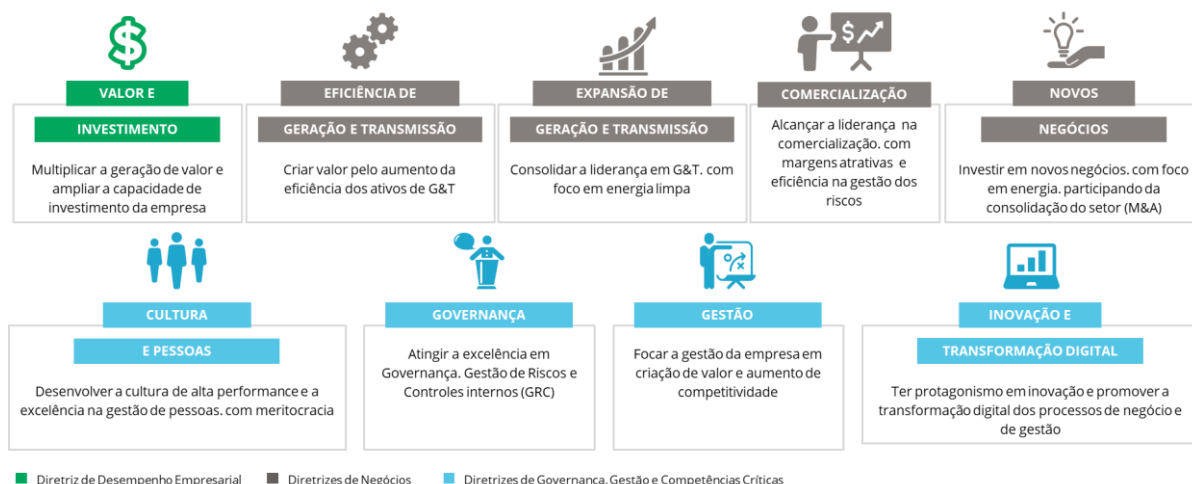
Diretrizes e Objetivos Estratégicos

À semelhança do PE 2020-2035, o PDNG 2021-2025 estabelece diretrizes e objetivos sobre temas relevantes para a companhia vencer os desafios do mercado.



Principais diretrizes estratégicas do PDNG 2021-2025

Figura 4



O PDNG 2021-2025 desdobra as Diretrizes Estratégicas em Objetivos Estratégicos aos quais estão vinculadas iniciativas que serão desenvolvidas ao longo do período para que o Plano seja alcançado. Todas as Diretrizes Estratégicas são associadas a indicadores com metas estabelecidas para serem alcançadas ano a ano, abrangendo o período do Plano.



Indicadores e Metas das Diretrizes Estratégicas

Figura 5

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS PARA 2021
1 VALOR E INVESTIMENTO	VALOR DE MERCADO: Enterprise Value / EBITDA	TOP 3 NO IEE
2 EFICIÊNCIA DE G&T	EFICIÊNCIA: PMSO/PMSO Reg.	< 1.0
	DISPONIBILIDADE DA GERAÇÃO: DISPGR	1.00
	DISPONIBILIDADE DA TRANSMISSÃO: DISPOLT	99.88%
3 EXPANSÃO DE G&T	EXPANSÃO DA GERAÇÃO: Capacidade Instalada de G (MW)	181
	EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO: Capacidade Instalada de T (KM)	772
4 COMERCIALIZAÇÃO	MARGEM: Margem em relação ao preço de referência na descontização	**
5 NOVOS NEGÓCIOS	RECEITA: Receita de Novos Negócios / ROL	2.0%
6 CULTURA E PESSOAS	SEGURANÇA: Taxa de Frequência de Acidentes (Empregados e Terceiros)	2.61 e 3.92
	PESSOAS: Horas de treinamento / nº colaboradores	35.0
	PESSOAS: Índice de Satisfação dos Colaboradores*	≥ 74.7%
7 GOVERNANÇA	GOVERNANÇA: Nível da ELB na listagem da B3	Nível 1
8 GESTÃO	PRODUTIVIDADE: Resultado Operacional / empregado	**
9 INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	INOVAÇÃO: Investimento em P&D+I / ROL	1.2%

*Pesquisa a ser aplicada em 2021 com meta para 2022 ** Metas estratégicas por isso não serão divulgadas

A previsão de investimentos para o período do PDNG 2021-2025 totaliza mais de R\$ 41 bilhões segmentados conforme abaixo:



Investimento do PDNG 2021-2025

Tabela 3

(Em R\$ mil)

	2021	2022	2023	2024	2025	2021-2025
Corporativo	6.814.192	9.579.807	8.673.376	7.770.336	5.441.438	38.279.149
Geração	4.311.025	6.324.734	6.047.338	5.620.892	3.838.302	26.142.292
Ampliação	359.802	1.019.844	654.667	439.145	64.111	2.537.569
Angra 3	2.813.366	3.459.548	3.473.688	3.267.353	2.289.895	15.303.849
Manutenção	1.137.857	1.845.343	1.918.982	1.914.394	1.484.297	8.300.873
Angra I e II ¹	537.322	716.991	918.580	997.192	876.750	4.046.835
Demais	600.535	1.128.352	1.827.124	917.202	1.396.622	4.254.038
Transmissão	1.819.546	2.843.112	2.305.055	1.864.235	1.335.755	10.167.703
Ampliação	104.894	0	0	0	0	104.894
Leilão LT ²	20.000	119.139	126.386	158.972	144.628	569.125
Reforço e Melhoria	1.378.398	2.332.312	1.997.521	1.602.590	1.114.989	8.425.810
Manutenção	316.254	391.661	181.148	102.673	76.138	1.067.874
Outros (I + A)³	683.621	411.961	320.983	285.209	267.380	1.969.154
SPE Total	1.430.717	535.448	537.604	203.739	115.984	2.823.492
Geração	753.641	470.948	468.604	201.239	113.484	2.007.916

	2021	2022	2023	2024	2025	2021-2025
Transmissão	677.076	64.500	69.000	2.500	2.500	815.576
Total Geral⁴	8.244.909	10.115.255	9.210.980	7.974.076	5.557.422	41.102.642

1 - Esse investimento contempla a manutenção das UTNs Angra I e II e também a extensão de vida útil da UTN Angra I
2 - O investimento previsto em Leilão LT está sujeito ao ganho dos leilões.
3 - A sigla I + A refere-se a investimentos em infraestrutura e ambiental.
4 - Os valores reportados referem-se ao cenário sem capitalização.

Os investimentos corporativos nos segmentos de Geração e Transmissão totalizam R\$ 39,1 bilhões para o período de 5 anos, dos quais há previsão de realização de 72,1% com recursos próprios e 28,1% com Recursos de Terceiros, conforme demonstrado abaixo:



Fonte de Recursos

Tabela 4

(Valores correntes - R\$ mil)

	2021	2022	2023	2024	2025	2021-2025	
Fonte de investimento R\$ Mil	7,561,288	9,703,294	8,889,997	7,688,867	5,290,042	39,133,488	
Geração	Total Geração	5,064,666	6,795,682	6,515,942	5,822,132	3,951,786	28,150,209
	Recursos Próprios	2,225,233	2,727,667	2,376,631	1,934,611	1,110,378	10,374,519
	a Contratar	2,793,796	3,779,733	3,559,606	3,245,670	2,267,387	15,646,192
	Terceiros-Em Negociação	45,637	288,282	579,705	641,851	574,022	2,129,497
	Terceiros-Contratado	-	-	-	-	-	-
Transmissão	Total Transmissão	2,496,622	2,907,612	2,374,055	1,866,735	1,338,255	10,983,279
	Recursos Próprios	1,951,858	1,696,343	1,706,620	1,804,594	1,338,255	8,497,671
	a Contratar	544,764	1,211,269	667,434	62,141	-	2,485,608
	Terceiros-Em Negociação	-	-	-	-	-	-
	Terceiros-Contratado	-	-	-	-	-	-

Valores referentes a investimentos em G&T corporativos e em SPes, exceto FEN, FESC e aquisição dentro do grupo.

Considerando todo o período que abrange o Plano Estratégico 2020-2035, o investimento total em expansão de Geração e Transmissão no cenário sem capitalização é de R\$ 95,3 bilhões e de R\$ 201,9 bilhões, considerando o cenário com capitalização.



4 Panorama Econômico Setorial

O PIB do Brasil de 2020 apresentou queda de 4,1%, com o impacto da crise do coronavírus nas atividades econômicas, que foram parcial ou totalmente paralisadas para controle da disseminação do coronavírus. A queda de 2020 é considerada a maior retração anual da série, iniciada em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inflação, medida pela variação do IPCA, alcançou 4,52%, em 2020, contra 4,31% em 2019 e acima da meta de 4,% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2020, ficando entre o piso de 2,5% e o teto de 5,5%.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 474.231 GWh até dezembro de 2020, com uma redução de 1,6% a.a. em comparação com 2019, seguindo a redução do PIB. Exceto a classe residencial, todas as outras foram impactadas pela pandemia do coronavírus, sendo a classe comercial a mais afetada, com redução de 10,5% em comparação a 2019.



Consumo de Energia Elétrica

Tabela 5

(Em GWh)

CLASSE	2020	2019 ⁽¹⁾	%
BRASIL	474.231	481.819	-1,6
RESIDENCIAL	148.223	142.811	4,1
INDUSTRIAL	165.819	167.688	-1,1
COMERCIAL	82.416	92.083	-10,5
OUTROS	77.774	79.637	-2,3

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica

(1) Dados de 2019 foram revisados e alterados pela EPE.

4.1 Geração

Capacidade Instalada

Em 31/12/2020, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 50.648,2 MW em empreendimentos de Geração, o que representa 29% dos 174.412,68 MW instalados no Brasil. Do total da Eletrobras, 61,2% é composto de empreendimentos de propriedade integral do Sistema Eletrobras, 23,1% de empreendimentos realizados por meio de SPEs e 15,7% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW).

Aproximadamente 97% da capacidade instalada total da Eletrobras provêm de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Em 31/12/2020, do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de GEE no Brasil, 53% ou 70,2 GW pertenciam à Eletrobras.

Do total da capacidade instalada das Empresas Eletrobras, em 31/12/2020, cerca de 91% correspondiam à fonte por hidrelétricas, 4% por fonte nuclear, 3% por fontes térmicas, 1% por fontes eólicas e menos que 1% por fonte solar.

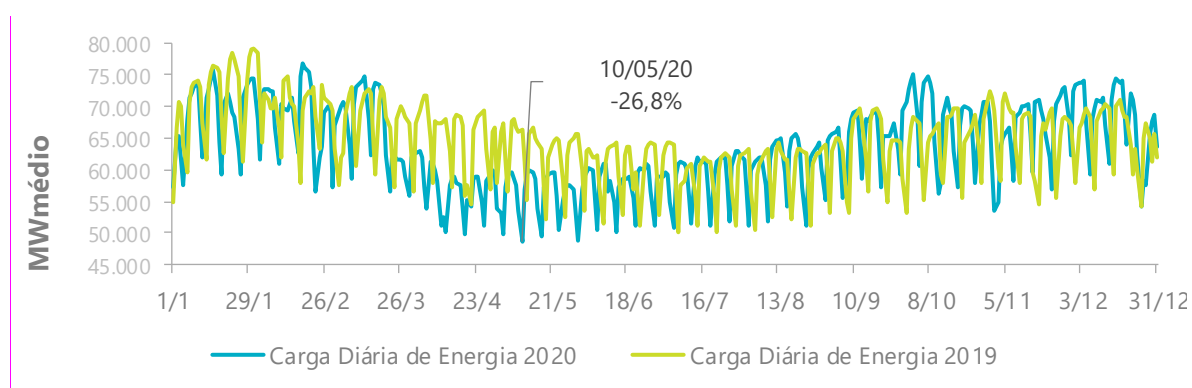
A Geração durante a Pandemia

Os impactos ao setor elétrico brasileiro decorrentes da crise da covid-19, no segmento de Geração, resultaram em redução de demanda, redução de preços nos Mercados de Energia Elétrica (ambiente livre e de curto prazo) e uma ligeira instabilidade contratual nos Ambientes de Contratação Regulada (ACR) e Livre (ACL). Quanto aos impactos da redução da carga de energia, observa-se que, devido ao isolamento social iniciado em meados de março de 2020, ocorreu um forte decréscimo da carga média até fim de maio. A partir de junho verifica-se uma tendência de crescimento do consumo de energia, motivada por variações de temperatura e pelo início de flexibilizações ao isolamento em alguns Estados. Em final de setembro tem início a recuperação do consumo de energia, com os sinais de retomada da economia com 4% de aumento do consumo de energia mensal com relação a setembro de 2019, embora na comparação anual tenha ocorrido redução de cerca de 1,6%. Além disso, percebe-se redução das afliências, principalmente no Sudeste/CO, Sul e Norte, o que elevou consideravelmente o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e os preços do ACL no último trimestre de 2020.



Carga Diária de Energia no Brasil em 2020 vs. 2019

Gráfico 1

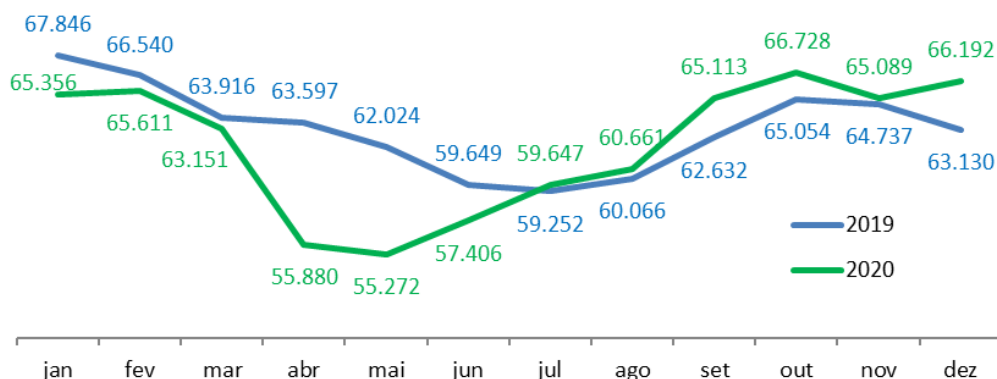


Fonte: ONS

**Consumo de Energia Elétrica Mensal em 2020 vs. 2019**

Gráfico 2

(Em MW médio)

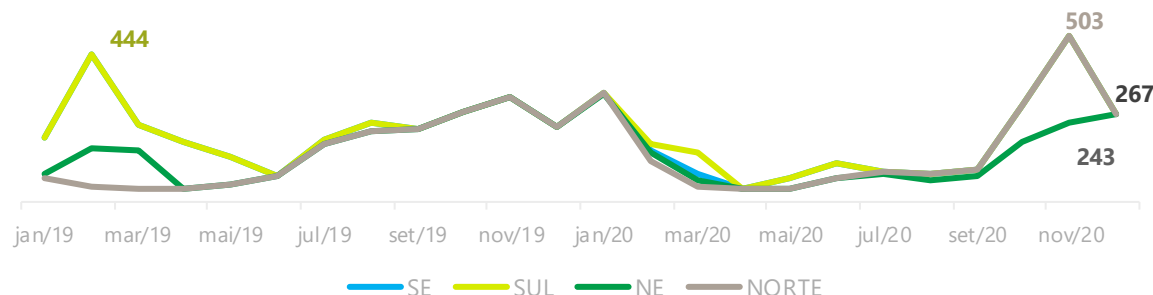


Fonte: CCEE

**Preço de Liquidação de Diferenças**

Gráfico 3

(Em R\$/ MWh)



Fonte: site da CCEE

A operação dos ativos de Geração das Empresas Eletrobras ocorreu normalmente desde o início da pandemia, mesmo considerando os impactos da covid-19. Diversas medidas foram adotadas de forma a garantir a segurança e continuidade dos serviços, além de elaboração de protocolos relacionados à operação e manutenção dos ativos. O planejamento das manutenções previstas para 2020 foi revisado, sendo realizados os serviços necessários para garantir o desempenho e confiabilidade dos equipamentos.

Adicionalmente, durante as reuniões do Comitê de Crise – ver no Capítulo de Governança Corporativa – foram traçadas estratégias e prioridades para a continuidade dos serviços essenciais, assim como verificação da situação das equipes envolvidas. Estas medidas permitiram que as Empresas Eletrobras passassem pelo período da pandemia contribuindo para a segurança do Sistema Interligado Nacional e mitigassem os riscos de contaminação de suas equipes técnicas.

A Companhia também monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização das Empresas Eletrobras, firmados nos ACR e ACL, com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força

maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes — capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos — e inadimplência. Foram realizadas poucas renegociações em contratos firmados no mercado livre, entretanto sem perda econômica para as Empresas Eletrobras. Com relação à inadimplência — excluindo a inadimplência da Amazonas Energia com a Amazonas GT por ser uma situação atípica, isolada e que não guarda relação direta com a pandemia da covid-19 —, não houve em 2020 registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu, Proinfa e nuclear. Cabe mencionar que, no ambiente regulado, foram adotadas medidas de solução sistêmica pelo MME e a Aneel, como a criação da “Conta Covid” permitindo maior capacidade de pagamento por parte das empresas distribuidoras de energia.

Portanto, ainda que a pandemia do Covid-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras visto que os resultados ficaram dentro do planejado



Usinas das Empresas Eletrobras em Operação no Brasil em 31/12/2020

Mapa 1



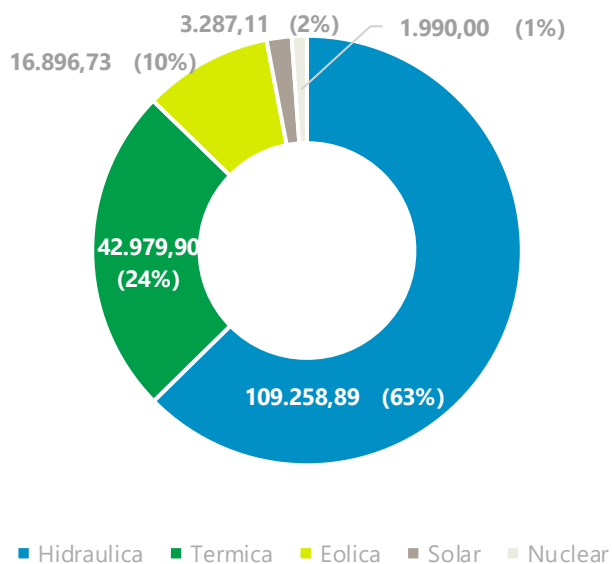
Capacidade Instalada



Capacidade Instalada no Brasil por Fonte em 2020

Gráfico 4

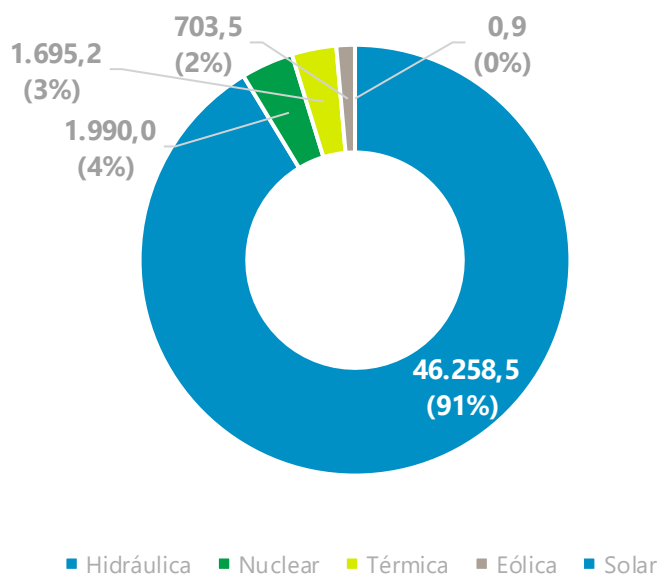
(Em MW)



Capacidade Instalada Eletrobras por Fonte em 2020

Gráfico 5

(Em MW)



**Capacidade Instalada por Fonte e Número de Usinas que Possuem Participação das Empresas Eletrobras**

Tabela 6

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.870,5	12	1.695,2	14	1.990,0	2	223,1	9	0,93	1	14.779,7	38
Corporativos renovados pela Lei no 13.182/2015	3.132,3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	3.132,3	2
Corporativos sob regime de O&M Lei 12.783/2013	13.089,7	17	-	-	-	-	-	-	-	-	13.089,7	17
Propriedade Compartilhada	15.848,1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	15.848,1	4
SPE	23.558,3	12	-	-	-	-	728,7	34	-	-	24.286,9	46
SPE em Regime O&M Lei 12.783/13	807,5	1	-	-	-	-	-	-	-	-	807,5	1
Total Geral	67.306,4	48	1.695,2	14	1.990,0	2	951,8	43	0,9	1	71.944,3	108

A coluna "MW Alavancado" considera 100% da capacidade instalada das usinas que possuam acionistas minoritários, notadamente em SPEs.

Evolução Física no Sistema

Aggregações - Destaca-se, em 2020, a entrada em operação de 277 MW. Deste total, cerca de 40 MW foram dos parques Caititu 2 e 3; Carcará; e Corrupião 3, do Complexo Eólico Pindaí I. Outros 123 MW referem-se ao Complexo Eólico Fortim e 24 MW ao parque Casa Nova A. Por fim, cerca de 90 MW são referentes às UTEs Santana, Santana II e Santa Rita da Eletronorte, para atendimento emergencial ao Amapá.

Desagregações - Foram desativadas as UTEs Mauá Blocos III e IV da Amazonas GT, com redução na capacidade instalada de 260 MW.

O processo de desinvestimento em SPEs reduziu a capacidade instalada em 507 MW nas empresas do Sistema Eletrobras em 2020, devido à venda de SPES com destaque para: Santa Vitória do Palmar (18 SPEs); Hermenegildo I, II e III; Chuí IX; e Mangue Seco 2.



Evolução Física por Empresa Eletrobras

Tabela 7

(Em MW)

Empresa	Corporativos não renovados (a)	Corporativos renovados pela Lei 13.182/2015 (b)	Corporativos sob Regime de O&M (c)	Propriedade Compartilhada (d)	SPE (e)	SPE sob Regime de O&M (f)	Total (a+b+c+d+e+f)	Resultado Líquido 2020
Eletrobras Holding	-	-	-	-	1.869,9	-	1.869,9	- 507,1
Eletronorte	8.981,1	-	78,0	-	2.406,8	-	11.465,9	90,0
Chesf	902,4	1.050,3	8.394,7	-	2.750,2	-	13.097,6	64,0
Furnas	1.237,2	2.082,0	4.617,0	764,9	3.058,3	402,94	12.162,3	123,0
Eletronuclear	1.990,0	-	-	-	-	-	1.990,00	-
CGT Eletrosul	648,0	-	-	177,9	1.215,5	-	2.041,5	-
Itaipu Binacional	-	-	-	7.000,0	-	-	7.000,0	-
Amazonas GT	1.020,8	-	-	-	-	-	1.020,9	- 260,0
Total	14.779,7	3.132,3	13.089,7	7.942,8	11.300,7	402,9	50.648,2	- 490,1

Energia Gerada e Vendida

As Empresas Eletrobras geraram, em 2020, um total de 195.183 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, e incluindo cotas, o que representou um aumento de 5,5% em relação a 2019, conforme verificado na tabela a seguir:



Energia Gerada

Tabela 8

(Em GWh)

Empresas Eletrobras	2020	2019	Crescimento
Eletrobras	6.240,63	6.280,74	-0,6%
Itaipu Binacional	38.191,00	39.722,26	-3,9%
Eletronorte	36.486,34	36.523,33	-0,1%
Chesf	43.983,52	28.491,15	54,4%
Furnas	43.985,38	42.613,45	3,2%
Eletronuclear	12.866,46	16.126,85	-20,2%
Eletrosul (1)	NA	7.330,95	NA
CGT Eletrosul (1)	7.499,58	NA	NA
CGTEE (1)	NA	1.668,31	NA

Empresas Eletrobras	2020	2019	Crescimento
Amazonas GT	5.930,32	5.864,23	1,1%
Amazonas D (2)	NA	403,37	NA
Total Eletrobras	195.183,23	185.024,64	5,5%

(1) Os empreendimentos da CGTEE e Eletrosul foram incorporados, em 2020, na CGT Eletrosul.

(2) Geração proporcional ao período compreendido entre janeiro e abril de 2019, quando houve a transferência de controle acionário.

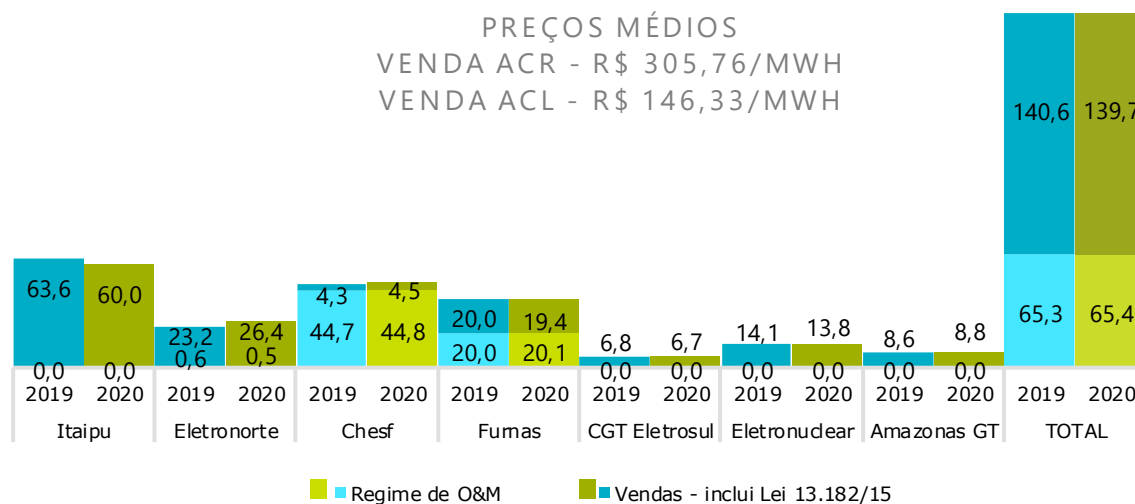
- **Variações positivas:** Destacamos a Chesf, com a entrada em operação dos parques eólicos dos Complexos Pindaí e Casanova A; Furnas, com a entrada em operação dos parques eólicos do Complexo Fortim; e CGT Eletrosul, com a incorporação dos empreendimentos da CGTEE.
- **Variações negativas:** As reduções mais significativas podem ser explicadas pelo maior tempo para manutenção e reabastecimento das usinas Angra 1 e 2; pelas baixas afluências em Itaipu e pela transferência da participação acionária de SPEs da Eletrobras Holding aos consórcios vencedores do leilão.



Energia Vendida Geradoras

Gráfico 6

(Em TWh)



Os Preços Médios ACR no gráfico não incluem Itaipu e O&M e incluem Eletronuclear.

Disponibilidade Operacional

O Fator de Disponibilidade é o indicador que está associado ao tempo que uma usina fica disponível para gerar energia com maior confiabilidade e continuidade, ou seja, menor número de paradas e duração para as manutenções planejadas e forçadas.

**Fator de Disponibilidade por Fonte Primária**

Tabela 9

(Em %)

Fator de Disponibilidade - Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Carvão	51,01	92,77	68,10
Eólica	98,68	98,99	98,81
Gás	84,93	91,00	85,38
Hídrica	95,37	95,92	96,70
Óleo	99,80	-	99,35
Solar	98,26	99,30	99,27
Urânio	93,04	92,80	90,36

**Fator de Disponibilidade por Fonte Primária – SPEs**

Tabela 10

(Em %)

Fator de Disponibilidade Sociedades de Propósito Específico – SPEs (%)			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Eólica	89,91	92,52	96,43
Hídrica	97,05	98,21	96,88

A Disponibilidade Média de Geração (%) por Empresas Eletrobras, foi calculada pela média ponderada entre a capacidade instalada proporcional à participação societária e os fatores de disponibilidade das usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional.

**Disponibilidade Operacional na Geração**

Tabela 11

(Em %)

Disponibilidade Operacional na Geração Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional ⁽¹⁾			
Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
Amazonas GT	92,36	96,46	95,97 ⁽²⁾
CGTEE	NA	92,77	68,10
Chesf	96,04	96,80	97,78
Eletronorte	93,34	94,41	96,72
Eletronuclear	93,04	92,80	90,36
CGT Eletrosul	77,87	95,14	96,89
Furnas	94,28	94,60	94,52
Itaipu	97,10	97,55	97,16

(1) O cálculo da Disponibilidade é realizado da seguinte forma: $\sum(\text{Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2020 (MW)} \times \text{Participação da Eletrobras} \times \text{Fator de Disponibilidade}) / \sum(\text{Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2020 (MW)} \times \text{Participação da Eletrobras})$;

(2) O valor de Disponibilidade Operacional das usinas da Amazonas Energia em 2018 foi calculado considerando as disponibilidades da Amazonas D e Amazonas GT, ponderadas pelas capacidades instaladas das suas usinas;

Eficiência Técnica em Geração



Média da Eficiência de Geração de Termelétricas por Fontes de Energia e por Regime Regulatório

Tabela 12

(Em %)

Média da Eficiência de Geração de Termelétricas por Fontes de Energia e por Regime Regulatório - (1)			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Carvão	34,64	34,96	37,00
Gás Natural	45,77	44,30	37,98
Óleo (2)	-	-	-
Urânio	35,43	37,70	35,60

O cálculo da Eficiência é realizado da seguinte forma: $\frac{\sum(\text{Energia Gerada 2020 (MWh)} \times \text{Participação da Eletrobras} \times \text{Eficiência})}{\sum(\text{Energia Gerada 2020 (MWh)} \times \text{Participação da Eletrobras})}$ e os valores apresentados referem-se às usinas próprias das Empresas Eletrobras.

Não foram contabilizadas as eficiências das Usinas Santana, Santana II e Santa Rita da Eletronorte e das Usinas Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás da Amazonas GT em 2020. As usinas da Eletronorte foram reativadas de forma emergencial em novembro 2020 não sendo possível apurar os valores para o ano de 2020. Não são apurados os valores de Eficiência Térmica das usinas da Amazonas GT que operam no sistema isolado.

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria. Em 2020, apenas os estudos de viabilidade somavam cerca de 17,17 GW de capacidade instalada de Geração, enquanto os estudos de inventário representavam 3,77 GW e os de projetos básicos correspondiam a 0,27 GW.



Estudos e Projetos de Usinas Hidrelétrica

Tabela 13

Empreendimentos em Estudo de Viabilidade				
Empresas Eletrobras	Tipo	Empreendimento	Local	MW
Eletrobras/Eletronorte	Hidrelétrica	AHE Jatobá	PA	1.650
Eletrobras/Eletronorte	Hidrelétrica	AHE São Luiz do Tapajós	PA	8.040
Eletronorte	Hidrelétrica	AHE Marabá	PA/TO/MA	1.850
Eletrobras	Hidrelétrica	AHE Garabi	BR/Arg	1.152
Eletrobras	Hidrelétrica	AHE Panambi	BR/Arg	1.048
Outro Projetos do Sist. ELB	Hidrelétrica	diversos	diversos	3.430
Total				17.170

Comercialização de Itaipu

A Lei 10.438/2002 determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nesta condição, dos 66.126 GWh previstos em 2020, a empresa repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 58.391 GWh de energia vinculada à potência contratada, correspondendo a

um faturamento de aproximadamente US\$ 3,68 bilhões. A potência contratada refere-se à parte da potência mensal que cabe à Eletrobras do total da potência de Itaipu disponível para contratação. A energia não vinculada à potência contratada, adquirida pela Eletrobras, foi de 1,653 GWh.

Durante o ano de 2019 foram negociados, entre a Eletrobras, a paraguaia *Administración Nacional de Electricidad* (Ande) e a Itaipu, os termos para contratação dos serviços de eletricidade da Itaipu para o período de 2019 a 2022. Em 13 de dezembro de 2019, foi assinada, entre as partes, a Carta Compromisso, que estabelece os valores de suprimentos de potência e energia a serem faturados no período de 2019 a 2022.

A tarifa da Itaipu Binacional, estabelecida nos contratos entre a paraguaia Ande e a Eletrobras, por força do Tratado e seus Anexos, é calculada, anualmente, com base em seu custo, que é composto, basicamente, pelos componentes: Dívida, Encargos do Anexo C e Despesas de Exploração. Para o ano de 2020, a tarifa foi estabelecida em US\$ 22,60 por kW de potência mensal contratada – valor que permanece inalterado desde 2009. O repasse da Potência Contratada às empresas de distribuição cotistas da Comercialização de Itaipu, conforme estabelecido no Artigo 3º da Lei 5.899/73, teve sua tarifa estabelecida pela Resolução Aneel 2812/2020, em US\$ 28,07 por kW.

Em 2023, as disposições do Anexo C (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade) ao Tratado de Itaipu deverão ser revistas, tendo em vista o disposto no item VI do referido Anexo. Conforme estabelecido na Portaria 124, de 12 de fevereiro de 2019, o Ministério de Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho com o objetivo de coordenar o desenvolvimento de estudos, para subsidiar o processo de revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu, do qual a Eletrobras participa como convidada.

AMAPÁ:

Para reestabelecer a energia elétrica do Estado do Amapá, ocorrida em novembro de 2020, a Eletronorte contratou, de forma emergencial e, conforme Portaria 406 do Ministério de Minas e Energia, 45 MW de geração térmica adicional, dos quais 20 MW foram instalados na subestação Santa Rita e 25 MW na subestação Santana, de propriedade da distribuidora CEA.

Adicionalmente, em atendimento ao Despacho Aneel 3.341/20, a Eletronorte recuperou e retornou à operação comercial a UTE Santana, com duas unidades geradoras de 15 MVA cada de potência, garantindo uma geração contínua e ininterrupta de 30 MVA, as quais estão instaladas também na subestação Santana, de propriedade da distribuidora CEA.

A ação fez parte da operação de apoio para retomada da energia elétrica da região, que teve o desligamento causado pelo incêndio no transformador da subestação Macapá. Os custos fixos e variáveis associados à geração acima mencionada serão cobertos por meio de encargos setoriais previstos para casos de restrição da operação do SIN, mediante aprovação da Aneel.

4.2 Transmissão

Em 31 de dezembro de 2020, a malha de Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras atingiu um total de 76.128,54 km, sendo 9.127,41 km corporativas não renovadas; 57.303,17 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei 12.783/13; e 9.697,96 km correspondem à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pela Companhia por meio de SPes. Considerando apenas as linhas com nível de tensão igual ou maior que 230 kV, ou seja, as tensões de ±800,

750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 70.091,89 km, o que representa 43,54% do total de Linhas de Transmissão do Brasil nas referidas tensões. A partir do 4º trimestre de 2020, a extensão das linhas em corrente contínua da Eletrobras passou a ser contabilizada por polo e não mais por trecho, de forma a compatibilizar com a apuração efetuada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Por essa nova metodologia, o total de linhas em quilômetros registrado em 2019 foi ajustado para 74.524,26 km, em 2020, sendo 8.318,35 km corporativas não renovadas; 55.819,83 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei no 12.783/13; e 10.386,08 km correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas Empresas Eletrobras por meio de SPEs.

O mapa a seguir apresenta as principais Linhas de Transmissão do sistema elétrico brasileiro existentes até 2020, destacando os empreendimentos pertencentes às Empresas Eletrobras, os com a participação destas em parceria e de outras empresas.



Mapa da Localização das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil

Mapa 2



Linhas de Transmissão e Subestações em 2020

Tabela 14

Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES		Totais		
	Corporativas não renovadas em km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações	SPE - Participação Eletrobras km (c)	Subestações	Total km (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
Amazonas GT	389,84	0	6	0	0	389,84	0	389,84
Chesf	2.385,94	19.063,50	129	1.762,31	5	23.211,75	3.596,56	25.046,00
Eletrobras	0	0	1	0	2	0	0	0
Eletronorte	2.159,85	8.865,09	65	3.380,90	1	14.405,84	6.899,80	17.924,74

Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES		Totais		
	Corporativas não renovadas em km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações	SPE - Participação Eletrobras km (c)	Subestações	Total km (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
CGT Eletrosul	2.445,68	9.419,48	40	358,53	6	12.223,69	703	12.568,16
Furnas	1.746,10	19.955,10	69	4.196,22	11	25.897,42	8.833,33	30.534,53
Total Eletrobras	9.127,41	57.303,17	310	9.697,96	25	76.128,54	20.032,69	86.463,27

* Alavancado pela Eletrobras: entende-se pelo total que a Eletrobras contribuiu ao sistema brasileiro, ou seja, refere-se ao total de linhas ou subestações dos projetos que a Eletrobras tem alguma participação, através de SPE, sem considerar apenas a proporção de sua participação acionária.



Linhas de Transmissão e Subestações em 2019

Tabela 15

Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES		Totais		
	Corporativas não renovadas em km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações	SPE - Participação Eletrobras km (c)	Subestações	Total Eletrobras km (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras* (d)	Total Alavancado pelos projetos (a+b+d)
Amazonas GT	389,84	0,00	6	0,00	0	389,841		389,841
Chesf	2.608,00	18.589,30	127	1.757,63	9	22.954,93	3.587,00	2.4784,3
Eletrobras	0,00	0,00	1	603,93	4	603,93	1220,7	1.220,7
Eletronorte	2.010,56	9.005,82	64	3.388,74	3	14.405,12	6.915,80	17.932,18
CGT Eletrosul	1.563,85	9.513,31	40	1.147,55	12	12.224,71	1493	12.570,16
Furnas	1.746,10	18.711,40	69	3.488,23	29	23.945,73	7.468,68	27.926,18
Total Eletrobras	8.318,35	55.819,83	307	10.386,08	57	74.524,26	20.685,18	84.823,36

A Transmissão durante a Pandemia

Com a pandemia da covid-19 e a necessidade de preservar a saúde de seus colaboradores, as Empresas Eletrobras implantaram rígidos protocolos para execução das atividades de operação e manutenção de seus sistemas.

O Protocolo de Contingência da Covid-19 aplicável às ações de O&M foi publicado em março/20 pela Eletrobras. Em abril/20, saiu o Protocolo de Segurança em Implantação de Empreendimentos de Geração e Transmissão das Empresas Eletrobras. Ambos com o objetivo de preservar o serviço essencial de energia elétrica e a saúde dos colaboradores. Vários foram os desafios: contaminação de colaboradores no campo; postergações nos prazos de fornecimento de materiais e equipamentos; aumento de valores ofertados nas licitações; ritmo lento dos serviços de implantação face aos protocolos de prevenção a contaminação; e recorrentes paralisações de obras por diversos fatores, todos ligados à pandemia do covid-19.

Demonstrando sua capacidade e resiliência, as Empresas Eletrobras, mesmo em meio a todas as adversidades da pandemia, conseguiu que os eventuais atrasos na realização de manutenções não emergenciais, dadas as medidas de prevenção definidas pelos protocolos, fossem contornados ao longo do 2º semestre de 2020, quando o planejamento da manutenção voltou aos níveis normais pré-pandemia.

Apesar da pandemia, em 2020, as Empresas Eletrobras energizaram 26 empreendimentos de grande porte de transmissão, que adicionaram 150 km de novas Linhas de Transmissão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e 1.217 MVA em capacidade de transmissão com uma agregação adicional de Receita Anual Permitida (RAP), na ordem de R\$ 116 milhões. Destes empreendimentos, 23 foram concluídos entre março a dezembro de 2020, ou seja, após a declaração da pandemia de covid-19. Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia: (i) instalação do monitoramento remoto de subestações; (ii) reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela Holding, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos; (iii) realização de *workshops* para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

Em junho de 2020, a Aneel reconheceu parte dos impactos que a pandemia causou no setor, através da publicação da Resolução Autorizativa 8.926/2020, que permitiu a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica em até 04 (quatro) meses, como medida de enfrentamento dos efeitos da covid-19. Atualmente, as Empresas Eletrobras possuem um total de 6 (seis) empreendimentos com cronograma postergado em até 4 meses com base nesta resolução.

Eficiência do Serviço de Transmissão

Disponibilidade Global pressupõe todos os desligamentos das Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras, mesmo aquelas que não estão sob sua responsabilidade, mas estavam disponíveis para a operação e desligadas por outros fatores.

Disponibilidade Operacional considera apenas os desligamentos das LTs das Empresas Eletrobras, sejam aqueles ocasionados por falhas e defeitos ou aqueles para manutenção preventiva e corretiva. Este é o indicador que deve ser acompanhado para medir o desempenho das instalações sob a ótica de O&M.



Índice de Disponibilidade Global e Operacional de Linhas de Transmissão

Tabela 16

(Em %)

Empresas Eletrobras	2018		2019		2020	
	Global	Operacional	Global	Operacional	Global	Operacional
Amazonas GT	99,91	99,91	99,90	99,90	99,95	99,96
Chesf	99,64	99,91	99,46	99,97	99,44	99,96
Eletronorte	99,08	99,95	99,65	99,98	99,54	99,94
Eletrosul	99,86	99,93	99,92	99,97	99,79	99,97
Furnas	99,22	99,86	98,88	99,89	99,52	99,91
Total	99,46	99,90	99,41	99,95	99,54	99,94

Desligamentos por 100 km de LTs

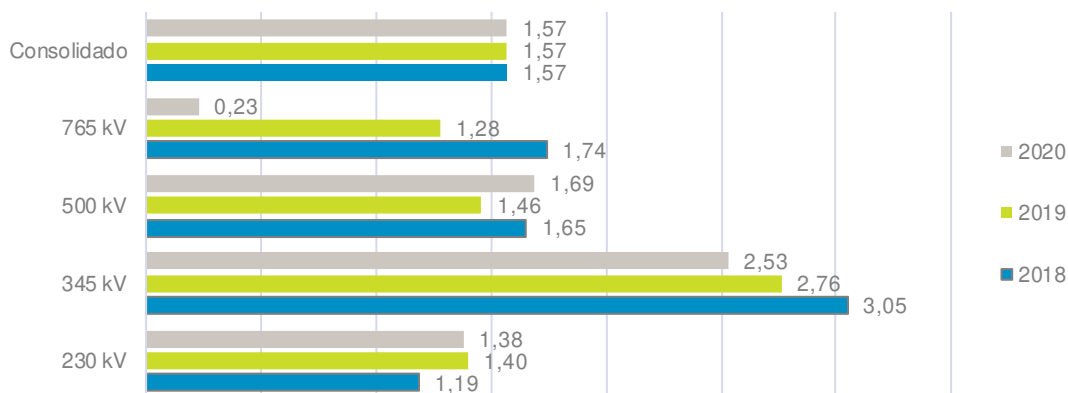
O indicador informa o número de desligamentos, por cada 100km de LTs, comparando a disponibilidade de linha de transmissão com informações que capturam a frequência da indisponibilidade para operação. Em relação a 2019, houve uma melhora em praticamente todas as tensões devido ao resultado de

desempenho e/ou redução de efeitos climáticos adversos nos sistemas Eletrobras, exceto para linhas de 500 kV.



Indicador de Desligamentos por 100 km de LTs

Gráfico 7



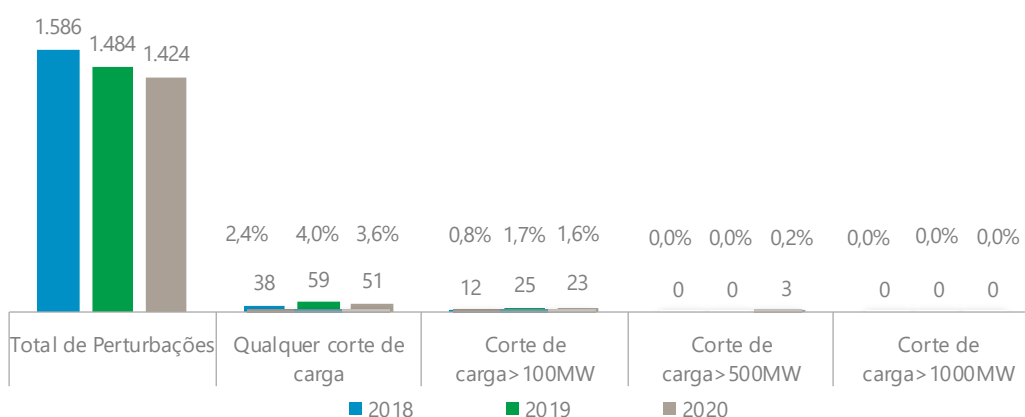
Perturbações na Rede de Transmissão

Em 2020, o número total de perturbações na rede básica de transmissão das Empresas Eletrobras apresentou uma queda de 4% em relação a 2019, e não houve ocorrências com corte de carga superior a 1.000 MW. Essa redução está relacionada a melhoria de processos e/ou diminuição de efeitos climáticos adversos em seus sistemas.



Perturbações e Cortes de Carga na Rede Básica de Transmissão da Eletrobras

Gráfico 8



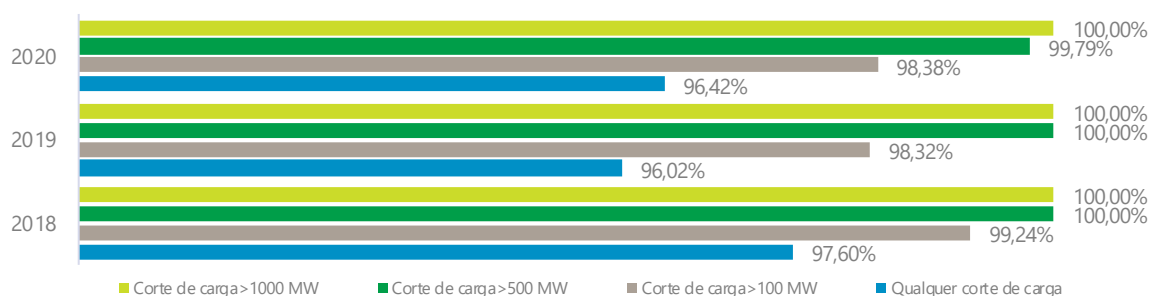
Índice de Robustez

O Índice de Robustez avalia a capacidade da rede básica de suportar contingências, sem interrupção do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, considerando somente as perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras. O Sistema Eletrobras vem mantendo elevado desempenho nos últimos anos, tendo em vista a estabilização verificada no número de perturbações que causaram corte de carga no ano de 2020.



Índice de Robustez do Sistema Eletrobras

Gráfico 9



Perdas na Transmissão

Ao longo dos últimos três anos, observa-se a redução nas perdas técnicas, exceto para Amazonas GT e CGT Eletrosul, devido à política de despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS) e à evolução da topologia da rede conforme planejada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).



Índice de Perdas Técnica na Transmissão de Energia por Empresa

Tabela 17

(Em %)

Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
Amazonas GT	0,16	0,13	0,10
Chesf	1,16	1,84	1,98
Eletronorte	0,75	0,95	0,96
CGT Eletrosul	1,41	1,40	1,34
Furnas	1,28	1,79	1,96
Total	1,16	1,52	1,62



Parcela Variável do Sistema Eletrobras

Tabela 18

% PV da RAP	2020	2019	2018
Anual	1,84%	2,28%	2,16%

A metodologia de cálculo do Indicador de Parcela Variável foi atualizada em novembro de 2020, em comum acordo entre as Empresas Eletrobras e os participantes do grupo de trabalho do Subcomitê de Operação das Empresas Eletrobras (SCOP).

Em 2020, os descontos de Parcela Variável (PV) apresentaram uma redução do comprometimento das Receitas Anuais Permitidas (RAP), em relação a 2019, devido a melhorias no processo de gestão das manutenções programadas e no menor número de desligamentos programados nesse período.

Evolução Física em Transmissão

AGREGAÇÕES:

CORPORATIVAS:

Foram realizadas as seguintes energizações no Sistema Interligado Nacional (SIN):

- LT 230 kV Russas / Banabuiú: 111,7 km de LTs;
- Seccionamento da LT 230 kV Banabuiú / Fortaleza C3 na SE Aquiraz IIL 36,1 km de LTs;
- Seccionamento da LT 230 kV Banabuiú / Fortaleza C1 na SE Aquiraz II: 35,0 km de LTs;
- Seccionamento da LT Campinas Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias, de Furnas: 8,7 km LTs.
- Seccionamento da LTs Guamá / Utinga C1 e Guamá / Utinga C2 na SE Marituba, da Eletronorte: 9,18 km LTs.

SPES:

Destaca-se a entrada em operação das SPES Mata de Santa Genebra, com total proporcional a participação da Eletrobras (49,9%), de 442,4 km de LTs e a entrada da Brasil Ventos Energia, 100% Eletrobras, com 68,8 km de LTs.

DESAGREGAÇÕES:

CORPORATIVAS:

Houve desagregação de 212,0 km devido à transferência não onerosa das LTs 138 kV Campos / Cachoeiro do Itapemirim C1 e C2, de Furnas para a empresa EDP Brasil, conforme resolução da Aneel.

SPES:

Com a venda das SPES Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A; Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A e Manaus Transmissora de Energia S.A. a desagregação total foi de 605 km.



Total de Energização de Transmissão

Tabela 19

(Em Km)

Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPES - Participação Eletrobras (c)*	Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)	Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)
Amazonas GT				
Chesf	111,7	71,1		182,8
Eletronorte		9,18		9,18
CGT Eletrosul			-1	-1
Furnas		-203,3	511,2	307,9
Eletrobras Holding			-603,9	-603,9
Total	111,7	-123,02	-93,7	-105,02

*Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

4.3 Operações no Exterior

A empresa permanece atuando para fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais. No PDNG 2021-2025, foi aprovada a manutenção do portfólio estratégico de projetos internacionais da empresa a identificação e construção de um portfólio de oportunidades de aquisição de ativos em operação (*brownfield*). As oportunidades já mapeadas são projetos de geração eólica ou fotovoltaica e de porte equivalente aos investimentos já realizados por empresas não nacionais nos países alvo (entre 30 e 100 MW).



Participação da Eletrobras na América do Sul

Mapa 3



Nesse período, foram mantidas tratativas entre a Eletrobras e a estatal argentina Integración Energética Argentina S.A. (IESA) objetivando a retomada dos estudos de viabilidade para instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Destaca-se o avanço do Estudo de Inventário Hidrelétrico Binacional, em parte da bacia do rio Madeira, pela empresa *WorleyParsons Engenharia Ltda.* A avaliação do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia foi contratada, em conjunto, pela Eletrobras, *Empresa Nacional de Electricidad da Bolívia (ENDE)* e *Banco de Desarrollo de América Latina (CAF)*. A conclusão do estudo está prevista para o primeiro semestre de 2021.

- Bolívia — Estudos para a Interconexão Elétrica Brasil-Bolívia, realizado conjuntamente por Eletrobras, ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que contrataram um consórcio de empresas formado pela *MRC Consultants and Advisors*, *SIGLA* e *Universidad Pontificia Comillas*. A conclusão dos estudos está prevista para o segundo semestre de 2021.
- Uruguai — manutenção da parceria estratégica com a estatal uruguaia *Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE)*, visando de promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico *Artilleros* (65 MW).

No âmbito da promoção da integração elétrica regional, vale ressaltar os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que prevê a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Para 2021, são esperados andamentos dos estudos de inventário hidrelétrico na Guiana e Suriname.

A Portaria MME 418/2019 autorizou a Eletrobras a exportar energia para os mercados argentino e uruguaio e viabilizou a estruturação contratual da primeira operação de exportação do Brasil para o

Uruguai. A empresa atua também como um dos agentes comercializadores responsáveis pela importação de energia da estatal uruguaia UTE no âmbito da Portaria MME 339/2018.

A Carteira de Projetos Internacionais de Eletrobras é composta por oito projetos, sendo 4,7 GW em geração e 1.500 km em transmissão. As interligações fronteiriças não sofreram alteração em relação a 2019.

A Eletrobras se manteve como agente executivo do Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (Bracier), o que possibilitou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.

A Companhia é também membro-fundador da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* (Geidco), uma organização que tem como objetivo a promoção de um sistema global de interconexão elétrica para suprimento da demanda de energia com fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Destaca-se, em 2020, a participação da Eletrobras na criação do Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil), que é fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. A Companhia é uma das fundadoras junto com a Abimed, AstraZeneca, Bracell, Facebook e Qualcomm. O centro é o primeiro desse tipo no país e terá como foco Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas e Transformação Urbana e Política de Dados.

4.4 Aspectos Regulatórios no Setor Elétrico Brasileiro

Capitalização

Em 2020, apesar de muitas discussões, o Congresso Nacional não colocou em votação o Projeto de Lei de Desestatização da Eletrobras, PL 5.877/2019, encaminhado em 5 de novembro de 2019, pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Em 23 de fevereiro de 2021, foi publicada a Medida Provisória 1.031 ("MP"), que trata também da desestatização da Eletrobras, através da capitalização, prevendo que os estudos de modelagem serão feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de incluir algumas modificações em relação ao texto do PL.

Dentre as modificações, destacam-se:

- Prorrogação, por 30 anos, da concessão da Usina Hidroelétrica de Tucuruí – Contrato de Concessão 007/2004-Aneel-Eletronorte –, da controlada Eletronorte, que atualmente já está no regime de produtor independente e não sob regime de cotas.
- Obrigação de aportes de recursos da ordem de R\$ 239 milhões anuais, em 10 anos, para revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, cujos contratos de concessão sejam afetados pela MP.
- Redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal, no valor de R\$ 295 milhões anuais, em 10 anos, diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio de sua subsidiária Eletronorte.
- Revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco com investimento de R\$ 350 milhões anuais, em 10 anos, que já era previsto no PL.

- Nova repartição de receita entre União, através do pagamento de bonificação de outorga, e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), através do pagamento de quotas anuais em 30 anos. No Projeto de Lei 5.877/19, a repartição um terço (1/3) para CDE e dois terços (2/3) para outorga, com a referida MP alterou para metade (1/2) CDE e metade (1/2) outorga.
- Previsão de criação de ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União, nos termos do disposto no § 7º do art. 17 da Lei 6.404/1976, que dará o poder de veto em deliberações sociais previstas na referida MP (*golden shares*).

O racional adotado no PL permanece no sentido de que todas as obrigações financeiras previstas na referida MP serão descontadas do valor adicionado decorrente da mudança de regime e concessão de novas outorgas de concessão, por 30 anos; dos contratos prorrogados pelo art. 1º da Lei 12.783/2013; das concessões alcançadas pelo disposto no inciso II do § 2º do art. 22 da Lei 11.943/2009 — referente a usinas sob regime de cotas —; das concessões alcançadas pelo § 3º do art. 10 da Lei 13.182/2015 — UHE Sobradinho e UHE Itumbiara —; e do novo contrato da UHE Tucuruí citado acima.

O valor residual, após os referidos descontos, será integralmente rateado sendo 50% (cinquenta por cento) para a CDE, como contribuição para modicidade tarifária e os outros 50% (cinquenta por cento) para pagamento de outorga. Este montante, deverá ser considerado para efeito do aumento de capital com consequente diluição da participação acionária da União Federal, sem prejuízo de eventuais ofertas públicas secundárias que a União, ou empresa por ela controlada, precise realizar para deixar o controle acionário da Eletrobras.

A capitalização da Eletrobras está condicionada à conversão da MP em Lei, mediante aprovação pelo Congresso Nacional.

Geração

Em 2020, não houve avanço nos pleitos das Empresas Eletrobras junto à Aneel quanto às indenizações estabelecidas na Resolução Normativa 596/2013, que trata do cálculo das indenizações de ativos de Geração que tiveram concessões prorrogadas ou não nos termos da Lei 12.783/2013.

A Lei 14.056/2020, que altera a Lei 13.203/2015, estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. E, ainda, procura apresentar uma solução para o destravamento da liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), atualmente bloqueada por uma batalha judicial entre diversos geradores e os agentes institucionais do setor elétrico, com vistas ao afastamento dos impactos ocorridos no passado em decorrência de riscos não hidrológicos do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), minorando os efeitos adversos do GSF<1, no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A nova lei estabelece que a compensação deverá considerar a atualização pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e a aplicação da taxa de desconto de que trata o § 2º do art. 1º da Lei 13.203/2015. Isto se dará mediante extensão do prazo de outorga dos empreendimentos participantes do MRE, limitada a sete anos, sendo calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel, para as extensões decorrentes do inciso II do § 2º do art. 1º da mesma lei, dispondo o gerador livremente desta energia. A lei dispõe, ainda, que o cálculo dos efeitos decorrentes das restrições de transmissão será realizado pela Aneel, considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos citados, caso não haja restrição ao escoamento e preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Diversas usinas das Empresas Eletrobras são impactadas pelos efeitos do tema que está sob discussão. Em 1º de março de 2021, a CCEE apresentou os cálculos que determina a extensão de outorga. O impacto

financeiro para as Empresas Eletrobras é de R\$ 4,0 bilhões. Entretanto, devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo de outorga, estimamos um valor menor, na ordem de R\$ 3,2 bilhões, conforme tabelas abaixo.



Impacto Financeiro

Tabela 20

Empresa Eletrobras	Cálculo da CCEE Impacto Financeiro (R\$ milhões)
FURNAS	793,97
CHESF	628,67
CGT ELETROSUL	15,49
ELETRONORTE	2.537,60
SUBTOTAL	3.975,74
Perda devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo das outorgas*	796,88
TOTAL	3.178,86

* Para UHEs Itumbiara e Sobradinho o cálculo indica extensão acima do limite de 7 anos. Perda calculada com base em estimativa de limitação da contratada PSR Solução e Consultoria em Energia Ltda, não tendo sido apresentado pela CCEE



Usina Listadas na Planilha da CCEE

Tabela 21

Usinas listadas na planilha da CCEE na CP 56	Cálculo da CCEE	
	Impacto Financeiro (R\$ milhões)	Extensão do Prazo de Concessão (Dias)
PEIXOTO	35,89	79
SERRA DA MESA	39,04	184
SOBRADINHO	451,61	2555
MANSO	0,01	0
BATALHA	0,23	15
SIMPLÍCIO ANTA	1,46	24
PASSO SAO JOAO	2,47	191
MAUA	0,06	1
SAO DOMINGOS (ESUL)	0,00	0
BARRA DO RIO CHAPEU	6,65	1461
JOAO BORGES	6,31	1362
TUCURUI	2.439,14	426
CURUA UNA	18,53	2313
SAMUEL	79,94	1042
CUREMAS	0,64	446
ITUMBIARA (FURNAS)	695,35	2555
BOA ESPERANCA	4,56	122
ITAPARICA	31,62	126
COMPLEXO PAULO AFONSO	69,58	120
FUNIL (CHESF)	0,14	44
XINGO	70,52	126
FURNAS	5,37	33
ESTREITO (FURNAS)	4,57	34

Usinas listadas na planilha da CCEE na CP 56	Cálculo da CCEE	
	Impacto Financeiro (R\$ milhões)	Extensão do Prazo de Concessão (Dias)
PORTO COLOMBIA	1,82	34
CORUMBA I - FURNAS	2,02	34
MARIMBONDO	7,02	37
FUNIL (FURNAS)	1,19	37

Os cálculos finais deverão ser publicados pela Aneel em até 30 dias contados a partir da data da apresentação da CCEE. Após publicação, os agentes têm 60 dias para desistência e renúncia das ações judiciais e realização dos pedidos para extensão do prazo de outorga.

Em 2019, o MME instituiu um grupo de trabalho para discutir aspectos relativos à modernização do modelo regulatório do setor elétrico brasileiro (vide www.mme.gov.br), que não teve conclusão no ano de 2020.

Ao longo de 2020, ocorreram outros eventos legais ou regulatórios que a Eletrobras vem acompanhando, como a MP 998/2020, que tratou da retirada de subsídios para fontes de energia, anteriormente incentivadas, como eólica e solar; viabilizou a realização de leilões de capacidade, bem como estabeleceu condições para a celebração de novo contrato de 40 anos para a Usina Nuclear de Angra-3, em construção, e parâmetros de preço, dentre outras medidas. A referida MP foi convertida na Lei nº 14.120, em 1º de março de 2021.

Transmissão

A regulação de transmissão buscou reduzir, em 2020, a exposição ao risco de gestão de uma grande quantidade de Ativos Totalmente Depreciados (ATD), decorrentes do envelhecimento da rede de transmissão das Empresas Eletrobras.

Face ao grande percentual de ativos com vida útil regulatória esgotada na rede das Empresas Eletrobras, à restrição dos fornecedores para atender a demanda e à limitação dos desligamentos que seriam necessários para a substituição dos ativos, não é possível realizar a troca de todos estes equipamentos em um curto espaço de tempo. Assim, o objetivo do projeto foi demonstrar à Aneel a necessidade de uma remuneração justa para o risco associado à gestão destes ativos, de forma alterar a equação econômica e estimular a permanência destes bens. Esta remuneração muda a equação econômica da decisão de troca dos ativos, adiando as substituições realizadas e beneficiando o consumidor no longo prazo. Entretanto a Agência tem demonstrado preocupação com o custo da energia elétrica no curto prazo, preocupação que aumentou após a pandemia de covid-19.

Como resposta à crise, em abril de 2020, a Aneel decidiu adotar algumas medidas de preservação do setor elétrico. Dentre elas, Aneel antecipou a devolução, via Parcela de Ajuste (PA), para os meses de abril, maio e junho/2020, do superávit de arrecadação para o segmento de transmissão no montante de aproximadamente R\$ 430 milhões. Estes recursos, ordinariamente, somente seriam devolvidos pelas transmissoras no ciclo seguinte, diluídos em 12 meses. Estima-se que para as Empresas Eletrobras esse valor foi da ordem de R\$ 210 milhões, ressaltando que o impacto atingiu apenas financeiro, e não econômico, já que o ajuste seria feito de qualquer forma no ciclo 2020/2021, iniciado em julho de 2020.

Além disso, a aprovação da revisão tarifária dos contratos de transmissão prorrogados nos termos da Lei 12.783/2013, pela Aneel, em junho/2020, resultou na homologação das revisões dos contratos de Furnas, Eletronorte, CGTEletrosul e Chesf, respectivamente, e na aprovação da Receita Anual Permitida (RAP) destas concessões para o ciclo tarifário 2020-2021.

A RAP das Empresas Eletrobras sofreu acréscimos como consequência do resultado positivo da Revisão Tarifária Periódica de 2018 e do reconhecimento da parcela da remuneração prevista na Portaria PRT MME 120/2016. Com isto, o custo de capital não incorporado, desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, de acordo com o § 1º do referido artigo, deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Esta remuneração foi excluída da tarifa em 2017 por força de liminares conforme Fato Relevante publicado em 11/04/2017. Com a derrubada destas liminares, a Procuradoria da Aneel se manifestou por meio de Pareceres de Força Executória no sentido que esta remuneração deveria ser reincorporada à receita das transmissoras. O valor será pago até junho de 2025, e a liquidação do montante retroativo de 2017 a 2020 se dará até o final do ciclo de revisão tarifária, reajustada pela inflação.

Na tabela abaixo, são apresentadas a RAP revisada para o ciclo 2020-2021 e a Parcela de Ajuste Revisão consolidada atualizada pelo IPCA em milhares de reais. O efeito contábil da referida revisão tarifária, estará descrito no capítulo de desempenho financeiro.



RAP ciclo (2020-2021)

Tabela 22

(Em R\$ mil)

Empresa	RAP Ciclo 2020-2021 Revisada (Ref. jun/2020)	PA Revisão Consolidada (Ref. jun/2020) ⁽¹⁾		RAP Total Ciclo 2020-2021 (Revisão + PA - Ref. jun/2020)
		Total	Por Ciclo	
Chesf (CC 061/2001)	3.494.422,00	1.734.512,45	578.170,82	4.072.592,81
Eletronorte (CC 058/2001)	1.832.587,63	954.107,06	318.035,69	2.150.623,31
Eletrosul (CC 057/2001)	969.071,95	233.641,16	77.880,39	1.046.952,34
Furnas (CC 062/2001)	5.153.445,67	1.777.381,68	592.460,56	5.745.906,23
Eletrobras	11.449.527,25	4.699.642,35	1.566.547,45	13.016.074,70

(1) - Estimada com base nos valores da NT 108/2020 – SGT/Aneel e no IPCA entre jun/19 e jun/2020

Destaques em 2020

- Resolução Homologatória 2.725/2020 estabeleceu as RAPs para as concessionárias de transmissão no ciclo 2020-2021. Para as Empresas Eletrobras o valor total de RAP neste ciclo é de R\$ 14.586 milhões, com um aumento de aproximadamente 26% em relação ao ciclo anterior. Cabe destacar que esse valor considera não apenas os contratos prorrogados constantes na tabela anterior, mas todas as instalações de transmissão em operação, incluindo o efeito dos contratos licitados. Essa diferença se deve, principalmente, ao resultado da revisão tarifária dos contratos de transmissão prorrogados, conforme já mencionado no item acima, e à reincorporação do parâmetro de capital próprio (Ke) ao componente financeiro da base blindada da Rede Básica Sistema Existente (RBSE), após cassação de tutela antecipada que até então suspendia parte desses valores em função de decisões liminares.
- Resolução Autorizativa 8.926/2020 autorizou a postergação, por até 4 (quatro) meses, dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujas datas de início da operação comercial após 11/03/2020. A Aneel avaliou os impactos da covid-19 em cronogramas de outorgas de transmissão em andamento e das autorizações de novas obras de reforços e melhorias.

- Medida Provisória 998/20, que estabeleceu, dentre outras, a transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), entre 2021 e 2025, de parte dos recursos que as concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar em programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética. Os recursos não comprometidos destinam-se a projetos contratados ou iniciados. A Consulta Pública 005/2020 foi realizada com o objetivo de obter subsídios ao Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) referente à necessidade de aprimoramento dos comandos regulamentares afetos à vida útil regulatória de equipamentos de transmissão.
- Consulta Pública 30/2020 onde a Aneel fez uma avaliação dos comandos regulatórios sobre Reforços e Melhorias levando propostas para tornar a regulação sobre o tema mais simples e clara. Foi sugerida alteração na regulamentação vigente, uma vez que trata de conceitos e processos que afetam diretamente os investimentos no negócio de transmissão e, conseqüentemente, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.
- Resolução Normativa 874/2020 resultado da Consulta Pública 26/2019, aprovou os novos valores para o WACC Regulatório. Foram identificados erros materiais na base de dados utilizada pela Agência. Assim, a Eletrobras interpôs Pedido de Reconsideração apontando as inconsistências identificadas e solicitando as devidas correções. Como resultado, a Aneel deferiu parcialmente os pedidos, o que elevou os valores do WACC, no caso específico para o ano de 2018, de 7,66% para 7,71%. Utilizando a base de dados disponibilizada pela Agência foi possível simular o efeito desse aumento da taxa de remuneração nas RAPs da Eletrobras, correspondente a um acréscimo de cerca de R\$ 20 milhões.

A Eletrobras tem atuado ainda no âmbito do Grupos de Trabalho do Comitê de Transmissão da Abdib e em discussões como contribuições da Associação à Tomada de Subsídios 007/2020 (Segurança Cibernética), CP 005/2020 (Ativos Totalmente Depreciados), CP 030/2020 (Reforços e Melhorias), CP 75/2020 (Liquidação Financeira dos EUST), dentre outros temas.



5. Cepel e Investimentos em P&D+I

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) contribui para a manutenção de uma infraestrutura tecnológica avançada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), em equipamentos e sistemas, de forma a atender as características singulares do setor elétrico brasileiro. Em 2020, foram desenvolvidos cerca de 70 projetos da Carteira Institucional e outros 30 projetos para diferentes clientes. O desenvolvimento desses projetos representou R\$ 193,3 milhões em contratos de projetos de P&D, serviços tecnológicos, licenciamento de programas e realização de ensaios. Cabe às Empresas Eletrobras aplicarem R\$ 192 milhões, no atendimento de sua obrigação estatutária. O restante correspondeu ao aporte de outros Associados Especiais, além de recursos próprios obtidos através de licenciamento de seus produtos e da prestação de serviços tecnológicos especializados.



Áreas de Atuação do Cepel

Tabela 23

Aportes de Recursos	(Em R\$ mil)		
	2020	2019	Variação (%)
Automação de Sistemas	27.473	29.542	-7,0
Otimização Energética e Meio Ambiente	32.786	40.401	-18,85
Linhas de Transmissão e Equipamentos	29.948	34.436	-13,03
Redes Elétricas	20.508	22.938	-10,59
Tecnologias da Distribuição	5.233	13.355	-60,82
Materiais, Eficiência Energética e Geração Complementar	18.451	25.386	-27,32
Pesquisa Experimental	58.914	71.794	-17,94
Total	193.314	237.852	-18,72

Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

Em 2020, os projetos de melhoria contínua tiveram como foco utilizar metodologias ágeis para definir e otimizar os ciclos, em especial de gestão dos contratos estratégicos, do processo de fechamento, consolidação e análise das demonstrações contábeis e do sistema de gestão de denúncias.

Governança de Tecnologia da Informação

O planejamento das ações que apoiam as necessidades estratégicas está alinhado e vinculado ao Plano Diretor de Negócio e Gestão (PDNG). Todas as necessidades fazem parte do portfólio de projetos de TI, o que permite maior gestão e acompanhamento, além da formalização do alinhamento e atendimento ao PDNG.

Dentre os principais projetos estratégicos de TI em 2020, destacam-se:

- Conclusão do ProERP, Programa de Implantação do ERP SAP em Instância Única, com entrada em produção da Eletronorte e da incorporação da Eletrosul pela CGTEE;
- Implantação do SAP WCM (*Work Clearance Management*) para gestão dos processos de O&M; do SAP AIS (Ativos Imobilizados em Serviço) para gestão de ativos; do SAP LSO (*Learning Enterprise Management*) para gestão de educação corporativa e do conhecimento; do SAP TRM (*Treasury and Risk Management*) para gestão de contratos obtidos pelas Empresas Eletrobras; e de novas funcionalidades no ERP SAP Instância Única, para gestão de contratos e fornecedores;
- Implantação da plataforma de assinaturas eletrônicas e digitais de documentos;
- Início da automação de processos por robotização (RPA);
- Realização de *assessment* sobre a cultura de dados nas Empresas Eletrobras, por meio de pesquisa com empregados, análise da situação atual e estudo de tecnologias e governança;
- Implantação de ferramentas modernas de *workplace*, por meio da plataforma Office365, para colaboração e produtividade em nuvem;
- Adoção de práticas de inovação e agilidade pela iniciativa *Transformation Labs*, visando democratizar tecnologias, *insights* analíticos e automação rápida de processos (*low code*);
- Implantação do processo de gestão unificada de demandas de TI das Empresas Eletrobras relacionadas ao SAP instância única, visando maior eficiência na sua priorização;
- Contratação de Solução de Gestão de Reuniões de Colegiados de Alta Administração, denominada “Portal Atlas Governance”, para utilização pelos colegiados e órgãos de governança da Eletrobras;
- Projetos relacionados ao aperfeiçoamento do suporte à segurança da informação, incluindo novas soluções para segurança de perímetro, estações de trabalho, servidores e rede de dados;
- Ações voltadas a prover maior eficiência à infraestrutura de suporte ao teletrabalho;
- Implantação de novos sistemas, como o de Empréstimo Compulsório e o de Gestão de Empreendimentos de Transmissão.
- Aquisição de soluções como *Webex*, *Citrix* e *Trend* dadas as necessidades do trabalho remoto iniciado em março com a pandemia.

Em 2020, foram investidos, aproximadamente, R\$ 13 milhões em aquisição de equipamentos destinados à proteção da rede de dados e acesso à Internet e cerca de R\$ 40 milhões entre licenciamentos SAP, serviços de suporte e serviços de implantação do ERP SAP Instância Única e da Solução Fiscal.

Segurança Cibernética

Entre os riscos monitorados pela Eletrobras está o de Segurança da Informação. A Companhia age para mitigar e evitar eventos que comprometam a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações corporativas, ou que causem danos, perdas de informações, perdas financeiras, paradas de serviços, disseminações indevidas ou danos à reputação, entre outros.

Para tal, as Empresas Eletrobras adotam a Política de Segurança da Informação, aprovada desde 2018, que orienta estrategicamente as questões relacionadas à segurança da informação, definindo diretrizes para armazenamento, custódia, processamento, transmissão e descarte de suas informações no ambiente convencional ou de tecnologia. Contam também com o Regulamento de Gestão Integrada de Demandas de TI e um plano com 32 atividades que busca aprimorar o ambiente corporativo e aumentar a maturidade na Gestão da Segurança da Informação, reduzindo a probabilidade de materialização dos riscos monitorados e/ou redução de seus impactos.

O planejamento das ações de Segurança da Informação e a Gestão de Riscos Relacionados são orientados pelo *NIST Cybersecurity Framework*, desenvolvido pelo *National Institute of Standards and Technology* em parceria com o setor privado. Essa metodologia propõe diretrizes para guiar as atividades de segurança da informação, considerando os riscos relacionados ao tema como parte do processo de gestão de riscos corporativos.

Como parte do referido planejamento, os seguintes regulamentos foram aprovados para todas as Empresas Eletrobras:

- Regulamento de Planejamento da Segurança da Informação.
- Regulamento de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação.
- Regulamento de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.
- Regulamento de Gestão de Vulnerabilidades Tecnológicas.

O risco de segurança da informação foi priorizado pelo Conselho de Administração da Eletrobras. O Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário prepara relatórios trimestrais sobre os principais fatores de risco e status das iniciativas do Plano de Segurança da Informação, que contribuem para mitigação destes fatores.

Tais iniciativas, além da redução de riscos, trazem mais robustez para o processo de Gestão da Segurança da Informação, com o estabelecimento de normativos; aquisição de ferramentas ou serviços; melhorias em procedimentos; realização de campanhas de conscientização e treinamentos. Estas ações contribuem para a redução de vulnerabilidades, detecção mais eficiente de incidentes e, conseqüentemente, redução de impacto ao negócio.

Destacamos que a Eletrobras Holding executa testes de intrusão (Pentest) anualmente. Em 2020, por conta das constantes ameaças que cercam o ambiente de TI, a Eletrobras tentou fazer a aquisição do serviço para atender e garantir maior visibilidade e segurança para todas as Empresas Eletrobras. No entanto, por causa da pandemia, o processo licitatório atrasou, e o Pentest não foi executado em 2020.



6. Principais Aspectos ESG

Buscando alcançar o nosso propósito de colocar toda a nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade, dispomos da Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras que estabelece as diretrizes que norteiam as nossas ações quanto à promoção da sustentabilidade empresarial.

A sustentabilidade, princípio de nosso planejamento de longo prazo, é premissa que determina as diretrizes da empresa, sendo transversal a todos os processos da Companhia e a nossa maneira de fazer negócios.

Nesse sentido, buscamos integrar os nossos negócios às prioridades da sociedade para o desenvolvimento sustentável, em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU, com a qual a Eletrobras se comprometeu voluntariamente desde 2016.

6.1 Gestão Ambiental (*Environmental*)

Em todos os planejamentos da Eletrobras, há estudos para identificar e avaliar impactos ambientais e sociais de cada projeto. A Companhia elabora diagnósticos socioeconômicos participativos, implanta programas de comunicação, interação social e de educação ambiental, e ainda promove fóruns comunitários e articulações com agentes públicos e privados.

O sistema de Gestão Ambiental se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS).

Sistema IGS

O Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS) compila informações sobre o desempenho das empresas em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros, que devem ser aderentes aos princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras.

Em 2020, entrou em produção a versão 2.0 do IGS. Para o módulo ambiental foram elaborados e revisados indicadores e variáveis de água, resíduos e biodiversidade. Ao final do ano, o resultado foi: 250 indicadores de desempenho, 439 variáveis, 356 usuários e 187 unidades cadastradas.

Além do IGS, as Empresas Eletrobras possuem certificações ISO 14.001 nas operações da UHE Tucuruí e da UHE Coaracy Nunes, da Eletronorte. A Chesf dispõe de certificação ISO 14.001 no serviço de manutenção de subestações de Paulo Afonso. Nas usinas termelétricas de Furnas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, são realizadas auditorias externas para atendimento à Lei Estadual 1.898/1991.

Destaques em 2020

- *Carbon Disclosure Project (CDP)*: elevou a classificação da Eletrobras para A- "*Leadership*" na dimensão Mudanças Climáticas, ficando acima da média regional da América do Sul (D) e do setor de Geração Renovável (B).
- *ICO2 B3*: a Eletrobras foi incluída no Índice Carbono da bolsa de valores (ICO2 B3). A adesão da companhia ao ICO2 demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono.

Ações e Projetos Ambientais

No âmbito do antigo PDNG 2020-2024, foi criado em 2019, Programa Sustentabilidade 4.0, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações e projetos estratégicos para a Eletrobras, onde se destacaram as atividades dos projetos "Transição Energética" e "Compensação de Mudanças Climáticas e Proteção do Meio Ambiente":

- Projeto piloto relacionados a carbono, em empreendimentos de diferentes tipologias das Empresas Eletrobras.
- Estudo de precificação de carbono.
- Ações de eficiência energética do Procel voltadas à Eletrobras.
- Elaboração de planos de ação para cumprimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e de redução do consumo de energia elétrica, de combustíveis fósseis e de água.
- Ações de internalização da Política Ambiental nas Empresas Eletrobras.
- Estudo de vulnerabilidade do negócio frente às mudanças climáticas, incluindo o risco financeiro.
- Realização de análise de cenários, considerando todas as tipologias de empreendimentos, e cálculo de risco financeiro em mudanças climáticas.
- Definição de meta de compensação das emissões de GEE, visando a emissão líquida nula para a Holding.

- Estudo sobre a viabilidade de certificação de operações das Empresas Eletrobras em Sistemas de Gestão Ambiental.
- Análise de ciclo de vida de produtos e serviços.
- Desenvolvimento de projetos que contribuam para as metas do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade e do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Segurança Hídrica.
- Desenvolvimento de metodologia de valoração de serviços ecossistêmicos para os empreendimentos das Empresas Eletrobras.
- Aprimoramento da Gestão de Resíduos da Holding.

Relacionamento com os *Stakeholders*

Não houve em 2020 alterações nas diretrizes para remanejamento de populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos das Empresas Eletrobras. Há o compromisso da Companhia de que as informações sobre os projetos; seus impactos; medidas de compensação e reparação; critérios de avaliação; formas de indenização e direitos da população afetada devem ser disponibilizados de forma permanente e transparente, em linguagem e canais dedicados e acessíveis aos envolvidos.

O Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras, continuou a se reunir, em 2020, nos grupos de trabalho: educação ambiental; população atingida e assuntos indígenas, promovendo diálogos sobre a licença social e educação ambiental com foco em comunidades atingidas.

Destaca-se que em de 2020, a Eletrobras foi excluída da lista do portfólio do *Norwegian Government Pension Fund Global* sob alegações de suposta violação de direitos humanos pelo projeto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, de responsabilidade da Norte Energia S.A (SPE Belo Monte) a qual a Eletrobras detém junto de Chesf e Eletronorte o total 49,98% do capital.

A Eletrobras esclareceu que, por ocasião da instalação e do início de operação da UHE Belo Monte, foram adotadas ações socioambientais pela Norte Energia S.A. com o objetivo de mitigar e compensar os impactos negativos potenciais na região do empreendimento, seguindo o processo de licenciamento ambiental. A Eletrobras e a Norte Energia refutam que o empreendimento tenha contribuído ou sido responsável por violações de direitos humanos. Os investimentos na região foram planejados para reparar ou minimizar os impactos causados, visando condições iguais ou melhores antes da instalação do empreendimento.

A Eletrobras, em parceria com a estatal boliviana *Empresa Nacional de Electricidad* (Ende), desenvolve os Estudos de Inventário Hidrelétrico Binacional do Rio Madeira, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Em razão da pandemia do covid-19, os dois países determinaram medidas sanitárias de restrição de circulação. Com isso, foram suspensos o monitoramento das urnas "Fale Conosco" e as atividades previstas de contato direto com a população local. Também fechou o Centro de Informação dos Estudos de Inventário para atendimento ao público, localizado em Guajará-Mirim. Em 2020, o lado brasileiro, recebeu 27 manifestações pelas urnas distribuídas na área de estudo localizada nos estados de Rondônia e Acre, 22 via *WhatsApp*, 01(um) por telefone e 03 (três) por e-mail. As principais dúvidas da população local são sobre: estudos de inventário hidrelétrico; construção de novas hidrelétricas na bacia do rio Madeira e seus impactos socioambientais; redução da tarifa de energia elétrica com novas construções; benefícios para a população local; e se a população atingida será indenizada. O atendimento ao público continua sendo realizado de forma virtual e todas as manifestações foram respondidas até 31/12/20.

Proteção da Biodiversidade

As Empresas Eletrobras são signatárias do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade que tem como objetivo enfatizar a importância da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para as empresas, partindo da premissa de uma atuação alinhada aos planos estratégicos nacionais e globais.

Em 2020, a Eletrobras priorizou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 – Vida Terrestre, definindo indicadores e metas que visam ampliar as ações de conservação e recuperação da biodiversidade nas regiões onde a empresa está inserida.

**Ações de Conservação**

Tabela 24

INDICADOR	META
Total de áreas protegidas e/ou florestadas pela empresa.	Perda zero de áreas vegetadas e/ou florestadas por ações das empresas.
Espécies da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) e de listas nacionais de conservação incluídas em projetos executados para a conservação de espécies ameaçadas.	Incluir novas espécies ameaçadas nos projetos de conservação executados pelas Empresas Eletrobras.
Investimento em projetos que contribuam para a gestão da biodiversidade.	Aumento de 1% ao ano em relação ao % do ano base
Fixação de carbono na biomassa (ton.)	Aumento de 5% ao ano em relação ao ano anterior

A Eletrobras aderiu, em 2020, como *"Early Supporter"*, à iniciativa da *Business for Nature* denominada *Call to Action*. Trata-se de um chamado para ações coletivas visando reverter a perda de natureza até 2030. A Companhia também promoveu o *webinar* "Como Alcançar Impactos Líquidos Positivos na Biodiversidade", tendo como convidado o prof. Luís Enrique Sánchez, da Universidade de São Paulo, e a participação de diversas áreas da Holding e das Empresas Eletrobras.

6.2 Gestão Social (Social)

6.2.1 Responsabilidade Social

A Eletrobras conduz suas atividades de maneira comprometida com o respeito aos Direitos Humanos, à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Sustentável nos territórios em que atua e nas comunidades com quem se relaciona, de forma complementar aos programas compulsórios e condicionantes de licenciamento ambiental. A empresa possui um abrangente escopo de atuação que envolve ações de comunicação e comprometimento para gerar valor junto aos seus públicos de relacionamento.

Em 2020, foi desenvolvido o Projeto Engajamento dos *Stakeholders* da Cadeia de Valor para Sensibilizar sobre o Tema Direitos Humanos, integrante do Programa Sustentabilidade 4.0. Esse projeto tem por objetivo a promoção de ações de capacitação, sensibilização e avaliação de riscos relacionados ao tema Direitos Humanos junto aos diversos públicos de relacionamento das Empresas Eletrobras, tais como colaboradores, fornecedores e parceiros, e as comunidades que vivem em territórios onde atua. Destaca-se também adesão de todas as Empresas Eletrobras ao Programa Na Mão Certa, que busca o envolvimento das empresas para enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes.

**Execuções do Projeto 3.0.**

Tabela 25

Subprojetos	Atualização
3.1) Avaliação de impacto dos negócios sobre Direitos Humanos nas relações de trabalho	Pesquisa documental considerando legislação, pactos e princípios na perspectiva das relações de trabalho. O resultado trouxe propostas de ações que deverão ser avaliadas pelo Subcomitê de Direitos Humanos e, posteriormente, apresentadas às áreas envolvidas no tema nas empresas.

Subprojetos	Atualização
3.2) Avaliação de impacto dos negócios sobre Direitos Humanos nas relações com a comunidade local	Elaboração de um roteiro de questões e aspectos que devem ser considerados numa avaliação documental dos empreendimentos sob a ótica de Direitos Humanos e análise da legislação, pactos e princípios.
3.3) Avaliação de riscos de Direitos Humanos (<i>due diligence</i>) de fornecedores de nível 1	Houve a definição de fornecedores críticos que deverão estar submetidos à avaliação de Direitos Humanos em 2021: <ul style="list-style-type: none"> ● Terceirização de serviço contínuo com mão-de-obra alocada ● Obras ● Serviços de transporte
3.4) Avaliação de riscos de Direitos Humanos (<i>due diligence</i>) de <i>joint ventures</i> /SPES	Foi realizada uma reunião com os representantes da Norte Energia para a qualificação do relacionamento entre a Eletrobras e a SPE visando uma parceria de longo prazo para a realização de trabalhos voltados para Direitos Humanos.
3.5) Planos de mitigação de riscos de Direitos Humanos em <i>joint ventures</i> /SPES	Este subprojeto será iniciado após a realização do subprojeto 3.4 que mapeará os possíveis riscos de Direitos Humanos nas <i>joint ventures</i> /SPES.
3.6) Ações de divulgação sobre temas de Direitos Humanos	O calendário elaborado no Plano de Comunicação das Empresas Eletrobras vem sendo utilizado como referência para as ações de divulgação sobre os temas relacionados a Direitos Humanos. Ao Subcomitê de Direitos Humanos foi entregue uma planilha com os casos mapeados, visando ofertar um banco de boas práticas para que sejam replicados/adaptados nas empresas. Houve a inclusão do calendário previsto no plano de ação do Programa Na Mão Certa.
3.7) Contratar o Programa Na Mão Certa para obter materiais e serviços especializados sobre o tema, visando (i) sensibilizar públicos de relacionamento (subprojeto 3.6); e ter subsídios para analisar e especificar em política (ou outro documento corporativo) as atividades e setores que requerem maiores cuidados no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Adesão da Eletrobras ao Programa na Mão Certa como mantenedor beneficiando sete Empresas Eletrobras: Holding, Amazonas GT, Cepel, CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Eletronuclear.
3.8) Treinamento de colaboradores em Direitos Humanos	Curso será dividido em 7 capítulos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Direitos humanos e suas características 2. Trabalho infantil 3. Trabalho forçado ou compulsório 4. Discriminação e diversidade 5. Assédio moral e sexual 6. Livre associação sindical e direito à associação coletiva 7. Povos indígenas e comunidades tradicionais
3.9) Certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social	Após estudo da norma, pesquisa documental, reuniões com especialistas em certificação, com EDF — empresa certificada pela SA8000 — e outros encontros internos, foi elaborada uma informação técnica com a recomendação da adesão à norma SA8000 pela Eletrobras.

DESTAQUES EM 2020

PROJETOS SOCIAIS



Fonte: Ateliê Escola de Lutheria, integrante do projeto "Aprendendo o ofício de luteria"

PROJETOS SELECIONADOS NO EDITAL SOCIAL 2019

Alinhado ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ODS 4 – Educação de Qualidade, os projetos "Nutrindo o Saber" e o "Ateliê Escola de Lutheria Teixeira de Freitas - Programa Neojiba" foram selecionados no Edital Social 2019 e previam sua execução em 2020.

Ateliê Escola de Lutheria Teixeira de Freitas: projeto do programa Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (Neojiba), capacita jovens aprendizes e beneficia crianças, adolescentes e jovens através de reparo

e manutenção de seus instrumentos musicais. Além disso, proporciona a manutenção e a expansão das atividades do Núcleo Territorial Neojiba Teixeira de Freitas. Valor do repasse: R\$ 105,5 mil.

Nutrindo o Saber: o projeto promove a qualificação social e profissional de 135 jovens e adultos nas áreas de cozinha técnica e panificação/confeitaria. Desenvolvido no bairro de Lagoa Azul, em Natal (RN) e voltado para o setor de alimentação, o programa visa fortalecer e integrar as ações de assistência social para a preparação integral da pessoa humana violada em seus direitos para o pleno exercício da cidadania e construção de uma sociedade mais equânime. Valor do repasse: R\$ 124,5 mil.



Fonte: Centro Educacional Dom Bosco. Turma de padaria e confeitaria "

Devido à pandemia, os projetos tiveram aditivos firmados e terão seu encerramento em 2021.

PROJETO KAYAPÓ



Fonte: Instituto Kabu

A Eletrobras deu continuidade a sua participação nos projetos com as comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 4.500 indígenas e 40 aldeias. Decorrentes de compromisso assumido no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esses projetos são realizados em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Norte Energia e as instituições representativas dos Kayapó. Os principais resultados são: o fortalecimento institucional das associações indígenas executoras; a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas;

o fomento a atividades econômicas sustentáveis; e a valorização cultural da etnia Kayapó. Os projetos são financiados pela Norte Energia, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu. Em razão da pandemia, muitas das atividades previstas do projeto foram suspensas, e o foco recaiu sobre ações de apoio e prevenção à Covid-19, buscando priorizar máximo isolamento das comunidades em suas aldeias. Os Kayapó estão sendo vacinados e conscientizados por meio das campanhas do Instituto Kabu e Floresta Protegida sobre a importância da vacina.

PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS APOIADAS PELA ELETROBRAS EM 2020

Centro Comunitário de Produção (CCP) Bonecas Negras:



Fonte: Antonio Cláudio/Eletrabras. Integrantes na inauguração do CCP

Os Centros Comunitários de Produção (CCPs) são projetos que resultam da parceria da Eletrabras com comunidades de pequenos produtores, promovendo o beneficiamento da produção local por meio do fomento ao uso eficiente e produtivo da energia elétrica, gerando trabalho e renda e o empoderamento socioeconômico de mulheres costureiras, na cidade de Armação dos Búzios (RJ). Com o investimento de cerca de R\$ 28 mil reais, o projeto foi executado ao longo de 2019 e 2020 com a vigência encerrada em novembro/20.

PATROCÍNIOS

Em 2020, face à pandemia da covid-19, a Eletrabras estabeleceu protocolo para que todo o orçamento disponível das empresas para doações, patrocínios e projetos sociais fosse revertido para doações de enfrentamento da pandemia, e complementação financeira para atingir o valor recomendado.

Antes do protocolo estabelecido, 4 patrocínios incentivados por escolha direta estavam em tratativas e foram contratados.



Projetos Incentivados pela Lei Rouanet

Tabela 26

Contrato	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
001/2020	Álvaro Alberto-Um Homem à Frente de seu Tempo	Madai Produções Eireli - EPP	300.000,00
002/2020	Festival de Harpas-2020	Carpex Empreendimentos e Promoções Ltda	200.000,00
003/2020	Espaço Cultural da GROTA Grota - 25 anos formando talentos',	Reciclarte	200.000,00
004/2020	Plano Anual de Atividades e Temporada 2020 - Orquestra Sinfônica Brasileira	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira (FOSB)	300.000,00
			1.000.000,00

Em 2020, também foram realizados os repasses dos recursos referentes a sete projetos selecionados no Programa de Patrocínio das Empresas Eletrabras a Eventos do Setor Elétrico de 2019, que contou com a participação de cinco Empresas Eletrabras: Holding, Furnas, Chesf, Eletronuclear e Eletronorte. O programa foi lançado com investimento no valor de até R\$ 1,5 milhão.



Projetos Não Incentivados

Tabela 27

Projeto	Valor contratado (R\$)
Fórum Abinee Tec e IX Ciertec - FIEE Smart Energy	120.000,00
Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico - Enase	20.000,00
Workshop Electricity for All	50.000,00

Projeto	Valor contratado (R\$)
16º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética - Cobee 2019	79.680,00
10º Congresso de Licenciamento e Gestão Socioambiental no Setor Elétrico – Lase	64.870,00
25º Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – SNPTEE	69.860,00
6º Seminário Socioambiental Eólico	40.000,00
	444.410,10

Adicionalmente, foram pagos em 2020, três projetos de patrocínios, contratados por escolha direta ainda em 2019, no valor total de R\$ 68,5 mil.



Indicadores Sociais Externos da Eletrobras Holding

Tabela 28

(Em R\$)

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados		Holding	
		2020	2019
1	Projetos e Ações Sociais		
1.4	Geração de Trabalho e Renda	230.110,08	28.060,54
Subtotal Projetos e Ações Sociais		230.110,08	28.060,54
	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	2.500.000,00	0,00
	Subtotal de doações	2.500.000,00	0,00
5.1	Investimento na mobilização de voluntários	9.212,98	685,80
5.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	5.600,00	50.374,22
5.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	6.871,58	26.585,95
Subtotal Voluntariado		21.684,56	77.645,97
6.1	Patrocínios Esportivos Não Incentivados	0,00	0,00
6.2	Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	0,00	296.988,85
Subtotal Patrocínios Esportivos		0,00	296.988,85
7.1	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet)	1.000.000,00	1.500.000,00
7.2	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	512.910,00	80.000,00
Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados		1.512.910,00	1.580.000,00
Total de investimentos repassados		4.264.704,64	1.982.695,36

PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO



Investimentos em Publicidade e Comunicação

Tabela 29

(Em R\$)

Produto	2020	2019
Publicidade Institucional Eletrobras	1.616.314,77	15.913.560,29*
Publicidade Oficial (Legal)	4.735.742,08	4.329.256,19
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)	649.976,32	974.571,31

Produto	2020	2019
Total	7.002.033,17	21.217.387,79

*O valor dos investimentos realizados em Publicidade Institucional no ano de 2019 foram atualizados, pois houve pagamentos do exercício de 2019 compensados em 2020.

INICIATIVAS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19



Desde março de 2020, surpreendidas pela pandemia da Covid-19, as Empresas Eletrobras contribuíram com o enfrentamento do vírus doando R\$ 23,75 milhões a ações de assistência e saúde em todo o país, com foco no entorno de seus ativos de geração e transmissão. Cerca de R\$ 19 milhões, foram doados à campanha “Salvando Vidas”, coordenada pelo BNDES, e que viabilizou a aquisição e a distribuição de equipamentos de proteção a

profissionais de saúde de 109 hospitais e santas casas do SUS. Desse valor, R\$ 2,4 milhões correspondem à doação efetuada pela Holding. Os R\$ 100 mil restantes doados pela Eletrobras foram investidos na campanha Máscaras + Renda.

Projeto Máscara + Renda: promovido pelo Instituto Vale, o projeto contribuiu para a prevenção à covid-19 e à economia de comunidades em vulnerabilidade social por meio da confecção de máscaras de proteção, feitas por costureiras locais, que foram destinadas a associações, instituições e grupos de moradores da própria comunidade, gratuitamente, através da destinação de R\$ 100 mil da Holding para o projeto.

Dessa forma, a participação da Eletrobras viabilizou a geração de renda para 18 costureiras e sua produção de máscaras de proteção contribuiu com a saúde e segurança de seus próprios colaboradores, uma vez que há convivência neste território.

As Empresas Eletrobras, por meio dos subcomitês de Patrocínio e de Edital Social, elaboraram 4 (quatro) editais que serão publicados em 2021: Edital Cultural, Eventos do Setor Elétrico, Edital de Patrocínio e o Edital Social. Este último considerou a inserção da temática ambiental em seu escopo, passando a ser denominado Edital Socioambiental, elegendo os ODS 10, 13 e 15 como prioritários e estabelecendo critérios que alinhem a redução das desigualdades sociais à conservação da biodiversidade.

Programa de Coleta Seletiva Solidária: a redução de materiais recicláveis produzidos na empresa ocasionou impacto direto na operação das cooperativas de catadores parceiras. Assim, visando a minimizar esses efeitos, integrantes da Comissão de Coleta Seletiva Solidária se mobilizaram para o fornecimento voluntário de cestas básicas para a Recooperar no período de abril a setembro. A partir de outubro, a Cooperecológica foi beneficiada com a doação de recursos para a compra de materiais de higiene e limpeza.



Foto: Integrantes da Abrapac recebendo as máscaras do projeto Máscara + Renda.

Fonte: Abrapac



Foto: Voluntária cuidando do jardim da instituição.

Fonte: Pequenas Vozes do Carmelo

Programa Eletrobras de Voluntariado: desde o início da pandemia, a preocupação dos voluntários com as comunidades atendidas pelas instituições parceiras foi evidente, principalmente com as comunidades do entorno da sede da empresa. O Programa Eletrobras de Voluntariado foi o mais utilizado como intermediário entre essas demandas sociais e os anseios dos colaboradores em contribuir, mesmo estando em isolamento social.

Foram dedicadas 127 horas de trabalho voluntário, incluindo as horas e planejamento e execução das ações, ratificando o comprometimento dos filantropos com causas sociais, mesmo em circunstâncias de isolamento social, alcançando um total de 762 pessoas.

Desde março de 2020 foram implementadas iniciativas de doações que variaram de materiais de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, roupas, calçados e materiais escolares destinados às crianças atendidas pelas instituições até recursos financeiros que viabilizaram a compra de cestas básicas. A estimativa é de que os valores das doações de materiais e os recursos financeiros somaram, até dezembro, R\$ 35 mil.

OUTRA DOAÇÕES:

- **Campanha de Natal:** destinou R\$ 3,1 mil para a compra de cestas básicas entregues às comunidades da Providência e da Coroa, localizadas no Centro do Rio de Janeiro, promovida pelo SOS Favelas.
- **Centro de Referência Especializada da Assistência Social:** arrecadação de itens de higiene, livros, cadernos, roupas, agendas e mensagens de Natal destinadas à população em situação de rua, totalizando R\$ 4,4 mil.
- **Pequenas Vozes do Carmelo, a Associação São Martinho e a Creche das Mães Trabalhadoras:** receberam doação de 230 kits lanche, totalizando R\$ 3,4 mil.

COMITÊ DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE:

Há 15 anos, a Eletrobras participa dos trabalhos do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas (Cogemnev). Neste ano atípico, contribuiu na estruturação e apoio tecnológico necessário para realização de 08 *webinars*, abordando temas como "Igualdade Racial"; "Diversidade; Equidade de Gênero"; "Engajamento de Homens e Mulheres no Contexto Doméstico e do Trabalho em Tempos de *Home Office*"; "Gestão da Diversidade e Inclusão nas Organizações Públicas"; "Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes"; e o "Papel das Organizações Públicas para os Direitos Humanos".

Além disso, foi realizada a palestra "Equidade de Gênero, Vieses Inconscientes", em alusão aos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres realizado pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo e direcionada aos jovens aprendizes e estagiários.



Fonte: Página de contação de histórias das Empresas Eletrobras.

6.2.2 Gestão de Pessoas

A Eletrobras encerrou o ano de 2020 com 12.527 empregados efetivos (excluindo a parte brasileira de Itaipu), contra 13.089 empregados em 2019, o que representou uma redução de 4,29% do quadro efetivo. Desse total, 4.184 estavam nos segmentos administrativo e 8.343 no operacional. A redução deve-se, principalmente, aos desligamentos do Plano de Demissão Consensual (PDC) 2019.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020, mediado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), previa um quadro de referência de 12.500 e 12.088 empregados efetivos, respectivamente, a partir de janeiro e maio de 2020. Porém, tendo em vista a pandemia em 2020, as Empresas Eletrobras postergaram a meta dos desligamentos para o primeiro trimestre de 2021.



Nº de Empregados Efetivos nas Empresas Eletrobras em 2020

Tabela 30

Empresa	Região											Total ⁽²⁾
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Expatriado ⁽¹⁾	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.		
Eletrobras	0	0	0	0	2	12	234	441	0	0	1	690
Cepel	0	0	0	0	0	0	66	208	0	0	0	274
CGT Eletrosul	0	0	0	0	2	30	0	0	203	1104	0	1339
Chesf	0	0	580	2582	0	0	0	0	0	0	0	3162
Eletronorte	114	908	23	231	256	640	2	27	0	0	0	2201
Eletronuclear	0	0	0	0	0	0	319	1341	0	0	0	1660
Eletropar	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Furnas	0	6	0	0	42	305	467	1917	4	86	0	2827
Amazonas GT	51	320	0	0	0	0	0	0	0	0	0	371
Total Eletrobras sem Itaipu	165	1236	603	2813	302	988	1091	3934	207	1190	1	12527
Total Feminino												2.367
Total Masculino												10.160
Itaipu (margem brasileira)	0	0	0	0	0	0	0	0	246	1.030	0	1276

(1) A partir de 2019 optou-se por fazer a separação de empregado da Holding que fica lotado no escritório internacional em Montevideo, Uruguai.

(2) Este quantitativo é referente ao quadro efetivo das Empresas Eletrobras, composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios na empresa, requisitados e anistiados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos para fora do Sistema Eletrobras e os que estão em licença sem vencimentos e aposentados por invalidez. Dados de Itaipu são separados por não ser empresa consolidada no Sistema Eletrobras.

Admissões – Em 2020, foram efetuadas 41 admissões nas Empresas Eletrobras e 34 admissões por Itaipu, totalizando 75 admissões.

Mão-de-Obra Contratada – Não houve contratação de mão-de-obra em 2020, assim como 2019. Refere-se a profissionais contratados mas que não prestaram concurso público e não se confundem com terceirizados, que prestam serviços especializados ligados à atividade meio.

Rotatividade nas Empresas Eletrobras – O índice de rotatividade das Empresas Eletrobras aumentou 0,20 p.p. A variação no indicador se deve aos aumentos de admissões e demissões em relação ao ano anterior.



Rotatividade nas Empresas Eletrobras

Tabela 31

Índice de Rotatividade	2020	2019	2018
Total Empresas Eletrobras	0,53%	0,33%	1,01%
Itaipu	3,73%	3,73%	3,79%

PLANO DE DEMISSÃO CONSENSUAL (PDC)

Em 2020, não houve lançamento de Planos de Demissão Consensual (PDC), mas houve a demissão de 115 empregados inscritos no Plano de Demissão Consensual de 2019, cujos desligamentos foram postergados e efetivados em 2020. Os 115 desligamentos representam 8,4% dos 1.367 inscritos no plano PDC 2, divulgado no Relatório da Administração de 2019. O valor de indenizações desses 115 empregados foi estimado em R\$ 43,9 milhões, gastos com planos de saúde estimados em R\$ 2,1 milhões e economia anual estimada em R\$ 52,8 milhões. Os valores estimados já estavam contemplados nas informações sobre PDC divulgadas em 2019.

PERFIL DOS COLABORADORES

O quadro de empregados das Empresas Eletrobras é composto por 19% de mulheres e 81% de homens. Nas funções gratificadas, 23% são ocupadas por mulheres e 77% por homens. Mais da metade — 6.764 empregados —, tem nível superior, sendo que destes há 1.368 pós-graduados, 546 com Mestrado e 98 com Doutorado.



Perfil dos Empregados da Eletrobras em 2020

Tabela 32

	Superior			Médio			Fundamental			Total Geral
	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	
Raça										
Branca	3323	1149	4472	2520	395	2915	138	6	144	7531
Parda	1272	374	1646	1669	187	1856	182	10	192	3694
Negra	226	68	294	327	34	361	25		25	680
Amarela	54	16	70	47	5	52	3		3	125
Indígena	13	6	19	25	1	26	3	1	4	49
Não Informado	187	74	261	133	42	175	12		12	448
Total Geral	5.075	1.687	6.764	4.721	664	5.385	364	17	381	12.527

	Superior			Médio			Fundamental			Total Geral
	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	
Tempo de serviço										
0 a 5 anos	260	105	366	222	81	303	19		19	687
6 a 10 anos	926	354	1280	866	128	994	10	2	13	2286
11 a 15 anos	1698	651	2349	1301	162	1463	22	1	23	3835
16 a 20 anos	931	293	1224	786	95	881	34		34	2139
21 a 25 anos	270	33	303	383	9	392	17		17	712
26 a 30 anos	29	2	31	51	1	52	5		5	88
31 a 34 anos	633	169	802	687	135	822	170	10	180	1804
Acima de 35 anos	328	80	409	425	53	478	86	4	90	976
Total Geral	5.077	1.687	6.764	4.721	664	5.385	363	17	380	12.527
Nível Hierárquico										
Assessoria	70	38	108	1	2	3				111
Superintendência	115	33	148	2	1	3				151
Departamento	309	122	431	16	1	17				448
Divisão	211	33	244	27		27				271
Supervisão	62	12	74	28	3	31				105
Sem função	4310	1449	5759	4647	657	5304	364	17	381	11441
Total Geral	5.075	1.687	6.762	4.721	664	5.385	364	17	381	12.527
Nível Educacional										
Fundamental							363	17	380	380
Médio				4721	664	5385				5385
Graduação	3617	1133	4750							4750
Pós	974	394	1368							1368
Mestrado	411	135	546							546
Doutorado	73	25	98							98
Total Geral	5.077	1.687	6.764	4.721	664	5.385	364	17	381	12.527
Portador de Deficiência										
Sim	133	40	173	105	17	122	7		7	302
Não	4942	1647	6589	4616	647	5263	356	17	373	12225
Total Geral	5.075	1.687	6.762	4.721	664	5.385	364	17	381	12.527

INCLUSÃO

As Empresas Eletrobras contam, em seus quadros de pessoal, com pessoas com deficiências, de acordo com as exigências legais e por meio dos seus concursos públicos. As empresas realizam ações em prol da acessibilidade nas suas dependências, mantendo as instalações adequadas para tornar os ambientes de trabalho cada vez mais acessíveis, proporcionando autonomia, equidade, respeito e melhoria na qualidade

de vida por meio de iniciativas de saúde que promovam o bem-estar desses empregados. Essas medidas contam, inclusive, com apoio de comitês especializados nas empresas.

Em 2020, havia 302 empregados com deficiência, contra 305 empregados em 2019, sendo explicada a redução pelo PDC. Estes empregados estão assim distribuídos: 08 da Holding; 02 no Cepel; 155 na Chesf; 85 na Eletronorte; 06 na Eletronuclear; 24 na CGT Eletrosul e 22 em Furnas.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O Plano de Educação Corporativa (PEC) da Universidade Corporativa (Unise) contempla o mapeamento das ações educacionais em diversas temáticas. O documento foi elaborado a partir de levantamentos realizados pelas equipes de educação corporativa nas Empresas Eletrobras, com base em metodologias específicas, calcadas na interação com gestores líderes e especialistas internos, além da análise da capacitação nas competências críticas, gerenciais e gerais necessárias para o enfrentamento dos desafios previstos no Plano Estratégico 2020-2035, no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) vigente e nos planos de negócios das empresas.

Em 2020, as ações educacionais das Empresas Eletrobras receberam um investimento total de R\$ 12,3 milhões, representando queda de 48,28% em comparação aos R\$ 23,9 milhões de 2019, com destaque para oferta de ações educacionais à distância, principalmente por conta da pandemia e por utilizar recursos internos e empregados educadores em muitas das ações oferecidas.

As Empresas Eletrobras aprovaram, em 2020, a Política de Educação Corporativa e o Regulamento de Educação Corporativa, com o objetivo de orientar as ações de educação e fortalecer uma cultura baseada na sinergia e integração de processos e no desenvolvimento contínuo das pessoas, contribuindo para o alcance dos resultados empresariais.



Sistema Educacional Eletrobras em 2020 (Unise + Unidades de Educação)

Tabela 33

Ações	Investimento (R\$)	Qtde de Ações	Participantes	Participações	Carga Horária
Pós - Graduação Stricto Sensu	R\$ 422.323,44	27	36	37	10.252
Pós - Graduação Lato Sensu	R\$ 2.271.518,86	102	240	243	52.687
Demais Ações Educacionais	R\$ 7.018.692,09	2.296	11.896	37.010	580.279
Congressos e Seminários	R\$ 1.348.773,31	192	852	1.102	36.386
Cursos de Idiomas	R\$ 823.662,80	536	652	1.447	24.132
Viagens e Deslocamentos	R\$ 474.906,10	4	0	0	0
Total	R\$ 12.359.876,60	3.153	13.676	39.839	703.336
Horas Treinadas por participação					17,66
Investimento por participante					R\$ 903,76

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

A política de remuneração, adotada pela Eletrobras, segue as diretrizes existentes do Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Além das aprovações internas (Diretoria Executiva e Conselho da Eletrobras), o PCR é aprovado pelas entidades sindicais, por meio de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, pelo Ministério

de Minas e Energia, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Economia.

Em 2020, as Empresas Eletrobras contrataram uma consultoria especializada para auxiliar no aperfeiçoamento do PCR, consolidação do Plano de Funções e criação do Catálogo de Funções Gerenciais, concatenado com a modelagem da nova estrutura organizacional. No mês de dezembro, foi encaminhada à Sest a proposta metodológica de atualização do PCR e Plano de Funções. A expectativa é de que a versão final e a implantação sejam disponibilizadas ao longo de 2021.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) —metodologia unificada para avaliação de desempenho das Empresas Eletrobras— identifica e monitora o nível de desenvolvimento dos empregados em relação às habilidades, conhecimentos e atitudes exigidas para o nível de complexidade do cargo ou da função que ocupam. É um dos modelos de gestão que facilita o desdobramento de ações que possam auxiliar no alcance das metas empresariais pactuadas.

Todos os colaboradores e gerentes são submetidos às avaliações de competência, contribuindo para que os resultados reflitam as entregas individuais. Com isso, é possível mensurar a diversidade de desempenho da força de trabalho da Companhia.

Em 2020, foram realizadas diversas ações relacionadas ao aperfeiçoamento do SGD no sistema SAP instância única, além da avaliação de todas as competências organizacionais, gerais e por eixo de atuação no âmbito do Plano de Carreira e Remuneração (PCR), com reflexos no Sistema de Gestão de Desempenho. Além das competências por cargo e função, estão previstas competências para cada um dos eixos de atuação da Eletrobras.

Para 2021, a expectativa é finalizar a nova metodologia do SGD, em sincronia com as demais peças de carreira, trazendo para o contexto novas abordagens de mensuração do desempenho do trabalho remoto, recompensas não financeiras e novas formas de engajar equipes e indivíduos.

TRABALHO REMOTO E OUTRAS PRÁTICAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS

As áreas de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras somaram esforços, durante o ano de 2020, no sentido de aprovar a normatização do trabalho remoto, a qual ainda não foi aprovada em todas as empresas e envolve a interface e encadeamento de temas concernentes à Gestão de Pessoas —carreira, desenvolvimento, saúde, segurança, qualidade de vida, programa de estágio e jovens aprendizes—; Tecnologia da Informação — ambiente e ferramentas de TI—; Segurança da Informação; e Serviços Compartilhados.

A norma permitirá que, mesmo após a pandemia da covid-19, as Empresas Eletrobras possam incorporar esta sistemática nas suas práticas laborais.

No ano de 2021, no âmbito do projeto de transformação cultural e do projeto de atualização do Sistema de Gestão de Desempenho, serão discutidos novos mecanismos para engajar e recompensar os empregados, a partir de análise das diversas práticas e projetos pilotos dentro do próprio grupo e exame de melhores práticas no mercado.

PLANEJAMENTO DE SUCESSÃO

O Processo de Seleção e Nomeação Gerencial, criado em 2018, atualizado em 2019 e aprovado em 2020 na Diretoria Executiva e Conselho de Administração, consolidou uma padronização no procedimento para

indicação de potenciais gestores. A avaliação — *assessment* — é realizada por equipe interna, das áreas de Gestão de Pessoas e Diretorias Executivas; e externa, por meio de consultoria independente, estabelecendo a meritocracia como fator crucial para o resultado.

Desde 2017, foram realizados mais de 1.750 *assessments* nas Empresas Eletrobras, sendo mais de 590 em 2020.

Esta política constitui um passo relevante na direção da cultura de excelência e ampliação dos horizontes da carreira profissional dos empregados das Empresas Eletrobras. Ao longo de 2020, foram realizados na Holding e em Furnas, por exemplo, cerca de 18 processos sucessórios de gestores com mais de 170 empregados participantes do processo.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Em 2020, a Eletrobras atuou na mitigação dos riscos atuariais dos planos de previdência complementar e na melhoria de desempenho das entidades fechadas de previdência complementar que administra.

No plano de assistência à saúde, com o apoio de consultoria técnica atuarial e jurídica, foram ajustados itens relativos ao percentual de custeio patrocinadora/participantes; alteração de regras para inclusão de dependentes; padronização dos benefícios oferecidos pelas empresas, entre outros, para a adequação às determinações contidas na Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).



Beneficiários do Plano de Previdência das Empresas Eletrobras em 2020

Tabela 34

Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Plano de Previdência na modalidade de Benefício Definido (BD)	Plano de Previdência na modalidade de Contribuição Definida (CD)	Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados e assistidos	Plano de Saúde de autogestão
Beneficiários ativos (em unidades)				
Eletrobras	65	593	525	2529
Eletronuclear	1432	0	1524	5967
Eletronorte	32	2139	2795	9127
Furnas	404	2366	2212	12128
CGT Eletrosul	465	883	1563	4611
Cepel	40	212	367	997
Chesf	10	3204	1622	10474
Amazonas GT	6	352	379	1425
Itaipu	1265	0	1352	8412

SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

Face à pandemia causada pelo novo coronavírus, declarada pela OMS em março de 2020, as áreas de saúde da Eletrobras implantaram inúmeras medidas de enfrentamento à covid-19. Foram elaborados protocolos visando à prevenção da doença entre eles a realização de testagem para todos os colaboradores da Companhia e a implantação de ferramenta de *check-in* diário, *on-line*, para fins de monitoramento da saúde dos empregados, tanto em trabalho remoto quanto em regime presencial. Além disto, a Companhia realiza o acompanhamento direto junto aos colaboradores em trabalho presencial,

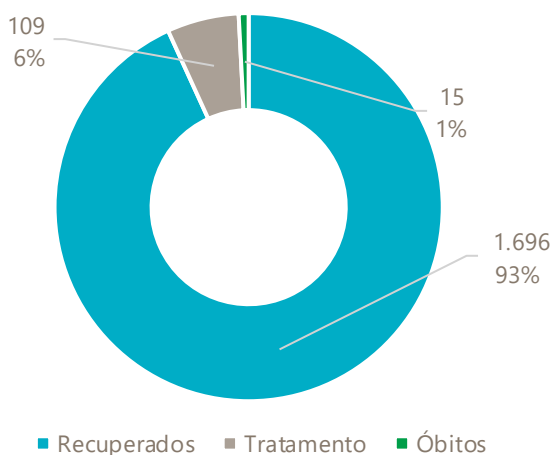
sendo, em sua maioria, colaboradores das áreas de operação, manutenção e engenharia, incluindo a avaliação dos riscos relacionados à referida doença, além dos protocolos de viagens essenciais durante a pandemia, de utilização de transportes corporativos e de contatos dos colaboradores com covid-19 no ambiente de trabalho, para evitar possíveis aumentos de caso de contaminação nas empresas.

Foram adquiridos equipamentos de barreira de proteção, como máscaras respiratória e álcool em gel, além de equipamentos de proteção individual e coletiva para os colaboradores com foco na prevenção à covid-19. As instalações das empresas passaram a contar também com equipamentos de aferição de temperatura no controle de acesso; *dispensers* para álcool em gel; tapetes sanitizantes; e sinalizações delimitando o distanciamento seguro em elevadores, salas e corredores de acesso, além de realização regular de sanitização em suas dependências. Até 29/12/20, foram aplicados 76.820 testes para detecção da covid-19 em empregados e terceirizados do Sistema Eletrobras.



COVID-19 nas Empresas Eletrobras Consolidado

Gráfico 10



Até o fim de 2020, dos 109 empregados em tratamento para covid-19, 6 se encontravam em UTI, 3 em enfermaria e 100 em domicílio.

Para fins de apoio aos seus colaboradores durante a pandemia, as Empresas Eletrobras criaram a Rede de Apoio Psicossocial, disponibilizando atendimentos *on-line* de psicólogos e assistentes sociais das próprias empresas.

Dentre outras medidas tomadas pela Eletrobras na prevenção à pandemia destacamos:

- Recomendação de restrição das viagens.
- Criação de uma seção na intranet dedicada ao tema Coronavírus, com informações, orientações e medidas de prevenção.
- Reforço da higienização e da limpeza das instalações e transporte.
- Restrições para ambientes compartilhados, reuniões e eventos.
- Cobertura dos exames de detecção.
- Trabalho remoto para todos os empregados que puderem realizar suas atividades fora das instalações da empresa e ferramenta digital de *check-in* de saúde diário.
- Formulário Eletrônico sobre aspectos sociais relacionados a covid-19.

Em 2020, foi lançado o Programa Energia e Saúde, por meio do qual as áreas de Saúde e Bem-Estar no Trabalho realizaram campanhas, palestras e atividades, em sua maioria *on-line*, voltadas para a promoção de saúde e da qualidade de vida dos colaboradores, abordando, em especial, temas voltados para a prevenção da covid-19 e para o bem-estar físico, mental e social, no contexto do distanciamento social requerido para o enfrentamento à pandemia.

Dentre os programas e campanhas que compõem o Energia e Saúde, destacam-se aqueles voltados para as atividades físicas, como corrida e caminhada e, ainda, gerenciamento do estresse; motivação; relacionamento interpessoal; atividades infantis para filhos de colaboradores; *lives* com *shows*, além dos corais corporativos. E mais, campanha de vacinação contra a gripe; iniciativas de alimentação saudável; saúde mental; aleitamento materno; preparação para aposentadoria; Semana de Saúde e Qualidade de Vida; doação voluntária de sangue e ações do Setembro Amarelo (prevenção ao Suicídio); Outubro Rosa (prevenção ao câncer de mama); e Novembro Azul (prevenção ao câncer de próstata). Todas as atividades devidamente adaptadas ao contexto do trabalho remoto e de acordo com as diretrizes de distanciamento social estabelecidas, tendo predominado a plataforma digital como o meio de realização das ações citadas, permitindo, inclusive, uma maior abrangência e melhor interação e participação dos colaboradores das Empresas Eletrobras.

SEGURANÇA DO TRABALHO

No que se refere à Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, além dos protocolos de prevenção ao coronavírus no ambiente corporativo, destaca-se um novo marco neste segmento com o início do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho das Empresas Eletrobras, em setembro de 2020, visando a implantação de um sistema de gestão integrada de saúde e segurança do trabalho em todas as empresas, em conformidade com os padrões preconizados pela ISO 45001.

Destaques em 2020:

- Atendimento às normas regulamentadoras dos órgãos ministeriais e ao tratamento das atividades de fiscalização em áreas de risco elétrico e respectiva periculosidade caracterizada nestes locais, com o acompanhamento dos empregados que realizam atividades externas e de inspeções físicas de obras, empreendimentos e/ou serviços de projetos.
- Continuidade e melhoria dos processos de certificação de operadores, de acordo com as diretrizes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- Treinamentos legais, como aqueles para trabalho em altura (NR-35); para espaços confinados, (NR-33); para segurança com combustíveis e inflamáveis (NR-20); uso de EPI (NR-06); segurança em instalações e serviços em Eletricidade (NR-10); e Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (NR-18).

RELAÇÕES TRABALHISTAS E SINDICAIS

As negociações de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), no âmbito das Empresas Eletrobras, são efetuadas de forma nacional e contam com a participação de diversas Federações e Sindicatos tais como:

- Federação Nacional dos Urbanitários (FNU),
- Federação Nacional dos Engenheiros (FNE),
- Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge),

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente (Fenatema),
- Sindicato das Secretárias do Estado do Rio de Janeiro (Sinsjerj),
- Federação Nacional dos Técnicos Industriais (Fentec),
- Federação Brasileira dos Administradores (Febrad),
- Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (Frune),
- Federação Regional dos Trabalhadores Urbanitários nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e no Distrito Federal (Furcen),
- Federação Nacional das Secretárias e Secretários, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Energia Elétrica de São Paulo, Sindicato dos Eletricitários de Furnas e DME (Sindefurnas),
- Sindicato dos Eletricitários do Norte e Noroeste Fluminense (Stieennf),
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Parati e Angra dos Reis (Stiepar),
- Sindicato dos Administradores no Estado do Rio de Janeiro (Sinaerj) e
- Sindicato Nacional dos Advogados e Procuradores de Empresas Estatais (Sinape).

Tendo em vista que a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022 foi finalizada apenas em janeiro de 2021, houve prorrogação da validade do ACT 2019/2020, inicialmente vigente de maio de 2019 a abril de 2020, até a citada data. Nesse sentido, com relação ao exercício de 2020, não houve reajustes de salários e benefícios.

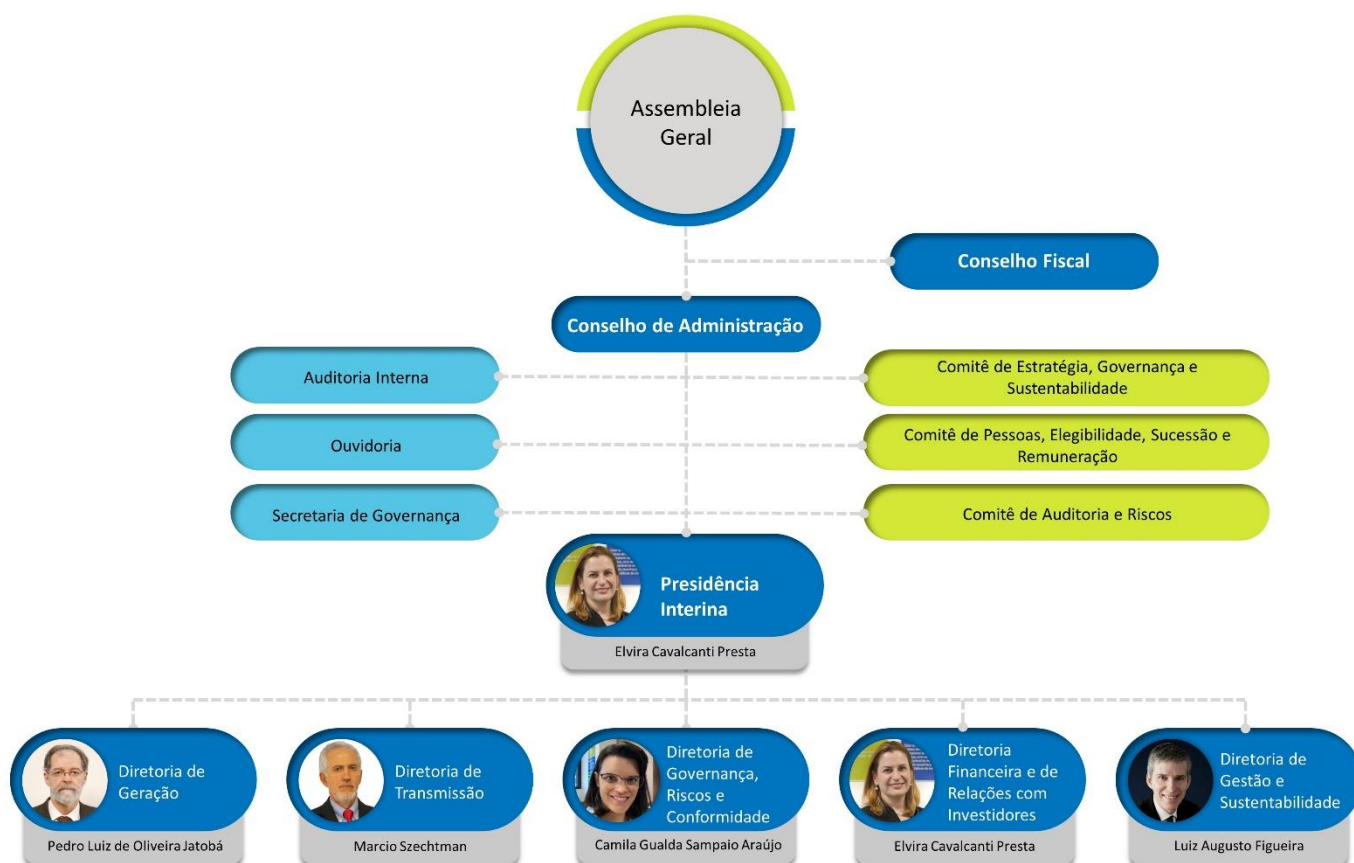
Convém lembrar que o ACT 2019/2020 havia estabelecido quadro de 12.500 e 12.088 empregados efetivos, respectivamente, a partir de janeiro e maio de 2020. Porém, em função da pandemia em 2020, as Empresas Eletrobras postergaram os desligamentos para alcance dos quadros de referência para o primeiro trimestre de 2021.

Sobre o ACT 2020/2022, que será válido até abril de 2022, ficou acordada a reposição salarial de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período compreendido entre maio de 2019 e abril de 2021, com aplicação dos reajustes com data de vigência de dezembro de 2020 e outubro de 2021.

6.3 Gestão da Governança (Governance)

6.3.1 Governança Corporativa

 Figura 6



As práticas de governança corporativa das Empresas Eletrobras são norteadas pela ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade.

O Conselho de Administração (CA) da Eletrobras é composto por 11 membros, sendo 1(um) representante dos empregados e 1(uma) posição, atualmente em aberto. O CA atende aos requisitos exigidos pelas leis 6.404/1976; 13.303/2016; 12.353/2010; Decreto 8.945/2016; Estatuto Social da Companhia; Política de Indicações das Empresas Eletrobras e todos os critérios legais e aplicáveis pelos órgãos reguladores. Em 2020, o CA se reuniu 27 vezes e os principais assuntos discutidos foram:

1. Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para homologação de aumento do capital social da Companhia.
2. Revisão e/ou aprovação de normativos importantes como Política de Segurança de Barragens; Regulamentos de Alçadas e de Indicações; Política de Seleção e Nomeação Gerencial; Política de

Celebração de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras; Código de Conduta Ética e de Integridade; Política de *Hedge* Financeiro e Política de Porta-vozes.

3. Aprovação de matérias de *standstill* a fim de preservar o caixa da Holding e das controladas no período da pandemia.
4. Alienações de participações acionárias em SPEs.
5. Análise dos resultados do PDNG 2019-2023 e aprovação do PDNG 2020-2024.
6. Aprovação do protocolo das Empresas Eletrobras para doações no âmbito da pandemia do coronavírus.
7. Concessão de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC) para retomada do projeto de Angra-3.
8. Aprovação do Plano Estratégico 2020-2035.
9. Identificação e priorização dos riscos para o ciclo 2020-2021.
10. Aprovação de mapa de riscos e fixação de balizas para definição do perfil de riscos da Eletrobras, incluindo-se tolerâncias e limites.
11. Aprovação do PDNG 2021-2025.
12. Aprovação de operações relevantes de captação de recursos por meio de controladas.

REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL

Em janeiro de 2021 o Estatuto Social da Eletrobras passou por uma reforma trazendo importantes alterações, cujo objetivo foi atender à reformulação do estatuto-modelo para empresas federais, conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), além de outras alterações. O novo estatuto-modelo da Sest objetiva a convergência para as diretrizes recomendadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) relativas à governança corporativa de empresas estatais.

Entre as principais inovações, destacam-se o tratamento adequado às hipóteses configuradas de conflitos de interesses dos administradores; maior transparência na execução do interesse público; e aprimoramento do processo de seleção de administradores, em especial por meio da criação de um plano de sucessão pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade e Sucessão, o qual auxiliará o Conselho de Administração no acompanhamento dos planos sucessórios dos administradores. Ou seja, o novo Estatuto Social, passou a prever nova atribuição ao CA da Eletrobras para aprovar e manter atualizado o plano de sucessão dos administradores da companhia, com o apoio do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, e do Presidente do Conselho de Administração.

O novo estatuto também empodera o Conselho de Administração para, dentre outras medidas, avaliar a adequada correlação entre o direcionamento conferido às atividades da estatal e o seu objeto social, configurados no planejamento estratégico. Reforça, ainda, o sistema de conformidade e gerenciamento de risco, por meio da ampliação das competências do Comitê de Elegibilidade, como forma de melhor assessorar o Conselho de Administração, trazendo mais transparência e tratamento mais claro para a relação entre a União e a Companhia, principalmente no que diz respeito a políticas públicas.

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS

Em 2020, foram realizadas uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) e quatro Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE). A 176ª AGE da Eletrobras, tratou da transferência da totalidade de ações da Amazonas GT para a Eletronorte; a 177ª AGE abordou a homologação de aumento de capital e reforma do Estatuto Social; a 178ª AGE foi conjunta à 60ª AGO e tratou de reforma do Estatuto Social e a 179ª AGE, analisou a alienação da participação em SPes. Nas quatro assembleias extraordinárias, a Companhia, disponibilizou aos seus acionistas a possibilidade de votar através do boletim de voto à distância, o que propiciou quóruns relevantes, de 86,22%; 85,22%; 83,21%; e 82,07%, respectivamente.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO



Membros do Conselho de Administração

Tabela 35

Conselheiro	Mandato (início e fim)	Participação nas reuniões %	Observações
Wilson Ferreira Jr.	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Mauro Gentile Rodrigues Cunha	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União / Membro independente
Ruy Flaks Schneider	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União / Membro independente
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	29.04.2019 até 29.04.2021	88,88%	Eleito pela União
Ricardo Brandão Silva	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Marcelo de Siqueira Freitas	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Daniel Alves Ferreira	29/04/2019 até 29/04/2021	100%	Eleito por acionistas minoritários Ordinaristas / Membro independente
Felipe Villela Dias	29/04/2019 até 29/04/2021	88,88%	Eleito por acionistas minoritários preferencialistas / membro independente
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	29/04/2019 até 29/04/2021	100%	Eleito pelos Empregados da Holding
Lucia Maria Martins Casasanta	29/07/2020 até 29/04/2021	100%	Eleita pela União

Obs: Sr. Vicente Falconi Campos renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração em 17/07/2020 e Sra. Lucia Maria Martins Casasanta tomou posse no dia 30/07/2020, completando o prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, iniciado em 29/04/2019 e a encerrar-se em 29/04/2021. Sr. José Guimarães Monforte renunciou em 18/12/2020. A Presidência do CA, por ele exercida até essa data, passou a ser ocupada pelo já então Conselheiro Sr. Ruy Flaks Schneider. O cargo que era de José Guimarães Monforte no Conselho de Administração encontra-se, por ora vago.

Desde 2018, o CA é assessorado por três comitês: Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; e Comitê de Auditoria e Riscos, atualmente todos previstos no Estatuto Social. A participação ativa dos membros do CA nos comitês proporcionou maior segurança e confiabilidade na tomada de decisões. Isto porque a cada reunião ordinária do CA, há uma sessão dedicada à apresentação das atividades de cada comitê pelos respectivos representantes.

- **Comitê de Auditoria e Riscos (CAE):** assessoramento na análise e emissão de recomendações sobre trabalhos da Auditoria Interna, Contabilidade e da Auditoria Independente; supervisão e riscos a serem assumidos pela Companhia; controles internos; gestão de riscos e gestão

financeira, a fim de conferir maior eficiência e eficácia às decisões do Conselho de Administração da Holding. Em 2020, os principais assuntos abordados pelo CAE foram: análise e acompanhamento dos controles internos; do sistema de gestão de riscos; dos relatórios da ouvidoria; da auditoria interna e da contabilidade. Inclui-se nestes temas, a fidedignidade e completude das demonstrações financeiras e notas explicativas; análise de operações financeiras e monitoramento de investimentos Capex; acompanhamento do passivo de empréstimo compulsório, dentre outras atribuições fixadas pela Lei 13.303 e pela CVM.



Membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

Tabela 36

Membros	1º Mandato	2º Mandato	Percentual de Presença
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha (Coordenador)	18/05/2018 até 18/05/2020	18/05/2020 até 18/05/2022	100%
Luiz Carlos Nannini	11/05/2020 até 11/05/2022	N/A	70,45%
Luís Henrique Bassi Almeida	22/02/2019 até 22/02/2021	22/02/2021 a 22/02/2023	100%
Felipe Villela Dias	28/05/2019 até 28/05/2021	N/A	93,65%
Daniel Alves Ferreira	01/06/2019 até 01/06/2021	N/A	90,47%

Obs: Luiz Carlos Nanini ficou afastado por motivo de saúde

- Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração:** assessoramento na análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes à gestão de pessoas e à elegibilidade de membros da administração e conselheiros fiscais, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CA. Em 2020, os principais assuntos abordados foram: orientação para o programa de Remuneração Variável Anual (RVA) e sobre indicadores e metas atrelados à gestão de pessoas; proposta de Participação nos Resultados; e acompanhamento da evolução das práticas de indicação de administradores nas empresas subsidiárias, bem como monitoramento individual das indicações para administradores, tanto na Eletrobras quanto em suas controladas. Este comitê também é responsável também pela elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de gestão de pessoas, apoio ao CA, no processo de avaliação de desempenho dos órgãos de administração da Eletrobras, inclusive mediante análise de metodologia, avaliando as medidas de evolução do sistema de remuneração e monitorando os desligamentos pelo PDV e celebração de ACTs.



Membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração ⁽¹⁾

Tabela 37

Membros	1º Mandato	Percentual de Presença
Marcelo de Siqueira Freitas – (Coordenador)	15/05/2019 à 29/04/2021	100%
Ruy Flaks Schneider	15.05.2019 à 29.04.2021	94,73%
Lucia Maria Martins Casasanta	29.07.2020 até 29.04.2021	100%

(1) Nomenclatura alterada na AGE 180ª realizada em 28/01/2021.

- Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade (CEGS):** assessoramento na análise e emissão de recomendações para as estratégias a serem adotadas pela Companhia, em seus negócios; na política de sustentabilidade e nas práticas de governança, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CA. Em 2020, os principais assuntos abordados pelo CEGS foram: participação do Processo de Planejamento Estratégico; acompanhamento da elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de indicadores, metas e iniciativas estratégicas; acompanhamento de iniciativas para aprimoramento da governança corporativa e

sustentabilidade da companhia, incluindo estratégia para participação nos índices: *Dow Jones Sustainability Index*, Índice de Sustentabilidade Empresarial, IG-SEST – certificação das empresas estatais federais; orientação na elaboração do formulário Pratique ou Explique da CVM; monitoramento dos principais investimentos em obras/projetos em andamento; apoio às diretrizes estratégicas e de governança; acompanhamento da formação da carteira de projetos; acompanhamento de projetos estratégicos; e monitoramento da estratégia de comercialização de energia.



Membros do Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade

Tabela 38

Membros	1º. Mandato	2º. Mandato	3º. Mandato	Percentual de Presença
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	15/05/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	73,33%
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	15/05/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%
Ricardo Brandão Silva	29/04/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%
Lucia Maria Martins Casasanta (Coordenadora)	29/07/2020 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletrobras (CF) é composto de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral com prazo de atuação de 2 anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. Em 2020, o Conselho Fiscal realizou 14 reuniões, entre ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, seguindo o Estatuto Social e as regras para seu funcionamento, definidas no Regimento Interno.



Membros do Conselho Fiscal

Tabela 39

Conselho Fiscal	Mandato	Participação %
Patricia Valente Stierli	59ª AGO a AGO 2021	100
Giuliano Barbato Wolf	59ª AGO a AGO 2021	100
Thaís Marcia Fernandes Matano Lacerda	59ª AGO a AGO 2021	100
Eduardo Coutinho Guerra	60ª AGO a AGO 2021	100
Hailton Madureira de Almeida	60ª AGO a AGO 2021	100

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Eletrobras (DEE) é formada por um presidente e de até 05(cinco) diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, como previsto na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016). A DEE realizou 69 reuniões em 2020.



Membros da Diretoria Executiva 2020

Tabela 40

Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Mandato atual	Participação nas reuniões %
Presidência	Wilson Pinto Ferreira Junior (1)	27/07/2019 a 26/07/2021	91,30%
Diretora de Governança, Riscos e Conformidade	Camila Gualda Sampaio Araújo (2)	13/07/2020 a 26/07/2021	100%
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores	Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta	27/07/2019 a 26/07/2021	97,10%
Diretoria de Geração	Pedro Luiz de Oliveira Jatobá	27/07/2019 a 26/07/2021	98,55%
Diretoria de Gestão e Sustentabilidade	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira	27/07/2019 a 26/07/2021	95,65%
Diretoria de Transmissão	Marcio Szechtman	27/07/2019 a 26/07/2021	98,55

(1) No dia 24 de janeiro de 2021, Wilson Ferreira Junior renunciou ao cargo de presidente da Companhia, e permaneceu no cargo até dia 15 de março de 2021. Elvira Cavalcanti Presta, foi designada pelo Conselho de Administração da companhia para exercer interina e cumulativamente, a partir 16 de março de 2021, o cargo de presidente até que o processo de sucessão de Wilson Ferreira Junior seja concluído, com a eleição e a posse efetiva do novo presidente.

(2) Até o dia 10/07/2020 o cargo era ocupado por Lucia Maria Martins Casasanta.

Devido à pandemia da covid-19 em 2020, a Diretoria Executiva da Eletrobras criou, no dia 17/03/2020, o Comitê de Crise, que se reunia diariamente, por meio de reuniões virtuais, e contou com a participação de todos os presidentes e/ou outros representantes de todas as Empresas Eletrobras para avaliação da pandemia e seus impactos no mundo e na Companhia, em especial sobre as operações, situação de saúde e protocolos de proteção aos empregados. As reuniões também deliberavam sobre ações a serem implementadas para combater a covid-19 e a avaliação de seus resultados, além de prover um meio oficial de compartilhamento destas ações com o Governo Federal. A Eletrobras contratou um infectologista, como consultor, para apoio no tema relacionado à covid-19. Atualmente, o Comitê de Crise se reúne duas vezes por semana.

DESEMPENHO, AVALIAÇÃO E TREINAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A Eletrobras realiza anualmente, desde 2013, a avaliação de desempenho individual e coletiva do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, posteriormente incluindo também o Conselho Fiscal. A metodologia se tornou única para todas as Empresas Eletrobras. Os resultados são pontuados e consolidados em um relatório e informados, em reunião, aos participantes. Desde 2018, esta avaliação é realizada de maneira independente por uma consultoria externa em todas as Empresas Eletrobras e incluiu também os Comitês do Conselho de Administração da Holding, os diretores e conselheiros do Cepel e das SPEs nas quais a Eletrobras ou suas controladas possuem participação majoritária. Também em 2018 foi efetuada a análise e aperfeiçoamento da metodologia da Eletrobras com base em experiência de mercado da consultoria contratada, o que evidencia a melhoria contínua das práticas de governança. Os procedimentos de aferição se mantiveram para 2020, incluindo entrevista estruturada, autoavaliação e análises personalizadas para os presidentes dos Conselhos de Administração e diretores-presidentes. Os critérios deste estudo contemplam três pilares: competências, resultados e atribuições do órgão.

A Eletrobras lançou, em 2017, o Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras que, anualmente, envolve várias ações educacionais para atender a estes públicos na Holding, nas empresas controladas, coligadas e nas SPEs, de forma consistente e continuada. Em virtude da pandemia covid-19, todas as ações educacionais foram realizadas remotamente, transmitidas por meio de plataformas de videoconferência.

No que se refere às ações educacionais, em 2020, foram realizados treinamentos para o Conselho de Administração sobre os seguintes tópicos:

- **Tendências de Inovação no Setor Elétrico – a demanda do novo consumidor:** uma visão de futuro do *business* da energia elétrica (*Market Transformation – Beyond Electricity*) e a evolução da matriz de geração e do contexto tecnológico do setor elétrico e atualização das discussões em torno da separação entre lastro e energia.
- **Alavancas Digitais para Comercialização de Energia:** plano de reestruturação do segmento de comercialização nas Empresas Eletrobras, incluindo-se o Projeto FMB (automação, automatização, *big data analytics*, ferramentas de *business intelligence* para produção de insights).
- **Transformação Digital no Setor Elétrico:** palestra da Gartner
- **Cyber Security (Riscos Cibernéticos) e Proteção de Dados YBER:** palestras da Deloitte sobre *cyber security*, e da Vanda Scartezini sobre LGPD.
- **Mudanças Climáticas e seus Efeitos para o Setor Elétrico:** palestra externa sobre riscos e oportunidades das mudanças climáticas.
- **Novas Tendências de Governança Corporativa nas Organizações:** palestra do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) sobre aprimoramento de governança, integridade de mercado de capitais e palestra da PwC sobre SOx (controles internos e gestão de riscos).
- **Cultura Organizacional – “O Fator Humano”:** palestras da Thutor sobre Cultura e Estratégia com as pessoas e de Angela Donaggio sobre uma nova abordagem da governança corporativa com base na ética comportamental.

Para 2021, o CA priorizou, para seus treinamentos, temas relacionados às tendências de inovação no setor elétrico, rumo a uma economia mais inclusiva de zero carbono; riscos e oportunidades com a regulação do setor elétrico; responsabilidades do conselho com as mudanças climáticas; pirataria cibernética no setor elétrico; uso de big data para gerar valor para os acionistas; revolução do modelo de trabalho tradicional; nova regulação para reporte de temas ASG; tendências de governança corporativa, ética e integridade; fator humano como chave para vantagem competitiva; e retomada da economia num mundo pós-covid.

SELEÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde 2016, a Eletrobras vem aprimorando a governança quanto à qualificação de seus conselheiros e diretores, sendo necessário que os candidatos aos cargos preencham os requisitos exigidos pela Lei 6.404/76, Lei 13.303/16, Decreto 8.945/16, pelo Estatuto Social da companhia, além do atendimento a outros critérios legais e regulamentares aplicáveis.

Neste sentido, os candidatos são alvo de uma rigorosa análise de integridade e de *background check*, a fim de que seja verificada eventual situação fático-jurídica de vedação ao cargo pretendido, bem como se o candidato preenche todos os requisitos mínimos à investidura ao cargo, incluindo-se experiência e qualificação profissionais. Adicionalmente, diversos bancos de dados são consultados a fim de subsidiar a análise de integridade, incluindo-se consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética, conforme dispõe o art. 22 do Decreto 6.029/2007, consulta aos sites da CVM, TCU, TSE e TCE e consulta aos bancos de dados das Ouvidorias Internas das Empresas Eletrobras. Finda a análise de integridade e instruído o material de suporte correlato, o candidato então passa pelo crivo de análise de elegibilidade do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Eletrobras, o qual emite opinião sobre o preenchimento ou não dos requisitos legais de investidura, em atendimento ao Decreto

8.945/16. Tal manifestação do Comitê é então direcionada ao órgão competente para apoiar no processo de decisão referente à eleição do cargo em questão.

Destaca-se que a eleição de diretor vinculado às áreas de Integridade e Gestão de Riscos deverá ser precedida ainda de um processo seletivo apoiado por consultoria externa especializada na seleção de executivos, sem prejuízo da participação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. No caso das demais posições da Diretoria, é facultado ao Conselho de Administração se valer ou não do apoio da consultoria externa. Em 2020, a Eletrobras contou com o apoio da consultoria Korn Ferry na seleção da sucessora da diretora Lucia Maria Casasanta, tendo culminado com a eleição da Diretoria Camila Gualda Sampaio Araujo.

A eleição dos membros dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração é feita sempre pelos próprios conselheiros. O Conselho de Administração é igualmente responsável por aprovar os regimentos internos dos comitês e as regras para definição de atribuições, funcionamento e composição de seus membros.

O processo de indicação de representantes em conselhos e diretorias das Empresas Eletrobras e das sociedades que participam é estabelecido por um Regulamento Interno, o qual contempla todas as ações de melhoria implementadas nos últimos anos para aprimoramento do processo em questão.

Por fim, destaca-se que a última reforma estatutária, ocorrida em janeiro/21, passou a prever, expressamente, a atribuição do CA da Eletrobras para aprovar os planos de sucessão dos administradores da companhia, com o apoio do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, e do Presidente do Conselho de Administração. Encontra-se em andamento trabalho para elaboração do primeiro plano de sucessão da Eletrobras, em alinhamento às melhores práticas de mercado.

O PAPEL DOS EMPREGADOS NA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde 2012, a Eletrobras, com participação paritária da representação sindical, organiza e realiza, antes do início de nova gestão, a eleição para a escolha direta do representante dos empregados no Conselho de Administração. São elegíveis os empregados ativos da empresa, mas impedidos os casos de condenação criminal transitada em julgado, crime de peculato, crime contra a economia popular e crime contra a fé pública ou a propriedade. Além disso, os candidatos não podem, ainda que temporariamente, possuir alguma vedação que impeça o acesso a cargos públicos ou empregos públicos. Também são inelegíveis os(as) requisitados(as) e os(as) contratados (as) na empresa para cargos de livre nomeação e exoneração.

Os requisitos e vedações definidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016 são aplicáveis aos candidatos à vaga de representante dos empregados no Conselho de Administração. O sistema de votação eletrônica utiliza uma ferramenta de TI com rastreabilidade e confiabilidade asseguradas. A votação é secreta e disponível para todos os empregados ativos.

O conselheiro representante dos empregados é eleito para um prazo de gestão de 2 (dois) anos, a contar da data da posse, de acordo com o Estatuto Social da Eletrobras, e tem as mesmas funções dos demais membros do Conselho de Administração, sendo-lhe legalmente vedado apenas participar de quaisquer discussões e/ou deliberações de natureza trabalhista, por se configurar conflito de interesse com o tema.

Em 2019, a Eletrobras criou o Banco de Potenciais Conselheiros, iniciativa que deu aos empregados do Sistema Eletrobras oportunidade de se cadastrarem em um banco de dados utilizado pela Diretoria da Eletrobras e suas controladas para selecionar empregados para exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal em suas SPEs e coligadas. Os participantes são analisados quanto ao atendimento dos requisitos da Lei 13.303/16 e Decreto 8.945/16 e em relação aos critérios definidos no manual do Banco de Conselheiros, previamente divulgado. Toda a eleição segue os requisitos das Leis 6.404/1976,

12.353/2010 e 13.303/2016, Portaria 026/2011 do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional em vigor, do Decreto 8.945/2016 e do Estatuto Social da Eletrobras.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO



Remuneração Realizada dos Administradores e Conselheiros Fiscais

Tabela 41

Remuneração	2020	2019	2018
Conselho de Administração	582.336,02	597.351,44	588.596,49
Conselho Fiscal	327.690,95	358.410,82	382.649,66
Diretoria Executiva	6.310.871,99	5.707.520,05	6.948.244,60
Comitê de Auditoria e Riscos ⁽¹⁾	2.177.886,47	1.694.564,52	901.556,04

(1) CAE alterou de 04 membros em 2019 para 05 em 2020.

6.3.2 Gestão Integrada de Riscos e Conformidade

As Empresas Eletrobras reconhecem que a Gestão Integrada de Riscos Corporativos está diretamente relacionada ao crescimento sustentável, rentabilidade e criação de valor para seus acionistas, por permitir a identificação preventiva de ameaças aos negócios e à tomada de decisões baseada em riscos. Nesse sentido, a gestão integrada de riscos tem como principal meta a redução de eventos que possam impactar negativamente nos objetivos estratégicos da Companhia, em prol da preservação e geração de valor e do provimento de informações transparentes ao mercado e à sociedade.

O modelo de Gestão Integrada de Riscos da Eletrobras tem como bases metodológicas a norma ISO 31000 e os frameworks COSO 2013 e COSO ERM e, como base legal, as Leis 13.303/2016 e 12.846/2013, e o Decreto 8.945/2016. A identificação de riscos é realizada com a participação de todos os gestores de negócios das empresas, nos seus diferentes níveis, resultando na Matriz Corporativa de Riscos.

Em 2020, o Conselho de Administração priorizou a análise dos riscos de Demonstrações Contábeis e Financeiras — ênfase na mitigação das fraquezas materiais apontadas —; Segurança da Informação; Regulação Setorial na Geração; Regulação Setorial na Transmissão; Comercialização de Energia; O&M na Geração; O&M na Transmissão; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; Direitos Humanos; Gestão do Negócio de SPE; Formação e Gestão do Contencioso — processo de empréstimo compulsório de energia —; Fraude e Corrupção; e Obras em Ativos de Geração — construção do ativo UTN Angra-3 —. Os planos de ação continuam sob acompanhamento constante de seus gestores responsáveis. A Eletrobras implantou um sistema automatizado de gestão de riscos a fim de facilitar a elaboração de suas análises e acompanhamento da eficácia das ações de mitigação de riscos propostas.

A Gestão Integrada de Riscos, por meio de um enfoque estruturado e da melhor compreensão das inter-relações, alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, objetivando a preservação e a criação de valor para a empresa e seus acionistas.



Matriz de Riscos do Ciclo 2020/2021

Figura 7

NEGOCIO				FINANCEIRO	
Geração		Transmissão		Liquidez	Mercado
Novos Negócios Geração	Regulação Setorial na Geração	Novos Negócios Transmissão	O&M na Transmissão	Fluxo de Caixa	Risco de Mercado
Obras em Ativos de Geração	Segurança Nuclear	Obras em Ativos de Transmissão	Regulação Setorial na Transmissão	Crédito	Orçamento
O&M na Geração	Combustível Nuclear	Parcerias	Gestão & Inovação	Contrapartes	Gestão do Orçamento
Segurança de Barragem	Armazenamento dos Elementos Combustíveis Irrradiados	Gestão do Negócio de SPES	Gestão de P&D+I	Endividamento / Alavancagem	Ativos
Prorrogação das Concessões			Segurança da Informação	Tributos	Precificação Regulatória de Ativos
Mercado de Energia				Administração Fiscal-Tributária	
Comercialização de Energia	Mudanças Climáticas				
OPERACIONAL				CONFORMIDADE	
Socioambiental	TIC	Pessoas	Suprimentos	Legislação e Normas	Reporte
Gestão Socioambiental de Empreendimentos	Disponibilidade e Desempenho de Sistemas TIC	Gestão de Pessoas	Gestão da Cadeia de Suprimentos	Fraude e Corrupção	Demonstrações Contábeis e Financeiras
Direitos Humanos	Jurídico	Saúde e Segurança do Trabalho	Segurança	Aderência às Regras	
	Formação e Gestão do Contencioso	Fundos de Pensão	Segurança Patrimonial		

Dentro da matriz de riscos organizacionais, a fraude e a corrupção são os riscos priorizados pela Diretoria Executiva da Eletrobras. O *Fraud Risk Assessment (FRA)*, mapeado nas Empresas Eletrobras de maneira corporativa e única, identificou possíveis fatores de risco de fraude e corrupção inerentes aos negócios das empresas e, aqueles considerados mais críticos pela Alta Administração, foram priorizados.

CONTROLES INTERNOS

O controle interno relacionado ao Relatório Financeiro, é um processo planejado com o objetivo de comprovar a confiabilidade do documento e da preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. As políticas e os procedimentos envolvidos nos controles internos das demonstrações financeiras são:

- (i) manutenção de registros que reflitam de forma adequada e exata as transações e disposições dos ativos da Companhia;
- (ii) razoável segurança de que os lançamentos das receitas e despesas da Companhia somente são realizados de acordo com as autorizações das alçadas competentes; e
- (iii) detecção a tempo de aquisições, uso e vendas não autorizados de ativos da Companhia, que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

A administração da Eletrobras conduz, anualmente, uma avaliação dos controles internos da empresa para os relatórios financeiros, a qual é divulgada ao mercado em seu Relatório 20F na *Securities and Exchange Commission (SEC)*.

Todas as “não conformidades” apontadas pela Auditoria Interna, em seus testes de controles, e os controles classificados como ineficazes, nos testes da administração, são oficialmente reportados às Empresas Eletrobras, compondo a base do projeto de remediação das deficiências. As áreas de controles internos de cada empresa são responsáveis por auxiliar os respectivos gestores na elaboração de um plano de ação para a remediação das “não conformidades” apontadas. Ao mesmo tempo, as “não conformidades” apontadas pelo auditor externo são inseridas no projeto de remediação tão logo sejam disponibilizadas para a empresa, e seguem o mesmo fluxo para a criação dos respectivos planos de ação.

COMPLIANCE E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

O atual Programa de *Compliance* das Empresas Eletrobras, o Programa Eletrobras 5 Dimensões, representa o amadurecimento das ações históricas da organização no combate à fraude e corrupção. Desde a sua reestruturação, em 2016, as Empresas Eletrobras vêm se destacando pelo reconhecimento da efetividade do programa, especialmente nos resultados da investigação independente na esteira da Operação Lava Jato, com o encerramento de eventuais questionamentos por parte de autoridades norte-americanas.

O desafio de implementar um programa único padronizado para as Empresas Eletrobras tem sido superado, periodicamente, a cada novo mecanismo criado e a cada nova prática implementada. Por isso, o programa não se esgota por si só. Seu funcionamento depende de ações constantes de continuidade; do comprometimento da Alta Administração; da avaliação periódica dos fatores de risco de fraude e corrupção; da atualização constante das políticas e procedimentos formais; de sua disseminação para todos os públicos-alvo em ações de comunicação e treinamento; bem monitoramento e relatório para as instâncias competentes.

Orientado por um conjunto normativo robusto, composto de políticas e regulamentos que estabelecem regras de conduta e mecanismos destinados a prevenir, detectar e combater situações de fraude e corrupção, as Empresas Eletrobras atuam com base num conjunto de fatores de risco mapeados e priorizados, de modo a implementar e aprimorar respectivos controles para mitigar ou minimizar estes fatores. Dentro dos mecanismos de integridade implementados podemos destacar os processos :

- **Avaliação de integridade dos indicados para Membros de Governança (Diretores e Conselheiros das Empresas Eletrobras):** o processo recém aprimorado abrange tanto a situação de integridade do indicado, quanto a análise da sua elegibilidade, com base nos requisitos e vedações para nomeação, previstos na Lei 13.303/16 e no Regulamento de Indicações das Empresas Eletrobras. Em 2020, foram realizadas cerca de 450 avaliações de indicados.
- **Avaliação de integridade de terceiros:** atuação nos processos de contratação, desinvestimentos, patrocínios, projetos sociais, convênios e doações, sobretudo nas contratações promovidas durante a pandemia. O processo visa trazer segurança à empresa na medida que identifica o risco de fraude e corrupção envolvido no relacionamento, bem como estabelece ações de monitoramento para aqueles terceiros mais sensíveis. Em 2020, foram realizadas, na Eletrobras, cerca de 550 avaliações de integridade nestes terceiros.

Destaques em 2020:

- Criação do Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras estabelecendo as diretrizes para o acompanhamento do programa, por meio da aplicação da sistemática de levantamento, apuração e repositório de informações necessárias para a análise e o controle da efetividade dos mecanismos implantados e sua evolução contínua.

- Otimização das avaliações de integridade, por meio de melhorias implantadas no formulário de *due diligence* disponível para fornecedores, bem como aprimoramento do processo de avaliação de indicados, trazendo assim maior segurança e agilidade nas análises.
- Atualização do Código de Conduta Ética e Integridade.
- Disponibilização de treinamento para todos os empregados e curso voltado para profissionais que lidam com processos mais sensíveis.
- Aplicação de *due diligence* nos empregados para o mapeamento de possíveis conflitos de interesses internos.
- Estruturação e aprimoramento do macroprocesso de gestão e tratamento de denúncias e infrações.

ÉTICA E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

A Eletrobras repudia toda forma de fraude e corrupção. Todas as diretrizes norteadoras da atuação ética e íntegra das Empresas Eletrobras estão presentes no Código de Conduta Ética e Integridade, o qual passou por atualização em 2020. A nova versão do Código de Ética, edição comemorativa pelos 10 anos do documento, em formato único nas Empresas Eletrobras, teve como principais alterações a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709/18), bem como a incorporação de novos conceitos que norteiam a conduta da empresa.

Em dezembro de 2020, foi lançado um curso *on-line* para todos os empregados sobre o tema “Conformidade com a LGPD e Ética no Tratamento dos Dados Pessoais”, com o objetivo de informar os empregados quanto às novas regras estabelecidas pela legislação; pela atualização do Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras e ainda pela implementação de normativos e práticas específicos. Também em dezembro foi realizada a “Semana de Integridade e Cultura Ética da Eletrobras”, com palestras de especialistas internos e externos sobre governança, riscos e conformidade. O evento inovou, em um formato totalmente *on-line* e realizado de forma conjunta com todas as Empresas Eletrobras. Foram abordados temas que integram o Código de Conduta Ética e Integridade, tais como: fatores de risco de fraude e corrupção; conflito de interesses; ética e diversidade; conduta ética no ambiente virtual e redes sociais; e assédio no trabalho. Por fim, também em 2020 foi realizada uma campanha de sensibilização dos empregados e terceiros, como fornecedores e parceiros em SPE, por meio do lançamento da *web* série Eletrobras 5 Dimensões com as principais diretrizes do Programa de Integridade.

Além do Código, as diretrizes estratégicas do Programa de Integridade estão estabelecidas nas políticas que formalizam o compromisso das Empresas Eletrobras junto aos públicos de interesses. Aspectos de integridade também estão inseridos nos principais normativos – políticas e regulamentos das Empresas Eletrobras –, reiterando os valores estratégico de ética e transparência expressos no Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2020-2035.

6.3.3 Auditoria Interna

A Auditoria Interna está diretamente vinculada ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), e tem o objetivo de apoiar a Alta Administração, na avaliação objetiva e percepção sobre eficácia e eficiência da governança, gestão de riscos e processos internos de controle. A Auditoria Interna da Eletrobras produziu, em 2020, 17 Relatórios de Auditoria, dentre os quais se destacam como mais relevante os seguintes:

- **Pilar Estratégico:** Gestão da Governança Corporativa; Gestão de Novos Negócios; Gestão Estratégica e Sustentabilidade; e Gestão de Riscos Corporativos.
- **Pilar Financeiro:** Gestão de Negócios Corporativos e Participações Acionárias; e Gestão do Fluxo Financeiro.
- **Pilar Operacional:** Gestão do Empréstimo Compulsório; Gestão da Segurança da Informação; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; e Gestão da Comercialização de Energia.
- **Pilar Conformidade:** Gestão da Integridade.

No Plano Anual de Auditoria Interna (Paint 2020), estavam previstos 23 trabalhos de auditoria interna, além de trabalhos específicos referentes às ações contínuas e/ou de cumprimento obrigatório. Em 2020 foram concluídos 17 trabalhos de auditoria, sendo 15 referentes ao Paint 2020 e priorizados 2 auditorias remanescentes do Paint 2019. Quatro trabalhos de auditoria programados para 2020 serão realizados em 2021: dois encerraram em janeiro de 2021 — Gestão da Cadeia de Suprimentos e Gestão Contábil—; e dois tem previsão de término em março de 2021 — Gestão do Contencioso e Transações com Partes Relacionadas —.

Em função dos impactos da covid-19, outras 10 atividades de auditoria que compõem o item de Demandas Extraordinárias do Paint 2020, correspondendo a 83% dos trabalhos programados para o exercício, precisaram ser reprogramadas.

Além dos trabalhos de fiscalização, a Auditoria Interna, como previsto no Paint 2020, faz o acompanhamento das ações decorrentes de suas recomendações com objetivo de verificar, com as áreas gestoras envolvidas, os status de implementação dos planos de ação, para corrigir as “não conformidades” contidas nos Relatórios de Auditoria Interna. Os ciclos de verificação são mensais e consistem em atualizar e validar das informações dos planos de ação em andamento. A Auditoria Interna analisa e consolida as informações em um banco de dados, para verificação a cada novo trabalho de auditoria. Na posição consolidada em 31/12/2020 era de 148 recomendações pendentes, sendo 46 delas com prazo de atendimento expirado. O relatório ao CAE é realizado mensalmente.

REMEDIAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS

Um dos principais requerimentos que a Eletrobras está submetida é a certificação do seu ambiente de controles internos, conforme exigência da Legislação *Sarbanes Oxley* (SOX). Isto significa realizar o mapeamento dos principais processos de negócio da Eletrobras e de suas empresas de geração e transmissão de energia e, posteriormente, realizar uma análise dos controles internos existentes e submetê-la à avaliação independente de auditores externos.

No ciclo de 2019-2020 da Certificação SOX, foram identificadas 172 deficiências, representando, aproximadamente, 10% do total de controles testados. Observou-se um acréscimo de controles ineficazes em relação ao ano de 2018, quando houve 185 deficiências apuradas, ou seja, 9% do total de controles testados.

6.3.4 Ouvidoria

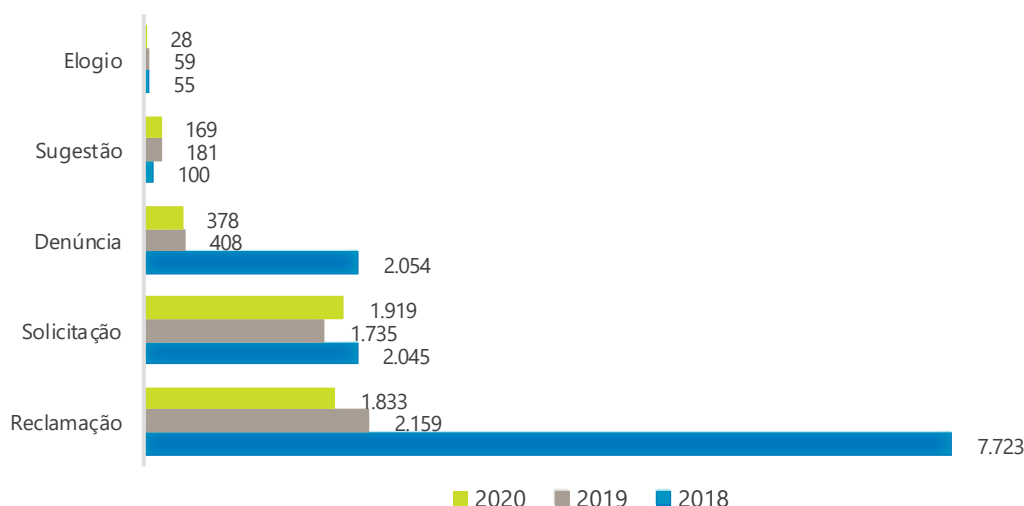
A Ouvidoria da Eletrobras é um importante canal de comunicação. Voltada para o atendimento tanto do público interno quanto do público externo, a Ouvidoria conta com ferramentas para garantir que o público em geral possa solicitar informações ou fazer sugestões, reclamações ou elogios. O papel da Ouvidoria é buscar, em parceria com todas as áreas da empresa, soluções para as questões recebidas, visando a melhoria dos processos internos e a transparência.

Em 2020 as Empresas Eletrobras registraram 4.327 manifestações, o que representa uma queda de 5% em comparação ao ano anterior. Essa redução deve-se à pandemia da covid-19, que reduziu o trabalho presencial na Companhia. Do total de manifestações, 60% foram de público externo, 18% de público interno e 22% de público não identificado. Como resultado: 96% encontram-se finalizadas, 4% em andamento e 0,1% pendente. Os assuntos relacionados às Comunidades de Convivência, Gestão de Pessoas, Solicitações de Informações e Gestão Empresarial foram os temas mais abordados.



Manifestação por Tipo no Sistema Eletrobras

Gráfico 11



Denúncias válidas = excluem as manifestações que não são para as Empresas Eletrobras ou que são reclamações, transferidas do Canal de Denúncias para o Serviço de Ouvidoria (SOU).

A Ouvidoria Geral da Eletrobras conta com diversos canais para recebimento de manifestações, disponíveis no sítio eletrônico da empresa. Porém devido à pandemia e à adoção do teletrabalho a partir de março/20, o atendimento presencial foi suspenso.

CANAL DE DENÚNCIAS EXTERNO

O Canal de Denúncias Externo recebeu 378 denúncias válidas, em 2020, representando uma redução de 7% em comparação ao ano anterior. Dentre as denúncias válidas, 202 foram finalizadas e 176 ainda permaneciam em andamento. Os principais temas foram: Infração a Normas, Regulamentos, Contratos e Legislação (308 ocorrências); Infração Ética (47); e Infração ao Programa de Integridade (23).

As demais manifestações, que não tinham caráter de denúncia, foram encaminhadas para registro no Sistema de Ouvidoria da respectiva empresa para tratamento local e são registradas no Canal de Denúncias como “fora do escopo”.

Além das 202 denúncias válidas recebidas e concluídas em 2020, foram finalizadas outras 340 relativas a anos anteriores, totalizando 542 denúncias encerradas na base do Canal de Denúncias. Isso representa um aumento de 93% frente ao número de denúncias concluídas em 2019, ou sejam, 281. Dentre os fatores que podemos destacar estão: adoção de um novo formulário de análise preliminar e consolidação da estrutura da Gestão de Apuração, que emitiu 328 recomendações de melhorias, formuladas no fim do

processo de apuração/investigação de cada caso. Foi implementado um sistema de controle e cobranças chamado Plano de Ação, dentro da ferramenta do Canal de Denúncias.

Destaques em 2020

Dentre as atividades da Ouvidoria, merecem destaque:

- Iniciado monitoramento mensal de potenciais riscos em manifestações dos tipos de reclamação, solicitação e sugestão, recebidas pelo Sistema de Ouvidoria (SOU), com vistas à análise de oportunidades de melhorias em processos e prevenção de incidentes;
- Priorização de riscos junto à área de integridade e, em especial, fraude e corrupção;
- O assédio sexual passou a ser tratado não somente em sua dimensão ética, mas também administrativa, trazendo consequências mais graves a casos confirmados;
- Iniciado o uso de ferramentas de *business intelligence* para geração de relatórios e cruzamentos de dados de gestão, o que permite *insights* mais estratégicos aos relatórios;
- Aprovação de 5 (cinco) proposições de Ouvidoria, que auxiliaram a melhoria dos processos de Governança Corporativa, Gestão de Participações Acionárias, Gestão de Infraestrutura, Serviços e Segurança empresarial e Gestão de Pessoas da Companhia.

SIC - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a Eletrobras criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) onde disponibiliza dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2020, foram recebidos um total de 644 pedidos de informações, sendo 205 relacionados à Holding. O tempo médio de resposta foi de 6,55 dia e 9 pedidos estavam abertos em 31/12/2020.

6.3.5 Gestão da Marca, Reputação e Imagem

Em 2020, foi realizada a Pesquisa de Reputação da Eletrobras 2020, um projeto corporativo previsto no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2020-2024, com gestão e execução coordenadas por grupo de trabalho multidisciplinar da Superintendência de Comunicação.

Este estudo de mensuração e análise de reputação corporativa, teve por objetivo atualizar a avaliação da marca Eletrobras e suas empresas junto a quatro grupos de públicos estratégicos: sociedade, comunidades, público interno e formadores de opinião. A resposta de 27% dos pesquisados ficou dentro dos padrões estabelecidos para pesquisas internas — variação de 25% a 30%. Na próxima etapa do projeto, prevista para março de 2021, serão realizados workshops junto às áreas estratégicas da empresa, visando a construção de planos de ação para aprimorar o relacionamento com cada público pesquisado a partir dos gaps e oportunidades de aprimoramento levantados na pesquisa.

Sobre as marcas da Eletrobras, assim como em 2019 em 2020, não houve alterações do portfólio.

Prêmios e Reconhecimentos

Pela 13ª. vez a Eletrobras foi listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Em 2020, a B3 optou por descontinuar o Programa Destaque em Governança de Estatais, no qual a Eletrobras havia passado de 56 para 60 pontos, alcançando a pontuação máxima.

A obtenção de tais certificações demonstra o esforço conjunto das Empresas Eletrobras, coordenadas pela Holding, na melhoria dos processos para atendimento às boas práticas de Governança Corporativa, alinhada às diretrizes estratégicas do Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras.

Em função da covid-19, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas (Sest) não lançou o IG-Sest em 2020. No ano anterior, a Companhia, havia alcançado, pela quarta vez consecutiva, a nota máxima, IG-Sest Nível 1 (Nível de Excelência).

Destaques em 2020

- **Institutional Investor – Wilson Ferreira Junior** ocupou o 2º lugar no *ranking* de Melhores CEOs e **Elvira Cavalcanti Presta** o 3º lugar no *ranking* de Melhores Diretores Financeiros de 2020 no *Latin American Executive Team*, na categoria "Electric & Other Utilities", *sell-side*.
- **Valor Econômico: Grandes Grupos – Eletrobras** classificou-se em 31º lugar no ranking dos 200 maiores conglomerados do país por Receita Bruta, com base nos balanços de 2019, e na 8ª posição entre os maiores Lucros Líquidos.
- **Revista Exame: Melhores e Maiores 2020** – no ranking da edição especial das 3.000 maiores companhias do país, por valor de Vendas Líquidas, em 2019, destacaram-se a **Itaipu Binacional** em 39º lugar; **Furnas**, em 75º; **Eletronorte**, em 124º; **Chesf**, em 146º; **Eletronuclear**, em 259º; **Amazonas GT**, em 307º; e **Eletrosul**, em 388º.
- **Virtuous Company: Melhores em Cultura Ética 2020 – Eletrobras** conquistou do 3º lugar entre as empresas de grande porte do setor de Energia, Mineração e Saneamento, seguida pela **Eletronuclear** em 4ª posição. A **Itaipu Binacional** ficou em 9ª lugar; a **Holding**, em 14ª; e a **Furnas**, na 30ª posição.
- **Revista Valor 1000, Serasa Experian e Centro de Estudos em Finanças /FGV: Maiores Empresas do Brasil 2020 – Eletrobras** ocupou o 27º lugar no ranking geral Valor 1000 entre as maiores empresas brasileiras e na 4ª posição entre as companhias do setor de Energia Elétrica.
- **Revista Época: Melhores Empresas do Brasil 2020 – Eletrobras** alcançou o 3º lugar no segmento Energia e o 12º lugar no ranking geral. O Anuário Época Negócios 360º da Época Negócios, é coordenado pela Fundação Dom Cabral
- **Isto É Dinheiro: As Melhores da Dinheiro 2020 – Eletrobras** foi listada em 35º lugar no ranking geral das 1000 maiores empresas do país.
- **Brand Finance: 50 Mais Valiosas – Eletrobras** se classificou em 41º lugar no ranking das cinquenta marcas mais valiosas do país.
- **Finance & Law Summit and Awards (FILASA) – Eletrobras** foi premiada na categoria Melhor Departamento Financeiro Interno: Infraestrutura e Energia.
- **Vigeo Eiris: Eletrobras** obteve o 1º lugar no total de 49 empresas do setor de Eletricidade e Gás nos mercados emergentes e o 34º lugar no universo total das empresas avaliadas.



7. Programas de Governo

A Eletrobras, como empresa estatal, é responsável pela operacionalização de diversos programas do setor elétrico. Os recursos aplicados nos programas são oriundos de fundos setoriais ou de outros recursos do próprio setor. Nos programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia, o pagamento à Eletrobras se dá através de uma Taxa de Ressarcimento de Custos Administrativos, paga pelos Agentes Executores dos programas — empresas de distribuição de energia elétrica —. Em relação ao Procel, o orçamento para execução de projetos e pagamento dos custos administrativos é tratado no âmbito do Plano de Aplicação de Recursos (PAR) do Procel, previsto na Lei 13.280/2016. Por fim, quanto ao Proinfa, o ressarcimento à Eletrobras dos custos administrativos dispendidos nas atividades e ele relacionadas ocorre via Conta Proinfa, conforme artigo 16 do Decreto 5.025/2004 e são apresentados no Plano Anual do Proinfa (PAP). A Aneel utiliza o PAP para cálculo e publica as cotas de energia e as cotas de custeio de modo a não acarretar vantagens ou prejuízos à Eletrobras, conforme estabelecido no artigo 13 do referido Decreto.

Em sua maioria, os recursos utilizados para esses programas não transitam mais pelos resultados da Companhia e, portanto, não impactam as Demonstrações Financeiras aqui apresentadas. Desde 01/01/2018, as receitas, custos e receitas financeiras da comercialização do Proinfa são apresentadas de forma líquida, sem efeito na demonstração de resultados.

Até 2017, a Eletrobras era também responsável pela gestão financeira dos contratos de financiamentos e de subvenção, que servem de instrumentalização dos programas setoriais. Existe ainda um passivo de Reserva Global de Reversão (RGR) — conforme Nota Explicativa 25 das Demonstrações Financeiras de 2020 —, a ser devolvido pela Eletrobras à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme recebimento dos agentes do setor. Estes valores não são uma dívida da Eletrobras, e a Companhia também não é garantidora. São de recursos decorrentes da gestão do fundo da RGR/CDE realizada no passado e que devem ser devolvidos, à medida que forem quitados pelos agentes.

A Eletrobras participa em quatro programas governamentais:

Proinfa

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) foi criado, em 26 de abril de 2002, pela Lei 10.438 e regulamentado com o Decreto 5.025/2004. A Companhia tem uma participação fundamental no programa, assegurando a compra e comercialização da energia contratada pelas usinas do Proinfa por um período de 20 anos.

O programa cumpriu o seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa.

Em 2020, o programa gerou 9,1 milhões de MWh com um custeio de R\$ 3,32 bilhões, totalizando entre fevereiro de 2006 até o final de 2020, aproximadamente 106,8 milhões MWh de energia gerada. Não houve alteração no total de empreendimentos novos adicionados ao Sistema Interligado Nacional em comparação a 2019.

Procel

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) promove o uso eficiente da energia elétrica no país, combatendo o desperdício e reduzindo os custos setoriais. O Procel conta com recursos oriundos da Lei 13.280/2016 e tem a Eletrobras como responsável por sua administração e utilização. Em 2020, foram investidos cerca de R\$ 42,3 milhões em projetos de eficiência energética nos segmentos público e privado com recursos oriundos dessa lei.

O resultado de economia de energia do Procel foi de uma redução de aproximadamente 22 milhões MWh, evitando uma emissão de 1,36 milhão tCO₂ equivalentes.

Em 2020, o Procel criou o Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética, também conhecido como Lab Procel, para fomentar e intermediar oportunidades de desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica junto a *startups* e micro e pequenas empresas (MPEs), visando estruturar negócios e disponibilizar para a sociedade soluções ou produtos inovadores com ênfase em eficiência energética. Para a operacionalização do Lab Procel, a Eletrobras celebrou convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O valor total do convênio é de R\$ 16,6 milhões, dos quais R\$ 15 milhões são aportes da Eletrobras.

Luz para Todos

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), é operacionalizado pela Eletrobras, responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural.

De 2004 até 2020, os recursos para o Programa Luz para Todos totalizaram R\$ 28,5 bilhões, sendo R\$ 20,7 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais: Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR). Desde 2004, já foram liberados R\$ 17,22 bilhões em recursos da CDE e RGR, dos quais R\$ 0,75 bilhão em 2020, originado de recursos da CDE. O total contratado atinge R\$ 20,72 bilhões, ou seja, 83% do total de recursos disponíveis.

Em 2020, foram realizadas 44.232 ligações, acumulando mais de 3,5 milhões de ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a 16,9 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.

No Sistema Gerenciador da Eletrobras foram cadastrados 7.472 projetos em 2020, somando 559.394 projetos desde 2004, resultando em 3.141.809 ligações, o que corresponde a 95% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras; construção de 846.422 km de redes elétricas de alta e baixa tensão implantação de 8,82 milhões de postes; instalação de 6.378 sistemas fotovoltaicos individuais e 2 coletivos.



Recursos Setoriais do Programa Luz para Todos de 2004 a 2020

Tabela 42

Região	RECURSOS SETORIAIS					
	Contratados			Liberados(*)		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	6.307,94	318,29	6.626,23	4.817,98	284,30	5.102,28
Nordeste	8.489,75	941,94	9.431,69	7.421,39	837,42	8.258,81
Centro-Oeste	1.193,48	575,60	1.769,08	982,42	526,96	1.509,38
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,92	942,98	1.683,90
Sul	346,24	511,90	858,14	280,25	387,26	667,51
Brasil	17.195,54	3.522,24	20.717,78	14.242,96	2.978,92	17.221,88

(*) Até 30/04/2017, a Eletrobras era responsável pela administração dos recursos setoriais. Após essa data, a responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) — Lei 13.360/2016.



Nº. de Ligações do Programa Luz para Todos, por Região, até 31/12/2020

Tabela 43

Região	Contratadas entre os Agentes Executores (*) e a Eletrobras	Cadastradas no Sistema LPT + Comprovadas fisicamente nos Projetos Especiais
Norte	789.573	683.814
Nordeste	1.656.410	1.622.216
Centro-Oeste	236.766	225.573
Sudeste	429.048	425.241
Sul	184.783	185.293
Brasil	3.296.580	3.142.137

(*) Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

Mais Luz para a Amazônia – MLA

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia (MLA), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), foi criado pelo Decreto 10.221, 5 de fevereiro de 2020 com o intuito de minimizar as dificuldades vividas pelas famílias residentes nas regiões remotas da Amazônia Legal e que dificilmente seriam atendidas por extensão de redes convencionais.

O MLA tem sua vigência até 31 de dezembro de 2022, com possibilidade de prorrogação até a conclusão da universalização do acesso à energia elétrica nas regiões remotas dos nove estados que integram a Amazônia Legal. Em seu papel de operacionalizadora do MLA, a Eletrobras é responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras. Os recursos financeiros necessários

ao desenvolvimento do MLA virão de agentes do setor elétrico, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial sob gestão CCEE, e de outras fontes a serem regulamentadas pelo MME, em conjunto com outros órgãos governamentais. No ano de 2020, foram firmados 09 (nove) Termos de Compromisso, entre o MME e os agentes executores, com o estabelecimento das metas de atendimento para cada unidade da federação.



Estados que integram a Amazônia Legal

Mapa 4



Os atendimentos do MLA serão realizados por meio de geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis e visam o desenvolvimento das comunidades, em sua maioria, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. A chegada da eletricidade irá diminuir a vulnerabilidade social e econômica, fortalecendo o exercício da cidadania, o bem-estar e a dignidade para a vida dessa população. Segundo o MME, o MLA tem previsão de beneficiar cerca de 82 mil famílias localizadas nas regiões remotas da Amazônia Legal,

BUSA

Existem, atualmente, 1.994 bens da União cadastrados no Sistema Informatizado de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras (SIGBUSA) que estão vinculados à concessão de empresas do setor de energia elétrica. Deste, 1.897 são bens servíveis à prestação do serviço de energia elétrica, sendo que 1.872 estão em operação e 25 encontram-se desativados; e 67 são bens inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica. Outros 23 bens foram alienados e 7 bens estão em posse da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A Aneel, por meio do Despacho 1.227, de 30 de abril de 2020, anuiu previamente à alienação dos 67 bens considerados inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica.

A Medida Provisória 998/2020, convertida na Lei 14.120/21, determinou que os custos administrativos, financeiros e tributários incorridos pela Eletrobras, desde 1 de maio de 2017, com o registro, a conservação e a gestão dos bens BUSA e instalações, deverão ser ressarcidos com recursos da Conta RGR, conforme ato regulamentar da Aneel.



8. Mercado de Capitais

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 39,057 bilhões, representado por 1.568.930.910 ações, sendo 1.288.842.596 ações ordinárias e 280.088.314 ações preferenciais. Em relação a 2019, houve alteração relevante na composição do capital social da Companhia por meio de aumento de capital homologado em fevereiro de 2020 via Assembleia de Acionistas.



Composição Acionária da Eletrobras em 31/12/2020

Tabela 44

Acionistas	Ordinárias	%	Preferencial "A"	%	Preferencial "B"	%	Total	%
Acionista Controlador								
União Federal	667.888.884	51,82	0	0	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDESpar	141.757.951	11,00	0	0	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	0	0	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92
FND	45.621.589	3,54	0	0	0	-	45.621.589	2,91
FGHAB	1.000.000	0,08	0	0	0	-	1.000.000	0,06
Outros	358.028.908	27,78	146.920	100,00	242.987.127	86,80	601.162.955	38,31
Demais Acionistas								
Cust. CLBC								
Residente	221.568.126	17,19	82.812	56,37	133.714.017	47,77	355.364.955	22,65
Não Residente	97.712.776	7,58	1	0,00	92.262.005	32,96	189.974.782	12,11
Programa ADR	38.663.271	3,00	0	-	5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Demais								
Residente	84.489	0,01	21.629	14,72	9.666.577	100,00	9.772.695	0,62
Não Residente	246	0,00	27	0,02	213	0,00	486	0,00
Total	1.288.842.596	100	146.920	100	279.941.394	100	1.568.930.910	100

**Distribuição do Capital Social da Eletrobras pelos Continentes em 2020**

Tabela 45

Continente	Ordinárias	%	Preferencial. "A"	%	Preferencial. "B"	%
Oceania	2.113.555	0,16%	-	0,00%	2.210.779	0,79%
Europa	23.935.822	1,86%	28	0,02%	23.100.421	8,25%
América do Norte	92.533.486	7,18%	-	0,00%	59.608.509	21,29%
América do Sul	1.152.952.564	89,46%	146.892	99,98%	184.375.742	65,86%
Ásia	17.307.169	1,34%	-	0,00%	10.645.943	3,80%
África	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total	1.288.842.596	100,00%	146.920	100,00%	279.941.394	100,00%

Desempenho das ações

A Eletrobras negocia ações ordinárias e preferencias na Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) sob o código "ELET3" e as ações ordinárias e as ações preferenciais classe "B" e classe "A", sob os *tickers* "ELET6" e "ELET5", respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), as ações são transacionadas por meio do Programa de ADR nível II, sob os *tickers* "EBR" e "EBR-B". Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), a negociação é feita pelo Programa Latibex, sob os *tickers* "XELTO" e "XELTB".

Em 2020, as ações da Companhia na B3 refletiram positivamente o resultado do PDNG 2020-2024 com o desinvestimento em SPEs, reestruturação de dívidas e medidas de gestão focadas em redução de custos, como planos de desligamentos voluntários de empregados. Esses impactos, porém, foram reduzidos pelos efeitos da pandemia da covid-19 e contexto político econômico no Brasil e exterior, que atingiram todo o mercado de capitais. De forma inédita, a B3 adotou o procedimento operacional que interrompe a negociação de ativos em bolsa (*circuit break*) por 6 (seis) vezes em março de 2020. As ações da Eletrobras também sofreram oscilações em decorrência de notícias divulgadas na mídia e declarações de autoridades do País, não necessariamente relacionadas diretamente à Companhia, mas que alteraram a perspectiva do mercado em relação à aceitabilidade pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei 5.877/2019, que dispõe sobre a privatização da Eletrobras.

**Programa Nível 1 B3S.A – Brasil, Bolsa, Balcão**

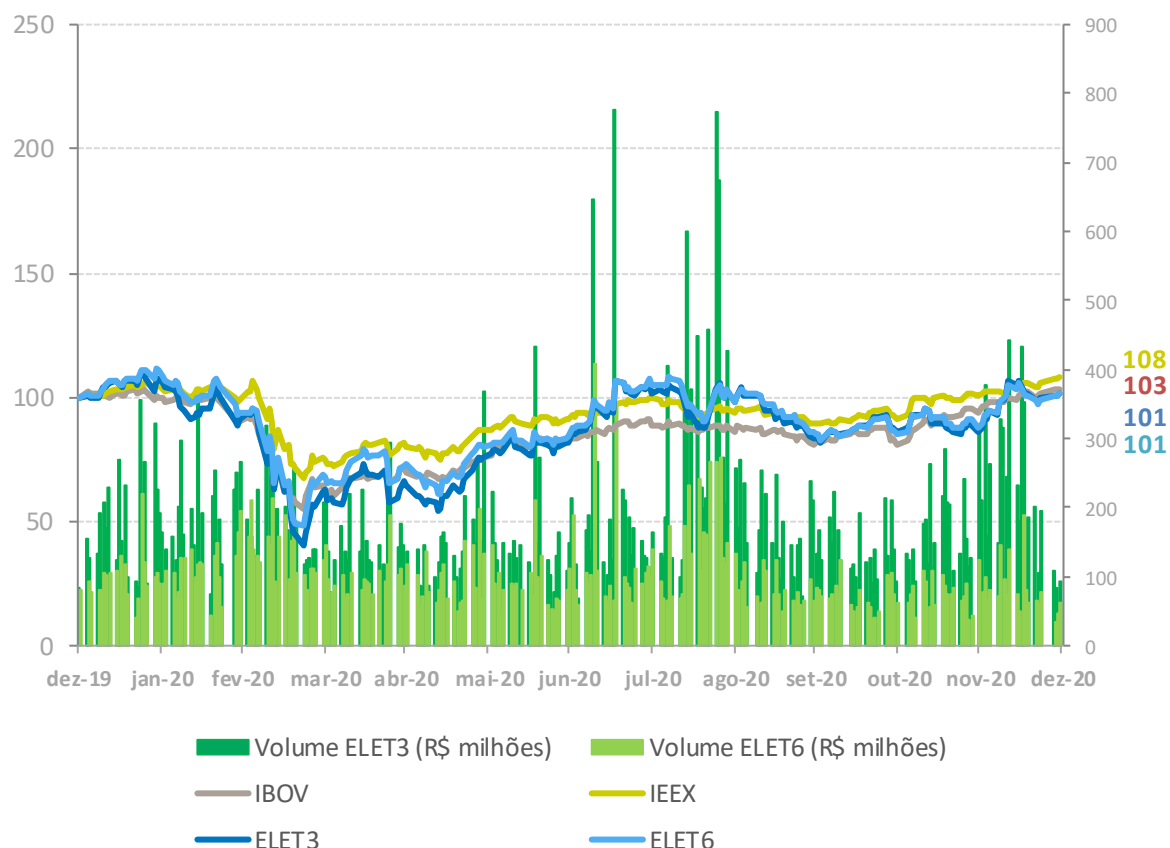
Tabela 46

Preço e Volume	(R\$) ELET3 B3 (Ações ON)	(R\$) ELET6 B3 (Ações ON)	(pts.) IBOV B3 (Índice)	(pts.) IEE B3 (Índice)
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	35,01	35,22	119.017	82.846
Máxima em 2020	38,26	38,83	119.528	82.846
Média em 2020	30,04	31,17	98.706	71.348
Mínima em 2020	13,96	16,82	63.570	51.682
Variação em 2020	1,13%	1,21%	2,92%	8,12%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhões de	6,0	3,1	-	-
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (R\$ milhões)	189,8	102,2	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2020*	R\$ 54.987 milhões			
*Por questão de liquidez, está sendo considerada para a PNA a mesma cotação da Pref. B				



Comportamento Ações da Eletrobras na B3 S.A. 2020

Gráfico 12



Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast

Notícias na mídia relacionadas à privatização, positivas ou negativas, trouxeram aumento significativo no volume negociado das ações, em especial, nos meses de julho e agosto.



Programa de ADR Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) em 2020 Tabela 47

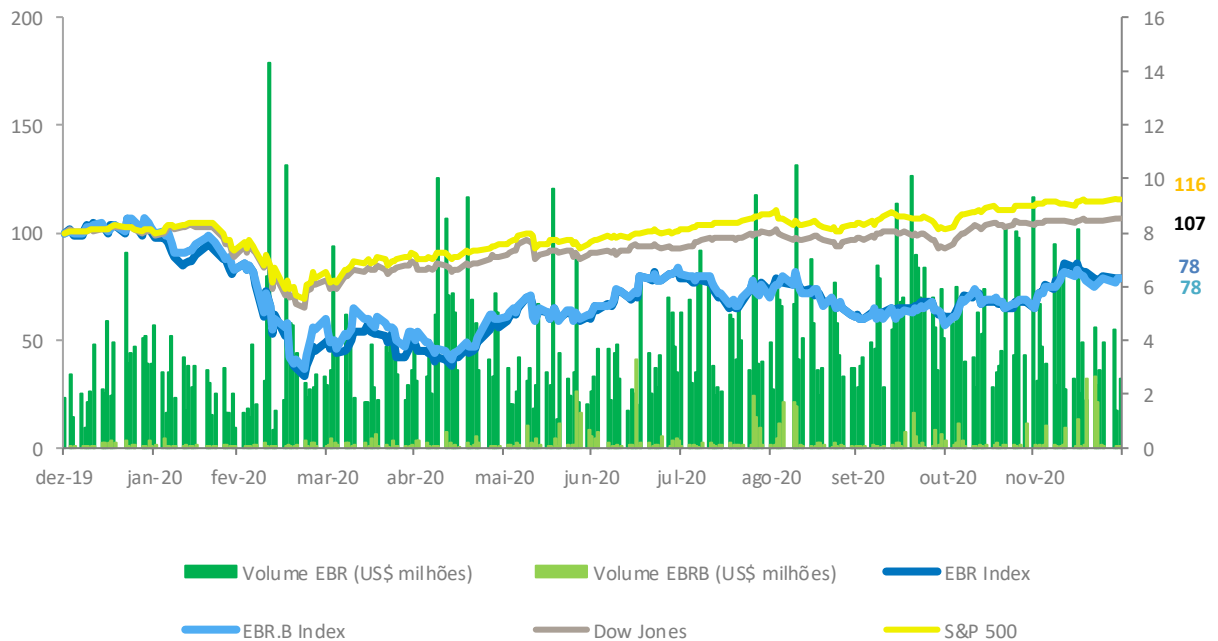
(Em US\$)

Preço e Volume	NYSE EBR	NYSE EBR-B
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	6,67	6,73
Máxima em 2020	9,06	9,18
Média em 2020	5,91	6,07
Mínima em 2020	2,84	3,16
Variação em 2020	-21,6%	-21,7%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de ações)	648,8	39,3
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhões US\$)	3,8	0,2



Comportamento das ADRs Nível II na NYSE em 2020

Gráfico 13



Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast



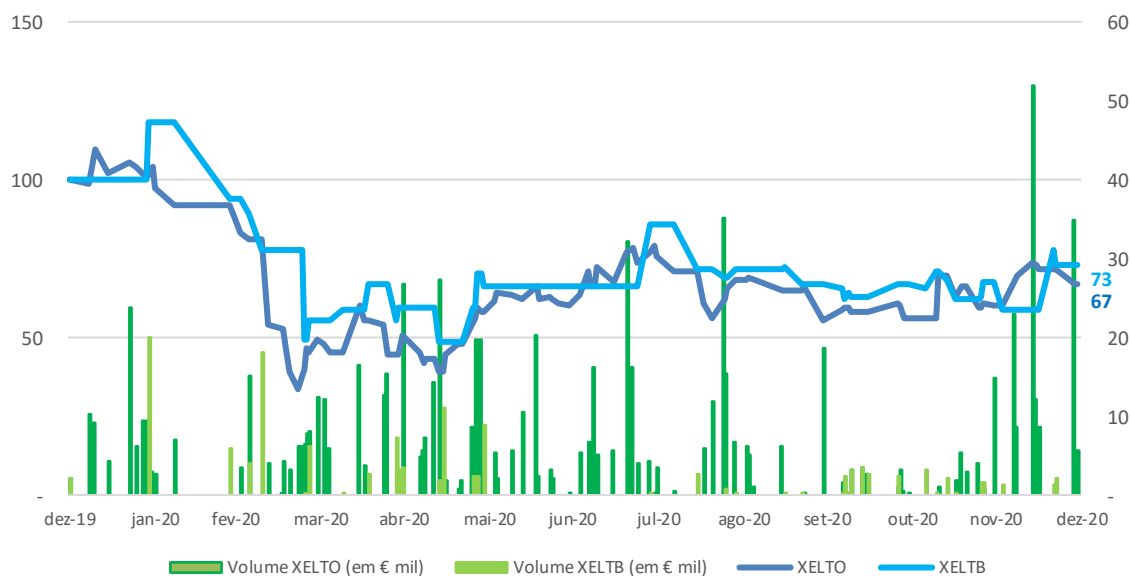
Programa Latibex – Bolsa de Valores de Madrid em 2020

Tabela 48

Preço e Volume	(Em €)	
	LATIBEX XELTO	LATIBEX XELTB
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	5,60	5,60
Máxima em 2020	9,15	9,10
Média em 2020	5,35	5,40
Mínima em 2020	2,80	3,74
Variação em 2020	-32,9%	-27,3%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de ações)	1,4	0,2
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de Euros)	7,1	1,1

**Comportamento das Ações na Bolsa de Valores de Madri em 2020**

Gráfico 14



Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast

Rating (Classificação de Risco)

Os *ratings* da Eletrobras refletem a perspectiva do *rating* soberano do Brasil e, também, a expectativa de que a Companhia continuará desempenhando um papel essencial no setor elétrico brasileiro e recebendo suporte do governo. Consequentemente, qualquer ação de *rating* da empresa continua espelhando o *rating* soberano do país.

**Ratings**

Tabela 49

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's BCA	"Ba3": / Estável	16/09/2020
Moody's Senior Unsecured Debt	"Ba2": / Estável	16/09/2020
Fitch - Issuer Default Ratings (Foreign Currency)	"BB-": / Negativa	10/06/2020
Fitch - Issuer Default Ratings (Local Currency)	"BB-": / Negativa	10/06/2020
S&P LT Local Currency (Escala Nacional Brasil)	brAAA/Estável	12/03/2021
S&P LT Foreign Currency (Escala Global)	BB-/Estável	12/03/2021

Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em 2020, a Eletrobras realizou 01 reunião virtual com analistas e investidores da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), atendendo a sua política de prestação

de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. Promoveu também 01 *Virtual Non-deal roadshow* em Nova Iorque e Boston (EUA), 01 *Deal roadshow*, em Nova Iorque (EUA) e Londres (Inglaterra) e 01 *roadshow* em São Paulo. Participou de mais 02 eventos no exterior em Madri (Espanha) e Londres e 13 conferências no Brasil, por vídeo conferências, em razão da pandemia.

A Eletrobras realizou, através de sua área Relações com Investidores (RI), cerca de 71 telefonemas e videoconferências com analistas, acionistas e agências de ratings.

Ombudsman de RI



Em 2020, o Ombudsman de RI recebeu 643 consultas de 383 manifestantes, sendo 26% estrangeiros. Os solicitantes foram classificados como agentes autônomos; investidores institucionais, de empresas e pessoas físicas; agências de rating e outros agentes de mercado. Das consultas realizadas, as principais estavam relacionadas aos seguintes assuntos: privatização da Eletrobras; créditos a receber de terceiros; informações financeiras; realização de assembleias de acionistas; PDNG; certificação em programas de governança da B3 e da Sest; emissão de debêntures; rating; decisões judiciais relacionadas ao Empréstimo Compulsório; e alienação de participação em SPes.

O canal de contato do Ombudsman de RI está site www.elektrobras.com.br ou direto no *e-mail*: ombudsman-ri@elektrobras.com

Comunicação com o Mercado

Em 2020, a Eletrobras divulgou 117 Comunicados ao Mercado, sendo 26 Fatos Relevantes e 04 (quatro) Avisos aos Acionistas, em conformidade com a Instrução CVM 358/2002. Desse total, apenas 03 (três) foram em virtude de solicitação pela CVM ou pela B3 S.A, o que corresponde a 2,0% dos comunicados. Os demais foram de iniciativa da Companhia, visando cumprir sua obrigação de manter o mercado informado. Os principais assuntos abordados foram: capitalização da Eletrobras; alienação de SPE's; incorporação CGTEE/Eletrosul; emissão de debêntures; certificação em programas de governança da B3 e da Sest; empréstimo compulsório e *lives* de executivos.

As entidades reguladoras e demais órgãos do Governo Federal possuem seus atendimentos classificados como urgentes. Foram registrados 20 atendimentos dessa natureza, sendo 60% oriundos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 30% da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e 10% do Ministério de Minas e Energia (MME).



9. Empréstimo Compulsório

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei 4.156/62, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado a partir de 1964. Inicialmente, o tributo recaiu sobre todos os consumidores de energia elétrica, e sua devolução foi assegurada até o ano de 1976 pela emissão de títulos ao portador (Obrigações).

Com o advento do Decreto-Lei 1.512/76, a incidência do empréstimo compulsório mudou, durante o período de 1977 a 1993, recaindo somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, ou sejam, as indústrias com consumo mensal superior a 2.000 kW/h. Os valores passaram a ser representados por créditos escriturais, e não mais por Obrigações.

O empréstimo compulsório impactou, principalmente, as Demonstrações Financeiras no passivo denominado "Empréstimo Compulsório" (Nota Explicativa 27) e em "Contingências Judiciais" (Nota Explicativa 33), as quais nos remetemos para maiores detalhes desses passivos.

Provisão para ações a entregar

Passivo referente às ações pref. B que deverão ser entregues aos contribuintes, atualizado pelo valor de mercado das ações pref. B ou valor patrimonial, o que for menor mais proventos.

No ano de 2020, houve aumento de R\$ 345 milhões nesta rubrica, pois, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, observadas, nesse caso, a Lei 6.404/1976 e normas editadas pela CVM.

Em dezembro de 2020, o valor equivalente em moeda, nas ações a serem entregues, foi registrado no Passivo Não Circulante e atualizado pela média dos últimos 12 meses do valor de mercado das referidas ações, com acréscimo equivalente a proventos que tais contribuintes, após devida chancela no SAC (Solicitação de Ações), teriam direito se já exercessem plenamente os direitos políticos e econômicos decorrentes da titularidade acionária, observado o prazo prescricional previsto na Lei 6.404/1976.

Compulsório não quitado

A arrecadação dos créditos escriturais de compulsório (2ª fase) ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Companhia, tendo sido realizadas 4 (quatro) assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados.

A maior parte dos créditos arrecadados pela Eletrobras à época de vigência da lei já foram devolvidos aos contribuintes. Porém, ainda existem créditos a serem devolvidos pela Companhia, pois alguns contribuintes, questionando a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório, ingressaram em juízo com ações consignatórias para discutir sua cobrança pela Eletrobras, depositando judicialmente esses valores do tributo.

À medida que a Eletrobras teve êxito nessas ações e foi autorizada a levantar os valores depositados, mediante expedição de alvará judicial, a obrigação de devolver esses tributos foi registrada no passivo da Companhia. Esses créditos não foram convertidos nas 4 assembleias realizadas pela Eletrobras citadas acima, pois ingressaram no caixa da Companhia após a última assembleia de conversão ocorrida em 2008.

A Eletrobras, após o levantamento dos referidos depósitos, assume a obrigação de devolução do valor principal em até 20 anos e do pagamento de juros anuais de 6% ao ano, conforme o Decreto-lei 1.512/76. Portanto, esses créditos estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Em relação à movimentação no exercício 2020, o aumento de R\$ 419 milhões, se deu pela revisão de entendimento sobre a forma de correção monetária desses créditos não convertidos em ações. O passivo referente aos depósitos judiciais, levantados pela Eletrobras, era baseado nos critérios estabelecidos no Decreto Lei 1.512/76 para constituição e atualização dos valores levantados, isto é, os créditos somente eram constituídos em janeiro do exercício seguinte ao do ano do depósito judicial, quando passavam a ser corrigidos pelo IPCA-E.

Todavia, com base em parecer jurídico que revisitou o tema no 3T20, houve mudança de entendimento quanto aos critérios ora adotados para escrituração do passivo em questão. Neste sentido, a Companhia passou a adotar a correção monetária denominada plena, ou seja, correção monetária pelo IPCA-E, a partir da data do levantamento dos referidos autos judiciais, pela Eletrobras.

Considerando-se que houve revisão da forma de correção monetária do principal, a movimentação do exercício também incluiu os reflexos nos juros anuais de 6% ao ano, sobre o principal, devidos durante o período de carência, observado o prazo de prescrição de 05 (cinco) anos.

Ressalte-se que os juros de 6% ao ano, neste caso, são devidos, durante o período de carência, pois se trata de Empréstimo Compulsório ainda não convertido em ações, e não de débito judicial, como é o caso dos processos judiciais de correção monetária do tributo já convertido em ações e tratado na Nota Explicativa 31 que trata de Provisões e Passivos Contingentes.

Contingência Judicial

Conforme Nota Explicativa 33, existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Holding, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil.

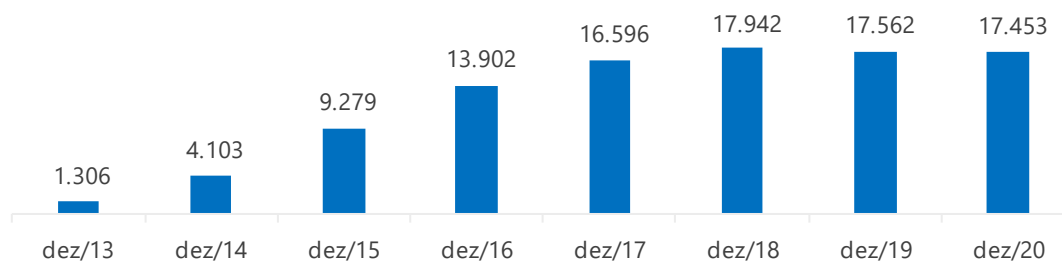
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 3.643 processos relativos a este tema provisionados, representando um passivo de R\$ 17.453 milhões, com destaque para o provisionamento do Processo 0023102-98.1990.8.19.0001. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo era de R\$ 17.562 milhões.



Evolução do Estoque de Provisão de Contingência de Empréstimo Compulsório

Gráfico 15

(R\$ milhões)



Movimentação do Exercício

Gráfico 16

(R\$ milhões)





10. Serviços de Auditoria Externa

Em 2020, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente, exclusivo, a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), exceto a Itaipu Binacional que foi auditada pela KPMG Auditores Independentes.



Remuneração dos Auditores Externos Independentes em 2020

Tabela 50

Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
PWC (R\$)	24.589.172,77	13.416.666,62	-
KPMG Assessoros LTDA (R\$)	16.000,00	784.551,45	7.420.086,45
KPMG Auditores Independentes (R\$)	2.390.535,00	4.994.695,10	11.987.268,24
Total	26.995.707,77	19.195.913,17	19.407.354,69
Itaipu Binacional	2020	2019	2018
PWC (R\$)	-	-	425.254,00
KPMG Auditores Independentes (R\$)	489.590,05	564.924,45	-
Total	489.590,05	564.924,45	425.254,00

O valor de R\$ 24,5 milhões são serviços totais de auditoria realizados pela PWC, atual auditor independente do Sistema Eletrobras. O valor de R\$ 2,4 milhões pagos à KPMG referem-se, majoritariamente, a serviços de auditoria realizados por conta da operação de *Bonds* realizada no 1T20.

Para evitar conflitos de interesse ou a perda de independência auditores externos, a Eletrobras segue a Instrução CVM 308/1999 quanto à obrigatoriedade de substituição dos Auditores Independentes

responsáveis pela Eletrobras, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Destaca-se que a substituição pode ser de até 10 exercícios sociais consecutivos pelo fato da Companhia ter Comitê de Auditoria e Riscos estatutário em funcionamento permanente e auditor independente ser pessoa jurídica.

Destaca-se que o (CAE) tem como uma de suas atribuições opinar sobre a contratação e a destituição de auditor independente, segundo as normas e a legislação vigente; supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar sua independência e opinar sobre quaisquer contratações de serviços pela Eletrobras ou suas controladas envolvendo auditores independentes ou empresas que tenham prestado serviços de auditoria independente nos últimos 5 (cinco) anos para a Holding ou suas subsidiárias.

Em consonância com suas obrigações legais, a Eletrobras firmou contrato com a PWC em abril de 2019, com vigência de 24 meses renováveis por mais 36 meses. A Itaipu Binacional teve como Auditor Independente a KPMG Auditores Independentes em 21/06/2018, com prazo de vigência de 36 meses.



11. Desempenho Financeiro

11.1 Destaque do Resultado Consolidado

A Eletrobras apresentou, em 2020, um lucro líquido consolidado de R\$ 6.387 milhões, inferior aos R\$ 11.133 milhões obtidos em 2019. O lucro de 2019 é composto pelo Lucro Líquido das operações continuadas de R\$ 7.848 milhões e pelo Lucro Líquido de R\$ 3.285 milhões referente às operações descontinuadas (distribuição), com destaque para privatização da distribuidora Amazonas Energia, que deixou de ser consolidada pela Eletrobras.

A Receita Operacional Líquida apresentou uma redução de 2%, passando de R\$ 29.714 milhões em 2019 para R\$ 29.081 milhões em 2020, com forte impacto dos resultados positivos em transmissão em decorrência da Revisão Tarifária Periódica ocorrida em meados de julho de 2020. Tal resultado em transmissão compensou, parcialmente, o resultado negativo em geração, fortemente afetado pela redução de receita decorrente da inflexibilidade de Candia III e parcela negativa de energia pela extensão das paradas das usinas nucleares de Angra 1 e 2 nos montantes de, respectivamente, R\$205 milhões e R\$267 milhões, e pelo término de contratos de Energia Existente no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em Furnas e Eletronorte (319MWméd e 362MWméd, respectivamente), embora tenha havido um aumento de R\$ 433 milhões na receita de geração das usinas sob regime de cotas da lei 12.783/2013, em razão do reajuste anual. O Ebtida IFRS, no valor de R\$ 11.474 milhões em 2019, reduziu para R\$ 10.487 milhões em 2020.

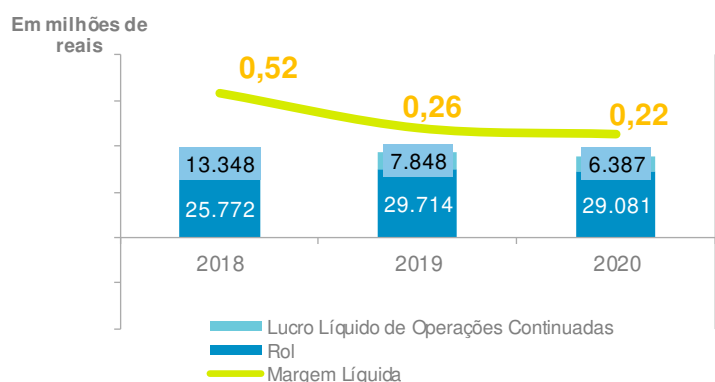
A Eletrobras, em decorrência das orientações do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, efetuou ajustes dos seus ativos de transmissão - RBSE, até então classificados como ativos financeiros, passando a tratar como ativo de contrato nos termos do CPC 47- Receita de Contratos com Clientes. Como consequência, para manter mesma base comparativa, a Companhia efetuou reapresentação dos saldos destes ativos como ativos de contratos. Os reflexos acumulados desta reapresentação se encontram no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, conforme Nota Explicativa 4.4 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2020.

**Resultado Consolidado 2020-2019**

Tabela 51

(Em R\$ milhões)

DRE	2020	2019
Receita de Geração	22.270	23.374
Receita de Transmissão	12.248	11.533
Outras Receitas	711	769
Receita Bruta	35.228	35.675
Deduções da Receita	-6.148	-5.961
Receita Operacional Líquida	29.081	29.714
Energia para revenda, uso da rede, combustível e construção	-7.959	-7.450
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.176	-9.850
Depreciação e Amortização	-1.863	-1.807
Provisões Operacionais	-7.374	-2.006
	2.709	8.601
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	4.228	0
Participações societárias	1.671	1.041
Outras Receitas e Despesas	16	25
	8.624	9.667
Resultado Financeiro	-1.672	-2.449
Resultado antes do imposto	6.953	7.218
Imposto de Renda e Contribuição Social	-565	631
Lucro líquido do Exercício	6.387	7.848
Lucro (Prejuízo) Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	0	3.285
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	6.387	11.133

**Resultado e Margem Líquida****Gráfico 17**

(Em R\$ milhões)

Receita, Custos e Despesas Operacionais

RECEITA OPERACIONAL



Receita Operacional Consolidada 2019-2018

Tabela 52

(Em R\$ milhões)

Receita Operacional - Geração	2020	2019	%
Receitas de Geração			
Suprimento	14.426	15.871	-9%
Fornecimento	2.661	2.282	17%
CCEE	1.176	1.353	-13%
Receita de Operação e Manutenção - Usinas Renovadas pela Lei 12.783/2012	3.982	3.549	12%
Receita de Construção	38	49	-23%
Repasse Itaipu	-14	269	-105%
Receitas de Geração	22.270	23.374	-5%

GERAÇÃO

DESTAQUES:

A Receita do segmento de Geração de energia apresentou queda de 5% em 2020 na comparação com 2019. Essa queda foi influenciada, principalmente, pela redução da receita de suprimento devido ao término de contratos de Energia Existente no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em Furnas e Eletronorte (319MWh e 362MWh, respectivamente) e pela redução de receita decorrente da inflexibilidade de Candiota III e parcela negativa de energia pela extensão das paradas das usinas nucleares de Angra 1 e 2 nos montantes de, respectivamente, R\$205 milhões e R\$267 milhões. Essa redução de receita no ACR foi parcialmente contrabalançada pelo direcionamento de parte dessa energia para o ACL e, pelo aumento na conta de receita de operação e manutenção, em função do reajuste anual da RAG conforme Resoluções Homologatórias Aneel nº 2587/2019 (ciclo 2019-2020) e nº 2746/2020 (ciclo 2020-2021) e aumento da receita indenizatória para o pagamento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.

TRANSMISSÃO



Tabela 53

(Em R\$ milhões)

Receita Operacional de Transmissão	2020	2019	%
Receitas de Transmissão			
Receita de O&M – Linhas Renovadas Lei 12.783/13	4.361	4.075	7%
Receita de O&M – Regime Exploração	1.082	852	27%
Receita de Construção	778	748	4%
Receita Contratual – Transmissão	6.026	5.857	3%
Receitas de Transmissão	12.248	11.533	6%

DESTAQUES

O crescimento foi influenciado, principalmente, pela aprovação da revisão tarifária das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, concedida pela Aneel em 30 de junho de 2020,

que aprovou a nova Receita Anual Permitida ("RAP") destas concessões para o ciclo tarifário 2018-2023 e trouxe as seguintes alterações sumarizadas: (a) alteração retrospectiva do wacc referente aos anos de 2018 e 2019; (b) reconhecimento dos novos investimentos ocorridos no ciclo 2013-2018; (c) revisão da parcela referente ao O&M dos ativos associados aos contratos; (d) Alteração na base de ativos incorporando baixas ocorridas no ciclo 2013-2018 e o reajuste do valor novo de reposição dos ativos associados à RBSE; (e) Incorporação do pagamento da parcela controversa "Ke" que estava, em discussão judicial, desde 2017; (f) Inclusão na RAP por parcelamento em 3 anos das diferenças entre o efetivamente recebido entre 2018 e 2019 e as parcelas agora revisadas via parcela de ajuste atualizado por IPCA.

Outras Receitas



Tabela 54

(Em R\$ milhões)

Receita Operacional	2020	2019	%
Outras Receitas	711	769	-8%

DESTAQUES OUTRAS RECEITAS

A conta de Outras Receitas apresentou uma queda de 8%, passando de R\$769 milhões para R\$711 milhões, influenciada, principalmente, pela queda de receita na controlada Furnas devido ao Registro dos Ganhos atuariais em 2019, no montante de R\$ 172 milhões, enquanto em 2020 foi de R\$ 67 milhões. Esse impacto foi parcialmente contrabalançado, entre outras ocorrências, pelo registro na controlada Chesf do contrato de arrendamento de Camaçari, com impacto de aproximadamente R\$ 50 milhões.

Custos e Despesas Operacionais



Tabela 55

(Em R\$ milhões)

	2020	2019	%
Energia comprada para revenda	-2.400	-2.162	11%
Encargos sobre uso da rede elétrica	-2.500	-2.265	10%
Combustível p/ prod. de energia elétrica	-2.092	-2.107	-1%
Construção	-966	-915	6%
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.176	-9.850	-7%
Depreciação e Amortização	-1.863	-1.807	3%
Provisões Operacionais	-7.374	-2.006	268%
Custos e Despesas	-26.372	-21.113	25%

DESTAQUES

O crescimento de 10% na conta de encargos de uso da rede elétrica, se deve, principalmente, a alteração entre as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão vigentes de janeiro a junho de 2019, que se referem à Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.409 de 26/06/2018, e as tarifas vigentes de janeiro a junho de 2020, que se referem à Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.562 de 25/06/2019. Além disso, houve crescimento da Energia Comprada para Revenda, influenciada, principalmente, pelos novos contratos de curto prazo firmados a fim de diminuir a exposição negativa na CCEE, pelo aumento do montante nos produtos vigentes, já previstos contratualmente; e pelo reajuste de preço dos contratos vigentes de compra. As Contas de PMSO e Provisões estão detalhadas abaixo.

**Pessoal, Material, Serviços e Outros**

Tabela 56

(Em R\$ milhões)

Pessoal, Material, Serviços e Outros	2020	2019	%
Pessoal	-4.743	-5.828	-19%
Material	-274	-280	-2%
Serviços	-1.963	-2.171	-10%
Outros	-2.197	-1.572	40%
PMSO total	-9.176	-9.850	-6,8%

DESTAQUES PESSOAL

A conta de pessoal apresentou redução de 18%, passando de R\$5.828 milhões em 2019 para R\$4.743 milhões em 2020, que se deve, principalmente, aos menores custos decorrentes do desligamento de pessoal pela realização dos Planos de Demissão Consensual, que reflete efeitos parciais devidos as datas de desligamento e obrigações temporais com plano de saúde. Foram desligados 1.726 em 2019 e 562 em 2020. As despesas com PDC (indenização e plano de saúde) foram de R\$ 681 milhões em 2019 contra uma reversão de R\$10 milhões em 2020. Desconsiderando o PDC, os custos e despesas com pessoal apresentaram redução de 8% entre 2019 e 2020, refletindo a política de contenção de custos estabelecida pela Companhia, com PDC e OBZ (periculosidade e horas extras).

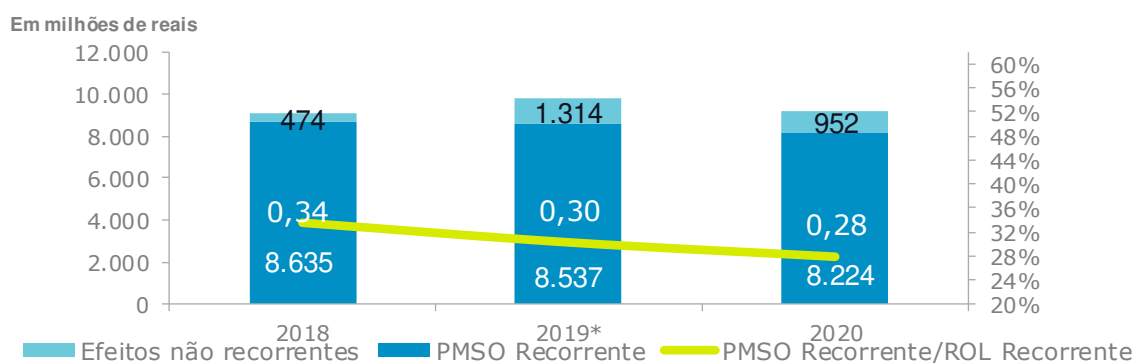
DESTAQUES MSO

As contas de Material, Serviços e Outros apresentaram aumento de 10%, concentrados na conta de outros, que apresentou uma elevação de 40%, impactada, principalmente, pelo aumento na rubrica Indenização, perdas e danos devido ao acordo judicial realizado por furnas com a Light no valor de R\$ 496 milhões (Portarias DNAEE/1986 - "congelamento geral de preços", instituído pelo Plano Cruzado); pelo acréscimo em Perdas Não Operacionais no montante de R\$ 134 milhões, referentes à multa contratual da ação ajuizada pela CIEN Cia de interconexão energética.

**PMSO Recorrente e PMSO/Rol**

Gráfico 18

(Em R\$ milhões)



*Dados de 2019 reapresentados.

**Consolidado das Provisões Operacionais**

Tabela 57

(Em R\$ milhões)

Provisões Operacionais	2020	2019	%
Contingências	-4.188	-1.757	138%
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	-680	334	-303%
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	-345	0	-
PECLD - Financiamentos e empréstimos	-139	-356	-61%
PECLD - Consumidores e revendedores	-805	-268	200%
Provisão Aneel - CCC	-64	53	-220%
Garantias	12	101	-88%
Contratos onerosos	-89	179	-150%
Usina Candiota III - Inflexibilidade	-51	0	-
Usina Candiota III - Carvão	-76	0	-
Parcela de ajuste RAP	-224	0	-
GAG melhoria	-178	-210	-15%
Impairment de ativos de longo prazo	-442	122	-463%
Outras	-106	-203	-48%
Provisões/reversões Operacionais	-7.374	-2.006	268%

A conta de Provisões Operacionais apresentou variação de 268%, que se explica, principalmente, em função do lançamento de Provisão de Contingências no montante de R\$ 4.188 milhões, sendo R\$2.665 milhões referentes a processos do Empréstimo Compulsório, R\$ 731 milhões de contingência na Chesf, sendo aumento de R\$123 milhões relativos à atualização do processo do Fator K e R\$109 milhões de aumento da provisão GSF e R\$ 499 milhões de contingência em Furnas, sendo constituições de: R\$ 260 milhões em trabalhista, R\$ 146 em regulatória e R\$ 123 milhões em cíveis. Em PCLD – consumidores e revendedores houve provisão de R\$ 805 milhões com destaque para dívida da Amazonas Energia com a Amazonas GT no valor de R\$ 359 milhões. Impactou também a provisão para impairment da Fase C da UTE Candiota III, no valor de R\$ 611 milhões. Houve ainda Provisões /Reversão para perdas em investimentos no montante de R\$680 milhões, influenciado principalmente, pela venda dos lotes 1 e 2 (Santa Vitoria do Palmar, Hermenegildo I, II e I e Chui IX). Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório, ocorrida no 3T20, no montante de R\$ 345 milhões. Além disso, Provisão Parcela Ajuste RAP no montante de R\$224 milhões na CGT Eletrosul em decorrência do registro dos montantes recebidos a maior na RAP nos ciclos 2018/2019 e 2019/2020 em decorrência da Revisão Tarifária postergada por dois ciclos. A devolução do montante ocorrerá em 36 parcela a partir de julho/2020. Provisão de R\$ 51 milhões para cumprimento de inflexibilidade da Usina de Candiota III.



Participação Societária

Tabela 58
(Em R\$ milhões)

	2020	2019	%
Participações Societárias	1.671	1.041	60%

Os principais destaques foram: (i) variação positiva na equivalência patrimonial CTEEP no montante aproximado de R\$1,1 bilhão, devido ao efeito da RTP registrado em 2020; Esse impacto foi parcialmente contrabalançado por: (ii) variação negativa no resultado de participações societárias da Norte Energia (Belo Monte), de R\$ 597 milhões, decorrente dos contratos do ACL impactados pelo menor preço do PLD devido à pandemia Covid, exposição decorrente de desconstrução, início da amortização de financiamentos de

project finance e aumento do registro de depreciação, devido a entrada de operação de UGs no 2 semestre 2019; e (iii) variação negativa no resultado de participações societárias da SPE Madeira Energia, de R\$ 213 milhões, impacto explicado pela variação monetária (IGP-M + 23,14% no ano) sobre o valor de arbitragem com o Consórcio Construtor, e também pelo impacto de GSF de R\$ 30 milhões, complementados ainda pela variação da dívida.

Resultado Financeiro

A Eletrobras apresentou um resultado negativo de R\$ 1.672 milhões, em 2020, contra um Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 2.449 milhões, em 2019, uma melhora de R\$ 777 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento na receita de aplicações financeiras de 27% devido, principalmente, à maior disponibilidade de caixa durante o ano de 2020 (+R\$ 210 milhões); e os encargos de dívidas, que apresentaram redução no montante de R\$ 394 milhões, influenciado pela redução das taxas dos indexadores (juros). Outro fator positivo foi o ganho com derivativos, que gerou uma receita de R\$ 332 milhões em 2020 e uma despesa de R\$ 57 milhões em 2019, em razão da precificação de ativo conforme previsto em contrato de venda de energia celebrado com a Albras que é vinculada, principalmente, à cotação do LME (Alumínio) e dólar. Essa variação positiva foi, parcialmente, impactada pelo resultado da variação cambial líquida, que foi negativa em R\$544 milhões em 2020 e positiva em R\$35 milhões em 2019.

EBITDA Consolidado



Ebtida Consolidado

Tabela 59

(Em R\$ milhões)

EBITDA	2020	2019 Reapresentado	%	2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	6.387	11.133	-43%	10.744
Prejuízo Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	0	3.285	-100%	3.285
Resultado do Exercício	6.387	7.848	-19%	7.459
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	565	-631	-190%	-1.090
+ Resultado Financeiro	1.672	2.449	-32%	2.081
+ Amortização e Depreciação	1.863	1.807	3%	1.807
= EBITDA	10.487	11.474	-9%	10.257
Ajustes (itens não Recorrentes)				
Interrupção de Angra I e II Retroativo e Inflexibilidade Candiota e Ajustes a Dedução a Receita Candiota	466	0	-	0
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	-4.228	0	-	0
Outras Receitas e Despesas	-16	-25	-35%	-25
Compra de energia (cobrança retroativa por FID)/Combustível Candiota	93	0	-	0
PDC	-10	681	-96%	681
Combustível Amapá/combustível Candiota	-24	0	-	0
Terceirizados Furnas/Serviços adicionais Candiota	108	0	-	159
Investigação/Consultorias e implementação SAP/ERP Inepar + Camargo Correa + CIEN + Acordo Light + Gerador Amapá + Doações Covid + perda imobilizado em curso + outros	878	526	67%	526

EBITDA	2020	2019 Reapresentado	%	2019
Contingências	4.188	1.757	138%	1.757
Contratos onerosos	89	-179	-150%	-179
PCLD Estimativa de perda de crédito (CPC 48) /Reversão PCLD CIEN	67	435	-85%	435
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	680	-334	-303%	-334
Parcela de ajuste RAP (c)	224	0	-	0
Impairment de ativos de longo prazo	442	-122	-463%	-122
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório (a)	345	0	-	0
Provisão ANEEL - CCC	64	-53	-220%	-53
Usina Candiota III - Inflexibilidade	51	0	-	0
Usina Candiota III - Carvão	76	0	-	0
= EBITDA GERENCIAL	13.978	14.268	-2,0%	13.210

Nota: A partir de 2019, a Companhia passou a considerar, no seu EBITDA recorrente, a receita de RBSE das concessões prorrogadas a luz da Lei 12.783/2013, de forma a manter protocolo semelhante aos covenants de debêntures emitida em 2019. O Ebitda dos 2020 recorrente considera esse ajuste da receita de RBSE para comparação do EBITDA recorrente dos 2019, para efeitos comparativos, e também os efeitos obrigatórios do IFRS 9 e 15 conforme explicativa 4 das nossas demonstrações financeiras. Além disso, considerando a privatização das distribuidoras ter sido concluída em abril de 2019, e estas operações não fazerem mais parte do seu core business, a companhia tratou como não recorrente os efeitos relevantes de receitas financeiras, despesas, reversões de PL e provisões de PCLD prospectivas (CPC 48) de empréstimos contratados com elas antes ou em decorrência do processo de privatização, embora receitas e eventuais provisões decorrentes de empréstimos contratados possam continuar afetando o resultado contábil da companhia até seu completo exaurimento. Contudo, foram tratados como recorrentes PCLD de dívida efetiva das distribuidoras em aberto bem como dívidas dessas relacionadas a fornecimento de energia.

Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado



Dívida Bruta e Líquida em 2020

Tabela 60

(Em R\$ milhões)

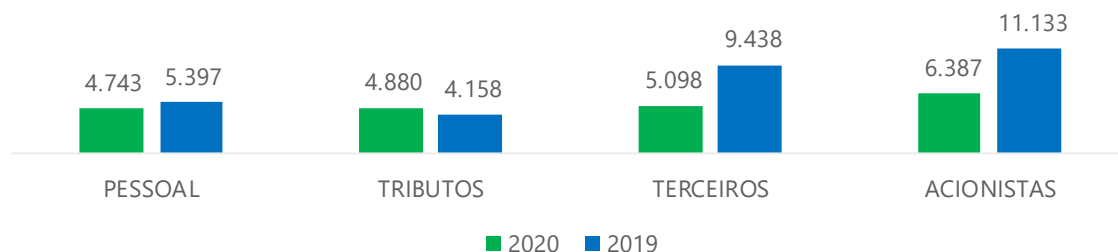
	31/12/2020
Dívida Bruta - R\$ milhões	47.002
(-) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	14.326
(-) Financiamentos a Receber	10.925
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	1.416
Dívida Líquida	20.335

De acordo com o Decreto 9.022/2017, a Eletrobras não é garantidora da RGR tomada por terceiros, porém, é responsável pela gestão contratual dos contratos de financiamento com recursos da RGR celebrados até novembro de 2016, que deverão ser repassados à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor. A partir de dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, deixaram de ser reconhecidos. Em ato contínuo, os montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, também deixaram de ser reconhecidos pelo fato da Companhia não possuir mais uma obrigação presente pela totalidade da obrigação, atuando apenas como agente repassador não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras.

Indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado (LTM): 1,5x

11.2 Demonstração do Valor Adicionado – R\$ milhões

Gráfico 19



11.3 Análise do Resultado da Controladora

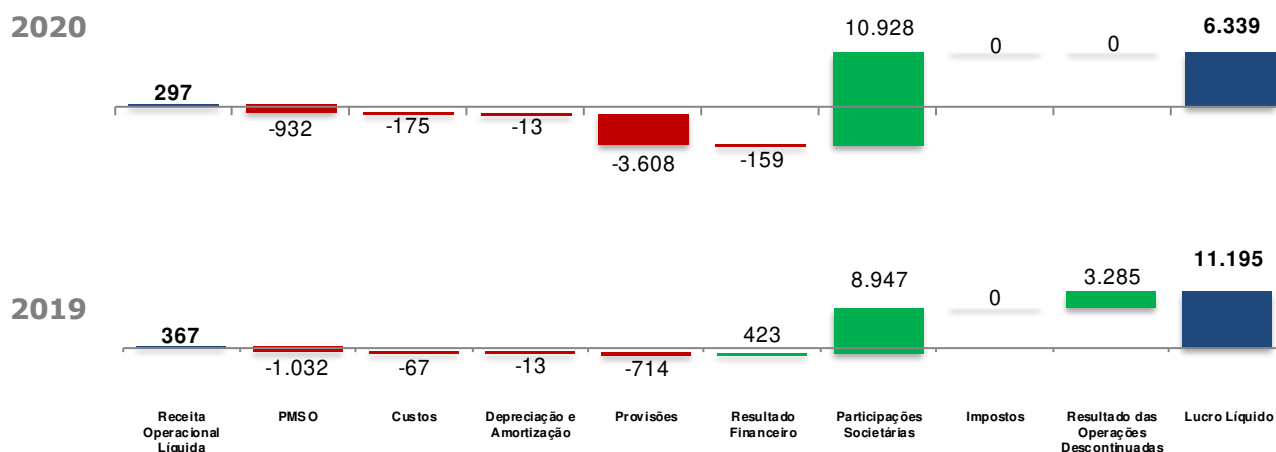
Em 2020, a Eletrobras Holding apresentou lucro líquido de R\$ 6.339 milhões, uma redução de 43% em comparação ao lucro líquido de R\$ 11.195 milhões registrado em 2019.

Esse resultado de 2020 foi decisivamente influenciado por: (i) Resultado de Participações Societárias, de R\$ 10.928 milhões, influenciado, principalmente pelo resultado das empresas controladas; parcialmente compensado por (ii) Provisões para contingências judiciais, no montante de (R\$ 2.642 milhões), decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório no montante de (R\$ 2.665 milhões). O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras holding entre 2020 e 2019.



Evolução do Resultado da Eletrobras Holding – R\$ milhões

Gráfico 20



Participações Societárias da Controladora

Em 2020, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 10.928 milhões, decorrente principalmente do resultado de Equivalência Patrimonial dos investimentos em controladas, conforme demonstrado a seguir:



Participações Societárias

Tabela 61

(Em R\$ milhões)

	Controladora	
	2020	2019
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	8.991	7.632
Investimentos em coligadas		
Equivalência patrimonial	1.937	854
Total	10.928	8.487

Provisões Operacionais da Controladora

Em 2020, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 3.608 milhões, frente a provisão de R\$ 714 milhões em 2019.

Essa constituição é explicada, principalmente pela constituição, em Contingências, de empréstimo compulsório no valor de R\$ 2.665 milhões em 2020 e de R\$ 775 milhões em 2019; (ii) pela provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 514 milhões em 2020, frente a uma reversão de R\$ 7 milhões em 2019; (iii) pela provisão para implantação de ações para o empréstimo compulsório no montante de R\$ 345 milhões em 2020, sem contrapartida em 2019; (iv) pela Provisão para Liquidação de Créditos Duvidosos (PCLD) no montante de R\$ 139 milhões em 2020 e de R\$ 356 milhões em 2019; (v) Esse movimento foi parcialmente contrabalançado pela reversão de provisão relativa ao passivo a descoberto no valor de R\$ 119 milhões em 2020 e de R\$ 257 milhões em 2019.



Provisões Operacionais

Tabela 62

(Em R\$ milhões)

Provisões Operacionais	Controladora	
	2020	2019
Garantias	12	101
Contingências	- 2.642	- 609
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	-139	- 356
Passivo a descoberto em Controladas	119	257
Contratos Onerosos	0	0
Perdas em Investimentos	- 514	7

Provisões Operacionais	Controladora	
Provisão para perdas em investimentos classificados como mantidos para venda	0	0
<i>Impairment</i>	0	0
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	- 345	0
Provisão Aneel - CCC	- 64	0
TFRH	0	0
Outras	-36	- 114
	- 3.608	- 714

Resultado Financeiro da Controladora

Em 2020, o Resultado Financeiro impactou de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 159 milhões, apresentando uma redução em relação ao resultado financeiro positivo de 2019 de R\$ 423 milhões, conforme demonstrado a seguir:



Resultado Financeiro

Tabela 63
(Em R\$ milhões)

RESULTADO FINANCEIRO	2020	2019
Receitas Financeiras		
Receitas de juros, comissões e taxas	1.368	2.122
Receita de aplicações financeiras	695	435
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	2	2
Atualizações monetárias líquidas	351	706
Variações cambiais líquidas	21	102
Outras receitas financeiras	177	343
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	-1.701	-2.041
Encargos de arrendamento mercantil	-6	-6
Encargos sobre recursos de acionistas	-24	-231
Outras despesas financeiras	-1.042	-1.009
	-159	423

11.4 Remuneração aos Acionistas

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro, a Companhia apurou Lucro Líquido da Controladora de R\$ 6.338,6 milhões.

Considerando que a obrigação anual de pagamento de dividendos mínimo aos acionistas preferenciais, estabelecida nos parágrafos 1º e 2º do artigo 10 do Estatuto Social, foi integralmente cumprida em 2021, qualquer distribuição de dividendos que venha a ser declarada e paga, no ano de 2021, deve observar somente o que dispõe os parágrafos § 3º e § 4º do artigo 10 do Estatuto Social, que estabelece que, depois

de assegurado às ações preferenciais os dividendos mínimos, será assegurado a cada ação preferencial o direito de dividendos, por cada ação, pelo menos 10% maior que os atribuídos a cada ação ordinária.

Destaca-se, ademais, que foi necessário destinar o valor de R\$ 201,8 milhões referentes à rerepresentação das Demonstrações Financeiras de 2019, por conta do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

Assim, a destinação dos resultados referente ao exercício de 2020 e lucros acumulados foi proposta pela administração, conforme detalhado no Fato Relevante divulgado em 19 de março de 2021, e se encontra descrito a seguir:



Destinação dos Resultados

Tabela 64

Saldo Total a Destinar após Dividendos Obrigatórios	(R\$ mil)
Saldo Total a Distribuir	4.703.939
(-) Reserva Estatutária de Investimento (50% LL de 2020)	(3.169.344)
(-) Reserva Estatutária de Estudos e Projetos (1% LL de 2020)	(63.387)
(-) Retenção de Lucros (Art.196 LSA – Orçamento de capital)	(1.471.208)
Saldo final	0



Distribuição de Dividendos

Tabela 65

Classe	Total (R\$ mil)	R\$/Ação
Ações preferenciais classe A	152,5	1,03814345290052
Ações preferenciais classe B	290.619,3	1,03814345290052
Ações ordinárias	1.216.366,8	0,94376677536411
Total	1.507.138,6	-

Farão jus aos dividendos a serem declarados na 61ª Assembleia Geral Ordinária, caso aprovados, aqueles acionistas que forem titulares de ações ordinárias preferenciais das Classes A e B, de emissão da Companhia na data da realização da referida Assembleia Geral que os deliberará.

11.5 Operações Realizadas em 2020

Em fevereiro de 2020, a Eletrobras concluiu processo de emissão de bônus no mercado internacional, realizado através de duas tranches com vencimentos em 2025 e 2030, em montantes respectivos de USD 500 milhões e USD 750 milhões. As tranches concernentes a esta emissão pagam cupons de juros semestrais, com taxas de respectivamente 3,625% e 4,625% ao ano e tem regime de amortização em *bullets* nas respectivas datas de vencimento.

Os recursos provenientes desta captação foram utilizados para a recompra parcial (*tender offer*) dos títulos emitidos em dólares em 2011, com vencimento em outubro de 2021. Este processo de recompra, que ocorreu de modo coordenado com a nova emissão, permitiu a recompra de USD 1,124 bilhões, reduzindo o montante a quitar em outubro de 2021 para USD 625,7 milhões, o que contribui para redução significativa do esforço de caixa previsto para a Holding em 2021.

Por fim, além da recompra parcial e alongamento do perfil do passivo obtidos como resultado deste processo, destaca-se que os custos da nova emissão, apresentados previamente, foram significativamente inferiores aos custos da emissão de 2011, cujos títulos foram recomprados a juros de 5,75% ao ano.

As demais captações e operações realizadas pelo Sistema Eletrobras no ano de 2020 são demonstradas de modo consolidado na tabela a seguir:



Captações 2020

Tabela 66

Empresa	Contraparte (instituição financeira)	Finalidade da contratação	Contratação			Taxa de juros (a.a.)
			Mês da Contratação	Valor total (R\$ milhões)	Vencimento ou último pagamento	
Furnas	Debenturistas (Coordenador Bradesco)	Série Incentivada – Pagamentos ou reembolso de gastos relativo a projetos	Fev/2020	800	15/11/2029	IPCA + 4,08%
	Cédula de Crédito Bancária (BTG Pactual)	Utilização no curso ordinário dos negócios	Jul/2020	420	03/07/2023	CDI + 2,30%
Eletronorte	Cédula de Crédito Bancária (Bradesco)	Refinanciamento e gestão de passivo	Mai/2020	1.000	10/05/2021	CDI + 2,62%
	Debêntures (Coordenadores: Bradesco e Santander)	Refinanciamento e gestão de passivo	Nov/2020	750	20/10/2024	CDI + 2,60%
Amazonas GT	Debêntures (Coordenadores: Bradesco e Santander)	Utilização no curso ordinário dos negócios	Set/2020	500	04/08/2024	CDI + 2,75%
CGT Eletrosul	Debêntures (Coordenador: Safra)	Série Incentivada – Pagamentos ou reembolso de gastos relativo a projetos	Dez/20	300	15/11/2028	IPCA + 3,75%
Chesf*	Contrato de financiamento (BNB)	Reforços e melhorias no sistema de Transmissão	Dez/20	Até 263,1	15/01/2034	IPCA + 1,53% e IPCA + 1,87%

* Recursos serão desembolsados conforme avanço dos Reforços e melhorias previstos

11.6 Impactos da Pandemia

A Eletrobras e suas Controladas realizaram, ao longo de 2020, acompanhamento diligente quanto a potencial materialização de impactos financeiros atinentes à pandemia sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Neste sentido, constata-se que não foi verificado impacto sobre a capacidade financeira em honrar os contratos financeiros das Controladas ou da Eletrobras durante este ano.

Dentre as medidas efetivamente executadas, destaca-se que as Controladas aderiram ao programa de *standstill* anunciado pelo BNDES em março de 2020, o que mitigou, preventivamente, riscos à liquidez destas empresas, sobretudo durante o período de maior incerteza quanto à extensão dos impactos financeiros da pandemia sobre as Empresas Eletrobras. Este programa possibilitou economia fruto da suspensão dos pagamentos de juros e principal durante 6 (seis) meses do ano, com capitalização dos juros ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

No que se refere ao fluxo de caixa, a Controladora encerrou o ano de 2020, com um caixa positivo de R\$ 7,8 bilhões (R\$ 14,4 bilhões no consolidado), o que lhe dará uma maior segurança para os potenciais impactos acima relatados em suas operações.

Em relação à exposição cambial, a Companhia esclarece que em sua posição consolidada de balanço apresenta o cenário de exposição cambial dolarizada passiva de USD 1.124 milhões na data base de 31/12/2020, conforme quadro a seguir:



Exposição Cambial

Tabela 67

(USD milhões)

Exposição em moeda estrangeira (Consolidado) 31/12/2020	
Ativo	1.081
Passivo	(2.205)
= Exposição Passiva	(1.124)

A despeito da posição de balanço demonstrar exposição consolidada passiva ao dólar, quando observado o efeito sobre o fluxo de caixa, sobretudo no curto prazo, a posição consolidada demonstra que o perfil de desembolso dos passivos é mais alongado e concentrado que o dos ativos. Isto pode ser compreendido constatando que grande parte do desembolso dos passivos componentes do balanço é concernente à quitação da parcela remanescente do Bônus, em montantes correspondentes a USD 625,7 milhões, USD 500 milhões e USD 750 milhões, vencendo, respectivamente, na forma de *bullets* em outubro de 2021 e em 2025 e 2030. Assim, observa-se que do total do passivo de USD 2,205 bilhões que compõe a exposição cambial de balanço, USD 1,882 bilhão, ou 85,35%, estão concentrados em 3 datas específicas, relativos aos *bullets* previamente mencionados.



12. Balanço Social

BALANÇO SOCIAL 2020

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL				
(valores expressos em milhares de reais)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	2020	2019	2020	2019
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R\$ 249.625	R\$ 236.550	R\$ 3.888.054	R\$ 4.375.266
- Empregados	R\$ 240.588	R\$ 228.757	R\$ 3.857.178	R\$ 4.340.418
- Administradores	R\$ 6.735	R\$ 5.921	R\$ 28.574	R\$ 32.976
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,76	13,66	-	-
- Administradores	1,05	1,05	-	-
b. Benefícios Concedidos	2020	2019	2020	2019
Encargos Sociais	R\$ 62.382	R\$ 73.124	R\$ 939.796	R\$ 1.106.042
Alimentação	R\$ 11.545	R\$ 14.516	R\$ 195.599	R\$ 211.994
Transporte	R\$ 169	R\$ 601	R\$ 22.200	R\$ 28.295
Previdência Privada	R\$ 17.099	R\$ 18.807	R\$ 250.716	R\$ 229.837
Saúde	R\$ 21.985	R\$ 25.013	R\$ 401.324	R\$ 486.305

Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 4.789	R\$ 5.371	R\$ 16.838	R\$ 21.987
Educação ou Auxílio-creche	R\$ 2.987	R\$ 3.148	R\$ 63.442	R\$ 68.844
Cultura	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.180	R\$ 1.821
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R\$ 2.137	R\$ 1.385	R\$ 15.792	R\$ 24.695
Outros	R\$ 28.312	R\$ 20.387	R\$ 460.488	R\$ 513.272
Total	R\$ 151.406	R\$ 162.352	R\$ 2.367.376	R\$ 2.693.092
c. Composição do Corpo Funcional	2020	2019	2020	2019
Nº de empregados no final do exercício	690	739	12.435	12.975
Nº de admissões	1	0	34	127
Nº de demissões	55	48	513	1327
Nº de estagiários no final do exercício	99	109	595	921
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	8	10	475	485
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	454	482	10.092	10.483
- Feminino	236	257	2.343	2.492
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	23	36	926	1.292
- De 36 a 60 anos	612	631	9.942	10.079
- Acima de 60 anos	55	72	1.567	1.604
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com ensino fundamental	0	26	385	466
- Com ensino médio	66	41	1.076	1.270
- Com ensino técnico	0	15	3.630	4.296
- Com ensino superior	322	346	4.717	4.619
- Pós-graduados	302	311	2.627	2.324
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	64%	63%	-	-
- Feminino	36%	37%	-	-
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	2020	2019	2020	2019
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.288	1.453	7.394	9.492
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	313	24	1.253	743
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	1.071	140	1.740	658

Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 21.308	R\$ 8.297	R\$ 168.838	R\$ 510.346
--	------------	-----------	-------------	-------------

II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	2020	2019	2020	2019
Totais dos investimentos em:				
Educação	R\$ 230	R\$ -	R\$ 17.064	R\$ 21.318
Cultura	R\$ 1.513	R\$ 1.580	R\$ 2.690	R\$ 11.610
Saúde e Infraestrutura	R\$ -	R\$ -	R\$ 75.242	R\$ 98.169
Esporte e Lazer	R\$ -	R\$ 297	R\$ 1.003	R\$ 1.980
Alimentação	R\$ -	R\$ -	R\$ 375	R\$ 7
Geração de Trabalho e Renda	R\$ -	R\$ 28	R\$ 2.634	R\$ 3.200
Reassentamento de Famílias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros	R\$ 2.522	R\$ 78	R\$ 19.684	R\$ 24.996
Total dos investimentos	R\$ 4.265	R\$ 1.983	R\$ 118.692	R\$ 161.280
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.310.854	R\$ 7.019.038
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R\$ -	R\$ -	R\$ 331.245	R\$ 335.965
Total de Relacionamento com a Comunidade	R\$ 4.265	R\$ 1.983	R\$ 6.760.791	R\$ 7.516.283

2.2. Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do “Balanço Social”, respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;
- ações sociais de interesse público.

III. Interação com o Meio Ambiente

3.1. Investimentos	2020	2019	2020	2019
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R\$ -	R\$ -	R\$ 61.722	R\$ 56.051
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R\$ -	R\$ -	R\$ 65.338	R\$ 82.405
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 206	R\$ 259
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.475	R\$ 2.794
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R\$ 2.566	R\$ 1.959	R\$ 136.965	R\$ 95.591
Total dos investimentos	2.566	1.959	266.706	237.100
3.2. Passivo Ambiental	2020	2019	2020	2019
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R\$ -	R\$ -	R\$ 24	R\$ 396
Passivos e contingências ambientais	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.164.789	R\$ 178.064
Total dos passivos ambientais	0	0	1.164.813	178.460
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	7.123	8.399	7.187	8.441

IV. Outras Informações

4.1 - Informações financeiras	2020	2019	2020	2019
Receita Operacional Líquida (ROL)	R\$ 297.036	R\$ 366.525	R\$ 29.080.268	R\$ 29.714.256
Resultado Operacional (RO)	R\$ 6.338.688	R\$ 7.910.061	R\$ 6.907.386	R\$ 7.218.933

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 01 DE JANEIRO DE 2019

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	6	21.630	18.202	47.400	286.607	335.307	583.352
Caixa restrito	7	3.412.292	3.227.536	1.560.088	3.573.362	3.227.536	1.560.088
Títulos e valores mobiliários	8	7.740.051	6.787.137	4.034.242	14.039.358	10.426.370	6.408.104
Clientes	10	481.109	468.429	379.649	5.971.657	5.281.333	4.079.221
Ativo contratual transmissão	17	-	-	-	10.364.908	7.812.756	7.438.513
Financiamentos e empréstimos	11	5.937.323	5.120.734	8.257.761	4.748.661	3.473.393	3.903.084
Remuneração de participações societárias	12	4.720.491	3.592.503	2.474.558	675.510	299.899	219.895
Tributos a recuperar	13	519.200	807.150	488.591	833.960	1.474.662	1.216.261
Imposto de renda e contribuição social	14	829.569	309.033	817.417	1.292.750	2.382.899	2.420.165
Direito de ressarcimento	15	-	-	-	4.684	48.458	454.139
Almoxarifado	-	305	272	274	509.991	471.824	380.292
Estoque de combustível nuclear	16	-	-	-	428.340	538.827	510.638
Instrumentos financeiros derivativos	42	-	138	2.195	317.443	140.543	182.760
Risco Hidrológico	-	-	-	-	3.132	13.590	81.301
Créditos com controladas - CCD	-	-	-	2.406.622	-	-	-
Outros	-	1.683.297	1.444.837	1.296.560	1.852.043	2.016.330	2.104.904
		25.345.267	21.775.971	21.765.357	44.902.406	37.943.727	31.542.717
Ativos mantidos para venda	45	289.331	1.546.250	5.282.624	289.331	3.543.519	15.424.359
		25.634.598	23.322.221	27.047.981	45.191.737	41.487.246	46.967.076
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Direito de ressarcimento	15	5.583.447	5.382.834	3.234.542	5.583.447	5.415.547	5.802.172
Financiamentos e empréstimos	11	11.197.073	18.282.460	20.518.018	6.176.238	10.803.423	9.971.857
Clientes	10	-	-	-	1.061.899	285.351	8.413
Títulos e valores mobiliários	8	322.884	374.601	293.509	323.236	407.071	293.833
Estoque de combustível nuclear	16	-	-	-	1.264.780	840.550	828.410
Tributos a recuperar	13	2.781	-	-	430.045	420.370	265.805
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	-	-	-	2.068.894	647.903	878.160
Cauções e depósitos vinculados	-	4.676.895	4.168.575	3.307.301	6.752.865	6.891.416	5.788.905
Ativo contratual transmissão	17	-	-	-	41.023.616	41.696.467	42.843.308
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	18	1.103.034	1.905.607	2.603.118	3.199.751	3.983.519	4.636.195
Instrumentos financeiros derivativos	42	-	-	-	310.100	151.315	188.262
Adiantamentos para futuro aumento de capital	19	1.223.108	774.468	1.140.732	1.541	181.257	459.563
Risco Hidrológico	-	-	-	-	149.094	179.879	227.083
Fundo de descomissionamento	9	1.753.827	1.222.393	897.847	1.753.827	1.222.393	897.847
Outros	-	1.153.411	1.350.913	1.470.295	1.271.995	1.024.607	706.556
		27.016.460	33.461.851	33.465.362	71.371.328	74.151.068	73.796.369
INVESTIMENTOS	20	75.526.783	73.447.611	70.138.940	26.996.243	26.956.264	26.479.458
Avaliados por equivalência patrimonial	-	2.011.911	1.970.479	1.388.460	2.093.279	2.056.990	1.447.150
Mantidos a valor justo	-	-	-	-	-	-	-
		77.538.694	75.418.090	71.527.400	29.089.522	29.013.254	27.926.608
IMOBILIZADO	21	244.673	255.947	198.711	32.662.912	33.315.874	32.370.392
INTANGÍVEL	22	42.974	19.518	13.386	650.950	655.041	649.650
		104.842.801	109.155.406	105.204.859	133.774.712	137.135.237	134.743.019
TOTAL DO ATIVO		130.477.399	132.477.627	132.252.840	178.966.449	178.622.483	181.710.095

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 01 DE JANEIRO DE 2019
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE							
Financiamentos, empréstimos e debêntures	25	7.984.194	5.792.323	7.031.515	11.410.751	7.715.160	12.102.985
Empréstimo compulsório	27	57.201	15.156	15.659	57.201	15.156	15.659
Fornecedores	24	705.908	494.133	569.218	3.904.051	3.095.469	3.360.550
Adiantamentos		1.060.770	614.171	357.275	1.134.845	683.602	421.002
Tributos a recolher	28	335.432	201.516	166.523	1.194.042	1.575.658	1.277.051
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	917.734	319.435	2.532.732	2.953.072
Contratos onerosos	31	-	-	-	40.196	3.913	9.436
Remuneração aos acionistas	30	1.530.718	2.559.429	1.257.502	1.547.158	2.575.216	1.305.633
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	18	647.214	703.114	799.401	647.214	703.114	799.401
Obrigações estimadas	36	167.344	147.106	164.083	1.454.148	1.331.257	1.395.985
Obrigações de ressarcimento	15	1.373.656	1.796.753	1.250.619	1.618.508	1.796.753	1.250.619
Benefício pós-emprego	32	-	14.875	29.336	192.209	161.773	164.160
Provisões para contingências	33	1.332.779	1.014.585	850.828	1.722.562	1.031.488	931.364
Encargos setoriais	29	-	-	-	586.845	627.611	653.017
Arrendamentos	26	7.595	7.574	-	217.321	219.484	152.122
Instrumentos financeiros derivativos	42	-	683	928	-	683	962
Outros		111.998	89.553	66.887	353.580	579.394	235.387
		15.314.809	13.450.971	16.344.318	26.400.066	24.648.463	27.028.405
Passivos associados a ativos mantidos para venda	45	-	-	11.127.717	-	1.692.708	10.294.967
		15.314.809	13.450.971	27.472.035	26.400.066	26.341.171	37.323.372
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos, empréstimos e debêntures	25	20.014.081	27.526.178	20.603.333	35.591.282	40.184.481	42.738.041
Fornecedores	24	-	-	-	16.556	18.143	16.555
Adiantamentos		-	-	-	290.870	369.262	448.881
Empréstimo compulsório	27	989.908	470.600	477.459	989.908	470.600	477.459
Obrigações para desmobilização de ativos	34	-	-	-	3.040.011	3.129.379	2.620.128
Provisões para contingências	33	16.526.961	16.924.171	17.604.730	24.108.078	24.214.938	23.196.295
Benefício pós-emprego	32	1.131.997	822.512	1.196.286	6.824.632	4.826.088	2.979.367
Provisão para passivo a descoberto		-	104.294	3.906.598	4.191	-	-
Contratos onerosos	31	-	-	-	414.705	361.934	715.942
Obrigações de ressarcimento	15	-	-	-	22.259	-	-
Arrendamentos	26	48.333	55.928	-	835.873	987.705	823.993
Concessões a pagar - Uso do bem Público		-	-	-	65.954	68.555	64.144
Adiantamentos para futuro aumento de capital		74.060	50.246	3.873.412	74.060	50.246	3.873.412
Instrumentos financeiros derivativos	42	-	-	-	10.014	5.000	25.459
Encargos setoriais	29	-	-	-	744.442	730.303	721.536
Tributos a recolher	28	-	-	-	182.179	239.959	248.582
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	650.523	628.904	432.582	3.705.055	4.193.607	8.260.501
Outros		2.248.420	1.741.779	1.510.899	1.895.020	1.271.847	1.496.527
		41.684.283	48.324.612	49.605.299	78.815.089	81.122.047	88.706.822
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	37	39.057.271	31.305.331	31.305.331	39.057.271	31.305.331	31.305.331
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	7.751.940	-	-	7.751.940	-
Reservas de capital		13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170
Reservas de lucros		28.908.054	23.887.181	15.887.829	28.908.054	23.887.181	15.887.829
Lucros acumulados		-	201.752	(296.156)	-	201.752	(296.156)
Outros resultados abrangentes acumulados		(8.354.188)	(6.311.330)	(5.588.668)	(8.354.188)	(6.311.330)	(5.588.668)
Participação de acionistas controladores		73.478.307	70.702.044	55.175.506	73.478.307	70.702.044	55.175.506
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	272.987	457.221	504.395
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.478.307	70.702.044	55.175.506	73.751.294	71.159.265	55.679.901
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		130.477.399	132.477.627	132.252.840	178.966.449	178.622.483	181.710.095

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
Relatório da Administração/comentário do Desempenho
 DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita Operacional Líquida	39	297.036	366.525	29.080.513	29.714.264
Custos Operacionais	40	(175.124)	(67.019)	(13.427.020)	(13.758.855)
RESULTADO BRUTO		121.912	299.506	15.653.493	15.955.409
Despesas Operacionais	40	(4.552.850)	(1.759.370)	(12.944.576)	(7.354.623)
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	17	-	-	4.228.338	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(4.430.938)	(1.459.864)	6.937.255	8.600.786
Resultado Financeiro	41	(158.697)	423.397	(1.671.646)	(2.448.786)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(4.589.635)	(1.036.467)	5.265.609	6.152.000
Resultado das Participações Societárias	20	10.928.323	8.946.528	1.670.903	1.041.071
Outras Receitas e Despesas		-	-	16.134	24.715
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		6.338.688	7.910.061	6.952.646	7.217.786
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	(2.418.461)	(2.664.975)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	1.853.128	3.295.634
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		6.338.688	7.910.061	6.387.313	7.848.445
Parcela Atribuída aos Controladores		6.338.688	7.910.061	6.338.688	7.910.061
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	48.625	(61.617)
OPERAÇÃO DESCONTINUADA					
LUCRO LÍQUIDO DE IMPOSTOS DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA		-	3.284.975	-	3.284.975
Parcela Atribuída aos Controladores		-	3.284.975	-	3.284.975
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.338.688	11.195.036	6.387.313	11.133.420
Parcela Atribuída aos Controladores		6.338.688	11.195.036	6.338.688	11.195.036
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	48.625	(61.617)
RESULTADO POR AÇÃO	38				
Resultado por ação - básico (ON)		R\$4,06	R\$8,12	R\$4,06	R\$8,12
Resultado por ação - básico (PN)		R\$4,47	R\$8,93	R\$4,47	R\$8,93
Resultado por ação - diluído (ON)		R\$4,00	R\$6,96	R\$4,00	R\$6,96
Resultado por ação - diluído (PN)		R\$4,40	R\$7,65	R\$4,40	R\$7,65
Operação Continuada					
Resultado por ação - básico (ON)		R\$4,06	R\$5,73	R\$4,06	R\$5,73
Resultado por ação - básico (PN)		R\$4,47	R\$6,31	R\$4,47	R\$6,31
Resultado por ação - diluído (ON)		R\$4,00	R\$4,92	R\$4,00	R\$4,92
Resultado por ação - diluído (PN)		R\$4,40	R\$5,40	R\$4,40	R\$5,40

Relatório da Administração/comentário do De

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	6.338.688	11.195.036	6.387.313	11.133.420
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	63.584	577.419	67.593	597.223
IR / CSLL diferidos	(21.619)	(196.322)	(20.417)	(201.704)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(1.915.719)	(1.511.401)	-	-
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(222.164)	415.190	(2.304.304)	(2.075.470)
IR / CSLL diferidos	-	-	161.210	964.837
	(2.095.918)	(715.114)	(2.095.918)	(715.114)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	58.302	7.795	90.061	12.824
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	279	(1.439)	279	(1.439)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(5.520)	(13.904)	(37.279)	(18.933)
	53.061	(7.548)	53.061	(7.548)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(2.042.857)	(722.662)	(2.042.857)	(722.662)
Total do resultado abrangente do exercício	4.295.831	10.472.374	4.344.456	10.410.758
Parcela atribuída aos controladores			4.295.831	10.472.374
Parcela atribuída aos não controladores			48.625	(61.617)
			4.344.456	10.410.757

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

	RESERVAS DE LUCROS												
	CAPITAL SOCIAL	AFAC	RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	ESTATUTÁRIAS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS	ESTATUTÁRIAS - INVESTIMENTOS	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2018	31.305.331	-	13.867.170	834.414	5.947.331	183.006	2.291.889	6.631.189	-	(5.517.424)	55.542.906	466.042	56.008.948
Ajuste de reapresentação	-	-	-	-	-	-	-	-	(296.156)	(71.244)	(367.400)	38.353	(329.047)
Em 01 de janeiro de 2019	31.305.331	-	13.867.170	834.414	5.947.331	183.006	2.291.889	6.631.189	(296.156)	(5.588.668)	55.175.506	504.395	55.679.901
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.795	7.795	-	7.795
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	415.190	415.190	-	415.190
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	577.419	577.419	-	577.419
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(196.322)	(196.322)	-	(196.322)
Ajuste de Controladas / Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(157.209)	(1.525.305)	(1.682.514)	14.443	(1.668.071)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	7.751.940	-	-	-	-	-	-	-	-	7.751.940	-	7.751.940
Instrumentos Financeiros - Hedge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.439)	(1.439)	-	(1.439)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	11.195.036	-	11.195.036	(61.617)	11.133.419
Constituição de reservas	-	-	-	534.856	2.008.963	106.971	-	5.348.562	(7.999.352)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.540.567)	-	(2.540.567)	-	(2.540.567)
Em 31 de dezembro de 2019	31.305.331	7.751.940	13.867.170	1.369.270	7.956.294	289.977	2.291.889	11.979.751	201.752	(6.311.330)	70.702.044	457.221	71.159.265
Aumento de Capital	7.751.940	(7.751.940)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58.302	58.302	-	58.302
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(222.164)	(222.164)	-	(222.164)
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.584	63.584	-	63.584
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.619)	(21.619)	-	(21.619)
Ajuste de Controladas / Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.472)	(1.921.240)	(1.937.712)	(232.859)	(2.170.571)
Instrumentos Financeiros - Hedge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	279	279	-	279
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	4.044	-	4.044	-	4.044
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.338.688	-	6.338.688	48.625	6.387.313
Constituição de reservas	-	-	-	316.934	1.471.208	63.387	-	3.169.344	(5.020.873)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.507.139)	-	(1.507.139)	-	(1.507.139)
Em 31 de dezembro de 2020	39.057.271	-	13.867.170	1.686.204	9.427.502	353.364	2.291.889	15.149.095	-	(8.354.188)	73.478.307	272.987	73.751.294

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	268.353	439.040	38.640.567	37.035.997
Receita de construção	-	-	816.002	795.988
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	(804.865)	267.938
	<u>268.353</u>	<u>439.040</u>	<u>38.651.704</u>	<u>38.099.923</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(387.982)	(425.423)	(7.610.429)	(7.807.914)
Encargos setoriais	-	-	(1.832.748)	(1.823.718)
Energia comprada para revenda	(175.124)	(67.019)	(2.400.358)	(3.610.455)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(2.092.135)	(2.132.559)
Provisões/Reversões operacionais	(3.608.305)	2.570.742	(6.568.686)	1.757.087
	<u>(4.171.411)</u>	<u>2.078.300</u>	<u>(20.504.356)</u>	<u>(13.617.559)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(3.903.058)</u>	<u>2.517.340</u>	<u>18.147.348</u>	<u>24.482.364</u>
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(12.813)	(13.386)	(1.862.869)	(1.807.429)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(3.915.871)</u>	<u>2.503.954</u>	<u>16.284.479</u>	<u>22.674.935</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	10.928.323	8.946.528	1.670.903	1.041.071
Receitas financeiras	2.592.379	6.821.297	3.137.183	6.385.934
Alienação de participações societárias	-	-	16.134	24.715
	<u>13.520.702</u>	<u>15.767.825</u>	<u>4.824.220</u>	<u>7.451.720</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>9.604.831</u>	<u>18.271.779</u>	<u>21.108.699</u>	<u>30.126.655</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
Pessoal, encargos e honorários	417.369	446.081	4.520.641	4.840.977
Plano de aposentadoria e pensão	-	22.801	222.211	556.508
	<u>417.369</u>	<u>468.882</u>	<u>4.742.852</u>	<u>5.397.485</u>
TRIBUTOS				
Federal	(28.683)	72.515	3.875.792	2.969.518
Estadual	-	-	995.304	1.178.644
Municipal	-	-	9.207	9.436
	<u>(28.683)</u>	<u>72.515</u>	<u>4.880.303</u>	<u>4.157.598</u>
TERCEIROS				
Juros	2.751.076	6.397.900	4.808.829	9.172.121
Aluguéis	21.207	20.388	121.994	109.780
Outras	105.174	117.058	167.408	156.251
	<u>2.877.457</u>	<u>6.535.346</u>	<u>5.098.231</u>	<u>9.438.152</u>
ACIONISTAS				
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	2.540.567	-	2.540.567
Participação de acionistas não controladores	-	-	48.625	(61.616)
Reservas	6.338.688	8.654.469	6.338.688	8.654.469
	<u>6.338.688</u>	<u>11.195.036</u>	<u>6.387.313</u>	<u>11.133.420</u>
	<u>9.604.831</u>	<u>18.271.779</u>	<u>21.108.699</u>	<u>30.126.655</u>

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.338.688	7.910.061	6.952.646	7.217.786
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização	40	12.812	13.386	1.862.869	1.807.429
Variações cambiais e monetárias líquidas	41	(371.847)	(807.983)	260.761	(451.967)
Encargos financeiros	41	362.423	155.922	2.438.704	2.983.484
Resultado da equivalência patrimonial	20	(10.928.323)	(8.946.528)	(1.670.903)	(1.041.071)
Resultado na alienação das participações societárias		-	-	(16.134)	(24.715)
Receita contratual - Transmissão	39	-	-	(6.026.214)	(5.857.486)
Receita de construção	39	-	-	(816.002)	(797.250)
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	17	-	-	(4.228.338)	-
Provisões (reversões) operacionais	40.1	3.608.305	714.233	7.373.551	2.005.808
Participação de acionistas não controladores		-	-	(73.699)	(70.772)
Instrumentos financeiros - derivativos		-	-	(332.017)	56.613
Outras		255.443	(109.714)	221.811	(861.219)
		<u>(7.061.187)</u>	<u>(8.980.685)</u>	<u>(1.005.611)</u>	<u>(2.251.146)</u>
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		(1)	-	(1.454.193)	(1.390.270)
Títulos e valores mobiliários		(952.915)	(2.752.895)	(3.580.871)	(4.050.412)
Direito de ressarcimento		-	-	76.487	792.306
Almoxarifado		(33)	2	(38.167)	(91.532)
Estoque de combustível nuclear	16	-	-	(313.743)	(40.329)
Ativo financeiro - Itaipu	18	746.673	601.224	746.673	601.224
Ativos mantidos para venda	45	317.440	2.751.082	2.314.709	10.863.548
Risco Hidrológico		-	-	41.243	114.915
Créditos com controladas - CCD		-	2.406.622	-	-
Outros		301.232	(701.462)	116.654	(2.157.090)
		<u>412.396</u>	<u>2.304.573</u>	<u>(2.091.208)</u>	<u>4.642.359</u>
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		186.075	(14.636)	781.295	(203.044)
Adiantamentos		-	79.676	(73.748)	5.762
Arrendamentos		5.562	22.504	402.881	(316.152)
Obrigações estimadas		20.238	12.632	94.915	(193.728)
Obrigações de ressarcimento		-	-	267.111	-
Encargos setoriais	29	-	-	(26.627)	(16.639)
Passivos associados a ativos mantidos para venda	45	-	(2.860.610)	(1.692.708)	(8.602.259)
Contas a pagar com controladas		-	(2.866.810)	-	-
Outros		334.585	353.262	(678.704)	227.316
		<u>546.460</u>	<u>(5.273.981)</u>	<u>(925.584)</u>	<u>(9.098.744)</u>
Pagamento de encargos financeiros		(923.272)	(1.636.833)	(1.701.076)	(3.650.619)
Recebimento da RAP e indenizações	17	-	-	9.153.453	7.369.192
Recebimento de encargos financeiros		1.114.743	1.753.617	662.713	1.114.465
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(203.217)	(257.052)	(3.537.980)	(3.384.888)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias		4.679.285	3.811.443	1.195.566	1.007.575
Pagamento de previdência complementar		(13.057)	(30.140)	(305.292)	(258.519)
Pagamento de contingências judiciais	33	(3.175.996)	(1.702.671)	(3.247.582)	(1.792.631)
Cauções e depósitos vinculados		(940.782)	(757.270)	(951.327)	(621.161)
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais das operações continuadas		<u>774.063</u>	<u>(2.858.939)</u>	<u>4.198.719</u>	<u>293.670</u>
Caixa líquido usados nas atividades operacionais das operações descontinuadas	47	-	-	-	(379.997)
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais		<u>774.063</u>	<u>(2.858.939)</u>	<u>4.198.719</u>	<u>(86.327)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos e debentures obtidas		5.193.319	5.000.000	9.157.888	6.779.312
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures - principal		(9.230.730)	(9.712.469)	(12.613.613)	(12.463.148)
Pagamento de remuneração aos acionistas	30	(2.579.118)	(1.219.194)	(2.593.945)	(1.183.146)
Pagamento de arrendamentos financeiros	26	(13.136)	(40.998)	(556.876)	(547.226)
Outros		-	-	(82.424)	(51.412)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações continuadas		<u>(6.629.666)</u>	<u>(2.312.446)</u>	<u>(6.688.971)</u>	<u>(3.805.405)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento das operações descontinuadas	47	-	-	-	414.724
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		<u>(6.629.666)</u>	<u>(2.312.446)</u>	<u>(6.688.971)</u>	<u>(3.390.681)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Concessão de empréstimos e financiamentos		-	(627.871)	-	(40.040)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		6.224.747	5.744.256	4.138.002	4.904.413
Aquisição de ativo imobilizado		(1.529)	(197)	(2.254.786)	(1.954.652)
Aquisição de ativo intangível		(23.466)	(6.088)	(142.003)	(65.550)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		-	(55.560)	(68.169)	(418.016)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	19	(1.280.200)	(897.644)	(6.780)	(124.032)
Alienação de investimentos em participações societárias		939.479	985.292	941.779	1.017.292
Outros		-	-	(166.492)	(55.723)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento das operações continuadas		<u>5.859.031</u>	<u>5.142.187</u>	<u>2.441.552</u>	<u>3.263.691</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações descontinuadas	47	-	-	-	6.337
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		<u>5.859.031</u>	<u>5.142.187</u>	<u>2.441.552</u>	<u>3.270.028</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>3.428</u>	<u>(29.198)</u>	<u>(48.700)</u>	<u>(206.981)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício das operações continuadas	6	18.202	47.400	335.307	583.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício das operações continuadas	6	21.630	18.202	286.607	335.307
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	47	-	-	-	41.064
		<u>3.428</u>	<u>(29.198)</u>	<u>(48.700)</u>	<u>(206.981)</u>

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo - B3, Madri - LATIBEX e Nova York - NYSE. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal (Controladora final da Companhia).

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto e indireto em empresas de geração e transmissão de energia elétrica (vide nota 3), e ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar e participações diretas na Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), na Inambari Geração de Energia S.A. e na Rouar S.A. (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaia Usina y Transmisiones Eléctricas de Uruguay – UTE), além de participações diretas e indiretas em 94 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) (Em conjunto, “Empresas Eletrobras”).

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia atua como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 19 de março de 2021.

Capitalização da Eletrobras

Em fevereiro de 2021, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 1.031/2021 que possibilita o início dos estudos da modelagem da capitalização da Eletrobras, pelo BNDES, e traz algumas modificações em relação ao texto do Projeto de Lei de desestatização da Eletrobras nº 5.877/2019.

Dentre as modificações, se destacam: a inclusão da prorrogação, por 30 anos, da usina hidroelétrica de Tucuruí, da controlada Eletronorte, que atualmente está no regime de produtor independente e não sob regime de cotas; obrigação de aportes de recursos para revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas (R\$ 230 milhões anuais em 10 anos), cujos contratos de concessão sejam afetados pela MP, e para redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal (R\$ 295 milhões anuais em 10 anos), diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio da Eletronorte, além da revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco (R\$ 350 milhões anuais em 10 anos); nova repartição de receita entre União (através do pagamento de bonificação de outorga) e a CDE – Conta de Desenvolvimento Energético (através do pagamento de quotas anuais em 30 anos), antes $\frac{2}{3}$ outorga e $\frac{1}{3}$ CDE; agora $\frac{1}{2}$ outorga e $\frac{1}{2}$ CDE; e a previsão de criação de ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União, nos termos do disposto no § 7º do art. 17 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dará o poder de veto em determinadas deliberações sociais previstas na MP.

Ressalta-se que o racional adotado no Projeto de Lei permanece no sentido de que todas as obrigações financeiras previstas na referida MP serão descontadas do valor adicionado decorrente da mudança de regime e concessão de novas outorgas de concessão, por 30 anos, dos contratos prorrogados pelo art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e das concessões alcançadas pelo disposto no inciso II do § 2º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 (usinas sob regime de cotas), bem como

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

das concessões alcançadas pelo § 3º do art. 10 da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015 (UHE Sobradinho e UHE Itumbiara); e do novo contrato da UHE Tucuruí citado acima.

A capitalização da Eletrobras está condicionada à conversão da MP em Lei, mediante aprovação pelo Congresso Nacional.

COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

A Eletrobras e suas Controladas mantêm acompanhamento diligente quanto a potencial materialização de impactos financeiros no que diz respeito à pandemia sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Neste sentido, constata-se que em 2020 a Companhia não observou impactos relevantes sobre a sua capacidade financeira ou de suas Controladas.

A seguir destacamos as principais medidas que estão sendo adotadas pela Companhia.

Contexto Operacional

Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia: (i) instalação do monitoramento remoto de subestações; (ii) reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela Holding, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos; (iii) realização de workshops para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

- Geração

A Eletrobras monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização das Empresas Eletrobras, firmados no ACR e ACL, com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes (capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos) e inadimplência. Foram realizadas renegociações em 3% dos contratos firmados no mercado livre, sem perda econômica para as Empresas Eletrobras. Com relação à inadimplência, excluindo a inadimplência da Amazonas Energia com a Amazonas GT por ser uma situação atípica (vide nota 10) e que não guarda relação com a pandemia da COVID-19, não houve registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu e PROINFA em 2020. Ocorreu apenas 0,02% de inadimplência nos contratos existentes no ACL, sem impacto econômico para as Empresas Eletrobras. Cabe mencionar que, no ambiente regulado, foram adotadas medidas de solução sistêmica pelo MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como a criação da "Conta COVID" permitindo maior capacidade de pagamento por parte de empresas distribuidoras de energia.

Portanto, ainda que a pandemia do COVID-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras visto que os resultados ficaram dentro do planejado.

- Transmissão

Em junho de 2020, a ANEEL reconheceu parte dos impactos que a pandemia causou no setor, através da publicação da Resolução Autorizativa 8.926/2020, que autorizou a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica em até 4

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

meses, como medida de enfrentamento dos efeitos da COVID-19. Atualmente, as Empresas Eletrobras possuem um total de 6 empreendimentos com cronograma postergado em até 4 meses com base nesta resolução.

Apesar da pandemia, em 2020, as Empresas Eletrobras energizaram 26 empreendimentos de grande porte de transmissão, que adicionaram 150 km de novas Linhas de Transmissão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e com uma agregação adicional de Receita Anual Permitida (RAP), na ordem de R\$ 116 milhões. Destes empreendimentos, 23 foram concluídos entre março e dezembro de 2020.

Não são estimados impactos significativos nos prazos e nos custos da obra em decorrência da postergação mencionada.

Impactos financeiros e econômicos da pandemia provocada pelo COVID-19

Programa de suspensão de dívidas (*Standstill*)

As Controladas aderiram ao programa de *StandStill* anunciado pelo BNDES em março de 2020, o que mitigou preventivamente riscos à liquidez destas empresas, sobretudo durante o período de maior incerteza quanto à extensão dos impactos financeiros da pandemia sobre as empresas da Eletrobras. Este programa possibilitou suspensão dos pagamentos de juros e principal durante 6 meses do ano, com capitalização dos juros ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

A Controladora encerrou o ano de 2020, com um caixa no montante de R\$ 7,8 bilhões (R\$ 14,3 bilhões no consolidado), o que lhe garante uma maior segurança para evitar potenciais impactos financeiros em suas operações.

Exposição Cambial

Em decorrência da exposição consolidada passiva líquida, principalmente de US\$ 1.064 milhões e de EUR 49 milhões, no período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia foi impactada de forma negativa no montante de R\$ 544 milhões, devido à valorização das moedas estrangeiras perante o real. Todavia, quando se observa o fluxo de caixa, sobretudo no curto prazo, a posição consolidada passiva líquida demonstra que o perfil de desembolso dos passivos é mais alongado e concentrado que o dos ativos. Isto pode ser compreendido constatando que grande parte do desembolso dos passivos componentes do balanço é concernente à quitação da parcela remanescente do bônus, em montantes correspondentes a US\$ 625 milhões, US\$ 500 milhões e US\$ 750 milhões, vencendo respectivamente na forma de *bullets* em 2021, 2025 e 2030. Assim, observa-se que do total do passivo de US\$ 2.240 milhões que compõe a exposição cambial de balanço, US\$ 1.880 milhões, ou 84%, estão concentrados em três datas específicas, as duas últimas de longo prazo. A Composição da exposição cambial de ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira segue abaixo:

		CONSOLIDADO			
		31/12/2020		31/12/2019	
		Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
	Empréstimos obtidos	(2.145.138)	(11.147.641)	(2.077.144)	(8.371.098)
USD	Empréstimos concedidos	808.296	4.200.471	1.450.154	5.845.135
	Ativo financeiro - Itaipu	272.504	1.416.128	451.654	1.820.482
	Exposição líquida	(1.064.338)	(5.531.042)	(175.336)	(705.481)
EURO	Empréstimos obtidos	(48.770)	(311.052)	(51.966)	(235.353)
	Exposição líquida	(48.770)	(311.052)	(51.966)	(235.353)

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2020

2.1. Captação de recursos

Em fevereiro de 2020, a Eletrobras emitiu *Notes*, no valor total de US\$ 1,25 bilhão. Furnas emitiu debêntures da segunda série e a Eletronorte, realizou a captação de recursos por intermédio de Cédula de Crédito Bancário de curto prazo celebrada com o banco Bradesco BBI S.A. Maiores detalhes na nota 25.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

2.2. Transferência de ações Amazonas Energia para Eletronorte

Em março de 2020, foram transferidas para a Eletronorte 497.946.334 ações ordinárias representativas do capital social da Amazona Energia, pelo valor de R\$ 3.130.227, a ser ajustado, conforme o contrato de dação em pagamento e outras avenças firmadas entre Eletrobras e Eletronorte. O pagamento pela aquisição da Amazonas Energia foi realizado através da quitação do crédito da Eletronorte contra a Companhia.

2.3. Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – Concessões de Transmissão

Em junho de 2020, em reunião ordinária da Diretoria da ANEEL, foram aprovadas as revisões tarifárias das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013 e aprovada a RAP destas concessões para o ciclo tarifário 2020-2021, maiores detalhes na nota 17.

2.4. Usina Candiota III

Em julho de 2020, ocorreu um evento de falha no conjunto turbina/gerador da Usina Candiota III, sem registros aparentes de danos para os demais equipamentos. As atividades retornaram na segunda quinzena de novembro de 2020. Maiores detalhes na nota 40.1.

2.5. Usina Angra 2 – Eletronuclear

Em junho de 2020, durante a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina de Angra 2, foram realizadas inspeções que detectaram, nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contêm as pastilhas de urânio enriquecido, o que demandou rigorosos testes de inspeções para uma avaliação deste evento. Em 17 de agosto de 2020, a Usina de Angra 2 foi reconectada ao SIN com funcionamento normal. Maiores detalhes, vide nota 15.

2.6. Pagamento de Dividendos da Eletrobras

Em julho de 2020, a Eletrobras aprovou o pagamento de Dividendos do exercício de 2019, tendo sido pago em setembro de 2020 no montante de R\$ 2.579 milhões, que inclui atualização monetária. Em janeiro de 2021 Conselho de Administração deliberou pelo pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R\$ 2.291.889 revertendo integralmente o saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos. Maiores detalhes, vide notas 30 e 48, respectivamente.

2.7. Aumento de capital na Eletronuclear

Em outubro de 2020, a Eletrobras aumentou o capital na controlada Eletronuclear, no valor de R\$ 1.885.778, mediante a conversão de créditos de AFAC no valor de R\$ 850.000, bem como na capitalização de créditos de financiamento no valor de R\$ 1.035.778.

2.8. Transferência SPes

Em 2020, a Eletrobras concluiu a transferência da totalidade das participações que detinha nas SPes Manaus Transmissora de Energia (MTE), Mangue Seco 2, Santa Vitória do Palmar Holding, Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX. Maiores detalhes na nota 46.4.

2.9. Empréstimos – Amazonas Energia S.A.

Em dezembro de 2020, foi aprovada a renegociação de dívida da Amazonas Energia S.A., com a Eletrobras, no montante total de R\$ 4.033.855. Maiores detalhes na nota 11.

2.10. Acordo com Light

Em dezembro de 2020, Furnas aprovou um acordo judicial ajuizado pela Light Serviços de Eletricidade S.A (LIGHT), que objetivou reaver quantias pagas indevidamente à Furnas, a título de tarifa de suprimento de energia, no ano de 1986. O valor do Acordo é de R\$ 496.000 a ser pago por Furnas, da

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

seguinte forma: i) R\$ 336.000 em 2020 (vide nota 40); ii) R\$ 40.000 em 2021; e iii) R\$ 120.000 em 2022, podendo ser compensado total ou parcialmente com a transferência de ativos referentes às Demais Instalações de Transmissão (DIT) obrigatórias e/ou facultativas, situadas na área de concessão da Light e acordadas entre as empresas, mediante anuência da ANEEL, tendo como base os valores reconhecidos na base de ativos da Light e homologados pela Agência até de março de 2022.

2.11. Processo Empréstimo Compulsório

Em março de 2021, a Companhia informou que foi julgado improcedente o recurso de Embargos de Declaração, interposto pela própria, em que pleiteia-se com a Gerdau e outros credores do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica. O laudo pericial apresentou o valor de cerca de R\$ 1,3 bilhão (podendo chegar a 1,8 bilhão, se consideradas a atualização monetária e a incidência de multa e honorários indicadas pelas autoras da ação) e foi homologado pelo juiz, para o qual a Companhia realizou a constituição de provisão. Maiores detalhes nota 33.

NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, detém diversas concessões de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão ou participações em SPEs que também atuam nestes mesmos segmentos.

I - Concessões e Autorizações de Geração

A Companhia detém diversas concessões e autorizações de energia elétrica em usinas hidrelétricas (UHE), pequenas centrais hidrelétricas (PCH), centrais geradoras eólicas (EOL), parques eólicos, usinas termonucleares (UTN) e usinas termoelétricas (UTE), cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

Contrato	Hidráulicas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	UHE Belo Monte	11.233	PA	2045
007/2004	UHE Tucuruí	8.535	PA	2024
002/2008	UHE Jirau	3.750	RO	2043
001/2008	UHE Santo Antônio (Mesa)	3.568	RO	2043
006/2004	UHE Xingó	3.162	SE	2042
006/2004	UHE Paulo Afonso IV	2.462	BA	2042
004/2004	UHE Itumbiara	2.082	MG	2035
002/2011	UHE Teles Pires	1.820	MT	2046
006/2004	UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE	2042
004/2004	UHE Marimbondo	1.440	MG	2047
005/2004	UHE Serra da Mesa	1.275	TO	2039
004/2004	UHE Furnas	1.216	MG	2045
006/2004	UHE Sobradinho	1.050	BA	2052
004/2004	UHE Luis Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP	2045
005/1997	UHE Luís Eduardo Magalhães	903	TO	2032
128/2001	UHE Foz do Chapecó	855	RS	2036
003/2014	UHE Três Irmãos	808	SP	2044
006/2004	UHE Paulo Afonso III	794	BA	2042
002/2014	UHE São Manoel	736	PA	2049
130/2001	UHE Peixe Angical	499	TO	2036
004/2004	UHE Mascarenhas de Moraes (1)	476	MG	2024
006/2004	UHE Paulo Afonso II	443	BA	2042
001/2014	UHE Sinop	402	MT	2049
006/2004	UHE Apolônio Sales (Moxotó)	400	BA	2042
004/2004	UHE Corumbá 1	375	GO	2044
004/2004	UHE Porto Colômbia	320	MG	2047
003/2006	UHE Simplício	306	MG	2041
002/2007	UHE Dardanelos	261	MT	2042
002/2019	UHE Balbina	250	AM	2027

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

Contrato	Hidráulicas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
006/2004	UHE Boa Esperança (Castelo Branco)	237	PI	2042
005/2011	UHE Samuel	217	RO	2029
004/2004	UHE Funil	216	RJ	2045
129/2001	UHE Serra do Facão	213	GO	2036
010/2000	UHE Manso	210	MT	2035
006/2004	UHE Paulo Afonso I	180	BA	2042
001/2007	UHE Governador Jayme Canet Júnior	178	PR	2042
001/2006	UHE Baguari	140	MG	2041
007/2006	UHE Retiro Baixo	82	MG	2041
002/2012	UHE Coaracy Nunes	78	AP	2042
004/2006	UHE Passo São João	77	RS	2041
002/2006	UHE Batalha	53	MG	2041
092/2002	UHE São Domingos	48	MS	2037
007/2004	UHE Curuá-Una	30	PA	2038
006/2004	UHE Funil	30	BA	2042
003/2006	UHE Anta	28	RJ	2041
006/2004	UHE Pedra	20	BA	2042
374/2005	PCH João Borges	19	SC	2035
186/2004	PCH Barra do Rio Chapéu	15	SC	2034
006/2004	UHE Curemas	4	PB	2024

Portaria	Eólicas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Portaria MME nº 220/2014	EOL Casa Nova (2) (3)	180	BA	2043
Portaria MME nº 220/2014	EOL Casa Nova II	33	BA	2049
Portaria MME nº 459/2012	EOL Nossa Senhora de Fátima (4)	30	CE	2047
Portaria MME nº 746/2010	EOL Cerro Chato I	30	RS	2045
Portaria MME nº 747/2010	EOL Cerro Chato II	30	RS	2045
Portaria MME nº 748/2010	EOL Cerro Chato III	30	RS	2045
Portaria MME nº 204/2014	EOL Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
Portaria MME nº 225/2014	EOL Casa Nova III	28	BA	2049
Portaria MME nº 458/2012	EOL Jandaia (4)	27	CE	2047
Portaria MME nº 388/2012	EOL Caiçara I (5)	27	RN	2047
Portaria MME nº 68/2012	EOL Ibirapuitã	25	RS	2047
Portaria MME nº 409/2012	EOL Jandaia I (4)	24	CE	2047
Portaria MME nº 81/2012	EOL Cerro Chato VI	24	RS	2047
Portaria MME nº 399/2012	EOL Junco I (5)	24	RN	2047
Portaria MME nº 417/2012	EOL Junco II (5)	24	RN	2047
Portaria MME nº 446/2012	EOL São Clemente (4)	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	EOL São Januário (4)	21	CE	2047
Portaria MME nº 418/2012	EOL Caiçara II (5)	18	RN	2047
Portaria MME nº 219/2014	EOL Coqueirinho 2	16	BA	2049
Portaria MME nº 286/2014	EOL Tamanduá Mirim 2	16	BA	2049
Portaria MME nº 141/2012	EOL Cerro Chato V	12	RS	2047
Portaria MME nº 210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
Portaria MME nº 152/2014	EOL Angical 2	10	BA	2049
Portaria MME nº 154/2014	EOL Caititú 2	10	BA	2049
Portaria MME nº 174/2014	EOL Carcará	10	BA	2049
Portaria MME nº 176/2014	EOL Corrupião 3	10	BA	2049
Portaria MME nº 177/2014	EOL Caititú 3	10	BA	2049
Portaria MME nº 213/2014	EOL Papagaio	10	BA	2049
Portaria MME nº 139/2012	EOL Cerro Chato IV	10	RS	2047
Portaria MME nº 192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049
Portaria MME nº 153/2014	EOL Teiú 2	8	BA	2049
Portaria MME nº 103/2012	EOL Cerro dos Trindade	8	RS	2047
Portaria MME nº 150/2014	EOL Acauã	6	BA	2049
Portaria MME nº 151/2014	EOL Arapapá	4	BA	2049

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Contrato	Nucleares	Capacidade Instalada (MW)*	Participação	Localização	Ano
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 3 (2)	1.405	100%	RJ	-
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 2	1.350	100%	RJ	2040
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 1 (6)	640	100%	RJ	2024

Contrato	Termelétricas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	UTE Mauá 3	591	AM	2044
004/2004	UTE Santa Cruz (7)	350	RJ	2015
Portaria MME nº 304/2008	UTE Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	UTE Aparecida	200	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (8)	86	RR	2019
Portaria MME nº 415/2020	UTE Santana	36	AP	2021
Portaria MME nº 406/2020	UTE Santana II	30	AP	2021
Portaria MME nº 406/2020	UTE Santa Rita	24	AP	2021
Resolução Autorizativa 5.682/2016	UTE Araguaia (9)	23	MT	2019
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Codajás	4	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Anori	4	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Anamá	2	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Caapiranga	2	AM	2030

- (1) O 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004 formalizou a extensão do prazo de vigência da concessão da UHE Mascarenhas de Moraes por 90 dias, alterando o termo final de 31 de outubro de 2023 para 29 de janeiro de 2024;
- (2) Empreendimentos ainda em implantação;
- (3) O empreendimento denominado Casa Nova, foi subdividido em 7 parques eólicos (A à G). O empreendimento CASA NOVA A se encontra em operação, com uma potência instalada de 27 MW, tendo sido aprovado através da Resolução autorizativa nº 7.907 de 18/06/2019, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, cujo vencimento da autorização se dará em 2054. Os demais 153 MW de potência fazem parte dos parques eólicos B à G que se encontram em construção, e estão em processo de aprovação junto a ANEEL;
- (4) A controlada Furnas detém 100% de participação na Brasil Ventos e esta é acionista majoritária das Eólicas do Complexo Fortim;
- (5) Empreendimento classificado como ativo mantido para venda, vide nota 45;
- (6) A controlada Eletronuclear solicitou formalmente à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, em novembro de 2019, a extensão de vida útil da Usina Nuclear Angra I de 40 para 60 anos;
- (7) Embora a concessão tenha vencido em 2015, como não houve ainda manifestação do Poder Concedente sobre sua prorrogação nos termos da Lei nº 12.783/2013 e do Decreto nº 9.187/2017, a UTE de Santa Cruz continua operando com contrato de venda de energia até 2026 e aguardando definição do poder concedente com relação à renovação;
- (8) A UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello outorgada à Boa Vista Energia S.A. por meio da Resolução nº427, de 1º de novembro de 2000 foi transferida para a Eletronorte de acordo com a Resolução Autorizativa 1018/2007. De acordo com o Parecer nº 00389/2019/PFANEEL/PGF/AGU de 04/09/2019, opina-se pela outorga de nova autorização dessa usina com prazo de 35 anos com início da contagem em 1º de novembro de 2000. A SCG/ANEEL ainda não se manifestou oficialmente;
- (9) Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

II- Generation Scaling Factor (GSF) – Lei nº 14.052/2020

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados usinas estruturantes, relacionados à diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao SIN, (ii) restrições ao escoamento da energia das usinas estruturantes em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas e (iii) por geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e importação de energia elétrica sem garantia física. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 03 de dezembro 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 895, de 1º de dezembro de 2020, que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os

Relatório da Administração/comentário nh

titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

Em 01 de março de 2021, a CCEE apresentou os cálculos de determinação da extensão de outorga. O impacto financeiro para a Eletrobras é de R\$ 3.975.740. Entretanto, devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo de outorga, a Companhia estima um valor menor, na ordem de R\$ 3.159.420, conforme tabelas abaixo.

Controladas	Cálculo da CCEE Impacto Financeiro
Eletronorte	2.537.610
Furnas	793.970
Chesf	628.670
CGT Eletrosul	15.490
	3.975.740
Perda	(796.880)
Total	3.178.860

* Perda devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo das outorgas, para UHEs Itumbiara e Sobradinho o cálculo indica extensão acima do limite. Perda calculada com base em estimativa de limitação da contratada PSR Solução e Consultoria em Energia Ltda, não tendo sido apresentado pela CCEE.

Usinas	Impacto Financeiro CCEE	Extensão do Prazo de Concessão (Dias)
Tucuruí	2.439.140	426
Itumbiara	695.350	2.555
Sobradinho	451.610	2.555
Samuel	79.940	1.042
Xingó	70.520	126
Complexo Paulo Afonso	69.580	120
Serra Da Mesa	39.040	184
Peixoto	35.890	79
Itaparica	31.620	126
Curua Una	18.530	2.313
Marimbondo	7.020	37
Barra Do Rio Chapeu	6.650	1.461
Joao Borges	6.310	1.362
Furnas	5.370	33
Estreito	4.570	34
Boa Esperanca	4.560	122
Passo São João	2.470	191
Corumba I	2.020	34
Porto Colombia	1.820	34
Simplício Anta	1.460	24
Funil	1.190	37
Curemas	640	446
Batalha	230	15
Funil	140	44
Maua	60	1
Manso	10	-
Total	3.975.740	

Os cálculos finais deverão ser publicados pela ANEEL em até 30 dias contados a partir da data da apresentação da CCEE. Após publicação, os agentes têm 60 dias para desistência e renúncia das ações judiciais e realização dos pedidos para extensão do prazo de outorga.

Os valores apresentados pela CCEE ainda são preliminares e quando finalizados serão analisados no escopo do CPC 04(R1) / IAS 38 - Ativo Intangível e serão mensurados ao valor justo tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. O valor a ser registrado será ainda objeto de análise de *impairment* pela administração da Companhia.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Cabe ressaltar, por fim, que a administração da Companhia, dada as condições específicas de algumas usinas que operam por regime de cotas e especificidades do cálculo, não deliberou sobre a adesão no ano de 2020. Deste modo os impactos contábeis decorrentes do GSF serão registrados no ano de 2021 em conjunto com o pedido para extensão do prazo de outorga e formalização da desistência de ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

III - Concessões de Transmissão de Energia Elétrica

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM) *	Localização	Ano
062/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	20056	RJ/SP/PR/MG/GO/TO/DF/ES/MT	2043
061/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	19156	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042
057/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9464	RS/SC/PR/MS	2042
058/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9253	AC/MA/MT/PA/PI/RO/RR/TO	2043
013/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira (Lote D)	2385	RO/SP	2039
013/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II	2375	RO/SP	2039
014/2014	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras	2092	PA/TO/GO/MG	2044
014/2014	SPE Belo Monte Transmissora (1)	2076	PA/TO/GO/MG	2044
021/2009	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho	979	MT/RO	2039
007/2013	SPE Paranaíba Transmissora	953	BA/MG/GO	2043
001/2014	SPE Mata de Sta. Genebra Transmissora	887	SP/PR	2044
004/2012	LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT Camaquã 3- Quinta; LT Salto Santiago - Itá; LT Itá - Nova Santa Rita	785	SC	2042
003/2012	LT Lechuga/Equador/Boa Vista e subestações associadas	715	RR/AM	2042
009/2009	SPE Transenergia Renovável	708	MS/GO/MT	2039
034/2001	LT Ibiúna - Batéias	664	PR/SP	2031
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza	546	PI/CE	2034
022/2009	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco	488	AC/RO	2039
002/2010	SPE Goiás Transmissão	479	GO	2040
020/2012	LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, Seccionamento da LT Camaquã 3	468	RS	2042
004/2004	LT Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR) e Módulos nas SE Ivaiporã, SE Salto Santiago e SE Cascavel do Oeste	372	PR	2034
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau e subestação Biguaçu	359	SC	2035
004/2013	SPE Triângulo Mineiro Transmissora	298	SP/MG	2043
008/2010	SPE MGE Transmissão (2)	267	MG/ES	2040
005/2006	LT Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS) e Módulos na SE Nova Santa Rita e SE Campos Novos	257	RS/SC	2036
003/2006	LT Simplício - Rocha Leão	238	RJ	2041
004/2008	LT Presidente Médici - Santa Cruz	237	RS	2038
007/2014	LT Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó	235	SC	2044
002/2011	SE Foz do Chapecó	231	RS	2041
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns	218	AL/PE/PB	2041
022/2011	LT Garanhuns - Pau Ferro	209	AL/PE/PB	2041
007/2005	LT Milagres - Tauá	208	CE	2035
022/2011	LT Garanhuns II- Campina Grande III	194	AL/PE/PB	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III	192	RN/PB	2041
028/2009	SPE Transenergia Goiás	187	GO	2039
012/2007	LT Picos - Tauá II	183	PI/CE	2037
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	180	MG	2039
014/2013	SPE Vale do São Bartolomeu	163	GO/DF	2043
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	BA	2039
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	BA	2038
012/2007	LT Paraíso - Açú II	133	PI/CE/RN	2037
019/2010	LT Paraíso - Açú II (3)	123	RN	2040
008/2005	LT Milagres - Coremas	120	CE/PB	2035
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II	115	BA	2040
018/2012	LT Russas II - Banabuiú	112	RN	2042
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo	110	SE/AL	2038
001/2008	SPE Madeira Energia	95	RO	2043
001/2009	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas; SE Ribeiro Gonçalves - SE Balsas	95	MA/PI	2039
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	95	ES	2040
010/2007	LT Ibicoara - Brumado	95	BA	2037
021/2010	LT Acaraú II-Sobral III	91	CE	2040
006/2005	LT Campos - Macaé 3	90	RJ	2035
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II (3)	85	PE/PB/AL/RN	2039
002/2006	LT Batalha - Paracatu	85	MG	2041
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II	75	RN	2040
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	71	SP	2036
010/2000	LT Manso - Nobres (138kV)	70	MT	2035
003/2014	SPE Lago Azul Transmissora	69	GO	2044

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)*	Localização	Ano
019/2010	LT Açú II - Mossoró II (3)	69	RN	2040
446/2012	SPE Brasil Ventos Energia (4)	69	CE	2047
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho	67	BA	2049
010/2000	LT Manso - Nobres (230kV)	66	MT	2035
129/2001	SPE Serra do Fação Energia	66	GO	2036
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II	65	RN/CE	2041
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê	64	BA	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim II- João Câmara III	64	RN/PB	2041
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II	62	RN	2042
ECE 554/2010	LT Candiota/Melo e LT Presidente Médici	60	RS	2040
014/2011	LT Xavantes - Pirineus	50	GO	2041
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II	50	BA	2042
017/2011	LT Teresina II - Teresina III	46	PI	2041
007/2006	SPE Retiro Baixo Energética	45	MG	2041
006/2009	LT Pirapama II - Suape II	42	PE	2039
002/2014	SPE Empresa de Energia São Manoel	40	PA/MT	2049
005/2012	LT Messias - Maceió II	39	SE/AL/BA	2042
007/2014	LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó (3)	37	SC	2044
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV	36	RN	2042
007/2008	LT São Luís 2 - São Luís 3 SE São Luís 3	36	MA	2038
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III (3)	36	MA/CE	2040
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi (RS) e módulos na SE Garibaldi e SE Monte Claro	33	RS	2040
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira; SE Lechuga	30	AM	2042
009/2010	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri)	30	AM	2040
003/2006	LT Anta - Simplício	26	MG/RJ	2041
010/2009	LT Coletora Porto Velho - Porto Velho; SE Coletora Porto Velho; 2 Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back;	22	RO	2039
130/2001	SPE Enerpeixe	20	TO	2036
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim	19	RN	2040
008/2011	LT Ceará-Mirim II - Extremoz II	19	RN/PB	2041
002/2011	SPE Teles Pires Participações	19	MT/PA	2046
022/2011	LT Garanhuns - Angelim I	13	AL/PE/PB	2041
023/2014	1 conversora de frequência e LT de 132 kV	13	RS	2021
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III	11	BA	2042
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II	11	PE/PB/AL/RN	2039
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II	10	RN/PB	2041
006/2009	LT Suape III - Suape II	7	PE	2039
128/2001	SPE Chapecoense Geração	6	SC/RS	2036
057/2001	Reencabeçamento da LT Cascavel Oeste - Guairá (3)	3	PR	2042
001/2006	SPE Baguari Energia	3	MG	2041
057/2001	Seccionamento da LT Londrina - Maringá (3)	1	PR	2042
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro	1	SE/AL/BA	2042
225/2014	SE Casa Nova II	-	BA	2049
225/2014	SE Elev. Usina Casa Nova III	-	BA	2049
220/2014	SE Elev. Usina Casa Nova II	-	BA	2049
061/2001	SE Diversos Empreendimentos	-	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042
057/2001	SE Palhoça - I (3)	-	SC	2042
057/2001	SE Palhoça - J (3)	-	SC	2042
057/2001	SE Joinville - L (3)	-	SC	2042
021/2010	SE Acaraú II	-	CE	2040
020/2010	SE Igaporã	-	BA	2040
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	-	BA	2040
019/2012	SE Igaporã III	-	BA	2042
019/2012	SE Pindaí II	-	BA	2042
019/2010	SE Extremoz II	-	RN	2040
019/2010	SE João Câmara	-	RN	2040
018/2012	SE Touros	-	RN	2042
018/2012	SE Mossoró IV	-	RN	2042
017/2012	SE Jaboatão II	-	PE	2042
017/2012	SE Mirueira II	-	PE	2042
017/2011	SE Teresina III	-	PI	2041
017/2009	SE Santa Rita II	-	PE/PB/AL/RN	2039
017/2009	SE Zebu	-	PE/PB/AL/RN	2039
017/2009	SE Natal III	-	PE/PB/AL/RN	2039
016/2012	SE Zona Oeste	-	RJ	2042
015/2012	SE Pirajá (3)	-	BA	2042
014/2010	SE Pólo	-	BA	2040
014/2008	SE Teixeira de Freitas II	-	BA	2038
013/2011	SE Nobres	-	MT	2041
013/2010	SE Arapiraca III	-	AL	2040
012/2011	SE Miramar; SE Tucuruí	-	PA	2041
012/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - Estação Inversora nº 01 CC/CA	-	RO/SP	2039
011/2010	SEs: Caxias 6, Ijuí 2, Lajeado Grande e Nova Petrópolis 2	-	RS	2040
010/2011	SE Lagoa Nova	-	RN/CE	2041

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)*	Localização	Ano
010/2011	SE Ibiapina II	-	CE	2041
010/2007	SE Ibicoara	-	BA	2037
010/2007	SE Brumado II	-	BA	2037
010/2000	SE UHE Manso	-	MT	2035
009/2011	SE Morro do Chapéu	-	BA	2041
008/2014	SE Ivinhema 2 (ampliação)	-	MS	2044
007/2010	SE Camaçari IV	-	BA	2040
007/2005	SE Tauá II	-	CE	2035
006/2010	SE Linhares	-	ES	2040
006/2009	SE Suape II	-	PE	2039
006/2009	SE Suape III	-	PE	2039
006/2004	SE Elev. Usina Apolônio Sales	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF I	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF III	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Xingó	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Funil	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Sobradinho	-	BA	2052
006/2004	SE Elev. Usina Luiz Gonzaga	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF II	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF IV	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Boa Esperança	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Pedra	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Curemas	-	BA	2024
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro	-	SE/AL/BA	2042
005/2012	SE Maceió II	-	SE/AL/BA	2042
005/2012	SE Poções II	-	SE/AL/BA	2042
005/2009	SE Missões	-	RS	2039
004/2012	SE Camaquã 3	-	SC	2042
004/2011	SE Lucas do Rio Verde	-	MT	2041
003/2006	SE UHE Simplício	-	RJ	2041
002/2009	SE Miranda II	-	MA	2039
002/2006	SE UHE Batalha	-	MG	2041
002/2001	SE Foz de Chapecó (ampliação) (3)	-	RS	2041
020/2012	SE Povo Novo; SE Santa Vitória do Palmar 2; SE Povo Novo (ampliação)	-	RS	2042
020/2012	SE Santa Vitória do Palmar 2 (3)	-	RS	2042
007/2014	SE Pinhalzinho; SE Santa Maria 3	-	SC	2044
003/2011	SPE Caldas Novas	-	GO	2041
024/2009	SPE Transenergia São Paulo	-	SP	2039
022/2011	SE Garanhuns	-	AL/PE/PB	2041
022/2011	SE Pau Ferro	-	AL/PE/PB	2041
008/2011	SE Ceará- Mirim II	-	RN/PB	2041
008/2011	SE João Câmara III	-	RN/PB	2041
008/2011	SE Campina Grande III	-	RN/PB	2041
004/2010	SE Aquiraz II	-	MA/CE	2040
004/2010	SE Pecém II	-	MA/CE	2040
015/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira (Lote F) (1)	-	RO/SP	2039
015/2009	Estação Retificadora nº 02	-	RO/SP	2039
015/2009	Estação Inversora nº 02	-	RO/SP	2039

(1) Apenas a estação conversora é da SPE

(2) A SE Viana 2, da SPE MGE Transmissão S.A., está em processo de ampliação;

(3) Empreendimentos ainda em implantação; e

(4) A controlada Furnas detém 100% de participação na Brasil Ventos e esta é acionista majoritária das Eólicas do Complexo Fortim.

(*) Não examinado pelos auditores independentes

3.1 - Concessões a indenizar

Indenizações pós Projeto Básico – modernização e melhorias

Geração Hidráulica:

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

O Decreto nº 7.805/2012, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, estabeleceu que as indenizações dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados referentes às concessões de geração seriam calculadas com base no Valor Novo de Reposição (VNR), considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Resolução Normativa nº 596 de dezembro de 2013, que regulamenta o Decreto nº 7.850/2012, estabeleceu que as concessionárias deveriam comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis até dezembro de 2015.

Em dezembro de 2014, a controlada Chesf apresentou à ANEEL, documentação comprobatória, dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos aproveitamentos hidroelétricos Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em fevereiro de 2015, a controlada Eletronorte apresentou documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, da usina hidrelétrica Coaracy Nunes, cuja concessão foi prorrogada à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em outubro de 2015, a controlada Furnas apresentou documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Maribondo e Porto Colômbia, cujas concessões foram prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em janeiro de 2019, a Diretoria da ANEEL decidiu pela instauração de Audiência Pública, nº003/2019, a fim de colher subsídios e informações adicionais para aprimorar os critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados e não depreciados, realizados ao longo das concessões de geração, prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Em outubro de 2019, a análise das contribuições à Audiência Pública nº003/2019 foi publicada pela Nota Técnica nº096/2019-SRG-SFF-SCG/ANEEL. A Companhia aguardará deliberação da Diretoria da ANEEL para realizar qualquer ajuste que se faça necessário em suas demonstrações financeiras.

A Eletrobras permanece com o entendimento que não incorrerá em perdas nesses ativos e os mantém registrados pelo valor histórico, saldo de dezembro de 2012, pois ainda não foi definida a forma de realização destes componentes, cujos valores representam um montante total de R\$ 1.483.540, relacionados abaixo:

Modernizações e Melhorias	
Paulo Afonso I	92.612
Paulo Afonso II	107.093
Paulo Afonso III	66.259
Paulo Afonso IV	20.832
Apolônio Sales	38.250
Luiz Gonzaga	28.174
Xingó	15.150
Boa Esperança	98.759
Pedra	8.067
Funil	12.626
UHE Furnas	514.825
UHE Estreito	480.893
	<u>1.483.540</u>

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Geração Térmica:

A UTE Santa Cruz é uma concessão conforme contrato nº 004/2004. Embora sua concessão tenha vencido em 2015, como não houve ainda manifestação do Poder Concedente sobre sua prorrogação nos termos da Lei nº 12.783/2013 e do Decreto nº 9.187/2017, ela permanece vigente até que haja a referida manifestação. O valor residual ao final do exercício de concessão do empreendimento termoelétrico UTE Santa Cruz, em dezembro de 2012, representava o montante de R\$ 661.997.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor líquido do ativo UTE Santa Cruz é de R\$ 808.269 conforme abaixo:

UTE Santa Cruz	
Valor 31 de dezembro de 2020	1.211.038
(-) Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(402.769)
Valor contábil líquido	808.269

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das práticas contábeis das Empresas Eletrobras, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 - Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

4.4 - Reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia, em conexão com a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, efetuou ajustes retrospectivos na mensuração dos seus: (i) ativos de transmissão - Rede Básica de Sistemas Existente (RBSE), até então classificados como ativos financeiros, passando a tratá-los como ativos de contrato nos termos do CPC 47- Receita de Contratos com Clientes; e (ii) alteração na taxa de remuneração dos seus demais ativos de transmissão considerando os novos critérios estabelecidos na orientação emitida pela CVM. Adicionalmente a Companhia avaliou a necessidade de reclassificar determinadas rubricas para fins de aprimoramento da divulgação de suas demonstrações financeiras e também de revisar os cálculos atuariais referentes a subsidiária Chesf. Os ajustes retrospectivos foram efetuados para manter a mesma base comparativa.

Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2018	Ajuste	01/01/2019	31/12/2018	Ajuste	01/01/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Circulante						
Ativo contratual transmissão	-	-	-	1.302.959	6.135.554 (a)(b)	7.438.513
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	-	-	-	6.013.891	(6.013.891) (b)(c)	-
Outros Ativos Circulantes	27.047.981	-	27.047.981	39.528.563	-	39.528.563
	27.047.981	-	27.047.981	46.845.413	121.663	46.967.076
Não Circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	553.409	324.751 (a)(b)(e)	878.160
Ativo contratual transmissão	-	-	-	13.268.837	29.574.471 (a)(b)	42.843.308
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	2.603.118	-	2.603.118	34.100.453	(29.464.258) (b)(c)	4.636.195
Outros Ativos Não Circulantes	30.862.244	-	30.862.244	25.438.706	-	25.438.706
	33.465.362	-	33.465.362	73.361.405	434.964	73.796.369
Investimentos						
Avaliados por equivalência patrimonial	70.483.342	(344.402) (a)(b)(e)	70.138.940	26.536.198	(56.740) (b)(c)	26.479.458
Outros Ativos	1.600.557	-	1.600.557	34.467.192	-	34.467.192
Total do Ativo	132.597.242	(344.402)	132.252.840	181.210.208	499.887	181.710.095
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	31/12/2018	Ajuste	01/01/2019	31/12/2018	Ajuste	01/01/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Circulante						
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	-	-	-	-	799.401 (c)	799.401
Outros Passivos Circulantes	27.472.035	-	27.472.035	36.523.971	-	36.523.971
	27.472.035	-	27.472.035	36.523.971	799.401	37.323.372
Não Circulante						
Benefício pós-emprego	-	-	-	2.894.949	84.418 (e)	2.979.367
Provisão para passivo a descoberto	3.883.600	22.998 (a)	3.906.598	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	432.582	-	432.582	8.315.386	(54.885) (a)(b)(e)	8.260.501
Outros Passivos Não Circulantes	45.266.119	-	45.266.119	77.466.954	-	77.466.954
	49.582.301	22.998	49.605.299	88.677.289	29.533	88.706.822
Patrimônio Líquido						
Lucros acumulados	-	(296.156) (a)(b)	(296.156)	-	(296.156) (a)(b)	(296.156)
Outros resultados abrangentes acumulados	(5.517.424)	(71.244) (e)	(5.588.668)	(5.517.424)	(71.244) (e)	(5.588.668)
Outros Itens do Patrimônio Líquido	61.060.330	-	61.060.330	61.060.330	-	61.060.330
Participação de acionistas controladores	55.542.906	(367.400)	55.175.506	55.542.906	(367.400)	55.175.506
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	466.042	38.353 (a)(b)(e)	504.395
Total do Patrimônio Líquido	55.542.906	(367.400)	55.175.506	56.008.948	(329.047)	55.679.901
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	132.597.242	(344.402)	132.252.840	181.210.208	499.887	181.710.095

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Circulante						
Ativo contratual transmissão	-	-	-	1.116.009	6.696.747 (a)(b)	7.812.756
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	-	-	-	5.927.964	(5.927.964) (b)(c)	-
Outros Ativos Circulantes	23.322.221	-	23.322.221	33.674.490	-	33.674.490
	23.322.221	-	23.322.221	40.718.463	768.783	41.487.246
Não Circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	463.451	184.452 (a)(b)(e)	647.903
Ativo contratual transmissão	-	-	-	13.744.276	27.952.191 (a)(b)	41.696.467
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	1.905.607	-	1.905.607	31.633.512	(27.649.993) (b)(c)	3.983.519
Outros Ativos Não Circulantes	31.556.244	-	31.556.244	27.823.179	-	27.823.179
	33.461.851	-	33.461.851	73.664.418	486.650	74.151.068
Investimentos						
Avaliados por equivalência patrimonial	73.667.297	(219.686) (a)(b)(e)	73.447.611	27.055.929	(99.665) (a)(b)	26.956.264
Outros Ativos	2.245.944	-	2.245.944	36.027.905	-	36.027.905
Total do Ativo	132.697.313	(219.686)	132.477.627	177.466.715	1.155.768	178.622.483

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Circulante						
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	703.114	-	703.114	-	703.114 (c)	703.114
Outros Passivos Circulantes	12.747.857	-	12.747.857	25.638.057	-	25.638.057
	13.450.971	-	13.450.971	25.638.057	703.114	26.341.171
Não Circulante						
Benefício pós-emprego	822.512	-	822.512	4.353.406	472.682 (e)	4.826.088
Provisão para passivo a descoberto	119.223	(14.929) (a)	104.294	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	628.904	-	628.904	3.978.754	214.853 (a)(b)(e)	4.193.607
Outros Passivos Não Circulantes	46.768.902	-	46.768.902	72.102.352	-	72.102.352
	48.339.541	(14.929)	48.324.612	80.434.512	687.535	81.122.047
Patrimônio Líquido						
Lucros acumulados	-	201.752 (a)(b)	201.752	-	201.752 (a)(b)	201.752
Outros resultados abrangentes acumulados	(5.904.821)	(406.509) (e)	(6.311.330)	(5.904.821)	(406.509) (e)	(6.311.330)
Outros Itens do Patrimônio Líquido	76.811.622	-	76.811.622	76.811.622	-	76.811.622
Participação de acionistas controladores	70.906.801	(204.757)	70.702.044	70.906.801	(204.757)	70.702.044
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	487.345	(30.124) (a)(b)(e)	457.221
Total do Patrimônio Líquido	70.906.801	(204.757)	70.702.044	71.394.146	(234.881)	71.159.265
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	132.697.313	(219.686)	132.477.627	177.466.715	1.155.768	178.622.483

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Receita Operacional Líquida	366.525	-	366.525	27.725.527	1.988.737 (a)(b)	29.714.264
Custos Operacionais	(67.019)	-	(67.019)	(6.777.819)	(6.981.036) (d)	(13.758.855)
Resultado Bruto	299.506	-	299.506	20.947.708	(4.992.299)	15.955.409
Provisões/Reversões operacionais	(752.160)	37.927 (a)	(714.233)	(2.005.808)	-	(2.005.808)
Despesas Operacionais	(1.797.297)	37.927	(1.759.370)	(13.663.524)	6.308.901 (d)	(7.354.623)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(1.497.791)	37.927	(1.459.864)	7.284.184	1.316.602	8.600.786
Resultado Financeiro	423.397	-	423.397	(2.081.026)	(367.760) (a)(b)	(2.448.786)
Resultado Antes das Participações Societárias	(1.074.394)	37.927	(1.036.467)	5.203.158	948.842	6.152.000
Resultado das Participações Societárias	8.486.543	459.985 (a)(b)	8.946.528	1.140.733	(99.662) (a)(b)	1.041.071
Resultado Operacional Antes dos Tributos	7.412.149	497.912	7.910.061	6.368.606	849.180	7.217.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	3.755.237	(459.603) (a)(b)	3.295.634
Lucro Líquido das Operações Continuadas	7.412.149	497.912	7.910.061	7.458.868	389.577	7.848.445
Lucro Líquido do Exercício	10.697.124	497.912	11.195.036	10.743.843	389.577	11.133.420
Parcela Atribuída aos Controladores	10.697.124	497.912	11.195.036	10.697.124	497.912	11.195.036
Parcela Atribuída aos Não Controladores				46.719	(108.335)	(61.617)
Resultado por ação						
Resultado por ação - básico (ON)	R\$7,76	R\$0,36	R\$8,12	R\$7,76	R\$0,36	R\$8,12
Resultado por ação - básico (PN)	R\$8,53	R\$0,40	R\$8,93	R\$8,53	R\$0,40	R\$8,93
Resultado por ação - diluído (ON)	R\$6,65	R\$0,31	R\$6,96	R\$6,65	R\$0,31	R\$6,96
Resultado por ação - diluído (PN)	R\$7,31	R\$0,34	R\$7,65	R\$7,31	R\$0,34	R\$7,65
Operação Continuada						
Resultado por ação - básico (ON)	R\$5,37	R\$0,36	R\$5,73	R\$5,37	R\$0,36	R\$5,73
Resultado por ação - básico (PN)	R\$5,91	R\$0,40	R\$6,31	R\$5,91	R\$0,40	R\$6,31
Resultado por ação - diluído (ON)	R\$4,61	R\$0,31	R\$4,92	R\$4,61	R\$0,31	R\$4,92
Resultado por ação - diluído (PN)	R\$5,07	R\$0,34	R\$5,40	R\$5,07	R\$0,34	R\$5,40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	10.697.124	497.912 (a)(b)	11.195.036	10.743.843	389.577 (a)(b)	11.133.420
Outros componentes do resultado abrangente	381.097	-	381.097	395.519	-	395.519
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(1.176.136)	(335.265) (e)	(1.511.401)	-	-	-
Ajuste ganhos e perdas atuariais	415.190	-	415.190	(1.688.837)	(386.633) (e)	(2.075.470)
IR / CSLL diferidos	-	-	-	913.469	51.368 (e)	964.837
	(379.849)	(335.265)	(715.114)	(379.849)	(335.265)	(715.114)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(7.548)	-	(7.548)	(7.548)	-	(7.548)
Outros componentes do resultado abrangente	(387.397)	(335.265)	(722.662)	(387.397)	(335.265)	(722.662)
Total do resultado abrangente do exercício	10.309.727	162.647	10.472.374	10.356.446	54.312	10.410.758
Parcela atribuída aos controladores				10.309.727	162.647	10.472.374
Parcela atribuída aos não controladores				46.719	(108.335)	(61.616)
				10.356.446	54.312	10.410.758

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Atividades Operacionais						
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.412.149	497.912 (a)(b)	7.910.061	6.368.606	849.180 (a)(b)	7.217.786
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:						
Resultado da equivalência patrimonial	(8.486.543)	(459.985) (a)(b)	(8.946.528)	(1.140.733)	99.662 (a)(b)	(1.041.071)
Receita contratual - Transmissão	-	-	-	(793.239)	(5.064.247) (a)(b)	(5.857.486)
Receita de construção	-	-	-	(570.701)	(226.549) (a)(b)	(797.250)
Receita RBSE	-	-	-	(4.072.993)	4.072.993 (a)(b)	-
Provisões (reversões) operacionais	752.160	(37.927) (a)	714.233	2.005.808	-	2.005.808
Outras	(109.714)	-	(109.714)	(1.272.603)	411.385 (a)(b)	(861.219)
	<u>(8.482.772)</u>	<u>(497.912)</u>	<u>(8.980.685)</u>	<u>(1.544.390)</u>	<u>(706.756)</u>	<u>(2.251.146)</u>
Recebimento da RAP e indenizações	-	-	-	7.511.616	(142.424) (a)(b)	7.369.192
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.198)</u>	-	<u>(29.198)</u>	<u>(206.981)</u>	-	<u>(206.981)</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Receitas (Despesas)						
Venda de mercadorias, produtos e serviços	439.040	-	439.040	35.273.809	1.762.188	37.035.997
Receita de construção	-	-	-	569.439	226.549 (a)(b)	795.988
	<u>439.040</u>	-	<u>439.040</u>	<u>36.111.186</u>	<u>1.988.737</u>	<u>38.099.923</u>
Provisões/Reversões operacionais	2.532.815	37.927 (a)	2.570.742	1.757.087	-	1.757.087
Valor Adicionado Bruto	<u>2.479.413</u>	<u>37.927</u>	<u>2.517.340</u>	<u>23.165.762</u>	<u>1.316.602</u>	<u>24.482.364</u>
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	<u>2.466.027</u>	<u>37.927</u>	<u>2.503.954</u>	<u>21.358.333</u>	<u>1.316.602</u>	<u>22.674.935</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência						
Participações societárias	8.486.543	459.985 (a)(b)	8.946.528	1.140.733	(99.662) (a)(b)	1.041.071
Receitas financeiras	6.821.297	-	6.821.297	6.753.694	(367.760) (a)(b)	6.385.934
	<u>15.307.840</u>	<u>459.985</u>	<u>15.767.825</u>	<u>7.919.142</u>	<u>(467.422)</u>	<u>7.451.720</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>17.773.867</u>	<u>497.912</u>	<u>18.271.779</u>	<u>29.277.475</u>	<u>849.180</u>	<u>30.126.655</u>
Distribuição do Valor Adicionado						
Tributos						
Federal	72.515	-	72.515	2.509.915	459.603	2.969.518
Acionistas						
Dividendos e juros sobre capital próprio	2.540.567	-	2.540.567	2.540.567	-	2.540.567
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	46.719	(108.335)	(61.616)
Reservas	8.156.557	497.912	8.654.469	8.156.557	497.912	8.654.469
	<u>10.697.124</u>	<u>497.912</u>	<u>11.195.036</u>	<u>10.743.843</u>	<u>389.577</u>	<u>11.133.420</u>
	<u>17.773.867</u>	<u>497.912</u>	<u>18.271.779</u>	<u>29.277.475</u>	<u>849.180</u>	<u>30.126.655</u>

a) Ativo Contratual - Esta reapresentação refere-se à remensuração dos ativos de transmissão considerando as novas premissas estabelecidas na orientação emitida pela CVM. Maiores detalhes, vide nota 17;

b) Rede Básica de Sistemas Existente (RBSE) - Esta reapresentação refere-se a ajuste de classificação e mensuração dos seus ativos de transmissão - RBSE, até então classificados como ativos financeiros. Maiores detalhes, vide nota 17;

c) Ativo Financeiro de Itaipu - Refere se à reclassificação do Passivo Financeiro de Itaipu, anteriormente apresentado líquido com outros ativos financeiros da Companhia;

d) Reclassificação entre Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Historicamente a Companhia apresentava na demonstração do resultado a segregação dos custos operacionais formados substancialmente pela compra de energia, encargos de transmissão, construção e combustível para produção de energia elétrica. A Companhia, para fins de melhor apresentação, passou a segregar das despesas operacionais os gastos referentes substancialmente a depreciação, serviços e pessoal diretamente relacionados as atividades de geração e transmissão, efetuando essa reclassificação de forma comparativa; e

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

e) Benefício pós emprego – No exercício de 2020 a subsidiária Chesf revisitou sua avaliação do passivo atuarial em decorrência de benefícios definidos para determinado grupo de funcionários, calculados com base em remuneração variável e indexados pelo IGP-M, o qual sofreu forte variação no exercício. Tal revisão gerou recálculos nos montantes de anos anteriores e, portanto, estão sendo apresentados efeitos de forma retrospectiva no grupo de resultados abrangentes, como itens que não serão reciclados para o resultado.

4.5 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.5.1. - Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente as quais são divulgados a seguir:

(a) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – (alteração ao CPC 00 - R2):

Esta alteração apresentou substancialmente novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação das demonstrações financeiras, além de atualizar a definição de ativos e passivos, bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento nas demonstrações financeiras.

(b) Definição de um negócio (alteração ao CPC 15 - R1/IFRS 3 – Combinação de negócios):

As alterações mais relevantes foram: 1) um “negócio” deve incluir *inputs* e processos relevantes que contribuam para a criação de *outputs*; 2) foi disponibilizada uma taxa que auxilia na análise de uma empresa que adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e 3) a definição de *outputs* passa a ter um enfoque na capacidade de geração de retorno por meio de serviços prestados a clientes.

(c) Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8):

Esta alteração esclarece a definição de “material” e alinha a definição usada na Estrutura Conceitual e as próprias normas. As alterações alinham a redação da definição em todas as normas do IFRS e outras publicações, inclui alguns requisitos de suporte do IAS 1 na definição para dar-lhe mais destaque e deixa clara a explicação que acompanha a definição de material.

(d) Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - (CPC 40 - R1/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9):

Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de *hedge* para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

(e) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 - R2/IFRS 16 (CPC 06 - R2/IFRS 16) – Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19:

A alteração inclui requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões e descontos obtidos nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. Esta alteração não gerou impacto nas demonstrações financeiras da companhia.

4.5.2. - Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º janeiro de 2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais a Companhia não realizou a adoção antecipada e está acompanhando as discussões. Até o momento a Companhia não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Normas Revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
CPC 48/ IFRS 9, CPC 8/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4, CPC 6 (R2)/ IFRS 16	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>).	01/01/2021
CPC 25/IAS 37	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27/IAS 16	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

4.6 - Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para as demonstrações financeiras consolidadas as controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O controle é determinado quando a entidade está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

	31/12/2020		31/12/2019	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Eletronuclear	99,95%	-	99,91%	-
CGT Eletrosul (a)	99,89%	-	99,99%	-
Chesf	99,58%	-	99,58%	-
Furnas	99,56%	-	99,56%	-
Eletronorte	99,66%	-	99,48%	-
Eletropar	83,71%	-	83,71%	-
Chuí IX (b)	-	-	99,99%	-
Hermenegildo I (b)	-	-	99,99%	-
Hermenegildo II (b)	-	-	99,99%	-
Hermenegildo III (b)	-	-	99,99%	-
Santa Vitoria do Palmar (b)	-	-	78,00%	-
Eletrosul (a)	-	-	99,88%	-
Brasil Ventos Energia	-	99,56%	-	99,56%
Transenergia Goiás	-	99,44%	-	99,44%
Amazonas GT (c)	-	99,48%	100,00%	-
Livramento Holding	-	78,00%	-	78,00%
Transmissora Delmiro Gouveia (TDG) (d)	-	-	-	100,00%
Geribatu I	-	-	-	100,00%
Geribatu II	-	-	-	100,00%
Geribatu III	-	-	-	100,00%
Geribatu IV	-	-	-	100,00%
Geribatu V	-	-	-	100,00%
Geribatu VI	-	-	-	100,00%
Geribatu VII	-	-	-	100,00%
Geribatu VIII	-	-	-	100,00%
Geribatu IX	-	-	-	100,00%
Geribatu X	-	-	-	100,00%
Transmissora Sul Brasileira de Energia (TSBE) (e)	-	-	-	99,88%
Chuí Holding (b)	-	-	-	78,00%
Complexo Eólico Pindaí I				
Angical 2 Energia	-	99,96%	-	99,96%
Caititu 2 Energia	-	99,96%	-	99,96%
Caititu 3 Energia	-	99,96%	-	99,96%
Carcará Energia	-	99,96%	-	99,96%
Corrupião 3 Energia	-	99,96%	-	99,96%
Teiú 2 Energia	-	99,95%	-	99,95%
Acauã Energia	-	99,93%	-	99,93%
Arapapá Energia	-	99,90%	-	99,90%
Complexo Eólico Pindaí II				
Coqueirinho 2 Energia	-	99,98%	-	99,98%
Papagaio Energia	-	99,96%	-	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III				
Tamanduá Mirim 2 Energia	-	83,01%	-	83,01%
Operações em conjunto (consórcios)				
Consórcio Cruzeiro do Sul	-	49,00%	-	49,00%

- (a) Em janeiro de 2020 foi realizada a incorporação da Eletrosul pela CGTEE. A empresa resultante passou a ser denominada CGT Eletrosul - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil;
- (b) Em novembro de 2020, foi concluída a transferência da totalidade das participações que a Eletrobras detinha, vide nota 46.4;
- (c) Em março de 2020, foram transferidas as ações da Amazonas GT para a Eletronorte, através da liquidação de contas a receber e a pagar entre partes relacionadas, tornando-se assim a Amazonas GT uma controlada indireta da Eletrobras;
- (d) Em maio de 2020, houve a incorporação da TDG pela Chesf; e
- (e) Em dezembro de 2020, houve a incorporação da TSBE pela CGT Eletrosul.

A controlada CGT Eletrosul possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 49% no Consórcio Cruzeiro do Sul, que opera a UHE Governador Jayme Canet Junior, em Telêmaco Borba/Ortigueira (PR), em operação comercial desde 2012, pelo prazo de 30 anos. A CGT Eletrosul (e a Eletrobras, nas suas demonstrações consolidadas) tem direito a uma participação proporcional nas receitas e assume uma parcela proporcional das despesas da operação em conjunto.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

(c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.7 - Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

5.1 - Ativo e passivo fiscais diferidos

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Nota 14.2).

5.2 - Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para compra e venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista.

5.3 - Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termoeletricas. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos (Nota 34). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

5.4 - Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Nota 32).

5.5 - Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. (Nota 33).

5.6 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9, que estabeleceu uma matriz de cálculo com base nas taxas de perda esperadas das contrapartes.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

5.7 - Avaliação de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, como fluxos futuros contratuais esperados, prazos de recebimentos destes fluxos e taxas de desconto. A Nota 42 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5.8 - Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD considerado nos fluxos de caixa, sendo que a Companhia utiliza como base o PLD médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia avalia se há contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Nota 31).

5.9 - Avaliação dos ativos contratuais de transmissão

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes e classificados como ativos de contrato. Todas as concessões de transmissão da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo Contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

O valor do ativo contratual da Companhia e suas controladas é formado substancialmente por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação e são revisitados a cada Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A Administração da Companhia utilizou as seguintes principais premissas para avaliar os ativos contratuais de transmissão:

- A RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Atribuição de margens a partir do *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) da Eletrobras com acréscimo de risco por componente de operação e construção;
- Inclusão da Parcela Variável (PV) como critério de risco baseado no histórico apurado.

5.10 - Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

5.11 – Determinação da Vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.12 – Determinação de controle

Em algumas circunstâncias julgamento é exigido para determinar se, depois de considerar todos os fatores relevantes, a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre uma entidade. A influência significativa inclui situações de controle coletivo.

NOTA 6 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	21.623	18.185	124.139	183.917
Aplicações Financeiras (a)	7	17	162.468	151.390
Total	21.630	18.202	286.607	335.307

a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI/SELIC. Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

NOTA 7 – CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Comercialização - Itaipu	1.314.234	1.356.513	1.314.234	1.356.513
Comercialização - PROINFA	1.471.908	1.553.049	1.471.908	1.553.049
PROCEL	495.260	188.004	495.260	188.004
Conta Garantia - SPEs	100.000	100.000	100.000	100.000
Recursos da RGR	30.890	29.970	30.890	29.970
Convênio Itaipu (a)	-	-	161.070	-
Total	3.412.292	3.227.536	3.573.362	3.227.536

(a) Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objeto é a revitalização do sistema de corrente contínua de Furnas dedicado à Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos de caixa restrito em fundos extramercados lastreados em títulos públicos, seguindo a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares, mensuradas ao valor justo, não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, estabelece que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. Logo, a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Letra do Tesouro Nacional (1)	6.206.587	4.730.932	8.697.929	6.153.559
Nota do Tesouro Nacional - série F (1)	1.230.849	435.948	1.727.775	504.418
Letra Financeira do Tesouro Nacional (1)	-	-	100.928	172.670
Títulos de Renda Fixa (1)	-	-	1.995.010	1.508.272
Op. Compromissadas	302.615	1.620.256	641.878	1.841.299
Outros	-	-	506.538	155.477
Títulos Restritos				
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (a)	-	-	253.731	-
Fundo de Energia do Nordeste (b)	-	-	115.569	90.675
	7.740.051	6.787.137	14.039.358	10.426.370
Não Circulante				
Partes Beneficiárias (c)	320.299	372.841	320.299	372.841
Outros	2.585	1.760	2.937	34.230
	322.884	374.601	323.236	407.071
Total	8.062.935	7.161.738	14.362.594	10.833.441

(1) Títulos com indexador Prefixado.

a) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (FESC)

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para a suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

b) Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPEs. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

c) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas. Esses títulos são ajustados a valor presente.

Prática contábil

São inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado por se tratarem substancialmente de investimentos em títulos públicos federais brasileiros.

NOTA 9 – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 34.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2020, o valor depositado foi o montante de R\$ 184.960.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos públicos	1.593.736	1.147.563
Op. Compromissadas	165.359	81.678
Dólar comercial futuro	(5.303)	(6.869)
Outros	35	21
Total	1.753.827	1.222.393

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o fundo para descomissionamento apresenta acréscimo financeiro de R\$ 405.281 (R\$ 119.006 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), em função da carteira do Fundo Financeiro para descomissionamento conter título público vinculado à variação da moeda dólar norte-americano.

Prática contábil

O fundo para descomissionamento é um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, no qual os ganhos e perdas financeiras são reconhecidos na rubrica de resultado financeiro, em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter títulos públicos vinculados à variação da moeda dólar norte-americano. Mensalmente, os rendimentos financeiros incorridos durante o exercício estão sujeitos à devida tributação do imposto de renda na fonte.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

NOTA 10 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					31/12/2019
	31/12/2020					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	2.189.738	245.509	753.516	129.173	3.317.936	3.081.032
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	1.697.675	71.144	103.442	-	1.872.261	1.268.125
Uso da Rede Elétrica (c)	771.074	22.893	50.620	-	844.587	891.364
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão PROINFA	448.504	59.645	157.240	92.578	757.967	449.135
Parcelamento	336.692	-	-	-	336.692	453.528
(-) PECLD (d)	-	3.650	108.562	-	112.212	-
	(192.491)	(154.115)	(798.650)	(124.742)	(1.269.998)	(861.852)
	5.251.192	248.726	374.730	97.009	5.971.657	5.281.333
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	312	-	9.548	2.119.342	2.129.202	1.053.663
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica (c)	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD (d)	-	-	(307.456)	(1.057.755)	(1.365.211)	(1.066.220)
	312	-	-	1.061.587	1.061.899	285.351
Total Clientes	5.251.504	248.726	374.730	1.158.596	7.033.556	5.566.684

a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre.

A variação registrada na referida rubrica, no longo prazo, refere-se ao à repactuação da dívida com a Amazonas Energia, através da assinatura de dois Termos de Confissão de Dívida: i) Instrumento Particular de Confissão de Dívida (ICD PIE's), no valor de R\$ 841.178, referente aos CCVE's dos PIE's da Capital, celebrado em outubro de 2020; ii) Instrumento Particular de Confissão de Dívida, no valor de R\$ 372.262, referente ao CCVE de Balbina, celebrado em dezembro de 2020. Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE

b) Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

c) Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

d) Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

As controladas constituem e mantêm provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e da expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

As movimentações na provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	1.928.072	1.701.729
(+) Constituição	994.167	290.736
(-) Reversão	(189.302)	(22.801)
(-) Baixa	(97.728)	(41.592)
Saldo Final	2.635.209	1.928.072

O montante de constituições da PECLD no exercício de 2020 deve-se, principalmente a inadimplência dos contratos de CCVE da UHE Balbina e dos PIE's da Capital, no valor aproximado de R\$ 545 milhões.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

A constituição e a reversão da provisão foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (vide nota 40).

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizadas com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores são baixados da provisão e reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

A Companhia adotou a abordagem simplificada para cálculo da perda esperada de crédito, conforme mencionado na nota explicativa 5.6.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A RECEBER

	Taxa Média		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Itaipu	6,93	7,04	4.200.471	5.843.724	4.200.471	5.843.724
CGT Eletrosul (*)	4,00	4,79	1.260.147	411.054	-	-
Furnas	5,61	6,14	1.459.009	2.510.010	-	-
Amazonas GT	3,20	6,50	2.270.943	2.470.505	-	-
Eletronuclear	5,00	7,01	715.486	1.822.991	-	-
Eletronorte	5,54	5,81	503.913	1.133.212	-	-
CEAL	3,45	7,28	1.505.961	1.564.724	1.505.962	1.564.724
Eletrosul (*)	-	5,00	-	778.691	-	-
Eletropaulo	3,75	6,96	1.008.052	1.314.107	1.008.052	1.314.107
Amazonas D (a)	5,78	7,38	3.998.324	3.949.748	3.998.324	3.949.748
CEPISA	2,50	5,42	571.127	746.427	571.127	746.427
Boa Vista	2,22	5,49	147.764	160.309	147.764	160.309
Repasse RGR (b)	-	5,00	-	1.101.161	-	1.101.161
Outras	-	-	248.201	229.174	248.201	229.259
(-) PECLD	-	-	(755.002)	(632.643)	(755.002)	(632.643)
Total			17.134.396	23.403.194	10.924.899	14.276.816
Principal			5.849.243	4.827.253	4.696.162	3.257.464
Encargos			88.080	293.481	52.499	215.929
Circulante			5.937.323	5.120.734	4.748.661	3.473.393
Não Circulante			11.197.073	18.282.460	6.176.238	10.803.423
Total			17.134.396	23.403.194	10.924.899	14.276.816

(*) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro nacional e internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Quanto ao montante, cerca de 77% dos recebíveis deverão ser amortizados nos próximos cinco anos, em sua maioria em parcelas mensais, sendo a taxa média de juros ponderada pelo saldo da carteira de 5,55% ao ano.

A Controladora é credora de um empréstimo com Itaipu com cláusula de atualização cambial que representa 36% do total da carteira consolidada (41% em 31 de dezembro de 2019). Os demais financiamentos e empréstimos prevêm atualização com base em índices de IGP-M e IPCA.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

a) Renegociação de Dívida – Amazonas Energia

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a renegociação de dívida da distribuidora privada Amazonas Energia, com a Eletrobras, no montante total de R\$ 4.033.855, que representam substancialmente os recebíveis não capitalizados no processo de alienação do controle societário. Em garantia da dívida, a Amazonas Energia inicialmente cederá à Eletrobras o ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC), no valor total de R\$ 723.129, no limite do fluxo de pagamentos anual da dívida.

O valor desta garantia é suficiente para cobrir o fluxo financeiro do contrato até o final do período de carência, considerando os juros devidos até novembro de 2021. Com o início das amortizações, o valor da parcela do AIC deixa de cobrir o valor total da parcela, sendo necessária uma garantia adicional, a ser ofertada pela Amazonas Energia em dezembro de 2021, para fazer cobertura ao valor total do restante do saldo devedor até março de fevereiro de 2024.

Após o término de recebimento do AIC, previsto para ocorrer em março de 2024, a Amazonas Energia fica obrigada a apresentar nova garantia para fazer cobertura ao valor total do restante do saldo devedor, ou, alternativamente, uma garantia sobre o valor das parcelas a vencer nos 12 meses subsequentes, que precisaria ser renovada a cada ano, até a quitação de todos os contratos em maio de 2030.

b) Repasses da Reserva Global de Reversão - RGR

Além dos financiamentos acima citados, a Eletrobras, até 30 de abril de 2017, foi responsável pela gestão da RGR, fundo setorial, tendo sido responsável pela concessão de financiamentos, com a utilização desses recursos, para implementação de diversos programas setoriais. A partir de maio de 2017, com a edição da Lei 13.360/2016, houve a assunção pela CCEE dessa atividade. Entretanto, ainda existem financiamentos realizados antes desta data, devidos por terceiros, geridos pela Eletrobras.

De acordo com o Decreto 9.022/2017, que regula a lei acima citada, a Eletrobras não é garantidora dessas operações tomadas por terceiros, porém, é responsável pela gestão contratual dos contratos de financiamento com recursos da RGR celebrados até novembro de 2016, que deverão ser repassados à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor.

Em dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, foram desreconhecidos. Em ato contínuo, os montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, também foram desreconhecidos pelo fato da Companhia não possuir mais uma obrigação presente pela totalidade da obrigação, atuando apenas como agente repassador não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras enquanto o agente devedor não efetuar o pagamento.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	31/12/2020	31/12/2019
Repasse RGR	Total	Total
Amazonas D	-	97.931
Global	-	180.647
CELPA	-	685.072
Outros	-	137.511
	-	1.101.161
Passivo		
RGR CCEE	-	1.101.161

11.1 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Empréstimos a receber

As movimentações na provisão dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	632.643	307.655
(+) Complemento	335.762	894.870
(-) Reversões	(213.403)	(569.882)
Saldo final	755.002	632.643

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a perdas esperadas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Prática Contábil

Os empréstimos a receber são ativos financeiros reconhecidos inicialmente a valor justo, subsequentemente mensurados a custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis e taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 5,55% ao ano. O valor contábil destes empréstimos e financiamentos a receber é reduzido por uma conta redutora de perda esperada de crédito para liquidação duvidosa. A Companhia adotou uma análise individual para cálculo da perda esperada de crédito. A constituição e a reversão da PECLD são registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais.

NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Controladas				
Eletronorte	1.405.170	1.344.233	-	-
Chesf	1.799.293	1.170.627	-	-
Furnas	508.472	759.926	-	-
CGT Eletrosul (a)	470.903	110.775	-	-
Eletrosul (a)	-	40.664	-	-
Eletropar	8.997	-	-	-
Coligadas				
CTEEP	195.155	32.324	198.359	32.928
Lajeado Energia	100.280	23.975	100.280	23.975
EMAE	92.172	10.999	95.639	11.175
Manaus Construtora	-	-	23.298	9.178
Belo Monte Transmissora	-	-	34.121	13.810
Paulista Lajeado	15.202	16.221	15.202	16.221
Transenergia São Paulo	-	-	14.760	17.271
Energética Águas da Pedra	-	-	14.034	6.675
Enerpeixe	-	-	11.653	12.236
CEB Lajeado	12.147	18.707	12.147	18.707
Goiás Transmissão	-	-	8.146	11.668
Paranába Transmissora de Energia	-	-	6.163	5.985
MGE Transmissão	-	-	5.616	5.616
TSLE	-	-	4.153	8.065
Retiro Baixo Energético	-	-	3.858	6.357
CEEE-GT	-	30.040	-	30.040
Chapecoense	-	-	-	29.090
Transenergia Renovável	-	-	520	4.492
Outros	112.700	34.012	127.561	36.410
	4.720.491	3.592.503	675.510	299.899

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Prática contábil

Este grupo de contas destina-se à contabilização, dos créditos referentes a dividendos e juros sobre capital próprio, provenientes dos investimentos de acordo com a nota explicativa 20. Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

NOTA 13 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
IRRF	512.074	767.055	729.591	1.083.278
PIS/COFINS a recuperar	7.126	40.095	38.571	203.541
ICMS a recuperar	-	-	6.540	128.329
Outros	-	-	59.258	59.514
	<u>519.200</u>	<u>807.150</u>	<u>833.960</u>	<u>1.474.662</u>
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	39.694	38.231
PIS/COFINS a recuperar	-	-	180.903	178.655
IR/CS	2.781	-	186.791	154.389
Outros	-	-	22.657	49.095
	<u>2.781</u>	<u>-</u>	<u>430.045</u>	<u>420.370</u>

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Antecipações/ Saldo negativo de IRPJ e CSLL	829.569	309.033	1.292.750	2.382.899
Passivo circulante				
Imposto de Renda corrente	-	-	232.716	1.693.623
Contribuição Social corrente	-	-	86.719	839.109
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>319.435</u>	<u>2.532.732</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram antecipações de IRPJ e CSLL, na controladora, dado que foi apurado prejuízo fiscal e base negativa no exercício, não havendo base fiscal a ser tributada. Em função disso, o crédito tributário apresentado na rubrica "Saldo negativo de IRPJ e CSLL" (tabela 14.1, acima) e a rubrica IRRF, na tabela 13, acumularam créditos os quais poderão ser utilizados ao longo dos próximos anos no recolhimento de tributos administrados pela Receita Federal.

14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	-	-	2.068.894	647.903
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	650.523	628.904	3.705.055	4.193.607

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

14.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Impostos diferidos por controladas					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Ativo diferido						
Eletronorte	2.000.596	(1.718.093)	282.503	2.231.396	(1.596.808)	634.588
CGT Eletrosul (a)	2.853.789	(1.213.385)	1.640.404	-	-	-
Amazonas GT	-	-	-	13.315	-	13.315
Chesf	1.848.014	(1.702.027)	145.987	-	-	-
Total	6.702.399	(4.633.505)	2.068.894	2.244.711	(1.596.808)	647.903
Passivo diferido						
Eletrosul (a)	-	-	-	546.089	(946.288)	(400.199)
Eletrobras	-	(650.523)	(650.523)	-	(628.904)	(628.904)
Furnas	2.159.704	(5.203.825)	(3.044.121)	2.541.558	(5.281.874)	(2.740.316)
Chesf	-	-	-	1.258.550	(1.670.892)	(412.342)
Eletropar	-	(10.411)	(10.411)	-	(11.846)	(11.846)
Eletronuclear	827.493	(827.493)	-	777.235	(777.235)	-
Total	2.987.197	(6.692.252)	(3.705.055)	5.123.432	(9.317.039)	(4.193.607)
TOTAL	9.689.596	(11.325.757)		7.368.143	(10.913.847)	

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Tendo em vista a incorporação da Eletrosul pela CGT Eletrosul, a administração da controlada CGT Eletrosul realizou os estudos para o reconhecimento do crédito tributário. Com base na finalização da reorganização societária, no histórico de lucro tributável da Eletrosul e nos estudos efetuados que levaram em consideração as empresas na atual configuração societária, no exercício de 2020, a controlada CGT Eletrosul reuniu os requisitos necessários, conforme as regras vigentes, para fins de reconhecimento dos créditos tributários diferidos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social acumulados. Tais montantes totalizaram crédito reconhecido no valor de R\$ 1.548.950.

	Impostos diferidos por categoria de tributos			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Impostos diferidos ativos				
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	2.182.759	743.924
Provisões Operacionais	-	-	2.642.799	2.693.087
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	657.891	521.867
Provisão para Contingências	-	-	2.176.195	1.530.541
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.238.181	1.052.746
Provisão para perdas em investimentos	-	-	161.127	219.173
GAG Melhoria	-	-	63.242	32.194
Outros	-	-	567.402	574.611
Total Ativo	-	-	9.689.596	7.368.143
Impostos diferidos passivos				
Ativo de contrato	-	-	8.822.661	7.949.438
Débito tributário	-	-	-	546.444
Instrumentos Financeiros VJORA	650.523	628.904	650.523	638.821
Depreciação acelerada	-	-	247.127	225.806
AVP sobre Desmobilização de Ativo	-	-	789.109	742.720
Outros	-	-	816.337	810.618
Total Passivo	650.523	628.904	11.325.757	10.913.847
Impostos diferidos passivos, líquidos	650.523	628.904	1.636.161	3.545.704

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

As Companhias abaixo possuem tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

	Eletrobras	CGT Eletrosul	Furnas	Chesf	Eletropar	Eletronorte	Total
2021	(216.841)	323.289	(210.984)	66.410	(5.206)	261.335	218.003
2022	(216.841)	227.004	(591.906)	47.179	(5.205)	312.425	(227.344)
2023	(216.841)	230.263	(634.202)	33.459	-	337.381	(249.940)
2024	-	164.418	(692.055)	33.453	-	231.082	(263.102)
2025	-	82.864	(692.055)	33.453	-	88.248	(487.490)
Após 2025	-	612.566	(222.919)	(67.967)	-	(947.968)	(626.288)
TOTAL	(650.523)	1.640.404	(3.044.121)	145.987	(10.411)	282.503	(1.636.161)

Adicionalmente, as emprestas Eletrobras Holding, Eletronuclear e Amazonas GT não apresentam perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações financeiras somam o valor de R\$ 2.926.448 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.771.985 em 31 de dezembro de 2019).

14.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	6.338.688	7.910.061	6.952.646	7.217.786
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.155.154)	(2.689.421)	(2.363.899)	(2.454.047)
Efeitos de adições e exclusões:				
Efeito revisão tarifária periódica	-	-	226.572	337.300
Receita de Dividendos	12.455	34.481	456.147	480.847
Equivalência patrimonial	3.562.531	2.910.057	568.107	387.849
Provisões	1.226.823	(623.504)	826.380	(317.789)
Variação Cambial	169.228	594.777	169.228	594.777
Constituição de imposto diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	-	1.698.017	318.069
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	-	-	11.682	2.779.896
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados (a)	(2.914.589)	(973)	(2.541.696)	(1.375.867)
Incentivos Fiscais (b)	-	-	924.200	661.724
Doações	(4.408)	(3.688)	(17.889)	(14.454)
Demais adições e exclusões permanentes	103.114	(221.729)	(522.182)	(767.646)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(565.333)	630.659
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	8,13%	9,05%

a) Impostos diferidos não reconhecidos / baixados

São compostos por diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados no exercício, cujos benefícios tributários não foram reconhecidos devido à ausência de projeção de lucros tributários futuros.

b) Incentivos Fiscais

A MP nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujo montante de benefício apurado até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 669.204 (R\$ 626.395, em 31 de dezembro de 2019).

14.5 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste ganhos e perdas atuariais	-	-	161.210	964.837
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros por meio de ORA	(21.619)	(196.322)	(20.417)	(201.704)
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(21.619)	(196.322)	140.793	763.133

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de renda e a Contribuição Social corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecimentos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

NOTA 15 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
CCC (a)	-	-	4.684	48.458
Ativo não circulante				
CCC (a)	7.046.002	9.063.900	7.046.002	9.096.614
Provisão CCC - PECLD (b)	(1.462.555)	(3.681.066)	(1.462.555)	(3.681.067)
	5.583.447	5.382.834	5.583.447	5.415.547
Total de direitos de ressarcimento	5.583.447	5.382.834	5.588.131	5.464.005
Passivo circulante				
Desvio de Angra 2 (c)	-	-	244.852	-
PROINFA (d)	1.373.656	1.796.753	1.373.656	1.796.753
	1.373.656	1.796.753	1.618.508	1.796.753
Passivo não circulante				
Desvio de Angra 2 (c)	-	-	22.259	-
Total de obrigação de ressarcimento	1.373.656	1.796.753	1.640.767	1.796.753

- a) Conta de Consumo de Combustível (CCC): Créditos que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de energia elétrica, aos encargos e impostos do setor elétrico e, ainda, aos investimentos realizados. A Companhia registra provisões sobre direitos de ressarcimento da CCC com base na expectativa de recebimento, considerando os critérios de avaliação das fiscalizações de asseguarção realizadas pela ANEEL. A Companhia aguarda a definição da ANEEL quanto a forma de pagamento desses recursos, os quais serão recebidos através dos fundos setoriais. A Companhia espera haver definição quanto ao ressarcimento assim que finalizadas todas as etapas do cumprimento formal junto ao regulador e espera a definição sobre o tema em 2021.
- b) Provisão CCC – PECLD: Com base nos resultados das fiscalizações realizadas pela ANEEL a Companhia efetuou baixa definitiva no montante de R\$ 2.282.037 referente aos ativos da CCC que estavam provisionados, sem impactos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- c) Desvio de Angra 2: A variação negativa de R\$ 267.111, registrado em dezembro de 2020, é em decorrência de a energia fornecida ao longo de 2020 ter sido menor que a energia garantida para o período, visto que o tempo de parada de manutenção da Usina de Angra 2 foi superior ao programado para o ano. Essa quantidade de energia entregue a menor em 2020 deverá ser objeto de ressarcimento a todas as distribuidoras cotistas, em parcelas duodecimais, a partir de fevereiro de 2021.
- d) PROINFA: as operações de comercialização de energia elétrica no âmbito PROINFA geraram um saldo líquido negativo de R\$ 423.097 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 546.134 positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

Prática contábil

Os direitos e obrigações de ressarcimento são mensurados a custo amortizado, e os juros e variações monetárias sobre os valores reconhecidos como direitos e obrigações de ressarcimento são registrados na rubrica de resultado financeiro, apropriados de acordo com a competência. A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida quando o crédito vencido é julgado de difícil recebimento, desde que tenham sido esgotados todos os recursos legais de que a Companhia possa se valer.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

NOTA 16 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Elementos prontos	428.340	538.827
	<u>428.340</u>	<u>538.827</u>
Não circulante		
Elementos prontos	657.083	251.811
Concentrado de urânio	220.135	204.116
Em curso - combustível nuclear	387.562	384.623
	<u>1.264.780</u>	<u>840.550</u>
TOTAL	<u>1.693.120</u>	<u>1.379.377</u>

a) Formação do combustível nuclear

Na etapa inicial são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto (Elementos prontos), cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

b) Parada Angra 2

Em 22 de junho de 2020, foi iniciada a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Angra 2. Durante as inspeções realizadas nesta parada, foi detectada, nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contêm as pastilhas de urânio enriquecido, o que requererá rigorosos testes de inspeções para uma avaliação deste evento. Vale destacar que esse incidente, em nenhum momento, comprometeu a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente por 13 meses.

Para viabilizar o retorno da operação da Usina Angra 2 no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a Eletronuclear substituiu todos os 52 elementos combustíveis, que ainda serão inspecionados, para o próximo ciclo de operação.

Prática contábil

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas term nucleares Angra I e Angra II, que são registrados pelo custo de aquisição.

NOTA 17 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

As concessões de transmissão da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15).

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Com os conceitos e princípios trazidos pelo pronunciamento CPC 47(IFRS 15), houve a necessidade de serem identificadas as obrigações de performance previstas nos contratos de concessão de

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Transmissão de Energia Elétrica, a alocação de parcela de preço de transação às referidas obrigações de performance (e em consequência, a alocação das respectivas margens), entre outros procedimentos, dentro da sistemática de reconhecimento de receita com clientes prevista pela norma. Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica apresentam duas obrigações de performance claramente identificadas, quais sejam: (i) construção e (ii) Operação e Manutenção – O&M.

A utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração dos ativos de contrato e tributos envolvidos, que incluiu substancialmente, alteração na taxa de remuneração dos contratos e a reclassificação dos ativos relacionados aos bens da RBSE de ativo financeiro para ativo de contrato. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício CVM/SNC/SEP 04/2020.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação e são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários.

Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita, que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto aproximadamente em média 8,07% ao ano para os contratos renovados e 7,66% para os licitados; e (ii) atualizados substancialmente pelo IPCA exceto pelos contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001 que são atualizados pelo IGPM. Adicionalmente, as margens percebidas no resultado da companhia no exercício de 2020 referentes ao segmento de transmissão ficaram em aproximadamente 37,67% de Operação e Manutenção e negativo em 16,20% na obrigação de performance de construção, a margem percebida negativa na obrigação de performance de construção se justifica pelos custos realizados que excederam aos custos inicialmente previstos.

A movimentação destes ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	Fumas	Chesf	Eletronorte (a)	CGT Eletrosul (b)	Eletrosul (b)	Amazonas GT (a)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	20.735.404	16.151.684	9.334.635	-	3.900.561	159.537	50.281.821
Receita de construção	90.166	301.302	66.544	-	277.702	17.311	753.025
Receita financeira	3.641.767	717.292	949.454	-	490.280	53.565	5.852.358
Alienação de investida	-	-	-	-	(8.789)	-	(8.789)
Amortização	(3.369.876)	(2.199.905)	(1.192.983)	-	(571.503)	(34.925)	(7.369.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	21.097.461	14.970.373	9.157.650	-	4.088.251	195.488	49.509.223
Incorporação	-	-	204.980	4.088.251	(4.088.251)	(204.980)	-
Receita de construção	253.938	326.476	71.871	125.917	-	-	778.202
Receita financeira	2.762.823	1.439.841	1.214.337	606.620	-	2.593	6.026.214
Efeito RTP	2.104.182	476.529	971.325	676.301	-	-	4.228.338
Amortização	(4.174.036)	(2.736.095)	(1.527.371)	(722.850)	-	6.899	(9.153.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.044.369	14.477.124	10.092.792	4.774.239	-	-	51.388.524

(a) A controlada Eletronorte adquiriu as ações da Amazonas GT, vide nota 4.6; e

(b) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Considerando as características que diferem temporalmente os ativos contratuais da RBSE dos demais ativos de concessão de transmissão, segue abaixo o fluxo de caixa líquido estimado (não descontado) do ativo da RBSE. O saldo contábil dos ativos de contrato da RBSE, a valor presente, monta o valor de R\$ 33.890.851.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

	Parcela Econômica	Parcela Financeira	Parcela de ajuste	Total
2021	3.294.576	4.792.942	1.350.800	9.438.318
2022	3.294.576	4.792.942	1.350.800	9.438.318
2023	2.313.265	4.792.942	675.400	7.781.607
2024	1.331.954	4.792.942	-	6.124.896
2025	1.331.954	2.396.471	-	3.728.425
2026	1.331.954	-	-	1.331.954
2027	1.331.954	-	-	1.331.954
2028	665.977	-	-	665.977
	14.896.210	21.568.239	3.377.000	39.841.449

a) Revisão tarifária

Através da resolução homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020 a ANEEL estabeleceu as novas receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à Revisão Tarifária Periódica – RTP de 21 concessões da Companhia. Desta forma, a Companhia, considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos desta revisão no montante de R\$ 4.228.338 nas receitas no exercício de 2020 sendo reflexo substancial na base dos ativos da RBSE que de forma isolada representou R\$ 4,6 bilhões.

Os principais itens revisados e considerados pela ANEEL no cálculo das novas receitas anuais permitidas seguem abaixo:

- Revisão da Base e Remuneração das Transmissoras;
- Alteração da taxa de remuneração do capital do segmento de transmissão de energia elétrica;
- Consideração das baixas e desmobilizações dos ativos;
- Atualização inflacionária do período;
- Alteração retrospectiva da WACC referente aos anos de 2018 e 2019;
- Incorporação da componente remuneração de 2013 a 2017 do Custo do Capital Próprio (Ke); e
- Reparcimento por 3 anos das diferenças entre o efetivamente recebido entre 2018 e 2019 e as parcelas agora revisadas, via parcela de ajuste atualizado por IPCA.

b) Efeitos regulatórios da revisão tarifária – Contratos renovados

A RAP das Empresas Eletrobras sofreu acréscimos resultantes do resultado desta Revisão Tarifária e do reconhecimento da parcela de remuneração prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME 120/2016, que estabelece que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, estabelecido no parágrafo primeiro do referido artigo, deverá ser atualizado e remunerado pelo Ke, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Esta remuneração pelo Ke foi excluída da tarifa, pela ANEEL, em 2017 por força de liminares judiciais. Essas liminares foram revogadas e, por esta razão, a remuneração foi incorporada à receita das transmissoras. O valor total da remuneração pelo Ke será pago até junho de 2025, sendo que o montante que deveria ter sido pago entre 2017 e 2020, o será até o final do atual ciclo de revisão tarifária, ou seja, junho de 2023, reajustado pela inflação (IPCA), através da Parcela de Ajuste (PA).

Em relação à Revisão Tarifária do atual ciclo 2018-2023, os valores finais aprovados nesta revisão se mostraram superiores aos provisórios que a ANEEL vinha estabelecendo desde 2018, motivo pelo qual a RAP do ciclo 2020-2021, através da PA, também inclui um acréscimo referente à Revisão Tarifária instituída com vista a compensar esta diferença retroativa.

Na tabela abaixo, são apresentadas as RAPs revisadas para o ciclo 2020-2021 das Empresas Eletrobras e a PA consolidada atualizada pelo IPCA, que contém, além de outros itens não relacionados à RBSE, o Ke retroativo de 2017 a 2020 e a diferença de retroativo de revisão tarifária do período de 2018 a 2020.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Empresa	RAP Ciclo 2020-		PA Revisão Consolidada (a)		RAP Total Ciclo 2020-2021
	2021	Revisada	Total	Por Ciclo	
Furnas (CC 062/2001)		5.153	1.777	593	5.745
Chesf (CC 061/2001)		3.494	1.735	578	4.073
Eletronorte (CC 058/2001)		1.833	954	318	2.151
CGT Eletrosul (CC 057/2001)		969	234	78	1.047
Total		11.449	4.700	1.567	13.016

a) Valores estimados com base nos valores da NT nº 108/2020 – SGT/ANEEL e no IPCA entre junho de 2019 e junho de 2020.

Para fins de comparação, a soma dos efeitos da Revisão Tarifária com a Parcela de Ajuste, resulta em um aumento estimado na RAP para o Ciclo 2020-2021 em relação ao Ciclo de 2019-2020, de forma consolidada, de aproximadamente 31%, estando o comparativo por empresa apresentado a seguir:

Empresa	Impacto no Ciclo 2020 -2021
Furnas	28,97%
Chesf	42,79%
Eletronorte	43,97%
CGT Eletrosul	4,16%

Prática contábil

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

As concessões de transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais, inclusive os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais nessas demonstrações financeiras.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas:

- Receita RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão e taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato impactam na formação do ativo de contrato. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado;
- Parcela variável como critério de risco utilizando o histórico.
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão.

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia possui contratos de concessão e autorizações no segmento de geração, firmados com o Poder Concedente (União), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo que todos os contratos possuem semelhanças em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritos na nota 3.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo Não Circulante				
Concessões de Geração Indenizáveis	-	-	2.096.717	2.077.912
Ativo Financeiro Itaipu (a)	1.103.034	1.905.607	1.103.034	1.905.607
Total Ativo Financeiro	1.103.034	1.905.607	3.199.751	3.983.519
Passivo Circulante				
Passivo Financeiro Itaipu (a)	(647.214)	(703.114)	(647.214)	(703.114)
Total Passivo Financeiro	(647.214)	(703.114)	(647.214)	(703.114)

a) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo / Passivo Circulante		
Contas a Receber	3.921.488	3.074.190
Direito de Ressarcimento	2.608.840	2.248.043
Fornecedores de Energia - Itaipu	(3.314.717)	(3.028.920)
Obrigações de ressarcimento	(3.862.825)	(2.996.427)
	(647.214)	(703.114)
Ativo / Passivo não circulante		
Contas a Receber	656.177	922.703
Direito de Ressarcimento	1.891.004	3.479.337
Obrigações de ressarcimento	(1.444.147)	(2.496.433)
	1.103.034	1.905.607
Total	455.820	1.202.493

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

- **Fator de ajuste**

Os saldos decorrentes do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inseridos nas rubricas de Ativo e Passivo Financeiros estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo regulatório - Ativo circulante	2.608.839	502.018	2.248.044	557.730
Ativo regulatório - Ativo não circulante	1.891.004	363.885	3.479.337	863.209
Total do ativo	4.499.843	865.903	5.727.381	1.420.939
Obrigações de ressarcimento - União - Passivo circulante	(1.639.568)	(315.502)	(1.410.466)	(349.931)
Obrigações de ressarcimento - União - Passivo não circulante	(1.444.147)	(277.897)	(2.496.433)	(619.355)
Total do passivo	(3.083.715)	(593.399)	(3.906.899)	(969.286)
Ativo financeiro líquido	1.416.128	272.504	1.820.482	451.654
Taxa Adotada:				
		31/12/2020		31/12/2019
USD		5,20		4,03

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

• Comercialização de energia elétrica de Itaipu

A operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e, se positivo, uma obrigação efetiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a atividade foi superavitária em R\$ 632.656 (deficitária em R\$ 321.328 em 31 de dezembro de 2019), sendo a obrigação decorrente considerada como parte da rubrica de passivo financeiro.

Prática contábil

Concessões e autorizações de Geração

a) Geração hidráulica e térmica – as concessões não atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A partir de 1º de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01/IFRIC 12, passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões;

b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação específico, por ser uma autorização e não uma concessão. E não está no escopo do IFRIC 12 por se tratar de ativos próprios sem previsão de reversão ao período de operação. Ao final do período de operação os ativos devem ser descomissionados.

Itaipu Binacional

É regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia.

A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos pelas Altas Partes, que são os Estados Brasileiro e Paraguai. A tarifa de Itaipu é uma tarifa “por custo de serviço” e foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção. De acordo com o Tratado, compete à Companhia atuar como agente na comercialização da energia de Itaipu destinada ao mercado brasileiro.

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam no ativo não circulante, valores correspondentes a AFAC nas seguintes investidas, conforme movimentação abaixo:

	CONTROLADORA					
	Eletronuclear	CGT Eletrosul (b)	Furnas	Hermenegildo III	Outros investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	1.069.774	58.241	11.834	883	1.140.732
Adições	700.000	246.544	-	-	-	946.544
Capitalizações	-	(1.376.315)	-	(11.834)	(883)	(1.389.032)
Atualização monetária	-	72.761	3.463	-	-	76.224
Saldo em 31 de dezembro de 2019	700.000	12.764	61.704	-	-	774.468
Adições	1.202.180	132.119	-	-	-	1.334.299
Capitalizações (a)	(850.000)	-	-	-	-	(850.000)
Atualização monetária	16.742	-	1.699	-	-	18.441
Devolução	-	(54.100)	-	-	-	(54.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.068.922	78.019	63.403	-	-	1.223.108

(a) Em outubro de 2020 foi aprovada a capitalização do AFAC; e

(b) A CGTEE alterou a sua denominação social para CGT Eletrosul em 2020.

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

Prática contábil

Adiantamentos de recursos concedidos a controladas e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como ativo não circulante quando a totalidade das condições de capitalização, principalmente tipo e quantidade de ações ainda não foram definidas e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

NOTA 20 – INVESTIMENTOS

Avaliados por Equivalência Patrimonial

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Controladas		
Furnas	23.721.704	21.527.047
Chesf	16.250.487	17.616.086
Eletronorte	15.113.339	17.443.316
CGT Eletrosul (a)	7.884.123	333.505
Eletronuclear	3.500.657	2.000.283
Eletropar	170.502	147.674
Eletrosul (a)	-	6.070.596
	66.640.812	65.138.507

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Controlada em conjunto				
Norte Energia	1.980.979	2.110.038	6.600.626	7.030.651
Energia Sustentável do Brasil	-	-	3.250.575	2.840.844
Belo Monte Transmissora	-	-	1.702.719	1.574.228
Interligação Elétrica do Madeira	-	-	1.375.039	1.567.055
Madeira Energia	-	-	906.289	1.518.931
Norte Brasil Transmissora de Energia	-	-	795.287	920.276
Teles Pires Participações	-	-	746.820	753.865
Companhia Energética Sinop	-	-	555.783	503.010
Empresa de Energia São Manoel	-	-	434.379	528.412
Mata de Santa Genebra	-	-	534.167	570.803
Chapecoense Geração	-	-	373.740	409.864
Interligação Elétrica Garanhuns	-	-	324.874	318.267
Enerpeixe	-	-	265.711	254.272
Transmissora Sul Litorânea de Energia	-	-	171.632	150.375
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	-	-	217.861	177.158
Goiás Transmissão	-	-	212.431	204.859
Paranaíba Transmissora de Energia	-	-	173.434	153.725
Transenergia Renovável	-	-	116.395	116.471
Retiro Baixo Energética	-	-	157.183	144.796
MGE Transmissão	-	-	137.148	139.176
Rouar	128.315	109.643	128.315	109.643
Triângulo Mineiro Transmissora	-	-	126.654	112.865
Vale do São Bartolomeu	-	-	64.019	60.305
Transnorte Energia	-	-	25.498	39.973
Outros	259.835	201.537	749.315	553.463
	2.369.129	2.421.218	20.145.894	20.753.287
Coligadas				
CTEEP	4.235.422	3.613.866	4.314.282	3.681.099
Energética Águas da Pedra	-	-	244.444	233.604
Lajeado Energia	90.340	67.230	90.340	67.230
CEB Lajeado	67.956	63.047	67.956	63.047
Paulista Lajeado	38.056	29.967	38.056	29.967
Outros	2.085.068	2.113.776	2.095.271	2.128.030
	6.516.842	5.887.886	6.850.349	6.202.977
Total Investimento	75.526.783	73.447.611	26.996.243	26.956.264

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

Mensurados a valor justo

	VALOR		CONTROLADORA		VALOR		CONSOLIDADO	
	PARTICIPAÇÕES 31/12/2020	PATRIMONIAL (a) 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	PATRIMONIAL (a) 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	
AES Tietê	7,56%	179.360	498.636	509.019	179.360	498.636	509.019	
Coelce	7,06%	52.340	291.655	301.218	52.340	291.655	301.218	
Energisa Holding	2,31%	389.337	439.887	449.718	389.337	439.887	449.718	
Cesp	2,05%	122.284	238.437	214.488	122.284	238.437	214.488	
Celesc	10,75%	144.069	226.650	213.556	144.069	226.650	213.556	
Copel	0,56%	44.247	107.154	105.776	44.247	107.154	105.776	
Celpe	0,99%	15.059	80.309	81.376	15.059	80.309	81.376	
Celpe	1,56%	10.365	39.489	30.225	10.365	39.489	30.225	
Energisa Mato Grosso	0,19%	2.845	11.960	12.796	2.845	11.960	12.796	
Rio Parapanema Energia	0,47%	3.924	19.322	20.982	3.924	19.322	20.982	
CEB	2,10%	11.861	45.854	18.439	11.861	45.854	18.439	
Outros	Entre 0,13% a 0,31%	368	12.558	12.886	52.287	93.926	99.397	
		<u>976.059</u>	<u>2.011.911</u>	<u>1.970.479</u>	<u>1.027.978</u>	<u>2.093.279</u>	<u>2.056.990</u>	

(a) Valor patrimonial conforme participação da Eletrobras e das suas controladas sobre o capital social das empresas.

20.1 - Provisões para perdas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, para os casos em que houve alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida e atualizados para dezembro de 2020, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos mencionadas em maiores detalhes na nota 23;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Energia Sustentável do Brasil	432.250	821.276
Interligação Elétrica do Madeira	210.091	-
Companhia Energética Sinop	218.280	201.100
Empresa de Energia São Manoel	197.467	128.694
Mata de Santa Genebra	124.623	-
Transnorte Energia	108.937	94.805
Belo Monte Transmissora	111.374	80.312
Norte Brasil Transmissora de Energia	78.000	-
Interligação Elétrica Garanhuns	38.069	34.740
Madeira Energia	66.372	76.168
Fronteira Oeste Transmissora de Energia	23.881	-
Outros	2.531	8.795
	<u>1.611.875</u>	<u>1.445.890</u>

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



20.2 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas e coligadas	CONTROLADORA									
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Ganhos de capital	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Incorporação	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Transferência acionária	Saldo em 31/12/2020
Furnas	21.527.047	-	521.627	-	-	-	(884.126)	2.557.156	-	23.721.704
Chesf	17.616.086	-	(1.665.228)	-	-	-	(1.799.293)	2.098.922	-	16.250.487
Eletrosul (a)	6.070.596	-	-	-	(6.070.596)	-	-	-	-	-
Eletronorte (b)	17.443.316	-	(96.741)	-	-	-	(1.274.158)	2.151.607	(3.110.685)	15.113.339
CGT Eletrosul (a)	333.505	43.401	(15.251)	-	6.070.596	-	(430.233)	1.882.105	-	7.884.123
Eletronuclear	2.000.283	-	(493.980)	1.885.778	-	-	-	108.576	-	3.500.657
Eletrópar	147.674	-	(6.060)	-	-	-	(8.997)	37.885	-	170.502
Norte Energia	2.110.038	-	-	-	-	-	-	(129.059)	-	1.980.979
CTEEP	3.613.866	-	(90.454)	-	-	-	(405.271)	1.117.281	-	4.235.422
Rouar	109.643	-	31.760	-	-	-	(18.622)	5.534	-	128.315
Lajeado Energia	67.230	-	13	-	-	-	(73.496)	96.593	-	90.340
CEB Lajeado	63.047	-	4	-	-	-	(19.139)	24.044	-	67.956
Paulista Lajeado	29.967	-	-	-	-	-	-	8.089	-	38.056
Outros	2.315.313	-	(113.563)	-	-	(3.256)	(372.889)	519.298	-	2.344.903
Total de Investimentos	73.447.611	43.401	(1.927.873)	1.885.778	-	(3.256)	(5.286.223)	10.478.031	(3.110.685)	75.526.783

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

(b) O controle da Amazonas GT foi transferido para a controlada Eletronorte.

Controladas e coligadas	CONTROLADORA							
	Saldo em 01/01/2019 (Reapresentado)	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Transferência (a)	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)
Furnas	20.218.397	(1.166.835)	-	(125.298)	(1.199.705)	3.800.488	-	21.527.047
Chesf	16.298.985	(359.995)	-	-	(1.170.627)	2.847.723	-	17.616.086
Eletronorte	16.701.540	(24.570)	-	(100.048)	(1.344.233)	2.210.627	-	17.443.316
Eletrosul	5.846.522	(40.307)	-	-	(127.598)	391.979	-	6.070.596
Eletronuclear	2.300.626	179.336	-	-	-	(479.679)	-	2.000.283
Eletrópar	156.902	(41.374)	-	52.334	(18.191)	(1.997)	-	147.674
CTEEP	3.951.302	(14.856)	-	(363.685)	(352.023)	393.128	-	3.613.866
Norte Energia	2.036.157	-	-	-	-	73.881	-	2.110.038
CGTEE	-	(7.680)	4.673.951	-	-	(786.906)	(3.545.860)	333.505
Rouar	124.448	5.029	-	-	(21.060)	1.226	-	109.643
Lajeado Energia	79.923	(67)	-	4.838	(78.566)	61.102	-	67.230
CEB Lajeado	52.804	(18)	-	-	(17.232)	27.493	-	63.047
Paulista Lajeado	30.241	-	-	-	(7.259)	6.985	-	29.967
Outros	2.341.093	(77.231)	-	(64.947)	(356.527)	472.925	-	2.315.313
Total de Investimentos	70.138.940	(1.548.568)	4.673.951	(596.806)	(4.693.021)	9.018.975	(3.545.860)	73.447.611

(a) Foi realizado a transferência do passivo a descoberto da CGTEE antes da capitalização do AFAC.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONSOLIDADO									
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Integralização de capital	Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2020
Norte Energia	7.030.651	-	-	-	-	-	-	(430.025)	-	6.600.626
CTEEP	3.681.099	-	-	(92.138)	-	-	(412.819)	1.138.140	-	4.314.282
Energia Sustentável do Brasil	2.840.844	-	-	-	144.400	-	-	(123.695)	389.026	3.250.575
Belo Monte Transmissora	1.574.228	-	-	-	-	32.482	(17.124)	144.195	(31.062)	1.702.719
Interligação Elétrica do Madeira	1.567.055	-	-	-	-	(279)	(5.717)	24.071	(210.091)	1.375.039
Madeira Energia	1.518.931	-	-	-	-	-	-	(622.438)	9.796	906.289
Norte Brasil Transmissora de Energia	920.276	-	-	-	-	(29.443)	(87.579)	70.033	(78.000)	795.287
Teles Pires Participações	753.865	28.490	-	-	-	-	-	(35.535)	-	746.820
Companhia Energética Sinop	503.010	-	-	-	-	-	-	69.953	(17.180)	555.783
Empresa de Energia São Manoel	528.412	-	-	-	-	-	-	(25.260)	(68.773)	434.379
Mata de Santa Genebra	570.803	39.322	-	-	-	-	-	48.665	(124.623)	534.167
Chapecoense Geração	409.864	-	-	-	-	-	(148.310)	112.186	-	373.740
Interligação Elétrica Garanhuns	318.267	-	-	-	-	-	(26.977)	36.913	(3.329)	324.874
Enepeixe	254.272	-	-	-	-	-	(35.175)	46.614	-	265.711
Energética Águas da Pedra	233.604	-	-	-	-	-	(48.248)	59.088	-	244.444
Transmissora Sul Litorânea de Energia	150.375	-	-	-	-	-	-	21.258	-	171.632
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	177.158	-	-	-	-	-	(28.934)	69.637	-	217.861
Goiás Transmissão	204.859	-	-	-	-	-	(2.358)	9.930	-	212.431
Paranaíba Transmissora de Energia	153.725	-	-	-	-	-	(6.139)	25.848	-	173.434
Rouar	109.643	-	-	31.760	-	-	(18.622)	5.534	-	128.315
Transnorte Energia	39.973	-	-	-	-	-	-	(343)	(14.132)	25.498
MGE Transmissão	139.176	-	-	-	-	-	-	(2.028)	-	137.148
Transenergia Renovável	116.471	-	-	-	-	(1)	(9.992)	9.917	-	116.395
Retiro Baixo Energética	144.796	-	-	-	-	-	(3.858)	16.245	-	157.183
Triângulo Mineiro Transmissora	112.865	-	-	-	-	-	(1.470)	15.259	-	126.654
Vale do São Bartolomeu	60.305	357	-	-	-	-	-	3.357	-	64.019
Lajeado Energia	67.230	-	-	13	-	-	(73.496)	96.593	-	90.340
CEB Lajeado	63.047	-	-	4	-	-	(19.139)	24.044	-	67.956
Paulista Lajeado	29.967	-	-	-	-	-	-	8.089	-	38.056
Outros	2.681.493	-	(2.941)	(116.331)	63.315	133.951	(416.536)	519.252	(17.617)	2.844.586
Total de Investimentos	26.956.264	68.169	(2.941)	(176.692)	207.715	136.710	(1.362.493)	1.335.498	(165.985)	26.996.243

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONSOLIDADO								
	Saldo em 01/01/2019 (Reapresentado)	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)
Norte Energia	6.595.928	-	-	-	-	-	167.128	267.595	7.030.651
CTEEP	4.024.671	-	(15.133)	-	(363.685)	(358.579)	393.825	-	3.681.099
Energia Sustentável do Brasil	2.976.447	-	-	337.200	-	-	(38.299)	(434.504)	2.840.844
Madeira Energia	1.852.241	-	-	-	-	-	(409.816)	76.506	1.518.931
Belo Monte Transmissora	1.303.752	-	-	-	(14.936)	(2.613)	89.611	198.414	1.574.228
Interligação Elétrica do Madeira	1.491.339	-	-	-	-	-	75.716	-	1.567.055
Norte Brasil Transmissora de Energia	1.082.843	-	-	-	(208.593)	(22.211)	68.237	-	920.276
Teles Pires Participações	714.508	55.962	-	-	-	-	(29.937)	13.332	753.865
Companhia Energética Sinop	462.114	264.568	-	-	-	-	(39.738)	(183.934)	503.010
Empresa de Energia São Manoel	351.065	19.333	-	-	-	-	(6.962)	164.976	528.412
Mata de Santa Genebra	361.684	130.289	-	-	-	-	(41.815)	120.645	570.803
Chapecoense Geração	395.841	-	-	-	-	(108.460)	122.483	-	409.864
Interligação Elétrica Garanhuns	251.729	-	-	-	-	(5.897)	36.484	35.951	318.267
Enerpeixe	260.599	-	-	-	-	(54.430)	48.103	-	254.272
Energética Águas da Pedra	218.301	-	-	-	-	(41.939)	57.242	-	233.604
Transmissora Sul Litorânea de Energia	156.340	-	-	-	-	195	(6.160)	-	150.375
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	165.749	-	-	-	-	(16.044)	27.453	-	177.158
Goiás Transmissão	188.574	-	-	-	-	(5.072)	21.357	-	204.859
Paranaíba Transmissora de Energia	140.919	-	-	-	-	(2.986)	15.792	-	153.725
Rouar	124.448	-	5.029	-	-	(21.060)	1.226	-	109.643
Transnorte Energia	21.149	-	-	-	(73)	-	(4.963)	23.860	39.973
MGE Transmissão	127.583	-	-	-	-	-	11.593	-	139.176
Transenergia Renovável	124.031	-	-	-	-	(15.713)	8.153	-	116.471
Retiro Baixo Energética	134.277	-	-	-	-	(3.277)	13.796	-	144.796
Triângulo Mineiro Transmissora	91.698	1.406	-	-	-	-	19.761	-	112.865
Vale do São Bartolomeu	51.173	4.926	-	-	(1)	-	4.207	-	60.305
Lajeado Energia	79.923	-	(67)	-	4.838	(78.566)	61.102	-	67.230
CEB Lajeado	52.804	-	(18)	-	-	(17.232)	27.493	-	63.047
Paulista Lajeado	30.241	-	-	-	-	(7.259)	6.985	-	29.967
Outros	2.647.487	(132.841)	(77.231)	114.005	(79.067)	(381.941)	545.569	45.512	2.681.493
Total de Investimentos	26.479.458	343.643	(87.419)	451.205	(661.517)	(1.143.084)	1.245.626	328.353	26.956.264

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



20.3 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

31/12/2020										
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia	49,98%	1.796.877	42.691.891	44.488.768	1.957.228	29.357.442	13.174.098	44.488.768	4.402.647	(860.393)
Madeira Energia	43,00%	945.143	21.369.986	22.315.129	1.149.935	18.906.101	2.259.093	22.315.129	3.200.238	(1.445.667)
Energia Sustentável do Brasil	40,00%	989.250	20.088.832	21.078.082	978.648	10.892.330	9.207.104	21.078.082	2.676.045	(309.195)
Belo Monte Transmissora de energia	49,00%	963.497	7.198.219	8.161.716	500.544	4.047.209	3.613.963	8.161.716	833.619	294.278
Interligação Elétrica do Madeira	49,00%	868.642	5.789.039	6.657.681	382.701	3.031.839	3.243.141	6.657.681	595.799	49.125
Teles Pires Participações	49,72%	274.021	4.918.375	5.192.395	316.956	3.347.957	1.527.482	5.192.395	792.973	(72.291)
Empresa de Energia São Manuel	33,00%	193.508	3.723.477	3.916.985	210.909	1.815.213	1.890.863	3.916.985	360.656	(80.474)
Norte Brasil Transmissora de Energia	49,00%	404.445	3.316.564	3.721.009	108.869	1.764.591	1.847.549	3.721.009	342.623	142.923
Mata de Santa Genebra	50,00%	366.390	2.565.115	2.931.505	158.351	1.452.934	1.320.220	2.931.505	364.070	96.994
Companhia Energética Sinop	49,00%	258.879	2.702.367	2.961.246	87.748	1.437.924	1.435.574	2.961.246	269.647	(105.647)
Chapecoense Geração	40,00%	265.107	2.624.982	2.890.089	371.413	1.584.327	934.349	2.890.089	935.862	280.465
Enerpeixe	40,00%	476.575	1.758.817	2.235.392	793.861	777.254	664.277	2.235.392	303.132	116.532
Serra do Fação Energia	49,00%	378.352	1.963.451	2.341.803	235.198	1.842.701	263.904	2.341.803	402.091	(5.987)
Paranaíba Transmissora	24,50%	179.229	1.507.886	1.687.115	104.040	875.182	707.893	1.687.115	205.402	105.503
Interligação Elétrica Garanhuns	49,00%	112.635	1.044.527	1.157.163	54.775	344.456	757.932	1.157.163	114.343	34.579
Coligadas										
CTEEP	36,05%	5.507.858	19.084.500	24.592.358	1.372.497	9.094.419	14.125.442	24.592.358	3.696.428	3.382.650

31/12/2019										
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia	50,0%	1.102.615	43.937.145	45.039.760	4.412.114	26.596.065	14.031.581	45.039.760	4.214.481	209.628
Madeira Energia	50,0%	749.938	21.679.634	22.429.572	1.176.997	17.547.815	3.704.760	22.429.572	3.197.523	(951.833)
Energia Sustentável do Brasil	33,0%	728.881	20.536.876	21.265.757	926.137	11.184.321	9.155.299	21.265.757	2.568.049	(95.748)
Belo Monte Transmissora	49,0%	802.462	6.564.791	7.367.253	308.140	3.570.836	3.488.277	7.367.253	790.313	237.334
Interligação Elétrica do Madeira	40,0%	814.211	5.638.250	6.452.461	446.653	2.807.735	3.198.073	6.452.461	524.261	154.526
Teles Pires Participações	49,0%	159.645	5.087.639	5.247.284	323.559	3.381.578	1.542.148	5.247.284	831.628	(63.933)
Norte Brasil Transmissora de Energia	40,0%	403.176	3.020.410	3.423.586	304.675	1.296.299	1.822.612	3.423.586	350.239	56.902
Empresa de Energia São Manoel	49,0%	224.723	3.736.295	3.961.018	163.712	1.825.969	1.971.337	3.961.018	382.499	(13.216)
Chapecoense Geração	49,0%	379.358	2.744.455	3.123.813	451.803	1.647.352	1.024.658	3.123.813	884.034	306.209
Companhia Energética Sinop	24,5%	174.672	2.772.270	2.946.942	57.237	1.415.633	1.474.072	2.946.942	241.413	(43.982)
Mata de Santa Genebra	49,0%	289.538	2.370.123	2.659.661	129.811	1.385.424	1.144.426	2.659.661	357.522	(83.266)
Enerpeixe	49,0%	423.615	1.607.716	2.031.331	614.447	781.203	635.681	2.031.331	407.564	120.259
Interligação Elétrica Garanhuns	49,0%	124.787	979.688	1.104.475	56.211	327.837	720.427	1.104.475	93.034	75.299
Paranaíba Transmissora	24,5%	178.558	1.759.242	1.937.800	104.065	1.042.030	791.705	1.937.800	175.055	51.313
Coligadas										
CTEEP	36,1%	4.933.448	16.665.646	21.599.094	1.615.825	6.221.662	13.761.607	21.599.094	3.331.862	1.779.451

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

20.4 - Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Empresas de capital aberto	Participação	Valor Justo (a)	
		31/12/2020	31/12/2019
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
CTEEP	36,04%	6.521.147	5.389.526
EQUATORIAL MARANHÃO D.	33,55%	2.624.872	2.624.872
CEEE-GT	32,59%	1.634.744	1.268.004
EMAE	40,62%	1.087.136	532.395
CEEE-D	32,59%	316.343	315.467

(a) Baseado na cotação das ações na data-base.

20.5 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (vide nota 33), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

Participações societárias	31/12/2020		
	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado
CTEEP	4.235.422	87,51%	3.706.418
Equatorial Maranhão D.	948.611	91,47%	867.694
CEEE - GT	824.914	95,72%	789.608
EMAE	280.364	100,00%	280.364
AES Tiete	498.636	99,77%	497.489
Energisa Holding	439.887	73,45%	323.097
Coelce	291.655	76,61%	223.437
CESP	238.437	97,85%	233.310
Celesc	226.650	57,85%	131.117
CEB	45.854	99,97%	45.840
Celpa	80.309	100,00%	80.309
Celpe	39.489	100,00%	39.489
Energisa MT	11.960	100,00%	11.960
Total	8.162.188		7.230.132

20.6 - Capital Circulante Líquido de Controladas e Coligadas

Controladas

- Eletronuclear – tem por principal objetivo a construção e operação de usinas nucleares e a realização de serviços de engenharia e correlatos no estado do Rio de Janeiro. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2020 um capital circulante líquido negativo de R\$ 512.826 (R\$ 674.316 negativo em 31 de dezembro de 2019).
- Amazonas GT – tem por principal objetivo a geração e transmissão de energia elétrica. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2020 um capital circulante líquido negativo de R\$ 411.972 (R\$ 212.217 negativo em 31 de dezembro de 2019).

Coligadas

- A Companhia também detém participações, através de suas controladas, nas SPEs Madeira Energia, Norte Energia, Teles Pires Participações, Enerpeixe e Chapecoense Geração que apresentam em 31 de dezembro de 2020 capital circulante líquido negativo de R\$ 204.792, R\$ 160.351, R\$ 42.936, R\$ 317.286 e R\$ 106.306 respectivamente (R\$ 427.060, R\$ 3.309.499, R\$ 163.912, R\$ 190.832 e R\$ 72.445 negativos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Prática contábil

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Eletrobras, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas. O controle é obtido quando a Eletrobras possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre,

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

a) Controladas

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela companhia. Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundos dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controle conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

d) Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas Eletrobras firmaram investimentos em parcerias com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados na rubrica de Investimentos.

e) Receita de dividendos

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

NOTA 21 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos. As adições de valor mais expressivo são referentes as controladas Eletronuclear e Furnas.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adição/ Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	
Imobilizado em serviço						
Barragens, reservatórios e adutoras	6.931.726	94.218	(37.741)	(377.395)	78.746	6.689.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.282.430	2.367	(3.999)	(190.430)	34.167	3.124.535
Máquinas e equipamentos	13.067.839	879	(583.797)	(1.076.178)	520.017	11.928.760
Outros (b)	340.105	(152.414)	(2.573)	(32.161)	65.495	218.452
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment) (a)	(2.643.377)	(913.916)	704.865	-	-	(2.852.428)
	20.978.723	(968.866)	76.755	(1.676.164)	698.425	19.108.873
Imobilizado em curso	15.794.896	2.283.860	(254.330)	-	(665.051)	17.159.375
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment) (a)	(4.713.040)	-	-	-	-	(4.713.040)
	11.081.856	2.283.860	(254.330)	-	(665.051)	12.446.335
Direito de Uso						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	219.192	99	(18.840)	(43.550)	-	156.901
Máquinas e equipamentos	1.031.839	2.363	(14.424)	(72.843)	-	946.935
Outros (b)	4.264	93	-	(489)	-	3.868
	1.255.295	2.555	(33.264)	(116.882)	-	1.107.704
Total	33.315.874	1.317.549	(210.839)	(1.793.046)	33.374	32.662.912

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2018	Adição/Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em serviço						
Barragens, reservatórios e adutoras	7.220.782	5.716	-	(309.769)	14.997	6.931.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.432.009	11.148	-	(171.285)	10.558	3.282.430
Máquinas e equipamentos	14.132.898	545.073	(8.943)	(1.060.341)	(540.848)	13.067.839
Outros (b)	593.224	845	(225.642)	(18.766)	(9.556)	340.105
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment) (a)	(3.179.262)	(144.637)	680.522	-	-	(2.643.377)
	22.199.651	418.145	445.937	(1.560.161)	(524.849)	20.978.723
Imobilizado em curso	14.421.659	3.107.184	(1.171.379)	(19.783)	(542.785)	15.794.896
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment) (a)	(4.250.918)	(462.122)	-	-	-	(4.713.040)
	10.170.741	2.645.062	(1.171.379)	(19.783)	(542.785)	11.081.856
Direito de Uso *						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	274.505	(3.208)	(52.105)	-	219.192
Máquinas e equipamentos	-	125.323	-	(86.203)	992.719	1.031.839
Outros (b)	-	4.805	-	(542)	-	4.264
	-	404.633	(3.208)	(138.850)	992.719	1.255.295
Total	32.370.392	3.467.840	(728.650)	(1.718.794)	(74.915)	33.315.874

* Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía arrendamentos classificados dentro do grupo de máquinas e equipamentos, e com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 reclassificou os itens para o grupo de uso de direito de uso, para refletir melhor a divulgação.

Taxa média de depreciação e custo histórico:

	CONSOLIDADO							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Barragens, reservatórios e adutoras	2,16%	15.389.704	(8.700.150)	6.689.554	2,14%	15.310.958	(8.379.232)	6.931.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,67%	8.265.536	(5.141.001)	3.124.535	2,54%	7.027.708	(3.745.278)	3.282.430
Máquinas e equipamentos	4,06%	40.448.965	(28.520.205)	11.928.760	4,33%	29.226.727	(16.158.889)	13.067.839
Outros (b)	5,14%	1.180.992	(962.540)	218.452	2,55%	653.952	(313.847)	340.105
		65.285.197	(43.323.896)	21.961.301		52.219.345	(28.597.246)	23.622.099
Imobilizado em curso		17.159.375	-	17.159.375		15.794.896	-	15.794.896
		17.159.375	-	17.159.375		15.794.896	-	15.794.896
Direito de Uso								
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,36%	252.640	(95.739)	156.901	6,89%	271.297	(52.105)	219.192
Máquinas e equipamentos	4,45%	1.858.606	(911.671)	946.935	5,04%	1.856.245	(824.406)	1.031.839
Outros (b)	2,28%	4.455	(587)	3.868	4,34%	4.805	(542)	4.264
		2.115.701	(1.007.997)	1.107.704		2.132.348	(877.053)	1.255.294
Total		84.560.273	(44.331.893)	40.228.380		70.146.589	(29.474.299)	40.672.290

(a) Maiores detalhes podem ser observados na nota 23.

(b) O valor é composto, substancialmente, por terrenos, veículos e móveis e utensílios e obrigações especiais.

Cabe mencionar que os valores apresentados na tabela estão brutos da provisão para impairment.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação é reconhecida mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Os ativos de Direito de Uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

NOTA 22 – INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível no exercício é como segue:

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Vinculados à Concessão - Geração	303.235	(318)	(7.408)	(1.191)	294.318
Em serviço	281.093	(7.888)	(1.404)	(1.191)	270.610
Custo	301.982	7.999	(7.414)	(15.388)	287.179
Amortização acumulada	(14.450)	(15.444)	-	14.197	(15.697)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(6.439)	(443)	6.010	-	(872)
Em curso	22.142	7.570	(6.004)	-	23.708
Custo	22.142	7.570	(6.004)	-	23.708
Vinculados à Concessão - Transmissão	2.092	-	-	-	2.092
Em serviço - Custo	791	-	-	-	791
Em curso - Custo	1.301	-	-	-	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	349.714	84.854	(48.477)	(31.551)	354.540
Em serviço	95.793	(40.274)	(48.477)	1.616	8.658
Custo	1.053.351	6.721	(48.477)	16.083	1.027.678
Amortização acumulada	(641.270)	(46.995)	-	(14.467)	(702.732)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(316.288)	-	-	-	(316.288)
Em curso	253.921	125.128	-	(33.167)	345.882
Custo	306.852	125.128	-	(33.167)	398.813
Outros	(52.931)	-	-	-	(52.931)
Total	655.041	84.536	(55.885)	(32.742)	650.950

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Vinculados à Concessão - Geração	68.990	1.219	(6.484)	239.510	303.235
Em serviço	55.131	(867)	2.917	223.912	281.093
Custo	287.655	2.046	(2.819)	15.100	301.982
Amortização acumulada	(17.056)	(2.913)	-	5.519	(14.450)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(215.468)	-	5.736	203.293	(6.439)
Em curso	13.859	2.086	(9.401)	15.598	22.142
Custo	32.585	2.086	(9.401)	(3.128)	22.142
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(18.726)	-	-	18.726	-
Vinculados à Concessão - Transmissão	15.929	30	-	(13.867)	2.092
Em serviço	14.628	-	-	(13.837)	791
Custo	9.108	-	-	(8.317)	791
Amortização acumulada	5.520	-	-	(5.520)	-
Em curso - Custo	1.301	30	-	(30)	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	564.731	11.576	(17.194)	(198.305)	349.714
Em serviço	321.904	(121.304)	-	(104.807)	95.793
Custo	948.962	5.662	-	98.727	1.053.351
Amortização acumulada	(578.614)	(62.656)	-	-	(641.270)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(48.444)	(64.310)	-	(203.534)	(316.288)
Em curso	242.827	66.440	(8.597)	(46.749)	253.921
Custo	295.758	66.440	(8.597)	(46.749)	306.852
Outros	(52.931)	-	-	-	(52.931)
Total	649.650	12.825	(23.678)	27.338	655.041

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Prática contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

NOTA 23 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano, após os impostos, específica para os segmentos testados: 6,11% para geração não renovada, 6,14% para geração renovada, (4,40% para geração não renovada, 4,36% para geração renovada em 2019), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 8,08% e 11,95%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	7.565.468	-	7.565.468	7.356.417	-	7.356.417
Intangível	872	316.288	317.160	6.439	316.288	322.727
Total	7.566.340	316.288	7.882.628	7.362.856	316.288	7.679.144

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

A movimentação das provisões é como segue:

Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2019	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2020
UTN Angra 3	4.508.764	-	-	-	4.508.764
UTE Candiota	184.629	611.416	-	-	796.045
UTE Santa Cruz	618.569	-	(215.800)	-	402.769
Candiota Fase B	342.114	-	(21.094)	-	321.020
UHE Batalha	376.680	-	(78.622)	-	298.058
Casa Nova I	345.893	-	(53.130)	-	292.763
Livramento	117.866	8.428	-	-	126.294
Complexo Eólico Pindaí I	-	99.263	-	-	99.263
UHE Samuel	87.603	11.201	-	-	98.804
UTE Coaracy Nunes	71.007	-	-	-	71.007
UTE Camaçari	224.032	-	-	(224.032)	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
UHE Passo São João	34.750	-	-	-	34.750
Casa Nova II	16.492	32.662	-	-	49.154
PCH Santo Cristo	14.148	-	-	(14.148)	-
Casa Nova III	-	25.730	-	-	25.730
Outros	283.639	21.610	-	-	305.249
Total	7.362.856	810.310	(368.646)	(238.180)	7.566.340

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2018	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2019
UTN Angra 3	4.046.642	462.122	-	-	4.508.764
UTE Santa Cruz	731.988	-	(113.419)	-	618.569
UHE Batalha	377.005	-	(325)	-	376.680
Casa Nova I	345.893	-	-	-	345.893
Candiota Fase B	388.006	-	(45.892)	-	342.114
UTE Camaçari	247.263	-	(23.231)	-	224.032
Candiota Fase C	68.706	115.923	-	-	184.629
Livramento	326.698	6.508	(215.340)	-	117.866
UHE Samuel	306.866	-	(219.263)	-	87.603
UHE Símplicio	198.940	-	(198.940)	-	-
Outros	626.364	22.528	(87.802)	(4.384)	556.706
Total	7.664.371	607.081	(904.212)	(4.384)	7.362.856

Abaixo, destacamos os principais impactos decorrentes da avaliação do valor recuperável pela Companhia em dezembro de 2020.

- UTN Angra 3

A MP nº 998/20, posteriormente convertida na Lei 14.120/21, garantiu ao projeto uma tarifa que assegure a sua viabilidade econômico-financeira, sendo este um marco relevante na viabilidade do projeto. A administração espera ter a definição tarifária até setembro de 2021. Em 25 de fevereiro de 2021, foi publicado edital de contratação para retomada das obras. Nesse sentido a perspectiva de reinício das obras de forma relevante bem como a viabilidade do projeto se tornaram mais evidentes, havendo expectativa de resolução da tarifa e estrutura de financiamento no ano de 2021.

Os seguintes aspectos foram considerados no teste de *impairment* de Angra: (i) atualização do orçamento de *Capital Expenditure* - Capex do projeto, que registrou crescimento impactado pelo fim do Renuclear, pela forte apreciação do Euro em relação ao Real e a inserção da estimativa de aquisição de novos elementos combustíveis para a carga inicial, que foram utilizados em Angra 2; (ii) utilização de tarifa de energia que considera os parâmetros especificados na Lei 14.120/21 (iii) alteração na taxa de desconto para 6,79% (6,52% em dezembro de 2019). A administração utilizou como premissa o

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

critério de viabilidade econômico financeiro sem aumentos incrementais, mantendo assim a provisão para *impairment* no montante de R\$ 4.508.764. A companhia entende que à medida que haja uma melhor definição da base tarifária e das condições de financiamento, o projeto pode apresentar rentabilidade que venha a permitir a eventual redução e/ou reversão do *impairment* registrado, fatos a serem confirmados no ano de 2021. Para esse empreendimento um aumento de 5% ou 10% da tarifa utilizada como base para teste iria acarretar em uma redução de 37% e 75% do *impairment*, respectivamente e uma redução de 5% ou 10% iria acarretar em um aumento do *impairment* de 37% e 75% respectivamente.

- UTE Candiota

A provisão complementar no montante de R\$ 611.416 decorre, basicamente: (i) da alteração da taxa de desconto pós-tax de 4,40% para 6,11%; (ii) da revisão da estimativa de ressarcimento de carvão em decorrência do despacho ANEEL nº 2.616/2020 que revisou o estoque histórico; e (iii) da alteração da estimativa do prazo de ressarcimento de combustível de 2027 para 2024, em razão do término do contrato regulado de venda.

- UTE Camaçari

Em dezembro de 2020 a controlada Chesf baixou os ativos da extinta UTE Camaçari, em decorrência da assinatura de contrato de locação entre a Chesf, como locadora, Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy II S.A., como locatárias. O referido contrato tem como objeto a locação irrevogável e irreatável do ativo existente pelo prazo de 15 anos. Diante deste contexto e baseado nas normas contábeis vigentes, à luz da condição atual do ativo, foi registrado um contas a receber, por se tratar de Arrendamento Financeiro. Este novo ativo tem seu registro suportado por um fluxo de recebíveis, ajustado ao seu valor presente, contemplando as premissas estabelecidas no contrato de arrendamento. Foi registrada uma receita no valor de R\$ 50.675 no exercício de 2020.

Administração

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram adições/reversões de *impairment*.

Intangível - Administração	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Ágio de rentabilidade Futura (Livramento)	-	233.989	233.989
UGC LT Salto Santiago - Ivaiporã - Cascavel	-	33.855	33.855
Outros	48.444	-	48.444
Total	48.444	267.844	316.288

- Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que não apresentam provisão para *impairment*

As UGCs que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10%, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Nenhuma UGC apresentou risco de *impairment*.

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs) tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

NOTA 24 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	83.077	84.862	2.612.668	2.355.091
Energia Comprada para Revenda	622.831	409.271	1.275.170	728.643
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	16.213	11.735
	<u>705.908</u>	<u>494.133</u>	<u>3.904.051</u>	<u>3.095.469</u>
Não circulante				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	16.556	18.143
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.556</u>	<u>18.143</u>
Total	<u>705.908</u>	<u>494.133</u>	<u>3.920.607</u>	<u>3.113.612</u>

Prática contábil

São reconhecidas as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica para revenda e compras de bens, mercadorias (material, combustível convencional, etc.) e de serviços. São reconhecidas também as compras de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, os passivos são baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro.

NOTA 25 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Eletrobras e suas controladas é divulgada a seguir:

	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	140.572	275.655	2,41%	140.572	275.655
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	-	1,79%	39.441	392.300
BNP Paribas	1,17%	182.590	-	1,17%	182.590	-
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	2,69%	20.292	290.760	3,42%	60.561	587.891
		<u>343.454</u>	<u>566.415</u>		<u>423.164</u>	<u>1.255.846</u>
Bônus						
Vencimento 27/10/2021 (a)	5,75%	3.284.824	-	5,75%	3.284.824	-
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.461	2.570.741	3,63%	38.461	2.570.741
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.606	3.812.050	4,63%	73.606	3.812.050
		<u>3.396.891</u>	<u>6.382.791</u>		<u>3.396.891</u>	<u>6.382.791</u>
Moeda Nacional						
RGR Devolução (b)	5,00%	250.802	1.254.011	5,00%	250.802	1.254.011
RGR Controladas (c)	5,00%	86.779	688.283	5,00%	86.779	688.283
RGR CCEE (d)	5,00%	34.797	-	5,00%	34.797	-
BNDES (e)	-	-	-	5,15%	454.393	4.790.888
Caixa Econômica Federal	2,27%	416.603	340.592	5,94%	918.979	3.850.392
Banco do Brasil	2,27%	666.564	544.948	2,41%	1.085.373	1.420.404
Bradesco	-	-	-	5,14%	1.006.159	-
Petrobras	1,91%	2.196.011	4.925.322	1,91%	2.196.011	4.925.322
BR Distribuidora	2,21%	157.200	47.224	2,21%	157.200	47.224
State Grid	-	-	-	10,00%	43.935	354.828
Banco do Nordeste do Brasil (f)	-	-	-	10,14%	52.251	901.827
BASA	-	-	-	8,50%	11.346	156.006
Cigás	-	414.264	223.670	-	414.264	223.670
Outras Instituições Financeiras	-	-	-	-	779.996	1.292.845
		<u>4.223.020</u>	<u>8.024.050</u>		<u>7.492.285</u>	<u>19.905.700</u>

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
Eletobras - Vencimento 25/04/2022	Taxa DI + 0,70% a.a.	3.722	1.100.000	Taxa DI + 0,70% a.a.	3.722	1.100.000
Eletobras - Vencimento 25/04/2024	Taxa DI + 1,00% a.a.	8.305	2.200.000	Taxa DI + 1,00% a.a.	8.305	2.200.000
Eletobras - Vencimento 25/04/2026	Taxa DI + 1,20% a.a.	4.035	1.000.000	Taxa DI + 1,20% a.a.	4.035	1.000.000
Eletobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18% a.a.	4.767	740.825	IPCA + 5,18% a.a.	4.767	740.825
Furnas - Vencimento 15/11/2024	-	-	-	CDI 117,60% a.a	1.267	450.000
Furnas - Vencimento 15/11/2029	-	-	-	IPCA + 4,08% a.a.	1.755	808.446
Chesf - Vencimento 15/01/2029	-	-	-	IPCA + 7,03% a.a.	11.224	137.991
CGT Eletrosul - Vencimento 15/09/2028 (g)	-	-	-	IPCA + 6,80% a.a.	17.687	401.350
Eletronorte - Vencimento 04/08/2024 (h)	-	-	-	CDI + 2,675%	45.649	1.208.333
		20.829	5.040.825		98.411	8.046.945
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		7.984.194	20.014.081		11.410.751	35.591.282

	31/12/2019					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	110.885	323.669	2,41%	110.885	323.669
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	-	4,95%	30.897	334.706
BNP Paribas	2,65%	141.808	141.578	2,65%	141.808	141.578
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,46%	14.416	220.937	2,46%	14.416	220.937
Corporación Andino de Fomento - CAF	4,38%	150.139	-	4,38%	150.139	-
		417.248	686.184		448.145	1.020.890
Bônus						
Vencimento 27/10/2021	5,75%	83.693	7.053.725	5,75%	83.693	7.053.725
		83.693	7.053.725		83.693	7.053.725
Moeda Nacional						
RGR Devolução (b)	5,00%	250.802	1.383.629	5,00%	250.802	1.383.629
RGR Controladas (c)	5,00%	-	863.645	5,00%	-	863.645
RGR CCEE (d)	5,00%	354.314	746.847	5,00%	354.314	746.847
BNDES (e)	-	-	-	9,25%	536.746	5.574.689
Caixa Econômica Federal	5,26%	417.355	756.992	5,26%	1.185.694	5.007.814
Banco do Brasil	5,26%	667.768	1.211.188	5,26%	1.076.811	2.504.620
Petrobras	4,62%	2.297.220	6.631.614	4,62%	2.297.220	6.631.614
BR Distribuidora	5,05%	428.543	198.589	5,05%	428.543	198.589
Repactuação Dívida Controladas	4,40%	397.183	2.714.084	-	-	-
State Grid	-	-	-	10,00%	45.590	379.982
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	-	10,14%	43.968	750.519
BASA	-	-	-	8,50%	28.995	324.011
Cigás	-	445.037	268.611	-	445.039	268.611
Outras Instituições Financeiras	-	-	-	-	411.071	1.594.545
		5.258.222	14.775.200		7.104.793	26.229.116

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

	31/12/2019					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
Eletrobras - Vencimento 25/04/2022	Taxa DI + 0,70% a.a.	6.991	1.100.000	Taxa DI + 0,70% a.a.	6.991	1.100.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2024	Taxa DI + 1,00% a.a.	14.791	2.200.000	Taxa DI + 1,00% a.a.	14.791	2.200.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2026	Taxa DI + 1,20% a.a.	6.967	1.000.000	Taxa DI + 1,20% a.a.	6.967	1.000.000
Eletrobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18% a.a.	4.410	711.069	IPCA + 5,18% a.a.	4.410	711.069
Furnas - Vencimento 15/11/2024	-	-	-	CDI 117,60% a.a	543	450.000
Chesf - Vencimento 15/01/2029	-	-	-	IPCA + 7,03% a.a.	10.923	139.399
Eletrosul - Vencimento 15/09/2028	-	-	-	IPCA + 6,80% a.a.	16.682	99.792
Eletronorte - Vencimento 10/07/2031	-	-	-	TJLP + 1,65% a.a.	17.222	180.490
		33.159	5.011.069		78.529	5.880.750
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		5.792.323	27.526.178		7.715.160	40.184.481

a) Bônus

Em fevereiro de 2020, a Companhia emitiu *Notes* com vencimento em 2025 e 2030. Os recursos provenientes desta emissão foram utilizados, principalmente, para rolagem da dívida referente ao contrato de Bônus com vencimento em 27 de outubro de 2021.

b) RGR Devolução

Além dos financiamentos devidos pela Eletrobras, em 2017, através do processo administrativo que fiscalizou a gestão da Eletrobras da RGR, no período de 1998 a 2011, a ANEEL, determinou a devolução, pela Eletrobras, de cerca de R\$ 2 bilhões, em 10 anos, atualizado pela SELIC, conforme artigo 21-A e 21-B da Lei 12.783/2013.

c) RGR Controladas

Nos financiamentos acima mencionados constam as dívidas tomadas pelas controladas da Eletrobras junto à RGR, com juros de 5% ao ano, sendo que, considerando que foram tomadas antes de 17 de novembro de 2016, ainda são administrados pela Eletrobras, posto que ainda não foram repassados para a CCEE, conforme Decreto nº 9.022/2017.

d) RGR CCEE

Referem-se aos montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, foram desreconhecidos, conforme nota 11 (b). A Eletrobras atua apenas como agente repassador e é responsável pela gestão contratual desses financiamentos, não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras, enquanto o agente devedor não efetuar o pagamento.

De acordo com o Decreto 9.022/2017, a Eletrobras deverá repassar os recursos à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor.

e) BNDES

Ao final do mês de março o BNDES anunciou apoio emergencial para as empresas brasileiras com objetivo de reduzir os impactos econômicos e financeiros da crise gerada por conta da pandemia. Uma das medidas aprovadas pelo banco foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária (*standstill*) pelo prazo de até 6 meses do pagamento do serviço da dívida (principal e juros remuneratórios) na modalidade direta, no qual se enquadram os contratos de financiamento, firmados

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

pela Eletronuclear, CGT Eletrosul, Eletronorte, Furnas e Chesf com o BNDES. Nesse sentido, estes contratos foram suspensos pelo prazo de 6 meses tendo seus juros capitalizados ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

f) Empréstimo - Chesf

Em dezembro de 2020, a Chesf realizou uma operação de crédito, no valor de R\$ 263.116 junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A operação tem por objetivo financiar reforços e melhorias do sistema de transmissão, e conta com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A operação conta com carência de principal de 24 meses e amortização em 132 meses.

g) Debêntures CGT Eletrosul

Em outubro de 2020, a CGT Eletrosul captou recursos por meio da realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com prazo total de 8 anos no montante de R\$ 300.000. Em 15 de dezembro de 2020 foi encerrada a oferta pública de debêntures emitidas pela CGT Eletrosul.

h) Debêntures Eletronorte

Em outubro de 2020, a Eletronorte captou recursos através de oferta pública valor total de R\$750.000, não conversíveis em ações, com prazo total de 4 anos. O uso principal será para o refinanciamento do passivo da Eletronorte e o saldo, caso haja, será destinado ao reforço de caixa para a utilização no curso ordinário dos negócios da mesma. Em 19 de novembro de 2020 foi encerrada a oferta pública de debêntures emitidas pela controlada da Eletronorte, Amazonas GT.

25.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Saldo inicial	33.318.501	27.634.849	47.899.641	54.841.027
Captação	5.193.319	5.000.000	9.154.852	6.442.950
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	3.906.850	3.040.214	5.367.794	3.876.246
Juros Pagos	(1.275.296)	(1.574.909)	(2.074.848)	(2.810.184)
Amortização do Principal (a)	(12.140.166)	(9.774.395)	(12.144.481)	(12.365.154)
Custos de transação apropriado	-	-	(22.146)	598
Transferência	-	11.077.939	(173.846)	(645)
Baixas	-	(2.085.197)	-	(2.085.197)
Desreconhecimento RGR	(1.004.933)	-	(1.004.933)	-
Saldo final	27.998.275	33.318.501	47.002.033	47.899.641

(a) Na Controladora a amortização do principal inclui o montante de R\$ 3.138.797, referente a transferência das ações da companhia Amazonas GT para a Eletronorte. Essa transação não teve efeito caixa.

A parcela de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Controladora	4.115.131	2.315.919	4.153.751	3.043.776	1.331.746	5.053.758	20.014.081
Consolidado	6.425.929	4.398.822	5.592.555	3.971.934	2.072.107	13.129.935	35.591.282

25.2 - Garantias

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 30.575.673, em 31 de dezembro de 2020, apresentadas no quadro abaixo:

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

EMPRESAS NÃO CONTROLADAS

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2020	Término da Garantia
Eletrobras	SPE	UHE Belo Monte (Norte Energia)	14.126.563	2042
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	4.913.552	2040
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	3.365.972	2034
Furnas	SPE	UHE Santo Antônio	1.688.146	2038
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	1.194.566	2036
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	917.992	2035
Eletrobras	SPE	UHE Sinop	567.272	2038
Eletrobras	SPE	Empresa de Energia São Manoel	535.917	2038
Eletrobras	SPE	Belo Monte Transmissora	442.552	2032
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	412.991	2024
Eletrobras	Corporativo	Eólicas Hermenegildo (a)	379.661	2032
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	291.483	2032
Eletrobras	SPE	Santa Vitória do Palmar Holding (a)	264.540	2031
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	243.443	2030
Eletronorte	SPE	Belo Monte Transmissora	163.981	2031
Furnas	SPE	Belo Monte Transmissora	163.981	2031
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	144.695	2022
Eletrobras	SPE	Norte Brasil Transmissora de Energia	138.029	2026
Furnas	SPE	Empresa de Energia São Manoel	109.312	2031
Eletrobras	SPE	Interligação Elétrica Garanhuns	91.660	2028
Eletrobras	SPE	Chapada do Piauí II	86.571	2021
Eletrobras	SPE	Chapada do Piauí I	74.003	2022
Chesf	SPE	UHE Sinop	66.703	2032
Eletronorte	SPE	UHE Sinop	66.703	2032
Eletrobras	SPE	Santa Vitória do Palmar Holding (a)	48.876	2028
Eletrobras	Corporativo	Eólica Chuí IX (a)	38.143	2032
Eletrobras	SPE	Mangue Seco 2 (a)	30.265	2031
Eletrobras	SPE	Caldas Novas Transmissão	8.101	2028
Garantias empresas não controladas			30.575.673	

(a) A Eletrobras alienou a sua participação nas SPEs Mangue Seco 2, Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A., Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo III S.A. e Chuí Geração S.A, maiores detalhes na nota 46. Conforme estabelecido nos instrumentos contratuais, a Eletrobras permanece temporariamente como garantidora destas SPEs, enquanto não seja finalizado o período de transição necessário para que os novos acionistas formalizem a substituição da posição de garantidora nos contratos de financiamento.

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

O montante garantido para as controladas é de R\$ 15.324.770, em 31 de dezembro de 2020, e é apresentado no quadro abaixo.

Relatório da Administração/comentário

Eletrobras

EMPRESAS CONTROLADAS

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2020	Término da Garantia
Eletrobras	Corporativo	Angra III	3.514.723	2036
Eletronuclear	Corporativo	Angra III	3.112.045	2038
Eletrobras	Corporativo	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 3	1.006.160	2021
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Fumas	832.348	2029
Eletrobras	Corporativo	Belo Monte Transmissora	797.523	2029
Eletrobras	Corporativo	Diversos - Furnas	709.801	2023
Eletronorte	Corporativo	Emissão de Debêntures - Amazonas GT	556.560	2024
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Fumas	451.267	2024
Eletrobras	Corporativo	UHE Simplício	432.709	2026
Eletrobras	Corporativo	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	431.741	2031
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	403.629	2029
Eletrobras	Corporativo	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	340.205	2028
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	333.283	2022
Eletrobras	Corporativo	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 2	258.330	2024
CGT Eletrosul	SPE	Transmissora Sul Litorânea de Energia	197.452	2029
Eletrobras	Corporativo	UHE Mauá	190.121	2028
Eletrobras	Corporativo	Plano de Investimentos 2012-2014	171.877	2029
Eletrobras	Corporativo	Linha Verde Transmissora	167.352	2033
Eletrobras	Corporativo	Eólicas Casa Nova II e III	166.394	2031
Eletrobras	Corporativo	Financiamento corporativo	152.120	2023
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos de Transmissão	130.206	2031
Eletrobras	Corporativo	UHE São Domingos	126.926	2028
Eletrobras	Corporativo	Transmissora Sul Brasileira de Energia	116.550	2026
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	106.280	2032
Eletrobras	Corporativo	UHE Batalha	97.521	2025
Eletrobras	Corporativo	UHE Passo de São João	92.469	2026
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	83.412	2023
CGT Eletrosul	SPE	Transmissora Sul Litorânea de Energia	80.758	2030
Eletrobras	Corporativo	Projetos de Inovação	68.851	2023
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	50.805	2031
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	37.567	2021
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	32.792	2027
Eletrobras	Corporativo	UHE Baguari	24.160	2026
CGT Eletrosul	Corporativo	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	20.732	2029
CGT Eletrosul	Corporativo	Interligação Brasil x Uruguai	15.561	2029
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	11.179	2021
Eletrobras	Corporativo	SC Energia	3.361	2021
Garantias empresas controladas			15.324.770	

25.3 - Movimentação de Provisão para Garantias

As movimentações das garantias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram as seguintes:

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	463.776	549.436
Adições de Garantias	25.556	13.690
Atualização	15.197	5.889
Baixas	(45.525)	(105.239)
Saldo final	459.004	463.776

25.4 - Obrigações Assumidas - Covenants

As Empresas Eletrobras possuem cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICS, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias e limitação à venda significativa de ativos. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do exercício.

Contrato com garantia financeira consiste em contratos que requerem que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida. Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Para fazer frente a uma eventual execução de garantia a Eletrobras provisiona 1% do saldo devedor garantido para as investidas controladas e não controladas. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 40).

NOTA 26 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a contratos de arrendamento de imóveis, veículos, equipamentos e aos contratos de suprimento de energia firmados com os PIEs em 2005 com vigência de 20 anos da Amazonas Energia S.A que foram repassados para a Amazonas GT durante o processo de desverticalização e, estes últimos, já classificados como arrendamentos financeiros anteriormente à adoção do CPC 06 - R2 /IFRS 16.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.207.189	976.115
Adoção inicial	-	340.225
Novos contratos/Remensurações	37.285	211.375
Juros Incorridos	365.596	338.163
Pagamentos	(556.876)	(547.226)
Baixas	-	(111.463)
Saldo final	1.053.194	1.207.189
Circulante	217.321	219.484
Não Circulante	835.873	987.705
Total	1.053.194	1.207.189

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos de curto prazo	23.552	52.771
Arrendamentos de baixo valor	23.452	40.592
Despesas variáveis de arrendamento	824	3.822

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	
2022	40.244	
2023	153.623	
2024	147.866	
2025	379.113	
2026	37.864	
Após 2026	77.163	
Total	835.873	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestação do arrendamento	556.876	547.226
PIS/COFINS potencial (9,25%)	51.511	50.618

Prática contábil

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no Ativo Não Circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

NOTA 27 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

a) Compulsório não quitado

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº. 4.156/62, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Inicialmente, o tributo recaiu sobre todos os consumidores de energia elétrica, e sua devolução foi assegurada até o ano de 1976 pela emissão de títulos ao portador (Obrigações).

Com o advento do Decreto-Lei nº 1.512/76, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kw.h.

Nesta 2ª fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por Obrigações. A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Companhia, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados.

A maior parte dos créditos arrecadados pela Eletrobras à época de vigência da lei já foram devolvidos aos contribuintes. Porém, ainda existem créditos a serem devolvidos pela Companhia, pois alguns contribuintes, questionando a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório, ingressaram em juízo

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

com ações consignatórias para discutir sua cobrança pela Eletrobras, depositando judicialmente esses valores do tributo.

À medida que a Eletrobras teve êxito nessas ações e foi autorizada a levantar os valores depositados, mediante expedição de alvará judicial, a obrigação de devolver esses tributos foi registrada no passivo da Companhia. Esses créditos não foram convertidos nas 4 assembleias realizadas pela Eletrobras citadas acima, pois ingressaram no caixa da Companhia após a última assembleia de conversão ocorrida em 2008.

A Eletrobras, após o levantamento dos referidos depósitos, assume a obrigação de devolução do valor principal em até 20 anos e do pagamento de juros anuais de 6% ao ano, conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. Portanto, esses créditos estão registrados no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Ressalte-se que os juros de 6% ao ano, neste caso, são devidos, durante o período de carência, pois se trata de Empréstimo Compulsório ainda não convertido em ações, e não de débito judicial, como é o caso dos processos judiciais de correção monetária do tributo já convertido em ações e tratado na nota explicativa 33 que trata de provisões e passivos contingentes.

b) Provisão para ações a entregar

Existe ainda um passivo da Companhia referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Considerando que os contribuintes precisam se cadastrar junto ao procedimento administrativo de Solicitações de Ações - SAC da Eletrobras, demonstrando, através dos documentos jurídicos adequados, sua legitimidade ao recebimento dessas ações, existem muitos contribuintes que ainda não tiveram as ações convertidas implantadas em seu nome, ficando as referidas ações registradas no patrimônio líquido da Companhia, assim como no Banco Custodiante, sob a rubrica de "ações com acionistas a identificar".

Registra-se que não se trata de ações em tesouraria, mas sim ações objeto das conversões dos créditos de Empréstimo Compulsório, com o objetivo de quitação de tais créditos, conforme prerrogativa franqueada à Eletrobras pela legislação de regência do tributo. Ademais, não se trata de ações despojadas de titularidade, sendo o SAC um procedimento que atribui ao acionista identificado a plenitude dos direitos políticos e econômicos inerentes à propriedade acionária na forma da Lei nº 6.404/1976 e normativos da CVM.

A partir de 2008, em decisão embasada em posicionamento jurídico, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados, decorrente da conversão do Empréstimo Compulsório, para o pagamento desses processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório. Em contrapartida, a Eletrobras registrou uma provisão em montante equivalente ao valor de ações preferenciais B que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem comprovar sua legitimidade no âmbito do SAC.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, observadas, nesse caso, a Lei 6.404/1976 e normas editadas pela CVM.

Desta forma, a Companhia pode atualizar o montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem sua legitimidade no SAC, com base no valor de mercado da ação ou pelo seu valor patrimonial, relativo ao último exercício social, o que for mais vantajoso.

Assim, em dezembro de 2020, o valor equivalente em moeda a essas ações a serem entregues foi registrado no passivo não circulante e atualizado pela média dos últimos 12 meses do valor de mercado das referidas ações, com acréscimo equivalente a proventos que tais contribuintes, após

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

devida chancela no SAC, teriam direito se já exercessem plenamente os direitos políticos e econômicos decorrentes da titularidade acionária, observado o prazo prescricional de 3 anos previsto na Lei nº 6.404/1976. Além disso, foram incluídos no montante da provisão registrada pela Eletrobras, os valores equivalentes aos proventos que teriam direito se acionistas fossem devendo, contudo, ser observado o prazo prescricional.

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	485.756	493.118
Ingresso de recursos	7.263	-
Provisão para Implantação de Ações	376.433	-
Encargos sobre dívida	39.243	(10.433)
Pagamento de juros	(2.282)	(2.873)
Atualização monetária	140.696	5.944
Saldo final	1.047.109	485.756
Circulante	57.201	15.156
Não Circulante	989.908	470.600
Total	1.047.109	485.756

Prática contábil

A Companhia registra a obrigação no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de correção monetária com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. No caso da provisão para implantação de ações, o valor é corrigido pelo preço da ação.

NOTA 28 – TRIBUTOS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
PIS/ COFINS	223.121	87.548	840.750	755.102
IRRF/ CSRF	96.222	65.193	155.341	316.801
ICMS	-	-	37.598	252.972
INSS/ FGTS	5.174	4.899	55.147	112.937
PAES/ REFIS	-	-	23.340	23.191
ISS	-	-	13.658	14.549
Outros	10.915	43.876	68.208	100.106
Total	335.432	201.516	1.194.042	1.575.658
Passivo não circulante				
PAES/ REFIS	-	-	168.394	190.365
PASEP/ COFINS	-	-	13.573	42.100
Outros	-	-	212	7.494
Total	-	-	182.179	239.959

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

NOTA 29 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	371.364	397.125
Quota RGR	67.810	120.162
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	101.565	72.212
Quota CDE	19.256	16.579
Quota PROINFA	15.998	11.433
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	10.852	10.100
	<u>586.845</u>	<u>627.611</u>
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	744.395	730.246
Quota RGR	47	57
	<u>744.442</u>	<u>730.303</u>
TOTAL	<u>1.331.287</u>	<u>1.357.914</u>

29.1 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da lei 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

29.2 - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

29.3 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Prática contábil

Os encargos setoriais são reconhecidos como obrigações a recolher, derivadas dos encargos estabelecidos em lei e são registrados na rubrica de passivo circulante e não circulante de acordo com a competência.

NOTA 30 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos do exercício de 2020	1.507.139	-	1.507.139	-
Dividendos do exercício de 2019	-	2.540.567	-	2.540.567
Dividendos não reclamados (a)	23.579	18.862	28.391	19.569
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	-	-	11.628	15.080
Total	<u>1.530.718</u>	<u>2.559.429</u>	<u>1.547.158</u>	<u>2.575.216</u>

(a) Os saldos de "Dividendos retidos exercícios anteriores" e "Dividendos mínimos obrigatórios" foram transferidos para "Dividendos não reclamados".

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Em 29 de julho de 2020, a Eletrobras aprovou o pagamento de dividendos de acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais classe "A" e "B". Os valores aprovados, conforme proposta da Administração, totalizam R\$ 490.210 para ações preferenciais classe "A" e "B", e R\$ 2.050.357 para ações ordinárias, gerando os dividendos unitários de R\$ 2,2478, R\$ 1,7499 e R\$ 1,5909, respectivamente. Os dividendos foram pagos em 09 de setembro de 2020, totalizando R\$ 2.579.579, que inclui atualização monetária. Do montante total devido aos acionistas, a parcela de R\$ 13.616 não foi reclamada.

Prática contábil

A Companhia possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 31 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Geração				
Jirau	39.150	124.871	(34.349)	129.672
Funil	222.881	13.925	(11.079)	225.727
CoaracyNunes	99.757	36.283	(36.538)	99.502
	<u>361.788</u>	<u>175.079</u>	<u>(81.966)</u>	<u>454.901</u>
Transmissão				
LT Eunápolis-T.Freitas	4.059	-	(4.059)	-
	<u>4.059</u>	<u>-</u>	<u>(4.059)</u>	<u>-</u>
Total	<u>365.847</u>	<u>175.079</u>	<u>(86.025)</u>	<u>454.901</u>
		31/12/2020	31/12/2019	
Passivo Circulante		40.196	3.913	
Passivo Não Circulante		414.705	361.934	
Total		<u>454.901</u>	<u>365.847</u>	

Prática contábil

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do mesmo excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo tempo.

NOTA 32 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As Empresas Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos (BD) e de Contribuição Definida (CD).

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Devido à estrutura descentralizada das Empresas Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, as Empresas Eletrobras oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Empresa	Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas da Eletrobras				
	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X		X
CGT Eletrosul	X		X		X
Chesf	X	X	X		
Eletronorte	X		X	X	X
Amazonas GT	X		X		X
Eletronuclear	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- **Risco de investimento:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- **Risco de taxa de juros:** Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- **Risco de longevidade:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- **Risco de salário:** O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados das Empresas Eletrobras.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Planos de benefícios previdenciários	1.129.241	833.040	6.791.370	4.791.681
Planos de saúde e seguro de vida	2.756	4.347	225.471	196.180
Total das obrigações de benefício pós emprego	1.131.997	837.387	7.016.841	4.987.861
Circulante	-	14.875	192.209	161.773
Não circulante	1.131.997	822.512	6.824.632	4.826.088
	1.131.997	837.387	7.016.841	4.987.861

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

O aumento apresentado em 2020 deve-se principalmente a reavaliação do plano de benefícios da subsidiária Chesf, que possui benefícios complementares definidos para determinado grupo de funcionários, calculados com base em remuneração variável e indexados pelo IGP-M, o qual sofreu forte variação no exercício. Tal revisão gerou recálculos nos montantes de anos anteriores e, portanto, estão sendo apresentados efeitos de forma retrospectiva.

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	3.191.662	2.810.326	37.523.363	33.303.765
Valor justo dos ativos do plano	(2.062.421)	(1.977.286)	(31.394.339)	(29.687.699)
Teto do ativo	-	-	662.346	1.175.615
Passivo/(Ativo) líquido	1.129.241	833.040	6.791.370	4.791.681
Custo de serviço corrente líquido	(320)	(527)	80.782	57.143
Custo de juros líquidos	77.623	103.441	323.488	229.058
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	77.303	102.914	404.270	286.201

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.755	4.347	225.471	196.181
Passivo/(Ativo) líquido	2.755	4.347	225.471	196.181
Custo de serviço corrente líquido	215	1.174	3.679	7.253
Custo de juros líquidos	302	637	9.651	15.546
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	517	1.811	13.330	22.799

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.810.325	3.096.414	33.303.765	27.489.553
Custo de serviço corrente	(320)	(527)	80.782	57.143
Juros sobre a obrigação atuarial	206.233	254.576	2.275.724	2.318.604
Benefícios pagos no ano	(245.615)	(288.159)	(2.310.773)	(2.421.730)
Contribuições Normais do Participante	5.546	2.415	38.280	30.756
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	415.493	(254.393)	4.135.585	5.829.439
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	406.979	361.322	3.491.997	7.487.140
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	8.514	(615.715)	643.588	(1.657.701)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	3.191.662	2.810.326	37.523.363	33.303.765

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos:

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor justo dos ativos no início do ano	1.977.285	1.878.160	29.687.699	25.819.845
Benefícios pagos durante o exercício	(245.615)	(288.159)	(2.310.773)	(2.421.730)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	5.546	2.415	38.280	297.175
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	15.238	31.204	245.127	292.574
Rendimento esperado dos ativos no ano	128.610	151.135	2.016.536	2.196.777
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	181.357	202.531	1.717.470	3.503.058
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.062.421	1.977.286	31.394.339	29.687.699
Rendimento efetivo dos ativos no ano	309.967	353.666	3.734.006	5.699.835

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	(222.164)	415.190	(2.304.304)	(2.075.470)

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido

Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor das obrigações atuariais no início do ano	4.347	7.368	196.181	246.207
Custo de serviço corrente	215	1.174	3.679	7.253
Juros sobre a obrigação atuarial	302	637	9.651	15.546
Benefícios pagos no ano	(1.029)	(667)	(46.586)	(116.930)
Desreconhecimento de benefício	-	-	(29.248)	(5.555)
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(1.080)	(4.165)	91.794	49.660
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(972)	817	80.593	69.803
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(79)	80	743	1.162
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(29)	(5.062)	10.458	(21.306)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.755	4.347	225.471	196.181

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

	Hipóteses Econômicas	
	2020	2019
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	2,69% a 3,80%	3,07% a 3,37%
Projeção de aumento médio dos salários	0,25% a 2,01%	1,00% a 2,00%
Taxa média de inflação anual	3,27%	3,68%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	3,27%	3,68%

(i) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Hipóteses Demográficas		
	2020	2019
Taxa de rotatividade	0% a.a.; Ex-Nucleos 2018; Tábua de rotatividade nula	0% a.a.; Ex-Nucleos 2018; Tábua de rotatividade nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 15%; AT-83 Basic Feminina (Suavizada em 10%); AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	AT-2000 (segregada por sexo) desagregada em 10%; AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 15%; AT-83 Feminina; AT-2000 (masculina); AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983; AT-49 segregada por sexo; AT-49 Desagregada em 2 anos Masculina; MI-2006 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-83 IAM (masculina)	RRB-1983; AT-49 segregada por sexo; AT-49 Desagregada em 2 anos Masculina; AT-83 IAM (masculina); MI-2006 (segregada por sexo) suavizada em 10%
Tábua de invalidez	LIGHT (FRACA); ALVARO VINDAS (suavizada em 50%); Álvaro Vindas; TASA 1927; ALVARO VINDAS (desagregada em 50%); LIGHT (MÉDIA)	LIGHT (FRACA); ALVARO VINDAS (suavizada em 50%); TASA 1927

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 309.967 (R\$ 353.666 em 2019) na Controladora e R\$ 3.734.006 (R\$ 5.699.835 em 2019) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2 (R\$ 293 em 2019) e R\$ 2.756 (R\$ 3.488 em 2019) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 15.236 (R\$ 30.912 em 2019) e R\$ 242.370 (R\$ 289.086 em 2019) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R\$ 224.108 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 2.160.119 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 67 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 64 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	CONTROLADORA						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	224.108	217.280	213.041	205.650	198.621	1.262.595	2.321.295

Programa Previdenciário	CONSOLIDADO						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.160.119	2.116.096	2.084.117	2.033.480	1.989.998	15.854.241	26.238.051

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Controladora

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 291.850 ou aumento de R\$ 344.127, respectivamente.
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 6.708 ou teria uma redução de R\$ 6.036, respectivamente.

Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 3.700.111 ou aumento de R\$ 4.308.146, respectivamente.
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 253.585 ou teria uma redução de R\$ 271.076, respectivamente.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

Categoria de Ativo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valores Disponíveis Imediatos	26	198	1.176	3.854
Realizáveis	106.785	83.432	788.598	904.742
Investimentos em Renda Fixa	2.006.142	2.139.675	30.197.616	24.240.626
Investimentos em Renda Variável	967.708	653.489	7.570.489	5.972.474
Investimentos Imobiliários	217.408	184.242	1.019.850	945.036
Investimentos Estruturados	54.839	-	1.019.744	600.497
Empréstimos e Financiamentos	99.178	98.244	867.657	701.401
Outros	-	2.969	17.819	31.016
Fundo coletivo de benefício de risco	-	25.361	22.201	27.514
(-) Recursos a receber do patrocinador e participante	(1.215.243)	(1.046.649)	(9.005.558)	(2.854.987)
(-) Exigíveis Operacionais	(31.809)	(5.043)	(146.169)	(84.778)
(-) Exigíveis Contingenciais	(13.030)	(12.148)	(247.337)	(248.344)
(-) Fundos de Investimentos	(13.302)	(67.466)	(202.366)	(243.479)
(-) Fundos Administrativos	(85.135)	(53.657)	(387.349)	(241.042)
(-) Fundos Previdenciais	(31.146)	(25.361)	(122.032)	(66.831)
Total dos ativos	2.062.421	1.977.286	31.394.339	29.687.699

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Prática contábil

Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispendo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelas Empresas Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

voluntária em troca desses benefícios. As Empresas Eletrobras reconhecem os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando as Empresas Eletrobras não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

NOTA 33 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

33.1 – Provisões

A Companhia e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Cíveis	1.329.814	1.013.385	1.719.597	1.030.288
Trabalhistas	2.965	1.200	2.965	1.200
	1.332.779	1.014.585	1.722.562	1.031.488
Não Circulante				
Cíveis	16.142.357	16.564.019	21.775.547	22.104.428
Trabalhistas	384.604	360.152	2.079.618	1.774.297
Tributárias	-	-	252.913	336.213
	16.526.961	16.924.171	24.108.078	24.214.938
Total	17.859.740	17.938.756	25.830.640	25.246.426

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.938.756	25.246.426
Constituição de provisões	3.504.670	4.897.638
Reversão de provisões	(862.278)	(1.213.524)
Atualização Monetária	454.588	872.880
Depósitos judiciais	-	(677.714)
Baixas	-	(47.484)
Pagamentos	(3.175.996)	(3.247.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.859.740	25.830.640

A movimentação da constituição de provisões na Controladora e no consolidado está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a causas cíveis referentes ao empréstimo compulsório.

A Eletrobras realizou pagamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referentes às execuções judiciais envolvendo o empréstimo compulsório, que somaram R\$ 3.125.215.

Resumo dos principais processos:

33.1.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 23.495.144 (R\$ 23.134.716 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Nos processos cíveis discutem-se principalmente reclamação de correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório, processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, ações coletivas de títulos putativos, e ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas conforme principais processos descritos abaixo:

Controladora

- Empréstimo Compulsório

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962, teve por objetivo gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, e foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Companhia, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 3.624 processos relativos a este tema provisionados.

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram substancialmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações realizadas através de assembleias de acionistas, em 20 de abril de 1988, 26 de abril de 1990, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2008, respectivamente.

A divergência sobre os critérios de atualização monetária dos referidos créditos foi levada ao STJ, tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte, através de recursos repetitivos consubstanciados nos Recurso Especial 1.003.955/RS e Recurso Especial 1.028.592/RS e Embargos de Divergência em Recurso especial 826.809/RS. Após o julgamento e publicação da decisão colegiada sobre o tema repetitivo pelo STJ, a mesma solução deve ser aplicada aos demais processos que tiverem teses idênticas.

A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face aos precedentes do STJ, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios de 6% ao ano, este último como reflexo das diferenças de correção monetária. Em decorrência das mesmas e de laudos periciais e de contadoria judiciais emitidos em desfavor da Companhia, a Eletrobras tem sido alvo de execuções, sendo que há dissenso com os autores quanto à forma de apuração do valor devido, em especial no que se refere à aplicação dos juros remuneratórios de 6% a.a. após a Assembleia Geral de conversão desses créditos em ações e o prazo quinquenal para cobrança dos referidos juros.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC).

	31/12/2020	31/12/2019
Principal	5.860.592	6.128.374
Juros remuneratórios	1.875.942	1.714.617
Juros moratórios	9.444.919	9.718.620
Outras verbas	271.716	-
	<u>17.453.169</u>	<u>17.561.611</u>

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

- Lapso temporal para aplicação dos juros remuneratórios

A controvérsia mais relevante das ações judiciais que discutem correção monetária de compulsórios diz respeito à continuidade de aplicação dos juros remuneratórios reflexos de 6% ao ano, após a Assembleia Geral de conversão. De acordo com o atual precedente do STJ (recursos repetitivos Recurso Especial 1.003.955/RS e Embargos de Divergência em Recurso Especial 826.809/RS), os juros remuneratórios reflexos de 6% ao ano cessam na data da Assembleia Geral de conversão, observada a prescrição quinquenal.

Sobre a diferença de correção monetária apurada na data da Assembleia Geral de conversão (se houver), por se tratar de discussão judicial, passam a incidir os encargos próprios dos débitos judiciais, qual seja, IPCA-E até o início da incidência da SELIC. A taxa SELIC é aplicada sobre o montante do principal e dos juros remuneratórios reflexos, desde a Assembleia Geral de conversão ou da data da citação, o que for mais recente. A Companhia, salvo determinação judicial específica, adota este entendimento.

Através do recurso Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial número 790.288/PR, pelo STJ, um contribuinte obteve, em 12 de junho de 2019, decisão favorável, por voto de 5 ministros, do total de 9 ministros votantes, para, no processo específico, ter a incidência dos juros remuneratórios de 6% ao ano, de forma continuada a partir da 143ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de junho de 2005, até o efetivo pagamento, cumulando com a taxa SELIC. Sobre esta decisão, a Companhia interpôs o recurso denominado de embargos declaratórios, esclarecendo a impossibilidade de cumulação de juros remuneratórios com a taxa SELIC e também informando que o julgamento acima mencionado, desfavorável à Eletrobras, não tem efeito de recurso repetitivo, nos termos do artigo 1.036 do Código de Processo Civil, ou seja, não tem efeito vinculante para os demais processos judiciais que tratam do tema, ao contrário do precedente proveniente do Recurso Especial 1.003.955/RS e dos Embargos de Divergência em Recurso Especial 826.809/RS. Esses dois últimos recursos, que são aqueles adotados pela Eletrobras para estimar sua provisão, foram julgados pelo STJ como recursos repetitivos, de repercussão geral, e, portanto, devem ser considerados para os demais processos judiciais que tratam deste tema específico, de acordo com a legislação brasileira.

Até 31 de dezembro de 2020, o recurso interposto pela Eletrobras possuía 04 votos favoráveis e 03 contrários, estando pendentes a manifestação por 2 ministros do STJ.

Neste contexto, identificamos que, em julgamentos posteriores, em outros processos judiciais sobre o mesmo tema, foi mantido o entendimento de restrição da aplicação de juros remuneratórios de 6% até a data da Assembleia, o que reforça o entendimento da Companhia acima citado (Recurso Especial nº 1.818.653/RS, Recurso Especial Nº 1.804.433/RS, Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.659.030/RS, Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 785.344/PR (acórdão), Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.702.937/RS e Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial nº 866.941/PR, nos termos do precedente Recurso Especial nº 1.003.955/RS).

Logo, o citado processo Nº 790.288/PR, que teve decisão desfavorável para a Eletrobras, e cuja decisão sobre o recurso se encontra pendente, não é determinante para influir na estimativa feita pela administração da Companhia no que refere à provisão, ora reconhecida nestas informações financeiras intermediárias, e será objeto de recursos pela Companhia.

- Inclusão de créditos de compulsório não previstos na demanda inicial

Sobre a discussão de execução de créditos não mencionados na petição inicial, a Eletrobras, em dezembro de 2020, teve uma decisão desfavorável no âmbito do processo nº 0023102-98.1990.8.19.0001, que discute créditos oriundos de Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica - já em fase de liquidação de sentença, agora com recurso interposto pela Eletrobras (Agravo de Instrumento nº 0011330-57.2021.8.19.0000). Trata-se de um processo judicial ingressado em 1990 (portanto, anterior às 3ª e 4ª assembleias de conversão em ações). Embora o Juízo de primeiro grau tenha homologado laudo pericial que aponta como valor devido o montante de R\$ 1.358.582 (podendo chegar a R\$ 1.765.731, se consideradas a atualização monetária e a incidência de multa e honorários indicadas pelas autoras da ação) se não efetuarmos o pagamento do valor homologado em juízo. A Eletrobras contratou escritório externo para sua defesa e já conseguiu obter importante decisão suspendendo a ordem de pagamento, a Companhia apontou como incontroversa a quantia de R\$

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

227.593. A diferença entre os valores cobrados pelas autoras e aqueles identificados pela Eletrobras, na visão da Companhia, está relacionada a uma série de vícios contidos no laudo pericial, que foi homologado pelo juízo de primeira instância, especialmente por contemplar créditos não previstos na petição inicial, como de filiais e empresas incorporadas e créditos decorrentes da 3ª assembleia de conversão de ações, ocorrida em 2005, ou seja, quase 10 anos após a prolação de sentença na demanda original do caso, além de desviar das premissas do recurso repetitivo Recurso Especial 1.003.955/RS, deixando de observar a prescrição sobre os juros remuneratórios e aplicando indevidamente taxa de juros de 12% a.a., o que ocorreu em descompasso com o entendimento jurisprudencial e com a própria sentença do processo de conhecimento transitada em julgado. Em sede recursal, a Eletrobras obteve decisão liminar favorável para suspender o cumprimento da decisão que determinou o pagamento da quantia homologada. Contudo, como se trata de decisão monocrática que não versou propriamente acerca do mérito dos valores devidos, a Companhia classificou o risco do referido processo como provável, impactando as Demonstrações Financeiras da Companhia em um acréscimo de R\$ 1.630.282 em provisões operacionais. Não obstante o provisionamento, a Eletrobras espera que, futuramente, ao julgar o mérito de seu recurso, o colegiado reforme a decisão homologatória do laudo pericial.

Outros julgados, como no Agravo interno nos EDcl nos EDv nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 799.113-SC, já entenderam que as filiais não têm legitimidade para executar título judicial referente a diferença de correção monetária de empréstimo compulsório proferido em favor da matriz por não terem participado do processo de conhecimento. Contudo, caso ocorram casos semelhantes ao caso Gerdau acima mencionado, a Companhia poderá ter que ajustar sua provisão em valores que podem vir a ser relevantes.

É importante salientar que todos os valores citados nesta nota, incluindo os valores de possíveis envolvendo compulsório, configuram em uma estimativa e sempre dependerá de avaliações precisas de impacto quando ocorrerem e se ocorrerem.

Consolidado

Eletronorte

- Ação indenizatória – Sul América Companhia Nacional de Seguros

Trata-se do ressarcimento de valores a Sul América devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. Em sede de Recurso Especial a Eletronorte foi condenada à totalidade da obrigação. Dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, os quais estão pendentes de Julgamento. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2020 monta em R\$ 390.000 (R\$ 363.412 em 31 de dezembro de 2019).

Em 21 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou acordo judicial para encerramento dessa ação através do pagamento de R\$ 390.000.

- Ação de desapropriação – UHE Balbina

Desapropriações ajuizadas pela Eletronorte com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 271.855 (R\$ 265.979 em 31 de dezembro de 2019).

Chesf

- Nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. - CONSTRAN S.A. (rés neste processo) e a devolução de

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As rés, além de contestarem o feito, pleitearam a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual, não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993 e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após tramitação processual nas instâncias ordinárias, a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE.

O processo está em tramitação no STJ por força de recurso da Chesf. Em agosto de 2010 foi julgado majoritariamente improcedente, o qual foi posteriormente objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários de sucumbência, os das autoras), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, por iguais agora julgados e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a Chesf, apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário: os Embargos de Divergência, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a Corte Especial do STJ houve julgamento de improcedência em fevereiro de 2016, e atualmente os mesmos Embargos de Divergência aguardam apreciação pelo STJ; interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação dos Embargos de Divergência em todas as suas instâncias internas do STJ.

Por outro lado, tramita em primeira instância, procedimento de “Cumprimento provisório de sentença”, proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde:

- Houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril de 2015) em aproximadamente R\$ 1.035 milhões;
- Houve a apresentação pela Chesf de “seguro garantia” originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo TJPE;
- Até dezembro de 2016 houve a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R\$ 500 milhões; e
- A Chesf apresentou recursos de agravo e reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE.

Em dezembro de 2016, em face de nova iniciativa recursal da Chesf em trâmite no STJ e referido àquele mesmo processo ordinário (ação de liquidação), obteve-se decisão que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (está por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra, em favor da Chesf, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado. Foi iniciado o julgamento definitivo com um único voto proferido em desfavor da Chesf (o julgamento foi posteriormente suspenso).

A Chesf atualizou a provisão no montante de R\$ 1.500.395 (R\$ 1.287.047 em 31 de dezembro de 2019) e outros adicionais de R\$ 151.235 (R\$ 128.805 em 31 de dezembro de 2019) relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf. Tomando especialmente por referência, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação, atualmente em curso perante o STJ, aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso conforme acima referido, e os valores em torno dos quais há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- GSF – Risco hidrológico

O GSF é um índice sistêmico que indica a quantidade de energia gerada por todas as usinas hidráulicas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) do Sistema Interligado Nacional (SIN) em relação à garantia física total do MRE. Em julho de 2015, a Chesf foi imputada mediante as regras adotadas pela CCEE, a ratear o valor inadimplido de outros agentes devido à exposição do GSF, mesmo não tendo dado causa ao problema. A Chesf então acionou a esfera judicial e obteve, através de liminar, a neutralidade dos efeitos do rateio de liminares de outros agentes e dos efeitos do GSF, inferior a 95% nas contabilizações no Mercado de Curto Prazo - MCP.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Desde então, independentemente do valor de GSF ocorrido nesse período, a Chesf vem percebendo, nos montantes contabilizados no MCP um "crédito" proveniente dos efeitos da liminar concedida. Os valores correspondem ao lastro das usinas não cotistas, no âmbito do MRE, quais sejam: a Usina de Sobradinho e parcela de energia não alocada ao regime de cotas das demais usinas da Chesf. Considerando que os riscos hidrológicos para as usinas não cotistas, pela legislação atual, são imputados aos geradores hidráulicos, a Chesf avalia que os efeitos da liminar podem ser tempestivamente suspensos, tendo como consequência imediata a "devolução", via contabilização no MCP, dos valores percebidos nas liquidações, desde 2015, quando foi proferida a liminar. Portanto, a empresa vem procedendo ao provisionamento dos valores que estão sendo creditados mensalmente para a Chesf na liquidação na CCEE decorrentes da limitação do GSF imposta pela referida liminar.

Foram apresentadas réplicas às contestações da ANEEL e da União Federal, bem como interposto pela União Federal o agravo, contrarrazoado pela Chesf em julho de 2019. Em outubro de 2019, foi concedido o efeito suspensivo ativo em favor da União Federal. Em novembro de 2019, a Chesf interpôs embargos de declaração, cujo provisionamento foi negado, confirmando, no entanto, que os efeitos da decisão não seriam retroativos. Em dezembro de 2019, a Chesf ingressou com agravo interno. No primeiro grau, foi determinada a migração do processo para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), estando o mesmo concluso para sentença. A Chesf possui no seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda, no valor de R\$ 1.446.623 (R\$ 1.084.386 em 31 de dezembro de 2019).

33.1.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias de R\$ 252.913 (R\$ 336.213 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos tributários discutem-se principalmente compensações não homologadas de PIS e COFINS, cobrança de contribuição previdenciária indevida, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga.

33.1.3 - Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 2.082.583 (R\$ 1.775.497 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente em ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

33.2 – Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	23.343.361	20.775.533	34.839.649	31.817.331
Trabalhistas	1.865.727	3.128.990	4.500.051	5.900.822
Tributárias	417	-	8.818.294	12.131.337
	<u>25.209.505</u>	<u>23.904.523</u>	<u>48.157.994</u>	<u>49.849.490</u>

33.2.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 34.839.649 (R\$ 31.817.331 em 31 de dezembro de 2019), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Controladora

- Empréstimo Compulsório - Aplicação de juros remuneratórios após a assembleia de conversão

Não obstante o efeito restrito ao Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial número 790.288/PR acima mencionado na nota 33.1.1, a depender do seu resultado final, ele poderia gerar discussões judiciais reflexas sobre o recurso repetitivo vigente (Recurso Especial 1.003.955/RS), no qual a Eletrobras se baseia para realizar suas estimativas de provisão para correção monetária de empréstimo compulsório. Se, porventura, houver alteração da jurisprudência vigente do STJ em desfavor da Eletrobras, no que tange especificamente à aplicação de juros remuneratórios de 6% a.a., após a assembleia de conversão, a mensuração da provisão poderia vir a ser acrescida, na melhor estimativa da Companhia, com base nos atuais processos provisionados e informações disponíveis, em R\$ 11.458.690 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 11.070.703 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia não efetuou provisão neste montante, por entender que a probabilidade de perda destes pedidos é possível.

Consolidado

Eletronorte

- Cobrança pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. – CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento

Ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC, objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Eletronorte sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado da causa é de R\$ 529.833, visto que os cálculos periciais apuraram o valor de R\$ 529.833 (R\$ 503.653 em 31 de dezembro de 2019).

- Ação indenizatória – MAVI Engenharia e Construções

A ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, proposta por MAVI Engenharia e Construções Ltda., em desfavor de Linha Verde Transmissora de Energia S/A, no montante de R\$ R\$ 246.634 (R\$ 275.972 em 31 de dezembro de 2019).

CGT Eletrosul

- Cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos - Banco KfW

Esse processo versa sobre a cobrança pelo banco KfW das obrigações oriundas de empréstimos em desfavor da Companhia, a qual foi considerada como avalista do referido empréstimo. A cobrança inclui as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. Essas cobranças são referentes a garantias de 4 contratos da Usina Termelétrica Winimport S.A.

A Companhia não reconhece a validade dos avais concedidos, haja vista a inobservância de regras de governança corporativa previstas no Estatuto Social da então CGTEE (atualmente denominada CGT Eletrosul) e a violação da legislação brasileira, que, por sua vez, veda a concessão de garantias por entidades da administração indireta, exceto quando prestadas por instituições financeiras (art. 96 do Decreto Federal n.º 93.872/86).

Em 2016 foi proferida sentença condenatória, em favor de KfW, no valor estimado equivalente de EUR 74.330. No mesmo ano a Companhia interpôs recurso de apelação.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Em segunda instância, depois de realizadas audiências, a Corte Regional Superior da Alemanha decidiu obter um parecer de um perito em legislação brasileira, em especial o Decreto 93.872/1986 e a necessidade de anuências do Conselho de Administração para tal gravame, como determina a Lei 6.404/1976. Atualmente, o processo está na etapa de manifestação das partes em face dos pontos objeto de prova pericial. Não há ainda uma decisão em segunda instância.

A Companhia mantém o montante de R\$ 648.719 classificado como contingências cíveis de risco possível.

Chesf

- Danos ambientais - Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém

Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina.

Foram incluídos no polo passivo da ação o Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o IMA-AL, o Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE. Por outro lado, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em abril de 2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito. Em fevereiro de 2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas. Os dois laudos periciais foram disponibilizados para a Chesf em dezembro de 2015.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em maio de 2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas em setembro de 2016, estando os processos, em dezembro de 2018, conclusos para sentença e tendo sido providenciada a migração do processo para o sistema PJe em 24 de janeiro de 2019. Em 21 de maio de 2019, após a digitalização, juízo determinou que o feito fosse novamente concluso para sentença.

A Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 559.699 (R\$ 715.673 em 31 de dezembro de 2019).

- Nulidade do acordo sindical

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária (VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal.

Em dezembro de 2016 encontrava-se concluso para relatório e voto. Em 21 de fevereiro de 2020, o processo foi migrado para o sistema PJe. Essa posição permanece inalterada até 31 de dezembro de 2020, com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

ação como possível, no montante estimado de R\$ 1.000.000 (R\$ 1.000.000 em 31 de dezembro de 2019).

- Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O processo encontrava-se concluso para sentença desde dezembro de 2018. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em novembro de 2019, foi interposta apelação pela ANEEL. No mesmo mês, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença.

Em 26 de março de 2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08 de maio de 2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31 de dezembro de 2020, a ANEEL apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 1.470.885 (R\$ 1.470.885 em 31 de dezembro de 2019).

- Ação ordinária para indenização em danos materiais

Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10 de março de 2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos.

Em 29 de janeiro de 2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R\$ 432.313, da qual foram interpostos embargos de declaração pela Chesf, aos quais foi negado provimento aos 28 de fevereiro de 2018, tendo sido interposto recurso de apelação pela Chesf aos 26 de março de 2018.

Julgamento iniciado em 13 de março de 2019, mas suspenso por pedido de vista formulado por um dos Desembargadores que compõem a 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF. Julgamento retomado em 28 agosto de 2019, no qual o recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1 e o acórdão foi publicado em 10 de outubro 2019. Foi apresentada Interposição de embargos de declaração por ambas as partes, sendo todos desprovidos.

Interpostos novos embargos de declaração por parte da parte autora em 29 de janeiro de 2020, ainda pendentes de julgamento. Em 18 de fevereiro de 2020 determinou-se a digitalização dos autos a fim de que estes sejam incluídos no sistema PJe. Em 18 outubro de 2020, publicada a pauta de julgamento

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

dos embargos de declaração para o dia 28 de outubro 2020. Essa posição, se mantém inalterada em 31 dezembro 2020.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 512.152 (R\$ 462.536 em 31 de dezembro de 2019).

Furnas

- Nulidade do Despacho nº 288/02 – AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Trata-se de declaração de nulidade do Despacho nº 288/02, do diretor da ANEEL, no valor de R\$ 263.926, que revogou os itens 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do Mercado Atacadista de Energia - MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Refazimento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/02.

- Processo indenizatório

Trata-se de processo indenizatório realizado pela ABB Ltda., no valor de R\$ 385.500 (R\$ 332.404 em 31 de dezembro de 2019), referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de Itaipu.

- Créditos da regra de compartilhamento de perdas entre os agentes

Furnas é autora de uma ação na qual pede o pagamento de seus créditos, ainda que proporcionalmente, por ocasião das liquidações financeiras no âmbito do MCP. Trata-se da aplicação do artigo 47 da Convenção de Comercialização da CCEE (regra de compartilhamento de perdas entre os agentes), no valor de R\$ 240.911 (R\$ 212.524 em 31 de dezembro de 2019). Isso porque, estaria a CCEE descumprindo a priorizando determinados credores (protegidos por decisões judiciais), em detrimento do pagamento do seu crédito.

- Encargos advindos de mandado de segurança

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT e Custos de disponibilidade - CUD, no âmbito do processo administrativo nº 48.500.001016/05-95 daquela Agência Reguladora, referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não concedida a segurança e Furnas ser obrigada a assinar tais contratos regulados. O valor da contingência é de R\$ 230.018 (R\$220.688 em 31 de dezembro de 2019).

Eletronuclear

- Nulidade das licenças concedidas - Unidade De Armazenamento Complementar A Seco (UAS)

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em face da Eletronuclear, CNEN e IBAMA, no valor de R\$ 240.009, objetivando a declaração de nulidade das licenças concedidas à 1ª ré para o desenvolvimento da Unidade De Armazenamento Complementar A Seco - UAS da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA.

33.2.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 8.818.294 (R\$ 12.131.337 em 31 de dezembro de 2019).

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Eletronorte

- Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH)

Em dezembro de 2014 o estado do Pará editou a Lei na qual instituiu a TFRH. O fato gerador da TFRH é o exercício regular do Poder de Polícia conferido ao Estado sobre a atividade de exploração e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense. Diante do não recolhimento da referida Taxa a Eletronorte foi autuada em 2015 por meio de dois autos de infração nos montantes de R\$ 206.316 e R\$ 113.213, perfazendo um valor total de R\$ 319.529. Posteriormente os autos de infração foram desmembrados em Mandado de Segurança Tributário, impetrado pela Eletronorte e Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Pará, cujos valores foram atualizados até junho 2018 e correspondiam a R\$ 424.484. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado das causas é de R\$ 424.554 (R\$ 424.430 em 31 de dezembro 2019).

CGT Eletrosul

- Aspectos tributários da lei 12.783/2013

Ação fiscal no valor de R\$ 575.998 (R\$ 574.213 em 31 de dezembro de 2019), referente cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre a indenização recebida por conta da renovação das concessões, conforme medida provisória 579/2012, convertida em lei 12.783/2013. Em julho de 2020 houve julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa em face da sentença da ação declaratória. Foi desprovido, por unanimidade, o recurso da empresa sob o entendimento de que:

- (i) Incidência tributária independeria da denominação do rendimento. Ainda que se trata-se de acréscimo indenizatório, poderia haver a incidência dos tributos;
- (ii) A empresa e a União firmaram mera repactuação contratual, para prorrogar a concessão. Não teria ocorrido propriamente a reversão, pois isso pressuporia a extinção da concessão; e
- (iii) A reversão seria instituto essencialmente, distinto da desapropriação, pois não haveria transferência compulsória dos bens ao Poder Público.

Apesar do julgamento desfavorável, não pode a Fazenda intentar atos de cobrança, haja vista a vigente decisão proferida no Mandado de Segurança nº 50163442320184047200, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da ação declaratória. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração.

Furnas

- Processo administrativo

Trata-se de processo judicial, no valor de R\$ 1.903.685 (R\$ 1.858.049 em 31 de dezembro de 2019), que visa discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da Fundação Real Grandeza - FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por tratar-se de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas.

- PIS/COFINS

Auto de infração, no valor de R\$ 1.282.226 (R\$ 1.438.031 em 31 de dezembro de 2019), lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento ou declaração para o PIS/COFINS. Compensação

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

realizada sem apresentação do documento hábil PER/DCOMP; o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial.

- IRPJ e CSLL – Crédito tributário

Execução Fiscal ajuizada pela União, no valor de R\$ 818.334 (R\$ 863.086 em 31 de dezembro de 2019), para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado pela controlada Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença nos Embargos à Execução Fiscal julgando parcialmente procedente a mesma, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento. Importante informar que a multa fora aplicada de forma abusiva e a sentença a excluiu. A multa representa aproximadamente 83% da cobrança.

- Auto de infração – prejuízo fiscal

Auto de Infração no valor de R\$ 815.434 (R\$ 673.225 em 31 de dezembro de 2019), lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2010 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada. Contra a decisão a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial de Divergência que aguarda julgamento. Processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP, por ter tido decisão final administrativa quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo que segue em análise pelo CARF das outras matérias.

- IRPJ e CSLL – Processo administrativo

Processo Administrativo no valor de R\$ 507.989 (R\$ 528.363 em 31 de dezembro de 2019), relativo ao lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multas de estimativa e de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão de R\$ 908.298 realizada por Furnas da base de cálculo do tributos acima mencionados referentes ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica nº 062/2001 – ANEEL, de 04/12/2012. Furnas, naquele momento, entendeu que este montante possuía caráter indenizatório e, por esta razão, estaria isenta de tributação. Processo se encontra em fase final administrativa, tendo tido julgamento desfavorável do CARF. Está em análise quanto a levar a discussão para a esfera judicial em razão de tratar-se de verba indenizatória, e não haver precedente de Tribunais Superiores quanto à matéria.

- ICMS – UTE Santa Cruz

Furnas ajuizou ação anulatória, no valor de R\$ 447.662, para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia. Em sua defesa, Furnas discute a natureza do benefício fiscal (condicionado), na medida em que o diferimento de ICMS nas aquisições de gás deu-se em troca da criação e/ou expansão de Usinas/UTE's com o objetivo de incrementar a geração de energia termoeletrica para enfrentamento da crise energética da época. Argumenta, ademais, a impossibilidade de o Estado vincular o pagamento do tributo a uma operação imune. O Estado do Rio de Janeiro apresentou contestação alegando que o diferimento é prorrogação do momento do pagamento do imposto e ainda não houve sentença.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras ^{nh}

- Antecipação de garantia de débitos

Trata-se de ação de antecipação de garantia dos débitos constantes do PTA nº 16682.720394/2020-86, no valor de R\$ 203.663, que, comportou os débitos transferidos do PTA nº 16682.721073/2014-51 relativamente à utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e compensado no ano-calendário de 2009, bem como dos valores não pagos por conta da compensação sem PER/DCOMP no período. No PTA nº 16682.721073/2014-51 permanece a discussão quanto à multa isolada em função da suposta insuficiência no recolhimento das estimativas.

Chesf

- Indenização referente à Usina de Xingó - ICMS

Ação movida pelo Município de Canindé do São Francisco, requerendo o DVA devido em face de valor recebido da União Federal pela Chesf, pertinente à indenização referente à Usina de Xingó. O Município de Canindé do São Francisco pleiteia que o Estado de Sergipe proceda a inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318. Em 28 de agosto de 2020, sobreveio sentença, corrigindo o valor da causa para R\$ 52.970 julgando improcedente o pedido do Município de Canindé do São Francisco. A Chesf classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R\$ 52.970 (R\$ 2.925.318 em 31 de dezembro de 2019).

33.2.3 - Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 4.500.051 (R\$ 5.900.822 em 31 de dezembro de 2019), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Eletronuclear

- Sindicato dos Engenheiros do Estado do RJ – SENGE

A controvérsia principal cujo valor envolvido em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 574.020 (R\$ 527.931 em 31 de dezembro de 2019) reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da Unidade de Referência de preços - URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União – AGU ingressou nos autos.

A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da controlada Eletronuclear, ao explicitar que:

- a) A decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado;
- b) O valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo. Em novembro de 2017 foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Eletronuclear. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo especificam da URP de fevereiro de 1989 foram pagos.

Em março de 2018 foi publicado, destinada à parte autora, para que oferte manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré.

Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Eletronuclear pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Eletronuclear foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Foram interpostos embargos de declaração

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

pela Eletronuclear, sem decisão de julgamento publicada. Foi publicada decisão em julho de 2019 para a Eletronuclear pagar honorário do perito do Juízo, o que já foi realizado.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

NOTA 34 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

Usina	31/12/2020		31/12/2019	
	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente
Angra 1 (a)	3.017.913	(1.300.090)	1.717.823	1.554.201
Angra 1 *	-	-	-	237.770
	<u>3.017.913</u>	<u>(1.300.090)</u>	<u>1.717.823</u>	<u>1.791.971</u>
Angra 2 (a)	3.457.180	(2.134.992)	1.322.188	938.265
Angra 2 *	-	-	-	399.143
	<u>3.457.180</u>	<u>(2.134.992)</u>	<u>1.322.188</u>	<u>1.337.408</u>
Total	<u>6.475.093</u>	<u>(3.435.082)</u>	<u>3.040.011</u>	<u>3.129.379</u>

* Refere se a Constituição do Passivo para Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado.

a) Descomissionamento

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas term nucleares de sua controlada Eletronuclear, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional. Os valores correspondentes aos passivos totais de desmobilização de ativos ajustados a valor presente são referentes à Angra 1, com validade da licença até 31 de dezembro de 2024 (em novembro de 2019, foi solicitado à CNEN a extensão de vida útil de Angra I de 40 para 60 anos) e referentes à Angra 2, com validade da licença até 31 de agosto de 2040.

O valor correspondente ao passivo de descomissionamento ajustado a valor presente em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.040.011 (R\$ 2.497.466 em 31 de dezembro de 2019).

Prática contábil

O descomissionamento de usinas nucleares pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termoeletricas. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

NOTA 35 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

35.1- Compra de energia

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	1.003.458	1.003.458	1.003.458	355.622	-	-
Fumas	884.723	839.464	1.038.768	1.031.850	1.005.103	5.342.248
CGT Eletrosul	660.908	644.461	407.749	397.004	397.163	3.106.350
Chesf	230.449	224.650	236.250	222.880	223.490	2.277.890
Total	2.779.538	2.712.033	2.686.225	2.007.356	1.625.756	10.726.488

35.2- Fornecedores de combustíveis

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	3.105.931	3.105.931	3.114.440	3.105.931	3.105.931	12.159.933
Eletronuclear	51.763	2.023	78.329	177.177	72.828	13.015.913
CGT Eletrosul	89.946	89.946	89.946	-	-	-
Furnas	185	185	185	185	185	-
Total	3.247.825	3.198.085	3.282.900	3.283.293	3.178.944	25.175.846

A controlada Eletronuclear que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra 3.

Na Eletronorte existe o compromisso de longo prazo da sua controlada Amazonas GT referente à compra de gás natural para fins de geração de termoeletrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas – CIGÁS. O prazo final do contrato é 30 de novembro de 2030.

35.3- Venda de Energia

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	5.313.670	1.874.804	1.916.907	2.004.997	2.058.597	7.096.839
Eletronuclear	3.424.500	3.424.500	3.424.500	3.424.500	3.424.500	6.849.000
Fumas	2.388.835	2.382.902	2.373.537	2.371.210	2.370.700	33.198.291
CGT Eletrosul	1.038.928	1.039.019	1.044.019	1.043.999	1.043.999	6.234.147
Chesf	356.210	711.180	801.370	815.370	825.790	8.474.060
Total	12.522.143	9.432.405	9.560.333	9.660.076	9.723.586	61.852.337

Relatório da Administração/comentário nho

35.4- Compromissos socioambientais

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronuclear	70.169	80.440	67.007	67.007	56.533	-
Fumas	43.841	39.286	44.787	33.946	30.928	-
Eletronorte	9.731	7.203	7.203	2.563	2.563	5.127
Total	123.741	126.929	118.997	103.516	90.024	5.127

Angra 3

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios socioambientais específicos vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

35.5- Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026
Eletronuclear	644.571	192.908	297.935	36.480	-
Chesf	225.830	103.129	32.384	18.857	986
Total	870.401	296.037	330.319	55.337	986

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à manutenção operacional desses ativos.

35.6- Aquisição de insumos

Empresas	2022	2023	2024	2025
CGT Eletrosul	29.352	29.352	14.676	14.676

A controlada CGT Eletrosul adquire cal para controle das emissões de resíduos das suas usinas.

35.7- Compromissos – Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

35.7.1 - Uso do bem público

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
SINOP	1.966	1.974	1.982	4.736	4.736	9.473
UHE Simplício/UHE Batalha	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	26.593
Total	3.672	3.680	3.688	6.442	6.442	36.066

35.7.2 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em SPE, relativos a AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Itaguaçu da Bahia	328.336	309.433	-	-	-	-
Teles Pires	43.278	38.024	36.668	35.124	16.788	59.337
Brasil Ventos	10.410	10.618	10.828	11.042	-	-
Venture Capital	5.000	5.000	5.000	5.000	-	-
Total	387.024	363.075	52.496	51.166	16.788	59.337

35.8- Outros Compromissos

A controlada CGT Eletrosul tem firmado contratos para o uso do sistema de transmissão, distribuição e da rede básica com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS e contratos para operação e manutenção da Usina Governador Jayme Canet Júnior e das Eólicas Cerro Chato I, Cerro Chato II, Cerro Chato III, Coxilha Seca, Galpões, Capão do Inglês e Ibirapuitã. O prazo desses contratos é, exceto o contrato de operação e manutenção da Usina Governador Jayme Canet Júnior, inferior ao

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

prazo de concessão. Os contratos possuem parcelas fixas atualizadas pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA.

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
CGT Eletrosul	134.929	82.047	76.247	39.339	34.709	509.863

Prática Contábil

A Companhia divulga, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), separadamente do valor de outros compromissos. Adicionalmente, a Companhia divulga os compromissos de compra e venda de energia, compromissos socioambientais, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 36 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Provisão de férias	20.445	15.812	263.157	287.292
Processos de desligamento	-	636	181.174	158.218
Folha de Pagamento	57.874	62.974	191.780	240.343
Encargos sobre férias	11.884	10.092	142.359	148.861
Provisão 13º salário	26.679	21.925	31.497	22.839
Participações nos Lucros/Resultados	38.567	28.265	504.995	409.412
Encargos sobre 13º salário	1.662	165	33.844	37.668
Contribuição Previdenciária	8.876	7.237	70.317	12.475
Outros	1.357	-	35.025	14.149
	<u>167.344</u>	<u>147.106</u>	<u>1.454.148</u>	<u>1.331.257</u>
Não circulante				
Processos de desligamento	-	-	214.283	242.259
TOTAL	<u>167.344</u>	<u>147.106</u>	<u>1.668.431</u>	<u>1.573.516</u>

Prática contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

NOTA 37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 39.057.271 (R\$ 31.305.331 em 31 de dezembro de 2019) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2020, conforme a seguir:

ACIONISTA	31/12/2020							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL		
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDSPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,91
Banco Clássico	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18
Fundos 3G Radar	190.045	0,01	-	-	31.437.673	11,23	31.627.718	2,01
American Depositary Receipts - ADR's	38.663.271	3,00	-	-	5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Outros	300.260.306	23,30	146.920	100,00	206.314.087	73,70	506.721.313	32,30
	<u>1.288.842.596</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>100,00</u>	<u>279.941.394</u>	<u>100,00</u>	<u>1.568.930.910</u>	<u>100,00</u>

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Do total das 599.011.556 ações em poder dos minoritários, 233.873.906, ou seja, 39% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 136.376.293 ações ordinárias, 28 de preferenciais ações classe "A" e 97.497.585 ações preferenciais da classe "B".

37.1. Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

37.2 Reservas de lucros

37.2.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

37.2.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

37.2.3 - Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício: I - 1% a título de reserva para estudos e projetos; e II - 50%, a título de reserva para investimentos.

37.2.4 - Reserva Especial de Dividendos

A Companhia constituiu, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2.291.889 em reserva especial de dividendos, com base no artigo 202, parágrafos 4º e 5º, Lei 6.404/1976, e em janeiro de 2021 foi realizado o pagamento, a título de dividendos intermediários.

37.3 Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Lucro Líquido	31/12/2020	31/12/2019
Saldo para Destinação do Exercício	6.338.688	10.697.124
Reserva Legal	(316.934)	(534.856)
Realização de reserva de reavaliação	2.757	-
Dividendos prescritos	4.044	-
Ajustes CPC 45/IFRS 9 e CPC 47/IFRS 15	182.523	(157.205)
Dividendos Obrigatórios	(1.507.139)	(2.540.567)
Subtotal a distribuir	4.703.939	7.464.496
Constituição de Reservas Estatutárias e Retenção de Lucros	(4.703.939)	(7.464.496)
Saldo a Distribuir do exercício	-	-

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa; e
- Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas à distribuição de dividendos.

NOTA 38 – RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

31/12/2020				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Lucro do Exercício	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.254.102	147	277.444	
% de ações em relação ao total	81,88%	0,01%	18,11%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	4,06	4,47	4,47	
Resultado por ação básico líquido	4,06	4,47	4,47	
31/12/2019 (Reapresentado)				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	6.234.543	927	1.674.592	7.910.061
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	2.589.148	385	695.442	3.284.975
Lucro do Exercício	8.823.691	1.312	2.370.034	11.195.036
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	5,74	6,31	6,31	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	2,38	2,62	2,62	
Resultado por ação básico líquido	8,12	8,93	8,93	

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

(b) Diluído

Em 31 de dezembro de 2020, com base no saldo passivo referente ao empréstimo compulsório, foi simulada a diluição com incremento de 22.358.186 ações preferenciais B no lucro por ação, conforme apresentado abaixo.

31/12/2020					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Lucro do Período	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.254.102	147	22.358	277.444	
% de ações em relação ao total	80,99%	0,01%	1,41%	17,59%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	4,00	4,40	4,40	4,40	
Resultado por ação diluído (R\$)	4,00	4,40	4,40	4,40	
31/12/2019 (Reapresentado)					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	6.337.062	795	58.131	1.514.074	7.910.061
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	2.631.722	330	24.142	628.782	3.284.975
Lucro do Período	8.968.784	1.125	82.273	2.142.856	11.195.036
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.288.843	147	10.748	279.941	
% de ações em relação ao total	81,59%	0,01%	0,68%	17,72%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	4,92	5,41	5,41	5,41	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R\$)	2,04	2,25	2,25	2,25	
Resultado por ação diluído (R\$)	6,96	7,66	7,65	7,65	

Prática contábil

A companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

Para calcular o resultado diluído por ação, a Companhia deve presumir o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores, o único efeito diluidor encontrado foi referente à conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos devem ser considerados como tendo sido recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

NOTA 39 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Geração				
Suprimento	204.379	79.139	14.425.819	15.870.784
Fornecimento	-	-	2.661.499	2.282.200
CCEE	-	-	1.176.156	1.353.218
Receita de operação e manutenção	-	-	3.982.409	3.549.019
Receita de construção	-	-	37.800	49.353
Repasse Itaipu	(13.566)	269.432	(13.566)	269.432
	190.813	348.571	22.270.117	23.374.006
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	-	-	5.443.107	4.927.283
Receita de construção	-	-	778.202	747.897
Receita financeira contratual	-	-	6.026.214	5.857.486
	-	-	12.247.523	11.532.666
Outras receitas	77.540	90.469	710.591	768.764
	268.353	439.040	35.228.231	35.675.436
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) ICMS	-	-	(995.304)	(926.475)
(-) PASEP e COFINS	28.683	(72.515)	(3.310.459)	(3.253.511)
(-) Encargos setoriais	-	-	(1.832.748)	(1.771.906)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	(9.207)	(9.280)
	28.683	(72.515)	(6.147.718)	(5.961.172)
Receita operacional líquida	297.036	366.525	29.080.513	29.714.264

Prática contábil

Reconhecimento de receita

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15.

a) Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica

A Companhia avaliou que existem duas obrigações de desempenho nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, sendo elas a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, qualquer contraprestação cuja obrigação de desempenho tenha sido executada e transferida ao cliente, mas ainda não é devida, deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia desreconheceu seus ativos financeiros líquidos de transmissão e ativos de contrato foram reconhecidos.

b) Receita do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Na relação estabelecida entre a Eletrobras e os agentes/fornecedores do PROINFA, a Companhia conclui que os fornecedores detêm o controle da energia que geram ou têm capacidade de gerar e transferem diretamente para os consumidores o controle da energia, sem interferência significativa da Eletrobras. Portanto, neste caso, a Eletrobras não tem condições de determinar ou de interromper o fornecimento de energia, exceto se o fornecedor não atender as condições de credenciamento estabelecidas pela regulação que criou o PROINFA. Neste sentido, com base nos requerimentos contidos no CPC 47/IFRS 15, a Companhia concluiu que atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subsequentemente vendidos ao consumidor, conforme apresentado acima, havendo assim uma modificação no papel da Eletrobras. Considerando as mudanças conceituais no modelo de “riscos e benefícios” da norma CPC 30/IAS 18, principalmente a desconsideração do risco de crédito e a menor ênfase quanto à responsabilidade da Eletrobras pela aceitação quanto à fonte de energia gerada e capacitação do fornecedor credenciado por ela, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas, custos e receitas financeiras dessas operações estão sendo apresentadas líquidas na mesma linha na demonstração de resultados.

c) Venda de energia e serviços

c.1) Geração

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

Para as concessões de geração prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

c.2) Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

NOTA 40 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	-	(417.369)	(417.369)	-	(468.882)	(468.882)
Material	-	(1.155)	(1.155)	-	(1.856)	(1.856)
Serviços	-	(238.680)	(238.680)	-	(331.722)	(331.722)
Energia comprada para revenda	(175.124)	-	(175.124)	(67.019)	-	(67.019)
Depreciação	-	(12.802)	(12.802)	-	(13.386)	(13.386)
Amortização	-	(11)	(11)	-	-	-
Doações e contribuições	-	(105.174)	(105.174)	-	(117.058)	(117.058)
(Provisões)/Reversões operacionais (40.1)	-	(3.608.305)	(3.608.305)	-	(714.233)	(714.233)
Outros	-	(169.354)	(169.354)	-	(112.233)	(112.233)
Total	(175.124)	(4.552.850)	(4.727.974)	(67.019)	(1.759.370)	(1.826.389)

	CONSOLIDADO					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(2.105.497)	(2.637.355)	(4.742.852)	(3.206.475)	(2.621.131)	(5.827.606)
Material	(228.815)	(44.849)	(273.664)	(231.429)	(48.344)	(279.773)
Serviços	(975.210)	(987.662)	(1.962.872)	(1.074.609)	(1.096.299)	(2.170.908)
Energia comprada para revenda	(2.400.358)	-	(2.400.358)	(2.162.318)	-	(2.162.318)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(2.500.315)	-	(2.500.315)	(2.265.358)	-	(2.265.358)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.092.135)	-	(2.092.135)	(2.107.161)	-	(2.107.161)
Construção	(966.443)	-	(966.443)	(915.117)	-	(915.117)
Depreciação	(1.637.730)	(133.912)	(1.771.642)	(1.559.314)	(147.824)	(1.707.138)
Amortização	(59.275)	(31.952)	(91.227)	(66.079)	(34.212)	(100.291)
Doações e contribuições	-	(167.408)	(167.408)	-	(156.166)	(156.166)
(Provisões)/Reversões operacionais (40.1)	(302.563)	(7.070.988)	(7.373.551)	60.055	(2.065.863)	(2.005.808)
Indenizações perdas e danos (a)	-	(651.407)	(651.407)	-	(199.054)	(199.054)
Outros	(158.679)	(1.219.043)	(1.377.722)	(231.050)	(985.730)	(1.216.780)
Total	(13.427.020)	(12.944.576)	(26.371.596)	(13.758.855)	(7.354.623)	(21.113.478)

a) Indenizações perdas e danos – Furnas

Em dezembro de 2020, foi realizado um acordo entre a controlada Furnas e a empresa Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light), para a quitação de uma ação na Vara Cível, visto o resultado desfavorável para a controlada. A ação tratava sobre a declaração de nulidade das Portarias nº 036, 037, 040, 049 e 075/1986, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

O acordo consistiu em aproveitamento de oportunidade de redução de passivos por parte da Controlada, à luz a Política de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras, e prevê o pagamento de R\$ 496.000, dividido em 3 parcelas. A primeira parcela, de R\$ 336.000, foi quitada em dezembro de 2020, a segunda parcela de R\$ 40.000, deverá ser quitada em dezembro de 2021, a terceira e última parcela de R\$ 120.000, deverá ser quitada em março de 2022, sendo certo que poderá ser realizada por meio de transferência de ativos, no todo ou em parte, cujos valores ainda serão apurados pelas áreas competentes até março de 2022.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

40.1 - Provisões/Reversões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019
Contingências (a)	(2.642.394)	(609.124)	(4.187.904)	(1.757.494)
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos (b)	(513.817)	6.753	(679.801)	334.100
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório (c)	(345.393)	-	(345.393)	-
PECLD - Financiamentos e empréstimos	(139.237)	(356.202)	(139.237)	(356.202)
PECLD - Consumidores e revendedores (d)	-	-	(804.865)	(267.938)
Provisão ANEEL - CCC	(63.525)	-	(63.525)	53.063
Passivo a descoberto em controladas	119.223	257.306	-	-
Garantias	12.395	101.274	12.395	101.274
Contratos onerosos	-	-	(89.053)	179.003
Usina Candiota III - Inflexibilidade (e)	-	-	(50.582)	-
Usina Candiota III - Carvão (e)	-	-	(76.345)	-
Parcela de ajuste RAP (f)	-	-	(223.881)	-
GAG melhoria	-	-	(177.588)	(209.917)
Impairment de ativos de longo prazo (g)	-	-	(441.664)	121.581
Outras	(35.557)	(114.240)	(106.108)	(203.278)
	<u>(3.608.305)</u>	<u>(714.233)</u>	<u>(7.373.551)</u>	<u>(2.005.808)</u>

- a) Este montante se refere, principalmente, ao processo com a Gerdau e outros credores do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica. Maiores detalhes nota 33.
- b) Provisão/Reversão para perdas em investimentos inclui a provisão para perdas dos investimentos das SPEs e das Companhias mantidas para venda ocorridas no exercício. O valor de R\$ 679.801 refere-se as perdas reconhecidas no processo de alienação dos Complexos eólicos (Campos Neutrais e Eólicas do Sul) no valor de R\$ 415.671 e Manaus Transmissora de Energia (MTE) no montante de R\$ 98.146. Maiores detalhes nota 46. As perdas no valor de R\$ 165.985 estão relacionadas as SPE conforme demonstrado na nota 20.2.
- c) O montante de R\$ 345.393 referente à Provisão para Implantação de Ações de Empréstimo Compulsório é devido à atualização do valor do passivo pelo valor de mercado das ações preferenciais B e do montante equivalente aos proventos não prescritos, para maiores detalhes nota explicativa 27.
- d) A variação se refere, substancialmente, a atualização do contas a receber da controlada Chesf ocasionando o registro de PECLD sobre consumidores e concessionárias, tendo como principais destaques: (i) Ligas do Brasil - Libra, R\$ 102,5 milhões; (ii) Energisa Sergipe, R\$ 30 milhões; e (iii) Companhia Energética de Alagoas - CEAL, R\$ 9,7 milhão; e 358,9 milhões referem-se a dívida da Amazonas Energia com a Amazonas GT.
- e) Em 28 de junho de 2020, ocorreu um evento de falha no conjunto turbina/gerador da Usina Candiota III, sem registros aparentes de danos para os demais equipamentos. As atividades retornaram na segunda quinzena de novembro de 2020. Considerando os cenários atuais para PLD, a Companhia provisionou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para fazer frente ao período fora de operação, o montante de R\$ 50.582 para cumprimento da inflexibilidade e complementou o montante de R\$ 76.345 pela indisponibilidade, com provisão total de R\$ 126.927 contabilizada em fornecedores de energia elétrica.
- f) O montante refere-se aos valores provisionados pela controlada CGT Eletrosul devido à postergação da revisão dos custos de administração, operação e manutenção, de 1º de julho de 2018 para 1º de julho de 2020, ocorrido no processo de revisão tarifária do contrato de concessão 057/2001. O valor será devolvido na RAP em 36 parcelas a partir de julho de 2020.
- g) *Impairment* de ativos de longo prazo inclui o saldo de provisão/reversão dos ativos imobilizados e intangíveis das controladas que são anualmente testadas e registrados na nota 23. No exercício de 2020 destacamos como principais eventos o reconhecimento do *impairment* no montante de R\$ 611.416 na UTE Candiota e a reversão no montante R\$ 215.800 na UTE Santa Cruz.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Receitas Financeiras				
Receitas de juros, comissões e taxas	1.367.694	2.121.894	863.828	876.212
Receita de aplicações financeiras	695.384	434.807	972.602	763.016
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	1.525	2.306	341.672	252.112
Outras receitas financeiras	177.028	343.069	343.688	532.054
	<u>2.241.631</u>	<u>2.902.076</u>	<u>2.521.790</u>	<u>2.423.394</u>
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.700.741)	(2.040.736)	(2.853.532)	(3.247.747)
Encargos sobre arrendamentos	(5.562)	(6.230)	(367.234)	(340.819)
Encargos sobre recursos de acionistas	(23.814)	(230.850)	(81.766)	(271.130)
Remuneração para Fundo de Descomissionamento de Usinas Termonucleares	(405.281)	(119.006)	-	-
Outras despesas financeiras	(636.777)	(889.840)	(962.160)	(1.407.838)
	<u>(2.772.175)</u>	<u>(3.286.662)</u>	<u>(4.264.692)</u>	<u>(5.267.534)</u>
Outros resultados financeiros, líquidos				
Atualizações monetárias	350.748	705.788	283.376	416.959
Variações cambiais (a)	21.099	102.195	(544.137)	35.008
Derivativos	-	-	332.017	(56.613)
	<u>371.847</u>	<u>807.983</u>	<u>71.256</u>	<u>395.354</u>
Resultado Financeiro	<u>(158.697)</u>	<u>423.397</u>	<u>(1.671.646)</u>	<u>(2.448.786)</u>

- a) A despesa de variação cambial líquida no montante de R\$ 544.137 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (receita R\$ 35.008 em 31 de dezembro de 2019) foi impulsionada principalmente pela alta do dólar frente ao real, que impactou negativamente os saldos de financiamentos a pagar em moeda estrangeira da Eletrobras no montante de R\$ 2.169.428. Este impacto foi parcialmente reduzido pela variação cambial positiva dos empréstimos a receber no montante de R\$ 1.956.939.

Prática Contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referente as aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

NOTA 42 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

42.1- Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 25, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (sem considerar o caixa/TVM restrito), apresentados nas notas 6 e 8. O

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a exposição líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	47.002.033	47.899.641
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(286.607)	(335.307)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(13.993.294)	(10.742.766)
Exposição líquida	32.722.132	36.821.568
(+) Total do Patrimônio Líquido	73.751.294	71.159.265
Total do Capital	106.473.426	107.980.833
Índice de Alavancagem Financeira	31%	34%

42.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
ATIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		23.657.357	30.458.710	26.102.060	28.622.140
Empréstimos e financiamentos		17.134.396	23.403.194	10.924.899	14.276.816
Direitos de Ressarcimento		5.583.447	5.382.834	5.588.131	5.464.005
Ativo Financeiro - Geração		-	-	2.096.717	2.077.912
Ativo Financeiro - Itaipu		455.820	1.202.493	455.820	1.202.493
Clientes		481.109	468.429	7.033.556	5.566.684
Títulos e Valores Mobiliários		2.585	1.760	2.937	34.230
Valor justo por meio do resultado		9.835.807	8.400.711	16.658.334	12.558.094
Títulos e Valores Mobiliários	2	8.060.350	7.159.978	13.990.357	10.708.536
Fundo para descomissionamento	2	1.753.827	1.222.393	1.753.827	1.222.393
Caixa e equivalentes de caixa	2	21.630	18.202	286.607	335.307
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	138	627.543	291.858
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.011.911	1.970.479	2.093.279	2.056.990
Investimentos (Participações Societárias)	1	2.011.911	1.970.479	2.093.279	2.056.990
PASSIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		30.133.767	35.672.889	53.687.417	54.090.209
Empréstimos, financiamentos e debêntures		27.998.275	33.318.501	47.002.033	47.899.641
Obrigações de ressarcimento		1.373.656	1.796.753	1.640.767	1.796.753
Fornecedores		705.908	494.133	3.920.607	3.113.612
Arrendamentos		55.928	63.502	1.053.194	1.207.189
Concessões a Pagar UBP		-	-	70.816	73.014
Valor justo por meio do resultado		-	683	10.014	5.683
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	683	10.014	5.683

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

42.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

42.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas,

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para as taxas de câmbio, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

- Risco de apreciação das taxas de câmbio

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2020		Efeito no resultado		
		Moeda	Reais	Cenário I -	Cenário II	Cenário III
		Estrangeira		Provável 2020 ¹	(+25%) ¹	(+50%) ¹
USD	Empréstimos e financiamentos	(2.145.138)	(11.147.641)	57.278	(2.715.313)	(5.487.904)
	Empréstimos concedidos	808.296	4.200.471	(21.581)	1.023.142	2.067.864
	Ativo financeiro - Itaipu	272.504	1.416.128	(7.282)	344.929	697.141
	Impacto no resultado	(1.064.338)	(5.531.042)	28.415	(1.347.242)	(2.722.899)
EURO	Empréstimos e financiamentos	(48.770)	(311.052)	(1.605)	(79.769)	(157.933)
	Impacto no resultado	(48.770)	(311.052)	(1.605)	(79.769)	(157.933)
Impacto no resultado das taxas de câmbio				26.810	(1.427.011)	(2.880.832)
(¹) Premissas adotadas:		31/12/2020		Provável	+25%	+50%
	USD	5,20		5,17	6,46	7,76
	EURO	6,38		6,41	8,01	9,62
	IENE	0,05		0,05	0,06	0,08

42.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa *Libor*.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa *Libor* e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2020 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela OCDE.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da *LIBOR*. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar está apresentado no item (a.1) desta nota.

a.1) LIBOR

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO				
		Saldo da dívida/Valor Nocial em 31/12/2020		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2020 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
LIBOR	Empréstimos e financiamentos	(118.216)	(614.331)	(278)	(348)	(417)
	Derivativos	(1.927)	(10.014)	(5)	(6)	(7)
	Total	(120.143)	(624.345)	(283)	(354)	(424)
(1) Premissas adotadas:			31/12/2020	Provável	25%	50%
	USD		5,20	5,17	6,46	7,76
	LIBOR		0,26%	0,23%	0,29%	0,35%

a.2) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2020	Efeito no resultado			
			Cenário I - Provável 2020 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹	
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(18.968.978)	(550.373)	(687.966)	(825.559)	
	Impacto no resultado	(18.968.978)	(550.373)	(687.966)	(825.559)	
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.094.597)	(212.838)	(266.047)	(319.257)	
	Direito de ressarcimento	2.501.312	75.039	93.799	112.559	
	Impacto no resultado	(4.593.285)	(137.799)	(172.248)	(206.698)	
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.260.994)	(248.555)	(310.694)	(372.833)	
	Impacto no resultado	(5.260.994)	(248.555)	(310.694)	(372.833)	
IGPM	Empréstimos concedidos	192.935	20.065	25.082	30.098	
	Passivo de arrendamento	(1.053.194)	(109.532)	(136.915)	(164.298)	
	Impacto no resultado	(860.259)	(89.467)	(111.833)	(134.200)	
IPCA	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.877.059)	(164.357)	(205.446)	(246.535)	
	Empréstimos concedidos	129.541	4.366	5.457	6.548	
	Direito de ressarcimento	3.086.819	104.026	130.032	156.039	
	Impacto no resultado	(1.660.699)	(55.965)	(69.957)	(83.948)	
Impacto no resultado dos índices			(1.082.159)	(1.352.698)	(1.623.238)	
(1) Premissas adotadas:			31/12/2020	Provável	+25%	+50%
	CDI		1,90%	2,90%	3,63%	4,35%
	SELIC		2,00%	3,00%	3,75%	4,50%
	TJLP		4,55%	4,72%	5,91%	7,09%
	IGPM		23,14%	10,40%	13,00%	15,60%
	IPCA		4,38%	3,37%	4,21%	5,06%

42.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

A Eletrobras, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos (nota 11), exceto pelas operações financeiras com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 34% do saldo em aberto.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundo extra mercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na SELIC, havendo exposição a risco de crédito menor em relação aos demais instrumentos.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como obrigação a realização de aplicações das suas disponibilidades financeiras somente com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil S.A., seguindo a resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil. Esses bancos possuem baixo risco, e com seus *ratings* revisados por agências de classificações de risco de crédito.

A Companhia possui a norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de *swap*, mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora e controladas. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada e consta na nota 25.3.

42.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos das Empresas Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que as Empresas Eletrobras devem quitar as respectivas obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA				
	31/12/2020				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	10.959.365	4.787.289	10.887.782	7.853.030	34.487.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.869.828	4.777.082	10.851.556	7.835.998	32.334.464
Obrigações de Ressarcimento	1.373.656	-	-	-	1.373.656
Fornecedores	705.908	-	-	-	705.908
Arrendamentos	9.973	10.207	36.226	17.032	73.438

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

CONTROLADORA					
31/12/2019					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	9.151.904	15.816.946	7.174.368	8.238.005	40.381.223
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.853.444	15.805.658	7.141.278	8.226.456	38.026.836
Obrigações de Ressarcimento	1.796.753	-	-	-	1.796.753
Fornecedores	494.133	-	-	-	494.133
Arrendamentos	7.574	11.288	33.090	11.549	63.501
CONSOLIDADO					
31/12/2020					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	19.443.434	8.885.947	15.101.480	16.174.660	59.605.521
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.678.958	8.798.046	14.756.060	15.580.546	52.813.610
Fornecedores	3.904.051	16.556	-	-	3.920.607
Obrigações de Ressarcimento	1.618.508	22.259	-	-	1.640.767
Arrendamentos	237.055	44.423	332.794	545.449	1.159.721
Concessões a Pagar UBP	4.862	4.663	12.626	48.665	70.816
CONSOLIDADO					
31/12/2019					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	15.412.375	19.696.974	11.600.831	15.876.498	62.586.678
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.276.295	19.452.195	10.945.005	15.599.572	56.273.067
Fornecedores	3.092.676	20.936	-	-	3.113.612
Obrigações de Ressarcimento	1.796.753	-	-	-	1.796.753
Arrendamentos	242.055	219.635	643.834	224.708	1.330.232
Concessões a Pagar UBP	4.596	4.208	11.992	52.218	73.014

42.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e
- Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

Derivativo embutido	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Fornecimento de energia elétrica (42.4.1)	627.543	470.657	313.772	784.429	941.315
Opção de conversão em ações (42.4.2)	10.014	10.014	5.007	12.518	15.021

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

42.4.1 - Fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere-se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujos quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela acima. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI.

42.4.2 - Opção de conversão de ações

A Estação Transmissora de Energia S.A., empresa incorporada à controlada Eletronorte, firmou contrato de debêntures, a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora, o qual possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Eletronorte,

Na análise de sensibilidade foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Eletronorte.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o FDA, por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da Companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a valor de mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada. Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48 / IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

1) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

2) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

3) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

- Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia (Nota 25.3). Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 40).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

NOTA 43 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da companhia divulgados separadamente são:

- I. Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- II. Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- III. Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa de todas as Empresas Eletrobras, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPEs, cujo monitoramento e gestão é feito de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

	31/12/2020				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita Operacional Líquida	305.324	18.708.084	10.438.928	(371.823)	29.080.513
Custos Operacionais	(255.702)	(10.085.165)	(3.435.658)	349.505	(13.427.020)
Despesas Operacionais	(8.982.617)	(2.747.007)	(1.237.270)	22.318	(12.944.576)
Receita tarifária periódica	-	-	4.228.338	-	4.228.338
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(8.932.995)	5.875.912	9.994.338	-	6.937.255
Resultado Financeiro					(1.671.646)
Resultado de Participações Societárias					1.670.903
Outras receitas e despesas					16.134
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(565.333)
Lucro Líquido do Exercício					6.387.313

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

31/12/2019 (Reapresentado)

	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	194.692	19.833.995	10.073.410	(387.833)	29.714.264
Custos Operacionais	(67.019)	(8.241.933)	(5.799.278)	349.374	(13.758.855)
Despesas Operacionais	(3.923.077)	(1.821.961)	(1.648.043)	38.459	(7.354.623)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(3.795.404)	9.770.101	2.626.089	-	8.600.786
Resultado Financeiro					(2.448.786)
Resultado de Participações Societárias					1.041.071
Outras receitas e despesas					24.715
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					630.659
Lucro Líquido do Exercício					7.848.445

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos da Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

Receita bruta, após eliminações, de clientes externos por segmento antes das deduções de impostos:

	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Suprimento	14.425.819	-	14.425.819	15.870.784	-	15.870.784
Fornecimento	2.661.499	-	2.661.499	2.282.200	-	2.282.200
CCEE	1.176.156	-	1.176.156	1.353.218	-	1.353.218
Receita de O&M	3.982.409	5.443.107	9.425.516	3.549.019	4.927.283	8.476.302
Receita de construção	37.800	778.202	816.002	49.353	747.897	797.250
Repasse Itaipu	(13.566)	-	(13.566)	269.432	-	269.432
Receita contratual	-	6.026.214	6.026.214	-	5.857.486	5.857.486
Total da receita bruta	22.270.117	12.247.523	34.517.640	23.374.006	11.532.666	34.906.672

Receita Intersegmento

	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Administração	Geração	Total	Administração	Geração	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	-	349.505	349.505	-	349.374	349.374
Receita de juros do segmento de geração	173.163	-	173.163	877.512	-	877.512
Receita de juros do segmento de transmissão	361.959	-	361.959	373.220	-	373.220
Total	535.122	349.505	884.627	1.250.732	349.374	1.600.106

Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2020				31/12/2019			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	1.555.229	31.107.683	-	32.662.912	1.545.786	31.770.088	-	33.315.874
Intangível	354.540	294.318	2.092	650.950	553.008	99.941	2.092	655.041
Total	1.909.769	31.402.001	2.092	33.313.862	2.098.794	31.870.029	2.092	33.970.915

Itens que não afetam o caixa por segmento

	31/12/2020				31/12/2019			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Depreciação e Amortização	105.866	1.757.003	-	1.862.869	251.545	1.555.884	-	1.807.429
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	-	93.112	(4.059)	89.053	-	179.003	-	179.003
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (impairment)	(62.498)	(379.166)	-	(441.664)	-	121.581	-	121.581
Total	43.368	1.470.949	(4.059)	1.510.258	251.545	1.856.468	-	2.108.013

Prática contábil

Segmentos operacionais de uma Companhia são definidos como componentes que:

a) exercem atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas;

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho; e

c) para os quais existem informações financeiras.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros, incluindo empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, e as transferências entre os segmentos. As transações entre segmentos operacionais são determinadas por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas, sendo essas transações eliminadas, fora dos segmentos operacionais, para fins de conciliação das informações segmentadas com as demonstrações financeiras consolidadas da companhia.

NOTA 44 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas condições citadas e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

44.1 – Principais transações ocorridas em 2020.

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Chesf, Eletronorte, CGT Eletrosul e Funas (Cedentes); Eletropar; e Eletrobras (interveniente/anuente)	19/02/2020	Cessão do direito de uso, a título oneroso, de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas ativadas.	Cedentes - R\$48,00 por quilômetro de par de fibra ativada e de fibra óptica disponibilizada para ativação em favor da Eletronet. Eletropar - Aplicação do percentual de 2% sobre o valor líquido mensal recebido da Eletronet.
Eletropar e Eletronet; Eletrobras (interveniente/anuente)	20/02/2020	Constituição pela Eletropar em favor da Eletronet do direito de acesso, a título oneroso, à infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e às fibras ópticas ativadas.	Eletropar - Valor bruto de R\$48,00 por quilômetro de par de fibra ativadas e de fibra óptica disponibilizada para ativação.
Eletronorte e CGT Eletrosul	26/06/2020	Celebração do Termo de Confissão de Dívida referente às faturas em aberto da CGT Eletrosul com a Eletronorte, decorrente dos Contratos de Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre.	152.992
Eletronorte e Amazonas GT	24/07/2020	Celebração de contrato formalizando empréstimo mútuo da Eletronorte à Amazonas GT destinado a reforçar o caixa da Mutuária.	100.000

44.2 - Transações com Entidades Governamentais

Além das operações com a União, a Eletrobras mantém transações com outras entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Direito de Ressarcimento				
Poder Público Federal	5.588.131	-	5.464.005	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar				
Poder Público Federal - Banco do Brasil	-	2.505.777	-	3.581.431
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal (a.1)	-	4.769.371	-	6.193.508
Poder Público Federal - BNDES (a.2)	-	5.245.281	-	6.111.435
Poder Público Federal - Reserva Global de Reversão (a.3)	-	2.314.672	-	3.599.238
Poder Público Federal - Petrobras (b)	-	7.121.333	-	8.928.835
Obrigações de Ressarcimento (c)				
Tesouro Nacional - Itaipu	-	5.306.972	-	5.492.860
Total	5.588.131	27.263.406	5.464.005	33.907.307

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

A seguir, identificam-se as condições das principais transações com outras entidades governamentais:

a) Empréstimos e financiamentos a pagar:

Aplicações na Usina Angra 3

a.1) Empréstimo entre CEF e Eletronuclear: Contrato entre a Eletronuclear e a CEF (contrato principal) para financiamento complementar de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços.

a.2) Empréstimo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Eletronuclear: Contrato de financiamento entre o BNDES e a Eletronuclear, com interveniência da Eletrobras destinados à implantação da usina Angra 3.

Reserva Global de Reversão (RGR):

a.3) A Companhia era responsável pela gestão de recursos setoriais da RGR e outros. Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a CCEE, desde 1º de maio de 2017.

Garantia dos empréstimos:

A participação da Eletrobras como garantidora de empréstimos tomados por suas controladas pode ser observada em maiores detalhes na nota 25.3.

b) Operações com Petrobras: Com a venda da controlada Amazonas Energia S.A, tornou-se eficaz a cessão de direitos da Amazonas Energia para a Eletrobras, referentes à CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Distribuidora. A Eletrobras assumiu obrigações em valores equivalentes como empréstimos adquiridos, conforme condições estabelecidas na Resolução do CPPI número 20, de 08 de novembro de 2017 e alterações posteriores.

c) Obrigações de ressarcimento – Itaipu: Ativos financeiros indenizáveis decorrentes da concessão Itaipu, maiores detalhes na nota 18, item a.

44.3 - Transações com coligadas e controladas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

	Saldos e Transações por Natureza - Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Empréstimos e financiamentos (a)	10.506.018	-	-	14.991.496	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	1.223.108	-	-	774.468	-	-
Dividendo a receber	4.683.178	-	-	3.522.447	-	-
Créditos com Controladas - CCD's (c)	2.230.317	-	-	2.109.354	-	-
Outros Ativos	107.964	-	-	122.802	-	-
Contribuições a pagar - patrocinador	-	-	-	-	14.875	-
Provisões	-	1.129.242	-	-	818.164	-
Fundo de Descomissionamento	-	1.842.034	(405.281)	-	1.251.794	(119.006)
Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial (d)	-	-	3.099.448	-	-	2.054.210
Outras Receitas/Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	990
Taxas	-	-	(4.001)	-	-	(4.078)
Total	18.750.585	2.971.276	2.690.166	21.520.567	2.084.834	1.932.116

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

	Saldos e Transações por Entidade - Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Controladas						
Fumas	2.039.113	-	192.291	3.336.050	-	280.404
Eletronorte	4.139.400	-	408.757	4.586.799	-	134.661
Eletronuclear	1.784.950	1.842.034	(280.524)	2.523.981	1.251.794	21.032
Amazonas GT	2.270.943	-	130.984	2.470.505	-	191.505
Eletrosul (1)	-	-	-	821.844	-	72.623
CGT Eletrosul (1)	1.823.618	-	18.092	534.867	-	468.479
CHESF	1.801.006	-	78.052	1.198.894	-	4.189
Eletropar	9.448	-	88	445	-	990
	13.868.478	1.842.034	547.740	15.473.384	1.251.794	1.173.883
Controladas em conjunto e coligadas						
Itaipu	4.241.949	-	2.120.648	5.874.600	-	751.019
Eletros	-	1.129.242	(4.001)	-	833.039	(4.078)
Equatorial Maranhão D	157.993	-	19.015	38.936	-	10.337
Lajeado Energia	100.280	-	-	23.975	-	-
CEB Lajeado	12.150	-	-	19.588	-	-
Paulista Lajeado	15.202	-	-	16.221	-	-
CEEE-D	10.270	-	770	12.489	-	955
CEEE-GT	15.897	-	-	15.897	-	-
CTEEP	236.193	-	5.978	41.021	-	-
EMAE	92.173	-	-	4.456	-	-
Rouar	-	-	16	-	-	-
	4.882.107	1.129.242	2.142.426	6.047.183	833.039	758.233
Total	18.750.585	2.971.276	2.690.166	21.520.567	2.084.834	1.932.116

(1) Amazonas D tinha saldo na coluna Resultado em 03/2019. Mas não está mais no quadro pois foi alienada.

A seguir, identificam-se as condições das principais transações realizadas com as partes relacionadas da Controladora:

a) Empréstimos e financiamentos:

Itaipu Binacional

Conforme convencionado no Tratado de Itaipu, os recursos necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pela Eletrobras e pela *Administración Nacional De Electricidad* – ANDE, ou obtidos pela Itaipu mediante a operação de crédito. Os principais contratos firmados com a Eletrobras são relativos a:

- Refinanciamento dos saldos devedores vencidos e a vencer de toda a dívida da Itaipu por contratos de financiamentos com a Eletrobras;
- Financiamento do custo dos investimentos remanescentes do Plano de Conclusão de Obras;
- Financiamento da instalação das duas últimas unidades geradoras da ITAIPU; e
- Cobertura do custo total do Programa de Investimentos Complementares (PIC).

CGT Eletrosul

Os financiamentos cedidos pela Eletrobras destinaram-se à viabilização da construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a controlada CGT Eletrosul necessitou nos últimos anos.

b) Adiantamentos para futuros aumentos de capital: As informações referentes aos AFAC estão demonstradas na nota 19;

c) Outros ativos: Cessão de Crédito – Eletronorte: Créditos da CCC referente a certas distribuidoras alienadas transferidas à Eletrobras que serão pagos pela controlada Eletronorte, corrigidos até a data do pagamento. O total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.147.136 (R\$ 2.082.331 em 31 de dezembro de 2019).

d) Receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial: Partes desses valores são referentes aos encargos financeiros sobre empréstimos de acordo com a nota 25 e parte refere-se à variação cambial decorrente das operações de Itaipu, cujos detalhes encontram-se na nota 18;

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

44.4 - Transações com coligadas e controladas em conjunto - Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

	Saldos e Transações por Natureza - Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Clientes	59.147	-	-	55.360	-	-
Contas a receber	20.628	-	-	12.492	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.540	-	-	181.257	-	-
Dividendos / JCP a receber	333.997	-	-	205.540	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.296.503	-	-	5.865.035	-	-
Outros Ativos	48.649	-	-	162.770	-	-
Fornecedores	-	44.279	-	-	34.913	-
Provisões	-	1.129.242	-	-	818.164	-
Contribuições a pagar - patrocinador	-	-	-	-	14.875	-
Contas a pagar	-	29.877	-	-	820	-
Outros passivos	-	1.901	-	-	1.999	-
Receita de geração	-	-	-	-	-	2.729
Receita de uso de Energia Elétrica	-	-	394.725	-	-	598.004
Receita de venda de energia	-	-	85.315	-	-	81.576
Receitas de prestação de serviços	-	-	116.580	-	-	104.692
Outras receitas	-	-	12.649	-	-	1.210
Compra de Energia Elétrica	-	-	(809.451)	-	-	(748.229)
Encargos de Uso da Rede	-	-	(93.536)	-	-	(106.887)
Taxas	-	-	(4.001)	-	-	(4.078)
Outras Despesas	-	-	(327.528)	-	-	(328)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variação Cambial	-	-	2.140.449	-	-	762.311
Receitas Financeiras	-	-	437	-	-	6.308
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	(4)
Total	4.760.464	1.205.299	1.515.639	6.482.454	870.771	697.304

	Saldos e Transações por Entidade - Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Baguari	355	-	450	362	-	435
Belo Monte Transmissora	34.674	2.738	(50.568)	14.363	2.664	(36.491)
Caldas Novas Transmissão	483	2	692	1.248	2	467
CEB Lajeado	12.150	-	-	19.589	-	-
CEEE-D	10.270	-	770	12.490	-	955
Chapecoense Geração	740	-	-	29.830	-	-
Companhia Energética Sinop	1.071	772	(5.207)	914	388	(3.310)
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	4.996	17.221	(149.448)	6.371	9.560	(179.165)
Centro de Soluções Estratégicas - CSE	1.697	-	3.445	-	-	-
Eletros (a)	-	1.129.242	(4.001)	-	833.039	(4.078)
EMAÉ	92.174	-	-	4.456	-	-
Empresa de Energia São Manuel	1.446	3.440	(95.137)	1.339	3.346	(25.486)
Energia Olímpica	-	-	(1.673)	428	-	93
Enerpeixe	12.259	10.249	(112.221)	12.792	3.387	(33.769)
Equatorial Maranhão D	85.838	-	19.015	38.936	-	10.337
Energia Sustentável do Brasil	15.276	34.380	(368.612)	152.431	13.592	(245.174)
Foz do Chapecó	959	-	11.098	879	-	10.738
Fronteira Oeste - FOTE	341	2	428	41.325	-	682
Goiás Transmissão	8.146	134	(1.607)	11.668	131	(1.705)
Interligação Elétrica Garanhuns	8.055	263	(3.404)	-	269	(3.624)
Interligação Elétrica Madeira	5.717	3.719	(139.669)	-	2.668	(36.571)
Itaipu (b)	4.241.949	-	2.120.648	5.874.600	-	751.019
Lago Azul Transmissora	132	9	6.514	130	10	116
Lajeado Energia	100.280	-	-	23.975	-	-
Madeira Energia	-	-	9.796	-	-	-
Manaus Construtora	23.298	-	-	9.178	-	-
Mata de Santa Genebra	438	659	(128.619)	-	-	-
MGE Transmissão	5.634	78	(720)	5.634	75	(810)
Norte Brasil Transmissora de Energia	80	605	(7.738)	100	663	(8.622)
Norte Energia	39.854	-	171.256	29.270	-	267.014
Paranaíba Transmissora de Energia	6.163	338	(3.834)	5.985	341	(3.963)
Retiro Baixo Energética	5.083	-	-	7.582	-	-
Rouar	-	-	16	-	-	-
Santo Antônio Energia	19.725	811	230.628	18.397	-	222.851
Serra Facão Energia	-	-	68	45	-	93
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	344	365	(1.514)	346	529	(3.462)
Tijoa Participações e Investimentos	1.187	-	12.524	873	-	16.985
Transenergia Goiás	46	28	2.003	-	-	-
Transenergia São Paulo	14.760	24	(272)	17.271	24	(282)
Transenergia Renovável	520	42	(479)	4.492	-	(527)
Transnorte	134	11	764	-	13	562
Triângulo Mineiro Transmissora	11	90	(1.108)	-	-	-
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	4.162	17	1.428	8.075	7	1.964
Vale do São Bartolomeu	17	60	(73)	1.262	63	31
Vamcruz Participações	-	-	-	125.818	-	-
Total	4.760.464	1.205.299	1.515.639	6.482.454	870.771	697.303

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

A seguir, identificam-se as condições das principais transações realizadas com as partes relacionadas do consolidado:

- Eletros – Fundação Eletrobras de Seguridade Social: em 31 de dezembro de 2020, o saldo das provisões de benefícios aos empregados totaliza R\$ 1.129.242 (R\$ 833.039 em 31 de dezembro de 2019).
- Itaipu: Estão atrelados ao Empréstimo descritos na nota 25, as receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial decorrem principalmente dos encargos financeiros e pela variação cambial decorrente das operações de Itaipu, cujos detalhes podem ser observados na nota 18.

44.4.1 - Abaixo se encontram as principais condições das transações significativas acerca do uso de rede de transmissão, compra de energia ou prestação de serviços:

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.: contratos de prestação de serviços referente à manutenção da linha de transmissão, bem como cobrança do uso da rede do sistema de transmissão;

Energia Sustentável do Brasil S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como o contrato bilateral de ACL, relativo à compra de energia, com início de vigência em 1º de março de 2013 e fim da vigência em 15 de janeiro de 2035, com volume contratado médio de 107,596 MW méd;

Norte Energia S.A.: Contrato de prestação dos serviços de manutenção e operação das usinas Belo Monte e Pimentel, e disponibilização das redes de transmissão;

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.: Contratos celebrados para disponibilização e uso do sistema de transmissão; e

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como cobrança do uso da rede do sistema de transmissão.

Informações referentes aos empréstimos cedidos pela Eletrobras às suas controladas, controladas em conjunto e coligadas estão demonstradas na nota 11.

Prática contábil

As transações com partes relacionadas da Companhia com suas controladas, coligadas, sociedades de propósito específico e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

44.5 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo	8.572	7.905	38.903	42.181
Benefícios pós-emprego	444	453	444	453
Outros benefícios de longo prazo	383	-	383	-
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	-	41	-
Total	9.399	8.358	39.771	42.634

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração de dirigentes				
Maior remuneração de administradores	52	52	72	54
Menor remuneração de administradores	50	50	5	5
Remuneração média de administradores	50	50	38	38
Remuneração de empregados				
Maior remuneração de empregados	58	58	136	72
Menor remuneração de empregados	4	4	2	2
Remuneração média de empregados	16	16	13	11

Prática contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, nos quais são divulgadas a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 45 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Geração	289.331	1.147.082	289.331	3.144.351
Transmissão	-	399.168	-	399.168
Total de ativos classificados como mantidos para venda	289.331	1.546.250	289.331	3.543.519
Geração	-	-	-	1.692.708
Total de passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	1.692.708

Geração e Transmissão

Em 23 de fevereiro de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a alienação das participações societárias de determinadas SPEs detidas pela Companhia e por suas controladas. Em 25 de julho de 2019 o Conselho de Administração deu início ao Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019 objetivando a alienação das participações societárias em 39 SPEs remanescentes do Leilão nº 01/2018. A Eletrobras considerou o CPC 31/IFRS 5, para avaliar que essas SPEs atingiram os critérios de classificação como mantidos para venda, conforme apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

O quadro abaixo demonstra as SPEs classificadas como mantidas para venda em 31 de dezembro de 2020:

Investimentos em SPEs de Geração da Eletrobras classificados como ativos mantidos para venda	31/12/2020
Chapada Piauí I	124.484
Chapada Piauí II	164.847
	289.331

Os principais ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

Geração:

	Geração	
	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	-	116.873
Clientes	-	22.377
Tributos e contribuições sociais	-	12.466
Ativo Imobilizado	-	2.299.696
Ativo Intangível	-	90.709
Investimentos	289.331	217.240
Outros ativos	-	384.990
Total ativos da controlada classificados como mantidos para venda	289.331	3.144.351
Fornecedores	-	10.720
Empréstimos e financiamentos	-	1.277.642
Tributos e contribuições sociais	-	4.310
Provisões de contingências	-	439
AFAC	-	173.749
Outros passivos	-	225.848
Passivos da controlada associados a ativos classificados como mantidos para venda	-	1.692.708

Transmissão:

Investimentos em SPEs de Transmissão da Eletrobras classificados como ativos mantidos para venda	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
	31/12/2019
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	18.737
Luziania-Niquelandia Transmissora	31.182
Manaus Transmissora de Energia	349.249
	399.168

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

Relatório da Administração/comentário ELETROBRAS

NOTA 46 – ALIENAÇÃO DE INVESTIDAS

46.1 – Venda de SPEs

Lote	SPE	Data da Alienação	Adquirente	Valor da transação
Lote H	Pedra Branca S.A, São Pedro do Lago S.A, Sete Gameleiras S.A, Baraúnas I Energética S.A, Baraúnas II Energética S.A, Mussambê Energética S.A, Morro Branco I Energética S.A e Banda de Couro Energética S.A.	28/03/2019	Brennand Energia S.A	250.000
Lote N	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU	29/04/2019	TAESA S.A e DME Energética S.A	39.134
Lote L	Brasnorte Transmissora de Energia S.A - BRASNORTE	31/05/2019	TAESA S.A	76.000
Lote M	Companhia Transirapé de Transmissão - TRANSIRAPÉ	31/05/2019	TAESA S.A	77.000
Lote J	Uirapuru Transmissora de energia S.A	25/06/2019	Copel Geraçãp e Transmissão S.A	100.000
Lote O	Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A - AETE	01/07/2019	APAETE Participações em Transmissão - APAETE	87.000
Lote F	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A, Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A e Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	23/08/2019	Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	178.000
Lote C	Eólica Serra das Vacas Holding - S.A	07/10/2019	Eólica Serra das Vacas Participações S.A	74.000
Lote K	Transmissora Matogressense de Energia S.A	13/11/2019	Alupar Investimento S.A	118.000
Lote P	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A	13/01/2020	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	45.000

Com a transferência do Lote P em 13 de janeiro de 2020, concluíram-se 100% das transferências das SPEs vendidas no leilão realizado em setembro de 2018. Pela operação, a Eletrobras reconheceu um ganho de R\$ 26.038 e recebeu o valor atualizado de R\$ 44.775.

46.2 – Alienação da SPE Manaus Transmissora de Energia S.A.

Em 17 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a oferta vinculante realizada pela Evoltz Participações S.A. para aquisição da totalidade da participação da Eletrobras, correspondente a 49,5% do capital social total, na SPE Manaus Transmissora de Energia S.A. A venda foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 13 de maio de 2020 e a transferência foi concluída em 03 de setembro de 2020. Pela operação, a Eletrobras recebeu o valor atualizado de R\$ 251.103 e reconheceu uma perda de R\$ 98.146 no exercício de 2020.

46.3 – Alienação da SPE Eólica Mangue Seco 2

Em 11 de maio de 2020, a Eletrobras aprovou a oferta vinculante realizada pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus para aquisição da totalidade da participação da Eletrobras, correspondente a 49% do capital social total, na SPE Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. A venda foi aprovada pelo CADE em 24 de agosto de 2020 e a transferência foi concluída em 09 de outubro de 2020. Pela operação, a Eletrobras reconheceu um ganho R\$ 17.905 e recebeu o valor atualizado de R\$ 27.605.

46.4 – Alienação das SPEs Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A., Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo e III S.A. e Chuí IX S.A.

Em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da companhia aprovou as ofertas vinculantes realizadas pela Omega Geração S.A. para aquisição da totalidade da participação nas SPEs correspondentes a 78% do capital social da Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A. (Lote 1) e 99,99% do capital social das SPEs Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo e III S.A. e Chuí IX S.A. (Lote 2). A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 02 de setembro de 2020, aprovou a alienação, restando a aprovação dos órgãos competentes para transferência das ações. Em 30 de novembro de 2020, foi concluída a transferência da totalidade da participação que detinha, pela operação, a Eletrobras reconheceu uma perda de R\$ 415.671 no exercício de 2020.

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

NOTA 47 – OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A Companhia realizou leilões para a alienação de suas então controladas do segmento de distribuição durante o ano de 2018. As distribuidoras Companhia Energética de Alagoas - Ceal e a Amazonas Energia S.A tiveram seus controles transferidos em 18 de março de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente.

Como estas empresas representavam a totalidade das operações do segmento de distribuição, as transações deste segmento passaram a ser apresentadas como operações descontinuadas.

Abaixo demonstramos o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com as informações da Ceal e Amazonas Energia S.A.

- Resultado das operações descontinuadas:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/12/2019	31/12/2019
Receita Operacional Líquida	-	1.648.758
Custos Operacionais	-	(1.540.551)
Despesas Operacionais	(1.752.165)	(2.461.635)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(1.752.165)	(2.353.428)
Resultado Financeiro Líquido	-	(337.401)
Efeito na venda de subsidiária	5.037.140	6.118.816
Resultado Operacional antes dos Impostos	3.284.975	3.427.987
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(143.012)
Lucro das Operações Descontinuadas	3.284.975	3.284.975

- Efeitos na demonstração do fluxo de caixa

	CONSOLIDADO
	31/12/2019
Atividades Operacionais	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(379.997)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	414.724
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	6.337
Caixa líquido gerado pelas operações descontinuadas	41.064

Prática contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que será descontinuado e que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto das operações da Companhia e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

48.1- Alteração na Presidência

Em janeiro de 2021, Wilson Ferreira Junior apresentou carta de renúncia ao cargo de Presidente da Eletrobras, por motivos pessoais, sendo o efetivo desligamento do referido cargo em 16 de março de 2021. Wilson Ferreira Junior permanecerá como membro do Conselho de Administração.

Em 15 de março de 2021, o Conselho de Administração designou a Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, Elvira Cavalcanti Presta, para exercer interina e cumulativamente, a

Relatório da Administração/comentário Eletrobras

partir de 16 de março de 2021, o cargo de Presidente da Eletrobras até que o Conselho de Administração conclua o processo de sucessão, eleja o novo Presidente e haja posse efetiva no cargo.

48.2- Compra das SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III - Chesf

Em janeiro de 2021, a Chesf concluiu a compra da totalidade das ações pertencentes à Sequoia Capital Ltda., nas SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III. Pela compra mencionada, a Chesf pagou o valor de R\$ 20.614, sendo R\$ 15.608 diretamente para a Sequoia e R\$ 5.006 para regularização de pendências de integralização de capital da Sequoia na SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.

48.3- Reserva Especial

Em janeiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou pelo pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R\$ 2.291.888, à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos, que foi constituída mediante a aprovação pela 59ª Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A decisão de distribuição dos Dividendos Intermediários decorre da revisão da situação financeira da Companhia e de sua liquidez.

48.4- Transações entre Partes Relacionadas

Em fevereiro de 2021, as empresas Eletronorte, Furnas, Chesf, firmaram o terceiro termo de aditamento ao contrato de cessão de uso da infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e de fibras ópticas a serem disponibilizadas, e outras avenças, que tem como objeto a cessão de uso, a título oneroso, de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas contidas nos cabos OPGW (Optical Ground Wire) instalados nas linhas de transmissão de propriedade da Eletronorte, Chesf e Furnas. Os valores da transação supracitada para Eletronorte, Furnas e Chesf são R\$ 73.082, R\$ 66.027 e R\$ 88.443, respectivamente.

Relatório da Administração/comentário  **nh**

Elvira Cavalcanti Presta

Presidente Interina e Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Camila Gualda Sampaio Araújo

Diretora de Governança, Riscos e Conformidade

Márcio Szechtman

Diretor de Transmissão

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá

Diretor de Geração

Rodrigo Vilella Ruiz

Contador - CRC-RJ 088488/O-9S

Notas Explicativas**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)****NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo - B3, Madri - LATIBEX e Nova York - NYSE. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal (Controladora final da Companhia).

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto e indireto em empresas de geração e transmissão de energia elétrica (vide nota 3), e ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar e participações diretas na Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), na Inambari Geração de Energia S.A. e na Rouar S.A. (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaia Usina y Transmisiones Eléctricas de Uruguay – UTE), além de participações diretas e indiretas em 94 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) (Em conjunto, “Empresas Eletrobras”).

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia atua como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 19 de março de 2021.

Capitalização da Eletrobras

Em fevereiro de 2021, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 1.031/2021 que possibilita o início dos estudos da modelagem da capitalização da Eletrobras, pelo BNDES, e traz algumas modificações em relação ao texto do Projeto de Lei de desestatização da Eletrobras nº 5.877/2019.

Dentre as modificações, se destacam: a inclusão da prorrogação, por 30 anos, da usina hidroelétrica de Tucuruí, da controlada Eletronorte, que atualmente está no regime de produtor independente e não sob regime de cotas; obrigação de aportes de recursos para revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas (R\$ 230 milhões anuais em 10 anos), cujos contratos de concessão sejam afetados pela MP, e para redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal (R\$ 295 milhões anuais em 10 anos), diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio da Eletronorte, além da revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco (R\$ 350 milhões anuais em 10 anos); nova repartição de receita entre União (através do pagamento de bonificação de outorga) e a CDE – Conta de Desenvolvimento Energético (através do pagamento de quotas anuais em 30 anos), antes $\frac{2}{3}$ outorga e $\frac{1}{3}$ CDE; agora $\frac{1}{2}$ outorga e $\frac{1}{2}$ CDE; e a previsão de criação de ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União, nos termos do disposto no § 7º do art. 17 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dará o poder de veto em determinadas deliberações sociais previstas na MP.

Ressalta-se que o racional adotado no Projeto de Lei permanece no sentido de que todas as obrigações financeiras previstas na referida MP serão descontadas do valor adicionado decorrente da mudança de regime e concessão de novas outorgas de concessão, por 30 anos, dos contratos prorrogados pelo art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e das concessões alcançadas pelo disposto no inciso II do § 2º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 (usinas sob regime de cotas), bem como

Notas Explicativas



das concessões alcançadas pelo § 3º do art. 10 da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015 (UHE Sobradinho e UHE Itumbiara); e do novo contrato da UHE Tucuruí citado acima.

A capitalização da Eletrobras está condicionada à conversão da MP em Lei, mediante aprovação pelo Congresso Nacional.

COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

A Eletrobras e suas Controladas mantêm acompanhamento diligente quanto a potencial materialização de impactos financeiros no que diz respeito à pandemia sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Neste sentido, constata-se que em 2020 a Companhia não observou impactos relevantes sobre a sua capacidade financeira ou de suas Controladas.

A seguir destacamos as principais medidas que estão sendo adotadas pela Companhia.

Contexto Operacional

Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia: (i) instalação do monitoramento remoto de subestações; (ii) reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela Holding, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos; (iii) realização de workshops para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

- Geração

A Eletrobras monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização das Empresas Eletrobras, firmados no ACR e ACL, com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes (capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos) e inadimplência. Foram realizadas renegociações em 3% dos contratos firmados no mercado livre, sem perda econômica para as Empresas Eletrobras. Com relação à inadimplência, excluindo a inadimplência da Amazonas Energia com a Amazonas GT por ser uma situação atípica (vide nota 10) e que não guarda relação com a pandemia da COVID-19, não houve registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu e PROINFA em 2020. Ocorreu apenas 0,02% de inadimplência nos contratos existentes no ACL, sem impacto econômico para as Empresas Eletrobras. Cabe mencionar que, no ambiente regulado, foram adotadas medidas de solução sistêmica pelo MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como a criação da "Conta COVID" permitindo maior capacidade de pagamento por parte de empresas distribuidoras de energia.

Portanto, ainda que a pandemia do COVID-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras visto que os resultados ficaram dentro do planejado.

- Transmissão

Em junho de 2020, a ANEEL reconheceu parte dos impactos que a pandemia causou no setor, através da publicação da Resolução Autorizativa 8.926/2020, que autorizou a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica em até 4

Notas Explicativas



meses, como medida de enfrentamento dos efeitos da COVID-19. Atualmente, as Empresas Eletrobras possuem um total de 6 empreendimentos com cronograma postergado em até 4 meses com base nesta resolução.

Apesar da pandemia, em 2020, as Empresas Eletrobras energizaram 26 empreendimentos de grande porte de transmissão, que adicionaram 150 km de novas Linhas de Transmissão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e com uma agregação adicional de Receita Anual Permitida (RAP), na ordem de R\$ 116 milhões. Destes empreendimentos, 23 foram concluídos entre março e dezembro de 2020.

Não são estimados impactos significativos nos prazos e nos custos da obra em decorrência da postergação mencionada.

Impactos financeiros e econômicos da pandemia provocada pelo COVID-19

Programa de suspensão de dívidas (*Standstill*)

As Controladas aderiram ao programa de *StandStill* anunciado pelo BNDES em março de 2020, o que mitigou preventivamente riscos à liquidez destas empresas, sobretudo durante o período de maior incerteza quanto à extensão dos impactos financeiros da pandemia sobre as empresas da Eletrobras. Este programa possibilitou suspensão dos pagamentos de juros e principal durante 6 meses do ano, com capitalização dos juros ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

A Controladora encerrou o ano de 2020, com um caixa no montante de R\$ 7,8 bilhões (R\$ 14,3 bilhões no consolidado), o que lhe garante uma maior segurança para evitar potenciais impactos financeiros em suas operações.

Exposição Cambial

Em decorrência da exposição consolidada passiva líquida, principalmente de US\$ 1.064 milhões e de EUR 49 milhões, no período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia foi impactada de forma negativa no montante de R\$ 544 milhões, devido à valorização das moedas estrangeiras perante o real. Todavia, quando se observa o fluxo de caixa, sobretudo no curto prazo, a posição consolidada passiva líquida demonstra que o perfil de desembolso dos passivos é mais alongado e concentrado que o dos ativos. Isto pode ser compreendido constatando que grande parte do desembolso dos passivos componentes do balanço é concernente à quitação da parcela remanescente do bônus, em montantes correspondentes a US\$ 625 milhões, US\$ 500 milhões e US\$ 750 milhões, vencendo respectivamente na forma de *bullets* em 2021, 2025 e 2030. Assim, observa-se que do total do passivo de US\$ 2.240 milhões que compõe a exposição cambial de balanço, US\$ 1.880 milhões, ou 84%, estão concentrados em três datas específicas, as duas últimas de longo prazo. A Composição da exposição cambial de ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira segue abaixo:

		CONSOLIDADO			
		31/12/2020		31/12/2019	
		Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
	Empréstimos obtidos	(2.145.138)	(11.147.641)	(2.077.144)	(8.371.098)
USD	Empréstimos concedidos	808.296	4.200.471	1.450.154	5.845.135
	Ativo financeiro - Itaipu	272.504	1.416.128	451.654	1.820.482
	Exposição líquida	(1.064.338)	(5.531.042)	(175.336)	(705.481)
EURO	Empréstimos obtidos	(48.770)	(311.052)	(51.966)	(235.353)
	Exposição líquida	(48.770)	(311.052)	(51.966)	(235.353)

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2020

2.1. Captação de recursos

Em fevereiro de 2020, a Eletrobras emitiu *Notes*, no valor total de US\$ 1,25 bilhão. Furnas emitiu debêntures da segunda série e a Eletronorte, realizou a captação de recursos por intermédio de Cédula de Crédito Bancário de curto prazo celebrada com o banco Bradesco BBI S.A. Maiores detalhes na nota 25.

Notas Explicativas



2.2. Transferência de ações Amazonas Energia para Eletronorte

Em março de 2020, foram transferidas para a Eletronorte 497.946.334 ações ordinárias representativas do capital social da Amazona Energia, pelo valor de R\$ 3.130.227, a ser ajustado, conforme o contrato de doação em pagamento e outras avenças firmadas entre Eletrobras e Eletronorte. O pagamento pela aquisição da Amazonas Energia foi realizado através da quitação do crédito da Eletronorte contra a Companhia.

2.3. Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – Concessões de Transmissão

Em junho de 2020, em reunião ordinária da Diretoria da ANEEL, foram aprovadas as revisões tarifárias das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013 e aprovada a RAP destas concessões para o ciclo tarifário 2020-2021, maiores detalhes na nota 17.

2.4. Usina Candiota III

Em julho de 2020, ocorreu um evento de falha no conjunto turbina/gerador da Usina Candiota III, sem registros aparentes de danos para os demais equipamentos. As atividades retornaram na segunda quinzena de novembro de 2020. Maiores detalhes na nota 40.1.

2.5. Usina Angra 2 – Eletronuclear

Em junho de 2020, durante a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina de Angra 2, foram realizadas inspeções que detectaram, nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contêm as pastilhas de urânio enriquecido, o que demandou rigorosos testes de inspeções para uma avaliação deste evento. Em 17 de agosto de 2020, a Usina de Angra 2 foi reconectada ao SIN com funcionamento normal. Maiores detalhes, vide nota 15.

2.6. Pagamento de Dividendos da Eletrobras

Em julho de 2020, a Eletrobras aprovou o pagamento de Dividendos do exercício de 2019, tendo sido pago em setembro de 2020 no montante de R\$ 2.579 milhões, que inclui atualização monetária. Em janeiro de 2021 Conselho de Administração deliberou pelo pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R\$ 2.291.889 revertendo integralmente o saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos. Maiores detalhes, vide notas 30 e 48, respectivamente.

2.7. Aumento de capital na Eletronuclear

Em outubro de 2020, a Eletrobras aumentou o capital na controlada Eletronuclear, no valor de R\$ 1.885.778, mediante a conversão de créditos de AFAC no valor de R\$ 850.000, bem como na capitalização de créditos de financiamento no valor de R\$ 1.035.778.

2.8. Transferência SPes

Em 2020, a Eletrobras concluiu a transferência da totalidade das participações que detinha nas SPes Manaus Transmissora de Energia (MTE), Mangue Seco 2, Santa Vitória do Palmar Holding, Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX. Maiores detalhes na nota 46.4.

2.9. Empréstimos – Amazonas Energia S.A.

Em dezembro de 2020, foi aprovada a renegociação de dívida da Amazonas Energia S.A., com a Eletrobras, no montante total de R\$ 4.033.855. Maiores detalhes na nota 11.

2.10. Acordo com Light

Em dezembro de 2020, Furnas aprovou um acordo judicial ajuizado pela Light Serviços de Eletricidade S.A (LIGHT), que objetivou reaver quantias pagas indevidamente à Furnas, a título de tarifa de suprimento de energia, no ano de 1986. O valor do Acordo é de R\$ 496.000 a ser pago por Furnas, da

Notas Explicativas

seguinte forma: i) R\$ 336.000 em 2020 (vide nota 40); ii) R\$ 40.000 em 2021; e iii) R\$ 120.000 em 2022, podendo ser compensado total ou parcialmente com a transferência de ativos referentes às Demais Instalações de Transmissão (DIT) obrigatórias e/ou facultativas, situadas na área de concessão da Light e acordadas entre as empresas, mediante anuência da ANEEL, tendo como base os valores reconhecidos na base de ativos da Light e homologados pela Agência até de março de 2022.

2.11. Processo Empréstimo Compulsório

Em março de 2021, a Companhia informou que foi julgado improcedente o recurso de Embargos de Declaração, interposto pela própria, em que pleiteia-se com a Gerdau e outros credores do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica. O laudo pericial apresentou o valor de cerca de R\$ 1,3 bilhão (podendo chegar a 1,8 bilhão, se consideradas a atualização monetária e a incidência de multa e honorários indicadas pelas autoras da ação) e foi homologado pelo juiz, para o qual a Companhia realizou a constituição de provisão. Maiores detalhes nota 33.

NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, detém diversas concessões de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão ou participações em SPEs que também atuam nestes mesmos segmentos.

I – Concessões e Autorizações de Geração

A Companhia detém diversas concessões e autorizações de energia elétrica em usinas hidrelétricas (UHE), pequenas centrais hidrelétricas (PCH), centrais geradoras eólicas (EOL), parques eólicos, usinas termonucleares (UTN) e usinas termoelétricas (UTE), cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

Contrato	Hidráulicas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	UHE Belo Monte	11.233	PA	2045
007/2004	UHE Tucuruí	8.535	PA	2024
002/2008	UHE Jirau	3.750	RO	2043
001/2008	UHE Santo Antônio (Mesa)	3.568	RO	2043
006/2004	UHE Xingó	3.162	SE	2042
006/2004	UHE Paulo Afonso IV	2.462	BA	2042
004/2004	UHE Itumbiara	2.082	MG	2035
002/2011	UHE Teles Pires	1.820	MT	2046
006/2004	UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE	2042
004/2004	UHE Marimbondo	1.440	MG	2047
005/2004	UHE Serra da Mesa	1.275	TO	2039
004/2004	UHE Furnas	1.216	MG	2045
006/2004	UHE Sobradinho	1.050	BA	2052
004/2004	UHE Luis Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP	2045
005/1997	UHE Luís Eduardo Magalhães	903	TO	2032
128/2001	UHE Foz do Chapecó	855	RS	2036
003/2014	UHE Três Irmãos	808	SP	2044
006/2004	UHE Paulo Afonso III	794	BA	2042
002/2014	UHE São Manoel	736	PA	2049
130/2001	UHE Peixe Angical	499	TO	2036
004/2004	UHE Mascarenhas de Moraes (1)	476	MG	2024
006/2004	UHE Paulo Afonso II	443	BA	2042
001/2014	UHE Sinop	402	MT	2049
006/2004	UHE Apolônio Sales (Moxotó)	400	BA	2042
004/2004	UHE Corumbá 1	375	GO	2044
004/2004	UHE Porto Colômbia	320	MG	2047
003/2006	UHE Simplício	306	MG	2041
002/2007	UHE Dardanelos	261	MT	2042
002/2019	UHE Balbina	250	AM	2027

Notas Explicativas



Contrato	Hidráulicas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
006/2004	UHE Boa Esperança (Castelo Branco)	237	PI	2042
005/2011	UHE Samuel	217	RO	2029
004/2004	UHE Funil	216	RJ	2045
129/2001	UHE Serra do Facão	213	GO	2036
010/2000	UHE Manso	210	MT	2035
006/2004	UHE Paulo Afonso I	180	BA	2042
001/2007	UHE Governador Jayme Canet Júnior	178	PR	2042
001/2006	UHE Baguari	140	MG	2041
007/2006	UHE Retiro Baixo	82	MG	2041
002/2012	UHE Coaracy Nunes	78	AP	2042
004/2006	UHE Passo São João	77	RS	2041
002/2006	UHE Batalha	53	MG	2041
092/2002	UHE São Domingos	48	MS	2037
007/2004	UHE Curuá-Una	30	PA	2038
006/2004	UHE Funil	30	BA	2042
003/2006	UHE Anta	28	RJ	2041
006/2004	UHE Pedra	20	BA	2042
374/2005	PCH João Borges	19	SC	2035
186/2004	PCH Barra do Rio Chapéu	15	SC	2034
006/2004	UHE Curemas	4	PB	2024

Portaria	Eólicas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Portaria MME nº 220/2014	EOL Casa Nova (2) (3)	180	BA	2043
Portaria MME nº 220/2014	EOL Casa Nova II	33	BA	2049
Portaria MME nº 459/2012	EOL Nossa Senhora de Fátima (4)	30	CE	2047
Portaria MME nº 746/2010	EOL Cerro Chato I	30	RS	2045
Portaria MME nº 747/2010	EOL Cerro Chato II	30	RS	2045
Portaria MME nº 748/2010	EOL Cerro Chato III	30	RS	2045
Portaria MME nº 204/2014	EOL Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
Portaria MME nº 225/2014	EOL Casa Nova III	28	BA	2049
Portaria MME nº 458/2012	EOL Jandaia (4)	27	CE	2047
Portaria MME nº 388/2012	EOL Caiçara I (5)	27	RN	2047
Portaria MME nº 68/2012	EOL Ibirapuitã	25	RS	2047
Portaria MME nº 409/2012	EOL Jandaia I (4)	24	CE	2047
Portaria MME nº 81/2012	EOL Cerro Chato VI	24	RS	2047
Portaria MME nº 399/2012	EOL Junco I (5)	24	RN	2047
Portaria MME nº 417/2012	EOL Junco II (5)	24	RN	2047
Portaria MME nº 446/2012	EOL São Clemente (4)	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	EOL São Januário (4)	21	CE	2047
Portaria MME nº 418/2012	EOL Caiçara II (5)	18	RN	2047
Portaria MME nº 219/2014	EOL Coqueirinho 2	16	BA	2049
Portaria MME nº 286/2014	EOL Tamanduá Mirim 2	16	BA	2049
Portaria MME nº 141/2012	EOL Cerro Chato V	12	RS	2047
Portaria MME nº 210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
Portaria MME nº 152/2014	EOL Angical 2	10	BA	2049
Portaria MME nº 154/2014	EOL Caititú 2	10	BA	2049
Portaria MME nº 174/2014	EOL Carcará	10	BA	2049
Portaria MME nº 176/2014	EOL Corrupião 3	10	BA	2049
Portaria MME nº 177/2014	EOL Caititú 3	10	BA	2049
Portaria MME nº 213/2014	EOL Papagaio	10	BA	2049
Portaria MME nº 139/2012	EOL Cerro Chato IV	10	RS	2047
Portaria MME nº 192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049
Portaria MME nº 153/2014	EOL Teiú 2	8	BA	2049
Portaria MME nº 103/2012	EOL Cerro dos Trindade	8	RS	2047
Portaria MME nº 150/2014	EOL Acauã	6	BA	2049
Portaria MME nº 151/2014	EOL Arapapá	4	BA	2049

Notas Explicativas



Contrato	Nucleares	Capacidade Instalada (MW)*	Participação	Localização	Ano
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 3 (2)	1.405	100%	RJ	-
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 2	1.350	100%	RJ	2040
Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Angra 1 (6)	640	100%	RJ	2024

Contrato	Termelétricas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	UTE Mauá 3	591	AM	2044
004/2004	UTE Santa Cruz (7)	350	RJ	2015
Portaria MME nº 304/2008	UTE Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	UTE Aparecida	200	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (8)	86	RR	2019
Portaria MME nº 415/2020	UTE Santana	36	AP	2021
Portaria MME nº 406/2020	UTE Santana II	30	AP	2021
Portaria MME nº 406/2020	UTE Santa Rita	24	AP	2021
Resolução Autorizativa 5.682/2016	UTE Araguaia (9)	23	MT	2019
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Codajás	4	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Anori	4	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Anamá	2	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Caapiranga	2	AM	2030

- (1) O 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004 formalizou a extensão do prazo de vigência da concessão da UHE Mascarenhas de Moraes por 90 dias, alterando o termo final de 31 de outubro de 2023 para 29 de janeiro de 2024;
- (2) Empreendimentos ainda em implantação;
- (3) O empreendimento denominado Casa Nova, foi subdividido em 7 parques eólicos (A à G). O empreendimento CASA NOVA A se encontra em operação, com uma potência instalada de 27 MW, tendo sido aprovado através da Resolução autorizativa nº 7.907 de 18/06/2019, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, cujo vencimento da autorização se dará em 2054. Os demais 153 MW de potência fazem parte dos parques eólicos B à G que se encontram em construção, e estão em processo de aprovação junto a ANEEL;
- (4) A controlada Furnas detém 100% de participação na Brasil Ventos e esta é acionista majoritária das Eólicas do Complexo Fortim;
- (5) Empreendimento classificado como ativo mantido para venda, vide nota 45;
- (6) A controlada Eletronuclear solicitou formalmente à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, em novembro de 2019, a extensão de vida útil da Usina Nuclear Angra I de 40 para 60 anos;
- (7) Embora a concessão tenha vencido em 2015, como não houve ainda manifestação do Poder Concedente sobre sua prorrogação nos termos da Lei nº 12.783/2013 e do Decreto nº 9.187/2017, a UTE de Santa Cruz continua operando com contrato de venda de energia até 2026 e aguardando definição do poder concedente com relação à renovação;
- (8) A UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello outorgada à Boa Vista Energia S.A. por meio da Resolução nº 427, de 1º de novembro de 2000 foi transferida para a Eletronorte de acordo com a Resolução Autorizativa 1018/2007. De acordo com o Parecer nº 00389/2019/PFANEEL/PGF/AGU de 04/09/2019, opina-se pela outorga de nova autorização dessa usina com prazo de 35 anos com início da contagem em 1º de novembro de 2000. A SCG/ANEEL ainda não se manifestou oficialmente;
- (9) Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

II- Generation Scaling Factor (GSF) – Lei nº 14.052/2020

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados usinas estruturantes, relacionados à diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao SIN, (ii) restrições ao escoamento da energia das usinas estruturantes em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas e (iii) por geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e importação de energia elétrica sem garantia física. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 03 de dezembro 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 895, de 1º de dezembro de 2020, que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os

Notas Explicativas

titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

Em 01 de março de 2021, a CCEE apresentou os cálculos de determinação da extensão de outorga. O impacto financeiro para a Eletrobras é de R\$ 3.975.740. Entretanto, devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo de outorga, a Companhia estima um valor menor, na ordem de R\$ 3.159.420, conforme tabelas abaixo.

Controladas	Cálculo da CCEE Impacto Financeiro
Eletronorte	2.537.610
Furnas	793.970
Chesf	628.670
CGT Eletrosul	15.490
	3.975.740
Perda	(796.880)
Total	3.178.860

* Perda devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo das outorgas, para UHEs Itumbiara e Sobradinho o cálculo indica extensão acima do limite. Perda calculada com base em estimativa de limitação da contratada PSR Solução e Consultoria em Energia Ltda, não tendo sido apresentado pela CCEE.

Usinas	Impacto Financeiro CCEE	Extensão do Prazo de Concessão (Dias)
Tucuruí	2.439.140	426
Itumbiara	695.350	2.555
Sobradinho	451.610	2.555
Samuel	79.940	1.042
Xingó	70.520	126
Complexo Paulo Afonso	69.580	120
Serra Da Mesa	39.040	184
Peixoto	35.890	79
Itaparica	31.620	126
Curua Una	18.530	2.313
Marimbondo	7.020	37
Barra Do Rio Chapeu	6.650	1.461
Joao Borges	6.310	1.362
Furnas	5.370	33
Estreito	4.570	34
Boa Esperanca	4.560	122
Passo São João	2.470	191
Corumba I	2.020	34
Porto Colombia	1.820	34
Simplício Anta	1.460	24
Funil	1.190	37
Curemas	640	446
Batalha	230	15
Funil	140	44
Maua	60	1
Manso	10	-
Total	3.975.740	

Os cálculos finais deverão ser publicados pela ANEEL em até 30 dias contados a partir da data da apresentação da CCEE. Após publicação, os agentes têm 60 dias para desistência e renúncia das ações judiciais e realização dos pedidos para extensão do prazo de outorga.

Os valores apresentados pela CCEE ainda são preliminares e quando finalizados serão analisados no escopo do CPC 04(R1) / IAS 38 - Ativo Intangível e serão mensurados ao valor justo tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. O valor a ser registrado será ainda objeto de análise de *impairment* pela administração da Companhia.

Notas Explicativas



Cabe ressaltar, por fim, que a administração da Companhia, dada as condições específicas de algumas usinas que operam por regime de cotas e especificidades do cálculo, não deliberou sobre a adesão no ano de 2020. Deste modo os impactos contábeis decorrentes do GSF serão registrados no ano de 2021 em conjunto com o pedido para extensão do prazo de outorga e formalização da desistência de ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

III - Concessões de Transmissão de Energia Elétrica

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)*	Localização	Ano
062/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	20056	RJ/SP/PR/MG/GO/TO/DF/ES/MT	2043
061/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	19156	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042
057/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9464	RS/SC/PR/MS	2042
058/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9253	AC/MA/MT/PA/PI/RO/RR/TO	2043
013/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira (Lote D)	2385	RO/SP	2039
013/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II	2375	RO/SP	2039
014/2014	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras	2092	PA/TO/GO/MG	2044
014/2014	SPE Belo Monte Transmissora (1)	2076	PA/TO/GO/MG	2044
021/2009	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho	979	MT/RO	2039
007/2013	SPE Paranaíba Transmissora	953	BA/MG/GO	2043
001/2014	SPE Mata de Sta. Genebra Transmissora	887	SP/PR	2044
004/2012	LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT Camaquã 3- Quinta; LT Salto Santiago - Itá; LT Itá - Nova Santa Rita	785	SC	2042
003/2012	LT Lechuga/Equador/Boa Vista e subestações associadas	715	RR/AM	2042
009/2009	SPE Transenergia Renovável	708	MS/GO/MT	2039
034/2001	LT Ibiúna - Batéias	664	PR/SP	2031
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza	546	PI/CE	2034
022/2009	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco	488	AC/RO	2039
002/2010	SPE Goiás Transmissão	479	GO	2040
020/2012	LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, Seccionamento da LT Camaquã 3	468	RS	2042
004/2004	LT Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR) e Módulos nas SE Ivaiporã, SE Salto Santiago e SE Cascavel do Oeste	372	PR	2034
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau e subestação Biguaçu	359	SC	2035
004/2013	SPE Triângulo Mineiro Transmissora	298	SP/MG	2043
008/2010	SPE MGE Transmissão (2)	267	MG/ES	2040
005/2006	LT Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS) e Módulos na SE Nova Santa Rita e SE Campos Novos	257	RS/SC	2036
003/2006	LT Simplício - Rocha Leão	238	RJ	2041
004/2008	LT Presidente Médici - Santa Cruz	237	RS	2038
007/2014	LT Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó	235	SC	2044
002/2011	SE Foz do Chapecó	231	RS	2041
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns	218	AL/PE/PB	2041
022/2011	LT Garanhuns - Pau Ferro	209	AL/PE/PB	2041
007/2005	LT Milagres - Tauá	208	CE	2035
022/2011	LT Garanhuns II- Campina Grande III	194	AL/PE/PB	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III	192	RN/PB	2041
028/2009	SPE Transenergia Goiás	187	GO	2039
012/2007	LT Picos - Tauá II	183	PI/CE	2037
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	180	MG	2039
014/2013	SPE Vale do São Bartolomeu	163	GO/DF	2043
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	BA	2039
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	BA	2038
012/2007	LT Paraíso - Açú II	133	PI/CE/RN	2037
019/2010	LT Paraíso - Açú II (3)	123	RN	2040
008/2005	LT Milagres - Coremas	120	CE/PB	2035
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II	115	BA	2040
018/2012	LT Russas II - Banabuiu	112	RN	2042
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo	110	SE/AL	2038
001/2008	SPE Madeira Energia	95	RO	2043
001/2009	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas; SE Ribeiro Gonçalves - SE Balsas	95	MA/PI	2039
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	95	ES	2040
010/2007	LT Ibicara - Brumado	95	BA	2037
021/2010	LT Acaraú II-Sobral III	91	CE	2040
006/2005	LT Campos - Macaé 3	90	RJ	2035
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II (3)	85	PE/PB/AL/RN	2039
002/2006	LT Batalha - Paracatu	85	MG	2041
019/2010	LT C. Mirim II - João Câmara II	75	RN	2040
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	71	SP	2036
010/2000	LT Manso - Nobres (138kV)	70	MT	2035
003/2014	SPE Lago Azul Transmissora	69	GO	2044

Notas Explicativas



Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)*	Localização	Ano
019/2010	LT Açú II - Mossoró II (3)	69	RN	2040
446/2012	SPE Brasil Ventos Energia (4)	69	CE	2047
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho	67	BA	2049
010/2000	LT Manso - Nobres (230kV)	66	MT	2035
129/2001	SPE Serra do Facão Energia	66	GO	2036
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II	65	RN/CE	2041
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê	64	BA	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim II- João Câmara III	64	RN/PB	2041
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II	62	RN	2042
ECE 554/2010	LT Candiota/Melo e LT Presidente Médici	60	RS	2040
014/2011	LT Xavantes - Pirineus	50	GO	2041
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II	50	BA	2042
017/2011	LT Teresina II - Teresina III	46	PI	2041
007/2006	SPE Retiro Baixo Energética	45	MG	2041
006/2009	LT Pirapama II - Suape II	42	PE	2039
002/2014	SPE Empresa de Energia São Manoel	40	PA/MT	2049
005/2012	LT Messias - Maceió II	39	SE/AL/BA	2042
007/2014	LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó (3)	37	SC	2044
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV	36	RN	2042
007/2008	LT São Luís 2 - São Luís 3 SE São Luís 3	36	MA	2038
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III (3)	36	MA/CE	2040
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi (RS) e módulos na SE Garibaldi e SE Monte Claro	33	RS	2040
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira; SE Lechuga	30	AM	2042
009/2010	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri)	30	AM	2040
003/2006	LT Anta - Simplício	26	MG/RJ	2041
010/2009	LT Coletora Porto Velho - Porto Velho; SE Coletora Porto Velho; 2 Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back;	22	RO	2039
130/2001	SPE Enerpeixe	20	TO	2036
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim	19	RN	2040
008/2011	LT Ceará-Mirim II - Extremoz II	19	RN/PB	2041
002/2011	SPE Teles Pires Participações	19	MT/PA	2046
022/2011	LT Garanhuns - Angelim I	13	AL/PE/PB	2041
023/2014	1 conversora de frequência e LT de 132 kV	13	RS	2021
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III	11	BA	2042
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II	11	PE/PB/AL/RN	2039
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II	10	RN/PB	2041
006/2009	LT Suape III - Suape II	7	PE	2039
128/2001	SPE Chapecoense Geração	6	SC/RS	2036
057/2001	Reencabamento da LT Cascavel Oeste - Guairá (3)	3	PR	2042
001/2006	SPE Baguari Energia	3	MG	2041
057/2001	Seccionamento da LT Londrina - Maringá (3)	1	PR	2042
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro	1	SE/AL/BA	2042
225/2014	SE Casa Nova II	-	BA	2049
225/2014	SE Elev. Usina Casa Nova III	-	BA	2049
220/2014	SE Elev. Usina Casa Nova II	-	BA	2049
061/2001	SE Diversos Empreendimentos	-	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042
057/2001	SE Palhoça - I (3)	-	SC	2042
057/2001	SE Palhoça - J (3)	-	SC	2042
057/2001	SE Joinville - L (3)	-	SC	2042
021/2010	SE Acaraú II	-	CE	2040
020/2010	SE Igaporã	-	BA	2040
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	-	BA	2040
019/2012	SE Igaporã III	-	BA	2042
019/2012	SE Pindaí II	-	BA	2042
019/2010	SE Extremoz II	-	RN	2040
019/2010	SE João Câmara	-	RN	2040
018/2012	SE Touros	-	RN	2042
018/2012	SE Mossoró IV	-	RN	2042
017/2012	SE Jaboatão II	-	PE	2042
017/2012	SE Mirueira II	-	PE	2042
017/2011	SE Teresina III	-	PI	2041
017/2009	SE Santa Rita II	-	PE/PB/AL/RN	2039
017/2009	SE Zebu	-	PE/PB/AL/RN	2039
017/2009	SE Natal III	-	PE/PB/AL/RN	2039
016/2012	SE Zona Oeste	-	RJ	2042
015/2012	SE Pirajá (3)	-	BA	2042
014/2010	SE Pólo	-	BA	2040
014/2008	SE Teixeira de Freitas II	-	BA	2038
013/2011	SE Nobres	-	MT	2041
013/2010	SE Arapiraca III	-	AL	2040
012/2011	SE Miramar; SE Tucuruí	-	PA	2041
012/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - Estação Inversora nº 01 CC/CA	-	RO/SP	2039
011/2010	SEs: Caxias 6, Ijuí 2, Lajeado Grande e Nova Petrópolis 2	-	RS	2040
010/2011	SE Lagoa Nova	-	RN/CE	2041

Notas Explicativas



Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)*	Localização	Ano
010/2011	SE Ibiapina II	-	CE	2041
010/2007	SE Ibicoara	-	BA	2037
010/2007	SE Brumado II	-	BA	2037
010/2000	SE UHE Manso	-	MT	2035
009/2011	SE Morro do Chapéu	-	BA	2041
008/2014	SE Ivinhema 2 (ampliação)	-	MS	2044
007/2010	SE Camaçari IV	-	BA	2040
007/2005	SE Tauá II	-	CE	2035
006/2010	SE Linhares	-	ES	2040
006/2009	SE Suape II	-	PE	2039
006/2009	SE Suape III	-	PE	2039
006/2004	SE Elev. Usina Apolônio Sales	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF I	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF III	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Xingó	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Funil	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Sobradinho	-	BA	2052
006/2004	SE Elev. Usina Luiz Gonzaga	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF II	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF IV	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Boa Esperança	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Pedra	-	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Curemas	-	BA	2024
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro	-	SE/AL/BA	2042
005/2012	SE Maceió II	-	SE/AL/BA	2042
005/2012	SE Poções II	-	SE/AL/BA	2042
005/2009	SE Missões	-	RS	2039
004/2012	SE Camaquã 3	-	SC	2042
004/2011	SE Lucas do Rio Verde	-	MT	2041
003/2006	SE UHE Simplício	-	RJ	2041
002/2009	SE Miranda II	-	MA	2039
002/2006	SE UHE Batalha	-	MG	2041
002/2001	SE Foz de Chapecó (ampliação) (3)	-	RS	2041
020/2012	SE Povo Novo; SE Santa Vitória do Palmar 2; SE Povo Novo (ampliação)	-	RS	2042
020/2012	SE Santa Vitória do Palmar 2 (3)	-	RS	2042
007/2014	SE Pinhalzinho; SE Santa Maria 3	-	SC	2044
003/2011	SPE Caldas Novas	-	GO	2041
024/2009	SPE Transenergia São Paulo	-	SP	2039
022/2011	SE Garanhuns	-	AL/PE/PB	2041
022/2011	SE Pau Ferro	-	AL/PE/PB	2041
008/2011	SE Ceará- Mirim II	-	RN/PB	2041
008/2011	SE João Câmara III	-	RN/PB	2041
008/2011	SE Campina Grande III	-	RN/PB	2041
004/2010	SE Aquiraz II	-	MA/CE	2040
004/2010	SE Pecém II	-	MA/CE	2040
015/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira (Lote F) (1)	-	RO/SP	2039
015/2009	Estação Retificadora nº 02	-	RO/SP	2039
015/2009	Estação Inversora nº 02	-	RO/SP	2039

(1) Apenas a estação conversora é da SPE

(2) A SE Viana 2, da SPE MGE Transmissão S.A., está em processo de ampliação;

(3) Empreendimentos ainda em implantação; e

(4) A controlada Furnas detém 100% de participação na Brasil Ventos e esta é acionista majoritária das Eólicas do Complexo Fortim.

(*) Não examinado pelos auditores independentes

3.1 - Concessões a indenizar

Indenizações pós Projeto Básico – modernização e melhorias

Geração Hidráulica:

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

Notas Explicativas

O Decreto nº 7.805/2012, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, estabeleceu que as indenizações dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados referentes às concessões de geração seriam calculadas com base no Valor Novo de Reposição (VNR), considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Resolução Normativa nº 596 de dezembro de 2013, que regulamenta o Decreto nº 7.850/2012, estabeleceu que as concessionárias deveriam comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis até dezembro de 2015.

Em dezembro de 2014, a controlada Chesf apresentou à ANEEL, documentação comprobatória, dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos aproveitamentos hidroelétricos Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em fevereiro de 2015, a controlada Eletronorte apresentou documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, da usina hidrelétrica Coaracy Nunes, cuja concessão foi prorrogada à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em outubro de 2015, a controlada Furnas apresentou documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Maribondo e Porto Colômbia, cujas concessões foram prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em janeiro de 2019, a Diretoria da ANEEL decidiu pela instauração de Audiência Pública, nº003/2019, a fim de colher subsídios e informações adicionais para aprimorar os critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados e não depreciados, realizados ao longo das concessões de geração, prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Em outubro de 2019, a análise das contribuições à Audiência Pública nº003/2019 foi publicada pela Nota Técnica nº096/2019-SRG-SFF-SCG/ANEEL. A Companhia aguardará deliberação da Diretoria da ANEEL para realizar qualquer ajuste que se faça necessário em suas demonstrações financeiras.

A Eletrobras permanece com o entendimento que não incorrerá em perdas nesses ativos e os mantém registrados pelo valor histórico, saldo de dezembro de 2012, pois ainda não foi definida a forma de realização destes componentes, cujos valores representam um montante total de R\$ 1.483.540, relacionados abaixo:

Modernizações e Melhorias	
Paulo Afonso I	92.612
Paulo Afonso II	107.093
Paulo Afonso III	66.259
Paulo Afonso IV	20.832
Apolônio Sales	38.250
Luiz Gonzaga	28.174
Xingó	15.150
Boa Esperança	98.759
Pedra	8.067
Funil	12.626
UHE Furnas	514.825
UHE Estreito	480.893
	<u>1.483.540</u>

Notas Explicativas**Geração Térmica:**

A UTE Santa Cruz é uma concessão conforme contrato nº 004/2004. Embora sua concessão tenha vencido em 2015, como não houve ainda manifestação do Poder Concedente sobre sua prorrogação nos termos da Lei nº 12.783/2013 e do Decreto nº 9.187/2017, ela permanece vigente até que haja a referida manifestação. O valor residual ao final do exercício de concessão do empreendimento termoelétrico UTE Santa Cruz, em dezembro de 2012, representava o montante de R\$ 661.997.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor líquido do ativo UTE Santa Cruz é de R\$ 808.269 conforme abaixo:

UTE Santa Cruz	
Valor 31 de dezembro de 2020	1.211.038
(-) Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(402.769)
Valor contábil líquido	808.269

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**4.1 – Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das práticas contábeis das Empresas Eletrobras, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 - Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas



4.4 - Reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia, em conexão com a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, efetuou ajustes retrospectivos na mensuração dos seus: (i) ativos de transmissão - Rede Básica de Sistemas Existente (RBSE), até então classificados como ativos financeiros, passando a tratá-los como ativos de contrato nos termos do CPC 47- Receita de Contratos com Clientes; e (ii) alteração na taxa de remuneração dos seus demais ativos de transmissão considerando os novos critérios estabelecidos na orientação emitida pela CVM. Adicionalmente a Companhia avaliou a necessidade de reclassificar determinadas rubricas para fins de aprimoramento da divulgação de suas demonstrações financeiras e também de revisar os cálculos atuariais referentes a subsidiária Chesf. Os ajustes retrospectivos foram efetuados para manter a mesma base comparativa.

Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2018	Ajuste	01/01/2019	31/12/2018	Ajuste	01/01/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Circulante						
Ativo contratual transmissão	-	-	-	1.302.959	6.135.554 (a)(b)	7.438.513
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	-	-	-	6.013.891	(6.013.891) (b)(c)	-
Outros Ativos Circulantes	27.047.981	-	27.047.981	39.528.563	-	39.528.563
	27.047.981	-	27.047.981	46.845.413	121.663	46.967.076
Não Circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	553.409	324.751 (a)(b)(e)	878.160
Ativo contratual transmissão	-	-	-	13.268.837	29.574.471 (a)(b)	42.843.308
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	2.603.118	-	2.603.118	34.100.453	(29.464.258) (b)(c)	4.636.195
Outros Ativos Não Circulantes	30.862.244	-	30.862.244	25.438.706	-	25.438.706
	33.465.362	-	33.465.362	73.361.405	434.964	73.796.369
Investimentos						
Avaliados por equivalência patrimonial	70.483.342	(344.402) (a)(b)(e)	70.138.940	26.536.198	(56.740) (b)(c)	26.479.458
Outros Ativos	1.600.557	-	1.600.557	34.467.192	-	34.467.192
Total do Ativo	132.597.242	(344.402)	132.252.840	181.210.208	499.887	181.710.095
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	31/12/2018	Ajuste	01/01/2019	31/12/2018	Ajuste	01/01/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Circulante						
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	-	-	-	-	799.401 (c)	799.401
Outros Passivos Circulantes	27.472.035	-	27.472.035	36.523.971	-	36.523.971
	27.472.035	-	27.472.035	36.523.971	799.401	37.323.372
Não Circulante						
Benefício pós-emprego	-	-	-	2.894.949	84.418 (e)	2.979.367
Provisão para passivo a descoberto	3.883.600	22.998 (a)	3.906.598	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	432.582	-	432.582	8.315.386	(54.885) (a)(b)(e)	8.260.501
Outros Passivos Não Circulantes	45.266.119	-	45.266.119	77.466.954	-	77.466.954
	49.582.301	22.998	49.605.299	88.677.289	29.533	88.706.822
Patrimônio Líquido						
Lucros acumulados	-	(296.156) (a)(b)	(296.156)	-	(296.156) (a)(b)	(296.156)
Outros resultados abrangentes acumulados	(5.517.424)	(71.244) (e)	(5.588.668)	(5.517.424)	(71.244) (e)	(5.588.668)
Outros Itens do Patrimônio Líquido	61.060.330	-	61.060.330	61.060.330	-	61.060.330
Participação de acionistas controladores	55.542.906	(367.400)	55.175.506	55.542.906	(367.400)	55.175.506
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	466.042	38.353 (a)(b)(e)	504.395
Total do Patrimônio Líquido	55.542.906	(367.400)	55.175.506	56.008.948	(329.047)	55.679.901
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	132.597.242	(344.402)	132.252.840	181.210.208	499.887	181.710.095

Notas Explicativas



ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Circulante						
Ativo contratual transmissão	-	-	-	1.116.009	6.696.747 (a)(b)	7.812.756
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	-	-	-	5.927.964	(5.927.964) (b)(c)	-
Outros Ativos Circulantes	23.322.221	-	23.322.221	33.674.490	-	33.674.490
	23.322.221	-	23.322.221	40.718.463	768.783	41.487.246
Não Circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	463.451	184.452 (a)(b)(e)	647.903
Ativo contratual transmissão	-	-	-	13.744.276	27.952.191 (a)(b)	41.696.467
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	1.905.607	-	1.905.607	31.633.512	(27.649.993) (b)(c)	3.983.519
Outros Ativos Não Circulantes	31.556.244	-	31.556.244	27.823.179	-	27.823.179
	33.461.851	-	33.461.851	73.664.418	486.650	74.151.068
Investimentos						
Avaliados por equivalência patrimonial	73.667.297	(219.686) (a)(b)(e)	73.447.611	27.055.929	(99.665) (a)(b)	26.956.264
Outros Ativos	2.245.944	-	2.245.944	36.027.905	-	36.027.905
Total do Ativo	132.697.313	(219.686)	132.477.627	177.466.715	1.155.768	178.622.483

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Circulante						
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	703.114	-	703.114	-	703.114 (c)	703.114
Outros Passivos Circulantes	12.747.857	-	12.747.857	25.638.057	-	25.638.057
	13.450.971	-	13.450.971	25.638.057	703.114	26.341.171
Não Circulante						
Benefício pós-emprego	822.512	-	822.512	4.353.406	472.682 (e)	4.826.088
Provisão para passivo a descoberto	119.223	(14.929) (a)	104.294	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	628.904	-	628.904	3.978.754	214.853 (a)(b)(e)	4.193.607
Outros Passivos Não Circulantes	46.768.902	-	46.768.902	72.102.352	-	72.102.352
	48.339.541	(14.929)	48.324.612	80.434.512	687.535	81.122.047
Patrimônio Líquido						
Lucros acumulados	-	201.752 (a)(b)	201.752	-	201.752 (a)(b)	201.752
Outros resultados abrangentes acumulados	(5.904.821)	(406.509) (e)	(6.311.330)	(5.904.821)	(406.509) (e)	(6.311.330)
Outros Itens do Patrimônio Líquido	76.811.622	-	76.811.622	76.811.622	-	76.811.622
Participação de acionistas controladores	70.906.801	(204.757)	70.702.044	70.906.801	(204.757)	70.702.044
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	487.345	(30.124) (a)(b)(e)	457.221
Total do Patrimônio Líquido	70.906.801	(204.757)	70.702.044	71.394.146	(234.881)	71.159.265
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	132.697.313	(219.686)	132.477.627	177.466.715	1.155.768	178.622.483

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Receita Operacional Líquida	366.525	-	366.525	27.725.527	1.988.737 (a)(b)	29.714.264
Custos Operacionais	(67.019)	-	(67.019)	(6.777.819)	(6.981.036) (d)	(13.758.855)
Resultado Bruto	299.506	-	299.506	20.947.708	(4.992.299)	15.955.409
Provisões/Reversões operacionais	(752.160)	37.927 (a)	(714.233)	(2.005.808)	-	(2.005.808)
Despesas Operacionais	(1.797.297)	37.927	(1.759.370)	(13.663.524)	6.308.901 (d)	(7.354.623)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(1.497.791)	37.927	(1.459.864)	7.284.184	1.316.602	8.600.786
Resultado Financeiro	423.397	-	423.397	(2.081.026)	(367.760) (a)(b)	(2.448.786)
Resultado Antes das Participações Societárias	(1.074.394)	37.927	(1.036.467)	5.203.158	948.842	6.152.000
Resultado das Participações Societárias	8.486.543	459.985 (a)(b)	8.946.528	1.140.733	(99.662) (a)(b)	1.041.071
Resultado Operacional Antes dos Tributos	7.412.149	497.912	7.910.061	6.368.606	849.180	7.217.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	3.755.237	(459.603) (a)(b)	3.295.634
Lucro Líquido das Operações Continuadas	7.412.149	497.912	7.910.061	7.458.868	389.577	7.848.445
Lucro Líquido do Exercício	10.697.124	497.912	11.195.036	10.743.843	389.577	11.133.420
Parcela Atribuída aos Controladores	10.697.124	497.912	11.195.036	10.697.124	497.912	11.195.036
Parcela Atribuída aos Não Controladores				46.719	(108.335)	(61.617)
Resultado por ação						
Resultado por ação - básico (ON)	R\$7,76	R\$0,36	R\$8,12	R\$7,76	R\$0,36	R\$8,12
Resultado por ação - básico (PN)	R\$8,53	R\$0,40	R\$8,93	R\$8,53	R\$0,40	R\$8,93
Resultado por ação - diluído (ON)	R\$6,65	R\$0,31	R\$6,96	R\$6,65	R\$0,31	R\$6,96
Resultado por ação - diluído (PN)	R\$7,31	R\$0,34	R\$7,65	R\$7,31	R\$0,34	R\$7,65
Operação Continuada						
Resultado por ação - básico (ON)	R\$5,37	R\$0,36	R\$5,73	R\$5,37	R\$0,36	R\$5,73
Resultado por ação - básico (PN)	R\$5,91	R\$0,40	R\$6,31	R\$5,91	R\$0,40	R\$6,31
Resultado por ação - diluído (ON)	R\$4,61	R\$0,31	R\$4,92	R\$4,61	R\$0,31	R\$4,92
Resultado por ação - diluído (PN)	R\$5,07	R\$0,34	R\$5,40	R\$5,07	R\$0,34	R\$5,40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	10.697.124	497.912 (a)(b)	11.195.036	10.743.843	389.577 (a)(b)	11.133.420
Outros componentes do resultado abrangente	381.097	-	381.097	395.519	-	395.519
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(1.176.136)	(335.265) (e)	(1.511.401)	-	-	-
Ajuste ganhos e perdas atuariais	415.190	-	415.190	(1.688.837)	(386.633) (e)	(2.075.470)
IR / CSLL diferidos	-	-	-	913.469	51.368 (e)	964.837
	(379.849)	(335.265)	(715.114)	(379.849)	(335.265)	(715.114)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(7.548)	-	(7.548)	(7.548)	-	(7.548)
Outros componentes do resultado abrangente	(387.397)	(335.265)	(722.662)	(387.397)	(335.265)	(722.662)
Total do resultado abrangente do exercício	10.309.727	162.647	10.472.374	10.356.446	54.312	10.410.758
Parcela atribuída aos controladores				10.309.727	162.647	10.472.374
Parcela atribuída aos não controladores				46.719	(108.335)	(61.616)
				10.356.446	54.312	10.410.758

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Atividades Operacionais						
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.412.149	497.912 (a)(b)	7.910.061	6.368.606	849.180 (a)(b)	7.217.786
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:						
Resultado da equivalência patrimonial	(8.486.543)	(459.985) (a)(b)	(8.946.528)	(1.140.733)	99.662 (a)(b)	(1.041.071)
Receita contratual - Transmissão	-	-	-	(793.239)	(5.064.247) (a)(b)	(5.857.486)
Receita de construção	-	-	-	(570.701)	(226.549) (a)(b)	(797.250)
Receita RBSE	-	-	-	(4.072.993)	4.072.993 (a)(b)	-
Provisões (reversões) operacionais	752.160	(37.927) (a)	714.233	2.005.808	-	2.005.808
Outras	(109.714)	-	(109.714)	(1.272.603)	411.385 (a)(b)	(861.219)
	<u>(8.482.772)</u>	<u>(497.912)</u>	<u>(8.980.685)</u>	<u>(1.544.390)</u>	<u>(706.756)</u>	<u>(2.251.146)</u>
Recebimento da RAP e indenizações	-	-	-	7.511.616	(142.424) (a)(b)	7.369.192
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.198)</u>	<u>-</u>	<u>(29.198)</u>	<u>(206.981)</u>	<u>-</u>	<u>(206.981)</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019
	Divulgado		Reapresentado	Divulgado		Reapresentado
Receitas (Despesas)						
Venda de mercadorias, produtos e serviços	439.040	-	439.040	35.273.809	1.762.188	37.035.997
Receita de construção	-	-	-	569.439	226.549 (a)(b)	795.988
	<u>439.040</u>	<u>-</u>	<u>439.040</u>	<u>36.111.186</u>	<u>1.988.737</u>	<u>38.099.923</u>
Provisões/Reversões operacionais	2.532.815	37.927 (a)	2.570.742	1.757.087	-	1.757.087
Valor Adicionado Bruto	<u>2.479.413</u>	<u>37.927</u>	<u>2.517.340</u>	<u>23.165.762</u>	<u>1.316.602</u>	<u>24.482.364</u>
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	<u>2.466.027</u>	<u>37.927</u>	<u>2.503.954</u>	<u>21.358.333</u>	<u>1.316.602</u>	<u>22.674.935</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência						
Participações societárias	8.486.543	459.985 (a)(b)	8.946.528	1.140.733	(99.662) (a)(b)	1.041.071
Receitas financeiras	6.821.297	-	6.821.297	6.753.694	(367.760) (a)(b)	6.385.934
	<u>15.307.840</u>	<u>459.985</u>	<u>15.767.825</u>	<u>7.919.142</u>	<u>(467.422)</u>	<u>7.451.720</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>17.773.867</u>	<u>497.912</u>	<u>18.271.779</u>	<u>29.277.475</u>	<u>849.180</u>	<u>30.126.655</u>
Distribuição do Valor Adicionado						
Tributos						
Federal	72.515	-	72.515	2.509.915	459.603	2.969.518
Acionistas						
Dividendos e juros sobre capital próprio	2.540.567	-	2.540.567	2.540.567	-	2.540.567
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	46.719	(108.335)	(61.616)
Reservas	8.156.557	497.912	8.654.469	8.156.557	497.912	8.654.469
	<u>10.697.124</u>	<u>497.912</u>	<u>11.195.036</u>	<u>10.743.843</u>	<u>389.577</u>	<u>11.133.420</u>
	<u>17.773.867</u>	<u>497.912</u>	<u>18.271.779</u>	<u>29.277.475</u>	<u>849.180</u>	<u>30.126.655</u>

a) Ativo Contratual - Esta reapresentação refere-se à remensuração dos ativos de transmissão considerando as novas premissas estabelecidas na orientação emitida pela CVM. Maiores detalhes, vide nota 17;

b) Rede Básica de Sistemas Existente (RBSE) - Esta reapresentação refere-se a ajuste de classificação e mensuração dos seus ativos de transmissão - RBSE, até então classificados como ativos financeiros. Maiores detalhes, vide nota 17;

c) Ativo Financeiro de Itaipu - Refere se à reclassificação do Passivo Financeiro de Itaipu, anteriormente apresentado líquido com outros ativos financeiros da Companhia;

d) Reclassificação entre Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Historicamente a Companhia apresentava na demonstração do resultado a segregação dos custos operacionais formados substancialmente pela compra de energia, encargos de transmissão, construção e combustível para produção de energia elétrica. A Companhia, para fins de melhor apresentação, passou a segregar das despesas operacionais os gastos referentes substancialmente a depreciação, serviços e pessoal diretamente relacionados as atividades de geração e transmissão, efetuando essa reclassificação de forma comparativa; e

Notas Explicativas



e) Benefício pós emprego – No exercício de 2020 a subsidiária Chesf revisitou sua avaliação do passivo atuarial em decorrência de benefícios definidos para determinado grupo de funcionários, calculados com base em remuneração variável e indexados pelo IGP-M, o qual sofreu forte variação no exercício. Tal revisão gerou recálculos nos montantes de anos anteriores e, portanto, estão sendo apresentados efeitos de forma retrospectiva no grupo de resultados abrangentes, como itens que não serão reciclados para o resultado.

4.5 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.5.1. - Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente as quais são divulgados a seguir:

(a) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – (alteração ao CPC 00 - R2):

Esta alteração apresentou substancialmente novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação das demonstrações financeiras, além de atualizar a definição de ativos e passivos, bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento nas demonstrações financeiras.

(b) Definição de um negócio (alteração ao CPC 15 - R1/IFRS 3 – Combinação de negócios):

As alterações mais relevantes foram: 1) um “negócio” deve incluir *inputs* e processos relevantes que contribuam para a criação de *outputs*; 2) foi disponibilizada uma taxa que auxilia na análise de uma empresa que adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e 3) a definição de *outputs* passa a ter um enfoque na capacidade de geração de retorno por meio de serviços prestados a clientes.

(c) Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8):

Esta alteração esclarece a definição de “material” e alinha a definição usada na Estrutura Conceitual e as próprias normas. As alterações alinham a redação da definição em todas as normas do IFRS e outras publicações, inclui alguns requisitos de suporte do IAS 1 na definição para dar-lhe mais destaque e deixa clara a explicação que acompanha a definição de material.

(d) Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - (CPC 40 - R1/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9):

Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de *hedge* para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

(e) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 - R2/IFRS 16 (CPC 06 - R2/IFRS 16) – Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19:

A alteração inclui requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões e descontos obtidos nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. Esta alteração não gerou impacto nas demonstrações financeiras da companhia.

4.5.2. - Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º janeiro de 2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais a Companhia não realizou a adoção antecipada e está acompanhando as discussões. Até o momento a Companhia não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Notas Explicativas

Normas Revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
CPC 48/ IFRS 9, CPC 8/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4, CPC 6 (R2)/ IFRS 16	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (<i>LIBOR</i>).	01/01/2021
CPC 25/IAS 37	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27/IAS 16	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

4.6 - Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para as demonstrações financeiras consolidadas as controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O controle é determinado quando a entidade está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



	31/12/2020		31/12/2019	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Eletronuclear	99,95%	-	99,91%	-
CGT Eletrosul (a)	99,89%	-	99,99%	-
Chesf	99,58%	-	99,58%	-
Furnas	99,56%	-	99,56%	-
Eletronorte	99,66%	-	99,48%	-
Eletropar	83,71%	-	83,71%	-
Chuí IX (b)	-	-	99,99%	-
Hermenegildo I (b)	-	-	99,99%	-
Hermenegildo II (b)	-	-	99,99%	-
Hermenegildo III (b)	-	-	99,99%	-
Santa Vitoria do Palmar (b)	-	-	78,00%	-
Eletrosul (a)	-	-	99,88%	-
Brasil Ventos Energia	-	99,56%	-	99,56%
Transenergia Goiás	-	99,44%	-	99,44%
Amazonas GT (c)	-	99,48%	100,00%	-
Livramento Holding	-	78,00%	-	78,00%
Transmissora Delmiro Gouveia (TDG) (d)	-	-	-	100,00%
Geribatu I	-	-	-	100,00%
Geribatu II	-	-	-	100,00%
Geribatu III	-	-	-	100,00%
Geribatu IV	-	-	-	100,00%
Geribatu V	-	-	-	100,00%
Geribatu VI	-	-	-	100,00%
Geribatu VII	-	-	-	100,00%
Geribatu VIII	-	-	-	100,00%
Geribatu IX	-	-	-	100,00%
Geribatu X	-	-	-	100,00%
Transmissora Sul Brasileira de Energia (TSBE) (e)	-	-	-	99,88%
Chuí Holding (b)	-	-	-	78,00%
Complexo Eólico Pindaí I				
Angical 2 Energia	-	99,96%	-	99,96%
Caititu 2 Energia	-	99,96%	-	99,96%
Caititu 3 Energia	-	99,96%	-	99,96%
Carcará Energia	-	99,96%	-	99,96%
Corrupião 3 Energia	-	99,96%	-	99,96%
Teiú 2 Energia	-	99,95%	-	99,95%
Acauã Energia	-	99,93%	-	99,93%
Arapapá Energia	-	99,90%	-	99,90%
Complexo Eólico Pindaí II				
Coqueirinho 2 Energia	-	99,98%	-	99,98%
Papagaio Energia	-	99,96%	-	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III				
Tamanduá Mirim 2 Energia	-	83,01%	-	83,01%
Operações em conjunto (consórcios)				
Consórcio Cruzeiro do Sul	-	49,00%	-	49,00%

- (a) Em janeiro de 2020 foi realizada a incorporação da Eletrosul pela CGTEE. A empresa resultante passou a ser denominada CGT Eletrosul - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil;
- (b) Em novembro de 2020, foi concluída a transferência da totalidade das participações que a Eletrobras detinha, vide nota 46.4;
- (c) Em março de 2020, foram transferidas as ações da Amazonas GT para a Eletronorte, através da liquidação de contas a receber e a pagar entre partes relacionadas, tornando-se assim a Amazonas GT uma controlada indireta da Eletrobras;
- (d) Em maio de 2020, houve a incorporação da TDG pela Chesf; e
- (e) Em dezembro de 2020, houve a incorporação da TSBE pela CGT Eletrosul.

A controlada CGT Eletrosul possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 49% no Consórcio Cruzeiro do Sul, que opera a UHE Governador Jayme Canet Junior, em Telêmaco Borba/Ortigueira (PR), em operação comercial desde 2012, pelo prazo de 30 anos. A CGT Eletrosul (e a Eletrobras, nas suas demonstrações consolidadas) tem direito a uma participação proporcional nas receitas e assume uma parcela proporcional das despesas da operação em conjunto.

Notas Explicativas



(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

(c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.7 - Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

5.1 - Ativo e passivo fiscais diferidos

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Nota 14.2).

5.2 - Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas

Notas Explicativas



de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para compra e venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista.

5.3 - Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas term nucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos (Nota 34). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

5.4 - Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Nota 32).

5.5 - Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. (Nota 33).

5.6 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9, que estabeleceu uma matriz de cálculo com base nas taxas de perda esperadas das contrapartes.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

5.7 - Avaliação de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, como fluxos futuros contratuais esperados, prazos de recebimentos destes fluxos e taxas de desconto. A Nota 42 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de

Notas Explicativas



sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5.8 - Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD considerado nos fluxos de caixa, sendo que a Companhia utiliza como base o PLD médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia avalia se há contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Nota 31).

5.9 - Avaliação dos ativos contratuais de transmissão

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes e classificados como ativos de contrato. Todas as concessões de transmissão da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo Contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

O valor do ativo contratual da Companhia e suas controladas é formado substancialmente por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação e são revisitados a cada Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A Administração da Companhia utilizou as seguintes principais premissas para avaliar os ativos contratuais de transmissão:

- A RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Atribuição de margens a partir do *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) da Eletrobras com acréscimo de risco por componente de operação e construção;
- Inclusão da Parcela Variável (PV) como critério de risco baseado no histórico apurado.

5.10 - Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos.

Notas Explicativas**5.11 – Determinação da Vida útil dos ativos**

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.12 – Determinação de controle

Em algumas circunstâncias julgamento é exigido para determinar se, depois de considerar todos os fatores relevantes, a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre uma entidade. A influência significativa inclui situações de controle coletivo.

NOTA 6 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	21.623	18.185	124.139	183.917
Aplicações Financeiras (a)	7	17	162.468	151.390
Total	21.630	18.202	286.607	335.307

a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI/SELIC. Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

NOTA 7 – CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Comercialização - Itaipu	1.314.234	1.356.513	1.314.234	1.356.513
Comercialização - PROINFA	1.471.908	1.553.049	1.471.908	1.553.049
PROCEL	495.260	188.004	495.260	188.004
Conta Garantia - SPEs	100.000	100.000	100.000	100.000
Recursos da RGR	30.890	29.970	30.890	29.970
Convênio Itaipu (a)	-	-	161.070	-
Total	3.412.292	3.227.536	3.573.362	3.227.536

(a) Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objeto é a revitalização do sistema de corrente contínua de Furnas dedicado à Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos de caixa restrito em fundos extramercados lastreados em títulos públicos, seguindo a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares, mensuradas ao valor justo, não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, estabelece que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. Logo, a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Letra do Tesouro Nacional (1)	6.206.587	4.730.932	8.697.929	6.153.559
Nota do Tesouro Nacional - série F (1)	1.230.849	435.948	1.727.775	504.418
Letra Financeira do Tesouro Nacional (1)	-	-	100.928	172.670
Títulos de Renda Fixa (1)	-	-	1.995.010	1.508.272
Op. Compromissadas	302.615	1.620.256	641.878	1.841.299
Outros	-	-	506.538	155.477
Títulos Restritos				
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (a)	-	-	253.731	-
Fundo de Energia do Nordeste (b)	-	-	115.569	90.675
	7.740.051	6.787.137	14.039.358	10.426.370
Não Circulante				
Partes Beneficiárias (c)	320.299	372.841	320.299	372.841
Outros	2.585	1.760	2.937	34.230
	322.884	374.601	323.236	407.071
Total	8.062.935	7.161.738	14.362.594	10.833.441

(1) Títulos com indexador Prefixado.

a) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (FESC)

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para a suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

b) Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPEs. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Notas Explicativas

c) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas. Esses títulos são ajustados a valor presente.

Prática contábil

São inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado por se tratarem substancialmente de investimentos em títulos públicos federais brasileiros.

NOTA 9 – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 34.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2020, o valor depositado foi o montante de R\$ 184.960.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos públicos	1.593.736	1.147.563
Op. Compromissadas	165.359	81.678
Dólar comercial futuro	(5.303)	(6.869)
Outros	35	21
Total	1.753.827	1.222.393

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o fundo para descomissionamento apresenta acréscimo financeiro de R\$ 405.281 (R\$ 119.006 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), em função da carteira do Fundo Financeiro para descomissionamento conter título público vinculado à variação da moeda dólar norte-americano.

Prática contábil

O fundo para descomissionamento é um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, no qual os ganhos e perdas financeiras são reconhecidos na rubrica de resultado financeiro, em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter títulos públicos vinculados à variação da moeda dólar norte-americano. Mensalmente, os rendimentos financeiros incorridos durante o exercício estão sujeitos à devida tributação do imposto de renda na fonte.

Notas Explicativas



NOTA 10 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					31/12/2019
	31/12/2020					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	2.189.738	245.509	753.516	129.173	3.317.936	3.081.032
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	1.697.675	71.144	103.442	-	1.872.261	1.268.125
Uso da Rede Elétrica (c)	771.074	22.893	50.620	-	844.587	891.364
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão PROINFA	448.504	59.645	157.240	92.578	757.967	449.135
Parcelamento	336.692	-	-	-	336.692	453.528
(-) PECLD (d)	-	3.650	108.562	-	112.212	-
	(192.491)	(154.115)	(798.650)	(124.742)	(1.269.998)	(861.852)
	5.251.192	248.726	374.730	97.009	5.971.657	5.281.333
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	312	-	9.548	2.119.342	2.129.202	1.053.663
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica (c)	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD (d)	-	-	(307.456)	(1.057.755)	(1.365.211)	(1.066.220)
	312	-	-	1.061.587	1.061.899	285.351
Total Clientes	5.251.504	248.726	374.730	1.158.596	7.033.556	5.566.684

a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre.

A variação registrada na referida rubrica, no longo prazo, refere-se ao à repactuação da dívida com a Amazonas Energia, através da assinatura de dois Termos de Confissão de Dívida: i) Instrumento Particular de Confissão de Dívida (ICD PIE's), no valor de R\$ 841.178, referente aos CCVE's dos PIE's da Capital, celebrado em outubro de 2020; ii) Instrumento Particular de Confissão de Dívida, no valor de R\$ 372.262, referente ao CCVE de Balbina, celebrado em dezembro de 2020. Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE

b) Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

c) Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

d) Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

As controladas constituem e mantêm provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e da expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

As movimentações na provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	1.928.072	1.701.729
(+) Constituição	994.167	290.736
(-) Reversão	(189.302)	(22.801)
(-) Baixa	(97.728)	(41.592)
Saldo Final	2.635.209	1.928.072

O montante de constituições da PECLD no exercício de 2020 deve-se, principalmente a inadimplência dos contratos de CCVE da UHE Balbina e dos PIE's da Capital, no valor aproximado de R\$ 545 milhões.

Notas Explicativas

A constituição e a reversão da provisão foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (vide nota 40).

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizadas com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores são baixados da provisão e reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

A Companhia adotou a abordagem simplificada para cálculo da perda esperada de crédito, conforme mencionado na nota explicativa 5.6.

NOTA 11 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A RECEBER

	Taxa Média		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Itaipu	6,93	7,04	4.200.471	5.843.724	4.200.471	5.843.724
CGT Eletrosul (*)	4,00	4,79	1.260.147	411.054	-	-
Furnas	5,61	6,14	1.459.009	2.510.010	-	-
Amazonas GT	3,20	6,50	2.270.943	2.470.505	-	-
Eletronuclear	5,00	7,01	715.486	1.822.991	-	-
Eletronorte	5,54	5,81	503.913	1.133.212	-	-
CEAL	3,45	7,28	1.505.961	1.564.724	1.505.962	1.564.724
Eletrosul (*)	-	5,00	-	778.691	-	-
Eletropaulo	3,75	6,96	1.008.052	1.314.107	1.008.052	1.314.107
Amazonas D (a)	5,78	7,38	3.998.324	3.949.748	3.998.324	3.949.748
CEPISA	2,50	5,42	571.127	746.427	571.127	746.427
Boa Vista	2,22	5,49	147.764	160.309	147.764	160.309
Repasse RGR (b)	-	5,00	-	1.101.161	-	1.101.161
Outras	-	-	248.201	229.174	248.201	229.259
(-) PECLD	-	-	(755.002)	(632.643)	(755.002)	(632.643)
Total			17.134.396	23.403.194	10.924.899	14.276.816
Principal			5.849.243	4.827.253	4.696.162	3.257.464
Encargos			88.080	293.481	52.499	215.929
Circulante			5.937.323	5.120.734	4.748.661	3.473.393
Não Circulante			11.197.073	18.282.460	6.176.238	10.803.423
Total			17.134.396	23.403.194	10.924.899	14.276.816

(*) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro nacional e internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Quanto ao montante, cerca de 77% dos recebíveis deverão ser amortizados nos próximos cinco anos, em sua maioria em parcelas mensais, sendo a taxa média de juros ponderada pelo saldo da carteira de 5,55% ao ano.

A Controladora é credora de um empréstimo com Itaipu com cláusula de atualização cambial que representa 36% do total da carteira consolidada (41% em 31 de dezembro de 2019). Os demais financiamentos e empréstimos prevêm atualização com base em índices de IGP-M e IPCA.

Notas Explicativas

a) Renegociação de Dívida – Amazonas Energia

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a renegociação de dívida da distribuidora privada Amazonas Energia, com a Eletrobras, no montante total de R\$ 4.033.855, que representam substancialmente os recebíveis não capitalizados no processo de alienação do controle societário. Em garantia da dívida, a Amazonas Energia inicialmente cederá à Eletrobras o ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC), no valor total de R\$ 723.129, no limite do fluxo de pagamentos anual da dívida.

O valor desta garantia é suficiente para cobrir o fluxo financeiro do contrato até o final do período de carência, considerando os juros devidos até novembro de 2021. Com o início das amortizações, o valor da parcela do AIC deixa de cobrir o valor total da parcela, sendo necessária uma garantia adicional, a ser ofertada pela Amazonas Energia em dezembro de 2021, para fazer cobertura ao valor total do restante do saldo devedor até março de fevereiro de 2024.

Após o término de recebimento do AIC, previsto para ocorrer em março de 2024, a Amazonas Energia fica obrigada a apresentar nova garantia para fazer cobertura ao valor total do restante do saldo devedor, ou, alternativamente, uma garantia sobre o valor das parcelas a vencer nos 12 meses subsequentes, que precisaria ser renovada a cada ano, até a quitação de todos os contratos em maio de 2030.

b) Repasses da Reserva Global de Reversão - RGR

Além dos financiamentos acima citados, a Eletrobras, até 30 de abril de 2017, foi responsável pela gestão da RGR, fundo setorial, tendo sido responsável pela concessão de financiamentos, com a utilização desses recursos, para implementação de diversos programas setoriais. A partir de maio de 2017, com a edição da Lei 13.360/2016, houve a assunção pela CCEE dessa atividade. Entretanto, ainda existem financiamentos realizados antes desta data, devidos por terceiros, geridos pela Eletrobras.

De acordo com o Decreto 9.022/2017, que regula a lei acima citada, a Eletrobras não é garantidora dessas operações tomadas por terceiros, porém, é responsável pela gestão contratual dos contratos de financiamento com recursos da RGR celebrados até novembro de 2016, que deverão ser repassados à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor.

Em dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, foram desreconhecidos. Em ato contínuo, os montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, também foram desreconhecidos pelo fato da Companhia não possuir mais uma obrigação presente pela totalidade da obrigação, atuando apenas como agente repassador não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras enquanto o agente devedor não efetuar o pagamento.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	31/12/2020	31/12/2019
Repasse RGR	Total	Total
Amazonas D	-	97.931
Global	-	180.647
CELPA	-	685.072
Outros	-	137.511
	-	1.101.161
Passivo		
RGR CCEE	-	1.101.161

11.1 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Empréstimos a receber

As movimentações na provisão dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

Notas Explicativas

CONTROLADORA / CONSOLIDADO

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	632.643	307.655
(+) Complemento	335.762	894.870
(-) Reversões	(213.403)	(569.882)
Saldo final	755.002	632.643

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a perdas esperadas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Prática Contábil

Os empréstimos a receber são ativos financeiros reconhecidos inicialmente a valor justo, subsequentemente mensurados a custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis e taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 5,55% ao ano. O valor contábil destes empréstimos e financiamentos a receber é reduzido por uma conta redutora de perda esperada de crédito para liquidação duvidosa. A Companhia adotou uma análise individual para cálculo da perda esperada de crédito. A constituição e a reversão da PECLD são registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais.

NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Controladas				
Eletronorte	1.405.170	1.344.233	-	-
Chesf	1.799.293	1.170.627	-	-
Furnas	508.472	759.926	-	-
CGT Eletrosul (a)	470.903	110.775	-	-
Eletrosul (a)	-	40.664	-	-
Eletropar	8.997	-	-	-
Coligadas				
CTEEP	195.155	32.324	198.359	32.928
Lajeado Energia	100.280	23.975	100.280	23.975
EMAE	92.172	10.999	95.639	11.175
Manaus Construtora	-	-	23.298	9.178
Belo Monte Transmissora	-	-	34.121	13.810
Paulista Lajeado	15.202	16.221	15.202	16.221
Transenergia São Paulo	-	-	14.760	17.271
Energética Águas da Pedra	-	-	14.034	6.675
Enerpeixe	-	-	11.653	12.236
CEB Lajeado	12.147	18.707	12.147	18.707
Goiás Transmissão	-	-	8.146	11.668
Paranába Transmissora de Energia	-	-	6.163	5.985
MGE Transmissão	-	-	5.616	5.616
TSLE	-	-	4.153	8.065
Retiro Baixo Energético	-	-	3.858	6.357
CEEE-GT	-	30.040	-	30.040
Chapecoense	-	-	-	29.090
Transenergia Renovável	-	-	520	4.492
Outros	112.700	34.012	127.561	36.410
	4.720.491	3.592.503	675.510	299.899

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Notas Explicativas

Prática contábil

Este grupo de contas destina-se à contabilização, dos créditos referentes a dividendos e juros sobre capital próprio, provenientes dos investimentos de acordo com a nota explicativa 20. Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

NOTA 13 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
IRRF	512.074	767.055	729.591	1.083.278
PIS/COFINS a recuperar	7.126	40.095	38.571	203.541
ICMS a recuperar	-	-	6.540	128.329
Outros	-	-	59.258	59.514
	<u>519.200</u>	<u>807.150</u>	<u>833.960</u>	<u>1.474.662</u>
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	39.694	38.231
PIS/COFINS a recuperar	-	-	180.903	178.655
IR/CS	2.781	-	186.791	154.389
Outros	-	-	22.657	49.095
	<u>2.781</u>	<u>-</u>	<u>430.045</u>	<u>420.370</u>

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Antecipações/ Saldo negativo de IRPJ e CSLL	829.569	309.033	1.292.750	2.382.899
Passivo circulante				
Imposto de Renda corrente	-	-	232.716	1.693.623
Contribuição Social corrente	-	-	86.719	839.109
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>319.435</u>	<u>2.532.732</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram antecipações de IRPJ e CSLL, na controladora, dado que foi apurado prejuízo fiscal e base negativa no exercício, não havendo base fiscal a ser tributada. Em função disso, o crédito tributário apresentado na rubrica "Saldo negativo de IRPJ e CSLL" (tabela 14.1, acima) e a rubrica IRRF, na tabela 13, acumularam créditos os quais poderão ser utilizados ao longo dos próximos anos no recolhimento de tributos administrados pela Receita Federal.

14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	-	-	2.068.894	647.903
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	650.523	628.904	3.705.055	4.193.607

Notas Explicativas



14.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Impostos diferidos por controladas					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Ativo diferido						
Eletronorte	2.000.596	(1.718.093)	282.503	2.231.396	(1.596.808)	634.588
CGT Eletrosul (a)	2.853.789	(1.213.385)	1.640.404	-	-	-
Amazonas GT	-	-	-	13.315	-	13.315
Chesf	1.848.014	(1.702.027)	145.987	-	-	-
Total	6.702.399	(4.633.505)	2.068.894	2.244.711	(1.596.808)	647.903
Passivo diferido						
Eletrosul (a)	-	-	-	546.089	(946.288)	(400.199)
Eletrobras	-	(650.523)	(650.523)	-	(628.904)	(628.904)
Furnas	2.159.704	(5.203.825)	(3.044.121)	2.541.558	(5.281.874)	(2.740.316)
Chesf	-	-	-	1.258.550	(1.670.892)	(412.342)
Eletropar	-	(10.411)	(10.411)	-	(11.846)	(11.846)
Eletronuclear	827.493	(827.493)	-	777.235	(777.235)	-
Total	2.987.197	(6.692.252)	(3.705.055)	5.123.432	(9.317.039)	(4.193.607)
TOTAL	9.689.596	(11.325.757)		7.368.143	(10.913.847)	

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Tendo em vista a incorporação da Eletrosul pela CGT Eletrosul, a administração da controlada CGT Eletrosul realizou os estudos para o reconhecimento do crédito tributário. Com base na finalização da reorganização societária, no histórico de lucro tributável da Eletrosul e nos estudos efetuados que levaram em consideração as empresas na atual configuração societária, no exercício de 2020, a controlada CGT Eletrosul reuniu os requisitos necessários, conforme as regras vigentes, para fins de reconhecimento dos créditos tributários diferidos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social acumulados. Tais montantes totalizaram crédito reconhecido no valor de R\$ 1.548.950.

	Impostos diferidos por categoria de tributos			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Impostos diferidos ativos				
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	2.182.759	743.924
Provisões Operacionais	-	-	2.642.799	2.693.087
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	657.891	521.867
Provisão para Contingências	-	-	2.176.195	1.530.541
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.238.181	1.052.746
Provisão para perdas em investimentos	-	-	161.127	219.173
GAG Melhoria	-	-	63.242	32.194
Outros	-	-	567.402	574.611
Total Ativo	-	-	9.689.596	7.368.143
Impostos diferidos passivos				
Ativo de contrato	-	-	8.822.661	7.949.438
Débito tributário	-	-	-	546.444
Instrumentos Financeiros VJORA	650.523	628.904	650.523	638.821
Depreciação acelerada	-	-	247.127	225.806
AVP sobre Desmobilização de Ativo	-	-	789.109	742.720
Outros	-	-	816.337	810.618
Total Passivo	650.523	628.904	11.325.757	10.913.847
Impostos diferidos passivos, líquidos	650.523	628.904	1.636.161	3.545.704

Notas Explicativas

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

As Companhias abaixo possuem tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

	Eletrobras	CGT Eletrosul	Furnas	Chesf	Eletropar	Eletronorte	Total
2021	(216.841)	323.289	(210.984)	66.410	(5.206)	261.335	218.003
2022	(216.841)	227.004	(591.906)	47.179	(5.205)	312.425	(227.344)
2023	(216.841)	230.263	(634.202)	33.459	-	337.381	(249.940)
2024	-	164.418	(692.055)	33.453	-	231.082	(263.102)
2025	-	82.864	(692.055)	33.453	-	88.248	(487.490)
Após 2025	-	612.566	(222.919)	(67.967)	-	(947.968)	(626.288)
TOTAL	(650.523)	1.640.404	(3.044.121)	145.987	(10.411)	282.503	(1.636.161)

Adicionalmente, as emprestas Eletrobras Holding, Eletronuclear e Amazonas GT não apresentam perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações financeiras somam o valor de R\$ 2.926.448 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.771.985 em 31 de dezembro de 2019).

14.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	6.338.688	7.910.061	6.952.646	7.217.786
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.155.154)	(2.689.421)	(2.363.899)	(2.454.047)
Efeitos de adições e exclusões:				
Efeito revisão tarifária periódica	-	-	226.572	337.300
Receita de Dividendos	12.455	34.481	456.147	480.847
Equivalência patrimonial	3.562.531	2.910.057	568.107	387.849
Provisões	1.226.823	(623.504)	826.380	(317.789)
Variação Cambial	169.228	594.777	169.228	594.777
Constituição de imposto diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	-	1.698.017	318.069
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	-	-	11.682	2.779.896
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados (a)	(2.914.589)	(973)	(2.541.696)	(1.375.867)
Incentivos Fiscais (b)	-	-	924.200	661.724
Doações	(4.408)	(3.688)	(17.889)	(14.454)
Demais adições e exclusões permanentes	103.114	(221.729)	(522.182)	(767.646)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(565.333)	630.659
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	8,13%	9,05%

a) Impostos diferidos não reconhecidos / baixados

São compostos por diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados no exercício, cujos benefícios tributários não foram reconhecidos devido à ausência de projeção de lucros tributários futuros.

b) Incentivos Fiscais

A MP nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Notas Explicativas

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujo montante de benefício apurado até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 669.204 (R\$ 626.395, em 31 de dezembro de 2019).

14.5 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste ganhos e perdas atuariais	-	-	161.210	964.837
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros por meio de ORA	(21.619)	(196.322)	(20.417)	(201.704)
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(21.619)	(196.322)	140.793	763.133

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de renda e a Contribuição Social corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecimentos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Notas Explicativas



NOTA 15 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
CCC (a)	-	-	4.684	48.458
Ativo não circulante				
CCC (a)	7.046.002	9.063.900	7.046.002	9.096.614
Provisão CCC - PECLD (b)	(1.462.555)	(3.681.066)	(1.462.555)	(3.681.067)
	5.583.447	5.382.834	5.583.447	5.415.547
Total de direitos de ressarcimento	5.583.447	5.382.834	5.588.131	5.464.005
Passivo circulante				
Desvio de Angra 2 (c)	-	-	244.852	-
PROINFA (d)	1.373.656	1.796.753	1.373.656	1.796.753
	1.373.656	1.796.753	1.618.508	1.796.753
Passivo não circulante				
Desvio de Angra 2 (c)	-	-	22.259	-
Total de obrigação de ressarcimento	1.373.656	1.796.753	1.640.767	1.796.753

- a) Conta de Consumo de Combustível (CCC): Créditos que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de energia elétrica, aos encargos e impostos do setor elétrico e, ainda, aos investimentos realizados. A Companhia registra provisões sobre direitos de ressarcimento da CCC com base na expectativa de recebimento, considerando os critérios de avaliação das fiscalizações de asseguarção realizadas pela ANEEL. A Companhia aguarda a definição da ANEEL quanto a forma de pagamento desses recursos, os quais serão recebidos através dos fundos setoriais. A Companhia espera haver definição quanto ao ressarcimento assim que finalizadas todas as etapas do cumprimento formal junto ao regulador e espera a definição sobre o tema em 2021.
- b) Provisão CCC – PECLD: Com base nos resultados das fiscalizações realizadas pela ANEEL a Companhia efetuou baixa definitiva no montante de R\$ 2.282.037 referente aos ativos da CCC que estavam provisionados, sem impactos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- c) Desvio de Angra 2: A variação negativa de R\$ 267.111, registrado em dezembro de 2020, é em decorrência de a energia fornecida ao longo de 2020 ter sido menor que a energia garantida para o período, visto que o tempo de parada de manutenção da Usina de Angra 2 foi superior ao programado para o ano. Essa quantidade de energia entregue a menor em 2020 deverá ser objeto de ressarcimento a todas as distribuidoras cotistas, em parcelas duodecimais, a partir de fevereiro de 2021.
- d) PROINFA: as operações de comercialização de energia elétrica no âmbito PROINFA geraram um saldo líquido negativo de R\$ 423.097 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 546.134 positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

Prática contábil

Os direitos e obrigações de ressarcimento são mensurados a custo amortizado, e os juros e variações monetárias sobre os valores reconhecidos como direitos e obrigações de ressarcimento são registrados na rubrica de resultado financeiro, apropriados de acordo com a competência. A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida quando o crédito vencido é julgado de difícil recebimento, desde que tenham sido esgotados todos os recursos legais de que a Companhia possa se valer.

Notas Explicativas**NOTA 16 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR**

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Elementos prontos	428.340	538.827
	<u>428.340</u>	<u>538.827</u>
Não circulante		
Elementos prontos	657.083	251.811
Concentrado de urânio	220.135	204.116
Em curso - combustível nuclear	387.562	384.623
	<u>1.264.780</u>	<u>840.550</u>
TOTAL	<u><u>1.693.120</u></u>	<u><u>1.379.377</u></u>

a) Formação do combustível nuclear

Na etapa inicial são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto (Elementos prontos), cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

b) Parada Angra 2

Em 22 de junho de 2020, foi iniciada a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Angra 2. Durante as inspeções realizadas nesta parada, foi detectada, nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contêm as pastilhas de urânio enriquecido, o que requererá rigorosos testes de inspeções para uma avaliação deste evento. Vale destacar que esse incidente, em nenhum momento, comprometeu a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente por 13 meses.

Para viabilizar o retorno da operação da Usina Angra 2 no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a Eletronuclear substituiu todos os 52 elementos combustíveis, que ainda serão inspecionados, para o próximo ciclo de operação.

Prática contábil

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas term nucleares Angra I e Angra II, que são registrados pelo custo de aquisição.

NOTA 17 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

As concessões de transmissão da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15).

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Com os conceitos e princípios trazidos pelo pronunciamento CPC 47(IFRS 15), houve a necessidade de serem identificadas as obrigações de performance previstas nos contratos de concessão de

Notas Explicativas



Transmissão de Energia Elétrica, a alocação de parcela de preço de transação às referidas obrigações de performance (e em consequência, a alocação das respectivas margens), entre outros procedimentos, dentro da sistemática de reconhecimento de receita com clientes prevista pela norma. Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica apresentam duas obrigações de performance claramente identificadas, quais sejam: (i) construção e (ii) Operação e Manutenção – O&M.

A utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração dos ativos de contrato e tributos envolvidos, que incluiu substancialmente, alteração na taxa de remuneração dos contratos e a reclassificação dos ativos relacionados aos bens da RBSE de ativo financeiro para ativo de contrato. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício CVM/SNC/SEP 04/2020.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação e são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários.

Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita, que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto aproximadamente em média 8,07% ao ano para os contratos renovados e 7,66% para os licitados; e (ii) atualizados substancialmente pelo IPCA exceto pelos contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001 que são atualizados pelo IGPM. Adicionalmente, as margens percebidas no resultado da companhia no exercício de 2020 referentes ao segmento de transmissão ficaram em aproximadamente 37,67% de Operação e Manutenção e negativo em 16,20% na obrigação de performance de construção, a margem percebida negativa na obrigação de performance de construção se justifica pelos custos realizados que excederam aos custos inicialmente previstos.

A movimentação destes ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	Furnas	Chesf	Eletronorte (a)	CGT Eletrosul (b)	Eletrosul (b)	Amazonas GT (a)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	20.735.404	16.151.684	9.334.635	-	3.900.561	159.537	50.281.821
Receita de construção	90.166	301.302	66.544	-	277.702	17.311	753.025
Receita financeira	3.641.767	717.292	949.454	-	490.280	53.565	5.852.358
Alienação de investida	-	-	-	-	(8.789)	-	(8.789)
Amortização	(3.369.876)	(2.199.905)	(1.192.983)	-	(571.503)	(34.925)	(7.369.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	21.097.461	14.970.373	9.157.650	-	4.088.251	195.488	49.509.223
Incorporação	-	-	204.980	4.088.251	(4.088.251)	(204.980)	-
Receita de construção	253.938	326.476	71.871	125.917	-	-	778.202
Receita financeira	2.762.823	1.439.841	1.214.337	606.620	-	2.593	6.026.214
Efeito RTP	2.104.182	476.529	971.325	676.301	-	-	4.228.338
Amortização	(4.174.036)	(2.736.095)	(1.527.371)	(722.850)	-	6.899	(9.153.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.044.369	14.477.124	10.092.792	4.774.239	-	-	51.388.524

(a) A controlada Eletronorte adquiriu as ações da Amazonas GT, vide nota 4.6; e

(b) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Considerando as características que diferem temporalmente os ativos contratuais da RBSE dos demais ativos de concessão de transmissão, segue abaixo o fluxo de caixa líquido estimado (não descontado) do ativo da RBSE. O saldo contábil dos ativos de contrato da RBSE, a valor presente, monta o valor de R\$ 33.890.851.

Notas Explicativas

	Parcela Econômica	Parcela Financeira	Parcela de ajuste	Total
2021	3.294.576	4.792.942	1.350.800	9.438.318
2022	3.294.576	4.792.942	1.350.800	9.438.318
2023	2.313.265	4.792.942	675.400	7.781.607
2024	1.331.954	4.792.942	-	6.124.896
2025	1.331.954	2.396.471	-	3.728.425
2026	1.331.954	-	-	1.331.954
2027	1.331.954	-	-	1.331.954
2028	665.977	-	-	665.977
	14.896.210	21.568.239	3.377.000	39.841.449

a) Revisão tarifária

Através da resolução homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020 a ANEEL estabeleceu as novas receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à Revisão Tarifária Periódica – RTP de 21 concessões da Companhia. Desta forma, a Companhia, considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos desta revisão no montante de R\$ 4.228.338 nas receitas no exercício de 2020 sendo reflexo substancial na base dos ativos da RBSE que de forma isolada representou R\$ 4,6 bilhões.

Os principais itens revisados e considerados pela ANEEL no cálculo das novas receitas anuais permitidas seguem abaixo:

- Revisão da Base e Remuneração das Transmissoras;
- Alteração da taxa de remuneração do capital do segmento de transmissão de energia elétrica;
- Consideração das baixas e desmobilizações dos ativos;
- Atualização inflacionária do período;
- Alteração retrospectiva da WACC referente aos anos de 2018 e 2019;
- Incorporação da componente remuneração de 2013 a 2017 do Custo do Capital Próprio (Ke); e
- Reparcimento por 3 anos das diferenças entre o efetivamente recebido entre 2018 e 2019 e as parcelas agora revisadas, via parcela de ajuste atualizado por IPCA.

b) Efeitos regulatórios da revisão tarifária – Contratos renovados

A RAP das Empresas Eletrobras sofreu acréscimos resultantes do resultado desta Revisão Tarifária e do reconhecimento da parcela de remuneração prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME 120/2016, que estabelece que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, estabelecido no parágrafo primeiro do referido artigo, deverá ser atualizado e remunerado pelo Ke, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Esta remuneração pelo Ke foi excluída da tarifa, pela ANEEL, em 2017 por força de liminares judiciais. Essas liminares foram revogadas e, por esta razão, a remuneração foi incorporada à receita das transmissoras. O valor total da remuneração pelo Ke será pago até junho de 2025, sendo que o montante que deveria ter sido pago entre 2017 e 2020, o será até o final do atual ciclo de revisão tarifária, ou seja, junho de 2023, reajustado pela inflação (IPCA), através da Parcela de Ajuste (PA).

Em relação à Revisão Tarifária do atual ciclo 2018-2023, os valores finais aprovados nesta revisão se mostraram superiores aos provisórios que a ANEEL vinha estabelecendo desde 2018, motivo pelo qual a RAP do ciclo 2020-2021, através da PA, também inclui um acréscimo referente à Revisão Tarifária instituída com vista a compensar esta diferença retroativa.

Na tabela abaixo, são apresentadas as RAPs revisadas para o ciclo 2020-2021 das Empresas Eletrobras e a PA consolidada atualizada pelo IPCA, que contém, além de outros itens não relacionados à RBSE, o Ke retroativo de 2017 a 2020 e a diferença de retroativo de revisão tarifária do período de 2018 a 2020.

Notas Explicativas



Empresa	RAP Ciclo 2020-		PA Revisão Consolidada (a)		RAP Total Ciclo 2020-2021
	2021	Revisada	Total	Por Ciclo	
Furnas (CC 062/2001)		5.153	1.777	593	5.745
Chesf (CC 061/2001)		3.494	1.735	578	4.073
Eletronorte (CC 058/2001)		1.833	954	318	2.151
CGT Eletrosul (CC 057/2001)		969	234	78	1.047
Total		11.449	4.700	1.567	13.016

a) Valores estimados com base nos valores da NT nº 108/2020 – SGT/ANEEL e no IPCA entre junho de 2019 e junho de 2020.

Para fins de comparação, a soma dos efeitos da Revisão Tarifária com a Parcela de Ajuste, resulta em um aumento estimado na RAP para o Ciclo 2020-2021 em relação ao Ciclo de 2019-2020, de forma consolidada, de aproximadamente 31%, estando o comparativo por empresa apresentado a seguir:

Empresa	Impacto no Ciclo 2020 -2021
Furnas	28,97%
Chesf	42,79%
Eletronorte	43,97%
CGT Eletrosul	4,16%

Prática contábil

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

As concessões de transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais, inclusive os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais nessas demonstrações financeiras.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas:

- Receita RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão e taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato impactam na formação do ativo de contrato. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado;
- Parcela variável como critério de risco utilizando o histórico.
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão.

Notas Explicativas



NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia possui contratos de concessão e autorizações no segmento de geração, firmados com o Poder Concedente (União), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo que todos os contratos possuem semelhanças em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritos na nota 3.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo Não Circulante				
Concessões de Geração Indenizáveis	-	-	2.096.717	2.077.912
Ativo Financeiro Itaipu (a)	1.103.034	1.905.607	1.103.034	1.905.607
Total Ativo Financeiro	1.103.034	1.905.607	3.199.751	3.983.519
Passivo Circulante				
Passivo Financeiro Itaipu (a)	(647.214)	(703.114)	(647.214)	(703.114)
Total Passivo Financeiro	(647.214)	(703.114)	(647.214)	(703.114)

a) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo / Passivo Circulante		
Contas a Receber	3.921.488	3.074.190
Direito de Ressarcimento	2.608.840	2.248.043
Fornecedores de Energia - Itaipu	(3.314.717)	(3.028.920)
Obrigações de ressarcimento	(3.862.825)	(2.996.427)
	(647.214)	(703.114)
Ativo / Passivo não circulante		
Contas a Receber	656.177	922.703
Direito de Ressarcimento	1.891.004	3.479.337
Obrigações de ressarcimento	(1.444.147)	(2.496.433)
	1.103.034	1.905.607
Total	455.820	1.202.493

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

- Fator de ajuste

Os saldos decorrentes do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inseridos nas rubricas de Ativo e Passivo Financeiros estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo regulatório - Ativo circulante	2.608.839	502.018	2.248.044	557.730
Ativo regulatório - Ativo não circulante	1.891.004	363.885	3.479.337	863.209
Total do ativo	4.499.843	865.903	5.727.381	1.420.939
Obrigações de ressarcimento - União - Passivo circulante	(1.639.568)	(315.502)	(1.410.466)	(349.931)
Obrigações de ressarcimento - União - Passivo não circulante	(1.444.147)	(277.897)	(2.496.433)	(619.355)
Total do passivo	(3.083.715)	(593.399)	(3.906.899)	(969.286)
Ativo financeiro líquido	1.416.128	272.504	1.820.482	451.654
Taxa Adotada:				
		31/12/2020		31/12/2019
USD		5,20		4,03

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999.

Notas Explicativas

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

- **Comercialização de energia elétrica de Itaipu**

A operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e, se positivo, uma obrigação efetiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a atividade foi superavitária em R\$ 632.656 (deficitária em R\$ 321.328 em 31 de dezembro de 2019), sendo a obrigação decorrente considerada como parte da rubrica de passivo financeiro.

Prática contábil**Concessões e autorizações de Geração**

a) Geração hidráulica e térmica – as concessões não atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A partir de 1º de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01/IFRIC 12, passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões;

b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação específico, por ser uma autorização e não uma concessão. E não está no escopo do IFRIC 12 por se tratar de ativos próprios sem previsão de reversão ao período de operação. Ao final do período de operação os ativos devem ser descomissionados.

Itaipu Binacional

É regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia.

A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos pelas Altas Partes, que são os Estados Brasileiro e Paraguai. A tarifa de Itaipu é uma tarifa “por custo de serviço” e foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção. De acordo com o Tratado, compete à Companhia atuar como agente na comercialização da energia de Itaipu destinada ao mercado brasileiro.

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam no ativo não circulante, valores correspondentes a AFAC nas seguintes investidas, conforme movimentação abaixo:

	CONTROLADORA					
	Eletronuclear	CGT Eletrosul (b)	Furnas	Hermenegildo III	Outros investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	1.069.774	58.241	11.834	883	1.140.732
Adições	700.000	246.544	-	-	-	946.544
Capitalizações	-	(1.376.315)	-	(11.834)	(883)	(1.389.032)
Atualização monetária	-	72.761	3.463	-	-	76.224
Saldo em 31 de dezembro de 2019	700.000	12.764	61.704	-	-	774.468
Adições	1.202.180	132.119	-	-	-	1.334.299
Capitalizações (a)	(850.000)	-	-	-	-	(850.000)
Atualização monetária	16.742	-	1.699	-	-	18.441
Devolução	-	(54.100)	-	-	-	(54.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.068.922	78.019	63.403	-	-	1.223.108

(a) Em outubro de 2020 foi aprovada a capitalização do AFAC; e

(b) A CGTEE alterou a sua denominação social para CGT Eletrosul em 2020.

Notas Explicativas



Prática contábil

Adiantamentos de recursos concedidos a controladas e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como ativo não circulante quando a totalidade das condições de capitalização, principalmente tipo e quantidade de ações ainda não foram definidas e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

NOTA 20 – INVESTIMENTOS

Avaliados por Equivalência Patrimonial

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Controladas		
Furnas	23.721.704	21.527.047
Chesf	16.250.487	17.616.086
Eletronorte	15.113.339	17.443.316
CGT Eletrosul (a)	7.884.123	333.505
Eletronuclear	3.500.657	2.000.283
Eletropar	170.502	147.674
Eletrosul (a)	-	6.070.596
	66.640.812	65.138.507

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Controlada em conjunto				
Norte Energia	1.980.979	2.110.038	6.600.626	7.030.651
Energia Sustentável do Brasil	-	-	3.250.575	2.840.844
Belo Monte Transmissora	-	-	1.702.719	1.574.228
Interligação Elétrica do Madeira	-	-	1.375.039	1.567.055
Madeira Energia	-	-	906.289	1.518.931
Norte Brasil Transmissora de Energia	-	-	795.287	920.276
Teles Pires Participações	-	-	746.820	753.865
Companhia Energética Sinop	-	-	555.783	503.010
Empresa de Energia São Manoel	-	-	434.379	528.412
Mata de Santa Genebra	-	-	534.167	570.803
Chapecoense Geração	-	-	373.740	409.864
Interligação Elétrica Garanhuns	-	-	324.874	318.267
Enerpeixe	-	-	265.711	254.272
Transmissora Sul Litorânea de Energia	-	-	171.632	150.375
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	-	-	217.861	177.158
Goiás Transmissão	-	-	212.431	204.859
Paranaíba Transmissora de Energia	-	-	173.434	153.725
Transenergia Renovável	-	-	116.395	116.471
Retiro Baixo Energética	-	-	157.183	144.796
MGE Transmissão	-	-	137.148	139.176
Rouar	128.315	109.643	128.315	109.643
Triângulo Mineiro Transmissora	-	-	126.654	112.865
Vale do São Bartolomeu	-	-	64.019	60.305
Transnorte Energia	-	-	25.498	39.973
Outros	259.835	201.537	749.315	553.463
	2.369.129	2.421.218	20.145.894	20.753.287
Coligadas				
CTEEP	4.235.422	3.613.866	4.314.282	3.681.099
Energética Águas da Pedra	-	-	244.444	233.604
Lajeado Energia	90.340	67.230	90.340	67.230
CEB Lajeado	67.956	63.047	67.956	63.047
Paulista Lajeado	38.056	29.967	38.056	29.967
Outros	2.085.068	2.113.776	2.095.271	2.128.030
	6.516.842	5.887.886	6.850.349	6.202.977
Total Investimento	75.526.783	73.447.611	26.996.243	26.956.264

Notas Explicativas



Mensurados a valor justo

	VALOR		CONTROLADORA		VALOR		CONSOLIDADO	
	PARTICIPAÇÕES 31/12/2020	PATRIMONIAL (a) 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
AES Tietê	7,56%	179.360	498.636	509.019	179.360	498.636	509.019	
Coelce	7,06%	52.340	291.655	301.218	52.340	291.655	301.218	
Energisa Holding	2,31%	389.337	439.887	449.718	389.337	439.887	449.718	
Cesp	2,05%	122.284	238.437	214.488	122.284	238.437	214.488	
Celesc	10,75%	144.069	226.650	213.556	144.069	226.650	213.556	
Copel	0,56%	44.247	107.154	105.776	44.247	107.154	105.776	
Celpe	0,99%	15.059	80.309	81.376	15.059	80.309	81.376	
Celpe	1,56%	10.365	39.489	30.225	10.365	39.489	30.225	
Energisa Mato Grosso	0,19%	2.845	11.960	12.796	2.845	11.960	12.796	
Rio Parapanema Energia	0,47%	3.924	19.322	20.982	3.924	19.322	20.982	
CEB	2,10%	11.861	45.854	18.439	11.861	45.854	18.439	
Outros	Entre 0,13% a 0,31%	368	12.558	12.886	52.287	93.926	99.397	
		976.059	2.011.911	1.970.479	1.027.978	2.093.279	2.056.990	

(a) Valor patrimonial conforme participação da Eletrobras e das suas controladas sobre o capital social das empresas.

20.1 - Provisões para perdas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, para os casos em que houve alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida e atualizados para dezembro de 2020, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos mencionadas em maiores detalhes na nota 23;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Energia Sustentável do Brasil	432.250	821.276
Interligação Elétrica do Madeira	210.091	-
Companhia Energética Sinop	218.280	201.100
Empresa de Energia São Manoel	197.467	128.694
Mata de Santa Genebra	124.623	-
Transnorte Energia	108.937	94.805
Belo Monte Transmissora	111.374	80.312
Norte Brasil Transmissora de Energia	78.000	-
Interligação Elétrica Garanhuns	38.069	34.740
Madeira Energia	66.372	76.168
Fronteira Oeste Transmissora de Energia	23.881	-
Outros	2.531	8.795
	1.611.875	1.445.890

Notas Explicativas



20.2 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas e coligadas	CONTROLADORA									
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Ganhos de capital	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Incorporação	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Transferência acionária	Saldo em 31/12/2020
Furnas	21.527.047	-	521.627	-	-	-	(884.126)	2.557.156	-	23.721.704
Chesf	17.616.086	-	(1.665.228)	-	-	-	(1.799.293)	2.098.922	-	16.250.487
Eletrosul (a)	6.070.596	-	-	-	(6.070.596)	-	-	-	-	-
Eletronorte (b)	17.443.316	-	(96.741)	-	-	-	(1.274.158)	2.151.607	(3.110.685)	15.113.339
CGT Eletrosul (a)	333.505	43.401	(15.251)	-	6.070.596	-	(430.233)	1.882.105	-	7.884.123
Eletronuclear	2.000.283	-	(493.980)	1.885.778	-	-	-	108.576	-	3.500.657
Eletrpar	147.674	-	(6.060)	-	-	-	(8.997)	37.885	-	170.502
Norte Energia	2.110.038	-	-	-	-	-	-	(129.059)	-	1.980.979
CTEEP	3.613.866	-	(90.454)	-	-	-	(405.271)	1.117.281	-	4.235.422
Rouar	109.643	-	31.760	-	-	-	(18.622)	5.534	-	128.315
Lajeado Energia	67.230	-	13	-	-	-	(73.496)	96.593	-	90.340
CEB Lajeado	63.047	-	4	-	-	-	(19.139)	24.044	-	67.956
Paulista Lajeado	29.967	-	-	-	-	-	-	8.089	-	38.056
Outros	2.315.313	-	(113.563)	-	-	(3.256)	(372.889)	519.298	-	2.344.903
Total de Investimentos	73.447.611	43.401	(1.927.873)	1.885.778	-	(3.256)	(5.286.223)	10.478.031	(3.110.685)	75.526.783

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

(b) O controle da Amazonas GT foi transferido para a controlada Eletronorte.

Controladas e coligadas	CONTROLADORA							
	Saldo em 01/01/2019 (Reapresentado)	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Transferência (a)	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)
Furnas	20.218.397	(1.166.835)	-	(125.298)	(1.199.705)	3.800.488	-	21.527.047
Chesf	16.298.985	(359.995)	-	-	(1.170.627)	2.847.723	-	17.616.086
Eletronorte	16.701.540	(24.570)	-	(100.048)	(1.344.233)	2.210.627	-	17.443.316
Eletrosul	5.846.522	(40.307)	-	-	(127.598)	391.979	-	6.070.596
Eletronuclear	2.300.626	179.336	-	-	-	(479.679)	-	2.000.283
Eletrpar	156.902	(41.374)	-	52.334	(18.191)	(1.997)	-	147.674
CTEEP	3.951.302	(14.856)	-	(363.685)	(352.023)	393.128	-	3.613.866
Norte Energia	2.036.157	-	-	-	-	73.881	-	2.110.038
CGTEE	-	(7.680)	4.673.951	-	-	(786.906)	(3.545.860)	333.505
Rouar	124.448	5.029	-	-	(21.060)	1.226	-	109.643
Lajeado Energia	79.923	(67)	-	4.838	(78.566)	61.102	-	67.230
CEB Lajeado	52.804	(18)	-	-	(17.232)	27.493	-	63.047
Paulista Lajeado	30.241	-	-	-	(7.259)	6.985	-	29.967
Outros	2.341.093	(77.231)	-	(64.947)	(356.527)	472.925	-	2.315.313
Total de Investimentos	70.138.940	(1.548.568)	4.673.951	(596.806)	(4.693.021)	9.018.975	(3.545.860)	73.447.611

(a) Foi realizado a transferência do passivo a descoberto da CGTEE antes da capitalização do AFAC.

Notas Explicativas



Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONSOLIDADO									
	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	Integralização de capital	Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2020
Norte Energia	7.030.651	-	-	-	-	-	-	(430.025)	-	6.600.626
CTEEP	3.681.099	-	-	(92.138)	-	-	(412.819)	1.138.140	-	4.314.282
Energia Sustentável do Brasil	2.840.844	-	-	-	144.400	-	-	(123.695)	389.026	3.250.575
Belo Monte Transmissora	1.574.228	-	-	-	-	32.482	(17.124)	144.195	(31.062)	1.702.719
Interligação Elétrica do Madeira	1.567.055	-	-	-	-	(279)	(5.717)	24.071	(210.091)	1.375.039
Madeira Energia	1.518.931	-	-	-	-	-	-	(622.438)	9.796	906.289
Norte Brasil Transmissora de Energia	920.276	-	-	-	-	(29.443)	(87.579)	70.033	(78.000)	795.287
Teles Pires Participações	753.865	28.490	-	-	-	-	-	(35.535)	-	746.820
Companhia Energética Sinop	503.010	-	-	-	-	-	-	69.953	(17.180)	555.783
Empresa de Energia São Manoel	528.412	-	-	-	-	-	-	(25.260)	(68.773)	434.379
Mata de Santa Genebra	570.803	39.322	-	-	-	-	-	48.665	(124.623)	534.167
Chapecoense Geração	409.864	-	-	-	-	-	(148.310)	112.186	-	373.740
Interligação Elétrica Garanhuns	318.267	-	-	-	-	-	(26.977)	36.913	(3.329)	324.874
Enerpeixe	254.272	-	-	-	-	-	(35.175)	46.614	-	265.711
Energética Águas da Pedra	233.604	-	-	-	-	-	(48.248)	59.088	-	244.444
Transmissora Sul Litorânea de Energia	150.375	-	-	-	-	-	-	21.258	-	171.632
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	177.158	-	-	-	-	-	(28.934)	69.637	-	217.861
Goiás Transmissão	204.859	-	-	-	-	-	(2.358)	9.930	-	212.431
Paranaíba Transmissora de Energia	153.725	-	-	-	-	-	(6.139)	25.848	-	173.434
Rouar	109.643	-	-	31.760	-	-	(18.622)	5.534	-	128.315
Transnorte Energia	39.973	-	-	-	-	-	-	(343)	(14.132)	25.498
MGE Transmissão	139.176	-	-	-	-	-	-	(2.028)	-	137.148
Transenergia Renovável	116.471	-	-	-	-	(1)	(9.992)	9.917	-	116.395
Retiro Baixo Energética	144.796	-	-	-	-	-	(3.858)	16.245	-	157.183
Triângulo Mineiro Transmissora	112.865	-	-	-	-	-	(1.470)	15.259	-	126.654
Vale do São Bartolomeu	60.305	357	-	-	-	-	-	3.357	-	64.019
Lajeado Energia	67.230	-	-	13	-	-	(73.496)	96.593	-	90.340
CEB Lajeado	63.047	-	-	4	-	-	(19.139)	24.044	-	67.956
Paulista Lajeado	29.967	-	-	-	-	-	-	8.089	-	38.056
Outros	2.681.493	-	(2.941)	(116.331)	63.315	133.951	(416.536)	519.252	(17.617)	2.844.586
Total de Investimentos	26.956.264	68.169	(2.941)	(176.692)	207.715	136.710	(1.362.493)	1.335.498	(165.985)	26.996.243

Notas Explicativas



Controladas, coligadas e controladas em conjunto	CONSOLIDADO								
	Saldo em 01/01/2019 (Reapresentado)	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão para Perda	Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)
Norte Energia	6.595.928	-	-	-	-	-	167.128	267.595	7.030.651
CTEEP	4.024.671	-	(15.133)	-	(363.685)	(358.579)	393.825	-	3.681.099
Energia Sustentável do Brasil	2.976.447	-	-	337.200	-	-	(38.299)	(434.504)	2.840.844
Madeira Energia	1.852.241	-	-	-	-	-	(409.816)	76.506	1.518.931
Belo Monte Transmissora	1.303.752	-	-	-	(14.936)	(2.613)	89.611	198.414	1.574.228
Interligação Elétrica do Madeira	1.491.339	-	-	-	-	-	75.716	-	1.567.055
Norte Brasil Transmissora de Energia	1.082.843	-	-	-	(208.593)	(22.211)	68.237	-	920.276
Teles Pires Participações	714.508	55.962	-	-	-	-	(29.937)	13.332	753.865
Companhia Energética Sinop	462.114	264.568	-	-	-	-	(39.738)	(183.934)	503.010
Empresa de Energia São Manoel	351.065	19.333	-	-	-	-	(6.962)	164.976	528.412
Mata de Santa Genebra	361.684	130.289	-	-	-	-	(41.815)	120.645	570.803
Chapecoense Geração	395.841	-	-	-	-	(108.460)	122.483	-	409.864
Interligação Elétrica Garanhuns	251.729	-	-	-	-	(5.897)	36.484	35.951	318.267
Enerpeixe	260.599	-	-	-	-	(54.430)	48.103	-	254.272
Energética Águas da Pedra	218.301	-	-	-	-	(41.939)	57.242	-	233.604
Transmissora Sul Litorânea de Energia	156.340	-	-	-	-	195	(6.160)	-	150.375
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	165.749	-	-	-	-	(16.044)	27.453	-	177.158
Goiás Transmissão	188.574	-	-	-	-	(5.072)	21.357	-	204.859
Paranaíba Transmissora de Energia	140.919	-	-	-	-	(2.986)	15.792	-	153.725
Rouar	124.448	-	5.029	-	-	(21.060)	1.226	-	109.643
Transnorte Energia	21.149	-	-	-	(73)	-	(4.963)	23.860	39.973
MGE Transmissão	127.583	-	-	-	-	-	11.593	-	139.176
Transenergia Renovável	124.031	-	-	-	-	(15.713)	8.153	-	116.471
Retiro Baixo Energética	134.277	-	-	-	-	(3.277)	13.796	-	144.796
Triângulo Mineiro Transmissora	91.698	1.406	-	-	-	-	19.761	-	112.865
Vale do São Bartolomeu	51.173	4.926	-	-	(1)	-	4.207	-	60.305
Lajeado Energia	79.923	-	(67)	-	4.838	(78.566)	61.102	-	67.230
CEB Lajeado	52.804	-	(18)	-	-	(17.232)	27.493	-	63.047
Paulista Lajeado	30.241	-	-	-	-	(7.259)	6.985	-	29.967
Outros	2.647.487	(132.841)	(77.231)	114.005	(79.067)	(381.941)	545.569	45.512	2.681.493
Total de Investimentos	26.479.458	343.643	(87.419)	451.205	(661.517)	(1.143.084)	1.245.626	328.353	26.956.264

Notas Explicativas



20.3 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

31/12/2020										
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia	49,98%	1.796.877	42.691.891	44.488.768	1.957.228	29.357.442	13.174.098	44.488.768	4.402.647	(860.393)
Madeira Energia	43,00%	945.143	21.369.986	22.315.129	1.149.935	18.906.101	2.259.093	22.315.129	3.200.238	(1.445.667)
Energia Sustentável do Brasil	40,00%	989.250	20.088.832	21.078.082	978.648	10.892.330	9.207.104	21.078.082	2.676.045	(309.195)
Belo Monte Transmissora de energia	49,00%	963.497	7.198.219	8.161.716	500.544	4.047.209	3.613.963	8.161.716	833.619	294.278
Interligação Elétrica do Madeira	49,00%	868.642	5.789.039	6.657.681	382.701	3.031.839	3.243.141	6.657.681	595.799	49.125
Teles Pires Participações	49,72%	274.021	4.918.375	5.192.395	316.956	3.347.957	1.527.482	5.192.395	792.973	(72.291)
Empresa de Energia São Manuel	33,00%	193.508	3.723.477	3.916.985	210.909	1.815.213	1.890.863	3.916.985	360.656	(80.474)
Norte Brasil Transmissora de Energia	49,00%	404.445	3.316.564	3.721.009	108.869	1.764.591	1.847.549	3.721.009	342.623	142.923
Mata de Santa Genebra	50,00%	366.390	2.565.115	2.931.505	158.351	1.452.934	1.320.220	2.931.505	364.070	96.994
Companhia Energética Sinop	49,00%	258.879	2.702.367	2.961.246	87.748	1.437.924	1.435.574	2.961.246	269.647	(105.647)
Chapecoense Geração	40,00%	265.107	2.624.982	2.890.089	371.413	1.584.327	934.349	2.890.089	935.862	280.465
Enerpeixe	40,00%	476.575	1.758.817	2.235.392	793.861	777.254	664.277	2.235.392	303.132	116.532
Serra do Facão Energia	49,00%	378.352	1.963.451	2.341.803	235.198	1.842.701	263.904	2.341.803	402.091	(5.987)
Paranaíba Transmissora	24,50%	179.229	1.507.886	1.687.115	104.040	875.182	707.893	1.687.115	205.402	105.503
Interligação Elétrica Garanhuns	49,00%	112.635	1.044.527	1.157.163	54.775	344.456	757.932	1.157.163	114.343	34.579
Coligadas										
CTEEP	36,05%	5.507.858	19.084.500	24.592.358	1.372.497	9.094.419	14.125.442	24.592.358	3.696.428	3.382.650
31/12/2019										
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia	50,0%	1.102.615	43.937.145	45.039.760	4.412.114	26.596.065	14.031.581	45.039.760	4.214.481	209.628
Madeira Energia	50,0%	749.938	21.679.634	22.429.572	1.176.997	17.547.815	3.704.760	22.429.572	3.197.523	(951.833)
Energia Sustentável do Brasil	33,0%	728.881	20.536.876	21.265.757	926.137	11.184.321	9.155.299	21.265.757	2.568.049	(95.748)
Belo Monte Transmissora	49,0%	802.462	6.564.791	7.367.253	308.140	3.570.836	3.488.277	7.367.253	790.313	237.334
Interligação Elétrica do Madeira	40,0%	814.211	5.638.250	6.452.461	446.653	2.807.735	3.198.073	6.452.461	524.261	154.526
Teles Pires Participações	49,0%	159.645	5.087.639	5.247.284	323.559	3.381.578	1.542.148	5.247.284	831.628	(63.933)
Norte Brasil Transmissora de Energia	40,0%	403.176	3.020.410	3.423.586	304.675	1.296.299	1.822.612	3.423.586	350.239	56.902
Empresa de Energia São Manoel	49,0%	224.723	3.736.295	3.961.018	163.712	1.825.969	1.971.337	3.961.018	382.499	(13.216)
Chapecoense Geração	49,0%	379.358	2.744.455	3.123.813	451.803	1.647.352	1.024.658	3.123.813	884.034	306.209
Companhia Energética Sinop	24,5%	174.672	2.772.270	2.946.942	57.237	1.415.633	1.474.072	2.946.942	241.413	(43.982)
Mata de Santa Genebra	49,0%	289.538	2.370.123	2.659.661	129.811	1.385.424	1.144.426	2.659.661	357.522	(83.266)
Enerpeixe	49,0%	423.615	1.607.716	2.031.331	614.447	781.203	635.681	2.031.331	407.564	120.259
Interligação Elétrica Garanhuns	49,0%	124.787	979.688	1.104.475	56.211	327.837	720.427	1.104.475	93.034	75.299
Paranaíba Transmissora	24,5%	178.558	1.759.242	1.937.800	104.065	1.042.030	791.705	1.937.800	175.055	51.313
Coligadas										
CTEEP	36,1%	4.933.448	16.665.646	21.599.094	1.615.825	6.221.662	13.761.607	21.599.094	3.331.862	1.779.451

Notas Explicativas**20.4 - Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores**

Empresas de capital aberto	Participação	Valor Justo (a)	
		31/12/2020	31/12/2019
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
CTEEP	36,04%	6.521.147	5.389.526
EQUATORIAL MARANHÃO D.	33,55%	2.624.872	2.624.872
CEEE-GT	32,59%	1.634.744	1.268.004
EMAE	40,62%	1.087.136	532.395
CEEE-D	32,59%	316.343	315.467

(a) Baseado na cotação das ações na data-base.

20.5 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (vide nota 33), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

Participações societárias	31/12/2020		
	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado
CTEEP	4.235.422	87,51%	3.706.418
Equatorial Maranhão D.	948.611	91,47%	867.694
CEEE - GT	824.914	95,72%	789.608
EMAE	280.364	100,00%	280.364
AES Tiete	498.636	99,77%	497.489
Energisa Holding	439.887	73,45%	323.097
Coelce	291.655	76,61%	223.437
CESP	238.437	97,85%	233.310
Celesc	226.650	57,85%	131.117
CEB	45.854	99,97%	45.840
Celpe	80.309	100,00%	80.309
Celpe	39.489	100,00%	39.489
Energisa MT	11.960	100,00%	11.960
Total	8.162.188		7.230.132

20.6 - Capital Circulante Líquido de Controladas e Coligadas**Controladas**

- a) Eletronuclear – tem por principal objetivo a construção e operação de usinas nucleares e a realização de serviços de engenharia e correlatos no estado do Rio de Janeiro. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2020 um capital circulante líquido negativo de R\$ 512.826 (R\$ 674.316 negativo em 31 de dezembro de 2019).
- b) Amazonas GT – tem por principal objetivo a geração e transmissão de energia elétrica. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2020 um capital circulante líquido negativo de R\$ 411.972 (R\$ 212.217 negativo em 31 de dezembro de 2019).

Coligadas

- c) A Companhia também detém participações, através de suas controladas, nas SPEs Madeira Energia, Norte Energia, Teles Pires Participações, Enerpeixe e Chapecoense Geração que apresentam em 31 de dezembro de 2020 capital circulante líquido negativo de R\$ 204.792, R\$ 160.351, R\$ 42.936, R\$ 317.286 e R\$ 106.306 respectivamente (R\$ 427.060, R\$ 3.309.499, R\$ 163.912, R\$ 190.832 e R\$ 72.445 negativos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Prática contábil

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Eletrobras, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas. O controle é obtido quando a Eletrobras possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre,

Notas Explicativas

retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

a) Controladas

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela companhia. Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundos dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controle conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

d) Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas Eletrobras firmaram investimentos em parcerias com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados na rubrica de Investimentos.

e) Receita de dividendos

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

NOTA 21 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos. As adições de valor mais expressivo são referentes as controladas Eletronuclear e Furnas.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adição/ Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	
Imobilizado em serviço						
Barragens, reservatórios e adutoras	6.931.726	94.218	(37.741)	(377.395)	78.746	6.689.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.282.430	2.367	(3.999)	(190.430)	34.167	3.124.535
Máquinas e equipamentos	13.067.839	879	(583.797)	(1.076.178)	520.017	11.928.760
Outros (b)	340.105	(152.414)	(2.573)	(32.161)	65.495	218.452
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>) (a)	(2.643.377)	(913.916)	704.865	-	-	(2.852.428)
	20.978.723	(968.866)	76.755	(1.676.164)	698.425	19.108.873
Imobilizado em curso						
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>) (a)	15.794.896	2.283.860	(254.330)	-	(665.051)	17.159.375
	(4.713.040)	-	-	-	-	(4.713.040)
	11.081.856	2.283.860	(254.330)	-	(665.051)	12.446.335
Direito de Uso						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	219.192	99	(18.840)	(43.550)	-	156.901
Máquinas e equipamentos	1.031.839	2.363	(14.424)	(72.843)	-	946.935
Outros (b)	4.264	93	-	(489)	-	3.868
	1.255.295	2.555	(33.264)	(116.882)	-	1.107.704
Total	33.315.874	1.317.549	(210.839)	(1.793.046)	33.374	32.662.912

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2018	Adição/Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em serviço						
Barragens, reservatórios e adutoras	7.220.782	5.716	-	(309.769)	14.997	6.931.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.432.009	11.148	-	(171.285)	10.558	3.282.430
Máquinas e equipamentos	14.132.898	545.073	(8.943)	(1.060.341)	(540.848)	13.067.839
Outros (b)	593.224	845	(225.642)	(18.766)	(9.556)	340.105
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment) (a)	(3.179.262)	(144.637)	680.522	-	-	(2.643.377)
	22.199.651	418.145	445.937	(1.560.161)	(524.849)	20.978.723
Imobilizado em curso	14.421.659	3.107.184	(1.171.379)	(19.783)	(542.785)	15.794.896
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (Impairment) (a)	(4.250.918)	(462.122)	-	-	-	(4.713.040)
	10.170.741	2.645.062	(1.171.379)	(19.783)	(542.785)	11.081.856
Direito de Uso *						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	274.505	(3.208)	(52.105)	-	219.192
Máquinas e equipamentos	-	125.323	-	(86.203)	992.719	1.031.839
Outros (b)	-	4.805	-	(542)	-	4.264
	-	404.633	(3.208)	(138.850)	992.719	1.255.295
Total	32.370.392	3.467.840	(728.650)	(1.718.794)	(74.915)	33.315.874

* Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía arrendamentos classificados dentro do grupo de máquinas e equipamentos, e com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 reclassificou os itens para o grupo de uso de direito de uso, para refletir melhor a divulgação.

Taxa média de depreciação e custo histórico:

	CONSOLIDADO							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Barragens, reservatórios e adutoras	2,16%	15.389.704	(8.700.150)	6.689.554	2,14%	15.310.958	(8.379.232)	6.931.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,67%	8.265.536	(5.141.001)	3.124.535	2,54%	7.027.708	(3.745.278)	3.282.430
Máquinas e equipamentos	4,06%	40.448.965	(28.520.205)	11.928.760	4,33%	29.226.727	(16.158.889)	13.067.839
Outros (b)	5,14%	1.180.992	(962.540)	218.452	2,55%	653.952	(313.847)	340.105
		65.285.197	(43.323.896)	21.961.301		52.219.345	(28.597.246)	23.622.099
Imobilizado em curso		17.159.375	-	17.159.375		15.794.896	-	15.794.896
Direito de Uso		17.159.375	-	17.159.375		15.794.896	-	15.794.896
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,36%	252.640	(95.739)	156.901	6,89%	271.297	(52.105)	219.192
Máquinas e equipamentos	4,45%	1.858.606	(911.671)	946.935	5,04%	1.856.245	(824.406)	1.031.839
Outros (b)	2,28%	4.455	(587)	3.868	4,34%	4.805	(542)	4.264
		2.115.701	(1.007.997)	1.107.704		2.132.348	(877.053)	1.255.294
Total		84.560.273	(44.331.893)	40.228.380		70.146.589	(29.474.299)	40.672.290

(a) Maiores detalhes podem ser observados na nota 23.

(b) O valor é composto, substancialmente, por terrenos, veículos e móveis e utensílios e obrigações especiais.

Cabe mencionar que os valores apresentados na tabela estão brutos da provisão para impairment.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação é reconhecida mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Notas Explicativas



Os ativos de Direito de Uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

NOTA 22 – INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível no exercício é como segue:

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Vinculados à Concessão - Geração	303.235	(318)	(7.408)	(1.191)	294.318
Em serviço	281.093	(7.888)	(1.404)	(1.191)	270.610
Custo	301.982	7.999	(7.414)	(15.388)	287.179
Amortização acumulada	(14.450)	(15.444)	-	14.197	(15.697)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(6.439)	(443)	6.010	-	(872)
Em curso	22.142	7.570	(6.004)	-	23.708
Custo	22.142	7.570	(6.004)	-	23.708
Vinculados à Concessão - Transmissão	2.092	-	-	-	2.092
Em serviço - Custo	791	-	-	-	791
Em curso - Custo	1.301	-	-	-	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	349.714	84.854	(48.477)	(31.551)	354.540
Em serviço	95.793	(40.274)	(48.477)	1.616	8.658
Custo	1.053.351	6.721	(48.477)	16.083	1.027.678
Amortização acumulada	(641.270)	(46.995)	-	(14.467)	(702.732)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(316.288)	-	-	-	(316.288)
Em curso	253.921	125.128	-	(33.167)	345.882
Custo	306.852	125.128	-	(33.167)	398.813
Outros	(52.931)	-	-	-	(52.931)
Total	655.041	84.536	(55.885)	(32.742)	650.950

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Vinculados à Concessão - Geração	68.990	1.219	(6.484)	239.510	303.235
Em serviço	55.131	(867)	2.917	223.912	281.093
Custo	287.655	2.046	(2.819)	15.100	301.982
Amortização acumulada	(17.056)	(2.913)	-	5.519	(14.450)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(215.468)	-	5.736	203.293	(6.439)
Em curso	13.859	2.086	(9.401)	15.598	22.142
Custo	32.585	2.086	(9.401)	(3.128)	22.142
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(18.726)	-	-	18.726	-
Vinculados à Concessão - Transmissão	15.929	30	-	(13.867)	2.092
Em serviço	14.628	-	-	(13.837)	791
Custo	9.108	-	-	(8.317)	791
Amortização acumulada	5.520	-	-	(5.520)	-
Em curso - Custo	1.301	30	-	(30)	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	564.731	11.576	(17.194)	(198.305)	349.714
Em serviço	321.904	(121.304)	-	(104.807)	95.793
Custo	948.962	5.662	-	98.727	1.053.351
Amortização acumulada	(578.614)	(62.656)	-	-	(641.270)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(48.444)	(64.310)	-	(203.534)	(316.288)
Em curso	242.827	66.440	(8.597)	(46.749)	253.921
Custo	295.758	66.440	(8.597)	(46.749)	306.852
Outros	(52.931)	-	-	-	(52.931)
Total	649.650	12.825	(23.678)	27.338	655.041

Notas Explicativas

Prática contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

NOTA 23 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano, após os impostos, específica para os segmentos testados: 6,11% para geração não renovada, 6,14% para geração renovada, (4,40% para geração não renovada, 4,36% para geração renovada em 2019), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 8,08% e 11,95%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	7.565.468	-	7.565.468	7.356.417	-	7.356.417
Intangível	872	316.288	317.160	6.439	316.288	322.727
Total	7.566.340	316.288	7.882.628	7.362.856	316.288	7.679.144

Notas Explicativas



A movimentação das provisões é como segue:

Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2019	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2020
UTN Angra 3	4.508.764	-	-	-	4.508.764
UTE Candiota	184.629	611.416	-	-	796.045
UTE Santa Cruz	618.569	-	(215.800)	-	402.769
Candiota Fase B	342.114	-	(21.094)	-	321.020
UHE Batalha	376.680	-	(78.622)	-	298.058
Casa Nova I	345.893	-	(53.130)	-	292.763
Livramento	117.866	8.428	-	-	126.294
Complexo Eólico Pindaí I	-	99.263	-	-	99.263
UHE Samuel	87.603	11.201	-	-	98.804
UTE Coaracy Nunes	71.007	-	-	-	71.007
UTE Camaçari	224.032	-	-	(224.032)	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
UHE Passo São João	34.750	-	-	-	34.750
Casa Nova II	16.492	32.662	-	-	49.154
PCH Santo Cristo	14.148	-	-	(14.148)	-
Casa Nova III	-	25.730	-	-	25.730
Outros	283.639	21.610	-	-	305.249
Total	7.362.856	810.310	(368.646)	(238.180)	7.566.340

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2018	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2019
UTN Angra 3	4.046.642	462.122	-	-	4.508.764
UTE Santa Cruz	731.988	-	(113.419)	-	618.569
UHE Batalha	377.005	-	(325)	-	376.680
Casa Nova I	345.893	-	-	-	345.893
Candiota Fase B	388.006	-	(45.892)	-	342.114
UTE Camaçari	247.263	-	(23.231)	-	224.032
Candiota Fase C	68.706	115.923	-	-	184.629
Livramento	326.698	6.508	(215.340)	-	117.866
UHE Samuel	306.866	-	(219.263)	-	87.603
UHE Símplicio	198.940	-	(198.940)	-	-
Outros	626.364	22.528	(87.802)	(4.384)	556.706
Total	7.664.371	607.081	(904.212)	(4.384)	7.362.856

Abaixo, destacamos os principais impactos decorrentes da avaliação do valor recuperável pela Companhia em dezembro de 2020.

- UTN Angra 3

A MP nº 998/20, posteriormente convertida na Lei 14.120/21, garantiu ao projeto uma tarifa que assegure a sua viabilidade econômico-financeira, sendo este um marco relevante na viabilidade do projeto. A administração espera ter a definição tarifária até setembro de 2021. Em 25 de fevereiro de 2021, foi publicado edital de contratação para retomada das obras. Nesse sentido a perspectiva de reinício das obras de forma relevante bem como a viabilidade do projeto se tornaram mais evidentes, havendo expectativa de resolução da tarifa e estrutura de financiamento no ano de 2021.

Os seguintes aspectos foram considerados no teste de *impairment* de Angra: (i) atualização do orçamento de *Capital Expenditure* - Capex do projeto, que registrou crescimento impactado pelo fim do Renuclear, pela forte apreciação do Euro em relação ao Real e a inserção da estimativa de aquisição de novos elementos combustíveis para a carga inicial, que foram utilizados em Angra 2; (ii) utilização de tarifa de energia que considera os parâmetros especificados na Lei 14.120/21 (iii) alteração na taxa de desconto para 6,79% (6,52% em dezembro de 2019). A administração utilizou como premissa o

Notas Explicativas



critério de viabilidade econômico financeiro sem aumentos incrementais, mantendo assim a provisão para *impairment* no montante de R\$ 4.508.764. A companhia entende que à medida que haja uma melhor definição da base tarifária e das condições de financiamento, o projeto pode apresentar rentabilidade que venha a permitir a eventual redução e/ou reversão do *impairment* registrado, fatos a serem confirmados no ano de 2021. Para esse empreendimento um aumento de 5% ou 10% da tarifa utilizada como base para teste iria acarretar em uma redução de 37% e 75% do *impairment*, respectivamente e uma redução de 5% ou 10% iria acarretar em um aumento do *impairment* de 37% e 75% respectivamente.

- UTE Candiota

A provisão complementar no montante de R\$ 611.416 decorre, basicamente: (i) da alteração da taxa de desconto pós-tax de 4,40% para 6,11%; (ii) da revisão da estimativa de ressarcimento de carvão em decorrência do despacho ANEEL nº 2.616/2020 que revisou o estoque histórico; e (iii) da alteração da estimativa do prazo de ressarcimento de combustível de 2027 para 2024, em razão do término do contrato regulado de venda.

- UTE Camaçari

Em dezembro de 2020 a controlada Chesf baixou os ativos da extinta UTE Camaçari, em decorrência da assinatura de contrato de locação entre a Chesf, como locadora, Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy II S.A., como locatárias. O referido contrato tem como objeto a locação irrevogável e irretratável do ativo existente pelo prazo de 15 anos. Diante deste contexto e baseado nas normas contábeis vigentes, à luz da condição atual do ativo, foi registrado um contas a receber, por se tratar de Arrendamento Financeiro. Este novo ativo tem seu registro suportado por um fluxo de recebíveis, ajustado ao seu valor presente, contemplando as premissas estabelecidas no contrato de arrendamento. Foi registrada uma receita no valor de R\$ 50.675 no exercício de 2020.

Administração

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram adições/reversões de *impairment*.

Intangível - Administração	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Ágio de rentabilidade Futura (Livramento)	-	233.989	233.989
UGC LT Salto Santiago - Ivaiporã - Cascavel	-	33.855	33.855
Outros	48.444	-	48.444
Total	48.444	267.844	316.288

- Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que não apresentam provisão para *impairment*

As UGCs que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10%, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Nenhuma UGC apresentou risco de *impairment*.

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs) tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

Notas Explicativas



NOTA 24 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	83.077	84.862	2.612.668	2.355.091
Energia Comprada para Revenda	622.831	409.271	1.275.170	728.643
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	16.213	11.735
	<u>705.908</u>	<u>494.133</u>	<u>3.904.051</u>	<u>3.095.469</u>
Não circulante				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	16.556	18.143
	-	-	16.556	18.143
Total	<u>705.908</u>	<u>494.133</u>	<u>3.920.607</u>	<u>3.113.612</u>

Prática contábil

São reconhecidas as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica para revenda e compras de bens, mercadorias (material, combustível convencional, etc.) e de serviços. São reconhecidas também as compras de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, os passivos são baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro.

NOTA 25 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Eletrobras e suas controladas é divulgada a seguir:

	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	140.572	275.655	2,41%	140.572	275.655
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	-	1,79%	39.441	392.300
BNP Paribas	1,17%	182.590	-	1,17%	182.590	-
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	2,69%	20.292	290.760	3,42%	60.561	587.891
		<u>343.454</u>	<u>566.415</u>		<u>423.164</u>	<u>1.255.846</u>
Bônus						
Vencimento 27/10/2021 (a)	5,75%	3.284.824	-	5,75%	3.284.824	-
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.461	2.570.741	3,63%	38.461	2.570.741
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.606	3.812.050	4,63%	73.606	3.812.050
		<u>3.396.891</u>	<u>6.382.791</u>		<u>3.396.891</u>	<u>6.382.791</u>
Moeda Nacional						
RGR Devolução (b)	5,00%	250.802	1.254.011	5,00%	250.802	1.254.011
RGR Controladas (c)	5,00%	86.779	688.283	5,00%	86.779	688.283
RGR CCEE (d)	5,00%	34.797	-	5,00%	34.797	-
BNDES (e)	-	-	-	5,15%	454.393	4.790.888
Caixa Econômica Federal	2,27%	416.603	340.592	5,94%	918.979	3.850.392
Banco do Brasil	2,27%	666.564	544.948	2,41%	1.085.373	1.420.404
Bradesco	-	-	-	5,14%	1.006.159	-
Petrobras	1,91%	2.196.011	4.925.322	1,91%	2.196.011	4.925.322
BR Distribuidora	2,21%	157.200	47.224	2,21%	157.200	47.224
State Grid	-	-	-	10,00%	43.935	354.828
Banco do Nordeste do Brasil (f)	-	-	-	10,14%	52.251	901.827
BASA	-	-	-	8,50%	11.346	156.006
Cigás	-	414.264	223.670	-	414.264	223.670
Outras Instituições Financeiras	-	-	-	-	779.996	1.292.845
		<u>4.223.020</u>	<u>8.024.050</u>		<u>7.492.285</u>	<u>19.905.700</u>

Notas Explicativas



	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
Eletroras - Vencimento 25/04/2022	Taxa DI + 0,70% a.a.	3.722	1.100.000	Taxa DI + 0,70% a.a.	3.722	1.100.000
Eletroras - Vencimento 25/04/2024	Taxa DI + 1,00% a.a.	8.305	2.200.000	Taxa DI + 1,00% a.a.	8.305	2.200.000
Eletroras - Vencimento 25/04/2026	Taxa DI + 1,20% a.a.	4.035	1.000.000	Taxa DI + 1,20% a.a.	4.035	1.000.000
Eletroras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18% a.a.	4.767	740.825	IPCA + 5,18% a.a.	4.767	740.825
Furnas - Vencimento 15/11/2024	-	-	-	CDI 117,60% a.a.	1.267	450.000
Furnas - Vencimento 15/11/2029	-	-	-	IPCA + 4,08% a.a.	1.755	808.446
Chesf - Vencimento 15/01/2029	-	-	-	IPCA + 7,03% a.a.	11.224	137.991
CGT Eletrosul - Vencimento 15/09/2028 (g)	-	-	-	IPCA + 6,80% a.a.	17.687	401.350
Eletronorte - Vencimento 04/08/2024 (h)	-	-	-	CDI + 2,675%	45.649	1.208.333
		20.829	5.040.825		98.411	8.046.945
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		7.984.194	20.014.081		11.410.751	35.591.282

	31/12/2019					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	110.885	323.669	2,41%	110.885	323.669
Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	-	4,95%	30.897	334.706
BNP Paribas	2,65%	141.808	141.578	2,65%	141.808	141.578
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	2,46%	14.416	220.937	2,46%	14.416	220.937
Corporación Andino de Fomento - CAF	4,38%	150.139	-	4,38%	150.139	-
		417.248	686.184		448.145	1.020.890
Bônus						
Vencimento 27/10/2021	5,75%	83.693	7.053.725	5,75%	83.693	7.053.725
		83.693	7.053.725		83.693	7.053.725
Moeda Nacional						
RGR Devolução (b)	5,00%	250.802	1.383.629	5,00%	250.802	1.383.629
RGR Controladas (c)	5,00%	-	863.645	5,00%	-	863.645
RGR CCEE (d)	5,00%	354.314	746.847	5,00%	354.314	746.847
BNDES (e)	-	-	-	9,25%	536.746	5.574.689
Caixa Econômica Federal	5,26%	417.355	756.992	5,26%	1.185.694	5.007.814
Banco do Brasil	5,26%	667.768	1.211.188	5,26%	1.076.811	2.504.620
Petrobras	4,62%	2.297.220	6.631.614	4,62%	2.297.220	6.631.614
BR Distribuidora	5,05%	428.543	198.589	5,05%	428.543	198.589
Repactuação Dívida Controladas	4,40%	397.183	2.714.084	-	-	-
State Grid	-	-	-	10,00%	45.590	379.982
Banco do Nordeste do Brasil	-	-	-	10,14%	43.968	750.519
BASA	-	-	-	8,50%	28.995	324.011
Cigás	-	445.037	268.611	-	445.039	268.611
Outras Instituições Financeiras	-	-	-	-	411.071	1.594.545
		5.258.222	14.775.200		7.104.793	26.229.116

Notas Explicativas



	31/12/2019					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
Eletroras - Vencimento 25/04/2022	Taxa DI + 0,70% a.a.	6.991	1.100.000	Taxa DI + 0,70% a.a.	6.991	1.100.000
Eletroras - Vencimento 25/04/2024	Taxa DI + 1,00% a.a.	14.791	2.200.000	Taxa DI + 1,00% a.a.	14.791	2.200.000
Eletroras - Vencimento 25/04/2026	Taxa DI + 1,20% a.a.	6.967	1.000.000	Taxa DI + 1,20% a.a.	6.967	1.000.000
Eletroras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18% a.a.	4.410	711.069	IPCA + 5,18% a.a.	4.410	711.069
Furnas - Vencimento 15/11/2024	-	-	-	CDI 117,60% a.a.	543	450.000
Chesf - Vencimento 15/01/2029	-	-	-	IPCA + 7,03% a.a.	10.923	139.399
Eletrorsul - Vencimento 15/09/2028	-	-	-	IPCA + 6,80% a.a.	16.682	99.792
Eletronorte - Vencimento 10/07/2031	-	-	-	TJLP + 1,65% a.a.	17.222	180.490
		33.159	5.011.069		78.529	5.880.750
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		5.792.323	27.526.178		7.715.160	40.184.481

a) Bônus

Em fevereiro de 2020, a Companhia emitiu *Notes* com vencimento em 2025 e 2030. Os recursos provenientes desta emissão foram utilizados, principalmente, para rolagem da dívida referente ao contrato de Bônus com vencimento em 27 de outubro de 2021.

b) RGR Devolução

Além dos financiamentos devidos pela Eletrobras, em 2017, através do processo administrativo que fiscalizou a gestão da Eletrobras da RGR, no período de 1998 a 2011, a ANEEL, determinou a devolução, pela Eletrobras, de cerca de R\$ 2 bilhões, em 10 anos, atualizado pela SELIC, conforme artigo 21-A e 21-B da Lei 12.783/2013.

c) RGR Controladas

Nos financiamentos acima mencionados constam as dívidas tomadas pelas controladas da Eletrobras junto à RGR, com juros de 5% ao ano, sendo que, considerando que foram tomadas antes de 17 de novembro de 2016, ainda são administrados pela Eletrobras, posto que ainda não foram repassados para a CCEE, conforme Decreto nº 9.022/2017.

d) RGR CCEE

Referem-se aos montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, foram desreconhecidos, conforme nota 11 (b). A Eletrobras atua apenas como agente repassador e é responsável pela gestão contratual desses financiamentos, não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras, enquanto o agente devedor não efetuar o pagamento.

De acordo com o Decreto 9.022/2017, a Eletrobras deverá repassar os recursos à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor.

e) BNDES

Ao final do mês de março o BNDES anunciou apoio emergencial para as empresas brasileiras com objetivo de reduzir os impactos econômicos e financeiros da crise gerada por conta da pandemia. Uma das medidas aprovadas pelo banco foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária (*standstill*) pelo prazo de até 6 meses do pagamento do serviço da dívida (principal e juros remuneratórios) na modalidade direta, no qual se enquadram os contratos de financiamento, firmados

Notas Explicativas

pela Eletronuclear, CGT Eletrosul, Eletronorte, Furnas e Chesf com o BNDES. Nesse sentido, estes contratos foram suspensos pelo prazo de 6 meses tendo seus juros capitalizados ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

f) Empréstimo - Chesf

Em dezembro de 2020, a Chesf realizou uma operação de crédito, no valor de R\$ 263.116 junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A operação tem por objetivo financiar reforços e melhorias do sistema de transmissão, e conta com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A operação conta com carência de principal de 24 meses e amortização em 132 meses.

g) Debêntures CGT Eletrosul

Em outubro de 2020, a CGT Eletrosul captou recursos por meio da realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com prazo total de 8 anos no montante de R\$ 300.000. Em 15 de dezembro de 2020 foi encerrada a oferta pública de debêntures emitidas pela CGT Eletrosul.

h) Debêntures Eletronorte

Em outubro de 2020, a Eletronorte captou recursos através de oferta pública valor total de R\$750.000, não conversíveis em ações, com prazo total de 4 anos. O uso principal será para o refinanciamento do passivo da Eletronorte e o saldo, caso haja, será destinado ao reforço de caixa para a utilização no curso ordinário dos negócios da mesma. Em 19 de novembro de 2020 foi encerrada a oferta pública de debêntures emitidas pela controlada da Eletronorte, Amazonas GT.

25.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Saldo inicial	33.318.501	27.634.849	47.899.641	54.841.027
Captação	5.193.319	5.000.000	9.154.852	6.442.950
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	3.906.850	3.040.214	5.367.794	3.876.246
Juros Pagos	(1.275.296)	(1.574.909)	(2.074.848)	(2.810.184)
Amortização do Principal (a)	(12.140.166)	(9.774.395)	(12.144.481)	(12.365.154)
Custos de transação apropriado	-	-	(22.146)	598
Transferência	-	11.077.939	(173.846)	(645)
Baixas	-	(2.085.197)	-	(2.085.197)
Desreconhecimento RGR	(1.004.933)	-	(1.004.933)	-
Saldo final	27.998.275	33.318.501	47.002.033	47.899.641

(a) Na Controladora a amortização do principal inclui o montante de R\$ 3.138.797, referente a transferência das ações da companhia Amazonas GT para a Eletronorte. Essa transação não teve efeito caixa.

A parcela de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Controladora	4.115.131	2.315.919	4.153.751	3.043.776	1.331.746	5.053.758	20.014.081
Consolidado	6.425.929	4.398.822	5.592.555	3.971.934	2.072.107	13.129.935	35.591.282

25.2 - Garantias

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 30.575.673, em 31 de dezembro de 2020, apresentadas no quadro abaixo:

Notas Explicativas



EMPRESAS NÃO CONTROLADAS

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2020	Término da Garantia
Eletrobras	SPE	UHE Belo Monte (Norte Energia)	14.126.563	2042
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	4.913.552	2040
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	3.365.972	2034
Furnas	SPE	UHE Santo Antônio	1.688.146	2038
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	1.194.566	2036
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	917.992	2035
Eletrobras	SPE	UHE Sinop	567.272	2038
Eletrobras	SPE	Empresa de Energia São Manoel	535.917	2038
Eletrobras	SPE	Belo Monte Transmissora	442.552	2032
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	412.991	2024
Eletrobras	Corporativo	Eólicas Hermenegildo (a)	379.661	2032
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	291.483	2032
Eletrobras	SPE	Santa Vitória do Palmar Holding (a)	264.540	2031
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	243.443	2030
Eletronorte	SPE	Belo Monte Transmissora	163.981	2031
Furnas	SPE	Belo Monte Transmissora	163.981	2031
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	144.695	2022
Eletrobras	SPE	Norte Brasil Transmissora de Energia	138.029	2026
Furnas	SPE	Empresa de Energia São Manoel	109.312	2031
Eletrobras	SPE	Interligação Elétrica Garanhuns	91.660	2028
Eletrobras	SPE	Chapada do Piauí II	86.571	2021
Eletrobras	SPE	Chapada do Piauí I	74.003	2022
Chesf	SPE	UHE Sinop	66.703	2032
Eletronorte	SPE	UHE Sinop	66.703	2032
Eletrobras	SPE	Santa Vitória do Palmar Holding (a)	48.876	2028
Eletrobras	Corporativo	Eólica Chuí IX (a)	38.143	2032
Eletrobras	SPE	Mangue Seco 2 (a)	30.265	2031
Eletrobras	SPE	Caldas Novas Transmissão	8.101	2028
Garantias empresas não controladas			30.575.673	

(a) A Eletrobras alienou a sua participação nas SPEs Mangue Seco 2, Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A., Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo III S.A. e Chuí Geração S.A, maiores detalhes na nota 46. Conforme estabelecido nos instrumentos contratuais, a Eletrobras permanece temporariamente como garantidora destas SPEs, enquanto não seja finalizado o período de transição necessário para que os novos acionistas formalizem a substituição da posição de garantidora nos contratos de financiamento.

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

O montante garantido para as controladas é de R\$ 15.324.770, em 31 de dezembro de 2020, e é apresentado no quadro abaixo.

Notas Explicativas

Eletrobras

EMPRESAS CONTROLADAS

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2020	Término da Garantia
Eletrobras	Corporativo	Angra III	3.514.723	2036
Eletronuclear	Corporativo	Angra III	3.112.045	2038
Eletrobras	Corporativo	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 3	1.006.160	2021
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Furnas	832.348	2029
Eletrobras	Corporativo	Belo Monte Transmissora	797.523	2029
Eletrobras	Corporativo	Diversos - Furnas	709.801	2023
Eletronorte	Corporativo	Emissão de Debêntures - Amazonas GT	556.560	2024
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Furnas	451.267	2024
Eletrobras	Corporativo	UHE Simplício	432.709	2026
Eletrobras	Corporativo	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	431.741	2031
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	403.629	2029
Eletrobras	Corporativo	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	340.205	2028
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	333.283	2022
Eletrobras	Corporativo	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 2	258.330	2024
CGT Eletrosul	SPE	Transmissora Sul Litorânea de Energia	197.452	2029
Eletrobras	Corporativo	UHE Mauá	190.121	2028
Eletrobras	Corporativo	Plano de Investimentos 2012-2014	171.877	2029
Eletrobras	Corporativo	Linha Verde Transmissora	167.352	2033
Eletrobras	Corporativo	Eólicas Casa Nova II e III	166.394	2031
Eletrobras	Corporativo	Financiamento corporativo	152.120	2023
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos de Transmissão	130.206	2031
Eletrobras	Corporativo	UHE São Domingos	126.926	2028
Eletrobras	Corporativo	Transmissora Sul Brasileira de Energia	116.550	2026
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	106.280	2032
Eletrobras	Corporativo	UHE Batalha	97.521	2025
Eletrobras	Corporativo	UHE Passo de São João	92.469	2026
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	83.412	2023
CGT Eletrosul	SPE	Transmissora Sul Litorânea de Energia	80.758	2030
Eletrobras	Corporativo	Projetos de Inovação	68.851	2023
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	50.805	2031
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	37.567	2021
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	32.792	2027
Eletrobras	Corporativo	UHE Baguari	24.160	2026
CGT Eletrosul	Corporativo	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	20.732	2029
CGT Eletrosul	Corporativo	Interligação Brasil x Uruguai	15.561	2029
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	11.179	2021
Eletrobras	Corporativo	SC Energia	3.361	2021
Garantias empresas controladas			15.324.770	

25.3 - Movimentação de Provisão para Garantias

As movimentações das garantias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram as seguintes:

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	463.776	549.436
Adições de Garantias	25.556	13.690
Atualização	15.197	5.889
Baixas	(45.525)	(105.239)
Saldo final	459.004	463.776

25.4 - Obrigações Assumidas - Covenants

As Empresas Eletrobras possuem cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias e limitação à venda significativa de ativos. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas**Prática contábil**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do exercício.

Contrato com garantia financeira consiste em contratos que requerem que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida. Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Para fazer frente a uma eventual execução de garantia a Eletrobras provisiona 1% do saldo devedor garantido para as investidas controladas e não controladas. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 40).

NOTA 26 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a contratos de arrendamento de imóveis, veículos, equipamentos e aos contratos de suprimento de energia firmados com os PIEs em 2005 com vigência de 20 anos da Amazonas Energia S.A que foram repassados para a Amazonas GT durante o processo de desverticalização e, estes últimos, já classificados como arrendamentos financeiros anteriormente à adoção do CPC 06 - R2 /IFRS 16.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.207.189	976.115
Adoção inicial	-	340.225
Novos contratos/Remensurações	37.285	211.375
Juros Incorridos	365.596	338.163
Pagamentos	(556.876)	(547.226)
Baixas	-	(111.463)
Saldo final	1.053.194	1.207.189
Circulante	217.321	219.484
Não Circulante	835.873	987.705
Total	1.053.194	1.207.189

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos de curto prazo	23.552	52.771
Arrendamentos de baixo valor	23.452	40.592
Despesas variáveis de arrendamento	824	3.822

Notas Explicativas

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO
	31/12/2020
2022	40.244
2023	153.623
2024	147.866
2025	379.113
2026	37.864
Após 2026	77.163
Total	835.873

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestação do arrendamento	556.876	547.226
PIS/COFINS potencial (9,25%)	51.511	50.618

Prática contábil

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no Ativo Não Circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

NOTA 27 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO**a) Compulsório não quitado**

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº. 4.156/62, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Inicialmente, o tributo recaiu sobre todos os consumidores de energia elétrica, e sua devolução foi assegurada até o ano de 1976 pela emissão de títulos ao portador (Obrigações).

Com o advento do Decreto-Lei nº 1.512/76, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kw.h.

Nesta 2ª fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por Obrigações. A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Companhia, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados.

A maior parte dos créditos arrecadados pela Eletrobras à época de vigência da lei já foram devolvidos aos contribuintes. Porém, ainda existem créditos a serem devolvidos pela Companhia, pois alguns contribuintes, questionando a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório, ingressaram em juízo

Notas Explicativas



com ações consignatórias para discutir sua cobrança pela Eletrobras, depositando judicialmente esses valores do tributo.

À medida que a Eletrobras teve êxito nessas ações e foi autorizada a levantar os valores depositados, mediante expedição de alvará judicial, a obrigação de devolver esses tributos foi registrada no passivo da Companhia. Esses créditos não foram convertidos nas 4 assembleias realizadas pela Eletrobras citadas acima, pois ingressaram no caixa da Companhia após a última assembleia de conversão ocorrida em 2008.

A Eletrobras, após o levantamento dos referidos depósitos, assume a obrigação de devolução do valor principal em até 20 anos e do pagamento de juros anuais de 6% ao ano, conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. Portanto, esses créditos estão registrados no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Ressalte-se que os juros de 6% ao ano, neste caso, são devidos, durante o período de carência, pois se trata de Empréstimo Compulsório ainda não convertido em ações, e não de débito judicial, como é o caso dos processos judiciais de correção monetária do tributo já convertido em ações e tratado na nota explicativa 33 que trata de provisões e passivos contingentes.

b) Provisão para ações a entregar

Existe ainda um passivo da Companhia referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Considerando que os contribuintes precisam se cadastrar junto ao procedimento administrativo de Solicitações de Ações - SAC da Eletrobras, demonstrando, através dos documentos jurídicos adequados, sua legitimidade ao recebimento dessas ações, existem muitos contribuintes que ainda não tiveram as ações convertidas implantadas em seu nome, ficando as referidas ações registradas no patrimônio líquido da Companhia, assim como no Banco Custodiante, sob a rubrica de "ações com acionistas a identificar".

Registra-se que não se trata de ações em tesouraria, mas sim ações objeto das conversões dos créditos de Empréstimo Compulsório, com o objetivo de quitação de tais créditos, conforme prerrogativa franqueada à Eletrobras pela legislação de regência do tributo. Ademais, não se trata de ações despojadas de titularidade, sendo o SAC um procedimento que atribui ao acionista identificado a plenitude dos direitos políticos e econômicos inerentes à propriedade acionária na forma da Lei nº 6.404/1976 e normativos da CVM.

A partir de 2008, em decisão embasada em posicionamento jurídico, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados, decorrente da conversão do Empréstimo Compulsório, para o pagamento dos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório. Em contrapartida, a Eletrobras registrou uma provisão em montante equivalente ao valor de ações preferenciais B que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem comprovar sua legitimidade no âmbito do SAC.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, observadas, nesse caso, a Lei 6.404/1976 e normas editadas pela CVM.

Desta forma, a Companhia pode atualizar o montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem sua legitimidade no SAC, com base no valor de mercado da ação ou pelo seu valor patrimonial, relativo ao último exercício social, o que for mais vantajoso.

Assim, em dezembro de 2020, o valor equivalente em moeda a essas ações a serem entregues foi registrado no passivo não circulante e atualizado pela média dos últimos 12 meses do valor de mercado das referidas ações, com acréscimo equivalente a proventos que tais contribuintes, após

Notas Explicativas

devida chancela no SAC, teriam direito se já exercessem plenamente os direitos políticos e econômicos decorrentes da titularidade acionária, observado o prazo prescricional de 3 anos previsto na Lei nº 6.404/1976. Além disso, foram incluídos no montante da provisão registrada pela Eletrobras, os valores equivalentes aos proventos que teriam direito se acionistas fossem devendo, contudo, ser observado o prazo prescricional.

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	485.756	493.118
Ingresso de recursos	7.263	-
Provisão para Implantação de Ações	376.433	-
Encargos sobre dívida	39.243	(10.433)
Pagamento de juros	(2.282)	(2.873)
Atualização monetária	140.696	5.944
Saldo final	1.047.109	485.756
Circulante	57.201	15.156
Não Circulante	989.908	470.600
Total	1.047.109	485.756

Prática contábil

A Companhia registra a obrigação no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de correção monetária com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. No caso da provisão para implantação de ações, o valor é corrigido pelo preço da ação.

NOTA 28 – TRIBUTOS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
PIS/ COFINS	223.121	87.548	840.750	755.102
IRRF/ CSRF	96.222	65.193	155.341	316.801
ICMS	-	-	37.598	252.972
INSS/ FGTS	5.174	4.899	55.147	112.937
PAES/ REFIS	-	-	23.340	23.191
ISS	-	-	13.658	14.549
Outros	10.915	43.876	68.208	100.106
Total	335.432	201.516	1.194.042	1.575.658
Passivo não circulante				
PAES/ REFIS	-	-	168.394	190.365
PASEP/ COFINS	-	-	13.573	42.100
Outros	-	-	212	7.494
Total	-	-	182.179	239.959

Notas Explicativas**NOTA 29 – ENCARGOS SETORIAIS**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	371.364	397.125
Quota RGR	67.810	120.162
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	101.565	72.212
Quota CDE	19.256	16.579
Quota PROINFA	15.998	11.433
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	10.852	10.100
	586.845	627.611
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	744.395	730.246
Quota RGR	47	57
	744.442	730.303
TOTAL	1.331.287	1.357.914

29.1 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da lei 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

29.2 - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

29.3 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Prática contábil

Os encargos setoriais são reconhecidos como obrigações a recolher, derivadas dos encargos estabelecidos em lei e são registrados na rubrica de passivo circulante e não circulante de acordo com a competência.

NOTA 30 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos do exercício de 2020	1.507.139	-	1.507.139	-
Dividendos do exercício de 2019	-	2.540.567	-	2.540.567
Dividendos não reclamados (a)	23.579	18.862	28.391	19.569
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	-	-	11.628	15.080
Total	1.530.718	2.559.429	1.547.158	2.575.216

(a) Os saldos de "Dividendos retidos exercícios anteriores" e "Dividendos mínimos obrigatórios" foram transferidos para "Dividendos não reclamados".

Notas Explicativas

Em 29 de julho de 2020, a Eletrobras aprovou o pagamento de dividendos de acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais classe "A" e "B". Os valores aprovados, conforme proposta da Administração, totalizam R\$ 490.210 para ações preferenciais classe "A" e "B", e R\$ 2.050.357 para ações ordinárias, gerando os dividendos unitários de R\$ 2,2478, R\$ 1,7499 e R\$ 1,5909, respectivamente. Os dividendos foram pagos em 09 de setembro de 2020, totalizando R\$ 2.579.579, que inclui atualização monetária. Do montante total devido aos acionistas, a parcela de R\$ 13.616 não foi reclamada.

Prática contábil

A Companhia possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 31 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Geração				
Jirau	39.150	124.871	(34.349)	129.672
Funil	222.881	13.925	(11.079)	225.727
CoaracyNunes	99.757	36.283	(36.538)	99.502
	<u>361.788</u>	<u>175.079</u>	<u>(81.966)</u>	<u>454.901</u>
Transmissão				
LTEunápolis-T.Freitas	4.059	-	(4.059)	-
	<u>4.059</u>	<u>-</u>	<u>(4.059)</u>	<u>-</u>
Total	<u>365.847</u>	<u>175.079</u>	<u>(86.025)</u>	<u>454.901</u>
		31/12/2020	31/12/2019	
Passivo Circulante		40.196	3.913	
Passivo Não Circulante		414.705	361.934	
Total		<u>454.901</u>	<u>365.847</u>	

Prática contábil

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do mesmo excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo tempo.

NOTA 32 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As Empresas Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos (BD) e de Contribuição Definida (CD).

Notas Explicativas



Devido à estrutura descentralizada das Empresas Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, as Empresas Eletrobras oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Empresa	Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas da Eletrobras				
	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X		X
CGT Eletrosul	X		X		X
Chesf	X	X	X		
Eletronorte	X		X	X	X
Amazonas GT	X		X		X
Eletronuclear	X		X		X
Fumas	X		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados das Empresas Eletrobras.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Planos de benefícios previdenciários	1.129.241	833.040	6.791.370	4.791.681
Planos de saúde e seguro de vida	2.756	4.347	225.471	196.180
Total das obrigações de benefício pós emprego	1.131.997	837.387	7.016.841	4.987.861
Circulante	-	14.875	192.209	161.773
Não circulante	1.131.997	822.512	6.824.632	4.826.088
	1.131.997	837.387	7.016.841	4.987.861

Notas Explicativas

O aumento apresentado em 2020 deve-se principalmente a reavaliação do plano de benefícios da subsidiária Chesf, que possui benefícios complementares definidos para determinado grupo de funcionários, calculados com base em remuneração variável e indexados pelo IGP-M, o qual sofreu forte variação no exercício. Tal revisão gerou recálculos nos montantes de anos anteriores e, portanto, estão sendo apresentados efeitos de forma retrospectiva.

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	3.191.662	2.810.326	37.523.363	33.303.765
Valor justo dos ativos do plano	(2.062.421)	(1.977.286)	(31.394.339)	(29.687.699)
Teto do ativo	-	-	662.346	1.175.615
Passivo/(Ativo) líquido	1.129.241	833.040	6.791.370	4.791.681
Custo de serviço corrente líquido	(320)	(527)	80.782	57.143
Custo de juros líquidos	77.623	103.441	323.488	229.058
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	77.303	102.914	404.270	286.201

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.755	4.347	225.471	196.181
Passivo/(Ativo) líquido	2.755	4.347	225.471	196.181
Custo de serviço corrente líquido	215	1.174	3.679	7.253
Custo de juros líquidos	302	637	9.651	15.546
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	517	1.811	13.330	22.799

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.810.325	3.096.414	33.303.765	27.489.553
Custo de serviço corrente	(320)	(527)	80.782	57.143
Juros sobre a obrigação atuarial	206.233	254.576	2.275.724	2.318.604
Benefícios pagos no ano	(245.615)	(288.159)	(2.310.773)	(2.421.730)
Contribuições Normais do Participante	5.546	2.415	38.280	30.756
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	415.493	(254.393)	4.135.585	5.829.439
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	406.979	361.322	3.491.997	7.487.140
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	8.514	(615.715)	643.588	(1.657.701)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	3.191.662	2.810.326	37.523.363	33.303.765

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos:

Notas Explicativas



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor justo dos ativos no início do ano	1.977.285	1.878.160	29.687.699	25.819.845
Benefícios pagos durante o exercício	(245.615)	(288.159)	(2.310.773)	(2.421.730)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	5.546	2.415	38.280	297.175
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	15.238	31.204	245.127	292.574
Rendimento esperado dos ativos no ano	128.610	151.135	2.016.536	2.196.777
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	181.357	202.531	1.717.470	3.503.058
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.062.421	1.977.286	31.394.339	29.687.699
Rendimento efetivo dos ativos no ano	309.967	353.666	3.734.006	5.699.835

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	(222.164)	415.190	(2.304.304)	(2.075.470)

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido

Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor das obrigações atuariais no início do ano	4.347	7.368	196.181	246.207
Custo de serviço corrente	215	1.174	3.679	7.253
Juros sobre a obrigação atuarial	302	637	9.651	15.546
Benefícios pagos no ano	(1.029)	(667)	(46.586)	(116.930)
Desreconhecimento de benefício	-	-	(29.248)	(5.555)
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(1.080)	(4.165)	91.794	49.660
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(972)	817	80.593	69.803
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(79)	80	743	1.162
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(29)	(5.062)	10.458	(21.306)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.755	4.347	225.471	196.181

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

	Hipóteses Econômicas	
	2020	2019
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	2,69% a 3,80%	3,07% a 3,37%
Projeção de aumento médio dos salários	0,25% a 2,01%	1,00% a 2,00%
Taxa média de inflação anual	3,27%	3,68%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	3,27%	3,68%

(i) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Notas Explicativas



Hipóteses Demográficas		
	2020	2019
Taxa de rotatividade	0% a.a.; Ex-Nucleos 2018; Tábua de rotatividade nula	0% a.a.; Ex-Nucleos 2018; Tábua de rotatividade nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 15%; AT-83 Basic Feminina (Suavizada em 10%); AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	AT-2000 (segregada por sexo) desagravada em 10%; AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 15%; AT-83 Feminina; AT-2000 (masculina); AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983; AT-49 segregada por sexo; AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina; MI-2006 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-83 IAM (masculina)	RRB-1983; AT-49 segregada por sexo; AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina; AT-83 IAM (masculina); MI-2006 (segregada por sexo) suavizada em 10%
Tábua de invalidez	LIGHT (FRACA); ALVARO VINDAS (suavizada em 50%); Álvaro Vindas; TASA 1927; ALVARO VINDAS (desagravada em 50%); LIGHT (MÉDIA)	LIGHT (FRACA); ALVARO VINDAS (suavizada em 50%); TASA 1927

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 309.967 (R\$ 353.666 em 2019) na Controladora e R\$ 3.734.006 (R\$ 5.699.835 em 2019) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2 (R\$ 293 em 2019) e R\$ 2.756 (R\$ 3.488 em 2019) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 15.236 (R\$ 30.912 em 2019) e R\$ 242.370 (R\$ 289.086 em 2019) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R\$ 224.108 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 2.160.119 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 67 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 64 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	CONTROLADORA						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	224.108	217.280	213.041	205.650	198.621	1.262.595	2.321.295

Programa Previdenciário	CONSOLIDADO						
	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.160.119	2.116.096	2.084.117	2.033.480	1.989.998	15.854.241	26.238.051

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Notas Explicativas



Controladora

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 291.850 ou aumento de R\$ 344.127, respectivamente.
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 6.708 ou teria uma redução de R\$ 6.036, respectivamente.

Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 3.700.111 ou aumento de R\$ 4.308.146, respectivamente.
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 253.585 ou teria uma redução de R\$ 271.076, respectivamente.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

Categoria de Ativo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valores Disponíveis Imediatos	26	198	1.176	3.854
Realizáveis	106.785	83.432	788.598	904.742
Investimentos em Renda Fixa	2.006.142	2.139.675	30.197.616	24.240.626
Investimentos em Renda Variável	967.708	653.489	7.570.489	5.972.474
Investimentos Imobiliários	217.408	184.242	1.019.850	945.036
Investimentos Estruturados	54.839	-	1.019.744	600.497
Empréstimos e Financiamentos	99.178	98.244	867.657	701.401
Outros	-	2.969	17.819	31.016
Fundo coletivo de benefício de risco	-	25.361	22.201	27.514
(-) Recursos a receber do patrocinador e participante	(1.215.243)	(1.046.649)	(9.005.558)	(2.854.987)
(-) Exigíveis Operacionais	(31.809)	(5.043)	(146.169)	(84.778)
(-) Exigíveis Contingenciais	(13.030)	(12.148)	(247.337)	(248.344)
(-) Fundos de Investimentos	(13.302)	(67.466)	(202.366)	(243.479)
(-) Fundos Administrativos	(85.135)	(53.657)	(387.349)	(241.042)
(-) Fundos Previdenciais	(31.146)	(25.361)	(122.032)	(66.831)
Total dos ativos	2.062.421	1.977.286	31.394.339	29.687.699

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Notas Explicativas



Prática contábil

Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispendo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelas Empresas Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão

Notas Explicativas

voluntária em troca desses benefícios. As Empresas Eletrobras reconhecem os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando as Empresas Eletrobras não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

NOTA 33 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

33.1 – Provisões

A Companhia e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Cíveis	1.329.814	1.013.385	1.719.597	1.030.288
Trabalhistas	2.965	1.200	2.965	1.200
	<u>1.332.779</u>	<u>1.014.585</u>	<u>1.722.562</u>	<u>1.031.488</u>
Não Circulante				
Cíveis	16.142.357	16.564.019	21.775.547	22.104.428
Trabalhistas	384.604	360.152	2.079.618	1.774.297
Tributárias	-	-	252.913	336.213
	<u>16.526.961</u>	<u>16.924.171</u>	<u>24.108.078</u>	<u>24.214.938</u>
Total	<u>17.859.740</u>	<u>17.938.756</u>	<u>25.830.640</u>	<u>25.246.426</u>

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.938.756	25.246.426
Constituição de provisões	3.504.670	4.897.638
Reversão de provisões	(862.278)	(1.213.524)
Atualização Monetária	454.588	872.880
Depósitos judiciais	-	(677.714)
Baixas	-	(47.484)
Pagamentos	<u>(3.175.996)</u>	<u>(3.247.582)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>17.859.740</u>	<u>25.830.640</u>

A movimentação da constituição de provisões na Controladora e no consolidado está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a causas cíveis referentes ao empréstimo compulsório.

A Eletrobras realizou pagamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referentes às execuções judiciais envolvendo o empréstimo compulsório, que somaram R\$ 3.125.215.

Resumo dos principais processos:

33.1.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 23.495.144 (R\$ 23.134.716 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos.

Notas Explicativas

Nos processos cíveis discutem-se principalmente reclamação de correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório, processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, ações coletivas de títulos putativos, e ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas conforme principais processos descritos abaixo:

Controladora

- **Empréstimo Compulsório**

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962, teve por objetivo gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, e foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Companhia, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 3.624 processos relativos a este tema provisionados.

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram substancialmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações realizadas através de assembleias de acionistas, em 20 de abril de 1988, 26 de abril de 1990, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2008, respectivamente.

A divergência sobre os critérios de atualização monetária dos referidos créditos foi levada ao STJ, tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte, através de recursos repetitivos consubstanciados nos Recurso Especial 1.003.955/RS e Recurso Especial 1.028.592/RS e Embargos de Divergência em Recurso especial 826.809/RS. Após o julgamento e publicação da decisão colegiada sobre o tema repetitivo pelo STJ, a mesma solução deve ser aplicada aos demais processos que tiverem teses idênticas.

A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face aos precedentes do STJ, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios de 6% ao ano, este último como reflexo das diferenças de correção monetária. Em decorrência das mesmas e de laudos periciais e de contadoria judiciais emitidos em desfavor da Companhia, a Eletrobras tem sido alvo de execuções, sendo que há dissenso com os autores quanto à forma de apuração do valor devido, em especial no que se refere à aplicação dos juros remuneratórios de 6% a.a. após a Assembleia Geral de conversão desses créditos em ações e o prazo quinquenal para cobrança dos referidos juros.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC).

	31/12/2020	31/12/2019
Principal	5.860.592	6.128.374
Juros remuneratórios	1.875.942	1.714.617
Juros moratórios	9.444.919	9.718.620
Outras verbas	271.716	-
	<u>17.453.169</u>	<u>17.561.611</u>

Notas Explicativas



- Lapso temporal para aplicação dos juros remuneratórios

A controvérsia mais relevante das ações judiciais que discutem correção monetária de compulsórios diz respeito à continuidade de aplicação dos juros remuneratórios reflexos de 6% ao ano, após a Assembleia Geral de conversão. De acordo com o atual precedente do STJ (recursos repetitivos Recurso Especial 1.003.955/RS e Embargos de Divergência em Recurso Especial 826.809/RS), os juros remuneratórios reflexos de 6% ao ano cessam na data da Assembleia Geral de conversão, observada a prescrição quinquenal.

Sobre a diferença de correção monetária apurada na data da Assembleia Geral de conversão (se houver), por se tratar de discussão judicial, passam a incidir os encargos próprios dos débitos judiciais, qual seja, IPCA-E até o início da incidência da SELIC. A taxa SELIC é aplicada sobre o montante do principal e dos juros remuneratórios reflexos, desde a Assembleia Geral de conversão ou da data da citação, o que for mais recente. A Companhia, salvo determinação judicial específica, adota este entendimento.

Através do recurso Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial número 790.288/PR, pelo STJ, um contribuinte obteve, em 12 de junho de 2019, decisão favorável, por voto de 5 ministros, do total de 9 ministros votantes, para, no processo específico, ter a incidência dos juros remuneratórios de 6% ao ano, de forma continuada a partir da 143ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de junho de 2005, até o efetivo pagamento, cumulando com a taxa SELIC. Sobre esta decisão, a Companhia interpôs o recurso denominado de embargos declaratórios, esclarecendo a impossibilidade de cumulação de juros remuneratórios com a taxa SELIC e também informando que o julgamento acima mencionado, desfavorável à Eletrobras, não tem efeito de recurso repetitivo, nos termos do artigo 1.036 do Código de Processo Civil, ou seja, não tem efeito vinculante para os demais processos judiciais que tratam do tema, ao contrário do precedente proveniente do Recurso Especial 1.003.955/RS e dos Embargos de Divergência em Recurso Especial 826.809/RS. Esses dois últimos recursos, que são aqueles adotados pela Eletrobras para estimar sua provisão, foram julgados pelo STJ como recursos repetitivos, de repercussão geral, e, portanto, devem ser considerados para os demais processos judiciais que tratam deste tema específico, de acordo com a legislação brasileira.

Até 31 de dezembro de 2020, o recurso interposto pela Eletrobras possuía 04 votos favoráveis e 03 contrários, estando pendentes a manifestação por 2 ministros do STJ.

Neste contexto, identificamos que, em julgamentos posteriores, em outros processos judiciais sobre o mesmo tema, foi mantido o entendimento de restrição da aplicação de juros remuneratórios de 6% até a data da Assembleia, o que reforça o entendimento da Companhia acima citado (Recurso Especial nº 1.818.653/RS, Recurso Especial nº 1.804.433/RS, Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.659.030/RS, Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 785.344/PR (acórdão), Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.702.937/RS e Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial nº 866.941/PR, nos termos do precedente Recurso Especial nº 1.003.955/RS).

Logo, o citado processo Nº 790.288/PR, que teve decisão desfavorável para a Eletrobras, e cuja decisão sobre o recurso se encontra pendente, não é determinante para influir na estimativa feita pela administração da Companhia no que refere à provisão, ora reconhecida nestas informações financeiras intermediárias, e será objeto de recursos pela Companhia.

- Inclusão de créditos de compulsório não previstos na demanda inicial

Sobre a discussão de execução de créditos não mencionados na petição inicial, a Eletrobras, em dezembro de 2020, teve uma decisão desfavorável no âmbito do processo nº 0023102-98.1990.8.19.0001, que discute créditos oriundos de Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica - já em fase de liquidação de sentença, agora com recurso interposto pela Eletrobras (Agravo de Instrumento nº 0011330-57.2021.8.19.0000). Trata-se de um processo judicial ingressado em 1990 (portanto, anterior às 3ª e 4ª assembleias de conversão em ações). Embora o Juízo de primeiro grau tenha homologado laudo pericial que aponta como valor devido o montante de R\$ 1.358.582 (podendo chegar a R\$ 1.765.731, se consideradas a atualização monetária e a incidência de multa e honorários indicadas pelas autoras da ação) se não efetuarmos o pagamento do valor homologado em juízo. A Eletrobras contratou escritório externo para sua defesa e já conseguiu obter importante decisão suspendendo a ordem de pagamento, a Companhia apontou como incontroversa a quantia de R\$

Notas Explicativas



227.593. A diferença entre os valores cobrados pelas autoras e aqueles identificados pela Eletrobras, na visão da Companhia, está relacionada a uma série de vícios contidos no laudo pericial, que foi homologado pelo juízo de primeira instância, especialmente por contemplar créditos não previstos na petição inicial, como de filiais e empresas incorporadas e créditos decorrentes da 3ª assembleia de conversão de ações, ocorrida em 2005, ou seja, quase 10 anos após a prolação de sentença na demanda original do caso, além de desviar das premissas do recurso repetitivo Recurso Especial 1.003.955/RS, deixando de observar a prescrição sobre os juros remuneratórios e aplicando indevidamente taxa de juros de 12% a.a., o que ocorreu em descompasso com o entendimento jurisprudencial e com a própria sentença do processo de conhecimento transitada em julgado. Em sede recursal, a Eletrobras obteve decisão liminar favorável para suspender o cumprimento da decisão que determinou o pagamento da quantia homologada. Contudo, como se trata de decisão monocrática que não versou propriamente acerca do mérito dos valores devidos, a Companhia classificou o risco do referido processo como provável, impactando as Demonstrações Financeiras da Companhia em um acréscimo de R\$ 1.630.282 em provisões operacionais. Não obstante o provisionamento, a Eletrobras espera que, futuramente, ao julgar o mérito de seu recurso, o colegiado reforme a decisão homologatória do laudo pericial.

Outros julgados, como no Agravo interno nos EDcl nos EDv nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 799.113-SC, já entenderam que as filiais não têm legitimidade para executar título judicial referente a diferença de correção monetária de empréstimo compulsório proferido em favor da matriz por não terem participado do processo de conhecimento. Contudo, caso ocorram casos semelhantes ao caso Gerdau acima mencionado, a Companhia poderá ter que ajustar sua provisão em valores que podem vir a ser relevantes.

É importante salientar que todos os valores citados nesta nota, incluindo os valores de possíveis envolvendo compulsório, configuram em uma estimativa e sempre dependerá de avaliações precisas de impacto quando ocorrerem e se ocorrerem.

Consolidado

Eletronorte

- Ação indenizatória – Sul América Companhia Nacional de Seguros

Trata-se do ressarcimento de valores a Sul América devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. Em sede de Recurso Especial a Eletronorte foi condenada à totalidade da obrigação. Dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, os quais estão pendentes de Julgamento. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2020 monta em R\$ 390.000 (R\$ 363.412 em 31 de dezembro de 2019).

Em 21 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou acordo judicial para encerramento dessa ação através do pagamento de R\$ 390.000.

- Ação de desapropriação – UHE Balbina

Desapropriações ajuizadas pela Eletronorte com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 271.855 (R\$ 265.979 em 31 de dezembro de 2019).

Chesf

- Nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. - CONSTRAN S.A. (rés neste processo) e a devolução de

Notas Explicativas



importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As rés, além de contestarem o feito, pleitearam a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual, não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993 e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após tramitação processual nas instâncias ordinárias, a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE.

O processo está em tramitação no STJ por força de recurso da Chesf. Em agosto de 2010 foi julgado majoritariamente improcedente, o qual foi posteriormente objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários de sucumbência, os das autoras), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, por iguais agora julgados e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a Chesf, apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário: os Embargos de Divergência, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a Corte Especial do STJ houve julgamento de improcedência em fevereiro de 2016, e atualmente os mesmos Embargos de Divergência aguardam apreciação pelo STJ; interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação dos Embargos de Divergência em todas as suas instâncias internas do STJ.

Por outro lado, tramita em primeira instância, procedimento de “Cumprimento provisório de sentença”, proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde:

- Houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril de 2015) em aproximadamente R\$ 1.035 milhões;
- Houve a apresentação pela Chesf de “seguro garantia” originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo TJPE;
- Até dezembro de 2016 houve a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R\$ 500 milhões; e
- A Chesf apresentou recursos de agravo e reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE.

Em dezembro de 2016, em face de nova iniciativa recursal da Chesf em trâmite no STJ e referido àquele mesmo processo ordinário (ação de liquidação), obteve-se decisão que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (está por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra, em favor da Chesf, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado. Foi iniciado o julgamento definitivo com um único voto proferido em desfavor da Chesf (o julgamento foi posteriormente suspenso).

A Chesf atualizou a provisão no montante de R\$ 1.500.395 (R\$ 1.287.047 em 31 de dezembro de 2019) e outros adicionais de R\$ 151.235 (R\$ 128.805 em 31 de dezembro de 2019) relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf. Tomando especialmente por referência, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação, atualmente em curso perante o STJ, aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso conforme acima referido, e os valores em torno dos quais há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- GSF – Risco hidrológico

O GSF é um índice sistêmico que indica a quantidade de energia gerada por todas as usinas hidráulicas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) do Sistema Interligado Nacional (SIN) em relação à garantia física total do MRE. Em julho de 2015, a Chesf foi imputada mediante as regras adotadas pela CCEE, a ratear o valor inadimplido de outros agentes devido à exposição do GSF, mesmo não tendo dado causa ao problema. A Chesf então acionou a esfera judicial e obteve, através de liminar, a neutralidade dos efeitos do rateio de liminares de outros agentes e dos efeitos do GSF, inferior a 95% nas contabilizações no Mercado de Curto Prazo - MCP.

Notas Explicativas



Desde então, independentemente do valor de GSF ocorrido nesse período, a Chesf vem percebendo, nos montantes contabilizados no MCP um "crédito" proveniente dos efeitos da liminar concedida. Os valores correspondem ao lastro das usinas não cotistas, no âmbito do MRE, quais sejam: a Usina de Sobradinho e parcela de energia não alocada ao regime de cotas das demais usinas da Chesf. Considerando que os riscos hidrológicos para as usinas não cotistas, pela legislação atual, são imputados aos geradores hidráulicos, a Chesf avalia que os efeitos da liminar podem ser tempestivamente suspensos, tendo como consequência imediata a "devolução", via contabilização no MCP, dos valores percebidos nas liquidações, desde 2015, quando foi proferida a liminar. Portanto, a empresa vem procedendo ao provisionamento dos valores que estão sendo creditados mensalmente para a Chesf na liquidação na CCEE decorrentes da limitação do GSF imposta pela referida liminar.

Foram apresentadas réplicas às contestações da ANEEL e da União Federal, bem como interposto pela União Federal o agravo, contrarrazoado pela Chesf em julho de 2019. Em outubro de 2019, foi concedido o efeito suspensivo ativo em favor da União Federal. Em novembro de 2019, a Chesf interpôs embargos de declaração, cujo provisionamento foi negado, confirmando, no entanto, que os efeitos da decisão não seriam retroativos. Em dezembro de 2019, a Chesf ingressou com agravo interno. No primeiro grau, foi determinada a migração do processo para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), estando o mesmo concluso para sentença. A Chesf possui no seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda, no valor de R\$ 1.446.623 (R\$ 1.084.386 em 31 de dezembro de 2019).

33.1.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias de R\$ 252.913 (R\$ 336.213 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos tributários discutem-se principalmente compensações não homologadas de PIS e COFINS, cobrança de contribuição previdenciária indevida, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga.

33.1.3 - Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 2.082.583 (R\$ 1.775.497 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente em ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

33.2 – Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	23.343.361	20.775.533	34.839.649	31.817.331
Trabalhistas	1.865.727	3.128.990	4.500.051	5.900.822
Tributárias	417	-	8.818.294	12.131.337
	<u>25.209.505</u>	<u>23.904.523</u>	<u>48.157.994</u>	<u>49.849.490</u>

33.2.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 34.839.649 (R\$ 31.817.331 em 31 de dezembro de 2019), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Notas Explicativas



Controladora

- Empréstimo Compulsório - Aplicação de juros remuneratórios após a assembleia de conversão

Não obstante o efeito restrito ao Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial número 790.288/PR acima mencionado na nota 33.1.1, a depender do seu resultado final, ele poderia gerar discussões judiciais reflexas sobre o recurso repetitivo vigente (Recurso Especial 1.003.955/RS), no qual a Eletrobras se baseia para realizar suas estimativas de provisão para correção monetária de empréstimo compulsório. Se, porventura, houver alteração da jurisprudência vigente do STJ em desfavor da Eletrobras, no que tange especificamente à aplicação de juros remuneratórios de 6% a.a., após a assembleia de conversão, a mensuração da provisão poderia vir a ser acrescida, na melhor estimativa da Companhia, com base nos atuais processos provisionados e informações disponíveis, em R\$ 11.458.690 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 11.070.703 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia não efetuou provisão neste montante, por entender que a probabilidade de perda destes pedidos é possível.

Consolidado

Eletronorte

- Cobrança pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. – CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento

Ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC, objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Eletronorte sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando “Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças”, e que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado da causa é de R\$ 529.833, visto que os cálculos periciais apuraram o valor de R\$ 529.833 (R\$ 503.653 em 31 de dezembro de 2019).

- Ação indenizatória – MAVI Engenharia e Construções

A ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, proposta por MAVI Engenharia e Construções Ltda., em desfavor de Linha Verde Transmissora de Energia S/A, no montante de R\$ R\$ 246.634 (R\$ 275.972 em 31 de dezembro de 2019).

CGT Eletrosul

- Cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos - Banco KfW

Esse processo versa sobre a cobrança pelo banco KfW das obrigações oriundas de empréstimos em desfavor da Companhia, a qual foi considerada como avalista do referido empréstimo. A cobrança inclui as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. Essas cobranças são referentes a garantias de 4 contratos da Usina Termelétrica Winimport S.A.

A Companhia não reconhece a validade dos avais concedidos, haja vista a inobservância de regras de governança corporativa previstas no Estatuto Social da então CGTEE (atualmente denominada CGT Eletrosul) e a violação da legislação brasileira, que, por sua vez, veda a concessão de garantias por entidades da administração indireta, exceto quando prestadas por instituições financeiras (art. 96 do Decreto Federal n.º 93.872/86).

Em 2016 foi proferida sentença condenatória, em favor de KfW, no valor estimado equivalente de EUR 74.330. No mesmo ano a Companhia interpôs recurso de apelação.

Notas Explicativas



Em segunda instância, depois de realizadas audiências, a Corte Regional Superior da Alemanha decidiu obter um parecer de um perito em legislação brasileira, em especial o Decreto 93.872/1986 e a necessidade de anuências do Conselho de Administração para tal gravame, como determina a Lei 6.404/1976. Atualmente, o processo está na etapa de manifestação das partes em face dos pontos objeto de prova pericial. Não há ainda uma decisão em segunda instância.

A Companhia mantém o montante de R\$ 648.719 classificado como contingências cíveis de risco possível.

Chesf

- Danos ambientais - Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém

Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina.

Foram incluídos no polo passivo da ação o Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o IMA-AL, o Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE. Por outro lado, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em abril de 2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito. Em fevereiro de 2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas. Os dois laudos periciais foram disponibilizados para a Chesf em dezembro de 2015.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em maio de 2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas em setembro de 2016, estando os processos, em dezembro de 2018, conclusos para sentença e tendo sido providenciada a migração do processo para o sistema PJe em 24 de janeiro de 2019. Em 21 de maio de 2019, após a digitalização, juízo determinou que o feito fosse novamente concluso para sentença.

A Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 559.699 (R\$ 715.673 em 31 de dezembro de 2019).

- Nulidade do acordo sindical

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária (VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal.

Em dezembro de 2016 encontrava-se concluso para relatório e voto. Em 21 de fevereiro de 2020, o processo foi migrado para o sistema PJe. Essa posição permanece inalterada até 31 de dezembro de 2020, com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta

Notas Explicativas



ação como possível, no montante estimado de R\$ 1.000.000 (R\$ 1.000.000 em 31 de dezembro de 2019).

- Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O processo encontrava-se concluso para sentença desde dezembro de 2018. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em novembro de 2019, foi interposta apelação pela ANEEL. No mesmo mês, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença.

Em 26 de março de 2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08 de maio de 2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31 de dezembro de 2020, a ANEEL apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 1.470.885 (R\$ 1.470.885 em 31 de dezembro de 2019).

- Ação ordinária para indenização em danos materiais

Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10 de março de 2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos.

Em 29 de janeiro de 2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R\$ 432.313, da qual foram interpostos embargos de declaração pela Chesf, aos quais foi negado provimento aos 28 de fevereiro de 2018, tendo sido interposto recurso de apelação pela Chesf aos 26 de março de 2018.

Julgamento iniciado em 13 de março de 2019, mas suspenso por pedido de vista formulado por um dos Desembargadores que compõem a 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF. Julgamento retomado em 28 agosto de 2019, no qual o recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1 e o acórdão foi publicado em 10 de outubro 2019. Foi apresentada Interposição de embargos de declaração por ambas as partes, sendo todos desprovidos.

Interpostos novos embargos de declaração por parte da parte autora em 29 de janeiro de 2020, ainda pendentes de julgamento. Em 18 de fevereiro de 2020 determinou-se a digitalização dos autos a fim de que estes sejam incluídos no sistema PJe. Em 18 outubro de 2020, publicada a pauta de julgamento

Notas Explicativas



dos embargos de declaração para o dia 28 de outubro 2020. Essa posição, se mantém inalterada em 31 dezembro 2020.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 512.152 (R\$ 462.536 em 31 de dezembro de 2019).

Furnas

- Nulidade do Despacho nº 288/02 – AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Trata-se de declaração de nulidade do Despacho nº 288/02, do diretor da ANEEL, no valor de R\$ 263.926, que revogou os itens 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do Mercado Atacadista de Energia - MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Refazimento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/02.

- Processo indenizatório

Trata-se de processo indenizatório realizado pela ABB Ltda., no valor de R\$ 385.500 (R\$ 332.404 em 31 de dezembro de 2019), referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de Itaipu.

- Créditos da regra de compartilhamento de perdas entre os agentes

Furnas é autora de uma ação na qual pede o pagamento de seus créditos, ainda que proporcionalmente, por ocasião das liquidações financeiras no âmbito do MCP. Trata-se da aplicação do artigo 47 da Convenção de Comercialização da CCEE (regra de compartilhamento de perdas entre os agentes), no valor de R\$ 240.911 (R\$ 212.524 em 31 de dezembro de 2019). Isso porque, estaria a CCEE descumprindo a priorizando determinados credores (protegidos por decisões judiciais), em detrimento do pagamento do seu crédito.

- Encargos advindos de mandado de segurança

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT e Custos de disponibilidade - CUD, no âmbito do processo administrativo nº 48.500.001016/05-95 daquela Agência Reguladora, referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não concedida a segurança e Furnas ser obrigada a assinar tais contratos regulados. O valor da contingência é de R\$ 230.018 (R\$220.688 em 31 de dezembro de 2019).

Eletronuclear

- Nulidade das licenças concedidas - Unidade De Armazenamento Complementar A Seco (UAS)

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em face da Eletronuclear, CNEN e IBAMA, no valor de R\$ 240.009, objetivando a declaração de nulidade das licenças concedidas à 1ª ré para o desenvolvimento da Unidade De Armazenamento Complementar A Seco - UAS da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA.

33.2.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 8.818.294 (R\$ 12.131.337 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



Eletronorte

- Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH)

Em dezembro de 2014 o estado do Pará editou a Lei na qual instituiu a TFRH. O fato gerador da TFRH é o exercício regular do Poder de Polícia conferido ao Estado sobre a atividade de exploração e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense. Diante do não recolhimento da referida Taxa a Eletronorte foi autuada em 2015 por meio de dois autos de infração nos montantes de R\$ 206.316 e R\$ 113.213, perfazendo um valor total de R\$ 319.529. Posteriormente os autos de infração foram desmembrados em Mandado de Segurança Tributário, impetrado pela Eletronorte e Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Pará, cujos valores foram atualizados até junho 2018 e correspondiam a R\$ 424.484. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado das causas é de R\$ 424.554 (R\$ 424.430 em 31 de dezembro 2019).

CGT Eletrosul

- Aspectos tributários da lei 12.783/2013

Ação fiscal no valor de R\$ 575.998 (R\$ 574.213 em 31 de dezembro de 2019), referente cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre a indenização recebida por conta da renovação das concessões, conforme medida provisória 579/2012, convertida em lei 12.783/2013. Em julho de 2020 houve julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa em face da sentença da ação declaratória. Foi desprovido, por unanimidade, o recurso da empresa sob o entendimento de que:

- (i) Incidência tributária independeria da denominação do rendimento. Ainda que se trata-se de acréscimo indenizatório, poderia haver a incidência dos tributos;
- (ii) A empresa e a União firmaram mera repactuação contratual, para prorrogar a concessão. Não teria ocorrido propriamente a reversão, pois isso pressuporia a extinção da concessão; e
- (iii) A reversão seria instituto essencialmente, distinto da desapropriação, pois não haveria transferência compulsória dos bens ao Poder Público.

Apesar do julgamento desfavorável, não pode a Fazenda intentar atos de cobrança, haja vista a vigente decisão proferida no Mandado de Segurança nº 50163442320184047200, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da ação declaratória. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração.

Furnas

- Processo administrativo

Trata-se de processo judicial, no valor de R\$ 1.903.685 (R\$ 1.858.049 em 31 de dezembro de 2019), que visa discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da Fundação Real Grandeza - FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por tratar-se de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas.

- PIS/COFINS

Auto de infração, no valor de R\$ 1.282.226 (R\$ 1.438.031 em 31 de dezembro de 2019), lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento ou declaração para o PIS/COFINS. Compensação

Notas Explicativas



realizada sem apresentação do documento hábil PER/DCOMP; o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial.

- IRPJ e CSLL – Crédito tributário

Execução Fiscal ajuizada pela União, no valor de R\$ 818.334 (R\$ 863.086 em 31 de dezembro de 2019), para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado pela controlada Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença nos Embargos à Execução Fiscal julgando parcialmente procedente a mesma, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento. Importante informar que a multa fora aplicada de forma abusiva e a sentença a excluiu. A multa representa aproximadamente 83% da cobrança.

- Auto de infração – prejuízo fiscal

Auto de Infração no valor de R\$ 815.434 (R\$ 673.225 em 31 de dezembro de 2019), lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2010 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada. Contra a decisão a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial de Divergência que aguarda julgamento. Processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP, por ter tido decisão final administrativa quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo que segue em análise pelo CARF das outras matérias.

- IRPJ e CSLL – Processo administrativo

Processo Administrativo no valor de R\$ 507.989 (R\$ 528.363 em 31 de dezembro de 2019), relativo ao lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multas de estimativa e de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão de R\$ 908.298 realizada por Furnas da base de cálculo do tributos acima mencionados referentes ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica nº 062/2001 – ANEEL, de 04/12/2012. Furnas, naquele momento, entendeu que este montante possuía caráter indenizatório e, por esta razão, estaria isenta de tributação. Processo se encontra em fase final administrativa, tendo tido julgamento desfavorável do CARF. Está em análise quanto a levar a discussão para a esfera judicial em razão de tratar-se de verba indenizatória, e não haver precedente de Tribunais Superiores quanto à matéria.

- ICMS – UTE Santa Cruz

Furnas ajuizou ação anulatória, no valor de R\$ 447.662, para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia. Em sua defesa, Furnas discute a natureza do benefício fiscal (condicionado), na medida em que o diferimento de ICMS nas aquisições de gás deu-se em troca da criação e/ou expansão de Usinas/UTE's com o objetivo de incrementar a geração de energia termoeletrica para enfrentamento da crise energética da época. Argumenta, ademais, a impossibilidade de o Estado vincular o pagamento do tributo a uma operação imune. O Estado do Rio de Janeiro apresentou contestação alegando que o diferimento é prorrogação do momento do pagamento do imposto e ainda não houve sentença.

Notas Explicativas



- Antecipação de garantia de débitos

Trata-se de ação de antecipação de garantia dos débitos constantes do PTA nº 16682.720394/2020-86, no valor de R\$ 203.663, que, comportou os débitos transferidos do PTA nº 16682.721073/2014-51 relativamente à utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e compensado no ano-calendário de 2009, bem como dos valores não pagos por conta da compensação sem PER/DCOMP no período. No PTA nº 16682.721073/2014-51 permanece a discussão quanto à multa isolada em função da suposta insuficiência no recolhimento das estimativas.

Chesf

- Indenização referente à Usina de Xingó - ICMS

Ação movida pelo Município de Canindé do São Francisco, requerendo o DVA devido em face de valor recebido da União Federal pela Chesf, pertinente à indenização referente à Usina de Xingó. O Município de Canindé do São Francisco pleiteia que o Estado de Sergipe proceda a inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318. Em 28 de agosto de 2020, sobreveio sentença, corrigindo o valor da causa para R\$ 52.970 julgando improcedente o pedido do Município de Canindé do São Francisco. A Chesf classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R\$ 52.970 (R\$ 2.925.318 em 31 de dezembro de 2019).

33.2.3 - Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 4.500.051 (R\$ 5.900.822 em 31 de dezembro de 2019), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Eletronuclear

- Sindicato dos Engenheiros do Estado do RJ – SENGE

A controvérsia principal cujo valor envolvido em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 574.020 (R\$ 527.931 em 31 de dezembro de 2019) reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da Unidade de Referência de preços - URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R\$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União – AGU ingressou nos autos.

A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da controlada Eletronuclear, ao explicitar que:

- a) A decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado;
- b) O valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo. Em novembro de 2017 foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Eletronuclear. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo especificam da URP de fevereiro de 1989 foram pagos.

Em março de 2018 foi publicado, destinada à parte autora, para que oferte manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré.

Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Eletronuclear pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Eletronuclear foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Foram interpostos embargos de declaração

Notas Explicativas

pela Eletronuclear, sem decisão de julgamento publicada. Foi publicada decisão em julho de 2019 para a Eletronuclear pagar honorário do perito do Juízo, o que já foi realizado.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

NOTA 34 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

Usina	31/12/2020		31/12/2019	
	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente
Angra 1 (a)	3.017.913	(1.300.090)	1.717.823	1.554.201
Angra 1 *	-	-	-	237.770
	<u>3.017.913</u>	<u>(1.300.090)</u>	<u>1.717.823</u>	<u>1.791.971</u>
Angra 2 (a)	3.457.180	(2.134.992)	1.322.188	938.265
Angra 2 *	-	-	-	399.143
	<u>3.457.180</u>	<u>(2.134.992)</u>	<u>1.322.188</u>	<u>1.337.408</u>
Total	<u>6.475.093</u>	<u>(3.435.082)</u>	<u>3.040.011</u>	<u>3.129.379</u>

* Refere se a Constituição do Passivo para Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado.

a) Descomissionamento

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas term nucleares de sua controlada Eletronuclear, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional. Os valores correspondentes aos passivos totais de desmobilização de ativos ajustados a valor presente são referentes à Angra 1, com validade da licença até 31 de dezembro de 2024 (em novembro de 2019, foi solicitado à CNEN a extensão de vida útil de Angra I de 40 para 60 anos) e referentes à Angra 2, com validade da licença até 31 de agosto de 2040.

O valor correspondente ao passivo de descomissionamento ajustado a valor presente em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.040.011 (R\$ 2.497.466 em 31 de dezembro de 2019).

Prática contábil

O descomissionamento de usinas nucleares pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

Notas Explicativas

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termoeletrônicas. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

NOTA 35 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

35.1- Compra de energia

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	1.003.458	1.003.458	1.003.458	355.622	-	-
Furnas	884.723	839.464	1.038.768	1.031.850	1.005.103	5.342.248
CGT Eletrosul	660.908	644.461	407.749	397.004	397.163	3.106.350
Chesf	230.449	224.650	236.250	222.880	223.490	2.277.890
Total	2.779.538	2.712.033	2.686.225	2.007.356	1.625.756	10.726.488

35.2- Fornecedores de combustíveis

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	3.105.931	3.105.931	3.114.440	3.105.931	3.105.931	12.159.933
Eletronuclear	51.763	2.023	78.329	177.177	72.828	13.015.913
CGT Eletrosul	89.946	89.946	89.946	-	-	-
Furnas	185	185	185	185	185	-
Total	3.247.825	3.198.085	3.282.900	3.283.293	3.178.944	25.175.846

A controlada Eletronuclear que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra 3.

Na Eletronorte existe o compromisso de longo prazo da sua controlada Amazonas GT referente à compra de gás natural para fins de geração de termoeletrônica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas – CIGÁS. O prazo final do contrato é 30 de novembro de 2030.

35.3- Venda de Energia

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	5.313.670	1.874.804	1.916.907	2.004.997	2.058.597	7.096.839
Eletronuclear	3.424.500	3.424.500	3.424.500	3.424.500	3.424.500	6.849.000
Furnas	2.388.835	2.382.902	2.373.537	2.371.210	2.370.700	33.198.291
CGT Eletrosul	1.038.928	1.039.019	1.044.019	1.043.999	1.043.999	6.234.147
Chesf	356.210	711.180	801.370	815.370	825.790	8.474.060
Total	12.522.143	9.432.405	9.560.333	9.660.076	9.723.586	61.852.337

Notas Explicativas**35.4- Compromissos socioambientais**

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronuclear	70.169	80.440	67.007	67.007	56.533	-
Fumas	43.841	39.286	44.787	33.946	30.928	-
Eletronorte	9.731	7.203	7.203	2.563	2.563	5.127
Total	123.741	126.929	118.997	103.516	90.024	5.127

Angra 3

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios socioambientais específicos vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

35.5- Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026
Eletronuclear	644.571	192.908	297.935	36.480	-
Chesf	225.830	103.129	32.384	18.857	986
Total	870.401	296.037	330.319	55.337	986

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à manutenção operacional desses ativos.

35.6- Aquisição de insumos

Empresas	2022	2023	2024	2025
CGT Eletrosul	29.352	29.352	14.676	14.676

A controlada CGT Eletrosul adquire cal para controle das emissões de resíduos das suas usinas.

35.7- Compromissos – Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

35.7.1 - Uso do bem público

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
SINOP	1.966	1.974	1.982	4.736	4.736	9.473
UHE Simplicio/UHE Batalha	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	26.593
Total	3.672	3.680	3.688	6.442	6.442	36.066

35.7.2 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em SPE, relativos a AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Itaguaçu da Bahia	328.336	309.433	-	-	-	-
Teles Pires	43.278	38.024	36.668	35.124	16.788	59.337
Brasil Ventos	10.410	10.618	10.828	11.042	-	-
Venture Capital	5.000	5.000	5.000	5.000	-	-
Total	387.024	363.075	52.496	51.166	16.788	59.337

35.8- Outros Compromissos

A controlada CGT Eletrosul tem firmado contratos para o uso do sistema de transmissão, distribuição e da rede básica com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS e contratos para operação e manutenção da Usina Governador Jayme Canet Júnior e das Eólicas Cerro Chato I, Cerro Chato II, Cerro Chato III, Coxilha Seca, Galpões, Capão do Inglês e Ibirapuitã. O prazo desses contratos é, exceto o contrato de operação e manutenção da Usina Governador Jayme Canet Júnior, inferior ao

Notas Explicativas



prazo de concessão. Os contratos possuem parcelas fixas atualizadas pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA.

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
CGT Eletrosul	134.929	82.047	76.247	39.339	34.709	509.863

Prática Contábil

A Companhia divulga, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), separadamente do valor de outros compromissos. Adicionalmente, a Companhia divulga os compromissos de compra e venda de energia, compromissos socioambientais, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 36 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Provisão de férias	20.445	15.812	263.157	287.292
Processos de desligamento	-	636	181.174	158.218
Folha de Pagamento	57.874	62.974	191.780	240.343
Encargos sobre férias	11.884	10.092	142.359	148.861
Provisão 13º salário	26.679	21.925	31.497	22.839
Participações nos Lucros/Resultados	38.567	28.265	504.995	409.412
Encargos sobre 13º salário	1.662	165	33.844	37.668
Contribuição Previdenciária	8.876	7.237	70.317	12.475
Outros	1.357	-	35.025	14.149
	<u>167.344</u>	<u>147.106</u>	<u>1.454.148</u>	<u>1.331.257</u>
Não circulante				
Processos de desligamento	-	-	214.283	242.259
TOTAL	<u>167.344</u>	<u>147.106</u>	<u>1.668.431</u>	<u>1.573.516</u>

Prática contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

NOTA 37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 39.057.271 (R\$ 31.305.331 em 31 de dezembro de 2019) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2020, conforme a seguir:

ACIONISTA	31/12/2020							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL		
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDSPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,91
Banco Clássico	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18
Fundos 3G Radar	190.045	0,01	-	-	31.437.673	11,23	31.627.718	2,01
American Depositary Receipts – ADR's	38.663.271	3,00	-	-	5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Outros	300.260.306	23,30	146.920	100,00	206.314.087	73,70	506.721.313	32,30
	<u>1.288.842.596</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>100,00</u>	<u>279.941.394</u>	<u>100,00</u>	<u>1.568.930.910</u>	<u>100,00</u>

Notas Explicativas



Do total das 599.011.556 ações em poder dos minoritários, 233.873.906, ou seja, 39% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 136.376.293 ações ordinárias, 28 de preferenciais ações classe "A" e 97.497.585 ações preferenciais da classe "B".

37.1. Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

37.2 Reservas de lucros

37.2.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

37.2.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

37.2.3 - Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício: I - 1% a título de reserva para estudos e projetos; e II - 50%, a título de reserva para investimentos.

37.2.4 - Reserva Especial de Dividendos

A Companhia constituiu, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 2.291.889 em reserva especial de dividendos, com base no artigo 202, parágrafos 4º e 5º, Lei 6.404/1976, e em janeiro de 2021 foi realizado o pagamento, a título de dividendos intermediários.

37.3 Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Lucro Líquido	31/12/2020	31/12/2019
Saldo para Destinação do Exercício	6.338.688	10.697.124
Reserva Legal	(316.934)	(534.856)
Realização de reserva de reavaliação	2.757	-
Dividendos prescritos	4.044	-
Ajustes CPC 45/IFRS 9 e CPC 47/IFRS 15	182.523	(157.205)
Dividendos Obrigatórios	(1.507.139)	(2.540.567)
Subtotal a distribuir	4.703.939	7.464.496
Constituição de Reservas Estatutárias e Retenção de Lucros	(4.703.939)	(7.464.496)
Saldo a Distribuir do exercício	-	-

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

Notas Explicativas



Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa; e
- Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas à distribuição de dividendos.

NOTA 38 – RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

31/12/2020				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Lucro do Exercício	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.254.102	147	277.444	
% de ações em relação ao total	81,88%	0,01%	18,11%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	4,06	4,47	4,47	
Resultado por ação básico líquido	4,06	4,47	4,47	

31/12/2019 (Reapresentado)				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	6.234.543	927	1.674.592	7.910.061
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	2.589.148	385	695.442	3.284.975
Lucro do Exercício	8.823.691	1.312	2.370.034	11.195.036
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	5,74	6,31	6,31	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	2,38	2,62	2,62	
Resultado por ação básico líquido	8,12	8,93	8,93	

Notas Explicativas



(b) Diluído

Em 31 de dezembro de 2020, com base no saldo passivo referente ao empréstimo compulsório, foi simulada a diluição com incremento de 22.358.186 ações preferenciais B no lucro por ação, conforme apresentado abaixo.

31/12/2020					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Lucro do Período	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.254.102	147	22.358	277.444	
% de ações em relação ao total	80,99%	0,01%	1,41%	17,59%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	4,00	4,40	4,40	4,40	
Resultado por ação diluído (R\$)	4,00	4,40	4,40	4,40	
31/12/2019 (Reapresentado)					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	6.337.062	795	58.131	1.514.074	7.910.061
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	2.631.722	330	24.142	628.782	3.284.975
Lucro do Período	8.968.784	1.125	82.273	2.142.856	11.195.036
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.288.843	147	10.748	279.941	
% de ações em relação ao total	81,59%	0,01%	0,68%	17,72%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	4,92	5,41	5,41	5,41	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R\$)	2,04	2,25	2,25	2,25	
Resultado por ação diluído (R\$)	6,96	7,66	7,65	7,65	

Prática contábil

A companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

Para calcular o resultado diluído por ação, a Companhia deve presumir o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores, o único efeito diluidor encontrado foi referente à conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos devem ser considerados como tendo sido recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

Notas Explicativas



NOTA 39 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Geração				
Suprimento	204.379	79.139	14.425.819	15.870.784
Fornecimento	-	-	2.661.499	2.282.200
CCEE	-	-	1.176.156	1.353.218
Receita de operação e manutenção	-	-	3.982.409	3.549.019
Receita de construção	-	-	37.800	49.353
Repasse Itaipu	(13.566)	269.432	(13.566)	269.432
	190.813	348.571	22.270.117	23.374.006
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	-	-	5.443.107	4.927.283
Receita de construção	-	-	778.202	747.897
Receita financeira contratual	-	-	6.026.214	5.857.486
	-	-	12.247.523	11.532.666
Outras receitas	77.540	90.469	710.591	768.764
	268.353	439.040	35.228.231	35.675.436
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) ICMS	-	-	(995.304)	(926.475)
(-) PASEP e COFINS	28.683	(72.515)	(3.310.459)	(3.253.511)
(-) Encargos setoriais	-	-	(1.832.748)	(1.771.906)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	(9.207)	(9.280)
	28.683	(72.515)	(6.147.718)	(5.961.172)
Receita operacional líquida	297.036	366.525	29.080.513	29.714.264

Prática contábil

Reconhecimento de receita

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15.

a) Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica

A Companhia avaliou que existem duas obrigações de desempenho nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, sendo elas a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade.

Notas Explicativas



De acordo com o CPC 47/IFRS 15, qualquer contraprestação cuja obrigação de desempenho tenha sido executada e transferida ao cliente, mas ainda não é devida, deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia desreconheceu seus ativos financeiros líquidos de transmissão e ativos de contrato foram reconhecidos.

b) Receita do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Na relação estabelecida entre a Eletrobras e os agentes/fornecedores do PROINFA, a Companhia conclui que os fornecedores detêm o controle da energia que geram ou têm capacidade de gerar e transferem diretamente para os consumidores o controle da energia, sem interferência significativa da Eletrobras. Portanto, neste caso, a Eletrobras não tem condições de determinar ou de interromper o fornecimento de energia, exceto se o fornecedor não atender as condições de credenciamento estabelecidas pela regulação que criou o PROINFA. Neste sentido, com base nos requerimentos contidos no CPC 47/IFRS 15, a Companhia concluiu que atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subseqüentemente vendidos ao consumidor, conforme apresentado acima, havendo assim uma modificação no papel da Eletrobras. Considerando as mudanças conceituais no modelo de “riscos e benefícios” da norma CPC 30/IAS 18, principalmente a desconsideração do risco de crédito e a menor ênfase quanto à responsabilidade da Eletrobras pela aceitação quanto à fonte de energia gerada e capacitação do fornecedor credenciado por ela, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas, custos e receitas financeiras dessas operações estão sendo apresentadas líquidas na mesma linha na demonstração de resultados.

c) Venda de energia e serviços

c.1) Geração

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

Para as concessões de geração prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

c.2) Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

NOTA 40 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Notas Explicativas



CONTROLADORA

	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	-	(417.369)	(417.369)	-	(468.882)	(468.882)
Material	-	(1.155)	(1.155)	-	(1.856)	(1.856)
Serviços	-	(238.680)	(238.680)	-	(331.722)	(331.722)
Energia comprada para revenda	(175.124)	-	(175.124)	(67.019)	-	(67.019)
Depreciação	-	(12.802)	(12.802)	-	(13.386)	(13.386)
Amortização	-	(11)	(11)	-	-	-
Doações e contribuições	-	(105.174)	(105.174)	-	(117.058)	(117.058)
(Provisões)/Reversões operacionais (40.1)	-	(3.608.305)	(3.608.305)	-	(714.233)	(714.233)
Outros	-	(169.354)	(169.354)	-	(112.233)	(112.233)
Total	(175.124)	(4.552.850)	(4.727.974)	(67.019)	(1.759.370)	(1.826.389)

CONSOLIDADO

	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(2.105.497)	(2.637.355)	(4.742.852)	(3.206.475)	(2.621.131)	(5.827.606)
Material	(228.815)	(44.849)	(273.664)	(231.429)	(48.344)	(279.773)
Serviços	(975.210)	(987.662)	(1.962.872)	(1.074.609)	(1.096.299)	(2.170.908)
Energia comprada para revenda	(2.400.358)	-	(2.400.358)	(2.162.318)	-	(2.162.318)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(2.500.315)	-	(2.500.315)	(2.265.358)	-	(2.265.358)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.092.135)	-	(2.092.135)	(2.107.161)	-	(2.107.161)
Construção	(966.443)	-	(966.443)	(915.117)	-	(915.117)
Depreciação	(1.637.730)	(133.912)	(1.771.642)	(1.559.314)	(147.824)	(1.707.138)
Amortização	(59.275)	(31.952)	(91.227)	(66.079)	(34.212)	(100.291)
Doações e contribuições	-	(167.408)	(167.408)	-	(156.166)	(156.166)
(Provisões)/Reversões operacionais (40.1)	(302.563)	(7.070.988)	(7.373.551)	60.055	(2.065.863)	(2.005.808)
Indenizações perdas e danos (a)	-	(651.407)	(651.407)	-	(199.054)	(199.054)
Outros	(158.679)	(1.219.043)	(1.377.722)	(231.050)	(985.730)	(1.216.780)
Total	(13.427.020)	(12.944.576)	(26.371.596)	(13.758.855)	(7.354.623)	(21.113.478)

a) Indenizações perdas e danos – Furnas

Em dezembro de 2020, foi realizado um acordo entre a controlada Furnas e a empresa Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light), para a quitação de uma ação na Vara Cível, visto o resultado desfavorável para a controlada. A ação tratava sobre a declaração de nulidade das Portarias nº 036, 037, 040, 049 e 075/1986, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

O acordo consistiu em aproveitamento de oportunidade de redução de passivos por parte da Controlada, à luz a Política de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras, e prevê o pagamento de R\$ 496.000, dividido em 3 parcelas. A primeira parcela, de R\$ 336.000, foi quitada em dezembro de 2020, a segunda parcela de R\$ 40.000, deverá ser quitada em dezembro de 2021, a terceira e última parcela de R\$ 120.000, deverá ser quitada em março de 2022, sendo certo que poderá ser realizada por meio de transferência de ativos, no todo ou em parte, cujos valores ainda serão apurados pelas áreas competentes até março de 2022.

40.1 - Provisões/Reversões Operacionais

Notas Explicativas



Eletrobras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019
Contingências (a)	(2.642.394)	(609.124)	(4.187.904)	(1.757.494)
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos (b)	(513.817)	6.753	(679.801)	334.100
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório (c)	(345.393)	-	(345.393)	-
PECLD - Financiamentos e empréstimos	(139.237)	(356.202)	(139.237)	(356.202)
PECLD - Consumidores e revendedores (d)	-	-	(804.865)	(267.938)
Provisão ANEEL - CCC	(63.525)	-	(63.525)	53.063
Passivo a descoberto em controladas	119.223	257.306	-	-
Garantias	12.395	101.274	12.395	101.274
Contratos onerosos	-	-	(89.053)	179.003
Usina Candiota III - Inflexibilidade (e)	-	-	(50.582)	-
Usina Candiota III - Carvão (e)	-	-	(76.345)	-
Parcela de ajuste RAP (f)	-	-	(223.881)	-
GAG melhoria	-	-	(177.588)	(209.917)
Impairment de ativos de longo prazo (g)	-	-	(441.664)	121.581
Outras	(35.557)	(114.240)	(106.108)	(203.278)
	<u>(3.608.305)</u>	<u>(714.233)</u>	<u>(7.373.551)</u>	<u>(2.005.808)</u>

- a) Este montante se refere, principalmente, ao processo com a Gerdau e outros credores do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica. Maiores detalhes nota 33.
- b) Provisão/Reversão para perdas em investimentos inclui a provisão para perdas dos investimentos das SPEs e das Companhias mantidas para venda ocorridas no exercício. O valor de R\$ 679.801 refere-se as perdas reconhecidas no processo de alienação dos Complexos eólicos (Campos Neutrais e Eólicas do Sul) no valor de R\$ 415.671 e Manaus Transmissora de Energia (MTE) no montante de R\$ 98.146. Maiores detalhes nota 46. As perdas no valor de R\$ 165.985 estão relacionadas as SPE conforme demonstrado na nota 20.2.
- c) O montante de R\$ 345.393 referente à Provisão para Implantação de Ações de Empréstimo Compulsório é devido à atualização do valor do passivo pelo valor de mercado das ações preferenciais B e do montante equivalente aos proventos não prescritos, para maiores detalhes nota explicativa 27.
- d) A variação se refere, substancialmente, a atualização do contas a receber da controlada Chesf ocasionando o registro de PECLD sobre consumidores e concessionárias, tendo como principais destaques: (i) Ligas do Brasil - Libra, R\$ 102,5 milhões; (ii) Energisa Sergipe, R\$ 30 milhões; e (iii) Companhia Energética de Alagoas - CEAL, R\$ 9,7 milhão; e 358,9 milhões referem-se a dívida da Amazonas Energia com a Amazonas GT.
- e) Em 28 de junho de 2020, ocorreu um evento de falha no conjunto turbina/gerador da Usina Candiota III, sem registros aparentes de danos para os demais equipamentos. As atividades retornaram na segunda quinzena de novembro de 2020. Considerando os cenários atuais para PLD, a Companhia provisionou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para fazer frente ao período fora de operação, o montante de R\$ 50.582 para cumprimento da inflexibilidade e complementou o montante de R\$ 76.345 pela indisponibilidade, com provisão total de R\$ 126.927 contabilizada em fornecedores de energia elétrica.
- f) O montante refere-se aos valores provisionados pela controlada CGT Eletrosul devido à postergação da revisão dos custos de administração, operação e manutenção, de 1º de julho de 2018 para 1º de julho de 2020, ocorrido no processo de revisão tarifária do contrato de concessão 057/2001. O valor será devolvido na RAP em 36 parcelas a partir de julho de 2020.
- g) *Impairment* de ativos de longo prazo inclui o saldo de provisão/reversão dos ativos imobilizados e intangíveis das controladas que são anualmente testadas e registrados na nota 23. No exercício de 2020 destacamos como principais eventos o reconhecimento do *impairment* no montante de R\$ 611.416 na UTE Candiota e a reversão no montante R\$ 215.800 na UTE Santa Cruz.

Notas Explicativas



NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Receitas Financeiras				
Receitas de juros, comissões e taxas	1.367.694	2.121.894	863.828	876.212
Receita de aplicações financeiras	695.384	434.807	972.602	763.016
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	1.525	2.306	341.672	252.112
Outras receitas financeiras	177.028	343.069	343.688	532.054
	<u>2.241.631</u>	<u>2.902.076</u>	<u>2.521.790</u>	<u>2.423.394</u>
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.700.741)	(2.040.736)	(2.853.532)	(3.247.747)
Encargos sobre arrendamentos	(5.562)	(6.230)	(367.234)	(340.819)
Encargos sobre recursos de acionistas	(23.814)	(230.850)	(81.766)	(271.130)
Remuneração para Fundo de Descomissionamento de Usinas Termonucleares	(405.281)	(119.006)	-	-
Outras despesas financeiras	(636.777)	(889.840)	(962.160)	(1.407.838)
	<u>(2.772.175)</u>	<u>(3.286.662)</u>	<u>(4.264.692)</u>	<u>(5.267.534)</u>
Outros resultados financeiros, líquidos				
Atualizações monetárias	350.748	705.788	283.376	416.959
Variações cambiais (a)	21.099	102.195	(544.137)	35.008
Derivativos	-	-	332.017	(56.613)
	<u>371.847</u>	<u>807.983</u>	<u>71.256</u>	<u>395.354</u>
Resultado Financeiro	<u>(158.697)</u>	<u>423.397</u>	<u>(1.671.646)</u>	<u>(2.448.786)</u>

- a) A despesa de variação cambial líquida no montante de R\$ 544.137 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (receita R\$ 35.008 em 31 de dezembro de 2019) foi impulsionada principalmente pela alta do dólar frente ao real, que impactou negativamente os saldos de financiamentos a pagar em moeda estrangeira da Eletrobras no montante de R\$ 2.169.428. Este impacto foi parcialmente reduzido pela variação cambial positiva dos empréstimos a receber no montante de R\$ 1.956.939.

Prática Contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referente as aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

NOTA 42 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

42.1- Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 25, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (sem considerar o caixa/TVM restrito), apresentados nas notas 6 e 8. O

Notas Explicativas



capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a exposição líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	47.002.033	47.899.641
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(286.607)	(335.307)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(13.993.294)	(10.742.766)
Exposição líquida	32.722.132	36.821.568
(+) Total do Patrimônio Líquido	73.751.294	71.159.265
Total do Capital	106.473.426	107.980.833
Índice de Alavancagem Financeira	31%	34%

42.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
ATIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		23.657.357	30.458.710	26.102.060	28.622.140
Empréstimos e financiamentos		17.134.396	23.403.194	10.924.899	14.276.816
Direitos de Ressarcimento		5.583.447	5.382.834	5.588.131	5.464.005
Ativo Financeiro - Geração		-	-	2.096.717	2.077.912
Ativo Financeiro - Itaipu		455.820	1.202.493	455.820	1.202.493
Clientes		481.109	468.429	7.033.556	5.566.684
Títulos e Valores Mobiliários		2.585	1.760	2.937	34.230
Valor justo por meio do resultado		9.835.807	8.400.711	16.658.334	12.558.094
Títulos e Valores Mobiliários	2	8.060.350	7.159.978	13.990.357	10.708.536
Fundo para descomissionamento	2	1.753.827	1.222.393	1.753.827	1.222.393
Caixa e equivalentes de caixa	2	21.630	18.202	286.607	335.307
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	138	627.543	291.858
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.011.911	1.970.479	2.093.279	2.056.990
Investimentos (Participações Societárias)	1	2.011.911	1.970.479	2.093.279	2.056.990
PASSIVOS FINANCEIROS					
Custo amortizado		30.133.767	35.672.889	53.687.417	54.090.209
Empréstimos, financiamentos e debêntures		27.998.275	33.318.501	47.002.033	47.899.641
Obrigações de ressarcimento		1.373.656	1.796.753	1.640.767	1.796.753
Fornecedores		705.908	494.133	3.920.607	3.113.612
Arrendamentos		55.928	63.502	1.053.194	1.207.189
Concessões a Pagar UBP		-	-	70.816	73.014
Valor justo por meio do resultado		-	683	10.014	5.683
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	683	10.014	5.683

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Notas Explicativas



O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

42.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

42.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas,

Notas Explicativas



reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para as taxas de câmbio, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

- Risco de apreciação das taxas de câmbio

		Saldo em 31/12/2020		CONSOLIDADO		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2020 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
	Empréstimos e financiamentos	(2.145.138)	(11.147.641)	57.278	(2.715.313)	(5.487.904)
USD	Empréstimos concedidos	808.296	4.200.471	(21.581)	1.023.142	2.067.864
	Ativo financeiro - Itaipu	272.504	1.416.128	(7.282)	344.929	697.141
	Impacto no resultado	(1.064.338)	(5.531.042)	28.415	(1.347.242)	(2.722.899)
	EURO					
	Empréstimos e financiamentos	(48.770)	(311.052)	(1.605)	(79.769)	(157.933)
	Impacto no resultado	(48.770)	(311.052)	(1.605)	(79.769)	(157.933)
	Impacto no resultado das taxas de câmbio			26.810	(1.427.011)	(2.880.832)
⁽¹⁾ Premissas adotadas:		31/12/2020		Provável	+25%	+50%
	USD		5,20	5,17	6,46	7,76
	EURO		6,38	6,41	8,01	9,62
	IENE		0,05	0,05	0,06	0,08

42.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa *Libor*.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa *Libor* e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2020 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela OCDE.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da *LIBOR*. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do

Notas Explicativas



cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar está apresentado no item (a.1) desta nota.

a.1) LIBOR

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO				
		Saldo da dívida/Valor Nocial em 31/12/2020		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2020 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
LIBOR	Empréstimos e financiamentos	(118.216)	(614.331)	(278)	(348)	(417)
	Derivativos	(1.927)	(10.014)	(5)	(6)	(7)
	Total	(120.143)	(624.345)	(283)	(354)	(424)
(1) Premissas adotadas:			31/12/2020	Provável	25%	50%
	USD		5,20	5,17	6,46	7,76
	LIBOR		0,26%	0,23%	0,29%	0,35%

a.2) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 31/12/2020	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2020 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(18.968.978)	(550.373)	(687.966)	(825.559)
	Impacto no resultado	(18.968.978)	(550.373)	(687.966)	(825.559)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.094.597)	(212.838)	(266.047)	(319.257)
	Direito de ressarcimento	2.501.312	75.039	93.799	112.559
	Impacto no resultado	(4.593.285)	(137.799)	(172.248)	(206.698)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.260.994)	(248.555)	(310.694)	(372.833)
	Impacto no resultado	(5.260.994)	(248.555)	(310.694)	(372.833)
IGPM	Empréstimos concedidos	192.935	20.065	25.082	30.098
	Passivo de arrendamento	(1.053.194)	(109.532)	(136.915)	(164.298)
	Impacto no resultado	(860.259)	(89.467)	(111.833)	(134.200)
IPCA	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.877.059)	(164.357)	(205.446)	(246.535)
	Empréstimos concedidos	129.541	4.366	5.457	6.548
	Direito de ressarcimento	3.086.819	104.026	130.032	156.039
	Impacto no resultado	(1.660.699)	(55.965)	(69.957)	(83.948)
Impacto no resultado dos índices			(1.082.159)	(1.352.698)	(1.623.238)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2020	Provável	+25%	+50%
	CDI	1,90%	2,90%	3,63%	4,35%
	SELIC	2,00%	3,00%	3,75%	4,50%
	TJLP	4,55%	4,72%	5,91%	7,09%
	IGPM	23,14%	10,40%	13,00%	15,60%
	IPCA	4,38%	3,37%	4,21%	5,06%

42.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Eletrobras, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia

Notas Explicativas



elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos (nota 11), exceto pelas operações financeiras com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 34% do saldo em aberto.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundo extra mercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na SELIC, havendo exposição a risco de crédito menor em relação aos demais instrumentos.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como obrigação a realização de aplicações das suas disponibilidades financeiras somente com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil S.A., seguindo a resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil. Esses bancos possuem baixo risco, e com seus *ratings* revisados por agências de classificações de risco de crédito.

A Companhia possui a norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de *swap*, mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora e controladas. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada e consta na nota 25.3.

42.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos das Empresas Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que as Empresas Eletrobras devem quitar as respectivas obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA				
	31/12/2020				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	10.959.365	4.787.289	10.887.782	7.853.030	34.487.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.869.828	4.777.082	10.851.556	7.835.998	32.334.464
Obrigações de Ressarcimento	1.373.656	-	-	-	1.373.656
Fornecedores	705.908	-	-	-	705.908
Arrendamentos	9.973	10.207	36.226	17.032	73.438

Notas Explicativas



CONTROLADORA					
31/12/2019					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	9.151.904	15.816.946	7.174.368	8.238.005	40.381.223
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.853.444	15.805.658	7.141.278	8.226.456	38.026.836
Obrigações de Ressarcimento	1.796.753	-	-	-	1.796.753
Fornecedores	494.133	-	-	-	494.133
Arrendamentos	7.574	11.288	33.090	11.549	63.501
CONSOLIDADO					
31/12/2020					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	19.443.434	8.885.947	15.101.480	16.174.660	59.605.521
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.678.958	8.798.046	14.756.060	15.580.546	52.813.610
Fornecedores	3.904.051	16.556	-	-	3.920.607
Obrigações de Ressarcimento	1.618.508	22.259	-	-	1.640.767
Arrendamentos	237.055	44.423	332.794	545.449	1.159.721
Concessões a Pagar UBP	4.862	4.663	12.626	48.665	70.816
CONSOLIDADO					
31/12/2019					
Fluxo de pagamento					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	15.412.375	19.696.974	11.600.831	15.876.498	62.586.678
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.276.295	19.452.195	10.945.005	15.599.572	56.273.067
Fornecedores	3.092.676	20.936	-	-	3.113.612
Obrigações de Ressarcimento	1.796.753	-	-	-	1.796.753
Arrendamentos	242.055	219.635	643.834	224.708	1.330.232
Concessões a Pagar UBP	4.596	4.208	11.992	52.218	73.014

42.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e
- Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

Derivativo embutido	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Fornecimento de energia elétrica (42.4.1)	627.543	470.657	313.772	784.429	941.315
Opção de conversão em ações (42.4.2)	10.014	10.014	5.007	12.518	15.021

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

42.4.1 - Fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere-se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujos quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

Notas Explicativas



Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela acima. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI.

42.4.2 - Opção de conversão de ações

A Estação Transmissora de Energia S.A., empresa incorporada à controlada Eletronorte, firmou contrato de debêntures, a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora, o qual possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Eletronorte,

Na análise de sensibilidade foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Eletronorte.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o FDA, por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da Companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a valor de mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada. Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48 / IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

1) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Notas Explicativas



2) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

3) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

- Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou

Notas Explicativas

alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia (Nota 25.3). Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 40).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

NOTA 43 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da companhia divulgados separadamente são:

- I. Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- II. Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- III. Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa de todas as Empresas Eletrobras, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPEs, cujo monitoramento e gestão é feito de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

	31/12/2020				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita Operacional Líquida	305.324	18.708.084	10.438.928	(371.823)	29.080.513
Custos Operacionais	(255.702)	(10.085.165)	(3.435.658)	349.505	(13.427.020)
Despesas Operacionais	(8.982.617)	(2.747.007)	(1.237.270)	22.318	(12.944.576)
Receita tarifária periódica	-	-	4.228.338	-	4.228.338
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(8.932.995)	5.875.912	9.994.338	-	6.937.255
Resultado Financeiro					(1.671.646)
Resultado de Participações Societárias					1.670.903
Outras receitas e despesas					16.134
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(565.333)
Lucro Líquido do Exercício					6.387.313

Notas Explicativas



31/12/2019 (Reapresentado)

	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	194.692	19.833.995	10.073.410	(387.833)	29.714.264
Custos Operacionais	(67.019)	(8.241.933)	(5.799.278)	349.374	(13.758.855)
Despesas Operacionais	(3.923.077)	(1.821.961)	(1.648.043)	38.459	(7.354.623)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(3.795.404)	9.770.101	2.626.089	-	8.600.786
Resultado Financeiro					(2.448.786)
Resultado de Participações Societárias					1.041.071
Outras receitas e despesas					24.715
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					630.659
Lucro Líquido do Exercício					7.848.445

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos da Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

Receita bruta, após eliminações, de clientes externos por segmento antes das deduções de impostos:

	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Suprimento	14.425.819	-	14.425.819	15.870.784	-	15.870.784
Fornecimento	2.661.499	-	2.661.499	2.282.200	-	2.282.200
CCEE	1.176.156	-	1.176.156	1.353.218	-	1.353.218
Receita de O&M	3.982.409	5.443.107	9.425.516	3.549.019	4.927.283	8.476.302
Receita de construção	37.800	778.202	816.002	49.353	747.897	797.250
Repasse Itaipu	(13.566)	-	(13.566)	269.432	-	269.432
Receita contratual	-	6.026.214	6.026.214	-	5.857.486	5.857.486
Total da receita bruta	22.270.117	12.247.523	34.517.640	23.374.006	11.532.666	34.906.672

Receita Intersegmento

	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Administração	Geração	Total	Administração	Geração	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	-	349.505	349.505	-	349.374	349.374
Receita de juros do segmento de geração	173.163	-	173.163	877.512	-	877.512
Receita de juros do segmento de transmissão	361.959	-	361.959	373.220	-	373.220
Total	535.122	349.505	884.627	1.250.732	349.374	1.600.106

Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2020				31/12/2019			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	1.555.229	31.107.683	-	32.662.912	1.545.786	31.770.088	-	33.315.874
Intangível	354.540	294.318	2.092	650.950	553.008	99.941	2.092	655.041
Total	1.909.769	31.402.001	2.092	33.313.862	2.098.794	31.870.029	2.092	33.970.915

Itens que não afetam o caixa por segmento

	31/12/2020				31/12/2019			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Depreciação e Amortização	105.866	1.757.003	-	1.862.869	251.545	1.555.884	-	1.807.429
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	-	93.112	(4.059)	89.053	-	179.003	-	179.003
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (impairment)	(62.498)	(379.166)	-	(441.664)	-	121.581	-	121.581
Total	43.368	1.470.949	(4.059)	1.510.258	251.545	1.856.468	-	2.108.013

Prática contábil

Segmentos operacionais de uma Companhia são definidos como componentes que:

a) exercem atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas;

Notas Explicativas



- b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho; e
c) para os quais existem informações financeiras.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros, incluindo empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, e as transferências entre os segmentos. As transações entre segmentos operacionais são determinadas por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas, sendo essas transações eliminadas, fora dos segmentos operacionais, para fins de conciliação das informações segmentadas com as demonstrações financeiras consolidadas da companhia.

NOTA 44 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas condições citadas e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

44.1 – Principais transações ocorridas em 2020.

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Chesf, Eletronorte, CGT Eletrosul e Funas (Cedentes); Eletropar; e Eletrobras (interveniente/anuente)	19/02/2020	Cessão do direito de uso, a título oneroso, de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas ativadas.	Cedentes - R\$48,00 por quilômetro de par de fibra ativada e de fibra óptica disponibilizada para ativação em favor da Eletronet. Eletropar - Aplicação do percentual de 2% sobre o valor líquido mensal recebido da Eletronet.
Eletropar e Eletronet; Eletrobras (interveniente/anuente)	20/02/2020	Constituição pela Eletropar em favor da Eletronet do direito de acesso, a título oneroso, à infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e às fibras ópticas ativadas.	Eletropar - Valor bruto de R\$48,00 por quilômetro de par de fibra ativadas e de fibra óptica disponibilizada para ativação.
Eletronorte e CGT Eletrosul	26/06/2020	Celebração do Termo de Confissão de Dívida referente às faturas em aberto da CGT Eletrosul com a Eletronorte, decorrente dos Contratos de Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre.	152.992
Eletronorte e Amazonas GT	24/07/2020	Celebração de contrato formalizando empréstimo mútuo da Eletronorte à Amazonas GT destinado a reforçar o caixa da Mutuária.	100.000

44.2 - Transações com Entidades Governamentais

Além das operações com a União, a Eletrobras mantém transações com outras entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Direito de Ressarcimento				
Poder Público Federal	5.588.131	-	5.464.005	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar				
Poder Público Federal - Banco do Brasil	-	2.505.777	-	3.581.431
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal (a.1)	-	4.769.371	-	6.193.508
Poder Público Federal - BNDES (a.2)	-	5.245.281	-	6.111.435
Poder Público Federal - Reserva Global de Reversão (a.3)	-	2.314.672	-	3.599.238
Poder Público Federal - Petrobras (b)	-	7.121.333	-	8.928.835
Obrigações de Ressarcimento (c)				
Tesouro Nacional - Itaipu	-	5.306.972	-	5.492.860
Total	5.588.131	27.263.406	5.464.005	33.907.307

A seguir, identificam-se as condições das principais transações com outras entidades governamentais:

- a) Empréstimos e financiamentos a pagar:

Aplicações na Usina Angra 3

Notas Explicativas

a.1) Empréstimo entre CEF e Eletronuclear: Contrato entre a Eletronuclear e a CEF (contrato principal) para financiamento complementar de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços.

a.2) Empréstimo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Eletronuclear: Contrato de financiamento entre o BNDES e a Eletronuclear, com interveniência da Eletrobras destinados à implantação da usina Angra 3.

Reserva Global de Reversão (RGR):

a.3) A Companhia era responsável pela gestão de recursos setoriais da RGR e outros. Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a CCEE, desde 1º de maio de 2017.

Garantia dos empréstimos:

A participação da Eletrobras como garantidora de empréstimos tomados por suas controladas pode ser observada em maiores detalhes na nota 25.3.

b) Operações com Petrobras: Com a venda da controlada Amazonas Energia S.A, tornou-se eficaz a cessão de direitos da Amazonas Energia para a Eletrobras, referentes à CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Distribuidora. A Eletrobras assumiu obrigações em valores equivalentes como empréstimos adquiridos, conforme condições estabelecidas na Resolução do CPPI número 20, de 08 de novembro de 2017 e alterações posteriores.

c) Obrigações de ressarcimento – Itaipu: Ativos financeiros indenizáveis decorrentes da concessão Itaipu, maiores detalhes na nota 18, item a.

44.3 - Transações com coligadas e controladas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

	Saldos e Transações por Natureza - Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Empréstimos e financiamentos (a)	10.506.018	-	-	14.991.496	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	1.223.108	-	-	774.468	-	-
Dividendo a receber	4.683.178	-	-	3.522.447	-	-
Créditos com Controladas - CCD's (c)	2.230.317	-	-	2.109.354	-	-
Outros Ativos	107.964	-	-	122.802	-	-
Contribuições a pagar - patrocinador	-	-	-	-	14.875	-
Provisões	-	1.129.242	-	-	818.164	-
Fundo de Descomissionamento	-	1.842.034	(405.281)	-	1.251.794	(119.006)
Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial (d)	-	-	3.099.448	-	-	2.054.210
Outras Receitas/Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	990
Taxas	-	-	(4.001)	-	-	(4.078)
Total	18.750.585	2.971.276	2.690.166	21.520.567	2.084.834	1.932.116

Notas Explicativas



	Saldos e Transações por Entidade - Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Controladas						
Furnas	2.039.113	-	192.291	3.336.050	-	280.404
Eletronorte	4.139.400	-	408.757	4.586.799	-	134.661
Eletronuclear	1.784.950	1.842.034	(280.524)	2.523.981	1.251.794	21.032
Amazonas GT	2.270.943	-	130.984	2.470.505	-	191.505
Eletrosul (1)	-	-	-	821.844	-	72.623
CGT Eletrosul (1)	1.823.618	-	18.092	534.867	-	468.479
CHESF	1.801.006	-	78.052	1.198.894	-	4.189
Eletropar	9.448	-	88	445	-	990
	<u>13.868.478</u>	<u>1.842.034</u>	<u>547.740</u>	<u>15.473.384</u>	<u>1.251.794</u>	<u>1.173.883</u>
Controladas em conjunto e coligadas						
Itaipu	4.241.949	-	2.120.648	5.874.600	-	751.019
Eletros	-	1.129.242	(4.001)	-	833.039	(4.078)
Equatorial Maranhão D	157.993	-	19.015	38.936	-	10.337
Lajeado Energia	100.280	-	-	23.975	-	-
CEB Lajeado	12.150	-	-	19.588	-	-
Paulista Lajeado	15.202	-	-	16.221	-	-
CEEE-D	10.270	-	770	12.489	-	955
CEEE-GT	15.897	-	-	15.897	-	-
CTEEP	236.193	-	5.978	41.021	-	-
EMAE	92.173	-	-	4.456	-	-
Rouar	-	-	16	-	-	-
	<u>4.882.107</u>	<u>1.129.242</u>	<u>2.142.426</u>	<u>6.047.183</u>	<u>833.039</u>	<u>758.233</u>
Total	<u>18.750.585</u>	<u>2.971.276</u>	<u>2.690.166</u>	<u>21.520.567</u>	<u>2.084.834</u>	<u>1.932.116</u>

(1) Amazonas D tinha saldo na coluna Resultado em 03/2019. Mas não está mais no quadro pois foi alienada.

A seguir, identificam-se as condições das principais transações realizadas com as partes relacionadas da Controladora:

a) Empréstimos e financiamentos:

Itaipu Binacional

Conforme convencionado no Tratado de Itaipu, os recursos necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pela Eletrobras e pela *Administración Nacional De Electricidad* – ANDE, ou obtidos pela Itaipu mediante a operação de crédito. Os principais contratos firmados com a Eletrobras são relativos a:

- Refinanciamento dos saldos devedores vencidos e a vencer de toda a dívida da Itaipu por contratos de financiamentos com a Eletrobras;
- Financiamento do custo dos investimentos remanescentes do Plano de Conclusão de Obras;
- Financiamento da instalação das duas últimas unidades geradoras da ITAIPU; e
- Cobertura do custo total do Programa de Investimentos Complementares (PIC).

CGT Eletrosul

Os financiamentos cedidos pela Eletrobras destinaram-se à viabilização da construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a controlada CGT Eletrosul necessitou nos últimos anos.

b) Adiantamentos para futuros aumentos de capital: As informações referentes aos AFAC estão demonstradas na nota 19;

c) Outros ativos: Cessão de Crédito – Eletronorte: Créditos da CCC referente a certas distribuidoras alienadas transferidas à Eletrobras que serão pagos pela controlada Eletronorte, corrigidos até a data do pagamento. O total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.147.136 (R\$ 2.082.331 em 31 de dezembro de 2019).

d) Receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial: Partes desses valores são referentes aos encargos financeiros sobre empréstimos de acordo com a nota 25 e parte refere-se à variação cambial decorrente das operações de Itaipu, cujos detalhes encontram-se na nota 18;

44.4 - Transações com coligadas e controladas em conjunto - Consolidado

Notas Explicativas



Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

	Saldos e Transações por Natureza - Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Clientes	59.147	-	-	55.360	-	-
Contas a receber	20.628	-	-	12.492	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.540	-	-	181.257	-	-
Dividendos / JCP a receber	333.997	-	-	205.540	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.296.503	-	-	5.865.035	-	-
Outros Ativos	48.649	-	-	162.770	-	-
Fornecedores	-	44.279	-	-	34.913	-
Provisões	-	1.129.242	-	-	818.164	-
Contribuições a pagar - patrocinador	-	-	-	-	14.875	-
Contas a pagar	-	29.877	-	-	820	-
Outros passivos	-	1.901	-	-	1.999	-
Receita de geração	-	-	-	-	-	2.729
Receita de uso de Energia Elétrica	-	-	394.725	-	-	598.004
Receita de venda de energia	-	-	85.315	-	-	81.576
Receitas de prestação de serviços	-	-	116.580	-	-	104.692
Outras receitas	-	-	12.649	-	-	1.210
Compra de Energia Elétrica	-	-	(809.451)	-	-	(748.229)
Encargos de Uso da Rede	-	-	(93.536)	-	-	(106.887)
Taxas	-	-	(4.001)	-	-	(4.078)
Outras Despesas	-	-	(327.528)	-	-	(328)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variação Cambial	-	-	2.140.449	-	-	762.311
Receitas Financeiras	-	-	437	-	-	6.308
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	(4)
Total	4.760.464	1.205.299	1.515.639	6.482.454	870.771	697.304

	Saldos e Transações por Entidade - Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Baguari	355	-	450	362	-	435
Belo Monte Transmissora	34.674	2.738	(50.568)	14.363	2.664	(36.491)
Caldas Novas Transmissão	483	2	692	1.248	2	467
CEB Lajeado	12.150	-	-	19.589	-	-
CEEE-D	10.270	-	770	12.490	-	955
Chapecoense Geração	740	-	-	29.830	-	-
Companhia Energética Sinop	1.071	772	(5.207)	914	388	(3.310)
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	4.996	17.221	(149.448)	6.371	9.560	(179.165)
Centro de Soluções Estratégicas - CSE	1.697	-	3.445	-	-	-
Eletros (a)	-	1.129.242	(4.001)	-	833.039	(4.078)
EMAE	92.174	-	-	4.456	-	-
Empresa de Energia São Manuel	1.446	3.440	(95.137)	1.339	3.346	(25.486)
Energia Olímpica	-	-	(1.673)	428	-	93
Enerpeixe	12.259	10.249	(112.221)	12.792	3.387	(33.769)
Equatorial Maranhão D	85.838	-	19.015	38.936	-	10.337
Energia Sustentável do Brasil	15.276	34.380	(368.612)	152.431	13.592	(245.174)
Foz do Chapecó	959	-	11.098	879	-	10.738
Fronteira Oeste - FOTE	341	2	428	41.325	-	682
Goiás Transmissão	8.146	134	(1.607)	11.668	131	(1.705)
Interligação Elétrica Garanhuns	8.055	263	(3.404)	-	269	(3.624)
Interligação Elétrica Madeira	5.717	3.719	(139.669)	-	2.668	(36.571)
Itaipu (b)	4.241.949	-	2.120.648	5.874.600	-	751.019
Lago Azul Transmissora	132	9	6.514	130	10	116
Lajeado Energia	100.280	-	-	23.975	-	-
Madeira Energia	-	-	9.796	-	-	-
Manaus Construtora	23.298	-	-	9.178	-	-
Mata de Santa Genebra	438	659	(128.619)	-	-	-
MGE Transmissão	5.634	78	(720)	5.634	75	(810)
Norte Brasil Transmissora de Energia	80	605	(7.738)	100	663	(8.622)
Norte Energia	39.854	-	171.256	29.270	-	267.014
Paranaíba Transmissora de Energia	6.163	338	(3.834)	5.985	341	(3.963)
Retiro Baixo Energética	5.083	-	-	7.582	-	-
Rouar	-	-	16	-	-	-
Santo Antônio Energia	19.725	811	230.628	18.397	-	222.851
Serra Facão Energia	-	-	68	45	-	93
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	344	365	(1.514)	346	529	(3.462)
Tijoa Participações e Investimentos	1.187	-	12.524	873	-	16.985
Transenergia Goiás	46	28	2.003	-	-	-
Transenergia São Paulo	14.760	24	(272)	17.271	24	(282)
Transenergia Renovável	520	42	(479)	4.492	-	(527)
Transnorte	134	11	764	-	13	562
Triângulo Mineiro Transmissora	11	90	(1.108)	-	-	-
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	4.162	17	1.428	8.075	7	1.964
Vale do São Bartolomeu	17	60	(73)	1.262	63	31
Vamcruz Participações	-	-	-	125.818	-	-
Total	4.760.464	1.205.299	1.515.639	6.482.454	870.771	697.303

Notas Explicativas

A seguir, identificam-se as condições das principais transações realizadas com as partes relacionadas do consolidado:

- Eletros – Fundação Eletrobras de Seguridade Social: em 31 de dezembro de 2020, o saldo das provisões de benefícios aos empregados totaliza R\$ 1.129.242 (R\$ 833.039 em 31 de dezembro de 2019).
- Itaipu: Estão atrelados ao Empréstimo descritos na nota 25, as receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial decorrem principalmente dos encargos financeiros e pela variação cambial decorrente das operações de Itaipu, cujos detalhes podem ser observados na nota 18.

44.4.1 - Abaixo se encontram as principais condições das transações significativas acerca do uso de rede de transmissão, compra de energia ou prestação de serviços:

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.: contratos de prestação de serviços referente à manutenção da linha de transmissão, bem como cobrança do uso da rede do sistema de transmissão;

Energia Sustentável do Brasil S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como o contrato bilateral de ACL, relativo à compra de energia, com início de vigência em 1º de março de 2013 e fim da vigência em 15 de janeiro de 2035, com volume contratado médio de 107,596 MWméd;

Norte Energia S.A.: Contrato de prestação dos serviços de manutenção e operação das usinas Belo Monte e Pimentel, e disponibilização das redes de transmissão;

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.: Contratos celebrados para disponibilização e uso do sistema de transmissão; e

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como cobrança do uso da rede do sistema de transmissão.

Informações referentes aos empréstimos cedidos pela Eletrobras às suas controladas, controladas em conjunto e coligadas estão demonstradas na nota 11.

Prática contábil

As transações com partes relacionadas da Companhia com suas controladas, coligadas, sociedades de propósito específico e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

44.5 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo	8.572	7.905	38.903	42.181
Benefícios pós-emprego	444	453	444	453
Outros benefícios de longo prazo	383	-	383	-
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	-	41	-
Total	9.399	8.358	39.771	42.634

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração de dirigentes				
Maior remuneração de administradores	52	52	72	54
Menor remuneração de administradores	50	50	5	5
Remuneração média de administradores	50	50	38	38
Remuneração de empregados				
Maior remuneração de empregados	58	58	136	72
Menor remuneração de empregados	4	4	2	2
Remuneração média de empregados	16	16	13	11

Prática contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, nos quais são divulgadas a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 45 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Geração	289.331	1.147.082	289.331	3.144.351
Transmissão	-	399.168	-	399.168
Total de ativos classificados como mantidos para venda	289.331	1.546.250	289.331	3.543.519
Geração	-	-	-	1.692.708
Total de passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	-	-	-	1.692.708

Geração e Transmissão

Em 23 de fevereiro de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a alienação das participações societárias de determinadas SPEs detidas pela Companhia e por suas controladas. Em 25 de julho de 2019 o Conselho de Administração deu início ao Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019 objetivando a alienação das participações societárias em 39 SPEs remanescentes do Leilão nº 01/2018. A Eletrobras considerou o CPC 31/IFRS 5, para avaliar que essas SPEs atingiram os critérios de classificação como mantidos para venda, conforme apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

O quadro abaixo demonstra as SPEs classificadas como mantidas para venda em 31 de dezembro de 2020:

Investimentos em SPEs de Geração da Eletrobras classificados como ativos mantidos para venda	31/12/2020
Chapada Piauí I	124.484
Chapada Piauí II	164.847
Total	289.331

Os principais ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

Geração:

Notas Explicativas

	Geração	
	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	-	116.873
Clientes	-	22.377
Tributos e contribuições sociais	-	12.466
Ativo Imobilizado	-	2.299.696
Ativo Intangível	-	90.709
Investimentos	289.331	217.240
Outros ativos	-	384.990
Total ativos da controlada classificados como mantidos para venda	289.331	3.144.351
Fornecedores	-	10.720
Empréstimos e financiamentos	-	1.277.642
Tributos e contribuições sociais	-	4.310
Provisões de contingências	-	439
AFAC	-	173.749
Outros passivos	-	225.848
Passivos da controlada associados a ativos classificados como mantidos para venda	-	1.692.708

Transmissão:

Investimentos em SPEs de Transmissão da Eletrobras classificados como ativos mantidos para venda	CONTROLADORA E CONSOLIDADO 31/12/2019
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	18.737
Luziania-Niquelandia Transmissora	31.182
Manaus Transmissora de Energia	349.249
	399.168

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 46 – ALIENAÇÃO DE INVESTIDAS**46.1 – Venda de SPEs**

Notas Explicativas



Lote	SPE	Data da Alienação	Adquirente	Valor da transação
Lote H	Pedra Branca S.A, São Pedro do Lago S.A, Sete Gameleiras S.A, Baraúnas I Energética S.A, Baraúnas II Energética S.A, Mussambê Energética S.A, Morro Branco I Energética S.A e Banda de Couro Energética S.A.	28/03/2019	Brennand Energia S.A	250.000
Lote N	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU	29/04/2019	TAESA S.A e DME Energética S.A	39.134
Lote L	Brasnorste Transmissora de Energia S.A - BRASNORTE	31/05/2019	TAESA S.A	76.000
Lote M	Companhia Transirapé de Transmissão - TRANSIRAPÉ	31/05/2019	TAESA S.A	77.000
Lote J	Uirapuru Transmissora de energia S.A	25/06/2019	Copel Geraçãp e Transmissão S.A	100.000
Lote O	Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A - AETE	01/07/2019	APAETE Participações em Transmissão - APAETE	87.000
Lote F	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A, Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A e Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	23/08/2019	Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	178.000
Lote C	Eólica Serra das Vacas Holding - S.A	07/10/2019	Eólica Serra das Vacas Participações S.A	74.000
Lote K	Transmissora Matogressense de Energia S.A	13/11/2019	Alupar Investimento S.A	118.000
Lote P	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A	13/01/2020	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	45.000

Com a transferência do Lote P em 13 de janeiro de 2020, concluíram-se 100% das transferências das SPEs vendidas no leilão realizado em setembro de 2018. Pela operação, a Eletrobras reconheceu um ganho de R\$ 26.038 e recebeu o valor atualizado de R\$ 44.775.

46.2 – Alienação da SPE Manaus Transmissora de Energia S.A.

Em 17 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a oferta vinculante realizada pela Evoltz Participações S.A. para aquisição da totalidade da participação da Eletrobras, correspondente a 49,5% do capital social total, na SPE Manaus Transmissora de Energia S.A. A venda foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 13 de maio de 2020 e a transferência foi concluída em 03 de setembro de 2020. Pela operação, a Eletrobras recebeu o valor atualizado de R\$ 251.103 e reconheceu uma perda de R\$ 98.146 no exercício de 2020.

46.3 – Alienação da SPE Eólica Mangue Seco 2

Em 11 de maio de 2020, a Eletrobras aprovou a oferta vinculante realizada pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus para aquisição da totalidade da participação da Eletrobras, correspondente a 49% do capital social total, na SPE Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. A venda foi aprovada pelo CADE em 24 de agosto de 2020 e a transferência foi concluída em 09 de outubro de 2020. Pela operação, a Eletrobras reconheceu um ganho R\$ 17.905 e recebeu o valor atualizado de R\$ 27.605.

46.4 – Alienação das SPEs Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A., Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo e III S.A. e Chuí IX S.A.

Em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da companhia aprovou as ofertas vinculantes realizadas pela Omega Geração S.A. para aquisição da totalidade da participação nas SPEs correspondentes a 78% do capital social da Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A. (Lote 1) e 99,99% do capital social das SPEs Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo e III S.A. e Chuí IX S.A. (Lote 2). A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 02 de setembro de 2020, aprovou a alienação, restando a aprovação dos órgãos competentes para transferência das ações. Em 30 de novembro de 2020, foi concluída a transferência da totalidade da participação que detinha, pela operação, a Eletrobras reconheceu uma perda de R\$ 415.671 no exercício de 2020.

NOTA 47 – OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A Companhia realizou leilões para a alienação de suas então controladas do segmento de distribuição

Notas Explicativas

durante o ano de 2018. As distribuidoras Companhia Energética de Alagoas - Ceal e a Amazonas Energia S.A tiveram seus controles transferidos em 18 de março de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente.

Como estas empresas representavam a totalidade das operações do segmento de distribuição, as transações deste segmento passaram a ser apresentadas como operações descontinuadas.

Abaixo demonstramos o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com as informações da Ceal e Amazonas Energia S.A.

- Resultado das operações descontinuadas:

	CONTROLADORA 31/12/2019	CONSOLIDADO 31/12/2019
Receita Operacional Líquida	-	1.648.758
Custos Operacionais	-	(1.540.551)
Despesas Operacionais	(1.752.165)	(2.461.635)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(1.752.165)	(2.353.428)
Resultado Financeiro Líquido	-	(337.401)
Efeito na venda de subsidiária	5.037.140	6.118.816
Resultado Operacional antes dos Impostos	3.284.975	3.427.987
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(143.012)
Lucro das Operações Descontinuadas	3.284.975	3.284.975

- Efeitos na demonstração do fluxo de caixa

	CONSOLIDADO 31/12/2019
Atividades Operacionais	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(379.997)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	414.724
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	6.337
Caixa líquido gerado pelas operações descontinuadas	41.064

Prática contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que será descontinuado e que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto das operações da Companhia e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES**48.1- Alteração na Presidência**

Em janeiro de 2021, Wilson Ferreira Junior apresentou carta de renúncia ao cargo de Presidente da Eletrobras, por motivos pessoais, sendo o efetivo desligamento do referido cargo em 16 de março de 2021. Wilson Ferreira Junior permanecerá como membro do Conselho de Administração.

Em 15 de março de 2021, o Conselho de Administração designou a Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, Elvira Cavalcanti Presta, para exercer interina e cumulativamente, a partir de 16 de março de 2021, o cargo de Presidente da Eletrobras até que o Conselho de Administração conclua o processo de sucessão, eleja o novo Presidente e haja posse efetiva no cargo.

48.2- Compra das SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III - Chesf

Notas Explicativas



Em janeiro de 2021, a Chesf concluiu a compra da totalidade das ações pertencentes à Sequoia Capital Ltda., nas SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III. Pela compra mencionada, a Chesf pagou o valor de R\$ 20.614, sendo R\$ 15.608 diretamente para a Sequoia e R\$ 5.006 para regularização de pendências de integralização de capital da Sequoia na SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.

48.3- Reserva Especial

Em janeiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou pelo pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R\$ 2.291.888, à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos, que foi constituída mediante a aprovação pela 59ª Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A decisão de distribuição dos Dividendos Intermediários decorre da revisão da situação financeira da Companhia e de sua liquidez.

48.4- Transações entre Partes Relacionadas

Em fevereiro de 2021, as empresas Eletronorte, Furnas, Chesf, firmaram o terceiro termo de aditamento ao contrato de cessão de uso da infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e de fibras ópticas a serem disponibilizadas, e outras avenças, que tem como objeto a cessão de uso, a título oneroso, de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas contidas nos cabos OPGW (Optical Ground Wire) instalados nas linhas de transmissão de propriedade da Eletronorte, Chesf e Furnas. Os valores da transação supracitada para Eletronorte, Furnas e Chesf são R\$ 73.082, R\$ 66.027 e R\$ 88.443, respectivamente.

Notas Explicativas



Elvira Cavalcanti Presta

Presidente Interina e Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Camila Gualda Sampaio Araújo

Diretora de Governança, Riscos e Conformidade

Márcio Szechtman

Diretor de Transmissão

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá

Diretor de Geração

Rodrigo Vilella Ruiz

Contador - CRC-RJ 088488/O-9S

Proposta de Orçamento de Capital**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL****ELETROBRAS****Proposta de orçamento de capital para o exercício de 2021**

O orçamento de capital da Eletrobras no valor total de R\$ 4.417 milhões para o exercício de 2021 foi parte integrante do Plano Diretor de Negócios e Gestão 2021 – 2025 (“PDNG”), aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de dezembro de 2020. Dessa forma, a Companhia está propondo a retenção de R\$ 1.471,2 milhões com base no artigo 196 da Lei 6.404/1976. Como pode ser observado, a Companhia possui orçamento de capital que visa, em especial, obras da usina de Angra III, através do aporte da Holding com recursos próprios (R\$ 2.447 milhões) e a amortização de dívidas financeiras (R\$ 1.970 milhões) destacando-se a natureza de holding da Eletrobras.

Investimento projeto Angra III –	R\$ 2.447 milhões
<u>Amortização de dívidas ordinárias</u>	<u>R\$ 1.970 milhões</u>
<u>Total orçamento para fins de retenção ao artigo 196</u>	<u>R\$ 4.417 milhões</u>

O valor previsto para este orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos da operação da Companhia.

Este Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições, opina favoravelmente pelo encaminhamento desta proposta à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2020

e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado nas Nota 20.3 e 20.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletrotermonuclear) e Amazonas Geração e Transmissão S.A. (Amazonas GT) e as coligadas Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Enerpeixe S.A., Teles Pires Participações S.A. e Chapecoense Geração S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes

relevante em 31 de dezembro de 2020. As circunstâncias das controladas e coligadas demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento

profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do

exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa

auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como

um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma

opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão de PAA sobre benefício pós emprego.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Notas 21 e 23) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 20)

Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas, termoelétrica e nuclear, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Companhia.

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 14)

A Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. ("CGT Eletrosul"), controlada da Companhia, passou por um processo de reorganização societária, incorporando em 2 de janeiro de 2020 a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. A CGT Eletrosul possuía prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não registrados devido a falta de expectativa de lucro tributável futuro, até o momento da reorganização societária. Após a incorporação e a conclusão do processo de reorganização societária, a CGT Eletrosul reconheceu em seu balanço patrimonial ativo no montante de R\$ 1.549 milhões.

Para o reconhecimento do ativo, foram preparadas projeções de resultados tributáveis futuros que consideram premissas de receitas decorrentes dos contratos atuais nos ambientes regulado e livre, custos operacionais e resultado financeiro.

Face aos julgamentos significativos em relação à estimativa dos resultados tributáveis futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do registro de tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas internos em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos impostos, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade das projeções, o que inclui premissas financeiras e operacionais tais como: quantidade de energia comercializada, receitas, custos, encargos financeiros, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração nas projeções de lucros tributáveis futuros são razoáveis, bem como as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 17)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, da alteração na taxa de remuneração dos contratos e da reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 04/2020. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, testamos a consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 33)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal originados no curso normal dos negócios.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e fiscais e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Benefício pós emprego (Nota 32)

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia e suas controladas, líquidas dos ativos do plano, totalizam R\$ 7.017 milhões.

A Companhia e suas controladas possuem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos substancialmente a complemento previdenciário. Os planos possuem características de "benefício definido", "contribuição variável" e "benefício saldado", os quais geram passivos relevantes, líquidos dos ativos do plano. Os cálculos das obrigações são efetuados com suporte de atuário independente e consideram premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade e taxa de crescimento salarial, entre outros, aplicada sobre a base de assistidos total dos referidos planos.

Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na valorização dos ativos e na mensuração das obrigações atuariais dos planos, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação dos benefícios pós-emprego, (ii) testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial de 2020;

(iii) a avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e; (iv) a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como: tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial.

Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle

Contador CRC 1MG070614/O-5

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31.12.2020

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras individuais e consolidada da Eletrobras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas às demonstrações financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Este Conselho Fiscal, considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa, controladora e consolidado, as informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, a análise da documentação apresentada e o Relatório dos Auditores Independentes – PWC, entende que os referidos documentos, destacada a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

PATRICIA VALENTE STIERLI

EDUARDO COUTINHO GUERRA

Presidente do Conselho Fiscal

Conselheiro

HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA

THAÍS MÁRCIA F. MATANO LACERDA

Conselheiro

Conselheira

GIULIANO BARBATO WOLF

Conselheiro

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)

1. Introdução

O presente relatório anual circunstanciado, embasado no artigo 31-D da Instrução Normativa CVM n.º 308, de 14 de março de 1999, bem como no inciso xli do item 5.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (RICAE) das empresas Eletrobras, doravante designado CAE, tem como escopo relatar as principais atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações deste órgão de assessoramento para o exercício social findo em 2020.

Frise-se que o presente relatório inova em relação ao anterior ao incluir em seu escopo as principais atividades, resultados, conclusões e recomendações do CAE para os meses de janeiro, fevereiro e março (até 18.03) do exercício iniciado em 2021, de forma a abranger o período completo de trabalhos do CAE até a análise final da publicação das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31.12.2020.

Desse modo, a partir de sua próxima edição, o relatório anual do Comitê passará a abranger não mais as atividades empreendidas no ano-calendário progressivo de 01.01 a 31.12, mas o interregno de tempo referente aos trabalhos do CAE durante todo o ciclo de acompanhamento, monitoramento e análise das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Eletrobras referentes ao exercício findo em 31.12.2021, cujo período se estenderá de abril/2021 a março/2022.

Este relatório ainda: (a) visa a atender ao artigo 9º, parágrafo único da Instrução Normativa n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, mediante apresentação do parecer do Comitê acerca das demonstrações financeiras; e (b) possui o objetivo de evidenciar a periodicidade de reuniões realizadas no exercício social de 2020 pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, além de esclarecer pontos relativos à composição e às exigências traçadas na Lei n.º 13.303/2016, daqui em diante, denominada Lei das Estatais.

2. Contextualização

O Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Eletrobras, tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Eletrobras e os Conselhos de Administração das empresas CGT-Eletrosul, Chesf, Eletronuclear, Eletropar, Eletronorte, Furnas e Amazonas GT no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior, compreendendo, mas não se limitando, a análise e emissão de recomendações sobre trabalhos de auditoria interna, contabilidade e da auditoria independente, supervisão, riscos a serem assumidos pela Companhia, controles internos, gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência e eficácia às decisões dos Conselhos de Administração em relação aos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Nesse sentido, o CAE exerce suas atribuições de forma unificada, mediante assessoramento aos conselhos de administração da Eletrobras e de subsidiárias, nos moldes do art. 24, inc. V, do Decreto n.º 8.945/2016, observada a legislação aplicável e as regras aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras, dentre as quais, destaca-se seu Plano de Trabalho Anual.

Na 863ª reunião do CA da Eletrobras, realizada em 11/05/2020, referido colegiado aprovou a eleição do Sr. Luiz Carlos Nannini para membro do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE, para exercício do seu primeiro mandato de 2 (dois) anos, com término previsto para 11/05/2022. O Sr. Luiz Carlos Nannini tomou posse no CAE no dia 13/05/2020.

Desde então, o Comitê é composto por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) conselheiros de Administração da holding e 2 (dois) membros externos.

Para maiores detalhes a respeito da contextualização da instalação e composição dos trabalhos do CAE até o exercício 2019, remete-se ao item 2 do Relatório Anual Circunstanciado – exercício 2019.

3. Da composição

Cabe ao Conselho de Administração eleger, dentre os membros do Comitê, seu Coordenador. Ao Comitê, conforme mudança regimental procedida em dezembro de 2019, cabe eleger o substituto eventual do Coordenador em casos de ausências ou impedimentos temporários.

Compuseram o CAE, de janeiro/2020 a março/2021, os seguintes integrantes independentes:

Composição do CAE – exercício 2020 a março/2021

Nome Qualidade 01/jan/20

a 10/mar/20 11/mar/20

a 18/mar/21

T

(primeira recondução: 18.05.2020)

S

(primeira recondução: 22.02.2021)

Ø

Ö

5. Do Regimento Interno

(início do mandato: 11.05.2020)

Importa destacar que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e no artigo 31-C, §2º, da Instrução CVM nº 308 de 14/05/1999, alterada pela Instrução CVM nº 509 de 16/11/2011, bem como aos critérios de independência exigidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e pela legislação norte-americana, no que são aplicáveis à Eletrobras.

4. Do Regimento Interno

O Regimento Interno do CAE permanece estruturado sob os seguintes capítulos: I - Objeto e finalidade; II - Composição, remuneração e despesas; III – Requisitos de investidura, posse e mandato; IV – Estrutura de apoio ao Comitê; V - Atribuições; VI - Reuniões; VII - Responsabilidades e deveres dos membros do Comitê; VIII - Avaliação anual de desempenho do Comitê; IX - Alteração, interpretação e publicação do RI; e X - Disposições transitórias.

Encontra-se disponível no sítio eletrônico da Eletrobras (www.eletobras.com.br).

5. Do Plano de Trabalho

O plano de trabalho do CAE para o exercício social de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras por meio da Deliberação nº. 243, de 17.12.2019. Tal plano, mais uma vez, previu a finalidade de o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário assessorar os Conselhos de Administração da holding e das empresas Eletrobras Furnas, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras CGT-Eletrosul, Eletrobras Eletropar e Eletrobras Amazonas GT.

O referido Plano estabeleceu ainda: (i) regras de atuação do CAE nas controladas, incluindo-se cronograma, fluxo processual e calendário de atuação unificada perante as subsidiárias; (ii) que cada unidade técnica de apoio da holding deve atuar com ascendência hierárquica, na qualidade de coordenadora, em relação às unidades de apoio das controladas, com elas mantendo comunicação integrada e reportando-se diretamente ao Comitê; (iii) o envio ao CAE, pelos conselhos de administração das Subsidiárias, de modo tempestivo e por intermédio de suas respectivas secretarias de governança/gerais, das pautas de todas as reuniões a serem realizadas, de modo a possibilitar ao Comitê o acompanhamento dos assuntos deliberados e conhecidos pelos conselhos de administração das controladas, na forma do item 7.7 do Plano; e (iv) regras de fluxo processual de comunicação para demandas iniciadas no CAE, nas empresas controladas e para assessoramento aos Conselhos das subsidiárias, conforme capítulo IV.

A rotina de trabalho do Comitê, prevista na seção “Anexo”, parte integrante do Plano, encontra-se dividida em dois blocos: I - Acompanhamento de temas recorrentes e integrados na holding; e II – Atuação Unificada do Comitê perante as Subsidiárias.

A título de evento subsequente, em dezembro de 2020, o Comitê identificou: (i) a necessidade de revisar a periodicidade de alguns itens de acompanhamento/monitoramento, visando, em especial, à racionalização do escopo e frequência dos temas submetidos ao CAE; (ii) a necessidade de atualização de termos da minuta do Plano de Trabalho, com vistas a contemplar a subsidiária CGT-Eletrosul (em decorrência da incorporação da Eletrosul pela CGTEE) e a substituir a expressão “conselheiros” por “membros”, haja vista que a composição do Comitê também passou a ser constituída por membros externos, à luz do RICAE em vigor.

Dentre as principais alterações em destaque, podem ser citadas:

- Estipulação de novos prazos e cronograma para análise e aprovação das minutas do PAINT e RAINTE;
- Acompanhamento e aprovação do orçamento das áreas vinculadas ao CA da Eletrobras;
- Planejamento para avaliação e pactuação de metas dos gestores das áreas vinculadas ao CA da Eletrobras;
- Detalhamento do cronograma de reportes de Gestão de Riscos;
- Previsão de recebimento de todos os pagamentos realizados ao auditor externo no Grupo Eletrobras;
- Inclusão de item específico para acompanhar as diretrizes, objetivos e iniciativas do monitoramento estratégico;
- Previsão de periodicidade trimestral para acompanhamento da gestão dos passivos contenciosos, com enfoque em empréstimos compulsórios e trabalhista;
- Previsão de periodicidade trimestral para acompanhamento das atividades e relatórios da Área de Gestão e Apuração de Denúncias;
- Inclusão de item específico para analisar o relatório de asseguarção do Relatório Anual da Eletrobras; e
- Inclusão de item específico para monitorar a eficácia do sistema de controles de transações com partes relacionadas.

Os presidentes dos CAs das subsidiárias foram comunicados, por meio de carta assinada pelo Coordenador do CAE, sobre as principais mudanças implementadas no Plano, tendo o CAE solicitado sua internalização, na forma do item 7.6 do Plano e em observância ao disposto no art. 16, §1º, da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961.

6. Da estrutura da Secretaria de Governança

Além de receber apoio da Secretaria de Governança, cuja equipe é composta pelo Secretário de Governança (advogado), por um analista de nível superior (administrador com formação jurídica, a partir de 01.08.2019) e por uma secretária-executiva, o CAE recebe ainda suporte técnico-jurídico do Assessor do Conselho, indicado por meio da Deliberação nº. 131, de 29 de junho de 2018, o qual também presta apoio administrativo e operacional à Secretaria de Governança do Conselho no adequado exercício de suas atribuições, conforme estabelecidas no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE.

Desse modo, a estrutura de apoio ao CA, ao CAE e aos demais comitês conta hoje com 3 (três) colaboradores concursados de nível superior, sendo dois enquadrados na carreira de advogado e um na carreira de administrador, além de uma secretária-executiva.

O Secretário de Governança, Bruno Klapper Lopes, e o Assessor do Conselho, Fernando Khoury Francisco Junior, são os responsáveis por auxiliar técnica e juridicamente o Comitê, inclusive na confecção do presente relatório.

7. Da Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração da holding e de suas subsidiárias

A atuação profícua e proativa do Comitê proporcionou maior segurança e confiabilidade ao processo decisório dos CAs, além de otimizar o fluxo da reunião, notadamente nas matérias que envolvem riscos e análises de índole econômico-financeira.

Toda reunião do CA da holding possui um bloco específico dedicado ao reporte das atividades de cada comitê de assessoramento, conduzido pelo coordenador respectivo. Nesse momento, os coordenadores não somente reportam os trabalhos realizados no mês pelo comitê, como sinalizam posicionamentos e opiniões relativas a matérias de deliberação que lhes são correlatas.

Ao longo do ano-calendário de 2020 e nos meses de janeiro a março/2021, e desde sua instalação, o Comitê reportou mensalmente ao Conselho de Administração da Eletrobras o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos temas de sua competência. Quando necessário, o CAE também solicitou atuação específica do Conselho para determinados assuntos. O Comitê fez ainda recomendações e emitiu opiniões sobre temas pontuais aos Conselhos de Administração das subsidiárias. Por fim, o CAE pode solicitar a elaboração de opiniões e pareceres independentes, como de fato o fez em 2020.

Adicionalmente, conforme será melhor destacado abaixo, o CAE se reúne bianualmente com conselhos e diretorias das subsidiárias para aprofundar-se nos temas que lhes são afetos.

8. Das reuniões

O Regimento Interno, em seu item 5.1, estabelece que as reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas no mínimo quatro vezes por mês, de acordo com o calendário anual aprovado, e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador, para atendimento de interesse legítimo da companhia ou evitar perecimento de direito.

O plano de trabalho prevê igualmente reuniões institucionais com as subsidiárias, abarcando-se seus órgãos de administração e seu conselho fiscal.

Ao longo do exercício social de 2020, foram realizadas 63 (sessenta e três) reuniões, que contemplaram 387 itens de pauta constantes na ordem do dia, nas seguintes datas:

Reuniões em 2020 Data Duração (horas) Itens de Pauta

RCAE 098 07.01.2020 5,3 7

RCAE 099 14.01.2020 5,5 10

RCAE 100 22.01.2020 6,0 7

RCAE 101 28.01.2020 6,3 9

RCAE 102 04.02.2020 3,5 3

RCAE 103 11.02.2020 4,2 6

RCAE 104 14.02.2020 5,0 8

RCAE 105 20.02.2020 5,3 9

RCAE 106 03.03.2020 3,7 8

RCAE 107 10.03.2020 5,5 7

RCAE 108 17.03.2020 2,9 5

RCAE 109 24 e 27.03.2020 7,2 10

RCAE 110 30 a 31.03.2020

(reunião virtual) n/a 1

RCAE 111 01.04.2020 4,5 7

RCAE 112 07.04.2020 5,0 9

RCAE 113 14 e 15.04.2020 6,5 11

RCAE 114 22.04.2020 4,3 9

RCAE 115 05.05.2020 4,2 5

RCAE 116 12.05.2020 5,3 5

RCAE 117 19.05.2020 4,3 7

RCAE 118 26.05.2020 7,5 10

RCAE 119 28.05.2020 1,8 3
RCAE 120 02.06.2020 9,1 5
RCAE 121 09.06.2020 9,1 11
RCAE 122 16.06.2020 8,0 8
RCAE 123 18.06.2020 3,8 3
RCAE 124 22.06.2020 9,8 13
RCAE 125 02.07.2020 8,0 5
RCAE 126 06.07.2020 4,2 8
RCAE 127 15.07.2020 7,8 6
RCAE 128 21.07.2020 4,5 7
RCAE 129 28.07.2020 4,3 7
RCAE 130 04.08.2020 4,4 6
RCAE 131 11.08.2020 4,7 4
RCAE 132 12.08.2020 1,3 2
RCAE 133 18.08.2020 5,0 5
RCAE 134 26.08.2020 1,5 4
RCAE 135 27.08.2020 4,2 6
RCAE 136 01.09.2020 4,8 3
RCAE 137 09.09.2020 4,2 8
RCAE 138 14.09.2020 4,7 3
RCAE 139 16.09.2020 4,2 8
RCAE 140 22.09.2020 4,5 8
RCAE 141 23 a 24.09.2020
(reunião virtual) n/a 1
RCAE 142 29.09.2020 8,5 4
RCAE 143 06.10.2020 4,7 6
RCAE 144 13.10.2020 8,3 6
RCAE 145 16.10.2020 1,8 2
RCAE 146 22.10.2020 4,8 8
RCAE 147 27.10.2020 4,0 8
RCAE 148 03.11.2020 7,7 7
RCAE 149 10.11.2020 4,1 3
RCAE 150 11.11.2020 0,7 2
RCAE 151 17.11.2020 8,2 8
RCAE 152 24.11.2020 5,7 7
RCAE 153 30.11.2020 4,2 7
RCAE 154 04.12.2020 6,8 6
RCAE 155 07.12.2020 1,8 1
RCAE 156 10.12.2020 4,5 8
RCAE 157 14.12.2020 5,9 11

RCAE 158 17 a 22.12.2020

(reunião virtual) n/a

2

RCAE 159 23.12.2020 2,0 3

RCAE 160 26 a 28.12.2020

(reunião virtual) n/a

1

Total 63 reuniões 298,4 horas 387 itens de pauta

Dentre as 63 (sessenta e três) reuniões realizadas ao longo do exercício de 2020, o Comitê se reuniu conjuntamente com:

Reunião Conjunta 2020

Os titulares das unidades de Auditoria Interna da holding e de suas subsidiárias, incluindo respectivos gestores 05/mai

Duas reuniões com o Conselho Fiscal da Eletrobras 24/mar e 12/mai

Duas reuniões institucionais do Comitê com as empresas Eletrobras, com presença dos respectivos CAs, CFs e Unidades Técnicas de Apoio e Diretorias afetas de cada companhia Eletropar

26/mai e 16/set

Eletronorte e Amazonas GT

02/jun e 29/set

Furnas

09/jun e 03/nov

CGT-Eletrosul

16/jun e 14/set

Chesf

02/jul e 12/out

Eletronuclear

15/jul e 17/nov

Em termos estatísticos, ao longo do exercício de 2020:

- Foram ao todo 298,4 horas de reunião, o que equivale a uma média de aproximadamente 5 horas de duração por reunião (sem contabilizar o tempo despendido nas reuniões com colheitas de votos eletrônicos);
- A média mensal de reuniões foi de aproximadamente 5,3 reuniões;
- Cada item de pauta teve duração média de cerca de 47 minutos (sem contabilizar os itens de pauta das reuniões com colheitas de votos eletrônicos);
- Cada reunião foi composta por aproximadamente 6,1 itens de pauta.

De janeiro a 18 de março de 2021 (data de publicação das demonstrações financeiras), foram realizadas 11 (onze) reuniões, que contemplaram 69 itens de pauta constantes na ordem do dia, nas seguintes datas:

Reuniões

| jan a 18/mar/21 Data Duração (horas) Itens de Pauta

RCAE 161 13.01.2021 4,6 9

RCAE 162 19.01.2021 4,8 5

RCAE 163 26.01.2021 4,7 9

RCAE 164 02.02.2021 4,4 5

RCAE 165 10.02 a 12.02.2021 8,9 11

RCAE 166 22.02.2021 0,7 1

RCAE 167 26.02.2021 4,8 8

RCAE 168 03.03.2021 4,8 9

RCAE 169 10.03.2021 4,2 8

RCAE 170 15 e 18.03.2020 3,6 4

Total 10 reuniões 45,5 horas 69 itens de pauta

Durante esse período:

- Foram ao todo 45,5 horas de reunião, o que equivale a uma média de aproximadamente 4,6 horas de duração por reunião;
- A média mensal de reuniões foi de aproximadamente 4 reuniões;
- Cada item de pauta teve duração média de cerca de 40 minutos;
- Cada reunião foi composta por aproximadamente 6,9 itens de pauta.

8.1 Incidência de temas em reuniões – 2020 e janeiro a março/2021

O critério para inclusão na ordem do dia dos temas objeto de reunião varia conforme a programação ordinária e as necessidades prementes constatadas pelo próprio Comitê, os temas de maior relevância e recorrência em determinado período do ano (como, por exemplo, ITRs e fechamento contábil), bem como as solicitações advindas das próprias Diretorias e Conselhos de Administração da holding e das subsidiárias, nesse caso, via suas respectivas Secretarias Gerais/de Governança.

O gráfico e a tabela a seguir demonstram, em termos percentuais, os 10 (dez) itens de maior incidência nos últimos 3 (três) exercícios - 2018, 2019 e 2020:

Top 10 temas | 2018 Top 10 temas | 2019 Top 10 temas | 2020

Fechamento contábil e ITRs SPEs - Monitoramento de Riscos, Investimentos e Desinvestimentos Operações Financeiras e temas correlatos

Auditoria Interna Fechamento contábil e ITRs Fechamento contábil e ITRs

SPEs - Monitoramento de Riscos, Investimentos e Desinvestimentos Operações financeiras e temas correlatos Auditoria Interna

Auditoria Externa Governança CAE Ouvidoria, Apuração de Denúncias e Comissão de Ética

Ouvidoria, Apuração de Denúncias e Comissão de Ética Auditoria Interna Governança CAE

Operações financeiras e temas correlatos Confecção e Revisão de Políticas Controles Internos e Remediação de Deficiências

Distribuidoras e Privatização Previdência e Saúde - CGPAR Previdência e Saúde - CGPAR

Previdência e Saúde - CGPAR Controles Internos e Remediação de Deficiências SPEs - Riscos, Investimentos, Desinvestimentos

Governança CAE Gestão de Riscos Gestão de Riscos

Controles Internos e Remediação Deficiências Ouvidoria, Apuração de Denúncias e Comissão de Ética Confecção e Revisão de Políticas

O gráfico e a tabela a seguir demonstram, em termos percentuais, a incidência de temas nas reuniões do exercício de 2020:

Nos meses de janeiro a 18/março/2021, os temas monitorados pelo CAE foram:

9. Da planilha de follow-ups

Durante o ano de 2020, o Comitê realizou 233 (duzentas e trinta e três) demandas a diversas áreas técnicas e órgãos de direção superior da Eletrobras e de suas controladas – o que equivale a uma média de aproximadamente 3,7 demandas por reunião.

De janeiro a 18/março/2021, o Comitê realizou 28 (vinte e oito) demandas a diversas áreas técnicas e órgãos de direção superior da Eletrobras e de suas controladas – o que equivale a uma média de 2,5 demandas por reunião.

A Secretaria de Governança e o Assessor do Conselho de Administração são os responsáveis por realizar a gestão e o acompanhamento das demandas emanadas pelo Comitê.

O Comitê, por sua vez, ao analisar a planilha de follow-ups e as respostas fornecidas pelas áreas, monitora as atividades e recomendações que se encontram pendentes de entrega, de cumprimento e/ou de avaliação quanto ao seu atendimento, recomendando ajustes, acréscimos e eliminações na planilha de acompanhamento, a depender das circunstâncias concretas e das necessidades constatadas.

Das demandas formuladas pelo CAE ao longo do exercício de 2020, foram consideradas concluídas pelo Comitê 95 (noventa e cinco),

Das demandas formuladas pelo CAE de janeiro a 18/março/2021, foram consideradas concluídas pelo Comitê 7 (sete), permanecendo em aberto 21 (vinte e uma) demandas.

Consta do legado dos exercícios de 2018 e 2019 o seguinte quantitativo de demandas em aberto: 2018 – 8 (oito) demandas); e 2019 – 62 (sessenta e duas) demandas.

9.1 Recomendações por área da Companhia – 2020 e janeiro a 18 de março/2021

As demandas realizadas são direcionadas a uma ou mais áreas responsáveis, para seu devido atendimento. Dado o caráter multidisciplinar das atribuições do CAE e das matérias analisadas, é comum que uma demanda costume ser direcionada a mais de uma área específica, sendo uma delas a responsável direta pelo seu cumprimento e as demais por prestar o apoio necessário.

O gráfico e a tabela seguir demonstram, em termos quantitativos e percentuais, o volume de demandas distribuídas por área e empresas controladas ao longo do exercício de 2020, englobando tanto as áreas com responsabilidade direta quanto as responsáveis por prestar apoio.

O gráfico a seguir evidencia, em termos quantitativos e percentuais, o volume de demandas distribuídas por área e empresas controladas de janeiro a 18/março/2021, englobando tanto as áreas com responsabilidade direta quanto as responsáveis por prestar apoio.

10. Descritivo das Atividades e Recomendações

No exercício social de 2020 e de janeiro a 18/março/2021, o CAE deu enfoque ao monitoramento e acompanhamento de temas relacionados a operações financeiras, fechamento contábil, elaboração de demonstrações financeiras anual e trimestrais, contingências e passivos contenciosos, SPEs, auditoria interna, ouvidoria e apuração de denúncias, gestão de riscos, controles internos, segurança da informação, conformidade e integridade, revisão de políticas e normativos, formulação do plano estratégico (PDNG) e decisões de alocação de capital, bem como atuou em diversas frentes relevantes para Companhia sob a ótica do risco.

Abaixo, seguem elencadas as principais atividades, recomendações e resultados do Comitê no exercício de 2020 e no período de janeiro a 18/março/2021:

i. Discussões e manifestação opinativa sobre informações trimestrais e demonstrações financeiras – exercício social 2020 (1ITR, 2ITR, 3ITR e DFs)

Realizou reuniões sobre o tema com o auditor externo (PwC) e time interno de contabilidade e planejamento, bem como emitiu recomendações sobre classificações de riscos atribuídas, premissas e cronograma para os testes de impairment e redação das notas explicativas.

CAE acompanhou detalhamento de premissas e variáveis atuariais relevantes, com apresentação realizada pelo atuário junto à equipe contábil-financeira da Eletrobras.

O Comitê recomendou também sugestões de melhorias na apresentação de resultado ao mercado, para fins de maior objetividade e utilidade por parte do usuário das demonstrações.

Em março/2021, o Comitê recebeu reporte sobre: (i) o cenário técnico referente à avaliação atuarial e premissas, contemplando abordagem específica sobre as normas internacionais de contabilidade IAS-19 – CPC 33, bem como panorama dos benefícios pós-emprego e obrigações de longo prazo; (ii) as principais diferenças existentes entre a abordagem da Previc (EFPC) x CPC 33 (patrocinadora); (iii) a metodologia de cálculo do passivo, dos ativos financeiros e dos resultados; (iv) as premissas adotadas pela Previc x CPC 33; (v) aspectos relevantes relacionados à taxa de desconto e aos lançamentos contábeis; e (vi) a posição consolidada da avaliação atuarial do Grupo Eletrobras no exercício de 2020, bem como a posição individualizada nas empresas Eletrobras, por plano.

No dia 10 de março de 2021, o Comitê opinou por recomendar à Diretoria Financeira da Eletrobras que a previsão de publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2020 fosse transferida para o dia 15.03.2021. Como consequência, o colegiado também recomendou aos órgãos de governança da Eletrobras (Diretoria Executiva, o próprio CAE, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) que a deliberação sobre a matéria ocorra na mesma data.

Nos dias 15 e 18 de março de 2021, foi realizada a RCAE 170. No dia 15.03, à luz do reporte do auditor externo e da Diretoria Financeira da Eletrobras, restou alinhado que a publicação das demonstrações financeiras – exercício social 2020 teria sua data alterada de 15.03.2021 para 19.03.2021, após o fechamento do pregão, em virtude da complexidade de demandas adicionais de auditoria surgidas no decorrer dos trabalhos – o que envolveria a consolidação de diversas controladas, participação em coligadas e em sociedades de propósito específico. No dia 18.03, o Comitê opinou de forma final sobre as demonstrações financeiras.

ii. Planejamento e antecipação do cronograma para publicação do fechamento contábil

Com vistas a não comprometer os trabalhos de fechamento contábil, acompanhou temas sensíveis e o status de envio das informações contábeis pelas subsidiárias à holding.

iii. Empréstimos compulsórios e contingências jurídicas

Realizou acompanhamento periódico sobre gestão dos passivos contenciosos, com enfoque em empréstimos compulsórios e trabalhista.

Tomou conhecimento dos procedimentos estabelecidos por meio da Resolução RES-902/2019 da Diretoria Executiva da holding para atuação jurídica contenciosa das empresas Eletrobras em ações trabalhistas, bem como do critério fixado para uniformização de provisionamento, tendo recomendado sugestões de melhoria.

No que toca aos empréstimos compulsórios, deu continuidade ao enfoque no potencial impacto financeiro, na assertividade das projeções e estimativas de gastos entre o que foi provisionado no balanço e o que foi efetivamente desembolsado e na evolução da sanitização da base de dados.

Recomendou sugestões de melhoria à minuta de procedimento padronizado sobre contingências judiciais e administrativas no âmbito das empresas do sistema Eletrobras, bem como à minuta do normativo interno da Eletrobras para celebração de acordos judiciais e extrajudiciais.

Em outubro/2020, diante de ofício do Ministério Público Federal – MPF tratando de ação de empréstimo compulsório que tramita em São Paulo, solicitou: (1) à Auditoria Interna da Eletrobras a realização de trabalho de auditoria especial com o objetivo de levantar, por meio de amostragem e parametrização, a existência de casos envolvendo a correção monetária de valores recolhidos a título de empréstimo compulsório em que a Eletrobras tenha porventura concordado em pagar montante superior ao pedido inicial da exequente; e (2) à Gestão e Apuração de Denúncias da Eletrobras, a análise do processo decisório da Eletrobras no processos correlatos. Em 2021, o resultado dos trabalhos foi reportado ao CAE, que atualizou o MPF sobre dos dados atualizados dos trabalhos concluídos, frisando as oportunidades de melhorias encontradas e a inexistência de indícios de irregularidades dolosas nos casos analisados.

No exercício, o Comitê identificou dois triggers relativos à contabilização de contingências de Furnas. No 3ITR20, o Comitê identificou lançamento de Furnas que visava reverter provisões relativas a causas que contassem com depósitos judiciais. Adicionalmente, o fechamento de um acordo para encerramento de causa relevante movida pela Light, e que vinha classificada como causa possível. Em resposta a tais eventos, o CAE (1) solicitou a retificação do ajuste referente à reversão indevida de provisão para contingências no 3ITR20; (2) determinou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras a contratação de especialista externo independente para realização de serviço de due diligence nos procedimentos de contabilização de contingências judiciais da subsidiária, com vistas a se obter confirmação independente dos valores a serem provisionados em 31.12.2020 como prováveis, decorrentes de causas cíveis, tributárias ou trabalhistas da subsidiária; e (3) recomendou a Furnas a reversão da alteração executada nos Procedimentos de Contingenciamento, acerca do tratamento dos depósitos judiciais. .

O due diligence foi realizado pelo escritório TozziniFreire e, à luz dos achados, houve envolvimento da holding, através dos seus departamentos jurídico, contábil e de conformidade, além da Auditoria Interna de Furnas, sendo posteriormente compartilhado com os auditores externos.

Em janeiro/2021, o CAE solicitou à Auditoria Interna que dedicasse, no âmbito do trabalho de “Gestão do Contencioso” em andamento, atenção especial na análise de perda de prazos de ações que tenham sido objeto de condenação superior a R\$ 100 milhões, incluindo o processo da Gerdau e da Light (Furnas).

Em janeiro/2021, o Comitê recomendou à Superintendência Jurídica e à Diretoria Financeira da Eletrobras que, conjuntamente, realizassem mapeamento do universo de demandas judiciais em face da Eletrobras para, a partir desse levantamento, desenvolver trabalho multifatorial de revisão metodológica do mecanismo de classificação de contingências e de mapeamento dos riscos aptos a afetar os graus de probabilidades e de classificação das contingências.

O CAE também propôs ao Conselho de Administração da Eletrobras: (1) que avaliasse solicitar à gestão eventual necessidade de robustecimento de H/H da área jurídica e de empréstimo compulsório da Eletrobras; e (2) que avaliasse recomendar à gestão a adoção de medidas de aprimoramento de controles internos afetos ao tema de contingências jurídicas e de empréstimo compulsório.

Por fim, o CAE recomendou que a gestão da Companhia elabore estudos históricos acerca da utilização de recursos oriundos do empréstimo compulsório.

iv. Jurídico – transações e acordos

Assessorou os CAs da holding e controladas, emitindo recomendações acerca da celebração de acordos judiciais e análise de parâmetros visando ao encerramento de processos judiciais relevantes.

Reiterou a necessidade de que os acordos celebrados respeitassem os ditames do Regulamento de Alçadas das empresas Eletrobras, bem como da Política de Acordos.

v. Pleitos ressarcitórios oriundos da Operação Lava-Jato – Coordenação centralizada pela holding

Acompanhou as iniciativas ressarcitórias pelos danos já reconhecidos em sede criminal e em acordos de leniência decorrentes da Operação Lava-Jato.

vi. Operações financeiras das empresas Eletrobras. Financiamentos e emissão de títulos e valores mobiliários pelas subsidiárias

Acompanhou e analisou a propostas de operações financeiras das empresas Eletrobras.

Em assessoramento aos CAs das empresas Eletrobras, acompanhou e analisou propostas de financiamentos e emissão de títulos e valores mobiliários pelas subsidiárias, bem como opinou e recomendou sugestões de melhoria sobre o tema.

O CAE reiterou a importância de as subsidiárias identificarem projetos elegíveis à emissão de debêntures incentivadas, bem como a relevância de serem estudadas e propostas alternativas para a obtenção de financiamentos a custos mais condizentes com o cenário atual do mercado, em substituição aos financiamentos vigentes.

Por meio de carta dirigida aos CAs das subsidiárias, sugeriu melhorias ao processo de emissão de títulos e valores mobiliários, com vistas a contribuir para os processos decisórios dos administradores.

O CAE recomendou ainda à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras que avaliasse a pertinência de propor à Diretoria Executiva da Eletrobras a inclusão, nos critérios atualmente previstos para análise de integridade nas empresas Eletrobras, da obrigatoriedade de realização de avaliação de integridade de fornecedores de serviços financeiros.

vii. Emissão de bônus no mercado internacional pela Eletrobras

Acompanhou e analisou o Offering Memorandum referente à emissão de bonds no mercado internacional pela Eletrobras.

viii. Concessão de empréstimos e garantias intragrupo a controladas e coligadas

Assessorou o CA da Eletrobras e das subsidiárias em matérias de concessão de empréstimos e garantias intragrupo, incluindo standstill proposto pelo BNDES para dívidas corporativas e de SPEs, em decorrência da pandemia do COVID.

Reiterou: (1) a importância e a urgência de se criar e implementar política de cobrança por garantias oferecidas a controladas e coligadas; e (2) a importância de a Companhia buscar implementar liability management que proporcione uma gestão consolidada das dívidas e a troca de dívidas mais caras.

ix. Auditor Externo

Realizou reuniões com o auditor externo, com enfoque no plano de trabalho anual, cronograma de implementação, demonstrações financeiras trimestrais e anual e monitoramento dos gaps SOx.

Em janeiro de 2021, emitiu opinião ao CA da Eletrobras sobre o prazo de prorrogação do contrato de prestação de serviços de auditoria independente pela Pricewaterhousecoopers – PwC às empresas Eletrobras.

x. Projeto de otimização tributária

Acompanhou o projeto de otimização tributária e das principais oportunidades em implementação, bem como emissão de recomendações qualitativas.

xi. Relatório da Administração Proposta da Administração – 60ª AGO

Analisou e emitiu recomendações de melhoria ao Relatório da Administração e à Proposta da Administração relativa à 60ª Assembleia Geral Ordinária.

xii. Remuneração aos acionistas

Em janeiro/2021, assessorou o CA da Eletrobras no que toca à autorização para pagamento de reserva especial de dividendos.

Em março/2021, o Comitê analisou a proposta de distribuição dos resultados do exercício de 2020 e dos lucros acumulados.

xiii. Monitoramento de fatores de risco afetos a controles internos/GAPS SOx

Monitorou os fatores de risco afetos a controles internos/GAPS SOx, bem como realizou reuniões sobre o tema com o auditor externo e com as equipes internas da holding e das controladas, com enfoque nas principais deficiências identificadas, status dos planos de ação e medidas de remediação, bem como emissão de recomendações qualitativas de aprimoramento nos relatórios e apresentações sobre o tema.

Acompanhou e propôs aprimoramentos de práticas de controles internos à Eletrobras e às suas subsidiárias.

Reuniu-se com Diretorias da Eletrobras com vistas a tratar da implementação dos planos de ação sob sua responsabilidade.

Em janeiro/2021, o CAE reuniu-se com os gestores responsáveis do Centro de Serviços Compartilhados – CSC e da área de controles internos da Eletronuclear para tratar de pontos de atenção de controles internos – Certificação SOx, em especial: (i) atenção aos prazos para atendimento às solicitações de documentações e esclarecimentos relativos ao segundo ciclo de testes da administração, iniciados no final de 2020, e aos testes do auditor independente (PwC), notadamente no que toca às solicitações feitas pelo sistema Connect; (ii) identificar, dentre os controles ineficazes, aqueles que ainda podem ser remediados para a certificação de 2020, bem como em providenciar a documentação e os esclarecimentos necessários para evidenciar essas remediações; e (iii) prover, de forma tempestiva, a documentação de IPE e os controles conforme definido nas MOC.

Nesse mesmo mês, o CAE emitiu carta aos CAs das empresas Eletrobras, com vistas a reforçar a necessidade de atenção aos prazos para atendimento às solicitações de documentações e esclarecimentos relativos ao segundo ciclo de testes da administração, iniciados no final de 2020, e os testes do auditor independente (PwC), principalmente às solicitações feitas pelo sistema Connect.

xiv. Principais riscos associados aos maiores projetos de SPEs

Acompanhou e propôs melhorias relacionadas aos reportes periódicos sobre os principais riscos associados aos maiores projetos de SPEs, incluindo os principais pontos de atenção de cada uma das SPEs, bem como seus indicadores, consolidação dos principais riscos apurados, exposição ao fator de risco considerando heat map atualizado, TIR e valuation ajustados pelo evento de risco, os principais impactos decorrentes e as ações de gestão relacionadas aos riscos críticos.

xv. Leilão de Transmissão n.º 01/2020

Juntamente com o Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade – CEGS, acompanhou aspectos pontuais relacionados à Taxa Mínima de Atratividade – TMA, ao risco-retorno, especificidades de cada lote, efetiva capacidade de potencial redução de CAPEX e possíveis vantagens competitivas do Grupo Eletrobras.

Recomendou melhorias qualitativas à instrução do material perante o Conselho de Administração da Eletrobras.

xvi. Nível de execução do índice de manutenção do segmento de transmissão

O CAE acompanhou junto às subsidiárias o panorama do nível de execução do índice de manutenção do segmento de transmissão, tendo reiterado que as controladas adotassem a padronização e os protocolos definidos pela Diretoria de Transmissão da holding.

xvii. Investimentos e Desinvestimentos em SPEs

Acompanhou e emitiu recomendações às iniciativas de investimento e desinvestimento em SPEs remanescentes.

Em janeiro/2021, assessorou CA de subsidiária sobre processo de realavancagem de SPE. O Comitê recomendou que a matéria fosse instruída com análise de sensibilidade do fluxo de caixa diante dos potenciais cenários de contingência e de potenciais impactos (redução de RAP) advindos de futuras revisões tarifárias, a ponto de comprometer o ICSD.

Adicionalmente, o Comitê destacou os seguintes pontos de atenção para reflexão do Conselho de Administração da subsidiária no processo de tomada de decisão:

- (1) Diante da inexistência de um normativo de práticas de realavancagem de SPEs nas empresas Eletrobras, o órgão colegiado deveria analisar se a maximização de valor deveria se dar no nível da SPE ou no nível da controlada;
- (2) Refletir se o aumento de risco e de taxa de juros da proposta de fato levariam a um aumento de valor para a SPE.

xviii. Reformulação do processo de monitoramento e análise de iniciativas de investimento

Solicitou apresentação ao colegiado sobre a dinâmica de processo de monitoramento e análise de iniciativas de investimento no âmbito do Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras – CISE, bem como reiterou atualização sobre a demanda formulada pelo CAE quanto à reformulação do processo atualmente existente de identificação de iniciativas e oportunidades de investimento do Grupo Eletrobras, com vistas a aprimorar análises futuras e a propiciar tomadas de decisão mais eficientes quanto à alocação de capital, mediante reestruturação do papel do Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras – CISE.

Em janeiro/2021, o CAE propôs ao Conselho de Administração da Eletrobras que avaliasse recomendar à gestão da Eletrobras a reformulação do Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras – CISE e do processo atualmente existente de identificação de iniciativas e oportunidades de investimento do Grupo Eletrobras.

xix. Monitoramento físico e financeiro detalhado das obras e dos projetos

Acompanhou e propôs melhorias qualitativas nos reportes sobre o monitoramento físico e financeiro detalhado das obras e dos projetos mais relevantes em andamento no âmbito das empresas Eletrobras.

Deu continuidade ao zelo pela governança do processo de investimento, alertando as controladas que todas as iniciativas de investimento para participação em leilão por parte das subsidiárias da Companhia – quer as em curso, quer as futuras – contemplem em seu fluxo de governança a tempestiva comunicação e interação com as áreas coordenadoras da holding (DF, DG, DT, CISE etc.) e as Secretarias Geral e de Governança, devendo o Comitê de Auditoria, enquanto órgão de assessoramento aos Conselhos de Administração das controladas, ser instado a se manifestar previamente à submissão das propostas de investimento aos CAs das subsidiárias, respeitada o Regulamento de Alçadas das Empresas Eletrobras, que estabelece parâmetros para que iniciativas de investimento das controladas sejam objeto de prévio aval da Holding.

xx. Trabalhos e reportes da auditoria interna

Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos, relatórios e reportes de auditoria da Eletrobras e de suas subsidiárias.

Reuniu-se com gestores e titulares das unidades de auditoria interna do Grupo Eletrobras. Recomendou às Auditorias Internas do Grupo Eletrobras que fornecessem a devida visibilidade aos respectivos CAs de eventual necessidade de H/H, estruturação e capacitação da equipe, devidamente fundamentada em estudos e benchmarking.

O CAE acompanhou também as principais demandas dos órgãos de controle, tendo recomendado sugestões de melhoria.

CAE recomendou: (1) melhorias à minuta do Regulamento das Auditorias Internas do Grupo Eletrobras; (2) que o próximo trabalho de auditoria interna relacionado à gestão socioambiental de empreendimentos contemple em seu escopo abordagem específica sobre o eventual recrudescimento dos potenciais passivos ambientais não identificados nos empreendimentos das empresas Eletrobras.

xxi. Análise dos RAINTs 2019

Analisou, recomendou sugestões substanciais de aprimoramento e opinou aos Conselhos de Administração das empresas Eletrobras holding, Eletropar, Furnas, Eletronuclear, Eletronorte, Chesf, Amazonas GT e CGT-Eletrosul pela aprovação dos RAINTs 2019. Em relação às subsidiárias Furnas, Eletronorte, Eletronuclear e Amazonas GT, os RAINTs 2019 foram aprovados com ressalvas.

O CAE recomendou que a Auditoria Interna da Eletrobras coordenasse a implementação de mudança e aprimoramento do procedimento e do cronograma dos PAINTs e do RAINTs das empresas Eletrobras, já em seu próximo ciclo. Na opinião do CAE, os PAINTs devem ser aprovados após a elaboração e aprovação dos RAINTs, momento no qual já é proporcionada uma maior visibilidade das fragilidades identificadas no exercício findo.

O CAE recomendou a contabilização da hora dos gestores nos respectivos RAINTs, bem como a necessidade de se realizar estudo qualitativo das unidades de auditoria interna da Eletrobras, com vistas à adequada aferição e visibilidade do Homem-Hora de casa subsidiária.

xxii. Reprogramação PAINTs 2020. Análise dos PAINTs 2021

Durante o exercício, sobretudo devido aos impactos da pandemia do COVID, o CAE analisou a revisão dos PAINTs 2020 das empresas Eletrobras e a reprogramação de determinados trabalhos de Auditoria Interna para o exercício de 2021. Nesse contexto, o Comitê solicitou que a matéria fosse reinstruída com o nível de criticidade dos trabalhos de auditoria, bem como priorizasse a execução no exercício de 2020 dos trabalhos classificados como de maior criticidade, salvo justificativa idônea.

Nesse exercício, a Eletrobras implementou, por recomendação do CAE uma mudança nos fluxos de aprovação do RAINt e PAINT, no sentido de analisar ambos os documentos conjuntamente. Dessa forma, o plano do ano seguinte considera os trabalhos do ano anterior, inclusive no que tange a eventuais saldos de trabalhos a serem finalizados no novo exercício. O resultado é um PAINT mais sólido e aderente às necessidades das empresas Eletrobras.

No mês de novembro/2020, o CAE recepcionou a minuta preliminar de PAINT (matriz e da seleção de trabalhos de auditoria para o exercício de 2021) que seria encaminhada à CGU para comentários. O CAE ressaltou a relevância de os trabalhos compartilhados conduzirem a uma redução geral de HH entre as auditorias internas do Grupo Eletrobras, bem como a necessidade de a área refletir sobre a adoção de pesos diferenciados, no lugar de média aritmética simples, para serem atrelados aos inputs de riscos e de criticidade relacionados a processos de negócios e objetos auditáveis.

Após apresentação da minuta preliminar dos PAINTs, o Comitê recomendou que a versão final do PAINT 2021 da Eletrobras contemplasse trabalho de auditoria específico sobre Transações com Partes Relacionadas - TPRs, com enfoque no sistema de controles e nas transações com partes relacionadas externas.

Nos meses de janeiro e fevereiro/2021, o CAE analisou, recomendou sugestões substanciais de aprimoramento e opinou aos Conselhos de Administração das empresas Eletrobras holding, Furnas, Eletronuclear, Eletronorte, Chesf, Amazonas GT e CGT-Eletrosul pela aprovação dos PAINTs 2021.

Recomendou ainda que os PAINTs da Eletrobras e de suas subsidiárias, antes de sua apreciação final pelo CAE, fossem reestruturados, de modo a contemplar aprimoramentos específicos.

Na manifestação final do Comitê que opinou pela aprovação, o CAE sinalizou aos CAs, no tocante ao sistema de governança do processo decisório, bem como do fluxo de planejamento e execução dos PAINTs, os seguintes pontos de atenção:

(1) Considerando que compete ao CA aprovar a integralidade do orçamento de sua área de auditoria, recomendou-se que tal colegiado atente-se para a análise de adequação da proposta orçamentária contemplada no PAINT 2021, com especial atenção ao orçamento de homem/hora (H/H) em face das atividades de auditoria mapeadas e do orçamento de treinamento em razão das demandas de capacitação verificadas;

(2) Atentar para eventuais insuficiências do quadro, de modo a repor eventuais perdas de quadros da unidade ou com adequada compensação mediante aplicação de medidas incentivadoras de produtividade (como ferramentas tecnológicas) ou redução de escopo de trabalhos de menor criticidade.

À luz da informações prestadas pela Auditoria Interna, que relatou que o exercício de 2020 foi encerrado com a média de 23 horas de treinamento por auditor – valor esse abaixo do mínimo de 40 horas por auditor, conforme recomendado pela CGU, e inferior às 75 horas por auditor previstas no PAINT da Companhia, o Comitê reiterou a necessidade de serem assegurados os recursos necessários para atendimento pela Auditoria Interna da Eletrobras da carga-horária mínima de treinamentos recomendada pela CGU, tendo solicitado às Diretorias de Gestão e Sustentabilidade – DS e Diretoria Financeira – DF o que se segue, cada qual em seu âmbito de atuação:

(1) DS e DF: esclarecer ao CAE os principais pontos que culminaram na não disponibilização de recursos para a realização de treinamentos pela Auditoria Interna da Eletrobras e o atendimento da carga-horária mínima de treinamentos pela área, conforme programadas no PAINT 2020;

(2) DS - Unise: apresentar proposta de mitigação dos impactos resultantes do não atendimento dos treinamentos planejados pela Auditoria Interna da Eletrobras em 2020, realizando interação com a CAI para atendimento à demanda; e

(3) DF: promover os melhores esforços para a viabilização dos recursos necessários para implementação da proposta de planejamento dos treinamentos das áreas vinculadas ao CA Eletrobras, realizando interação com a UNISE para o adequado atendimento da demanda. O CAE reiterou a necessidade de submissão ao CAE e ao CA da Eletrobras de qualquer proposta de contingenciamento orçamentário das áreas vinculadas ao CA da Eletrobras.

xxiii. Deflator de RVA e PLR – não atendimento de recomendações da Auditoria Interna

Acompanhou a implementação de deflator da Remuneração Variável – RVA e da Participação nos Lucros/Resultados atrelado ao grau de não atendimento das recomendações da auditoria interna, conforme recomendação do CAE e acolhido pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 28.10.2019.

xxiv. Processo Seletivo Auditor Interno e Ouvidor-Geral - subsidiárias

Opinou, quando provocado, sobre indicações realizadas para ocupação do cargo de titular de unidade de Auditoria Interna e Ouvidoria-Geral das controladas, mediante análise curricular do indicado, opinião do Diretor-Presidente responsável pela indicação e opinião da Auditoria Interna e Ouvidoria-Geral da holding.

xxv. Recondução Ouvidor-Geral - Eletrobras

Em assessoramento ao CA da Eletrobras, opinou favoravelmente à recondução de profissional da Eletrobras no cargo de Ouvidora-Geral da Companhia. Em março/2021, o CAE aquieceu à assunção do cargo de forma interina por Rafael Alves Maia, tendo em vista a seleção da Ouvidora-Geral para o cargo de Superintendente de Governança e Conformidade da Eletrobras. O processo seletivo para substituição definitiva do titular da Ouvidoria-Geral será iniciado nos próximos meses.

xxvi. Trabalhos e reportes da Ouvidoria, Canal de denúncias e Comitê do Sistema de Integridade – CSI

Acompanhou o andamento dos protocolos de denúncia e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos aos trabalhos e reportes periódicos da Ouvidoria, Canal de denúncias e Comitê do Sistema de Integridade – CSI.

Solicitou à Ouvidoria-Geral da Eletrobras a implementação de fluxo unificado que possibilitasse a utilização dos canais de Ouvidoria para recebimento de demandas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, bem como a adoção de procedimentos necessários para resposta ao manifestante.

Monitorou a evolução do endereçamento das demandas dirigidas ao Comitê de Sistema de Integridade – CSI.

Reiterou: (1) a necessidade de haver efetividade e materialidade da aplicação, no âmbito das empresas Eletrobras, da política de consequências aos responsáveis por eventuais desvios, sobretudo nos protocolos de denúncias julgados procedentes; (2) a necessidade de inclusão, nos reportes periódicos, do balanço consolidado dos dados de sanções aplicadas no Grupo e por empresa, incluindo demissões, suspensões, censura e similares.

xxvii. Reporte da Comissão de Ética

Acompanhou os trabalhos da Comissão de Ética.

xxviii. Gestão e Apuração de Denúncias

Acompanhou os trabalhos e relatórios de gestão e apuração de denúncias, inclusive de Prioridade 1 e de fluxo de Alta Hierarquia, tendo emitido recomendações de melhoria e opinião sobre propostas de encerramentos de protocolos.

Acompanhou os achados de Relatórios de Apuração que apontavam para infrações e responsabilizações dos responsáveis nas empresas Eletrobras, incluindo, quando cabível, medidas de afastamento de empregados.

Recomendou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras que o relatório trimestral de integridade fosse reformulado, de modo a contemplar, dentre outros, as medidas que vêm sendo implementadas na gestão de consequências e os planos de ação para avançar no nível do modelo de maturidade correcional.

Em dezembro/2020, em assessoramento ao CA da Eletrobras, manifestou-se favoravelmente à alteração da subordinação da área de gestão e apuração de denúncias – até então vinculada ao CA da holding – para a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC.

xxix. SPE de subsidiária

O Comitê recomendou à administração de subsidiária a adoção de providências necessárias tendentes à apuração de responsabilidades e consequências de administradores, ex-administradores da controlada e da SPE e aos sócios envolvidos, vis-à-vis o histórico de destruição do valor da SPE e achados e apontamentos realizados pelo TCU.

xxx. Trabalhos e reportes da área de gestão de riscos

Em 2020, o Comitê evoluiu na reestruturação e maior clareza do ciclo de gestão de riscos, com especial atenção aos seus pontos de contato com o CAE e com o Conselho de Administração.

Acompanhou e propôs aprimoramentos de práticas de gestão de riscos à Eletrobras e às suas subsidiárias, tais como a necessidade de maior: (1) objetividade e assertividade dos planos de ação (definição e monitoramento), com inclusão dos comentários dinâmicos nos relatórios trimestrais, sobretudo via sumário executivo, de modo a demonstrar os acontecimentos que impactam a variação da exposição ao risco e a evidenciar a evolução identificada na gestão do risco e no negócio subjacente; (2) evolução na discussão do apetite e da mensuração das dimensões do risco; (3) convergência entre a holding e as controladas; e (iv) impacto na primeira linha de defesa, inclusive nos processos decisórios.

Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos, relatórios trimestrais e relatório anual (exercício 2019) da área de gestão de riscos, tais como: (1) a inclusão dos destaques das movimentações e acontecimentos que impactaram a variação da exposição ao risco no período; (2) os diálogos e validações pela gestão acerca do grau de exposição dos eventos de risco; (3) evidenciar fotografia atualizada e o momento atual do ciclo e dos pontos de contato com o CAE, com os demais Comitês de assessoramento e com o Conselho de Administração da Eletrobras ao longo do exercício, tanto no monitoramento quanto na revisão e priorização da matriz; e (4) reflexão da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC junto à Diretoria Financeira – DF acerca de sua percepção quanto à exposição do evento de risco “Demonstrações Contábeis e Financeiras”, sobretudo à luz dos controles que têm sido objeto de levantamento e de tentativa de remediação.

Em assessoramento ao CA da Eletrobras, manifestou opinião sobre: (1) a abordagem prática de apetite a riscos das Empresas Eletrobras; (2) a proposta de matriz de riscos corporativos e de identificação e priorização de riscos nas Empresas Eletrobras - Ciclo 2020-2021. Neste ponto, realizou sugestões qualitativas de melhoria substanciais, inclusive de inclusão na priorização de riscos do ciclo 2020-2021 dos eventos de riscos “Gestão das Demonstrações Financeiras e gaps de controles internos” e “Segurança da Informação”, além de alocação do evento de risco “Mudanças Climáticas” no “Pilar Negocial”, e não no “Pilar Operacional”.

Reiterou aos CAs das subsidiárias: (a) o papel do CA na propriedade da gestão dos riscos da Companhia, na sua priorização e na decisão sobre a estratégia adotada para tratar cada risco de acordo com o grau de apetite ao risco da empresa; (b) a relevância de as áreas de gestão de riscos das subsidiárias interagirem com a área coordenadora da holding com vistas a se inteirar das mudanças previstas no processo de revisão da Política de Gestão de Riscos, de modo a possibilitar a harmonização do heat map, das premissas de classificação e da régua de impacto entre as empresas Eletrobras.

Sugeriu à Eletrobras e às subsidiárias a reflexão sobre a incorporação da gestão de riscos no processo decisório da primeira linha de defesa. Na percepção do CAE, é necessária ponderação quanto à necessidade de algumas decisões de Diretoria e Conselho serem acompanhadas de parecer da área de gestão de riscos, evidenciando os potenciais impactos.

Em relação ao fator de risco “Mudanças Climáticas”, o Comitê recomendou reflexão e alinhamento quanto à probabilidade associada ao referido fator de risco, haja vista a adesão da Eletrobras ao Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD). Na percepção do Comitê, a probabilidade associada à mudança climática deveria ser alta, devendo o tema ser debatido e alinhando entre a holding e as demais empresas do Grupo.

Recomendou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade da Eletrobras a revisão da metodologia de atualização da cadeia de valor e dos respectivos processos.

xxxi. Segurança de barragens

No âmbito dos reportes trimestrais dos trabalhos de gestão de riscos e nas reuniões com as controladas, monitorou questões afetas à segurança de barragens.

Acompanhou a construção da Política de Segurança de Barragens das empresas Eletrobras e reconheceu a evolução qualitativa no documento à luz das sugestões e recomendações de melhoria do CAE, sobretudo no que tange a uma menor dependência dos requerimentos regulatórios e maior ênfase na governança e independência das análises. Em assessoramento ao CA da Eletrobras, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

Em todas as reuniões com subsidiárias, o Comitê ressaltou a importância da implementação da política nos empreendimentos corporativos e de empregar os melhores esforços para que controladas e coligadas também o façam.

xxxii. Trabalhos e reportes de integridade

Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos e relatórios trimestrais de integridade.

Acompanhou e propôs aprimoramentos de práticas de integridade à Eletrobras e às suas subsidiárias, e no próprio relatório.

Solicitou à Auditoria Interna que incluísse, no Relatório de Auditoria Interna n.º 04/2020 – Gestão de Integridade, recomendação assertiva para que os normativos e procedimentos internos da Eletrobras fossem modificados e revisados, de modo restar previsto que infrações éticas sejam acompanhadas não apenas de apuração ética, mas também de apuração administrativa, com gestão e aplicação efetiva das consequências cabíveis.

Recomendou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras: (i) que o relatório trimestral de integridade fosse reformulado, de modo a contemplar, dentre outros, as medidas que vêm sendo implementadas na gestão de consequências e os planos de ação para avançar no nível do modelo de maturidade correcional; (ii) que avaliasse a pertinência de propor à Diretoria Executiva da Eletrobras a inclusão, nos critérios atualmente previstos para análise de integridade nas empresas Eletrobras, da obrigatoriedade de realização de avaliação de integridade de fornecedores de serviços financeiros.

xxxiii. Trabalhos e reportes de segurança da informação

Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos e relatórios trimestrais de segurança da informação.

O CAE enviou carta aos CAs das subsidiárias alertando sobre a necessidade de adequação imediata à formalização de estrutura adequada de Segurança da Informação, a não-revisão (atualização, padronização, formalização e/ou testes periódicos) dos planos de contingência e a necessidade de estabelecimento de cronograma que contemplasse medidas mais imediatas e efetivas com vistas a mitigar possíveis consequências advindas do fim do suporte do Windows 7.

Recebeu atualização da Eletronuclear quanto às medidas visando ao endereçamento das recomendações da Auditoria Interna da Eletronuclear relacionadas à TI. O tema foi oriundo de recomendação do CAE, realizada em 2019, para que a subsidiária confeccionasse nota técnica esclarecendo como seriam passíveis de serem endereçadas conjuntamente a adoção do Plano de Segurança da Informação das empresas Eletrobras e as recomendações da Auditoria Interna da subsidiária relacionadas à TI. A Eletronuclear, posteriormente, notificou o Comitê do atendimento das recomendações da Auditoria Interna.

O Comitê foi reportado sobre os principais pontos de atenção relativos ao ambiente de Operação e Manutenção das empresas Eletrobras, bem como sobre o projeto de uniformização da segurança cibernética de Tecnologia Operacional das Empresas Eletrobras – SegCiberTO.

Em fevereiro/2021, o CAE recebeu, a pedido, reporte sobre o incidente cibernético na rede administrativa da Eletronuclear, bem como panorama das principais medidas de remediação e de apuração.

xxxiv. Aprimoramento no processo, na gestão e na Política de Transações com Partes Relacionadas - TPRs

O CAE reiterou a necessidade de aprimoramento no processo de identificação e análise de TPRs, tendo instado a gestão da Companhia a rever e a aprimorar a Política de Transações com Partes Relacionadas e o processo de identificação e monitoramento.

Acompanhou o processo de revisão da Política de TPRs e recomendou aprimoramentos e melhorias qualitativas no processo de gestão das Transações e na revisão da respectiva Política.

Reiterou a necessidade de haver plena implementação do Cadastro de Partes Relacionadas da Eletrobras, bem como sua integração com o SAP, de modo a assegurar a correta sinalização e identificação em todas as transações cadastradas.

O CAE solicitou à Auditoria Interna da Eletrobras a inclusão no PAINT 2021 de trabalho de auditoria específico sobre Transações com Partes Relacionadas - TPRs, com enfoque no sistema de controles e nas transações com partes relacionadas externas.

Em fevereiro/2021, reiterou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras ser urgente:

(1) a necessidade de imediata internalização do processo de identificação e de análise de transações com partes relacionadas por todo o Grupo, em observância à Política de TPRs das empresas Eletrobras e à regulamentação sobre o tema. Na percepção do CAE, enquanto não estiver implementado o Cadastro de Partes Relacionadas da Eletrobras, as áreas técnicas proponentes de matérias que versem sobre transações com partes relacionadas devem executar testes que possibilitem a identificação de TPRs e o atendimento dos requisitos estabelecidos na referida Política; e

(2) como ponto de evolução, a transformação cultural das áreas técnicas das empresas Eletrobras na análise crítica e acurada das operações e negócios jurídicos, especificamente no que toca à discricionariedade ou não de sua celebração. Caso as transações intentadas pela gestão não sejam de fato obrigatórias por regulação específica, havendo margem de discricionariedade e espaço para negociação, deve ser estritamente seguido o procedimento e o fluxo de TPRs sempre que a contraparte se qualificar como relacionada.

xxxv. Análise de Transações com Partes Relacionadas – TPRs

Quando provocado, manifestou-se sobre transações com partes relacionadas.

O CAE constatou a necessidade de aprimoramento no processo de identificação e análise de TPRs, tendo instado a gestão da holding e de suas subsidiárias, sempre que possível, a identificar a ocorrência e a realizar análise de TPRs no Grupo Eletrobras, submetendo-as ao Comitê e visando à adoção das providências necessárias à sua divulgação.

Em fevereiro/2021, o CAE assessorou o CA de subsidiária quanto a possível transação com parte relacionada. Reiterou que se fazia necessário, à luz da Política de Alçadas, haver avaliação da gestão e do CA da controlada quanto à natureza compulsória do instrumento jurídico, possivelmente decorrente de ato normativo específico editado pelo Poder Concedente. Pontuou ainda que, caso o Conselho de Administração da subsidiária viesse a perfilar posição de que o instrumento jurídico constituísse decisão de cunho discricionário, embasada em livre manifestação de vontade das partes, a matéria deveria ser reinstruída, a fim de que fossem observadas as diretrizes contempladas na Política de Transações com Partes Relacionadas das Empresas Eletrobras, incluindo-se análise específica, por parte das áreas técnicas envolvidas, que evidencie tratar-se de operação comutativa, mutuamente proveitosa e negociadas em condições de mercado, ou que contemple compensação adequada.

xxxvi. Fundos de pensão e planos de saúde – Resoluções CGPAR n.º 09, 22 e 23

Manifestou opinião e acompanhou assuntos relacionados a fundos de pensão (CGPAR 09) e planos de saúde (CGPAR 22 e 23) das empresas Eletrobras. Também sugeriu melhorias ao termo de referência da contratação de consultoria para reformulação da estrutura de governança das fundações e definição do melhor cenário de otimização das entidades.

As reuniões com o atuário mencionadas no item 10.i também contribuíram nesta análise.

O Comitê reuniu-se com o Diretor-Presidente da Eletros. Do mesmo modo, nas reuniões realizadas pelo CAE com as subsidiárias no 1S20, foram convidados os Diretores-Presidentes de cada uma das entidades de previdência das empresas do Grupo Eletrobras.

O colegiado reiterou a importância de as entidades de previdência promoverem alocações de sua carteira de ativos de forma mais equilibrada e aderente ao modelo ALM – Asset Liability Management. Algumas fundações deram início ao aprimoramento das medidas necessárias para incremento dos investimentos em renda variável e melhor aderência ao modelo ALM.

O CAE reiterou a necessidade de melhoria na capacitação das empresas controladas para monitorar as entidades de previdência que patrocinam.

Em março/2021, o Comitê solicitou à Diretoria de Gestão e Sustentabilidade da Eletrobras que incluísse, nos relatórios semestrais de gestão do patrocínio de planos de benefícios previdenciários, sumário sobre os principais impactos da pandemia Covid-19.

No mesmo mês, o CAE foi reportado sobre a evolução do déficit dos planos das EFPCs e os impactos advindos da redução das taxas de juros, considerando a situação atualizada dos ativos.

xxxvii. Contratação de firmas de auditoria “Big Four” (EY, Deloitte, KPMG e PwC)

Quando provocado, tomou ciência prévia das contratações pelas empresas Eletrobras e resultados de licitações cujos vencedores fossem empresa “Big Four”,

Reiterou ao CA a percepção do colegiado de que a Companhia deve realizar planejamento estratégico de médio prazo para evitar a contratação de firmas de auditoria “Big Four” para trabalhos de consultoria, com vistas a proporcionar maior grau de competitividade em futuros certames licitatórios para contratação do auditor externo.

Em janeiro/2021, o CAE emitiu carta à Diretoria de Gestão e Sustentabilidade da Eletrobras reiterando sua preocupação (externada originalmente ao CA e à gestão da Eletrobras em fevereiro/2019) com a contratação recorrente de empresas que poderiam vir a participar de eventual certame para auditoria externa das empresas Eletrobras – com prejuízo à competitividade nos certames licitatórios para contratação de auditor independente. Nesse sentido, reiterou a importância de que o Regulamento de Licitações e Contratos das empresas Eletrobras estabeleça metodologia própria para que os editais de licitação prevejam mecanismos explícitos de exclusão de potenciais licitantes devido a potenciais conflitos de interesse ou normas da CVM e SEC concernentes à preservação da independência de prestadores de serviços de auditoria externa, atuais, pretéritos e futuros – mediante opinião do CAE.

Em janeiro/2021, o CAE também propôs ao Conselho de Administração da Eletrobras que avaliasse recomendar à gestão da holding a adoção das medidas necessárias para que a Companhia esteja apta e preparada a fazer valer a prerrogativa fixada no artigo 31-A da Instrução Normativa CVM n.º 308/1999, com redação incluída pela Instrução Normativa CVM n.º 509/2011, que estendeu para até 10 (dez) anos o prazo de contratação de serviços de auditor independente, caso seja prestado por pessoa jurídica e caso haja Comitê de Auditoria Estatutário em funcionamento permanente – como forma de melhorar a situação estratégica da Eletrobras diante dos potenciais conflitos que impeçam a competitividade do certame.

xxxviii. Análise do Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 21-25

Acompanhou o status dos trabalhos e os principais pontos de atenção do planejamento econômico-financeiro referente ao PDNG 2021-2025. Assessorou o CA da Eletrobras no que toca ao Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2020-2035 e ao Modelo de Monitoramento de Execução da Estratégia da Eletrobras.

Analizou e manifestou opinião sobre o PDNG 21-25, bem como emitiu recomendações qualitativas de ajustes e aprimoramento sobre o acompanhamento dos investimentos e projetos.

Reiterou a relevância de que as empresas Eletrobras passem a confeccionar conjunta e coordenadamente uma carteira estratégica de projetos para todo o Grupo, com vistas a propiciar a busca dos melhores projetos e a classificação estratégica dos empreendimentos de acordo com sua atratividade e retorno sobre o capital.

Em janeiro/2021, reiterou à Diretoria Financeira da Eletrobras a necessidade de a holding trabalhar num processo integrado de liability management, indicando procedimentos e diretrizes tendentes à otimização de estrutura de capital das empresas Eletrobras, incluindo SPEs.

O Comitê reiterou ainda às controladas a necessidade de haver estrita observância de todos os limites e premissas fixados no PDNG 2021-2025, sobretudo no que toca ao CAPEX, respeitando-se o fluxo de governança e os limites previstos no Regulamento de Alçadas das empresas Eletrobras

xxxix. Análise e Revisão do Planejamento Econômico-Financeiro, em razão da pandemia Covid-19 – PDNG 20-24 e Resultados do PDNG 2019-2023

Assessorou o CA da Eletrobras na aprovação e na revisão do Planejamento Econômico-Financeiro – PDNG 20-24, com vistas a considerar análise e impactos dos efeitos da pandemia Covid-19 sobre os negócios, caixa e força de trabalho da Companhia, incluindo-se atualização das premissas estratégicas e eventual revisão do CAPEX.

Assessorou o CA da Eletrobras na análise dos resultados do PDNG 2019-2023 no exercício de 2019.

xl. Reprogramação do Programa de Dispendios Globais – PDG 2020 e Programação 2021 do PDG

Acompanhou a confecção e a programação do orçamento de custeio e de investimento do exercício de 2021 e de suas principais premissas orientativas quanto às estimativas de receitas e de despesas na elaboração do PDG 2021.

Também assessorou o CA da Eletrobras na proposta de reprogramação do PDG 2020.

Reportou ao Conselho de Administração da Eletrobras e reiterou à Diretoria Financeira a necessidade de observância da orçamentação independente, mediante a criação de mecanismos práticos aptos a assegurar a independência orçamentária das áreas vinculadas ao CA, com discriminação adequada das linhas e rubricas.

xli. Angra 3 – Eletronuclear

Assessorou o Conselho de Administração da Eletrobras quanto à concessão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC para realização dos investimentos necessários no contexto do plano de aceleração da linha crítica do empreendimento Angra 3.

Acompanhou a evolução dos trabalhos de aceleração do caminho crítico do empreendimento, bem como o status de criação do programa de conformidade específico para o projeto de Angra 3. Foi apresentado ao Comitê, conforme solicitado pelo CAE, estudo atualizado do custo de abandono e cancelamento da obra referente ao empreendimento de Angra 3, segregando os impactos tanto para a Eletrobras quanto para a Eletronuclear.

O Comitê manifestou ao CA da Eletronuclear preocupação com o pouco avanço obtido na implantação de medidas de hedge para proteção cambial do projeto Angra 3 – conforme recomendado pelo CAE. Reiterou sua percepção quanto à necessidade de urgente e imediata realização de proteção cambial do projeto, bem como quanto à importância de o custo do hedge ser incluído no custo do projeto e da atratividade.

Em janeiro/2021, opinou ao CA da Eletrobras sobre descontinuação dos recursos para a contratação das obras civis das atividades do Plano de Aceleração do Caminho Crítico de Angra 3. O Comitê solicitou ainda que a matéria fosse instruída perante o CA da holding com: (i) o impacto do custo anual da obra parada comparado sobretudo com o custo de despesas de pessoal e manutenção da obra, sem levar em conta impairment e juros não capitalizados; (ii) o status de implementação do programa de compliance do empreendimento; e (iii) prestação de contas dos recursos já liberados pela Eletrobras.

xlii. Risco corporativo de indisponibilidade de combustível – Angra 1 e 2 – Eletronuclear

Acompanhou o status do panorama de abastecimento combustível das usinas Angra 1 e 2 e solicitou apresentação específica sobre os principais marcos da resolução do risco de combustível (Angra 1 e 2), com destaque às datas críticas das recargas que se encontram sob ameaça.

Em fevereiro/2021, em apresentação ao CAE, a subsidiária informou o agravamento do risco corporativo de indisponibilidade de combustível nuclear para abastecimento das usinas Angra 1 e 2, em virtude das sucessivas reduções da disponibilidade orçamentária das Indústrias Nucleares do Brasil – INB.

O Comitê opinou por recomendar ao Conselho de Administração da Eletronuclear que os planos de ação delineados para a resolução do risco de fornecimento de energia e de segurança de abastecimento de combustível sejam efetivados com celeridade, assertividade e concretude, incluindo a construção de possíveis alternativas de fornecimento, tal como eventual importação de combustível.

Também foi cientificado pelo Coordenador do Comitê o Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras, com vistas à possível adoção de medidas adicionais por parte da holding.

xliii. Paradas das usinas Angra 2 e Candiota III

O Comitê acompanhou possíveis repercussões das paradas das usinas de Angra 2 e Candiota III e possíveis perspectivas de insuficiência de entrega de energia.

Solicitou à Diretoria de Geração da Eletrobras avaliação sobre o tema e apresentação ao colegiado dos potenciais impactos decorrentes das paradas de Angra 2 e Candiota III, inclusive nas demonstrações financeiras.

xliv. Comercialização de energia

Juntamente com o Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade – CEGS, acompanhou e se manifestou sobre o novo modelo de negócios no segmento de comercialização de energia elétrica das empresas Eletrobras.

Recomendou melhorias qualitativas de aprimoramento futuro no que toca à redefinição do modelo de negócios de comercialização de energia.

xlv. Demandas e atuações do agente regulador ANEEL – segmentos de geração e transmissão

Acompanhou o panorama sobre a gestão das ações de fiscalização e detalhamento das atuações realizadas pela Aneel às empresas Eletrobras nos segmentos de geração transmissão, com destaque aos autos de infração mais relevantes sob o ponto de vista financeiro.

O CAE foi reportado ainda sobre os principais pontos de atenção relacionados à fiscalização da Aneel sobre o reprocessamento dos benefícios da CDE no custeio do carvão mineral e combustíveis secundários, por meio de conta gerida pela Eletrobras entre janeiro de 2011 e abril de 2017.

xlvi. Fiscalização da Aneel e processo CGU sobre construção de linha de transmissão por subsidiária.

CAE recomendou à Auditoria Interna da Eletrobras: (1) que fossem levantados e devidamente documentados os principais elementos identificados; (2) que interagisse com as áreas responsáveis para que fosse instaurado no âmbito da Eletrobras, sob a coordenação do CSI, processo administrativo disciplinar em face dos gestores da subsidiária, que teriam supostamente aprovado o investimento em potencial contrariedade ao rito de governança estabelecido pela Eletrobras, visando à apuração de fatos e responsabilidades. Na percepção do Comitê, deve ser levado em conta, ainda, se à época da aprovação pela subsidiária a perspectiva de retorno do investimento, em sua origem, era negativa.

xlvii. UHE Jirau – ESBR – Chesf e Eletrosul

Recebeu reporte das controladas Chesf e Eletrosul sobre o panorama da UHE Jirau (SPE Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR), com enfoque nos riscos e cenários mais relevantes e críticos do empreendimento.

xlviii. UTE Santa Cruz - Furnas

CAE acompanhou os principais pontos de atenção do cronograma físico-financeiro, da entrada em operação e da rentabilidade do empreendimento.

xliv. HNAS - Hospital Nair Alves de Souza – Hospital mantido pela CHESF

Acompanhou o encerramento progressivo das atividades do Hospital Nair Alves de Souza – HNAS, sob atual responsabilidade da Chesf pela gestão e custos operacionais, com a desoneração e retirada integral por parte da Chesf a partir de 01.01.2021. O CAE solicitou à Chesf a retirada da subsidiária dessa atividade, que não dizia respeito ao seu objeto social, desde outubro/2018.

I. Elaboração de plano de sucessão formal para posições-chave

Reiterou à Eletrobras e suas subsidiárias a necessidade de elaboração e implementação de plano de sucessão formal para as posições-chave e estratégicas da Companhia, trabalhando o tema inclusive sob a ótica do risco.

li. Integridade do compliance fiscal e contábil da AmGT

Acompanhou as iniciativas visando ao recebimento da dívida em aberto da Amazonas Energia e ao assessment tributário da Amazonas GT.

lii. Processo envolvendo banco KfW x CGTEE (atual CGT-Eletrosul)

Acompanhou o status dos processos judiciais envolvendo o banco KfW e os achados do estudo sobre a possibilidade de ressarcimento em face de terceiros.

CAE reiterou posição pretérita do Comitê no sentido de que o Grupo Eletrobras se posicione de forma uniforme perante o banco KfW, deixando de realizar negócios até a resolução da controvérsia com a CGTEE.

liii. Fornecimento de carvão mineral para Usina de Candiota III – CGT-Eletrosul

Acompanhou os riscos associados ao fornecimento de carvão mineral para a Usina de Candiota III.

liv. Concessão UHE Tucuruí – Eletronorte

Acompanhou os principais pontos de atenção relativos à renovação da concessão da UHE Tucuruí.

Iv. Eletronet

Acompanhou e emitiu pareceres, em diversas reuniões, acerca da evolução das negociações e andamento do imbróglho envolvendo Eletronet e as empresas cedentes (Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte).

Assessorou os Conselhos de Administração da Eletrobras, Chesf, Furnas, Eletronorte e CGT-Eletrosul em relação à proposta de aprovação da prorrogação do termo final original previsto nos aditivos de 20 (vinte) anos dos Contratos de Confissão de Dívida.

Solicitado pela Auditoria Interna da Eletrobras, manifestou-se favoravelmente à inclusão, no PAINT 2020, de trabalho de auditoria específico para auditar nas controladas (cedentes) os contratos e controles de teleprocessamento e dados junto às Linhas de Transmissão – LTs e processos de telecomunicação envolvendo fibras óticas da Eletronet, abrangendo inclusive a análise de intermediários e de grupos econômicos das contrapartes dos contratos.

Ivi. Tomada de Contas Especial - UEE Casa Nova I – Chesf

Monitorou o endereçamento da demanda relativa à análise de eventual responsabilidade de administradores da Companhia, em relação ao empreendimento UEE Casa Nova I, objeto de Tomada de Contas Especial pelo TCU.

CAE reiterou a necessidade de que a gestão da subsidiária, em conjunto com a holding, adote todas as iniciativas necessárias para garantir a devida apuração de responsabilidade e efetiva aplicação da política de consequências aos administradores, à luz dos deveres fiduciários e da LSA.

Ivii. PCH Santo Cristo – CGT-Eletrosul

Assessorou o CA da CGT-Eletrosul na análise de eventual deflagração de novo processo licitatório para a venda dos bens e a transferência dos direitos referentes à PCH Santo Cristo, avaliando ainda a hipótese de solicitação de revogação da respectiva autorização junto à Aneel, conforme suscitado pela própria Agência Reguladora no Ofício ANEEL nº 566/2019.

Reiterou a necessidade de haver maior assertividade e celeridade na abertura imediata de sindicância para apuração de responsabilidades relacionadas à aquisição dos projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs (PCH Santo Cristo e outras).

Iviii. Transação com ABB - corrente contínua HVDC do Madeira – Eletronorte

Opinou ao CA da Eletronorte sobre proposta de celebração de instrumento particular de transação pela subsidiária com a empresa ABB Ltda., após ter sido reinstruída a matéria, por solicitação do CAE. O CAE também solicitou o engajamento e o envolvimento da Diretoria de Transmissão da holding na matéria.

Iix. Políticas e normativos

Manifestou opinião, emitiu recomendações de melhorias e de padronização das minutas de normativos relevantes da Companhia – tais como: Estatuto Social da Eletrobras, Política de Transações com Partes Relacionadas das empresas Eletrobras (revisão), Política de Hedge Financeiro da Eletrobras, Sistemática de Desinvestimento em SPE da Eletrobras – versão 3.0, Revisão do Código de conduta ética e integridade, Política de Celebração de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras – 1ª edição, Regulamento de Alçadas as empresas Eletrobras e Política de Segurança de Barragens.

O Comitê propôs CA da Eletrobras reflexão quanto à pertinência de a gestão da Companhia avaliar a conveniência e oportunidade de contratar consultoria com vistas à estruturação mais otimizada dos principais documentos e relatórios da empresa – tais como o Formulário 20-F, Formulário de Referência e Carta Anual de Política Pública e Governança –, de modo a propiciar, em seu próximo ciclo de edição, o enxugamento qualitativo de informações e de duplicidades desnecessárias contidas nos referidos documentos.

Ix. Política de Alçadas

Analisou a proposta de revisão da Política de Alçadas e emitiu recomendações para aprimoramento da referida Política. Atualmente, o documento possui status normativo de regulamento, e não mais de Política.

Ixi. Formulário 20-F

Acompanhou a confecção do Formulário 20-F, com emissão de sugestões de melhoria.

Ixii. Informe de Governança CVM – “Pratique ou Explique”

O Comitê manifestou opinião de que somente analisaria o documento no exercício de 2020 caso houvesse solicitação específica por parte do próprio CEGS – o que não ocorreu.

Ixiii. Relatório Anual da Eletrobras – exercício 2019

Assessorou o CA da Eletrobras na apreciação do Relatório Anual da Eletrobras – exercício 2019, tendo dado enfoque aos temas de maior materialidade abordados no Relatório.

Ixiv. Carta Anual de Política Pública e Governança da Eletrobras – exercício 2019

Assessorou o CA da Eletrobras na apreciação da Carta Anual de Política Pública e Governança da Eletrobras – exercício 2019, tendo sugerido sugestões de melhoria.

Ixv. Formulário de Referência – exercício 2019

Assessorou o CA da Eletrobras no que toca à aprovação do Formulário de Referência – exercício 2019.

CAE reiterou opinião sobre a necessidade de que a gestão da Companhia busque aprimorar o Formulário de Referência, com vistas a propiciar, em seu próximo ciclo de edição, uma estruturação mais otimizada do documento e um enxugamento qualitativo de redundâncias desnecessárias, inclusive inserindo sumários executivos de documentos corporativos, de modo a evitar sua transcrição integral.

Ixvi. Proposta de Participação nos Lucros/Resultados 2020 e Apuração e Pagamento da PLR 2019

Em assessoramento ao CA da Eletrobras, o CAE manifestou opinião sobre a proposta de PLR 2020 e de apuração e pagamento da PLR 2019.

Ixvii. Proposta de ajuste nas regras e indicadores do Programa de Remuneração Variável Anual – RVA 2020 e Apuração e Pagamento da RVA 2019

Em assessoramento ao CA da Eletrobras, o CAE manifestou opinião sobre a proposta de ajuste nas regras e indicadores da RVA 2020 e de apuração e pagamento da RVA 2019.

Ixviii. Governança do CAE

Acompanhou a gestão e o acompanhamento das demandas emanadas pelo Comitê (planilha de follow-ups), a proposta do orçamento do colegiado para o PDG 2021.

Aprovou a proposta de calendário anual de reuniões ordinárias para o exercício de 2020 e confeccionou e submeteu ao CA da Eletrobras o plano de trabalho para o exercício de 2020.

Decidiu utilizar sistema point person, com o intuito de que cada membro do colegiado se especialize e se aprofunde em determinada subsidiária, com vistas a: (1) acompanhar as pautas dos CAs das subsidiárias; (2) se debruçar sobre as DFs trimestrais.

A divisão restou fixada da seguinte forma: Mauro Cunha – Furnas; Luís Bassi – Eletronorte; Felipe Dias – Eletronuclear; Daniel Ferreira – Chesf; e Luiz Nannini – CGT-Eletrosul.

Em janeiro/2021, o CAE instou o Conselho de Administração da Eletrobras que se manifestasse pela formalização da indicação de recondução do membro externo Luís Henrique Bassi Almeida, a fim de que fossem iniciados os trâmites para análise de integridade e opinião do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade – CGPE. O processo de indicação foi concluído e o referido membro externo tomou posse em 24.02.2021

Ixix. Avaliação do Assessor do Conselho e dos gestores titulares da Auditoria Interna, Ouvidoria-Geral e Gestão e Apuração de Denúncias da holding

Realizou avaliação do assessor do Conselho, do auditor interno, da ouvidora-geral e da titular da área de gestão e apuração de denúncias da Eletrobras, bem como realizou reunião individual de feedback com os avaliados.

Reportou ao Comitê de Gestão de Pessoas e Elegibilidade – CGPE e ao CA da Eletrobras a possível necessidade de ser aprimorada, na cultura organizacional da Companhia, a realização de reuniões individuais de feedback pelos gestores avaliadores com seus respectivos colaboradores.

Reiterou aos Conselhos de Administração das subsidiárias a necessidade de serem adotadas as medidas necessárias para implementar a avaliação dos gestores titulares das áreas vinculadas aos respectivos CAs,

No âmbito de sua atuação unificada, o Comitê realizou também reuniões com as empresas Eletrobras Furnas, Eletropar, Eletronuclear, Chesf, Eletronorte, AmGT e CGT-Eletrosul, tendo solicitado que fosse realizada apresentação panorâmica sobre a realidade de cada subsidiária, incluindo:

- i. Investimentos: iniciativas e carteira corporativa de projetos de investimento nos segmentos de geração e transmissão, incluindo possíveis vantagens competitivas nos Lotes 1 e 2 do Leilão de Transmissão n.º 01/2020.
- ii. Execução do CAPEX de manutenção: panorama do nível de execução do índice de manutenção do segmento de transmissão.
- iii. SPEs: Update sobre status e situação econômico-financeira das SPEs mais relevantes.
- iv. Gestão de Riscos, incluindo mapa de riscos, classificação, eventos de risco críticos, bem como update dos estudos de segurança das barragens.
- v. Controles internos: principais deficiências identificadas (gaps SOx), status de formalização dos planos de ação, expectativas de remediação e cronograma de certificação SOx.
- vi. Ouvidoria e Gestão de Denúncias: Interação com ouvidores-gerais e pontos focais nas subsidiárias responsáveis pela apuração e gestão de denúncias.
- vii. Auditoria Interna: Status de execução do PAINT, principais achados identificados, auditorias mais relevantes. Relatório com os achados de auditoria mais relevantes, status de cumprimento dos cronogramas e eficácia dos planos de ação.
- viii. Fechamento contábil: principais destaques e pontos de atenção do fechamento contábil.
- ix. Panorama das contingências jurídicas, incluindo classificações e atribuição do risco (provável, possível e remoto).
- x. Previdência e Saúde: reunião com CEOs das EFPCs para acompanhamento dos fundos de pensão, status de implementação das recomendações da Mercer nos fundos de pensão e esclarecimentos aos apontamentos e recomendações de aprimoramento realizados pelo CAE aos relatórios de auditoria referentes às EFPCs - CGPAR 09.
- xi. Pontos de atenção da cada subsidiária levantados pelo CEO, membros do CA, conselheiros independentes, e presidente do Conselho Fiscal.
- xii. Outras informações relevantes, dotadas de alta criticidade e materialidade, de acordo com a realidade de cada subsidiária.

11. Relatório de Conformidade da remuneração dos dirigentes da Eletrobras – 2020

Na RCAE 169, havida em 10.03.2021, o Comitê analisou o Relatório de Conformidade da remuneração dos dirigentes da Eletrobras no período de abril de 2020 a março de 2021, bem como o respectivo parecer da Auditoria Interna, tendo formado entendimento quanto à adequação do procedimento de remuneração no referido interregno, em linha com as balizas aprovadas na AGO 2020 e com os normativos pertinentes.

12. Do Monitoramento dos Trabalhos das Demonstrações Financeiras – exercício findo em 31.12.2019

Nos dias 24 e 27 de março de 2020, foi realizada a RCAE 109, ocasião na qual o CAE reuniu-se para analisar de forma final as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ocasião na qual recomendou a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas da Eletrobras.

13. Do Monitoramento dos Trabalhos das Informações Trimestrais – 1ITR, 2ITR e 3ITR – exercício findo em 31.12.2020

Foram realizados reportes ao CAE sobre as demonstrações financeiras trimestrais nos seguintes dias:

1ITR - 2020 RCAE

Discussão sobre principais pontos críticos em discussão relativos ao fechamento do 1ITR, incluindo planejamento, cronograma, reunião com auditor externo e reunião com o CF da Eletrobras.

- RCAE 113 | 14/abr
- RCAE 115 | 05/mai
- RCAE 116 | 12/mai

- RCAE 117 | 19/mai
- RCAE 118 | 26/mai
- RCAE 119 | 28/mai

2ITR - 2020 RCAE

Discussão sobre principais pontos críticos em discussão relativos ao fechamento do 2ITR, incluindo planejamento, cronograma e reunião com auditor externo.

- RCAE 129 | 28/jul
- RCAE 130 | 04/ago
- RCAE 131 | 11/ago
- RCAE 132 | 12/ago

3ITR - 2020 RCAE

Discussão sobre principais pontos críticos em discussão relativos ao fechamento do 3ITR, incluindo planejamento, cronograma e reunião com auditor externo.

- RCAE 146 | 22/out
- RCAE 147 | 27/out
- RCAE 148 | 03/nov
- RCAE 149 | 10/nov
- RCAE 150 | 11/nov

O Comitê opinou pela autorização da publicação Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia (1ITR, 2ITR e 3ITR), relativas aos períodos findos em 31 de março,

30 de junho e 30 de setembro de 2020, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

14. Parecer do Comitê sobre as Demonstrações Financeiras – exercício findo em 31.12.2020

Em atendimento ao artigo 9º, parágrafo único da Instrução Normativa n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, faz parte também do escopo deste relatório descrever o parecer do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário sobre as demonstrações financeiras – exercício social 2020.

Demonstrações Financeiras - 2020 RCAEs 2021

Discussão sobre principais pontos críticos em discussão relativos ao fechamento das demonstrações financeiras do exercício social de 2020, incluindo planejamento, cronograma, reunião com auditor externo e reunião com CF.

- RCAE 164 | 02/fev
- RCAE 165 | 10/fev
- RCAE 166 | 22/fev
- RCAE 167 | 26/fev
- RCAE 168 | 03/mar
- RCAE 169 | 10/mar
- RCAE 170 | 15 e

18/mar

Nos dias 15 e 18 de março de 2021, foi realizada a RCAE 170. No dia 15.03, à luz do reporte do auditor externo e da Diretoria Financeira da Eletrobras, restou alinhado que a publicação das demonstrações financeiras – exercício social 2020 teria sua data alterada de 15.03.2021 para 19.03.2021, após o fechamento do pregão, em virtude da complexidade de demandas adicionais de auditoria surgidas no decorrer dos trabalhos – o que envolveria a consolidação de diversas controladas, participação em coligadas e em sociedades de propósito específico.

No dia 18 de março de 2021, o Comitê se reuniu para analisar de forma final as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo recomendado ao Conselho de Administração da Eletrobras a aprovação das demonstrações contábeis consolidadas da Eletrobras.

12.1 Conclusão da manifestação opinativa

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e em atendimento ao item 5.1, vii do Regimento Interno do Comitê, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas da minuta de Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2020").

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE quanto ao fechamento das demonstrações financeiras, incluindo-se as informações prestadas pela gestão da Companhia e seus Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário das empresas Eletrobras julga que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras auditadas relativas a 31/12/2020, razão pela qual, por unanimidade, recomenda a aprovação de sua publicação pelo Conselho de Administração da Eletrobras.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA DANIEL ALVES FERREIRA

Conselheiro – Coordenador

Conselheiro – Membro

FELIPE VILLELA DIAS

LUIS HENRIQUE BASSI ALMEIDA

Conselheiro – Membro

Membro

LUIZ CARLOS NANNINI

Membro

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

Diretoria Executiva Eletrobras

Elvira Cavalcanti Presta – Presidente Interina e Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Camila Gualda Sampaio Araújo – Diretora de Governança, Risco e Conformidade

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá – Diretor de Geração

Márcio Szechtman – Diretor de Transmissão

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

Diretoria Executiva Eletrobras

Elvira Cavalcanti Presta – Presidente Interina e Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Camila Gualda Sampaio Araújo – Diretora de Governança, Risco e Conformidade

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá – Diretor de Geração

Márcio Szechtman – Diretor de Transmissão

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Diretor de Gestão e Sustentabilidade